



Da EXTENSÃO RURAL à CONSTRUÇÃO SOCIAL do CONHECIMENTO:

**um desafio para o
desenvolvimento local sustentável**

**Olivo Dambrós
Valdemar Arel**



**CENATER PARANÁ
COOPERIGUAÇU**
CONHECIMENTO E SERVIÇO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Olivo Dambrós
Valdemar Arl

DA EXTENSÃO RURAL À CONSTRUÇÃO
SOCIAL DO CONHECIMENTO:
Um desafio para o desenvolvimento local
sustentável

1ª Edição

Editora Ceagro



Laranjeiras do Sul – PR

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborado por: Sônia Magalhães

Bibliotecária CRB 9/1191

Dambrós, Olivo

Arl, Valdemar

D156 Da extensão rural à construção social do conhecimento: um desafio para o
2015 desenvolvimento local sustentável – 1. ed.
– Laranjeiras do Sul, 2015
566 p.;

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-63895-06-6

1. Extensão rural. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Educação rural. I. Arl,
Valdemar. II. Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em
Agroecologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 630.71

AGRADECIMENTOS

Depois de mais de uma década de organização, pesquisa e elaboração, consideramos não ter chegado num ponto final, apenas sentimos que é oportuno socializar o processo, em função de demandas concretas e da necessidade de ampliar o debate.

Muita gente participou dessa caminhada e por isso externamos nossa gratidão a cada um e a cada uma que, de uma forma ou outra, se inclui nessa construção. Ressaltamos o nome de algumas pessoas que participaram no debate político, técnico e organizativo das várias experiências de ATER desenvolvidas e em outras etapas desse trabalho.

Nossos agradecimentos especiais para nossos familiares, esposa e filhos, pela compreensão, apoio e incentivo ao longo dessa construção.

Ainda, agradecemos a Ademir Dalazem (*in memorian*), Alberto Bracagioli Neto, Alexandre Prada, Altair Celuppe, Ana Lúcia Hanisch, André Roberto da Costa Mosselim, Ari de David, Ari Frozza, Camie van der Brug, Célio Bonetti, Ciliana Federici, Christophe Gabriel de Lannoy, Clement Paul de Lannoy, Elizangela Loss, Ivo Vial, Itamar Schuk, Jorge Augusto Shanuel, Leila Patrícia Bosa, Leonardo Xavier, Lindomar Schimitz, Luiz Ademir Possamai, Luis Carlos Bueno, Marcos Jamil Auache, Marta Daniela Pintro, Mauri Ferreira dos Santos, Rodrigo Faccioni, Valdir Neis, Vanderlei Ziger...

Muito obrigado às famílias de agricultores e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais dirigentes e profissionais que atuaram nos projetos de ATER que deram origem a proposta. A cada um e a cada uma que também participou, mas não viu seu nome nessa lista, tenha a liberdade de se intitular também co autor desse livro.

Às organizações da agricultura familiar distribuídas nos municípios que participaram dos projetos de ATER, agradecemos pela participação com a infraestrutura nas reuniões, com as ideias, a cedência de espaços,

de recursos, combustível, alimentos, veículos, mesas e materiais, para que as ações de ATER pudessem chegar até as comunidades rurais e serem efetivadas.

A participação dessas organizações complementou, por inúmeras vezes, a falta de recursos por parte do Estado para os projetos de ATER pública, desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil. A participação dessas organizações foi e continua sendo fundamental em dois princípios chaves: para efetivação e desenvolvimento de projetos e como forma metodológica e de concepção sobre a Extensão Rural, que modifica a visão convencional vista historicamente como propriedade dos técnicos e prestadores de serviço. Essa participação das organizações estimulou o debate e a compreensão de que as políticas públicas, em especial a Extensão Rural, deve ser pensada e proposta pelos beneficiários e suas organizações.

Ao coletivo de coordenação da Cooperiguaçu, e todos os seus dirigentes, desde o seu surgimento em 1988 até os dias atuais, pelo seu empenho e militância, que mesmo diante de muitas adversidades tem sustentado a integridade institucional e, sobretudo, os processos formativos e organizativos em torno da construção social do conhecimento com vista ao desenvolvimento local sustentável

A direção atual da Cooperiguaçu representa todas as demais que já atuaram por esta instituição. Obrigado a todos e todas!

CONSELHO ADMINISTRATIVO	CONSELHO FISCAL
Presidente: André R. da Costa Mosselim	EFETIVOS
Vice: Christophe Gabriel de Lannoy	Adilson Deitos
Dir^a Financeira: Kellyn Cristina T. Ferreira	Ariane Paula Rovani Scolari
Diretor Secretário: Lindomar Schimitz	Delci Inês Dietrich
Superintendente: Olivo Dambrós	SUPLENTE
Vogal: Marcos Jamil Auché	Fábio de Paula Herdt
Vogal: Valdemir José Gnoatto	Josiane Aparecida Grossklaus
Vogal: Luziane Giordani	Tiago Cardoso

APRESENTAÇÃO

Esta proposta metodológica atende a uma demanda expressa das organizações e movimentos sociais, profissionais e lideranças que atuam no campo da Agricultura familiar/camponesa.

Objetiva ser um referencial técnico, conceitual e metodológico para apoiar no planejamento de Unidades de Produção e Vida Familiar, grupos e comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e de ações de desenvolvimento sustentável em municípios com características rurais.

A intenção é oferecer um conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho coletivos no sentido de construir alternativas ao modelo extensionista vigente, apresentando argumentos e bases que contribuam na transição do extensionismo à CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO na lógica do desenvolvimento local e sustentável.

A proposta é fruto de diversas contribuições teóricas de conteúdo e metodologia organizadas e sistematizadas a partir de DEZ experiências de ATER desenvolvidas no Paraná e Santa Catarina desde 2002.

Entre elas: 1 - o Projeto Cepagri – Cepis; 2 - o Programa de Inclusão Social; 3 - o Projeto de ATER Cooperativada Sudoeste do Paraná; 4 - o Projeto de ATER - PAC de Saudades do Iguaçu; 5 - o Projeto de ATER da Unicafes/Agência; 6 - o Projeto de ATES junto ao PAC do assentamento Ireno Alves e Marcos Freire; 7 - o Projeto de ATER em rede no Vale do Ribeira; 8 - o Projeto de ATES desenvolvido pelo CEAGRO; 9 - o Projeto de ATES do Noroeste/PR; e, 10 - o Projeto de ATES do Norte Pioneiro/ PR.

Para o acompanhamento destas experiências utilizou-se de trabalho teórico e metodológico com base em levantamento e análise de bibliografia especializada sobre planejamento participativo,

desenvolvimento local, sustentabilidade, Agroecologia, agricultura familiar e campesinato. Foram analisados textos e documentos utilizados pelo MDA/INCRA e outras instituições, especialmente ONG.

O livro está organizado em três partes: a Parte 01 trata sobre o CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE. São resgatados alguns momentos expressivos de aproximação e tensão entre o campo popular e o Estado brasileiro com análise sobre o histórico da Extensão Rural e sua função na Revolução Verde considerando-se uma política de Estado a serviço do capital e apresentados elementos relativos à construção da NOVA ATER como uma nova concepção, mas ainda presa às velhas práticas do extensionismo convencional.

A Parte 02 aprofunda o debate sobre a PROPOSTA E PAPEL DO CAMPO NO DESENVOLVIMENTO levando-se em conta a sustentabilidade. Traz a tona o debate sobre qual papel o campo deve assumir no contexto sócio político ambiental brasileiro e que proposta deve ser efetivada para que o campo desenvolva essa função. Ainda relativo à proposta, essa parte do livro apresenta a Agroecologia como orientação científica capaz de oferecer bases para uma metodologia popular transformadora.

A Parte 03 apresenta uma descrição sucinta de um conjunto de DEZ EXPERIÊNCIAS DE ATER desenvolvidas em Santa Catarina (01) e Paraná (09) como base referencial prática para a construção de instrumentos de gestão, planejamento e avaliação de ações de campo. São descritos os passos concretos efetuados na execução de cada uma das experiências, analisando a partir das teorias e conceitos descritos nas partes 01 e 02 os diferentes aspectos que devem ser observados no desenvolvimento de ações que orientam a transição do extensionismo predominante rumo A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO.

Como toda metodologia, este é um processo dinâmico e sempre em construção, na lógica do *SABER – FAZER – APRENDER...*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

19

PARTE 01

O CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE

I	MOMENTOS EXPRESSIVOS DE APROXIMAÇÃO E TENSÃO ENTRE O CAMPO POPULAR E ESTATAL	26
1	A educação popular como estratégia de mobilização social	26
2	Sociedade civil e Movimentos Sociais	32
3	A reação opressora do Estado brasileiro	37
4	A retomada da organização social	38
4.1	O sindicalismo rural	39
4.2	A Via Campesina	40
4.3	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	41
4.4	Movimento de Mulheres Camponesas - MMC	42
4.5	Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB	43
4.6	Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA	44
4.7	As organizações e articulações em torno da Agroecologia	45

4.7.1	A Rede Ecovida de Agroecologia	45
4.7.2	Outras redes regionais de Agroecologia	46
4.7.3	Associação Brasileira de Agroecologia - ABA	47
4.7.4	Articulação Nacional de Agroecologia - ANA	47
4.8	As ONGs de apoio e assessoria	48
4.8.1	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar	50
4.8.2	Centro Vianezi de Educação Popular	50
4.8.3	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais - Cepagri	51
4.8.4	Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - Cemear	52
4.8.5	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro	52
4.8.6	Centro Ecológico - Serra e Litoral Norte do RS	53
4.8.7	Centro de Tecnologias Alternativas Populares - Cetap	54
4.8.8	Centro de apoio ao Pequeno Agricultor - Capa	54
4.8.9	Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí - Ecocitrus	55
4.8.10	Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP	55
4.8.11	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Cefuria	56
4.8.12	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - Deser	56
4.8.13	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA	57

4.8.14	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Apaco	57
4.8.15	Instituto Morro da Cutia - IMCA	58
4.8.16	Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA	58
4.8.17	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba - Acevam	59
4.8.18	Cooperafloresta	59
4.8.19	Fundação Rureco	60
4.8.20	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços - Cooperiguaçu	60
4.8.21	Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em Agroecologia- Ceagro	62
5	A efervescência organizacional da década de 1980: alguns eixos de luta	64
5.1	Diretas já	64
5.2	Constituinte de 1988	65
5.3	Campanha presidencial de 1989	65
5.4	Algumas conquistas do campo	66
6	O crescente imobilismo social e a diminuição da capacidade organizacional dos movimentos sociais institucionalizados	70
7	Alguns desafios atuais para a organização social	75
7.1	Um governo em disputa	75
7.2	A necessidade de uma nova democracia	77
7.3	Os Novos Movimentos Sociais e a condição de “ser em	79

	Rede”	
7.4	A recente efervescência popular no Brasil	87
II	AS GRANDES REVOLUÇÕES NA AGRICULTURA	91
1	História da agricultura antiga	91
2	A Revolução Verde: “a grande mudança de rumos”	95
III	O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NA REVOLUÇÃO VERDE: “uma política de estado a serviço do capital”	101
1	Argumentos de sustentação ao modelo da Revolução Verde	101
2	Conceitos e origem da Extensão Rural	103
2.1	Conceitos de Extensão Rural	103
2.2	Origens da Extensão Rural	106
3	Trajetória da Extensão convencional: “principais etapas”	110
3.1	Etapa dos “professores itinerantes”	111
3.2	Etapa da institucionalização da Extensão Rural nos EUA e Europa	111
3.3	A etapa de “exportação” da Extensão Rural modelo “USA” a outros países: o caso do Brasil	112
3.4	A etapa do auge da Extensão Rural Oficial e o caso do Brasil	118
3.5	A etapa de crise dos serviços oficiais de Extensão	121
3.6	Etapa da contestação do modelo convencional: “o período crítico reflexivo	124
IV	A NOVA ATER: “UMA NOVA CONCEPÇÃO, PRESA ÀS VELHAS PRÁTICAS”	133

1	Da luta pela Pnater à “negociação” da lei de ATER	135
2	Importantes avanços da NOVA ATER	141
3	Reflexões críticas sobre a NOVA ATER	146
3.1	Os entraves na aplicação dos recursos públicos de ATER	147
3.2	A volta do modelo da “visita e treinamento”	154
3.3	O recuo na defesa da Agroecologia da lei de ATER	159
3.4	A instituição da Anater: outra investida do Agronegócio	161
4	A NOVA ATER e o desenvolvimento local sustentável	164
5	A ATER e a construção de estilos sustentáveis de Agricultura	170
6	A NOVA ATER e a superação do modelo difusionista	173
7	O papel da EXTENSÃO RURAL na luta pela Reforma Agrária	176
8	A ATER no apoio à superação da dicotomia “campo – cidade”	179
9	A ATER como articuladora de políticas públicas locais	185
10	A ATER e o desafio de aproximar o ensino - pesquisa e a valorização dos saberes locais	189
11	RESUMO DE ALGUNS FATOS E MOMENTOS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	192

PARTE 02

PROPOSTA E PAPEL DO CAMPO NO DESENVOLVIMENTO: desafios para a sustentabilidade

	INTRODUÇÃO	202
I	PARA UMA NOVA INSERÇÃO E PAPEL DO CAMPO NO DESENVOLVIMENTO	209
1	Territórios rurais em disputa: alimentos ou <i>commodities</i>, agricultura familiar/camponesa ou Agroecologia	209
2	O reconhecimento e valorização do verdadeiro papel do campo e a necessidade de uma nova proposta	215
3	A multifuncionalidade da agricultura familiar/camponesa	218
3.2	Agroecologia <u>ciência</u> - confluência das ciências e outras formas de construção do conhecimento	255
3.3	Agroecologia <u>ciência, sociedade e movimento</u>	255
4	A institucionalização da Agroecologia no Brasil	256
4.1	IN 007: um consenso em construção	256
4.2	Principais questionamentos e críticas na construção do marco legal	261
4.3	Ampliação do debate no Brasil	263
4.4	Agricultura orgânica: o termo “guarda chuva”	264
4.5	Avanços e desafios no marco legal da Agroecologia	266
5	Plano Nacional de Agroecologia e Produção	270

	Orgânica – Planapo	
6.	Para uma Agroecologia popular e transformadora	272
6.1	A condição tática da Agroecologia	275
6.2	A condição estratégica transformadora da Agroecologia	276
7	Desafios para uma perspectiva estratégica transformadora da Agroecologia	280
7.1	Desafio sociopolítico	280
7.2	Desafio técnico-científico	285
7.3	Desafio cultural	295
7.4	Um desafio econômico	299
7.5	Um desafio energético	308
8	É possível alimentar o mundo com Agroecologia?	310
8.1	A questão da fome	310
8.2	A redução da base alimentar	312
8.3	A qualidade dos alimentos locais	314
8.4	A diferença da qualidade nutricional dos alimentos nos diferentes sistemas de produção	315
8.5	O modelo convencional e a contaminação dos alimentos	317
8.6	O modelo agroindustrial convencional é uma grave ameaça a segurança alimentar	318
8.7	O potencial dos sistemas agroecológicos na segurança alimentar	326
III	UM DESAFIO METODOLÓGICO E ESTRATÉGICO: bases para uma metodologia popular transformadora	332
1	Condições e princípios básicos importantes para	333

	uma metodologia popular transformadora	
1.1	O que é uma metodologia popular?	333
1.2	A questão da participação	335
1.3	O trabalho de base como condição transformadora	339
1.4	A valorização das pessoas e a importância da subjetividade humana	343
1.5	Sobre o princípio da igualdade	352
1.6	Sobre a liderança	360
1.7	Sobre o papel da assessoria	361
1.8	Sobre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico	365
1.9	Sobre a teoria e a prática	367
1.10	Sobre a mística e a militância	368
2	Métodos e técnicas básicas para uma metodologia popular	372
3	Campesino a campesino: uma referência metodológica	376

PARTE 03

DA TEORIA À PRÁTICA: “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO”

	INTRODUÇÃO	382
I	EXPERIÊNCIAS DE ATER QUE DERAM BASE À PROPOSTA	383
1	Projeto Cepagri- Cepis, em Santa Catarina	384
2	O Programa de Inclusão Social	387
3	Projeto de ATER Cooperativada do Sudoeste do Paraná	392
4	Projeto de ATER Cooperativada no Estado Paraná	394
5	Projeto de ATER junto a assentados da Reforma Agrária do Sudoeste do Paraná	398
6	Projeto de ATER junto aos assentamentos da Região Centro/Oeste do PR	400
7	Projeto de “ATER em Rede” do Território da Cidadania no Vale do Ribeira – PR	402
8	Projeto de ATER nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Centro/Oeste do PR	403
9	Projeto de ATER em Assentamentos do Noroeste/PR	407
10	Projeto de ATER em Assentamentos da microrregião do Norte Pioneiro no Paraná/PR	409
II	A PROPOSTA METODOLÓGICA NA PRÁTICA	411
1	Sobre a gestão e organização das referências	411

2	Sobre o papel, perfil e vínculo da equipe de ATER	413
2.1	O agente local de ATER	413
2.2	Profissionais de apoio aos/as agentes locais	415
2.3	Coordenação das equipes locais, microrregionais e regionais de ATER	416
2.4	Articuladores (as) operacionais de ATER	417
2.5	Conselho gestor de projeto/programa de ATER	417
2.6	Sobre o vínculo/forma de contratação da equipe de ATER	418
3	Sobre a capacitação das Equipes de ATER	419
4	O contato com as famílias da comunidade rural	422
5	Sobre atividades coletivas de campo	423
5.1	Chegando à comunidade: mobilização inicial	424
5.2	O convite às famílias	425
5.3	A preparação do ambiente da reunião	426
5.4	Materiais didáticos e pedagógicos utilizados na reunião	427
5.5	A realização da reunião: acordos e encaminhamentos	427
5.6	Aspectos importantes para a reunião	428
6	Espaços e locais de construção prática do conhecimento	429
6.1	Unidades de estudo	430
6.2	Intercâmbios e trocas de experiências das famílias	432
6.3	Dias de campo	433
6.4	Visitas do agente nas Unidades de Produção e Vida Familiar - UPVFs	433

7	Instrumentos metodológicos de apoio à Transição Agroecológica dos Sistemas e ao Planejamento local	434
7.1	Planos familiares de transição agroecológica	435
7.1.1	O desenho (croqui) da UPVF	438
7.1.2	A dinâmica funcional do agroecossistema	440
7.1.3	O planejamento operacional do sistema familiar	443
7.2	Planos grupais ou/e comunitários: a construção coletiva	447
7.2.1	Dinâmicas aplicadas na construção dos planos comunitários	450
7.2.2	A linha do tempo da comunidade ou grupo - comunitário	452
7.2.3	Análise da situação da comunidade ou grupo - comunitário	453
7.2.4	Planejamento do futuro desejado do grupo ou comunidade	453
7.2.5	Planejamento operacional	454
7.2.6	Gestão, avaliação e re-planejamento das ações	456
7.3	<i>Planos municipais</i> de ATER Agroecológica	457
7.3.1	Objetivos	457
7.3.2	Princípios gerais do plano	460
7.3.3	Estratégias do Plano	460
7.3.4	Coordenação política e gestão operacional	461
7.3.5	Recursos para viabilização do plano local de ATER	464
7.3.6	Execução do plano	466
7.3.7	Monitoramento e avaliação das ações do plano	469
7.4	Outros materiais de apoio	470

III	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS	472
1	Sobre a relação/interação entre projetos e processos	472
2	Sobre a organização e articulação de redes locais da ATER	475
3	Sobre o papel e a condição da “Assistência Técnica”	476
4	Sobre a estratégia metodológica desenvolvida nas experiências de ATER em rede	478
5	Sobre os instrumentos metodológicos de apoio à proposta	479
5.1	Sobre os planos familiares de transição agroecológica	480
5.2	Sobre os planos grupais e/ou comunitários	482
5.3	Sobre os planos municipais de ATER agroecológica	484
6	Sobre as ações coletivas de construção do conhecimento	485
7	Sobre a visibilidade política das comunidades e assentamentos	486
8	Aspectos gerais percebidos na execução das experiências	487
	CONCLUSÃO	490
	BIBLIOGRAFIA	495
	OS AUTORES	512
	GLOSSÁRIO	516
	ANEXOS	519

INTRODUÇÃO

Na história recente do Brasil (últimos 50 anos) vivenciamos grandes e distintas fases com significativos impactos no desenvolvimento e na vida das pessoas. Vale resgatar a década de 1930, logo após a crise de 1929, quando ocorre significativa nacionalização da economia, grande aliança entre o capital nacional e aproximação popular (relação populista e clientelista), seguida de uma crescente pressão e abertura para o imperialismo internacional, nas décadas de 1940 e 1950. Esse momento ascende o trabalho de formação, organização e mobilização popular que pressiona o Estado e o governo a realizar reformas, condição que leva o país a um golpe de Estado e imposição do regime de ditadura militar.

A retomada da mobilização e organização popular mais efetiva dá-se no final da década de 1970 e início da década de 1980, com o surgimento de diversos movimentos sociais populares. Esta fase foi de muitos avanços, embora com o passar dos anos (início do Século XXI) uma série de razões¹ provocaram a diminuição e quase paralisia dessa efervescência social. Atualmente, estamos numa fase que pode ser denominada de retrocesso organizacional. Vivemos num momento com evidentes fragilidades estratégicas, metodológicas e de capacidade de proposição quanto aos rumos e objetivos do desenvolvimento e da própria luta.

Até a década de 1960 o Brasil era predominantemente rural com a grande maioria da população vivendo no campo. Havia um processo crescente de organização social nesse período, com destaque para as ligas camponesas, movimento esse que foi suprimido com a chegada da

¹ As principais razões que levam ao declínio das lutas sociais no Brasil se devem, por um lado, ao grande número de lideranças que passaram ocupar cargos de governo e saíram da linha de frente das organizações. Por outro lado, é evidente a força dominadora de grandes corporações exercida através da sua influência direta na economia e na política. Este contexto tem interfaces e efeitos diretos sobre o desenvolvimento tanto no campo como na cidade.

ditadura militar. E foi nesse período da ditadura que se implantou o modelo da Revolução Verde através de uma metodologia impositiva que tratou de substituir os conhecimentos e tecnologias de então, por um modelo orientado pelo urbano – industrial, tendo no Estado e nos Governos seus principais protagonistas.

Muitas políticas públicas (crédito, pesquisa, ensino) foram sendo instituídas pelo governo da época, para consolidar no Brasil o modelo do produtivismo. E nesse bojo de programas e institucionalidades, a Extensão Rural aparece como uma das principais ações ideológicas, que desde sua origem conceitual é modelada pela ideia de “**levar** algo de um lugar para outro”. Assim, por sua própria natureza histórica, seguiu a lógica de difusão e não de construção de conhecimentos.

Entretanto, na medida em que esse modelo foi se estruturando com redes que cobriam grande parte do território Brasileiro, as indústrias e revendas de agroquímicos começaram a ter suas próprias equipes de técnicos e o governo passou a não considerar mais necessário uma Extensão Pública forte, já que os agricultores a tinham a partir das empresas. Por essa razão, os recursos para essa política pública foram propositalmente minguando e sendo controlado pelas grandes empresas. A partir daí o serviço de ATER² se torna frágil e sem clareza quanto à sua metodologia e papel. Tem como missão e discursa a favor da agricultura familiar, da Agroecologia e das metodologias participativas, mas majoritariamente serve ao agronegócio.

Nesse momento, a concepção do difusionismo tecnológico *levado* pela Assistência Técnica e Extensão Rural ao campo brasileiro já havia se tornado parte de uma linguagem incorporada nas políticas públicas, nos

² Convencionou-se que todo o trabalho de acompanhamento técnico no campo denomina-se de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Porém, metodologicamente, estas palavras estão associadas à condição unilateral e intervencionista, de estender algo pronto. No texto usamos a expressão acompanhamento e **construção coletiva do conhecimento** para caracterizar a nova condição metodológica proposta aqui.

documentos oficiais e na sociedade, de forma padronizada. Entretanto, essa concepção e a própria terminologia foi contestada, desde a sua implantação, por educadores que não concordavam com essa denominação e com o que ela representava. Paulo Freire (1968), em sua produção literária sobre o tema, escreveu o texto - transformado em livro - denominado “Extensão ou Comunicação” (FREIRE, 1983).

Com a retomada da organização e o surgimento dos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, acumularam-se forças para o enfrentamento desse modelo brasileiro associado ao capital internacional. No entanto, pouco se conseguiu avançar em relação às metodologias e propostas para o campo, não passando de políticas classificadas como reivindicatórias e compensatórias, pouco transformadoras. Dentre as mobilizações e articulações desse período, o processo de construção da proposta da Nova ATER, talvez seja uma das experiências mais notáveis sob o ponto de vista da participação social.

Muitos encontros, seminários e oficinas realizados através de ONG, Movimentos Sociais, extensionistas oficiais, professores universitários, entre outros, foram resultando em propostas e se configurando. E, como fruto desse amplo debate na sociedade ocorrido durante o período da revolução verde, intensificado nos anos de 1990 e apoiado pelo governo popular a partir de 2003, nasce, em 2004, uma nova política de ATER, chamada de Nova ATER. Essa traz, entre os principais avanços, uma nova concepção dessa política pública para o Brasil, com maior oportunidade de participação da sociedade civil, descentralização de processos (principalmente até 2008-2009), definições claras sobre objetivos, público, princípios, diretrizes e um conteúdo orientado pela Agroecologia. Com o passar dos anos, mesmo considerando que, em alguns pontos, teria havido retrocesso em 2010, a política, institucionaliza-se e transforma-se, definitivamente, em Lei (Lei de ATER nº 12.188).

Apesar dos avanços, a conjuntura evidencia crescentes incertezas e preocupações econômicas, ambientais e sociais, que desafia a reflexões,

tanto na esfera da política de desenvolvimento governamental/estatal, como na esfera da organização popular. Trata-se de um contexto que demanda novas propostas, novas estratégias e metodologias capazes de torná-las efetivas.

É nessa perspectiva de contribuir na revisão estratégica e metodológica para a transformação da realidade do campo, junto à agricultura familiar/camponesa³, que apresentamos este estudo e avaliação propositiva de algumas iniciativas de acompanhamento técnico e construção social do conhecimento. Esta proposta surge a partir de uma análise crítica da história recente, tentando entender os contextos,

³ Dado à diversidade existente no campo em função das diferentes condições socioeconômicas, condições ambientais, valores, cultura, perspectivas, e para fugir da dicotomia e reducionismo conceitual sobre agricultura familiar e agricultura camponesa, adota-se no texto a expressão agricultura familiar/camponesa. Segundo a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, para entender a agricultura familiar no Brasil, é preciso considerar as seguintes hipóteses: a) A agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; b) Ao campesinato, corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade; c) A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais; d) Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade. e) O campesinato brasileiro tem características particulares, em relação ao conceito clássico de camponês, que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna. Jan Douwe Van der Ploeg (2008) analisa essa diversidade a partir de diferentes e dinâmicos “graus de campenisidade” da agricultura camponesa propriamente dita, à agricultura capitalista à agricultura empresarial, com significativa interseção e fluxo de condições podendo ora tender para a condição capitalista ou tender para a recampinização. Victor Manuel Toledo (1995) propõe como indicadores para estabelecer níveis da condição camponesa e sua interface com a agricultura industrial, sendo: a) tipo de energia utilizada na produção; b) escala das atividades produtivas; c) grau de autosuficiência da unidade produtiva rural; d) natureza da força de trabalho; e) grau de diversidade (eco-geográfica, produtiva, biológica, genética) mantida durante a produção; f) nível de produtividade ecológico ou energética; h) nível de produtividade do trabalho; i) natureza do conhecimento; j) visão de mundo (natural e social) que prevalece como causa invisível e oculta na racionalidade produtiva.

propostas, estratégias e metodologias, e, considerando alguns acúmulos construídos em iniciativas de educação popular e organização social.

Parte-se da premissa de que é necessário revisar o papel do campo para uma perspectiva sustentável do desenvolvimento e construir uma nova proposta para a sustentabilidade do próprio campo. Para tanto, tem-se como hipótese que, diante da contaminação com interesses capitalistas, as atuais estratégias e metodologias adotadas pelo modelo convencional da Extensão Rural tornaram-se pouco eficientes para uma transformação mais efetiva da realidade do campo. Portanto, esta elaboração situa-se nesse contexto de incertezas analisadas a partir de uma perspectiva popular sob o olhar das organizações e Movimentos Sociais, desafiados a construir uma nova proposta efetivamente mais sustentável, sob uma metodologia participativa e transformadora. Junto a essa proposta, evidencia-se a Agroecologia como base, dado aos acúmulos e desafios até aqui construídos.

O objetivo central é contribuir no ajuste estratégico/metodológico junto às iniciativas de transição agroecológica, com a perspectiva de superação da lógica da “Extensão Rural”, tanto na metodologia como no conteúdo da proposição, visando qualificar a perspectiva da sustentabilidade social, ambiental e econômica junto à agricultura familiar/camponesa e no apoio ao Desenvolvimento Local e Sustentável. Trata-se de uma pesquisa participante, que além da sistematização de parte da experiência vivenciada pela atuação profissional na área, são analisadas iniciativas de metodologia participativa, realizada por organizações da agricultura familiar e movimentos sociais do campo, no Estado do Paraná.

Além de repensar o papel e apresentar uma nova proposta que valorize os conhecimentos tradicionais, as redes e o desenvolvimento local, esta elaboração apresenta o esforço de sistematizar algumas experiências práticas desenvolvidas durante mais de uma década, junto a mais de dez mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária, no

Estado do Paraná. Nessas experiências desenvolveram-se vários instrumentos de construção social do conhecimento, que podem ser resumidos na elaboração e execução participativa de “Planos familiares de desenvolvimento sustentável e transição agroecológica”, “Planos Grupais ou Comunitários de ações para o desenvolvimento sustentável e transição agroecológica”, e Planos Municipais de ATER, junto a agricultores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária. A metodologia exercida incorporou vários dos acúmulos construídos nas articulações da Educação Popular no Brasil, especialmente a partir da década de 1990.

Estes instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações foram concebidos e ajustados de forma coletiva com as famílias e demais atores locais, e sistematizados em parceria com a participação de mais de 100 profissionais denominados Agentes Locais, Micro Regionais e Regionais de ATER, com apoio de lideranças locais e regionais. Além disso, a construção, concepção e sistematização contaram com a assessoria externa de vários profissionais especializados com qualificação e militância junto à agricultura familiar/camponesa.

Este livro pretende ir além da provocação crítica do modelo convencional de ATER. Pretendemos estimular o debate junto a estudantes, profissionais, lideranças e sujeitos sociais ligados ao campo, no sentido de construir argumentos críticos, tanto do modelo convencional de desenvolvimento quanto da política de extensão rural brasileira.

A intenção é apresentar elementos propositivos que anime leitores a participar na construção de um campo com gente feliz, com uma natureza diversa, com a funcionalidade e fertilidade dos agroecossistemas, resultado de uma interação positiva das pessoas no meio ambiente, em sistemas de produção viáveis e, na aproximação entre produção e consumo e numa interação complementar entre campo e cidade.

Parte 01

O CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE

I – MOMENTOS EXPRESSIVOS DE APROXIMAÇÃO E TENSÃO ENTRE O CAMPO POPULAR E ESTATAL

Valdemar Ari

1. A educação popular como estratégia de mobilização social

Para entender a sociedade é preciso considerar sua conjuntura, estrutura e superestrutura. A conjuntura é o momento histórico concreto no qual a sociedade se encontra. A estrutura são as características organizacionais mais estáveis, sendo o Estado, as instituições, os meios de produção e a produção, a economia e o capital, os grupos sociais, etc.

A superestrutura são mecanismos e instituições que formam, regulam e influenciam a estrutura e a conjuntura, como os meios de comunicação, a educação, partidos, sindicatos, igrejas e outros que atuam principalmente no campo ideológico. Gramsci evidencia a influência da superestrutura sobre a conjuntura; já, para Marx, as influências partem muito mais da estrutura. Também na distinção entre os componentes da superestrutura e estrutura há diferentes percepções, e é evidente que não dá para separar o econômico do político. Não alheio a estas questões, este trabalho pretende discutir e estimular mudanças tanto na economia como na esfera política junto ao campo, a partir da realidade da agricultura familiar/camponesa. Enfoca as metodologias para a construção coletiva do conhecimento e desenvolvimento junto ao campo, tendo a Agroecologia como base. Situa-se centralmente na esfera da educação popular como importante estratégia organizativa, formativa e mobilizadora.

Conjunturalmente a abordagem a seguir se apresenta fortemente polarizada e, algumas vezes, dicotômica entre o estatal e o popular. Isso se deve à trajetória da construção do Estado Brasileiro, historicamente, dirigido pelos interesses de oligarquias de nobres e burgueses, distanciando-o da realidade e interesses da maioria da população. O educador Carlos Rodrigues Brandão, ao comparar as sociedades indígenas tribais onde não há Estado e predomina o dever do poder, as diferencia da nossa organização social regida pelo Estado, onde predomina o direito do poder, o que permite o descolamento entre o governo e o povo, entre a realidade e o poder, potencializando interesses privados e gerando desigualdades e exclusão social.

Diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular. Existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os 'outros' (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os 'outros' (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las (BRANDÃO, 2006, p. 04).

Assim, necessita-se da criação de uma esfera identificada como popular, para além do estado que interage com o Estado, resultando, constantemente numa relação de conflito, de disputa, coerção, anulação (ditadura militar), mas com momentos de aproximação e interação positiva. Mesmo assim, o popular não deve ser visto como paralelo, ou uma forma mais justa ou avançada de fazer a mesma coisa, mas como uma condição relacional, organizacional e política alicerçada na realidade de um povo, na interação participativa, efetiva e permanente, em um movimento transformador das estruturas sociais opressoras e exploradoras, tendo o povo como sujeito. O popular, também deve ser percebido em uma diversidade de condições, formas e contextos. De fato mesmo, o estado deveria ser popular e igualmente toda a educação deveria ser popular.

A condição do “popular” é assumida em diversos momentos na história do Brasil, sob condições e percepções diferentes, em cada momento do processo histórico. Da mesma forma a ideia de “povo” vai ganhando novos significados.

Na fase do Brasil colônia e durante a monarquia, o popular relacionava-se ao povo, menos a oligarquia real tida como nobres. Não contemplava também os índios e os escravos porque não eram considerados “gente”. Com a proclamação da república, em 1889, todos são considerados cidadãos iguais perante a lei, mas, de fato, condições de cidadania se exercem junto à burguesia que concentra as terras e outros meios de produção. Nesse contexto de aliança da oligarquia com a burguesia, segundo Conceição Paludo, identifica-se um novo pensamento e práticas políticas hegemônicas:

A ilustração, ideário cultural e político, encontra-se com o capitalismo, nova forma de produzir – classes sociais. E é nesse movimento que se forjam o novo pensamento e práticas políticas hegemônicas. [...] O homem livre, para sobreviver, tem de vender sua força de trabalho aos velhos ricos (oligarquias) e aos novos ricos (burguesia) e submeter-se ao que lhe pagam ou, então, apelar para as atividades paralelas de subsistência (PALUDO, 2001, p. 32-33).

A relação da ordem vigente, estabelecida pelo Estado, sempre esteve articulada com o poder econômico e dissociada das reais necessidades e condições da maioria da população. Evidencia-se a condição dicotômica “do popular” em relação ao Estado e à economia capitalista. Muitas foram as reações de não concordância, de resistência ou de ruptura contra a ordem estabelecida pelo avanço do capitalismo, a destacar desde a resistência indígena, Revolta de Canudos e Coluna Prestes.

Na chamada Revolução de 1930 (Governo Getúlio Vargas) com o Estado novo, ocorre um rearranjo nas forças políticas, caracterizado num pacto da elite, um pacto num movimento de reforço à nacionalização.

Neste momento ocorre uma aproximação e integração de demandas e necessidades populares junto ao governo, quando houve alguns avanços dos trabalhadores. Porém, as grandes questões que já vinham pressionando o governo não foram resolvidas, como o acesso a terra, o desemprego, a fome e outros. Essa aproximação foi necessária para ampliar a força pela nacionalização do estado brasileiro, mas também, segundo Paludo, era para conter as pressões e manter a ordem social.

Há, por parte do governo, a concretização de um movimento que já se delineava na Primeira República, o da integração tutelada dos trabalhadores a fim de garantir a ordem social (PALUDO, 2001, p. 87).

Momento expressivo que marca uma nova condição do popular dá-se com a abertura democrática a partir de 1945. A sistematização a seguir objetiva fazer um paralelo da organização social e educação popular, tendo como foco de análise o campo. Toma-se como referência o final da década de 1940, dado a condição de continuidade mais efetiva das interfaces com a história mais recente da luta popular e o desenvolvimento da atual condição sociopolítica da sociedade.

Remontam daí os grandes fundamentos teóricos e metodológicos da proposta em construção, apresentada neste livro. Também no que se refere ao campo e à discussão da extensão rural, tema diretamente relacionado com o objetivo deste trabalho, datam a partir daí referências mais expressivas.

O final da II Guerra Mundial trouxe para o mundo a vitória dos ideais democráticos; essa conjuntura internacional interferiu nas mobilizações nacionais da época que acabaram dando ênfase ao movimento pela educação das massas. Na medida em que se buscava o progresso social e econômico da nação, tornava-se necessário pensar em uma política de educação de base, na qual, além da alfabetização, a população tivesse acesso a um ajustamento social, ou seja, buscava-se a adaptação dos desfavorecidos ao mundo moderno (PEREIRA, 2010, p. 75).

Nesse momento da história, quando a população brasileira, em sua maioria vivia no campo, surge a primeira fase da extensão rural conhecida como “humanismo assistencialista”. Paralelamente, inicia-se um forte movimento de educação popular, puxado pela igreja católica, lideranças populares e educadores, entre eles Paulo Freire. Destacam-se as iniciativas em torno da proposta de educação de jovens e adultos.

Pode-se afirmar que esse processo vai se afunilando principalmente na luta contra o preconceito ao analfabeto, juntamente com a luta pelo seu direito ao voto. Ocorre também a difusão dos ideais de Paulo Freire, que começa a perguntar: “A serviço de quem educamos? Para quem educamos? O que ensinamos? Como ensinamos?” (PEREIRA, 2010, p. 76).

Esse movimento levou à ampliação da mobilização e participação popular, propondo necessárias transformações econômicas e sociais. Surgem alguns movimentos sociais importantes no campo e na cidade que vão ganhando força e radicalizando as lutas, propondo redistribuição da renda e reformas de base, especialmente a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956, onde se amplia a internacionalização da economia.

Inúmeras iniciativas de formação de quadros e formação de base foram sendo realizadas pelo conjunto de Movimentos Sociais que emergiam. No início da década de 60, ganham força os movimentos de cultura popular e de educação de base, como bem resumido por Paludo:

É no início dos anos 1960 que surgem os primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP), o primeiro, data de 1960 e esteve ligado à prefeitura de Recife. Paulo Freire pertenceu a esse grupo. Em seguida é criado, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de educação de base (MEB – março de 1961). Por iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), São criados os Centros Populares de Cultura (CPC), e, em 1963, surge o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). (PALUDO, 2001, p. 89).

Essas iniciativas caracterizam uma construção alinhada com os interesses das classes populares, formadora de consciência crítica e com perspectivas de transformação social. Consolida-se a ideia da educação popular libertadora e transformadora que se constrói junto às práticas sociais e políticas. Segundo Brandão (2006) referenciando Paulo Freire em uma análise crítica ao sistema de educação vigente, a educação popular:

1) constitui passo a passo uma nova teoria, não apenas de educação, mas das relações que, considerando-a a partir da cultura, estabelecem novas articulações entre a sua prática e um trabalho político progressivamente popular das trocas entre o homem e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras desta pelo trabalho libertador daquele; 2) pretende fundar não apenas um novo método de trabalho “com o povo” através da educação, mas toda uma nova educação libertadora, através do trabalho do/com o povo sobre ela — [...]; 3) define a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um ‘saber dominante’ de efeito ‘ajustador’ à ordem vigente — [...]; 4) afasta-se de ser tão somente uma atividade ‘de sala de aula’, de ‘escolarização popular’, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores ‘comprometidos’ e sujeitos populares ‘organizados’, ou em processo de organização de classe; 5) procura perder, aos poucos, uma característica original de ser um movimento de educadores e militantes eruditos destinado a ‘trabalhar com o povo’, para ser um trabalho político sem projeto próprio e diretor de ações pedagógicas sobre o povo, mas a serviço dos seus projetos de classe (BRANDÃO, 2006, p. 46-47).

O conceito de classe se constitui historicamente e se pauta pelas relações na produção, na distinção entre burguesia e classe trabalhadora e, embora haja vários posicionamentos questionadores desta categoria histórica, entendemos a sua validade atual em um contexto de crescente complexidade social e diversidade de condições nas relações de produção, assim como maior diversidade de camadas e/ou grupos sociais, condições estas que sugerem maior amplitude conceitual a respeito.

2. Sociedade civil e movimentos sociais

A partir da sociedade moderna e a ampliação da atividade econômica com suas interfaces políticas surge um novo nível de ação social, e identificam mais fortemente a distinção de classes sociais e a relações de disputa do Estado.

O conceito de sociedade civil deriva em diferentes concepções, desde uma visão neoliberal, na ideia da terceira via para buscar a realização de serviços sociais e mediação entre Estado e sociedade, e/ou mercado e Estado, racionalizando a dominação estrutural, e, fragilizando a ideia da luta de classes. Este conceito foi muito presente na América Latina, especialmente no período dos golpes militares. Outra condição relaciona a organização e articulação da sociedade civil à condição de mudança social democrática.

Segundo Gramsci, a sociedade civil deriva de organizações como a igreja, sindicatos, partidos, cooperativas, entidades, e outros.

Enquanto conceito de sociedade civil assume-se nesta sistematização a percepção de espaço de mediação entre o econômico e o político, numa esfera para além do Estado, sendo a sociedade civil sujeito da história que interage com e disputa o Estado. Um Estado, para além da visão neoliberal de mero regulador das relações sociais e protetor da propriedade privada, e uma sociedade como espaço de organização das relações de disputa na realidade concreta da produção e reprodução da vida social (práxis social) que supera a visão liberal da “terceira via”.

O conceito de movimento social e popular também é de grande amplitude, desde uma articulação pontual, reivindicatória e conservadora a uma condição transformadora da ordem política e da estrutura social vigente.

A realidade do momento e o contexto de grandes transformações nas relações de produção, de poder, e nas relações sociais, imprimiram grande influência sobre os movimentos sociais na era da informação.

Castells (1999) afirma que a forma propulsora de articulação dos movimentos sociais é a construção social de identidades (*legitimadora, de resistência ou de projeto*) que se organizam em forma de redes.

Touraine (2003) propõe uma revisão do conceito de movimentos sociais para dar conta da complexidade contemporânea e defende que todo movimento social é, em certa medida, classista, antcapitalista e anti-imperialista, mas diferencia os movimentos sociais em três tipos: “os movimentos culturais” (luta por direitos), “movimentos históricos” (luta pelos rumos do desenvolvimento) e “movimentos societais” (conflito ideológico e utópico com adversário social).

Por movimentos societais, entende aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social (TOURAINÉ, 2003, p. 119).

Touraine (2003) faz uma síntese conceitual abrangente, vinculando condições sociais a uma identidade cultural sustentada em valores morais, sendo que o conflito social se estabelece a partir de pressões exercidas sobre essas dimensões, levando a reações coletivas.

Gohn (2007) faz uma distinção e separação histórica e ideológica quanto aos paradigmas dos movimentos sociais, distinguindo-os entre uma abordagem marxista e a dos novos movimentos sociais, sendo que cada uma delas se divide em uma série de correntes teóricas explicativas. Gohn destaca aspectos centrais das abordagens, sendo:

A marxista centra-se nos estudos dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência,

conflitos, consciência de classe, reprodução da força de trabalho, Estado, etc. As noções e conceitos de desenvolvimento são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo, etc. O paradigma dos novos movimentos sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impacto das interações políticas, setor terciário privado e público, etc. (GOHN, 2007, p. 16-17).

Porém, não obrigatoriamente é necessária uma separação antagônica, pois há sinergias entre ambas as condições, algumas mais específicas e contextuais/momentâneas, mas também teóricas e de efetividade mais complexas, identificadas por Gohn (2007) como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, etc. Estas novas categorias estão muito presentes nesta sistematização, pois fazem parte da história e trajetória que vivenciamos concretamente, especialmente nos últimos 40 anos. Quando nos referimos aos movimentos sociais, estamos nos referindo aos movimentos históricos decorrentes de lutas sociais construídas junto aos trabalhadores, numa sociedade de desiguais, portanto, classista, sendo resultante de articulações e lutas coletivas, em processos e espaços institucionalizados ou não, pretendendo gerar transformações na sociedade, e os denominamos como movimentos sociais populares, ou apenas de movimentos populares.

No Brasil evidencia-se, especialmente a partir da década de 1990, a condição dos movimentos populares como forma de expressão dos novos movimentos sociais, que considera “o povo como sujeito” através de

uma multiplicidade de sujeitos sociais coletivos, afirmando-se, na sua maioria, num plano mais localizado e com bandeiras de luta mais específicas. Evidencia-se uma crescente fragmentação da atuação, fragilização da luta classista e enfraquecimento da perspectiva de transformação radical das relações e lógica capitalista da sociedade.

Outro aspecto a considerar no Brasil é a significativa segmentação entre os movimentos sociais do campo e da cidade, assim como, também, são segmentadas as discussões a respeito do desenvolvimento e das políticas públicas. Segundo Scherer-Warren e Lüchmann (2004, p.16), referindo-se à década de 1980, “Raramente se estabelecia um diálogo intelectual entre esses dois universos, mesmo diante do “boom” dos movimentos sociais rurais nesse período (Movimento Sem Terra, Movimento de Atingidos por Barragens e Movimento de Mulheres Agricultoras).” Também o movimento ambientalista seguiu uma trajetória pouco articulada com os demais movimentos sociais.

As relações entre o Estado e a sociedade transformam-se nesse período e estabelecem-se inúmeras parcerias entre o público e o privado, e, dado às influências neoliberais sobre o Governo, influenciaram de forma negativa a perspectiva transformadora mais radical.

Neste projeto, subverte-se o conteúdo de radicalidade presente nas ideias de participação, cidadania e solidariedade, desconectado agora dos princípios de igualdade e universalidade. Este novo paradigma prometeu novas relações entre Estado e sociedade preenchidas por ingredientes pautados na parceria público-privado, na ideia de ‘terceiro setor’, na responsabilidade social, na filantropia empresarial e na solidariedade (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p.17).

Essa análise, um pouco mais aplicada, será retomada nos itens 2.6 (O crescente imobilismo social e a diminuição da capacidade organizacional) e 2.7 (Alguns desafios atuais). Na sequência faremos uma abordagem um pouco mais descritiva e com foco nos movimentos sociais

do campo, que surgiram no Brasil nas décadas de 1940 a 1960, e depois a retomada e recriação dos movimentos nas décadas de 1970 e 1980. As iniciativas de educação popular contribuíram na organização social nesse período de crescente expressão da sociedade civil, conforme descrito a seguir.

Destacam-se as Ligas Camponesas, na década de 1950, em Pernambuco, que aglutinava agricultores envolvidos em várias situações de conflito e luta pela terra, estendendo-se aos poucos a outros Estados. Após vários encontros e congressos destes camponeses, afirma-se a proposta de uma reforma agrária ampla e radical sob o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

Surge, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), que tinha por finalidade a coordenação das associações camponesas e a criação de condições para uma aliança política entre operários e trabalhadores rurais. Essa organização se espalhou por praticamente todos os Estados, com exceção de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.

No final da década de 1950 surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Na sua estratégia de luta pela terra, em 1962 iniciou os acampamentos. Esta não era uma proposta apenas de resistência na terra, como a maioria dos movimentos de luta pela terra, citados anteriormente, e sim uma luta pela conquista da terra. Este movimento surgiu e se fortaleceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Leonel Brizola.

Inicia-se, ainda, a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Embora, inicialmente, sem muita base popular, tem sua regulamentação em 1962 no governo de João Goulart (Jango), quando foram reconhecidos. A primeira Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ocorrida em Natal/RN (1963), propõe-se a criação de uma confederação sindical, unindo as iniciativas da Ultab – que aglutinava a maioria dos sindicatos existentes até então, e os sindicatos ligados ao trabalho de

pastoral da Igreja Católica. Na sequência, em dezembro de 1963, nascia a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), aglutinando as Federações Estaduais (FETAGs) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em sua base.

O resultado dessa construção popular resulta na ampliação da organização e capacidade social exercida através desses Movimentos Sociais. O fortalecimento organizacional e a ampliação da capacidade de mobilização criaram condições para mudanças conjunturais e estruturais no Brasil.

3. A reação opressora do Estado brasileiro

Essa efervescência popular e organizacional desafiava os interesses da elite que dominava a política e a economia, articulada com o imperialismo externo. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, assume a presidência o Vice, João Goulart, que promete realizar diversas reformas: reforma agrária, reforma urbana, aumentar os impostos aos ricos, etc. Nesse momento houve uma aproximação e interação das perspectivas populares com o Governo, numa relação populista, mas que dialogava com os anseios do povo. Essas possibilidades dividiram a sociedade entre essas perspectivas populares e as elites e segmentos conservadores. Expressões disso foram a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade” e o golpe em abril de 1964, impondo uma ditadura militar.

Durante a Ditadura Militar, todos os movimentos e proposições populares e participativas foram massacrados e subjugados ao Estado. Houve reação armada que foi dizimada. A maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais foi fechada. Alguns que sobraram ficaram numa ação meramente assistencialista, que se consolida com a criação do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), órgão da previdência voltado para o campo, cabendo aos sindicatos a responsabilidade burocrática.

Sob estas condições, a partir de 1968, ressurgem muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Persistiram alguns movimentos que se exercem através de outros sujeitos políticos coletivos, como a Igreja e as pastorais sociais progressistas (Comunidades Eclesiais de Base – Cebis; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Comissão Pastoral Operária – CPO, e outros), um tanto clandestinos e disfarçados que aglutinam forças e criam as condições para o enfraquecimento e derrubada da ditadura.

[...] a educação popular foi um desses movimentos que se refugiaram em Organizações Não-governamentais (ONGs) ou mesmo em trabalhos desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (PEREIRA, 2010, p. 79).

4. A retomada da organização social

Com a crise do petróleo e o esgotamento da “era do milagre econômico”, a partir da ala progressista da igreja, surge a Teologia da Libertação e, na sequência, emergem, lentamente, a partir de 1975, algumas organizações basicamente de dentro da igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra, que exercem um papel fundamental na organização inicial dos Movimentos Sociais do Campo. Mas é a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978/79 que inaugura-se uma nova fase do Movimento Sindical Brasileiro. Um sindicalismo que se propõe independente, classista e reformador, opondo-se ao sindicalismo atrelado ao Estado. Esse movimento se fortalece e, no início da década de 1980, realiza a 1º Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), um marco fundamental na reorganização do movimento sindical urbano e rural brasileiro, um dos encaminhamentos propostos foi a organização de uma central sindical brasileira.

Em 1982, realiza-se o Congresso Pró-CUT, Central Única dos Trabalhadores (CUT). Neste Congresso cria-se a Central e evidencia-se

pelo menos dois grandes blocos ideológicos divergindo nos debates sobre estrutura sindical, fundação e papel da central, táticas de luta, entre outros. Esta divergência leva a criação em 1986 da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A CUT propunha uma central classista, de luta, tanto pelos objetivos imediatos quanto pelos objetivos mais históricos da classe trabalhadora, buscando uma sociedade sem exploração, com democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros. Já a CGT propunha um “sindicalismo de resultados” menos ideológico e mais articulado com os interesses imediatos dos trabalhadores. Na sequência, outras centrais sindicais foram criadas, pulverizando o movimento. Vários outros Movimentos Populares surgem a partir da década de 1980. Na sequência abordaremos os principais Movimentos Sociais do Campo por sua interface mais direta com os propósitos da construção metodológica e estratégica que é objetivo central desta sistematização.

4.1 O sindicalismo rural

No sindicalismo rural, a reação ao chamado Sindicalismo de Estado, se dá através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – (Fetraf-Sul/CUT), orgânica à CUT, que incorporou o Departamento de Trabalhadores Rurais que havia dentro da CUT.

Este processo organizacional iniciou-se com a criação, em 1992, de uma instância articuladora dos sindicatos Cutistas, o Fórum Sul dos Rurais da CUT. Em 1997, cria-se a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), no Estado de Santa Catarina. A FETRAFESC solicitou filiação à CONTAG, mas não foi aceita. Em 1999, criou-se a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da agricultura familiar na região (esta

organização articulava sindicatos, cooperativas e ONG). Dando sequência a esse processo de organização foi fundada, em março de 2001, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT), como uma organização sindical específica de agricultores familiares, que a partir de acúmulos construídos na Frente Sul da Agricultura Familiar, propõe a regionalização dos sindicatos municipais, centrando sua atuação na organização da produção e no campo das políticas públicas, através de um sindicalismo propositivo e combativo.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais articulados na Contag, fortemente atrelados ao Estado durante a Ditadura Militar, agora, continuam presentes em, praticamente, todos os Estados brasileiros, com suas Federações Estaduais com muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, mantendo uma grande diversidade quanto ao seu perfil político ideológico. Esta diversidade abrange desde sindicatos e federações com perfil popular e de luta classista com perspectivas transformadoras amplas, a sindicatos e federações com perfil conservador e perspectiva meramente reivindicatória.

4.2 A Via Campesina

É uma articulação internacional de movimentos camponeses que luta pelos direitos dos camponeses no mundo inteiro. Atua em diversos temas como a reforma agrária, Agroecologia, soberania alimentar, gênero, direitos humanos, migrações, trabalhadores agrícolas assalariados, biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos. Constituiu-se formalmente na Bélgica, em maio de 1993, onde foram fixados os objetivos e princípios fundamentais que têm marcado a história da organização. Está dividida em oito representações regionais em todo o mundo, com uma conferência internacional realizada a cada três anos em diferentes países.

No Brasil, fazem parte da Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

4.3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

No bojo da ascensão do movimento operário e outros movimentos sociais, no final da década de 1970, ressurgem também as primeiras ações pela reforma agrária resultantes do trabalho da CPT. A ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (1979), pode ser considerada o embrião do MST. Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos. Em 1985, em meio ao clima da campanha das Diretas Já, o MST realizou, em Curitiba/PR, seu primeiro Congresso Nacional. A palavra de ordem foi "Ocupação é a única solução", nascia aí o MST. Em maio de 1985, surge a União Democrática Ruralista (UDR), uma aglutinação de latifundiários e empresários rurais oponentes à luta pela reforma agrária empreendida pelo MST.

A partir da segunda metade da década de 1980 – a luta pela reforma agrária ganha grande respaldo popular pelo Brasil afora e é reforçada por vários outros movimentos e instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CUT, a Contag e outras. Torna-

se pauta continuada nos governos que se seguem. Além das desapropriações, em praticamente sua totalidade forçadas pelas ocupações, tem-se alguns avanços com a aprovação da nova Lei Agrária em 1993, que entre outros aspectos recoloca a função social da propriedade da terra.

O MST, em sua trajetória, tem se credenciado como um dos principais movimentos sociais da América Latina, incorporando perspectivas que vão muito além da luta pela terra, engrossando as fileiras de muitas outras lutas e mobilizações sociais na busca por transformações sociais.

4.4 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma organização formada por mulheres trabalhadoras rurais. Caracteriza-se como um movimento social popular, de caráter autônomo, democrático, feminista e de massas. Luta pela mudança nas relações entre homens e mulheres e por transformações na sociedade visando à construção de uma nova sociedade, que resgate o valor humano, estabelecendo relações equitativas entre as pessoas em equilíbrio com a natureza, numa perspectiva socialista e democrática.

O MMC articula os movimentos de mulheres rurais no Brasil. Faz parte da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Via Campesina e estabelece relações com organizações rurais, outros movimentos sociais e movimentos de mulheres em toda a América Latina. Além disso, estabelece parcerias com entidades de cooperação nacional e internacional.

Segundo Paludo (2002, p.19-23), a trajetória do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), (hoje MMC) pode ser

caracterizada em três momentos centrais: a) a sua constituição inserida no bojo das lutas sociais populares de resistência no Brasil, b) na busca dos direitos, valorização e participação, a opção pelo movimento autônomo, c) gênero, classe e projeto popular síntese da identidade. Reconstruindo sua trajetória nessa perspectiva, pode-se afirmar que o MMC foi se organizando e se constituindo, inserido no processo mais amplo da luta popular (de classe) e feminista (gênero) no Brasil.

4.5 Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Com a construção dos grandes complexos hidroelétricos na década de 1970, surgem descontentamentos resultantes das desapropriações, indenizações e reassentamentos. Inicialmente, as reações eram mais localizadas e isoladas. Estas reações contavam basicamente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e, em algumas situações, do movimento sindical. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com a construção de grandes barragens como Itaparica na Bahia, Tucuruí no Norte e, Itaipu no Sul, iniciam-se os movimentos de resistência mais organizados e propositivos.

Nestas obras, a luta das populações atingidas pelas barragens que, no início, era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessária uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. Assim, em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Dois anos depois, em março de 1991, é realizado o I Congresso Nacional, onde se decide que o Movimento dos Atingidos por Barragens, deve ser um movimento nacional, popular e autônomo, que deve organizar e

articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. Em 1999, o MAB realiza seu IV Congresso Nacional onde, além das lutas específicas, reafirma o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, e por um Projeto Popular para o Brasil que incluía um novo modelo energético. O MAB integra hoje a Via Campesina Brasil.

4.6 Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA

Além de grande parte dos agricultores familiares não estarem filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou outros movimentos, surge, também, dentre os sindicalizados, uma parcela que não se sentia mais representada pelas organizações existentes. Isto se evidencia, mais fortemente, durante as negociações de soluções para os atingidos pela seca de 1995, no Rio Grande do Sul, onde este segmento não concordava com os termos dos acordos em torno das propostas negociadas e desencadeia uma mobilização dos atingidos pela seca. Esta mobilização provocou, junto a estes segmentos, o aprofundamento da avaliação sobre o método de organização das lutas políticas e sobre o modo de atuação dos movimentos, dando origem a proposta da criação de um novo movimento, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), definido como:

“[...] Movimento Social autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores. Seu nascimento está diretamente relacionado à luta contra a atual situação de empobrecimento econômico e marginalização política da Agricultura Familiar [...]”. O desenvolvimento de sua luta tem como objetivo a construção de um “novo modelo para a agricultura que garanta a viabilização política, econômica e técnica da agricultura familiar”, numa luta através de “um novo jeito de organização

dos agricultores” sustentado “na organização de grupos de base” (NASCIMENTO, 2007, p.203).

Desde o Rio Grande do Sul, onde surge, o MPA passa a organizar-se também em outros Estados do Brasil. Defende como proposta a construção de um “Projeto Popular para a Agricultura”.

4.7 As organizações e articulações em torno da Agroecologia

Inicialmente, os atuais Movimentos Sociais do campo não assumiam a Agroecologia como pauta estratégica nas suas bandeiras de luta, sendo a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB), o Movimento Estudantil e as ONG de assessoria e apoio, os principais protagonistas que tiveram um papel muito importante na construção da Agroecologia.

4.7.1 A Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida reúne experiências das ONG, dos grupos e cooperativas de agricultores ecologistas, organizações da agricultura familiar e movimentos sociais. Conta com a contribuição de muitas lideranças e profissionais ligados a Agroecologia. A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos.

Seus objetivos principais são garantir a identidade popular e transformadora na continuidade da construção histórica da Agroecologia, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, e,

responder de forma coletiva e propositiva a desafios concretos, às questões políticas, técnicas e outras, no cenário local, regional, nacional e internacional.

Especificamente, objetiva desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; construir o mercado justo e solidário; ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade através de processos de certificação participativa em rede; fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

Organiza-se em 26 Núcleos Regionais, distribuídos nos três Estados do Sul do Brasil. Articula em torno de 200 feiras semanais ecológicas e um circuito de trocas entre as feiras, bem como, um circuito de circulação de mercadorias no Sul do Brasil.

4.7.2 Outras redes regionais de Agroecologia

Há diversas outras redes e articulações em torno da Agroecologia nas demais regiões do país como o núcleo de Agroecologia da Rede Cerrado; a rede Sudeste de Agroecologia; a rede Regional de Agroecologia Mantiqueira, a rede Paulista de Agroecologia; articulação Mineira de Agroecologia; rede de Agroecologia do Rio de Janeiro e muitas outras.

4.7.3 Associação Brasileira de Agroecologia - ABA

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) tem como objetivos incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da Agroecologia; promover a Agroecologia levando em conta as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética); organizar reuniões e congressos, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para debate e apresentação de trabalhos relacionados à Agroecologia; editar e divulgar trabalhos sobre o tema; pugnar pela proteção da agrobiodiversidade; despertar o interesse do público nas questões que dizem respeito à Agroecologia; assessorar e aconselhar entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; manter um fórum permanente de ensino em Agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional.

4.7.4 Articulação Nacional de Agroecologia - ANA

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil envolvidas em experiências concretas de promoção da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil.

O papel da ANA não é o de formular e executar estratégias de forma centralizada, nem o de substituir, se sobrepor, coordenar ou interferir na autonomia das diferentes redes e organizações. A existência da ANA exprime-se e justifica-se pela necessidade de interação e mútua fecundação entre essas redes e organizações para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural do Brasil.

4.8 As ONG de apoio e assessoria

Na abordagem a seguir, buscaremos identificar as ONG que atuam no campo da agricultura familiar/camponesa e junto aos movimentos sociais do campo, no Sul do Brasil, de alguma forma envolvidas com a transição agroecológica e a educação popular. A maioria delas surge nas décadas de 1980 e 1990, em contextos e conjunturas específicas, assumindo bandeiras e estratégias relacionadas ao momento histórico, e tem cumprido papéis importantes, como o de apoio aos Movimentos Sociais e elaboração propositiva.

Embora, muitas vezes, executando diretamente as experiências, o seu papel principal tem sido o de germinar propostas e experiências, como a Agroecologia, a agroindustrialização de pequeno porte, a biodiversidade, o resgate e revalorização das sementes crioulas, a venda direta e abastecimento local e a certificação participativa.

Também, algumas tiveram significativa contribuição na Organização Social do Campo, na construção da Agroecologia e na construção metodológica da educação popular. Destaca-se a atuação na sensibilização, na construção propositiva, na organização de iniciativas práticas, na organização inicial da Rede Ecovida de Agroecologia e na construção do marco legal da agricultura orgânica no Brasil, como ainda na construção e sustentação conceitual. Papéis e ações adequadas aos contextos e momentos conjunturais.

Na educação popular, principalmente no que se refere à sistematização metodológica, evidencia-se um número pequeno de ONG. As metodologias adotadas são, basicamente, participativas e alicerçadas no protagonismo popular e coletivo e na construção social do conhecimento.

Hoje, várias ONG passam por um momento de crise, que se expressa em duas dimensões: financeira e dificuldade na atualização dos papéis e revisão metodológica.

A crise financeira e estrutural deve-se à redução dos recursos da cooperação internacional, e da dificuldade legal e burocrática no acesso aos recursos públicos estatais.

Quanto ao papel e metodologias destacava-se, historicamente, um número menor de ONG que assumiam na pauta temas como a Agroecologia, sementes, segurança alimentar; organizar experiências de referência e estudo, formação de lideranças e de base; criar ou assessorar organizações e movimentos sociais e outros. Hoje, muitos temas estão, significativamente, pautados como é o caso da Agroecologia e existem diversas organizações que já assumem a proposta. Portanto, há um novo contexto, mas percebem-se poucas discussões sobre o papel atual e poucos ajustes metodológicos e estratégicos.

Há, também, outros desafios e questões a serem permanentemente vigiadas e avaliadas no que se refere às ONG, como o pouco comprometimento com questões mais amplas que envolvem toda a sociedade; a substituição do papel político dos movimentos e organizações populares; a atuação muito localizada sem articulação e repercussão mais ampla ou, ainda, por questão de sobrevivência, reduzindo-se à condição de subserviência aos financiadores e/ou executoras de políticas públicas.

Identifica-se e descreve-se a seguir, sucintamente, o perfil das ONG mais próximas dos movimentos sociais e mais alinhadas com uma perspectiva transformadora que atuam no campo no Sul do Brasil.

4.8.1 Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar

A Assesoar é uma associação de agricultores/as familiares, camponeses/as que contribui para o surgimento e o fortalecimento de espaços organizativos e de articulação política do campo popular, tendo em vista a construção de conhecimento, na perspectiva da educação popular, da Agroecologia e do desenvolvimento sustentável e multidimensional.

Seus principais objetivos e eixos temáticos são os direitos econômicos, sociais e culturais, a Agroecologia, a segurança/soberania alimentar, a biodiversidade, a educação popular, a organização, a educação do campo, as questões de gênero e geração e as políticas públicas.

Para atingir seus objetivos estabelece relações de parceria com organizações, instituições e atua junto aos movimentos sociais e organizações populares.

A região de atuação da Assesoar é basicamente no Sudoeste do Paraná. No entanto, elabora estudos utilizados em todo o Brasil e em organizações internacionais.

4.8.2 Centro VIANEI de Educação Popular

Foi uma das principais entidades na promoção de tecnologias alternativas, especialmente na década de 1980. Hoje, o Centro Vianeí atua junto aos movimentos e organizações populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. Busca uma sociedade democrática, participativa, justa e solidária. Tem como eixos centrais o cooperativismo de crédito, formação de jovens,

capacitação técnica e política através de cursos de educação popular, produção agroecológica na agricultura familiar, comercialização sócio-solidária, agroindustrialização artesanal e certificação de produtos agroecológicos.

A sua região de atuação é o Planalto Serrano de Santa Catarina.

4.8.3 Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais - Cepagri

O Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI) atua nas regiões do Alto Vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte de Santa Catarina e colaborou na assessoria, animação e capacitação de pessoas e organizações, basicamente rurais, numa perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável embasado na Agroecologia. Sua atuação é, basicamente, através de grupos e/ou associações.

As ações prioritárias concentram-se nas áreas da agroindustrialização de pequeno porte, na comercialização direta, na gestão rural, na produção de sementes, no emprego de tecnologias de produção ecologicamente corretas, além de outros aspectos que visam à melhoria das condições e qualidade de vida.

Teve contribuição significativa na organização inicial da Rede Ecovida de Agroecologia e participação na articulação nacional de educação popular em um momento de revisão estratégica e metodológica.

Há, aproximadamente, 10 (dez) anos enfrentou grave crise política em função da sua decisiva contribuição em processo local de enfrentamento do poder capitalista e tentativa de reconstrução popular transformadora nas organizações proporcionando reações, principalmente junto ao Partido dos Trabalhadores que era pouco combativo e onde

prevaleciam os interesses pessoais de dirigentes e, também, em função da sua contribuição, em parceria com pesquisadores da Epagri, na transição agroecológica junto aos plantadores de tomate da região. As condições criadas levaram a uma forte reação das forças políticas conservadoras, que se utilizaram das “falsas lideranças” presentes nas organizações e no Cepagri, para interromper o processo de transição para a Agroecologia em andamento.

4.8.4 Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - Cemear

O Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR) é uma entidade que congrega grupos de agricultores ecológicos e outros profissionais, da região do Alto Vale do Itajaí de Santa Catarina, na missão de buscar a melhoria da qualidade de vida, através da cooperação, da Agroecologia e do fortalecimento da agricultura familiar. Atua, principalmente, na organização e motivação de grupos na produção, comercialização, processamento, capacitação e formação.

4.8.5 Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) atua no desenvolvimento rural e urbano da região Metropolitana de Florianópolis e tem como principal objetivo a promoção da qualidade de vida do agricultor familiar, bem como, do crescente número de migrantes urbanos. Desenvolve suas atividades de forma participativa e em colaboração com diversas instituições. Seu público é formado por agricultores familiares, grupos formais e informais,

associações comunitárias rurais e urbanas, organizações de assessoria, professores, alunos e pesquisadores.

Teve dois momentos distintos na sua trajetória: na sua origem assumia a condição de entidade coordenada por outras entidades e realizava trabalhos de criação e apoio às propostas inovadoras. Foi o Cepagro, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que iniciou as primeiras cooperativas de crédito, que deram origem ao Sistema Cresol em Santa Catarina. Na sequência, o Cepagro torna-se uma entidade singular e autônoma, com trabalho mais regionalizado na grande Florianópolis.

4.8.6 Centro Ecológico - Serra e Litoral Norte do RS

Foi uma das primeiras e das principais entidades propulsoras da Agroecologia, na década de 1980. O Centro Ecológico tem sua base de atuação nas regiões Serra e Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina e tem como objetivo viabilizar a adoção de tecnologias alternativas na produção agrícola, embasadas na preservação ambiental e na justiça social.

Atua na assessoria para a produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos, resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, organização de produtores e consumidores, capacitação de técnicos, formulação de políticas públicas para uma agricultura sustentável e na luta contra a utilização de transgênicos. Desenvolve cursos de agricultura ecológica, agroindustrialização de produtos ecológicos, associativismo e planejamento, especialmente voltados para agricultores familiares e técnicos da área.

4.8.7 Centro de Tecnologias Alternativas Populares - Cetap

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) é uma entidade de grande relevância na construção de tecnologias populares alternativas nas décadas de 1980 e 1990 e atuante até os dias atuais. A missão do Cetap é contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, atuando na construção da agricultura sustentável com base nos princípios da Agroecologia, formação e capacitação, acompanhamento a grupos de agricultores e assessoria. Com sede em Passo Fundo/RS o Cetap atua diretamente em 33 municípios das Regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

4.8.8 Centro de apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA

O Centro de apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma organização não governamental ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Presta assessoria na organização social e política, na formação e na produção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas.

Tem como objetivo promover o desenvolvimento local de forma sustentável e solidária, visando o fortalecimento das organizações dos agricultores e das redes de cooperação solidária, utilizando metodologias que valorizem a participação e o conhecimento local, associando a teoria com a prática e promovendo a equidade das relações, autonomia e bem estar das famílias.

Atua nos três Estados do Sul do Brasil, com núcleos em Erechim, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Saltilho, Verê e Marechal Cândido Rondon.

4.8.9 Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí - Ecocitrus

A Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS) é uma Cooperativa de Pequenos Agricultores Citricultores Ecológicos do Vale do Caí. Tem como objetivo resgatar e construir a agricultura sustentável, socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável na região. Atua na tecnologia de produção, industrialização da produção, comercialização e certificação solidária.

Busca atuar em toda a cadeia produtiva, desde a produção de insumos, organização social, formação, geração de tecnologia e credibilidade, industrialização e comercialização.

Atua na região da bacia hidrográfica do Rio Caí, Rio Grande do Sul.

4.8.10 Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP

O Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) resulta da articulação de organizações de agricultores, pastorais e sindicatos em torno do desenvolvimento rural sustentável, fundado na sustentabilidade sócio-ambiental dos pequenos agricultores, das populações de baixa renda das pequenas e médias cidades das regiões Centro e Centro Sul do Paraná. Desenvolve atividades de formação e experimentação na construção de alternativas técnicas, sociais e econômicas, no âmbito das comunidades em que atuam.

É uma “entidade combativa”, alinhada com as lutas sociais e parceira dos movimentos sociais populares.

4.8.11 Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Cefuria

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) tem como objetivo construir o protagonismo popular, contribuir na formação da cidadania plena, ajudar o povo a ter vez e voz. Sua finalidade é fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores condições de vida. Promove cursos e debates, acompanha grupos de base, faz o registro das lutas em vídeos e impressos, disponibilizando subsídios temáticos para estudo e pesquisa, apoiando as mobilizações sociais.

Os serviços e as áreas de atuação são Videoteca Popular, Quem TV Produções, Editora Gráfica Popular, Casa do Trabalhador, Centro de Documentação e Biblioteca Popular Mara Vallauri, Lojinha Solidária, Escola de Formação Política Milton Santos e Lorenzo Milani, Projeto Rede da Vida, Talher Fome Zero, Economia Popular Solidária, Comunicação Popular, Projeto Popular para o Brasil.

4.8.12 Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações, pesquisas e estudos, elaboração de propostas e políticas e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar.

Sua missão estratégica é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações e para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável, democrático e solidário.

4.8.13 Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) tem como missão apoiar a construção de capacidades políticas e institucionais de organizações da agricultura familiar para que elas assumam, de forma crescente, o protagonismo na formulação e defesa de padrões de desenvolvimento rural que associam a equidade social, a viabilidade econômica e a conservação dos recursos ambientais.

Tem estimulado e coordenado importantes iniciativas de seleção e produção de sementes crioulas.

Seu objetivo principal é a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira com base nos princípios da Agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar. Realiza a construção coletiva do conhecimento agroecológico e a sua implementação junto a agricultores e agricultoras experimentadores.

4.8.14 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Apaco

A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) estimula e assessora o desenvolvimento da agricultura de grupo nas regiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina. É formada e dirigida por grupos de agricultores familiares que se organizam e desenvolvem suas atividades de forma cooperada, a partir das suas próprias experiências em comunidades. Tem por objetivo o desenvolvimento sustentável e solidário para a construção de um novo modelo de agricultura, com base na cooperação das unidades de produção familiar e nos princípios da Agroecologia.

Sua principal contribuição histórica está na promoção e desenvolvimento da agroindustrialização familiar de pequeno porte.

4.8.15 Instituto Morro da Cutia - IMCA

A missão do Instituto Morro da Cutia (IMCA) é promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, através da Agroecologia, da comercialização ética, justa e solidária e da educação ambiental. Tem como público prioritário a agricultura familiar, fortalecendo a região em que está inserido, bem como, atuando em nível nacional e internacional.

Atua na reciclagem de resíduos industriais; comercialização no mercado justo e economia popular solidária; assessoria e capacitação a grupos de agricultores, a projetos de adequação ambiental e na produção de mudas. Possui um centro de formação com estrutura bioconstruída para hospedagem e realização de cursos.

4.8.16 Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA

A missão institucional da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) é animar e potencializar o protagonismo popular, através de movimentos e processos que fortaleçam a organização das famílias agricultoras e consumidoras, construindo a Agroecologia como alternativa na transformação social.

Realiza formação e organiza e acompanha grupos na produção, nas feiras e no circuito de trocas. Atualmente, contribui na organização de iniciativas de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e é uma das principais animadoras do circuito de trocas da Rede Ecovida.

Atua nas Regiões Metropolitana de Curitiba, Centro-Sul, Litoral do Paraná e Vale do Ribeira em São Paulo.

4.8.17 Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba - Acevam

A missão de Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM) é facilitar o processo de conscientização, compartilhando vivências coletivas, solidárias e co-responsáveis, fortalecendo a agricultura familiar ecológica, o agro-ecoturismo e o consumo consciente. Tem como objetivo central organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. Atua no Extremo Sul Catarinense.

4.8.18 Cooperafloresta

A Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR caminha em busca do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de uma consciência ambiental, visando a construção da Agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social, através de alternativas de produção e renda para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para tal, a Cooperafloresta propõe-se contribuir em processos de organização, formação e capacitação das famílias agricultoras, planejamento dos sistemas agroflorestais, além do beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção.

É uma das principais referências em sistemas agroflorestais multi-estratos e biodiversos do Sul e do Brasil.

Atua no Vale do Ribeira, envolvendo os municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (PR).

4.8.19 Fundação Rureco

A Fundação Rureco tem como objetivo central apoiar e articular, regionalmente, as ações dos pequenos agricultores nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e associativismo. Suas ações orientam-se pelos princípios da Agroecologia, estimulando a organização e a capacitação dos agricultores familiares. Atua na região Centro do Paraná.

4.8.20 Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços - Cooperiguaçu

A Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (COOPERIGUAÇU) nasceu em 1988, em resposta à necessidade de organização dos profissionais das Ciências Agrárias que lutavam junto com os movimentos populares por uma nova proposta de desenvolvimento rural. Foi constituída com a missão institucional de promover alternativas que proporcionassem viabilidade econômica, equilíbrio ecológico e justiça social, priorizando a agricultura familiar e suas organizações.

A Cooperiguaçu tem participado das discussões com relação à nova política de ATER, desde 1997, por ocasião da realização dos primeiros encontros em Brasília sobre uma nova política de ATER, assim como, na primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e

Extensão Rural, realizada em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro de 2004, quando houve o lançamento oficial da Pnater pelo Governo Federal. De lá para cá, tem se envolvido, ativamente, nas ações promovidas pela Política Nacional de ATER (PNATER), como as conferências de ATER, alguns debates da Lei Nacional de ATER (Lei nº 12.188 de 2010) e, mais intensamente, na Lei de ATER Estadual do Paraná (Lei nº 587 de 2012), em fase de regulamentação.

A Cooperiguaçu sempre manteve um número médio de cinquenta profissionais cooperados das áreas de agronomia, veterinária, economia doméstica, administração rural, pedagogia, geografia, técnico florestal, técnico em Agroecologia, técnico agropecuário, técnico agrícola e conta, ainda, com a participação de agricultores de “notório saber”. A estratégia adotada pela Cooperativa foi de evitar o inchaço, apoiando a constituição de outras cooperativas parceiras. Resultado disso foi a criação da Coopepermarrecas, da Cooperfronteira, da Cooperpinhais e de uma Central, hoje denominada Central das Cooperativas de ATER do Paraná (CENATER), constituída, atualmente, por seis Cooperativas no Estado e filiada a Cenater Nacional.

A Cooperiguaçu tem, estatutariamente, habilitação para atuar em todo o território nacional, no entanto, tem concentrado suas ações no estado do Paraná. O público prioritário de atuação ao longo de sua história foi a agricultura familiar e os assentados da reforma e suas organizações. Os trabalhos desenvolvidos pela instituição visam a construção de estilos sustentáveis de agricultura para apoiar na busca do desenvolvimento local. Para isso, orienta-se pelos princípios agroecológicos e considera que o conhecimento deve ser construído a partir da realidade local, das famílias, grupos, comunidades e suas organizações.

A Cooperiguaçu⁴ desenvolve projetos do governo federal, estadual, municipal e de entidades da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária através de convênios, de chamadas públicas e outras modalidades. Nesses anos da atuação tem acumulado boa experiência no planejamento, execução, monitoramento e avaliação destas ações. No entanto, uma das grandes aprendizagens institucionais foi na construção de parcerias locais.

4.8.21 Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em Agroecologia - Ceagro

O Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em Agroecologia (CEAGRO) é um centro de assessoria e apoio criado pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) na região Centro Oeste do Paraná. Realiza cursos técnicos, acompanhamento técnico às famílias assentadas e pesquisa na área da transição agroecológica.

Em seus dez anos de existência, o Ceagro tem contribuído na promoção da cooperação, na formação e mobilização das mulheres e jovens e na organização da produção agroecológica.

Mais recentemente vem respondendo a editais de ATER, através de Chamadas Públicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adotando, também, a metodologia proposta nesta sistematização. Com isso aumenta sua capacidade de atuação na região.

Em 2010, iniciou a criação de um Núcleo Regional de Agroecologia da Rede Ecovida. Essa articulação em rede tem contribuído para o avanço do debate, da troca de experiências, da produção de alimentos, da

⁴ A sistematização metodológica apresentada neste livro é resultado, basicamente, do esforço realizado pela Cooperiguaçu em vários projetos de ATER, em vários projetos de parceria com organizações e movimentos sociais do campo.

participação e conscientização da sociedade em diversos setores, quanto à importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa e da viabilização da produção familiar e ecológica. Atualmente, o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com 36 grupos, em 12 municípios da região e com, aproximadamente, 450 famílias envolvidas na transição agroecológica. A perspectiva é de chegar a 1.000 famílias, nos próximos anos.

A metodologia de transição agroecológica, em construção, visa a massificação da proposta, contemplando a diversidade de condições e perspectivas das famílias agricultoras na região. O objetivo desse processo é a redução dos custos de produção, a qualificação do autoconsumo e a diversificação dos sistemas de produção, ampliando a resistência e resiliência dos mesmos.

No campo da produção e comercialização conta com uma agroindústria, quase pronta, com capacidade de processamento de 20.000 litros de leite orgânico por dia. Atualmente, destaca-se a produção de hortaliças para as feiras, o PAA e o PNAE. Inicia-se, também, a produção de frutas. A expectativa é, em breve, abastecer o restaurante universitário (800 refeições dia), buscar outros espaços no mercado local/regional e entrar no circuito de comercialização da Rede Ecovida.

Tem parceria com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), e com a Experiência de Cooperação de Mondragon (país Basco - ES). Atua na região Centro Oeste do Paraná.

Há, ainda, outras entidades criadas recentemente, sendo a maioria articulada, principalmente, com a organização da produção, crédito ou ATER, entre elas: Sisclaf, Sistema Cresol, Infocus, Coopafi, Cenater, Unicafe.

5. A efervescência organizacional da década de 1980: principais eixos de luta

A década de 1980 foi a década de maior mobilização e efervescência organizacional na história do Brasil. A retomada dos movimentos sociais coloca na pauta inúmeras bandeiras de lutas políticas e sociais, como a luta pela terra, a luta por direitos políticos e sociais, a luta por moradia, por saúde, por salário e tantas outras. Também, nessa década construíram-se vários eixos de lutas comuns, que resultaram em grandes mobilizações e conquistas. Destacam-se, a seguir, as mais significativas quanto à sua amplitude e resultados.

5.1 Diretas já

O movimento “Diretas-Já” aglutinou intelectuais, estudantes, artistas, organizações populares, lideranças sindicais e políticas em uma grande mobilização nacional por eleições presidenciais diretas no Brasil. Essa articulação teve início em 1983 e se ampliou, rapidamente, devido à resistência e repressão do governo e, também, dado ao agravamento da crise econômica. No início de 1984, ocorreram muitas manifestações sociais. Em São Paulo, envolveu mais de 1 milhão de pessoas, no Rio de Janeiro, aproximadamente, 1 milhão e mais de 5 milhões de pessoas, em todo o Brasil.

Houve muita violência e prisões. Embora o pleito tenha sido derrotado no congresso, em 1985 conquista-se a volta de um governo civil (Tancredo Neves), em eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional. Efetivamente, a eleição direta consolida-se em 1988, com a nova constituição e a eleição presidencial de 1989.

5.2 A Constituinte de 1988

Esse foi um dos grandes momentos da história contemporânea do Brasil, onde o conjunto da sociedade, envolvendo as pastorais sociais, os movimentos sociais, lideranças artísticas, intelectuais e a população em geral mobilizou-se para um novo ordenamento político do país. As primeiras movimentações se deram na eleição do congresso, com poderes constituintes, em 1986. A atuação popular aconteceu, principalmente, através das emendas populares que foram subscritas por, no mínimo, 30 mil eleitores. Ao todo, foram apresentadas 122 emendas populares, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas, sendo que algumas com mais de 500 mil assinaturas. Assim, estabeleceram-se relações de participação popular direta na Assembleia Nacional Constituinte. O processo envolveu muita pressão sobre os deputados, encontros e debates, deslocamento de caravanas à Brasília para pressionar as votações, etc.

Algumas propostas não conseguiram êxito, como a proposta de realização de ampla reforma agrária, mas houve grandes avanços na área dos direitos e garantias sociais, na descentralização administrativa e das políticas públicas.

5.3 A Campanha presidencial de 1989

Este foi outro grande momento de confluência popular. Muitas organizações e movimentos se empenharam porque a campanha estava polarizada entre dois projetos. De um lado, a burguesia e a continuidade das políticas neoliberais e, do outro, a crença na transformação social e as perspectivas populares, expressas na figura do candidato Luis Inácio da Silva (Lula). A campanha presidencial de 1989 carregava a força da efervescência social da década de 1980.

5.4 Algumas conquistas contemporâneas do campo

a) No campo, destaca-se a luta pela reforma agrária com muitas ocupações de terra e assentamentos, com grande adesão e aprovação da sociedade em geral. A aprovação do artigo 186 da Constituição, que trata da função social da propriedade rural (função social da terra), foi passo importante na luta pela reforma agrária no Brasil.

b) Foram, também, importantes as mobilizações e posturas progressistas da Federação das Associações dos Engenheiros agrônomos do Brasil e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) que contribuíram na aprovação da lei dos agrotóxicos em 1989, tornando mais rigorosos os registros destes produtos. Essas mobilizações marcam avanços, inclusive, na obrigação do uso da caveira nos rótulos dos defensivos agrícolas (assim denominados pelas empresas) que passaram, a partir daquele momento, a ser chamados de agrotóxicos. Tiveram, ainda, papel central nas discussões e atividades em torno da, então chamada, “agricultura alternativa” e hoje, Agroecologia.

c) A conquista da Política Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), embora desproporcional em relação ao total de investimentos no campo, é parte do reconhecimento da agricultura familiar e suas particularidades.

d) A lei da agricultura familiar, Lei nº 11.326/2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Com essa lei, a agricultura familiar passa a ser reconhecida e ganha mais visibilidade. A importância disso expressa-se, principalmente, no reconhecimento da diversidade existente no campo que estava sendo homogeneizada pela lógica do agronegócio. São beneficiários desta Lei: agricultores familiares, silvicultores, extrativistas e pescadores.

e) O marco legal da agricultura orgânica no Brasil, que regulamenta a produção orgânica tornou-se, inclusive, referência no mundo, especialmente, no reconhecimento do controle social através dos sistemas participativos de garantia.

f) A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional através da Lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei determina o direito do acesso alimentar e nutricional em quantidade, qualidade e diversidade alimentar. Aspectos estes que reforçam a importância da agricultura familiar/camponesa e a produção agroecológica.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei federal nº 11.346, art. 3º).

A política nacional de segurança alimentar e nutricional tem possibilitado bons debates relacionados à produção, qualidade, disponibilidade e acesso aos alimentos.

g) Criou-se o programa de alimentação escolar que, em 2009, virou política pública permanente através da Lei nº 11.947. Além de estabelecer importantes aspectos quanto à qualidade nutricional.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; (Item I - Art. 2º Diretrizes da alimentação escolar).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, agora lei da alimentação escolar, traz avanços importantes no debate da alimentação, beneficia a agricultura familiar, prioriza a alimentação agroecológica e fortalece o desenvolvimento sustentável.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Art. 14. Lei nº 11.947/2009).

Seguindo o exemplo, no Paraná, institui-se no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica, sendo que:

Entende-se por merenda escolar orgânica a merenda escolar certificada, conforme legislação federal pertinente. “Assim, entre outras especificações da legislação, os alimentos fornecidos na merenda escolar não poderão conter agrotóxicos em toda a cadeia produtiva de todos os seus itens e competentes.” (Art. 1º. Lei nº 16.751/2010).

São significativos avanços na direção dos circuitos curtos de comercialização, abastecimento local/regional, comercialização direta e estímulo à transição agroecológica, já que os produtos orgânicos têm prioridade e um acréscimo de 30% no preço. Neste caso a continuidade já não depende do governo, pois se trata de uma lei que se realiza através de política pública de forma continuada.

h) O Programa de Aquisição de Alimentos tem sido muito importante para uma parcela expressiva da população tanto da cidade como do campo, pois evidencia a importância do abastecimento local/regional, dos circuitos curtos e da comercialização direta. Tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade

necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Apesar da sua importância, o PAA não foi transformado em lei ainda. É um programa de governo que pode ser extinto pelo próprio governo, a qualquer hora.

i) O Pnater é resultado de uma interação importante entre governo e sociedade e traz entre os principais avanços: assegurar com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso ao serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar dos avanços, ainda é grande a distância entre a proposta e a prática. Primeiro, por não chegar de fato e de forma satisfatória junto às famílias e, segundo, por ser basicamente realizada por instituições viciadas nas velhas lógicas da “extensão rural”. Esta proposta será mais adiante.

Apesar da sensação de imobilismo é preciso resgatar os avanços metodológicos e de conteúdo no conjunto da sociedade e atores sociais, sendo:

- Grandes conquistas e avanços sociais na nova constituição (1988);
- Retomada das eleições diretas no Brasil em 1989;
- Eleições de governos populares (Partido dos Trabalhadores e outros partidos de centro-esquerda e de esquerda) que incorporaram propostas das organizações sociais;
- Muitos educadores e lideranças populares passaram a atuar dentro de governos populares, exercendo, em grande medida,

conteúdos e metodologias populares. Paulo Freire foi secretário de Educação na Gestão de Luíza Erundina na Prefeitura de São Paulo, em 1989;

- Instituições de ensino e pesquisa passam a incorporar, mesmo que parcialmente, conteúdos como a Agroecologia;
- Adoção do orçamento participativo em algumas gestões públicas;
- Abrem-se espaços, mesmo que pequenos, em diversos Ministérios para temas e propostas como a Agroecologia, educação do campo, segurança alimentar;
- A ideia da participação e das metodologias participativas se espalhou em diversos espaços públicos e privados;
- Criação de diversos Conselhos Populares, Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais e Comissões em diversos níveis da gestão pública.

6. O crescente imobilismo social e a diminuição da capacidade organizacional

No Brasil, o capitalismo, na sua fase neoliberal desmantelou as organizações da classe trabalhadora da cidade e engessou as do campo. É claramente visível o enfraquecimento organizacional e a crescente imobilidade social a partir da década de 1990. Crise esta que se arrasta até hoje sem que se vislumbre mudanças de cenário num curto espaço de tempo. O avanço avassalador do capitalismo criou a ideia de ser o único caminho, ou a visão fatalista da história, e tem influência significativa na diminuição da crença e esperança de que outro mundo é possível. A queda do muro de Berlim, a queda da União Soviética e do socialismo real sustentado no Estado, enfraqueceu a ideia da alternativa ao capitalismo.

Enfraqueceu a perspectiva do modelo clássico de movimentos sociais de massa amplos e ávidos por mudança social e pelo estabelecimento da Revolução. Muitos lutadores, acadêmicos e pensadores, passaram a se dedicar a temas mais neutros, deixaram de pregar o socialismo.

Na década de 1980, com a globalização e, na década de 1990, ganham força a proposta neoliberal do Estado mínimo, a expansão econômica e a ampliação dos poderes do mercado, que resultou na flexibilização das leis sociais e desregulamentação das legislações trabalhistas. A ampliação do desemprego, resultante do avanço tecnológico e a diminuição das garantias, fragilizaram os movimentos dos trabalhadores e, inclusive, a individualização das oportunidades e do acesso ao desenvolvimento técnico e científico, acentuou a competição entre os trabalhadores. O avanço da tecnologia da informação e o aumento na velocidade das mudanças tecnológicas, também, foram e são condições de forte influência sobre as pessoas e sobre os movimentos sociais.

Diante disso, novas condições se estabelecem e novos fenômenos sociais estão surgindo. Segundo Gohn (2007) evidenciam-se novas dimensões da mobilização dos atores sociais e surgem novas formas de luta articuladas em torno de elementos culturais, da solidariedade, das lutas sociais cotidianas e de processos de identidades gerados, etc.

Os movimentos sociais atuais e a interpretação sobre os mesmos vão ganhando novos contornos, R, requerem, segundo Gohn (2007), especialmente na América Latina, de novas sistematizações/interpretações.

No caso do Brasil, além dos aspectos mais globais, há causas resultantes de fatores conjunturais mais específicos, que acreditamos influenciar a capacidade de mobilização, organização e luta dos movimentos sociais, não havendo talvez uma causa principal, sendo difícil medir o peso da influência de cada fator.

Fatores mais específicos que, de forma mais ou menos intensa, contribuíram para o imobilismo social no Brasil:

- a) Durante a Ditadura Militar, as atenções se voltavam para o Estado e para o restabelecimento da democracia. O inimigo era visto no governo. Com o fim da Ditadura e a participação representativa nos governos, o inimigo tornou-se invisível. Alguns poucos movimentos não perderam a dimensão estratégica e continuaram percebendo o inimigo, principalmente, nas grandes corporações. Assim, segundo Gohn (1997), os movimentos sociais já não objetivam tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais;
- b) A década de 1990, em todo o país, foi um período de grande violência contra os Movimentos Sociais, com mortes, prisões, e massacres, alguns de repercussão internacional, como foi o caso de Eldorado de Carajás e outros;
- c) Recuo na contribuição progressista da igreja, fragilização das pastorais sociais e a sistemática perseguição à teologia da libertação;
- d) Os Movimentos Sociais passaram a priorizar pautas próprias e se “voltaram para dentro”. Não se visualiza mais eixos comuns e poucas atuações e lutas conjuntas se realizam;
- e) Crescente individualização das pessoas e organizações;
- f) Com o agravamento da crise, as lutas por direitos e transformações mais amplas, dão lugar às lutas pela sobrevivência e pela garantia do emprego;
- g) Ampliação do trabalho informal;
- h) Com a eleição de governos populares, muitas lideranças passaram a ocupar espaços dentro dos governos, saindo da atuação junto aos movimentos. E, embora esses novos

governos tenham surgido a partir da efervescência organizacional, estes não tiveram suficiente preocupação em fortalecer a base organizacional dos Movimentos Sociais e ONG progressistas⁵. A tentativa de aproximação via convênios e contratos, tem gerado muitos problemas que em um cenário de disputas com os setores mais conservadores, vem “criminalizando” as entidades e movimentos sociais;

- i) A ampliação das parcerias entre o público e o privado, dado às influências neoliberais sobre o Governo, tem fragilizado a perspectiva transformadora mais radical da sociedade;
- j) A diminuição da cooperação internacional levou muitas entidades e movimentos a buscar recursos junto às esferas governamentais. Recursos, normalmente engessados, reduzindo as organizações à condição de executoras de projetos e políticas públicas, fragilizando seu papel de militância, assessoria e formação, principalmente de formação política;
- k) Diminuíram as iniciativas de formação de lideranças e pouco trabalho de base é realizado, sendo que algumas organizações perderam sua capacidade de mobilização e viraram figuras de representação, o que, popularmente, tem-se chamado de “movimento dos capas pretas”. Ou seja, lideranças e instituições sem povo. O “poder” passa a ser dos liberados nas organizações e até mesmo do partido. Isso tem gerado uma certa crise institucional e enfraquecimento das formas tradicionais de organização representativa verticalizada;
- l) Excesso de ativismo, análises insuficientes do contexto atual e falta de teorização dentro das próprias organizações populares

⁵São chamadas de progressistas as organizações que se posicionam contra o capitalismo e assumem a perceptiva da transformação social, articuladas com os Movimentos Sociais.

e, conseqüentemente, poucas revisões/ajustes nas estratégias e metodologias;

- m) Ampliação de políticas sociais, como bolsa família e outras conquistas através de programas habitacionais, durante os governos democráticos populares de Lula e Dilma, aliadas às novas oportunidades de trabalho e pequenas melhorias na renda diminuem a insatisfação de parcela expressiva da população brasileira;
- n) Há uma grande dificuldade para encontrar eixos temáticos comuns de aglutinação regional e/ou nacional;
- o) Ganha força a ideia de que o capitalismo é o único caminho possível, e perde visibilidade o movimento de um outro mundo possível;
- p) Diante do poder das grandes corporações e das condições estruturais e conjunturais estabelecidas, as pessoas têm a sensação de que não têm controle ou condições de influir no trabalho, na produção e no dia a dia de suas vidas. O inimigo tornou-se invisível (“despersonificado”), antes parecia estar no governo e agora já não aparece para a grande maioria da população, ao que popularmente se chama de “mãos invisíveis do neoliberalismo”. O que é o sistema? Quem é o opressor? O que é o capital? Onde está?;
- q) E, por último, evidencia-se uma grande dificuldade de posicionamento diante da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e agora Dilma Russef, que se identificam como centro-esquerda e propõem uma transformação lenta e processual, mas que, até o momento, tem proporcionado mudanças políticas mínimas, e fortalecido segmentos como o agronegócio, contra os quais lutam alguns Movimentos Sociais do Campo, a destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Diante do enfraquecimento da luta institucionalmente organizada e a perda de visibilidade de possibilidades transformadoras mais efetivas observa a ampliação de iniciativas de resistência, mobilizações e ações coletivas articuladas de forma horizontal, envolvendo diferentes categorias, exercidas através de novas ferramentas ainda pouco percebidas e pouco entendidas quanto ao seu potencial transformador.

7. Alguns desafios atuais para a organização social

Visualiza-se um contexto de crescentes crises (econômicas, sociais, ambientais, existenciais, etc), em conjunturas muito dinâmicas, e em contextos estruturais complexos. Para visualizar melhor os desafios é necessário antes entender melhor esse momento estrutural e conjuntural do modelo e organização da sociedade, e das percepções e reações das pessoas. Para tanto, levanta-se, a seguir, alguns aspectos mais gerais.

7.1 Um governo em disputa

No Brasil é exercida a democracia representativa e quando se discute o desenvolvimento, as atenções se voltam, predominantemente, ao Estado e aos Governos, historicamente, atrelados ao poder econômico que usam da coerção e do autoritarismo para sustentar as condições e interesses da elite dominante. Cria-se a ideia da imparcialidade e neutralidade dos eleitos que se dizem “do povo, pelo povo e para o povo”. Condição que se autodenomina de democrática pela existência de eleições diretas, de liberdade política e do pluripartidarismo.

É muito forte, também, a percepção do Estado como o grande protagonista do desenvolvimento. Isso, em parte, deve-se à trajetória

recente do Estado como único protagonista durante a ditadura militar. É preciso fortalecer a organização da sociedade civil, especialmente, por se tratar de um Estado com governos em disputa numa correlação de forças desigual para com os trabalhadores, pois as grandes corporações, fortalecidas pelo próprio Estado, fazem dos governos seus reféns. O campo é exemplo claro dessa condição. O agronegócio e as grandes corporações envolvidas ditam normas, mudam leis e assaltam o Estado. Essa condição se mantém mesmo em governos de centro esquerda que se propõem populares. Não dá para negar que houve avanços, mas é evidente que não tem proporcionado mudanças estruturais e conjunturais mais efetivas. Bandeiras assumidas na campanha, como a reforma agrária, não só não se realizaram, mas diminuíram as ações realizadas, apesar da pressão das ocupações de terras do MST.

Os Movimentos Sociais no Brasil tiveram papel importante na resistência contra o neoliberalismo. Fizeram importantes trabalhos de formação, conscientização e lutas concretas, que propiciaram avanços sociais, políticos, e possibilitaram ocupar espaços significativos com a eleição de governos de centro-esquerda. Mas o imobilismo social e a pouca capacidade organizacional e de mobilização social dos movimentos proporcionaram uma condição de fragilidade para conter a voracidade econômica dominadora das grandes corporações e a virulência do mercado.

Este cenário de imobilismo, agravado pelas dificuldades geradas no contexto dos governos de centro-esquerda, compostos com forças populares e forças articuladas com o neoliberalismo, desafia os Movimentos Sociais para uma tomada de decisão política, e um aprofundamento teórico e conceitual, como afirma o professor e pesquisador uruguaio Raúl Zibechi:

A partir das mudanças registradas, os movimentos sociais não podem continuar a funcionar como antes, principalmente nos países onde há a presença de governos de esquerda e progressistas, onde lhes é

imposta a necessidade de refinar táticas e discutir estratégias para enfrentar situações inéditas. Os desafios colocados por essas mudanças estão sendo debatidos há algum tempo (Seoane; Taddei, 2004), e não só política, mas também teórico ou conceitual, já que as formas anteriores de analisar e compreender a realidade estão se mostrando, muitas vezes, incapazes de dar conta dessas novas situações (ZIBECHI, 2006, p. 06).

Zibechi (2006) identifica alguns grandes desafios atuais para os Movimentos Sociais, sendo: a revisão e qualificação das relações junto aos governos progressistas que compactuam pontualmente com suas propostas. Não dá para continuar fazendo análises simplistas, é necessário compreender melhor os efeitos e consequências futuras das atuais políticas adotadas, como por exemplo, se de fato o Bolsa Família amplia os direitos e cria novas oportunidades aos mais pobres ou é uma política compensatória e, de certa forma, clientelista, as reais consequências da subordinação ao sistema financeiro e outras. Faz-se necessário, também, aprofundar os conceitos de continuísmo (do modelo neoliberal), cooptação e traição. Outro desafio refere-se às grandes periferias, onde predomina o desemprego, as políticas públicas de sobrevivência mínima e a dominação do narcotráfico. Um último refere-se à ampliação das iniciativas de produção e reprodução auto gerenciada e de micro poderes locais, aqui no Brasil classificadas como economia solidária.

7.2 A necessidade de uma nova democracia

No campo político organizacional apregoa-se a democracia como um imperativo planetário. A democracia deveria ser assumida como forma de potencializar a superação das difíceis condições de existência e sobrevivência que as pessoas enfrentam. Ser a forma de garantia do acesso igualitário às condições básicas de vida: água, moradia,

saneamento básico, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer. Mas, de fato, a democracia exercida está dissociada dos fins e valores do coletivo, sendo assumida apenas como técnica de organização e administração do poder, sob a racionalidade formal e legal. Trata-se de uma democracia não exercida diretamente pelas pessoas e dissociada dos fins e valores do coletivo envolvido.

Os novos movimentos sociais, de certa forma, anseiam por uma nova forma do exercício da democracia com ênfase na participação social, o que Calle Collado (2005), denomina de democracia radical. Angel refere-se especialmente aos novos movimentos globais como um conjunto de atores políticos, evidenciando sua ação e perspectiva para muito além da mobilização de protesto, ou seja, sua intenção de promover “ordens sociais alternativas às que impulsionam a arquitetura mundial imperante”, onde:

[...] os novos movimentos sociais globais propõe um novo paradigma político que persegue a transição de sistemas de democracia formal a processos de democracia radical (CALLE COLLADO, 2005, p. 83).

A democracia radical preconiza uma ruptura nas condições de acesso às decisões, na forma de construção das pautas e conteúdos, na metodologia de participação e tomada de decisão.

O Quadro 1, a seguir, traz uma síntese comparativa em torno de questões fundamentais para uma efetiva democracia.

Quadro 1: Desde uma política de procedimentos a processos de democracia radical

	Política de procedimentos	Democracia radical
Condições de acesso	Igualdade formal.	Igualdade real em recursos, informação, possibilidade de intervenção, etc.
Participação: formato de acesso	Observação, adesão ou representação.	Decisão (direta e partilhada) sobre conteúdos e regras
Participação: conteúdo	Projeto definido.	Projeto aberto.
Deliberações: metodologia	Exposições e maiorias. Lógica: universalidade racional e eficiência	Diálogos e consensos. Lógicas: traduções e contextos: vinculação (global).
Deliberação: intercâmbios (trocas)	Escassos: dedução (de cima para baixo) ou agregação simples de posições.	Muito presente: fluxos horizontais intensos.
Conteúdos: Eixos, debates, etc.	Reclamações singulares, expressivas ou materiais.	Democracia se converte em demanda particular e em eixo transversal.

Fonte: Novos Movimentos Globais (CALLE COLLADO, 2005, p. 83).

7.3 Os novos Movimentos Sociais e a condição de “Ser em Rede”

Os novos movimentos se realizam em formato de Rede e se organizam a partir de espaços e instâncias de interação coletiva.

O nosso dia a dia é um emaranhado de redes: redes de internet, redes de supermercado, redes de lojas, redes bancárias e assim por diante. A sociedade é uma grande rede composta de um emaranhado de inúmeras redes. Com a globalização, o mundo capitalista torna-se uma grande rede econômica e mercadológica, influenciando fortemente as

condições políticas, sociais e culturais dos povos. Mas com o avanço tecnológico, emergem inúmeros movimentos sociais construídos a partir de novas e poderosas identidades coletivas, que pressionam por diferentes condições econômicas, ambientais, sociais e culturais. Essas identidades são construídas a partir de bases históricas ou momentâneas, e podem se enfraquecer ou fortalecer na sua trajetória.

Essa expressão ‘novos movimentos sociais’ surge em meio a uma relativa crise do Marxismo ortodoxo e propõe a ampliação da análise, fortemente sustentada nas estruturas sociais, especialmente a econômica. Explicita a necessidade de consideração de novas dimensões relacionadas à subjetividade dos indivíduos para dar conta dos novos fenômenos políticos e sociais contemporâneos, e defende a dimensão política como parte de toda prática social. A grande crítica a esta proposição é não ter as classes sociais como centralidade, o que não significa seu abandono. Propõe uma análise ajustada à diversidade e complexidade das atuais relações produtivas e políticas. Os novos movimentos sociais assumem novos temas aglutinadores como a luta pela terra, gênero, moradia, questão ambiental, Agroecologia, feminismo, autonomia política e outros. Evidenciam-se os movimentos contra a globalização neoliberal, contra o consumismo e o produtivismo (que não trazem a felicidade) e contra as formas tradicionais de fazer política.

Segundo Calle Collado (2013), embora esses novos movimentos sociais se articulem, basicamente, em torno da busca de resultados e momentaneamente, traduzem uma nova forma de fazer política e novas formas de vinculação social. Portanto, os novos movimentos sociais pautam, também, a forma organizacional sendo que, diante da crescente verticalização, a personalização e burocratização institucional que ocorre, inclusive junto aos próprios movimentos sociais, com mais ou menos intensidade. Outro aspecto refere-se à necessidade de multiplicar a

capacidade social⁶ e sua participação efetiva para além da base social filiada às atuais organizações, sugerem novas estratégias e novas formas de organização e luta. Entende-se que, mesmo diante do atual imobilismo social, há muita indignação e inquietações junto a uma grande parte da população. O desafio está na articulação, qualificação e mobilização desse conjunto de pessoas que, em sua maioria, não está articulada em nenhuma organização social institucionalizada. Não é preciso desperdiçar as experiências construídas, mas é necessário revisar estratégias e redescobrir novas formas organizacionais, e reencontrar eixos comuns de luta local, regional e nacional.

Os novos movimentos sociais são capazes de criar identidades fora dos espaços institucionalizados e provocar transformações envolvendo uma maior diversidade de sujeitos sociais, institucionalizados ou não, de diferentes grupos sociais na relação de produção. Essas identidades podem afirmar-se a partir de questões mais específicas ou concretas, como as conquistas de direitos, e devem contemplar dimensões de ordem estratégica mais ampla, como a transformação social e ruptura com a ordem capitalista em vigor. Para tanto, segundo Calle Collado (2013), é necessário passar de momentos insurgentes de protesto para dinâmicas insurgentes no seio da sociedade e passar do político à política.

Para Castells (1996, p. 24): “[...] a construção social da identidade ocorre em um contexto histórico marcado por relações de poder.” E,

⁶ Utiliza-se este termo **capacidade social** em substituição ao termo do “**capital social**” largamente utilizado por sociólogos brasileiros como Ricardo Abramoway com a intenção de incorporar-lhe a dimensões sustentadas na educação popular, reforçando a condição de sujeito coletivo e protagonismo popular. Concorde com a visão de um povo capaz, que participa e se organiza, mas reforça sua condição de autonomia. Segundo Scherer-Warren e Lückmann (2004), a aproximação e parceria da sociedade com o Estado de forma complementar e com consensos, apresenta um certo “tom” conciliatório nas relações sociopolítico-institucionais, sugerindo, que: “Não é à toa que os governos e as agências multilaterais (BIRD, BID, FMI) se apropriam de um conceito de capital social que, destituído de qualquer caráter de conflituosidade, está ancorado nas ideias de voluntariado e filantropia empresarial”. Reduzindo assim a condição política e fortalecendo a noção de “confiança, civismo, complementaridade, eficiência e colaboração.”

propõe uma distinção quanto às formas e origens de construção das identidades, sendo:

[...] identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade [...]; identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação [...]; *identidade de projeto*, quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social (CASTELLS, 1996, p. 24).

A Via Campesina e o Fórum Social Mundial são redes que se articulam em torno de uma identidade de projeto contra o capitalismo em torno da proposta de que “um outro mundo é possível” e são redes contínuas no tempo e que mantêm regularidade de ações e mobilizações. Uma experiência, também, relevante quanto às novas formas organizacionais está na revolta da população urbana e rural reforçada pelo movimento indígena na Bolívia que, a partir de uma questão bem concreta envolvendo a tentativa de privatização da gestão da água para uma empresa norte americana, a população foi capaz de se mobilizar e reinventar sua forma de organização e interação com o Estado, pautando, posteriormente, outras questões de interesse social e popular. Esta é uma experiência que apesar de, aparentemente, se articular em torno de uma identidade de resistência, se afirma, crescentemente, em torno de um projeto de identidade e soberania nacional.

Analisando a experiência da Bolívia, Álvaro García Linera, pesquisador social Boliviano, chamou a essa forma de articulação e organização de “*forma multitud*” (*movimento de massa/multidão*) que se embasa nas seguintes condições básicas:

- a) Modo de unificação territorial e flexível: na medida que as atuais formas de organização foram se desagregando e fragilizando,

novos formatos organizacionais foram se construindo, articulando e ampliando sua capacidade de mobilização;

O decisivo nesse movimento de massa, é que, resulta da aglutinação de sujeitos coletivos, ou seja, associação de associações onde cada pessoa que está presente no ato público é resultado da agregação das pessoas colectivas, ou seja, uma associação de associações, onde cada pessoa que estiver presente no ato público, não fala por si mesmo, e sim por uma entidade coletiva local, diante da qual tem que prestar conta de suas ações, de suas decisões, de suas palavras (LINERA, 2001, p. 2).

Segundo Linera (2001), esta forma organizacional não cria uma fronteira entre filiado e não filiado, ou seja, todos se tornam parte do movimento sem uma filiação e institucionalização formalizada, onde tanto os representantes de organizações como qualquer pessoa interessada pode intervir e participar das decisões nas assembleias, encontros ou reuniões. Desta forma, amplia-se a base social, a legitimidade do movimento e cria-se uma rede organizativa bastante flexível em torno de um eixo de aglutinação bastante sólido e contínuo.

b) Tipo de reivindicação e base organizacional: esse modo de organização tem se iniciado a partir de questões concretas, como a tentativa de privatização da água, preços dos serviços sociais básicos, acesso a terra e outros. Caracteriza-se em uma *ação coletiva reativa* e defensiva, mas à medida que avança vai afirmando-se como uma nova forma de exercer a democracia e transformando-se em poder político, assumindo a forma propositiva e ofensiva;

c) Soberania e democracia social: essa experiência organizacional tem como base o território onde se realizam as assembleias e consultas populares diretas, mas se estenderam para além destes;

Mas, à medida que as redes de mobilização centradas em uma mesma demanda cresceram, esses saberes democráticos e essas técnicas de deliberação tiveram que se expandir e reconfigurar-se para abrir caminho a uma complexa e sistemática estrutura de exercício democrático de prerrogativas públicas, de formação de uma opinião pública e, com o tempo, a resolução da gestão de um bem público (água), a nível regional, mesmo em concorrência com o estado (LINERA, 2001, p. 3).

d) Institucionalidade e amplitude: na experiência organizacional da Bolívia, segundo Linera (2001), embora esteja muito presente o exercício das assembleias nas comunidades, carece de mecanismos mais duradouros de convocação, para que a vitalidade dessa prática possa forjar uma nova cultura organizacional.

Essa experiência retrata um exemplo claro de igualdade política e, como denominou Linera (2001), “democracia deliberativa”, para muito além do movimento institucionalizado, desafiando o estado de direito discriminatório e sustentado na desigualdade.

Os novos movimentos sociais são capazes de criar identidades fora dos espaços institucionalizados e provocar transformações envolvendo uma maior diversidade de atores sociais, institucionalizados ou não, de diferentes grupos sociais na relação de produção. Essas identidades podem afirmar-se a partir de questões mais específicas ou concretas, como as conquistas de direitos e, contemplar ou não, dimensões de ordem estratégica mais ampla, como a transformação social e a ruptura com a ordem capitalista em vigor.

Esses novos movimentos sociais podem articular-se em “Redes” nacionais e internacionais. Uma rede é capaz de articular uma diversidade de sujeitos e pode incorporar uma significativa heterogeneidade e um bom nível de pluralismo a partir de propostas e estratégias políticas assumidas coletivamente. Permite que, mesmo não havendo processo vivo localizado,

as pessoas possam incorporar-se em frentes de lutas amplas. Uma rede pode articular-se organicamente com outras redes, formando uma rede de redes.

As organizações de sociedades articuladas em redes são formas muito atuais e efetivas de sustentação de identidades coletivas embasadas em padrões comuns de comportamento, valores e perspectivas. A articulação em rede é uma forma de organização que pode se conectar planetariamente, ultrapassando o limite das instituições e inclusive a divisa dos Estados nacionais. É uma forma de articulação política contemporânea cada vez mais efetiva.

Goss e Prudêncio (2004), citando Bauman (2001), destacam a importância política das redes que se evidencia diante da chamada crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. A ação coletiva em rede pode ser um ponto de ligação do abismo que se criou entre o indivíduo e o cidadão.

As manifestações de resistência global, uma rede de movimentos que se contrapõe aos atores político-econômicos internacionais, representam bem esse aspecto da ação coletiva contemporânea: a volta dos atores coletivos à esfera pública com uma mensagem originada na esfera privada e 'coletivizada' pelas redes (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p.82).

Trata-se de uma nova forma de fazer política, conforme Goss e Prudêncio (2004), citando Beck (1997) “novas formas de ação na sociedade que compreendem diferentes arranjos sociais e possibilitam modos alternativos de construção de consensos”, sob os princípios da participação igualitária, horizontalidade, articulação e descentralização, e que estão se tornando cada vez mais expressivas nas articulações políticas atuais.

Porém, nessa rede alguns sujeitos coletivos serão temporários e que, segundo Goss e Prudêncio (2004), definem os Movimentos Sociais em Rede como um sistema aberto onde permanece o campo de ação, mas

mudam os seus atores. Aqui se amplia o conceito de Movimentos Sociais trabalhado em itens anteriores. As autoras propõem uma distinção entre os “coletivos em rede” e “redes de movimentos”. Os coletivos em rede não se definem como movimento social, mas nesse caso podem ser parte constitutiva dos movimentos sociais, e definidos como: “conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da Internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta” (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 83).

As redes de movimentos “são redes sociais complexas que extrapolam as organizações e que conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos.” (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 83).

Nessas articulações, essas redes “oferecem novas leituras para a realidade, atribuindo novos significados às transformações sociais”, sendo:

[...] a desfundamentalização — o fim da crença em uma única orientação para a transformação social; o descentramento — atores diversos reivindicando projetos distintos; o combate aos essencialismos em direção ao interculturalismo — reconhecimento das diferenças sem totalitarismos; e o engajamento dialógico na rede, para a superação da distinção teoria e prática, ou seja, entre a produção intelectual, as mediações e as militâncias (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p.83 *apud* SCHERER-WARREN, 2004).

Scherer-Warren e Lüchmann (2004) defendem a importância da abordagem de redes para a análise dos movimentos sociais atuais, e até mesmo para entender os processos estruturadores da sociedade.

Além do tripé democracia/participação – diversidade/pluralismo – inclusão sociocultural, a organização ou mobilização na forma de redes é assumida como um conceito propositivo para os movimentos sociais no novo milênio (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p.22).

Talvez um desafio muito atual seja a articulação dos Movimentos Sociais institucionalizados com os Novos Movimentos sociais, pelo menos em torno de alguns eixos comuns ou lutas específicas comuns, mas na condição de movimento, para além desse específico, fortalecendo mudanças sociais mais amplas.

As articulações da Agroecologia no Brasil podem ser definidas como um Movimento Social em Rede, como no caso da Rede Ecovida de Agroecologia que é uma rede de Núcleos Regionais, que por sua vez são uma rede de grupos, associações, cooperativas, entidades, etc, e ainda, cada sujeito coletivo é uma rede de famílias. Trata-se de um Movimento em Rede em si, mas que se articula em um Movimento em Rede nacional maior, a Articulação Nacional de Agroecologia que é uma rede de outras redes regionais, na qual, também, se articulam os Movimentos Sociais do Campo e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que também é uma rede de organizações.

7.4 A recente efervescência popular no Brasil

A recente efervescência popular no Brasil está relacionada à persistência e agravamento de velhas questões como a concentração fundiária no país, os retrocessos na reforma agrária, a crescente internacionalização da agricultura brasileira, a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário. A soja, cana, pínus, eucalipto e outras *commodities* continuam avançando de forma avassaladora. Os agrotóxicos já parecem uma situação normal. A agricultura familiar/camponesa continua marginalizada, ganhou espaço no discurso, mas não está no plano estratégico. A Agroecologia continua à margem da discussão do desenvolvimento, vista apenas como mais uma

alternativa ou um nicho de mercado e “rigorosamente” controlada pelo Estado, com a certificação.

Nas cidades agrava-se a exploração e se deterioram as condições de vida das pessoas. O êxodo rural agravou a situação no meio urbano, onde crescem as favelas, predomina a especulação fundiária, e se agrava a mobilidade urbana. Apesar do crescimento das riquezas produzidas isso pouco repercute no aumento do bem estar, na melhoria da saúde, da educação, e no aumento dos salários da classe trabalhadora.

As pessoas já estão com dificuldade de sonhar e acreditar porque os sonhos não se realizam e estão cada vez mais longe de serem alcançados. Sem a possibilidade de sonhar o econômico fica no mercantil e leva as pessoas a buscar a realização da felicidade no consumo, a existência cultural se distancia do campo das relações e convivência e se realiza na tecnologia e, o social de fato não tem vez.

O processo de redemocratização após a ditadura ficou incompleto e, apesar da pressão popular, continua disputado pelas elites históricas e, crescentemente, passa a ser controlado pela força neoliberal. Portanto, as pretendidas reformas estruturais como, a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária e a reforma política não foram realizadas e, mesmo com um governo de interface popular, estão cada vez mais longe da possibilidade de voltarem à pauta. Diante da frágil perspectiva eleitoral da elite econômica, evidencia-se uma gradativa e crescente incidência da burguesia agrária e urbana sobre o governo Dilma, que fortalece as alianças políticas com estes segmentos. Para entender a resistência do capital às reformas, vale lembrar que a ditadura resulta das reações burguesas às mobilizações sociais por reformas estruturais no início da década de 1960. Para os mais pobres criaram-se programas assistenciais, mas sem as mudanças estruturais causadoras da pobreza e da fome.

As recentes mobilizações, por mais que tenham motivação aparente bem específica, como a diminuição do preço das passagens no transporte público, têm relação direta com a falta de mobilidade urbana,

portanto, com a necessária reforma urbana. É inaceitável para a população urbana o aumento da passagem diante das condições de transporte ineficientes e insuportáveis.

As reações iniciais contra as mobilizações foram violentas na tentativa de suprimir o movimento e a mídia, com seus analistas, se esforçou pela desqualificação das mobilizações. Mas ocorreu um fenômeno de efeito contrário. Não só aumentou o número de pessoas nas ruas, como houve a adesão e simpatia da grande maioria da sociedade, mesmo aquelas pessoas que não foram à rua, apoiaram o Movimento. Isso mexeu com as estruturas do poder e fez o governo tomar providências imediatas. Também a mídia tratou de mudar sua postura antes que fossem pautadas as questões de fundo, ou seja, as reformas estruturais e passou a disputar as pautas e rumos das mobilizações, evidenciando temas secundários como: luta contra corrupção, contra violência, aplicação de recursos públicos nos estádios de futebol para a copa e outros. É necessário considerar, também, que em meio às manifestações surgiram os interesses relacionados à disputa eleitoral, na tentativa de fragilizar o governo Dilma.

As mobilizações deixaram transparecer uma significativa descrença popular nas instituições. Quando alguns partidos e movimentos sociais apresentaram suas bandeiras, foram rechaçados pela multidão e, quando as organizações sindicais resolveram chamar uma greve geral, mesmo em meio ao clima de mobilizações, não houve significativa adesão. Nas duas últimas décadas, evidencia-se uma crescente indignação e descrença com a esfera institucional, seja nas instituições governamentais e, até mesmo, nas organizações sociais não estatais. É muito grande a indignação com a atual prática política, o que tem levado as pessoas a entenderem que grandes mudanças não virão da esfera institucional e que depende delas e do conjunto da sociedade, as possibilidades.

Para Calle Collado (2013), este é um movimento que é contínuo e se pauta em três perspectivas distintas: o grito da dignidade, o grito por direito ao território e o grito da radicalização da democracia.

A sucessão de manifestações populares, que ocorrem no Brasil, em 2013, não representa somente um ciclo de protestos, de demandas concretas e de ações nas ruas. Há toda uma revolução nas formas de fazer e entender a política, nas próprias articulações entre as organizações políticas e cidadania. Trata-se de um ciclo de mobilizações mais amplas. São três gritos que se sobrepõem, com conexões com outras vozes provenientes da América Latina e do resto do mundo (CALLE COLLADO, 2013).

Segundo Calle Collado (2013) evidenciam-se aqui os “Novos Movimentos Globais” que, mesmo mais rebeldes do que revolucionários, enfatizam a construção de outras sociedades.

Os novos rebeldes protagonizam fenômenos menos visíveis, porém, evidenciam o gosto pela diversidade, pela revolução ‘desde baixo’, desde o político (mais cotidiano) e desde o protagonismo social (CALLE COLLADO, 2013).

Enfim, aponta-se um novo caminho e forma de construção horizontal para a política brasileira. Os movimentos sociais institucionalizados e partidos de esquerda precisam entender e interagir com essas novas formas de articulação e protagonismo social. Essa possibilidade deve ser considerada tanto na cidade como, também, no campo e na interação campo/cidade, embora o acesso à internet no campo ainda seja limitado. Pautas como a soberania e segurança alimentar e a Agroecologia podem ser assumidas nessas novas esferas de articulação e organização e, sobretudo, faz-se necessário que este movimento se fortaleça e crie condições para que o centro da luta de classes se desloque da institucionalidade para essa luta de massas para que, de fato, seja possível transformar a sociedade.

II – AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO

Valdemar Arl

Este capítulo pretende evidenciar aspectos importantes das transformações históricas ocorridas no campo, especialmente as grandes mudanças ocorridas com a revolução verde, e as transformações provocadas no papel e proposta para o desenvolvimento do campo, no Brasil. Nesse contexto, inserem-se os desafios de conteúdo como a Agroecologia, de estratégias e de metodologias para o enfrentamento e transformação social, ambiental e produtiva do campo.

1. História da agricultura antiga

Na história da humanidade, a fase mais longa foram as chamadas, comunidades primitivas ou vida tribal. A sobrevivência se embasava na coleta, caça e pesca. Submetia-se totalmente às condições do ambiente, que, quando ficavam escassas, forçava a população à migração.

A forma de organização do trabalho dava-se naturalmente, podendo ser chamada de divisão natural do trabalho, determinada pela natureza. As atividades mais brutas e pesadas cabiam aos homens (a caça, a pesca, a guerra [...]). Às mulheres, crianças e velhos cabiam as atividades mais leves. Todos trabalhavam, não havia exploração da força do trabalho.

Foi uma longa fase de transformações crescentes, decorrentes de sua própria evolução, onde, aos poucos, o homem cria e aperfeiçoa instrumentos, armas, habitações e muda a sua forma de relação com a natureza, exercendo a agricultura e a domesticação de animais.

Na idade da pedra lascada (período Paleolítico) predominavam a caça, a coleta e a pesca. No período neolítico (idade da pedra polida, 12.000 anos atrás), importante referência na evolução da humanidade, o homem já dispõe de instrumentos de pedra sofisticados. Neste período iniciam-se os cultivos e criações. Segundo Mazoyer e Roudart (2001), os humanos praticam cultivos e criações há, aproximadamente, 10.000 (dez mil) anos.

À medida que o homem amplia alguns cultivos e criações, passa a se tornar mais sedentário, ampliando as condições de sobrevivência, o que permite também o aumento populacional.

A caça e a coleta coexistem como atividades paralelas. A essa mistura de cultivo e coleta, denomina-se protoagricultura, e a caça com a criação de protocriações. Essa nova forma de sobrevivência proporciona uma reorganização na divisão do trabalho e uma grande transformação social e cultural (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.103).

É na fase neolítica que se amplia a prática da derrubada de florestas e das queimadas.

O homem sustentava-se, basicamente, na aproximação das atividades agrícolas e das criações, nas rotações de culturas (principalmente, forrageiras e leguminosas) e na diversificação de culturas, facilitadas pelo aperfeiçoamento e descoberta de novos instrumentos e ferramentas. Tudo isso significou grandes aumentos na produção de alimentos.

Na Idade Média, destaca-se a introdução de tubérculos e de culturas forrageiras, levando à diminuição do pousio e à adoção de novos e mais complexos sistemas de rotação. Com o aumento dos pastos, foi possível o incremento da pecuária, que reverte para a agricultura, por sua vez, através da disponibilidade de adubo animal (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.301).

Ocorrem novas melhorias dos instrumentos agrícolas, seleção e tratamento das sementes, atrelamento animal, aração mais profunda, semeadura em sulcos, aumento e diversificação da produção leiteira e de animais de corte. Os carros de roda facilitaram o transporte.

O aumento da produção de alimentos contribuiu para o aumento populacional, especialmente na Europa. Isso levou à ocupação máxima, degradação da fertilidade e queda de produção, causando grande crise do sistema. A fome e a desnutrição levaram às epidemias e mortes, quando cidades e regiões inteiras foram devastadas. Também, as revoltas sociais e as guerras se multiplicaram. Na busca de soluções, surgiram novas rotações, e a introdução de diversas novas espécies de plantas forrageiras e alimentares, dentre elas as leguminosas e o milho vindo da América. Iniciaram-se algumas práticas de adubação verde. A prática do pousio deu lugar à rotação qualificada. Isso proporcionou ganhos de produção e produtividade. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.359).

Ampliaram-se o desenvolvimento urbano e industrial e, com a Revolução industrial, a agricultura sofreu novas e grandes mudanças com o desenvolvimento de equipamentos e posterior mecanização agrícola.

Mas foi o avanço do conhecimento na área da química e genética que proporcionou as maiores mudanças. Seguindo o caminho dos princípios da química moderna, formulados por Lavoisier, em meados do século XIX, surgiu o “quimismo” a partir das teorias sobre o comportamento das substâncias minerais nos solos e nas plantas, formuladas pelo químico alemão Justus Von Liebig. O químico afirmava que a nutrição mineral das plantas se dá essencialmente pela absorção de substâncias químicas presentes no solo. Desprezava o papel da matéria orgânica, afirmando que a insolubilidade do húmus a tornava inútil.

Liebig acreditava que o aumento da produção agrícola seria proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. Defendia que a resposta das plantas dependia da quantidade mínima disponível de cada elemento químico necessário ao seu crescimento, e

que a ausência ou presença em quantidade muito reduzida limitaria o crescimento vegetal. Essa teoria foi chamada de Lei do Mínimo. Liebig é considerado o pai da agricultura química, sendo um dos principais precursores da agroquímica.

As ideias de Liebig causaram grandes impactos na época por se oporem à “Teoria Húmica”, na qual, por milênios, se embasavam a produção e as teorias agronômicas. A Teoria Húmica sustentava que a nutrição vegetal se dá através das raízes, que absorvem do solo partículas infinitamente pequenas, constituídas, em grande parte, pelo mesmo material das plantas.

Embora tenham encontrado muitos opositores, como Louis Pasteur e suas descobertas no campo da microbiologia, as formulações de Liebig tornaram-se hegemônicas no desenvolvimento da “agricultura moderna”.

Grandes transformações já vinham ocorrendo na agricultura no século XVIII, mas a “modernização” da agricultura é um processo que se instala efetivamente a partir do pós-guerra.

Durante as guerras mundiais, houve grandes investimentos tecnológicos e científicos no desenvolvimento de armas, máquinas e substâncias mortais a serem usados nos combates e nos campos de extermínio. Passadas as guerras, muito deste “arsenal” e capacidade industrial de produção do mesmo passou a ser adaptado e reutilizado em campanhas de saúde pública e principalmente na agricultura. Entre os exemplos mais clássicos, estão os casos do DDT e do *schradan*, adaptados posteriormente como inseticidas agrícolas.

Esse modelo, chamado de “Revolução Verde”, um padrão agrícola químico, moto mecânico e genético, gestado nos EUA e Europa, transformado em “pacote” vai, gradativamente, se espalhando e se instalando em todo o mundo, criando uma nova racionalidade produtiva. O grande “chavão” deste modelo era “acabar com a fome no mundo”. Preconizava-se que, com a modernização tecnológica e com o

consequente aumento da produtividade e da produção, haveria aumento da renda familiar e, portanto, desenvolvimento rural.

Outras conotações e perspectivas estão intrínsecas na «Revolução Verde», como o combate à «Revolução Vermelha», ou seja, as revoluções socialistas que ganhavam força com as crises do sistema.

É muito importante considerar que parte das formulações de Liebig está correta, embora lhe faltasse visão sistêmica. Mas estas formulações, quando na mão das grandes empresas de sementes, agrotóxicos e adubos solúveis do agronegócio e transformados em tecnologias são submetidos às suas perspectivas de lucros e dominação.

2. A Revolução Verde: “a grande mudança de rumos”

Antes dos adubos químicos, sementes certificadas, agrotóxicos e outros, a produção dependia da natureza. Os agricultores buscavam formas de ajudar a natureza para poder continuar produzindo, deixando a “terra descansar” (pousio), aplicando matéria orgânica e fazendo rotação de culturas. Assim, as famílias tinham uma produção diversificada, quase não dependiam de insumos externos e produziam primeiro para o autoconsumo.

Com a Revolução Verde, esse sistema de produção da agricultura familiar/camponesa foi transformado dando lugar à monocultura e mecanização pesada, uso de sementes certificadas e híbridas, cultivadas com adubos químicos e agrotóxicos. A natureza foi desconsiderada, e a fertilidade natural foi destruída, o solo degradou, a fonte secou, e o agricultor empobreceu.

O modelo de produção da Revolução Verde foi criado pelas indústrias para atender os seus interesses de vender sementes e insumos. Proporcionou alguns avanços, mas causou grande degradação ambiental,

contaminação do meio, dos alimentos e das pessoas. Aumentou os custos a níveis insuportáveis e levou ao êxodo rural, concentração de renda e das terras.

Esse modelo foi imposto, durante a ditadura militar, com total suporte de políticas públicas através da assistência técnica, pesquisa e crédito. Não se preocupou em qualificar o que as famílias já faziam e, sim, tratou de substituir tudo. Nesse modelo, o campo foi tido apenas como espaço de produção e as famílias foram impulsionadas a saírem do campo.

Também o modelo da monocultura e da dependência externa de insumos inviabiliza economicamente o campo, porque, em função da degradação, a quantidade de insumos aumenta crescentemente. Mesmo que a cidade já não ofereça mais muitas oportunidades, o êxodo rural continua.

A natureza foi desconsiderada e a fertilidade natural foi destruída. Já não era mais possível “deixar a terra descansar”. Assim, acabou a produção de biomassa (matéria orgânica) realizada pelas matas e capoeiras, o húmus do solo se desgastou, e começaram a aparecer as pragas, doenças e inços. Também, à medida que a degradação e a contaminação ambiental se aceleram e a vida do solo vai morrendo, aumenta a necessidade de adubos químicos e agrotóxicos para manter o mesmo nível de produtividade.

Estabelece-se um ciclo vicioso, porque o adubo químico mantém a produção sem aumentar a fertilidade do solo. Além disso, provoca outros desequilíbrios no solo e na planta, proporcionando inços, pragas e doenças. Agora, são necessários também os agrotóxicos. Assim, os problemas são multiplicados, e vai aumentando a dependência de insumos externos.

Antes da Revolução Verde, havia muitas dificuldades no campo, mas de tudo que se produzia e vendia, ficava mais da metade do valor

com as famílias no campo. Por exemplo: mais da metade do valor final de cada saca de milho produzido e comercializado ficava com quem produzia.

A Revolução Verde até fez aumentar a quantidade produzida, especialmente pelo aumento da área plantada, mas os custos de produção subiram muito e continuam subindo. Agora, de cada saca de milho produzido, o agricultor fica com mais ou menos 10% do valor. Há situações em que, mesmo após vender toda a safra, o agricultor fica endividado.

A destruição da fertilidade natural do solo e a dependência de insumos externos, a monocultura e o fim dos cultivos para o autoconsumo são responsáveis pela diminuição drástica da renda.

Esse modelo de desenvolvimento provocou grande êxodo rural. Inicialmente, o êxodo foi provocado porque a cidade precisava de gente para trabalhar na indústria que estava se instalando; depois, o êxodo se acentua em função da dificuldade econômica gerada pelo modelo e, por fim, o Estado, seja através do Governo Federal, Estadual ou Municipal, teve papel importante na construção da atual condição de desenvolvimento, seja no campo ou na cidade.

No Brasil, quem protagonizou este modelo da “Revolução Verde” no campo foi, principalmente, o governo através da atuação direta das instituições públicas, programas e campanhas de governo como “Plante que o João garante”⁷, como, também, constantes e estreitas parcerias entre instituições públicas de planejamento, pesquisa, ensino e extensão com grandes empresas, “Se é Bayer é bom” ou “Com Manah adubando dá”⁸ e assim por diante.

Foram mais de 40 anos de investimentos diretos e indiretos. Centros de pesquisas regionais; equipes técnicas em praticamente todos

⁷ Este foi um slogan lançado pelo Presidente militar João Batista Figueiredo no início dos anos 1980 para incentivar a agricultura, especialmente o cultivo de trigo, com crédito, apoio técnico e um preço mínimo de garantia.

⁸ *Slogans* criados pelas empresas, no caso a Bayer e Manah (Bunge) muito veiculados nos meios de comunicação na década de 1970 e 1980 no Brasil.

os municípios; centros de formação de técnicos e universidades; crédito subsidiado e vinculado ao modelo e muita propaganda e capacitação de agricultores.

A educação cumpriu papel fundamental, preparando as pessoas para esse novo modelo de desenvolvimento. Os conteúdos curriculares incorporavam a perspectiva do desenvolvimento urbano e industrial.

O campo foi visto, apenas, como espaço de produção, fortemente associado ao sinônimo de atraso. Ganha força a ideia da cidadania associada à cidade, e, para isso não faltaram estereótipos (“Jeca-Tatu”, “Mazzaropi”)⁹, desqualificando o campo e seus sujeitos. Essa condição sociológica do “ser camponês” deu-se por diversas formas em diferentes espaços como nas escolas, nos meios de comunicação, nas expressões culturais, na música e outras.

O sociólogo José Martins de Souza, em exposição no encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, em 2000, evidencia o papel da sociologia na desqualificação do modo de vida do camponês, seu conhecimento e suas perspectivas.

A sociologia rural tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo. As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida. (SOUZA, 2001, p.31).

⁹ Jeca Tatu e Mazzaropi foram personagens criados pelo escritor Monteiro Lobato que traduzem a condição de ignorância, preguiça, pobreza, sujeira e outras que se tornaram o estereótipo do “ser camponês”.

A sociologia rural contribuiu estimulando o êxodo rural ao associar o modo de ser e viver do camponês ao atraso e ao primitivismo. Essa visão teve efeito na diminuição da autoestima dessa população, já que a condição de cidadania, do “ser gente” foi vinculada com o desenvolvimento urbano/industrial.

Nenhum campo da sociologia ficou mais exposto a esse desencantamento do que a sociologia rural. Porque nenhum ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da História, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade (SOUZA, 2001, p. 31).

Essas expressões sociológicas davam-se nos estudos e análises acadêmicas e se expressavam de forma muitas vezes ingênua no conjunto da sociedade. Por exemplo, são vários os relatos de professores (as) em escolas do campo, dirigirem-se aos alunos, filhos de agricultores, usando expressões com o seguinte conteúdo: “estudem ou querem ficar ignorantes e sofrendo na vida dura do campo, como seu pai e sua mãe”.

As demais políticas públicas de forma geral foram totalmente direcionadas para o meio urbano, como por exemplo: os programas habitacionais só financiavam casas no meio urbano; a educação no campo voltava-se para o trabalho urbano industrial, também outros programas, como saneamento básico, transporte e lazer, também, eram aplicados apenas no meio urbano. De forma geral, esta condição perdura até os dias atuais, com exceção aos programas de habitação que, nos Governos Lula e Dilma Rousseff, estendem-se, também, ao campo.

Nessa trajetória o campo foi decisivamente submetido ao desenvolvimento urbano industrial inicialmente liberando mão de obra e depois comprando insumos e fornecendo matéria prima para as agroindústrias, seja através da integração direta ou indireta. Essa condição vem, crescentemente, empobrecendo e excluindo grande número de famílias do campo. Carvalho (2002) faz uma síntese preocupante quanto

às perspectivas para o campo junto à agricultura familiar/camponesa no atual modelo e contexto, sendo:

- a) Dificuldade na conquista de renda familiar suficiente para a garantia da reprodução dos meios de vida que justifique a permanência na terra.
- b) Outra, de natureza política, decorre da crescente constatação de que as lutas, como aquelas para efetivação das políticas públicas compensatórias, como o crédito rural subsidiado, ainda que sejam fundamentais para a unidade política de classe e para o acesso aos recursos públicos, eram e são insuficientes para a viabilização econômica da unidade de produção familiar.
- c) Uma terceira, de natureza ideológica e como consequência das anteriores, pode ser resumida na perda da esperança na possibilidade da pequena agricultura familiar constituir-se numa alternativa para as gerações atuais e futuras, se mantido o atual modelo econômico e social.

Há, portanto, a necessidade urgente de uma nova proposta, novas perspectivas e um novo papel para o campo.

III – O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL E A REVOLUÇÃO VERDE: “uma política de Estado a serviço do capital”

Olivo Dambrós

1. Argumentos de sustentação ao modelo da Revolução Verde

Além da abordagem conceitual, o texto apresenta uma análise sobre origem, trajetória e desafios da Extensão Rural, bem como, sua contribuição enquanto política de estado para a consolidação do modelo da Revolução Verde no Brasil. Faz uma retomada dos caminhos percorridos pela Extensão Rural, desde o seu surgimento nos Estados Unidos após a guerra de Secessão e seu apoio à passagem da estrutura de produção escravagista e de autoconsumo para a estrutura mercantil e capitalista; aborda a proposta de “*levar*” conhecimento das universidades Inglesas até os agricultores e, por fim, analisa sua chegada na América Latina, especialmente no Brasil, ocorrida lá pelos anos 50 do século XX.

No caso específico do Brasil, a ideia de “modernização”, tendo como sustentação o reforço à “Revolução Verde” frente às ameaças da “Revolução Vermelha” (BURSZTYN, 1984, p.136), ganha força após o golpe de Estado e da implantação da ditadura militar em 1964. A padronização desse modelo ocorre, segundo Defumier e Couto (2007), por vários motivos que se transformam em processos indutores e com *argumentos* de persuasão junto às famílias rurais objetivando tirá-las do atraso e incorporá-las ao novo modelo. Seguem alguns dos principais *argumentos* utilizados nesse processo de convencimento do novo modelo:

a) Argumentos Técnicos: considerando a agroindústria de insumos um dos setores mais interessados, tentava-se convencer os produtores de que sementes, adubos e insumos, de forma geral, eram produzidos num permanente processo de ‘modernidade’ e por isso deveriam ser ‘buscados’ no mercado. Ficava implícito o argumento de que sementes crioulas ou insumos produzidos pelos próprios agricultores eram menos produtivos e não atendiam aos padrões estabelecidos dos conceitos de “tecnologias avançadas”, idealizadas pelo modelo.

b) Argumento da agroindústria processadora: baseava-se na ideia da integração contratada, onde a empresa fornecia ao agricultor os insumos e uma série de normas técnicas que seriam determinantes no modo da produção. Essa argumentação garantia à agroindústria um fluxo regular de matérias primas e alimentos *in natura* com redução de custos. Evidentemente, a agroindústria não precisava produzir. Utilizava toda a estrutura do agricultor que passava a ser um “empregado”, mas sem encargos trabalhistas e outros custos.

c) O argumento da melhor “educação”: considerava-se de que os agricultores aconselhados por técnicos (das instituições de pesquisa, das revendas e da assistência técnica oficial, majoritariamente, utilizados pelo sistema) teriam muito mais “educação”. Argumentava-se que estes agricultores recebiam muitas informações de vários profissionais que estariam, constantemente, nas suas propriedades lhes ensinando através de “tecnologias modernas”.

d) Argumentos econômicos: as tecnologias adotadas pelo modelo reduziriam os custos de produção e trariam melhora na rentabilidade, produzindo “alimento” abundante e liberando mão-de-obra para a cidade;

e) O argumento da necessidade de melhorar a regulamentação do Estado: o objetivo era convencer de que o Estado deveria assegurar saúde pública mediante leis e regulamentos para proteger os consumidores de possíveis contaminações alimentares provenientes de pequenas agroindústrias familiares e artesanais construídas “clandestinamente”.

De acordo com Defumier e Couto (2007), estes e outros argumentos utilizados para a implantação do modelo da Revolução Verde, contaram com a Extensão Oficial numa atuação orgânica e acompanhamento “par e passo” de todos os argumentos de persuasão difundidos pelo modelo. A sua atuação, no cotidiano das famílias rurais, contribuiu decisivamente para que o modelo produtivista da Revolução Verde passasse a ser seguido pelos agricultores como símbolo de modernidade e colocando em posição de inferioridade aqueles que não *aderissem* as suas tecnologias.

Essa mesma tática ideológica se repete na implantação dos transgênicos meio século depois. Agora, não mais com tanta força da extensão oficial, fragilizada pelo próprio modelo, mas com forças extremamente articuladas pelas redes de revendas instaladas em todo o interior do país. Papel decisivo exerce, também, a classe política bem orquestrada entre ministros de Estado, bancada ruralista no Congresso, lideranças políticas estaduais, vereadores e Sindicatos Rurais doutrinados em levar a ideia da transgenia e dos agroquímicos como alternativa de renda e única forma de salvar a humanidade da fome.

2. Conceitos e origem da Extensão Rural

2.1 Conceitos de Extensão Rural

O termo extensão, embora de amplo uso, contém vários significados e variações, de acordo com diferentes contextos, além de várias críticas de natureza conceitual, e, por conseguinte, metodológicas.

[...]. na Grã-Bretanha, Alemanha e Escandinávia, esse termo se focaliza no trabalho de aconselhamento (**advisorywork**) para resolver problemas específicos e não de forma sistêmica. Na tradição americana é usado o termo extensão educativa (**extension education**) para enfatizar que se trata de atividades educacionais que procuram *ensinar* as pessoas a resolver problemas

através da divulgação de informações, na lógica de *levar* o conhecimento. Nos países baixos usa-se a palavra **vorlivochting**, que significa a ideia de esclarecimento e iluminação, ou seja, colocar uma luz em frente de alguém para facilitar a procura do caminho, como se a verdade e a luz estivesse somente nas mãos de alguns. Na França o termo **vulgarisation** indica que se trata de simplificação de informações para que o '**vulgus**', o povo comum possa utilizá-la (RÖLING, 1988, p.36).

Röling (1988) formula a seguinte definição:

A extensão é uma intervenção profissional através da comunicação desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento voluntário com uma utilidade supostamente pública ou coletiva (RÖLING, 1988, p.49).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) define Extensão Rural como:

Um sistema que mediante os processos educativos ajuda a população rural a melhorar os métodos e técnicas agrícolas, aumentar a produtividade e as receitas, melhorar e elevar o nível de vida e educacional rural (FAO, 1995).

Para Sánchez de Puerta (2004), a Extensão Rural pode ser concebida de várias formas, dependendo do grau de envolvimento do público beneficiário. Entre estas formas denomina:

- a) Extensão como informação quando é passada ao agricultor uma informação útil, sem retro alimentação da informação (ocorre basicamente através de radio, jornal, revista, livro);
- b) Extensão como assessoramento quando os agricultores vão à busca do profissional para suprir uma dúvida pontual;
- c) Extensão como educação se dá quando é feita de forma que sejam repassados aos agricultores conhecimentos de tal forma que estes possam sustentá-los e, a partir destes conhecimentos, resolver seus problemas de forma independente;

d) Extensão como comunicação se dá quando o conhecimento é construído conjuntamente e sobre a realidade local. É na comunicação que as distâncias desaparecem entre o agente de ATER e o agricultor;

e) Extensão como animação é quando o agente de ATER catalisa e acompanha o processo apoiando-o, mas desaparece deste quando o mesmo segue seu curso;

f) Extensão como ação política é caracterizada quando o agente de ATER participa ativamente na superação das demandas e na mediação de conflitos junto as organizações e movimentos sociais (SÁNCHEZ de PUERTA, 2004, p.16)

Riascos (1973) traz um conjunto de definições da Extensão Rural, tais como:

[...] Educação para a população rural; mudança de atitudes; conhecimento e destrezas; ajudar o povo a ajudar a si mesmo; trabalhar com homens e mulheres; despertar ambições; encontrar meios para alcançar estas ambições; desenvolver indivíduos líderes e sociedade; trabalhar juntos para aumentar o bem estar; manter relações vivas com a cultura do povo; trabalhar em harmonia com a cultura do povo; um conjunto de mão dupla 'leva e traz'; um processo de educação contínua (RIASCOS, 1973, p.1)

A Política Nacional define ATER como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (DIAS, 2008, p. 107).

A grande parte das conceituações sobre a Extensão Rural traz imbuído em seu significado de que a melhoria de qualidade de vida será conseguida pelo aumento da produtividade e da produção agrícola e não pelo acesso ao conhecimento, pelo fortalecimento de novas relações sociais e pelo respeito à natureza.

Os diversos autores mencionados diferenciam, conceitualmente, Extensão Rural de Assistência Técnica¹⁰. Definem a primeira como proposta educativa e a segunda como ato de transferência de tecnologia¹¹, orientada apenas pelas próprias técnicas. Ainda, conforme estes autores, a Extensão Rural contém vários significados que variam de acordo com diferentes contextos e visões de natureza conceitual, e, por conseguinte, metodológicas, mas que de maneira geral sugere algo de *mão única*, considerando quase sempre o agricultor como “receptor” e não como participante ativo na construção do conhecimento.

2.2 Origens da Extensão Rural

A Extensão Rural tem, nas suas origens, duas concepções muito diferentes e contrastantes. Por um lado, a **Extensão Convencional** que se orienta como instrumento conceitual e metodológico para sustentar o projeto de modernização e industrialização da agricultura (ROGERS, 1995).

E, por outro, a **Extensão Alternativa** concebida a partir da Agronomia Social de Chayanov que se caracteriza por integrar o homem à natureza, em seu espaço de vida, considerando aspectos técnicos e

¹⁰ **Assistência técnica:** quando são os produtores que tomam a iniciativa de identificar problemas e introduzir inovações, a extensão assume uma função de serviço de assistência, trazendo experiência de outros produtores e lugares, da pesquisa e outros programas, e de análises políticas, sociais e científicas sofisticadas, para resolver problemas. Serviços de assistência são, particularmente, relevantes quando a agricultura é altamente comercializada ou os produtores têm um alto grau de formular questões e solicitar ajuda aos agentes de extensão (PEIXOTO, 2009, p. 49).

¹¹ **Transferência de tecnologia:** é a abordagem tradicional que se mantém relevante em muitas situações, já que os produtores, muitas vezes, desconhecem as opções tecnológicas existentes e muitas inovações têm que vir de fora do sistema social local em que vivem. A inovação pode ser tecnologias de produção embutidas em insumos, mas pode também incluir um amplo espectro de práticas de administração, organizacionais, tecnologias de produção adaptadas ou apropriadas, e tecnologias pós-colheita (PEIXOTO, 2009, p. 49).

sociais e com enfoque metodológico orientado em processos participativos (SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Na extensão **convencional**, duas teorias orientaram sua implementação. A teoria desenvolvida logo após a guerra Civil dos EUA que pregava a mudança das mentes “atrasadas” do campo para fazer frente à grande acumulação que estava ocorrendo pela indústria. E, a teoria da *modernização agrária* que sugeria a especialização dos agricultores com base no uso de insumos externos, na industrialização, na apropriação dos recursos naturais e na submissão da cultura rural à urbana. E foi a partir desta última perspectiva teórica que surge a Extensão “modelo USA”, exportável para os países do terceiro mundo que viria a se constituir mais tarde (nas décadas de 1950 e 1960) em instrumento central de transferência de tecnologia e de pacotes para suporte à Revolução Verde (SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A Extensão **alternativa** surge no final do século XIX e início do século XX e traz uma forte crítica à mercantilização das comunidades rurais na Rússia. Com suporte teórico na agronomia social de Chayanov, orienta-se pela melhoria da relação homem-natureza e ao mesmo tempo propõe o empoderamento das comunidades rurais e o fortalecimento das organizações sociais (SEVILLA GUZMÁN, 2000). Os três conceitos chaves da proposta teórica de Chayanov consistiam na construção da democracia de base, inclusive referenciando como proposta concreta as “*cooperativas rurais*”, a construção de tecnologias a partir das “*comunidades locais*” e a “*construção participativa de políticas públicas*”. Ainda segundo Sevilla Guzmán (2000), Chayanov pregava os modos locais de vida, defendia tecnologias autônomas e a combinação do social com o econômico.

Na América Latina, a Extensão **Alternativa começa** criar referências a partir dos anos 1980. Embasada na teoria dos **sistemas de produção**¹² como forma de integração da unidade, preconiza uma visão

¹² A teoria dos sistemas de produção - Teoria - Ação de examinar, contemplar, estudar, etc. É um mapeamento para a observação de um fenômeno. • Sistemas -

holística e sistêmica das unidades de produção e se contrapõe a visão verticalizada da Extensão Convencional centrada em produtos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Um dos maiores defensores da Extensão Rural Alternativa no Brasil e, em grande medida, na América Latina é Paulo Freire que, através da Conscientização - Teoria e Prática da Libertação¹³, faz críticas contundentes ao difusionismo e defende a participação e envolvimento efetivo dos camponeses. É com base na Extensão Alternativa que surge, a partir dos anos 1990, a **Extensão Agroecológica**¹⁴, focada na organização dos agricultores, em metodologias participativas, no fortalecimento das organizações, na valorização dos recursos do local e com um novo conteúdo, voltado para a vida (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Essa proposta de Extensão questiona a ordem e se apresenta como superação da fadada Extensão convencional que serviu o outro paradigma.

Embora a Extensão Rural tivesse duas vertentes divergentes em relação a sua origem, a predominância hegemônica na América Latina foi o modelo convencional oriundo basicamente da experiência dos Estados

Conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possam encontrar ou definir alguma relação. Um todo organizado ou complexo. Um conjunto ou combinação de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário. A Teoria Geral de Sistemas (TGS) é estudada, desde 1950, pelo biólogo alemão, Ludwig Von Bertalanffy.

¹³“Conscientização - Teoria e Prática da Libertação consistem no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. Implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1980).

¹⁴Extensão Rural Agroecológica consiste num processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade. Objetiva alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2003, p.90).

Unidos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Segundo o autor, as principais teorias que deram sustentação a esse modelo adotado junto aos países “subdesenvolvidos” e em “desenvolvimento”, no âmbito da agricultura, foram as seguintes:

- ✓ Teoria das **etapas do crescimento** onde o desenvolvimento é visto como instrumento político, econômico e ideológico. Esta perspectiva preconizava que as mudanças deveriam vir de fora, dos países centrais, que já dominavam a tecnologia e os conhecimentos.
- ✓ Teoria do **dualismo econômico** que considerava as sociedades não ocidentais (subdesenvolvidas) submetidas ao colonialismo – apresentam um setor tradicional atrasado e um setor moderno em crescimento. Nesta perspectiva a agricultura é vista como o setor tradicional (atrasado) e a indústria como setor moderno.
- ✓ Teoria dos **insumos de altos rendimentos** que preconizava a oferta de insumos modernos capazes de garantir o crescimento da produtividade da terra e da mão-de-obra. Esta teoria deu a base para criação da chamada Revolução Verde.
- ✓ Teoria da difusão ou **teoria da mudança tecnológica** tinha como pressuposto a necessidade de difusão de melhores práticas agrícolas para o crescimento da produtividade do setor agrícola. O modo de produção tradicional dos agricultores era visto como o principal obstáculo para difusão.
- ✓ Teoria da **inovação técnica induzida** - considerava que as agências do Estado e a iniciativa privada deveriam orientar suas atividades de investigação para gerar e difundir tecnologias poupadoras de recursos escassos. A ideia central era substituir os processos e técnicas considerados poupadores de mão-de-obra e de terra por métodos e insumos industriais considerados relativamente escassos (BRACAGIOLI NETO, 2004, p.3).

Estas teorias orientaram, conceitualmente, os modelos de Extensão Rural adotados na América Latina, nos anos 1950, logo após a Segunda Grande Guerra, trazidos pela necessidade “alheia” de industrializar a produção agropecuária com o mínimo tempo, mínimo de dinheiro e mínimo de mão de obra. Além disso, sem preocupação com as características do solo, clima, cultura, etnia e outras características específicas do local ou da população de ali (FONSECA, 1985).

3. Trajetória da Extensão Rural convencional: “principais etapas”

São vários os momentos vividos pela Extensão Convencional desde sua origem até a sua consolidação na América Latina e especialmente no Brasil. Sánchez de Puerta (1990) identifica **seis etapas** dessa marcha:

A **etapa inicial**, denominada etapa “dos professores itinerantes” ocorrida no final do século XIX; a **segunda etapa**, onde ocorre a “Institucionalização” da extensão como serviço público que vai de 1910 até logo depois da Segunda Grande Guerra, em 1945; a **terceira etapa** que vai de 1945 a 1960 em que o modelo institucionalizado nos países desenvolvidos é “exportado” a outros países, principalmente, os “subdesenvolvidos”; a **quarta etapa** que ocorre entre as décadas de 60 e 70, em que o modelo convencional atinge o seu auge como “político público estatal”; a **quinta**, onde o modelo entra em “crise” no final da década de 70 e meados de 80; e a **sexta e última etapa** que ocorre a partir dos anos 80 até o ano 2000, etapa esta, marcada por forte “contestação” da sociedade em relação ao modelo convencional (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990, p.48).

Apesar da descrição de Sánchez de Puerta não ser específica para o Brasil, a concepção e o processo de implantação da Extensão Rural, por aqui, segue a mesma lógica de outros países, principalmente, da América Latina.

3.1 Etapa dos “professores itinerantes”

Essa etapa ocorre, entre o final século XIX e princípios do século XX, nos Estados Unidos e em parte da Europa. Consistia na necessidade de desenvolver, de forma prática, os conhecimentos sobre a agricultura obtidos nos centros superiores de pesquisa e educação agrária. Caracteriza-se pelo fato dos professores universitários saírem pelos campos levando seus conhecimentos, fazendo uma ponte entre os inventos “avançados” dos institutos de pesquisa e o “atraso” dos agricultores. Outra finalidade, dessa etapa da Extensão, consistia na reconstrução de sistemas agrários após determinadas catástrofes agrícolas provocadas, em geral, pela difusão incontrolada de cultivos, como os casos da batata na Irlanda, da videira na França e Portugal e do algodão e batata nos Estados Unidos (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990).

Esta etapa não estabelece relação com o extensionismo no Brasil, haja vista de que as ações desenvolvidas nesse país eram pontuais e não se caracterizavam como tal, embora houvesse, segundo Peixoto (2008), iniciativas de apoio oficial à produção em vários estados brasileiros.

3.2 Etapa da institucionalização da Extensão nos EUA e Europa

Essa etapa ocorre, a partir de 1914 e se estende até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Inicia-se, portanto, com a criação dos primeiros Serviços Consultivos Agrários na Europa e com o Serviço Cooperativo de Extensão Rural dos EUA que tinham como objeto principal dar conta da crise vivida pós-recessão de 1929. Centrou suas ações extensionistas no modelo de transferência de tecnologias e teve na descoberta científica do milho híbrido, na década de 1940, um dos marcos do extensionismo americano.

No Brasil, durante esse período, podem ser mencionados **três momentos** que caracterizaram o processo de institucionalização da Extensão Rural: 1 - A **Semana do Fazendeiro**, ocorrida em 1929, considerada como a primeira ação institucionalizada de Extensão no Brasil. Agrônomos e veterinários ministravam palestras técnicas e de Extensão em comunidades próximas, locais e regionais. 2 - A **criação de Postos Agropecuários**, na década de 1930 (mais de 200), assumindo caráter institucional, com a finalidade de constituir pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias onde se instalavam, pelo menos, um agrônomo ou/e um veterinário para atender os fazendeiros mais estruturados. E, 3 - A criação das **Associações de Proprietários Rurais** e suas casas rurais, também reconhecidas como importante marco do extensionismo oficial brasileiro. A implantação destas casas rurais ocorreu no final dos anos trinta e início dos anos 1940 e caracterizava-se por oferecer técnicos para prestar serviços de Assistência Técnica aos proprietários sócios (PEIXOTO, 2008, p.16).

Durante esse período, o presidente Getúlio Vargas obrigava, através de decreto lei, que cada município criasse uma Associação Rural. Muitas delas foram criadas para fazer frente às organizações sindicais que se constituíam nas ligas camponesas (PEIXOTO, 2008, p. 17). Mais tarde estas associações se organizaram nos Estados e fundaram a União Rural Brasileira.

3.3 A etapa de exportação da Extensão Rural “Modelo USA”: o caso do Brasil

Esta etapa corresponde ao período que vai do ano 1945 e se estende até meados de 1960. Reconhecida pelos próprios americanos pela eficiência de seu serviço de Extensão como instrumento para **levar** modernização à agricultura. Aquele país não mede esforços para

“exportar” o seu modelo para os outros países, principalmente da América Latina. Para isso, conta com o apoio de organizações internacionais de cooperação e desenvolvimento (FAO, OCDE, USAID, etc.) que desempenham importante papel nessa mercantilização.

O modelo predominante, neste período, foi o **clássico** que consistia em transferir os resultados da pesquisa aos extensionistas e estes aos agricultores, que eram considerados como “receptores” das novas técnicas. No Brasil, o modelo foi desenvolvido com entusiasmo no sentido de persuadir os agricultores a utilizarem estas técnicas vindas de fora (FONSECA, 1985).

Com o fim da segunda Guerra Mundial, dá-se início a Guerra Fria¹⁵, liderada pelos maiores países vencedores - URSS e EUA - que tinham como objetivo exercer o controle ideológico e comercial sobre os países subdesenvolvidos. Na América Latina, a campanha anticomunista passou a ser um dos aspectos importantes do expansionismo ideológico Norte Americano, induzindo lideranças a acreditarem que os negócios que lhes ofereciam era a melhor solução para gerar empregos, acumulação de capital e controlar as ameaças da subversão comunista (FONSECA, 1985, p. 63).

No Brasil, as relações com os americanos se intensificaram, a partir de 1947, com visitas recíprocas entre os presidentes dos Estados Unidos e do Brasil para comemorar a vitória da Segunda Guerra (PEIXOTO, 2008). Durante estas visitas e comemorações, muitos acordos foram sendo estabelecidos. Entre estes acordos, estava a oferta de bolsas para brasileiros estudarem naquele país, bem como, intercâmbios de professores, principalmente de lá para cá. Nesta celebração de alianças surge a Missão Rockefeller no Brasil que funda a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no Estado de Minas Gerais.

¹⁵Com a paranóia anticomunista dos EUA em relação a URSS, inicia-se uma corrida armamentista entre as duas principais potências mundiais, assim este período (Pós – Segunda Guerra) é denominado de Guerra Fria.

A opção por Minas Gerais deve-se ao fato de que Nelson Rockefeller, assistente do presidente Roosevelt, em visita ao Rio de Janeiro, no final de 1947, para participar de uma conferência, com 400 empresários, teria perguntado o que significava aquele amontoado de barracas (favelas), nos morros/encostas do Rio de Janeiro. Informado por assessores de que naquelas “barracas horríveis” moravam, na sua maioria, migrantes provenientes de Minas Gerais e do Nordeste, teria ele ficado sensibilizado com o fato de como que um estado tão rico, como Minas Gerais, sofresse um êxodo tão intenso.

Foi a partir dessa “sensibilização social” que Nelson Rockefeller teria proposto a criação de uma instituição que, imediatamente, implantasse o modelo americano de produção como a, grande e talvez a única, saída para melhorar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida daquela gente, como afirma Fonseca:

Embora a compreensão fosse real do ponto de vista econômico, a solução seguia a lógica liberal de não tratar problemas estruturais como a distribuição da terra e o êxodo rural e, sob a visão das elites, resolver o problema, unicamente, através da produção (FONSECA, 1985, p.71).

Em 06 de dezembro de 1948, sem que se tenham notícias de ter havido reações em contrário naquele momento, foi assinado convênio entre o Governo de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA). A partir desse ato, foi criada, também, a Associação de Crédito e Assistência Rural daquele Estado e que serviria, conforme declaração do próprio Rockefeller, como “teste para um arrojado empreendimento da AIA no Brasil”.

Sob os mesmos moldes da “*Farm Security Administration*”, criada pelo Presidente Roosevelt para recuperar os agricultores após a grande crise de 1930, acreditava-se que um programa de assistência rural e crédito supervisionado, como aquele, poderia aumentar a produção e

resolver os problemas dos agricultores de Minas Gerais. No entanto, como afirma Fonseca:

É importante pensar se haveria alguma semelhança entre a agricultura e os agricultores dos Estados Unidos e a agricultura e os agricultores de Minas Gerais. Se haveria alguma semelhança entre a situação rural americana e a mineira. Considerava-se o homem rural como um sujeito tímido e a margem do progresso, carente de tudo. Havia, na opinião dos coordenadores e extensionistas da ETA, a necessidade de substituir a maneira tradicional e primitiva da família viver e trabalhar tradicionalmente, por métodos modernos e práticos (FONSECA, 1985, p. 78).

Como afirma Fonseca (1985), nestas circunstâncias, acreditava-se que, pelo abandono dos padrões de produção passados de geração em geração, o camponês evoluía para o desempenho do papel de grande fazendeiro capitalista, fugindo da realidade e adotando um modelo de total dependência externa.

Considerava-se o homem rural um 'verdadeiro Jéca; desnutrido, ignorante, doente, isolado e anônimo e relacionava essas carências com o baixo nível econômico'. Acreditava-se de que este estado de carências não se devia a fatores histórico-estruturais, mas a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnicas científicas da sociedade urbana industrial (FONSECA, 1985, p. 79).

Entretanto, o que antes era um sistema equilibrado de desenvolvimento, com produção para o consumo e com pouca dependência de fora, torna-se um sistema consumidor de insumos produzidos pela indústria, cumprindo, exatamente, com os pressupostos da oligarquia que apregoava a superação do atraso, como havia sido feita lá nos Estados Unidos, ainda no início do século XX (SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A experiência do crédito supervisionado, associado à Assistência Técnica, foi adotada, apenas, para os países chamados de

subdesenvolvidos (FONSECA, 1985, p. 82). Lá nos Estados Unidos, os agricultores se valiam das transações bancárias, mas o crédito não era associado à Assistência Técnica. O instrumento inicial do extensionismo associado ao crédito supervisionado ocorreu no Brasil, tornando-se a primeira experiência mundial em que a Extensão Rural se vinculou ao crédito.

Após a assinatura da parceria entre AIA¹⁶ e o Governo de Minas, um grupo de, não mais que uma dúzia, de especialistas brasileiros e americanos instalou-se em algumas cidades do centro e Sul daquele estado. Iniciavam-se as atividades de campo com equipes técnicas formadas por um agrônomo e uma supervisora doméstica (um homem, voltado para a disseminação de técnicas de produção e uma mulher, dedicada à economia doméstica). A equipe montada num Jipe tinha, como principal finalidade, *levar* crédito, assistência técnica e ensino coletivo às comunidades rurais. Além de financiar a tecnificação da produção, o crédito, também, podia ser utilizado para reformas e benefícios no domicílio rural.

A base da ação extensionista deste período, um pouco além dos anos 1960, era a família. Por isso, também, denominado como de **Assistencialismo familiar ou humanista assistencialista** (BRACAGIOLI NETO, 2004), cujo objetivo era persuadir o chefe, a mulher e os filhos a usarem recursos técnicos para melhorar a produtividade e, a partir dela, melhorar o bem estar da casa.

De forma complementar, as economistas domésticas, através da organização de Grupos do Lar, e dos Clubes 4-S (para os jovens), difundiam conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, abastecimento de água, e apoiavam as mulheres nas suas atividades domésticas (costura, alimentação, confecção de móveis, colchões, cuidados com as crianças). Já os homens

¹⁶Criada pela Fundação Rockefeller, a *American Internacional Association* (AIA) teve um papel de grande expressão na História da Extensão Rural do país. Muitos autores estudaram o papel da AIA, da Família Rockefeller e suas influências na ATER brasileira, dentre eles destaque: Bergamasco (1983); Luppi, s/d; Figueiredo (1984); Mussoi (1988); Fonseca (1985); Queda (1987) e Oliveira (1999).

focavam mais suas ações na produção, aumento da produtividade e no crédito. Essa 'dobradinha' no trabalho se manteve até recentemente: os técnicos (homens) tratando das questões da produção agrícola, e as extensionistas sociais (mulheres) atendendo às questões referentes ao âmbito doméstico-familiar. Esse trabalho passou por diferentes fases, que não cabe aqui detalhar. É importante lembrar, porém, que durante todo o período da Revolução Verde (final da década de sessenta até recentemente), trabalhou-se com a perspectiva de 'profissionalizar' e 'modernizar' o meio rural, tanto do ponto de vista da produção agrícola, quanto no chamado desenvolvimento de comunidades (SILIPRANDI, 2002, p.40).

Entretanto, mesmo com um trabalho junto às famílias e as comunidades rurais, o propósito era a divulgação de dados de experimentos já comprovados, independente se essa era a demanda e se essas seriam as técnicas mais adequadas àquela realidade.

A partir da experiência que se consolidava em Minas Gerais, começaram a se firmar convênios semelhantes em outros estados. ANCAR (Pernambuco, Bahia e Ceará), em 1954; ASCAR (Rio Grande do Sul) e ANCAR (Rio Grande do Norte e Paraíba), em 1955; ACARESC (Santa Catarina), em 1956; ACARPA (Paraná), em 1956; ACARES (Espírito Santo), em 1957; ACAR (Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Pará, Amazonas e Distrito Federal), entre 1958 e 1966; ARCAMAT (Mato Grosso), em 1965 e, em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Em 1974, já existiam 23 ACAR constituídas (PEIXOTO, 2008).

Em todo o processo de criação dessas associações nos Estados, assim como nos convênios com a USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller e outros que foram implementados os serviços de extensão rural, na fase inicial do processo, havia presença de técnicos Americanos (PEIXOTO, 2008).

3.4 A etapa do auge da Extensão Rural Oficial e o caso do Brasil

Esta etapa ocorre entre os anos de 1960 e 1970 e corresponde ao clímax do processo de modernização e fortalecimento do modelo difusionista proposto para os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990).

Figura 1 - Representativa do modelo de Extensão difusionista



Fonte: Bracagioli Neto (2004).

A Figura 1 representa o modelo metodológico adotado pela Extensão Rural neste período denominado “**difusionista inovador**” que negava o desenvolvimento endógeno das famílias e suas comunidades, fazendo crer que os valores de fora eram mais evoluídos. A figura sugere que os pensamentos são muito distintos entre o que o técnico está pensando e o que o agricultor realmente espera. A figura expressa ainda visões de mundo diferentes e desconectadas, limitando a capacidade do diálogo entre ambos e a construção social do conhecimento.

O modelo consistia em **levar** as tecnologias indo além do **modelo clássico** de simples repasse das estações experimentais. A proposta metodológica consistia em difundir a tecnologia no sentido de que as famílias mudassem seus valores e comportamentos, acreditando nas novas ideias como forma de melhorar sua vida, mesmo que isso sugerisse a negação da história de seus ascendentes. A metodologia valorizava diferentes capacidades individuais para inovar e utilizava líderes comunitários (inovadores) para facilitar a entrada e o trabalho dos extensionistas (FONSECA, 1985, p. 132).

A assimilação da proposta de Extensão americana no Brasil foi de tal magnitude que, nesse período, considerava-se como consolidado esse modelo. A partir daí, teve início sua extensão para outras áreas estratégicas como **pesquisa e ensino**. Vários convênios foram sendo celebrados entre escolas brasileiras de agronomia (ESALQ, ENA - atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRGS, UFV, UFPEL) e universidades americanas (OHIO, WISCONSIN, PURDUE, NORT CAROLINE), provocando uma reformulação radical das estruturas de ensino e pesquisa nas universidades brasileiras (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

A partir destas parcerias, muitos profissionais, com destaque nas áreas de ensino e pesquisa, estudaram em Universidades Americanas como forma de garantir o padrão do modelo implantado no Brasil. Da mesma forma, muitos profissionais dos Estados Unidos passaram a atuar, como convidados, junto a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Este intercâmbio fez com que a área de ciências agrárias passasse a sofrer uma forte influência americana nos processos tecnológicos químico-mecânicos, em detrimento das práticas biológicas vegetativas, influenciando, fortemente, na formação dos profissionais das ciências agrárias, agora, cada vez mais especializada, em vez de sistêmica.

Ao mesmo tempo em que ocorre a “doutrinação” dos agrônomos e veterinários, surge o Sistema Brasileiro de Pesquisa Agropecuária. A

criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1974, vem acompanhada de uma proposta de geração e difusão, assentada na montagem de “pacotes tecnológicos” por produtos (AGUIAR, 1986).

Entretanto, pesquisa e extensão atuaram como atividades diferentes, mesmo relacionadas nos processos de transferência de tecnologia. Na concepção da elite brasileira, a função da pesquisa era gerar conhecimentos e da Extensão Rural, transferir estes conhecimentos gerados em laboratórios aos agricultores e a estes o papel era de aplicar estas tecnologias prontas, nas suas propriedades. Como afirma Schmitz (2010), cada setor atuando de forma segmentada sem considerar se o conhecimento construído era realmente o conhecimento demandado pela família:

A pesquisa atuou, historicamente, de forma isolada e pouca vez ouviu a Extensão e muito menos conduziu suas pesquisas orientadas pelas demandas dos agricultores e suas organizações (SCHMITZ, 2010, p. 240).

A criação da Embrapa foi estratégica para sustentar o discurso científico utilizado para o crescimento do paradigma técnico-científico, vinculado à Revolução Verde. Entretanto, ao mesmo tempo em que supervalorizava os conhecimentos “científicos”, procurava desqualificar os agricultores como sujeitos capazes de produzir conhecimento.

A ciência, representada pelas recomendações dos serviços de Assistência Técnica, monopolizou o domínio dos conhecimentos. As recomendações técnicas passaram a ser vistas como verdades únicas, reforçando a ideia de que os agricultores são apenas receptores. Isto os fez perder, dia-a-dia, sua tradição cultural e histórica de produção de conhecimento, a qual, se mantida, poderia levá-los a uma maior autonomia (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

A padronização tecnológica passou a ter um papel fundamental na agricultura em todo mundo, apesar das grandes diversidades e características de cada local. Tratava-se de um modelo que refletia a expansão do capitalismo no campo, onde “desenvolvimento” era concebido como crescimento econômico, industrialização e expansão dos mercados. No entanto, esse modelo da Revolução Verde não impôs somente a padronização técnica, mas também uma padronização nos aspectos socioeconômicos e políticos que provocaram grandes transformações de ordem organizacional e de gestão para os sistemas de produção agrícola.

Os resultados imediatos do modelo da Revolução Verde foram o aumento dos rendimentos físicos da terra, a produtividade do trabalho e a redução dos custos unitários de produção. Por influência desse modelo, as unidades de produção especializaram-se em poucos cultivos, substituindo o sistema tradicional de policultura-criação de animais. Os agricultores passaram a utilizar, cada vez mais, insumos industriais, produzindo prioritariamente para o mercado em vez da produção para o autoconsumo, considerando mais barato e prático comprar de fora.

E, por fim, como resultado da adoção desse modelo, houve substituição intensa de trabalho por capital, implicando numa concentração cada vez maior da produção. Através do uso da tecnologia ocorre a “racionalização científica” das práticas agrícolas, em detrimento das experiências tradicionais que foram substituídas por condutas padronizadas, tanto na produção material, como na gestão das propriedades (FONSECA, 1985).

3.5 A etapa de crise dos serviços oficiais de Extensão Rural

Esta etapa ocorre no final dos anos de 1970, se estende por toda a década de 1980 e corresponde ao final do processo de modernização

agrária, impulsionado pela Revolução Verde (SÁNCHEZ DE PUERTA, 1990).

Nesse período se fortalece ainda mais o modelo difusionista/produtivista, evoluindo para o “**modelo de transferência de tecnologia**” que passa a orientar a Extensão Brasileira. Caracteriza-se como um modelo que consistia numa diminuição clara do trabalho de Extensão baseada no bem estar social, passando a predominar o foco da busca de resultados econômicos (FONSECA, 1985).

Diferentemente do Brasil, os Estados Unidos e os países da União Europeia, mesmo inspirada pelo modelo neoliberal da década de 1980, continuam executando políticas públicas específicas que incluíam subsídios, transferências e aumento das despesas orçamentárias com o setor agrícola. Diferentemente do Brasil, estes países não mediam esforços no sentido de reduzir o papel do Estado com as políticas voltadas ao campo. Essa, sem dúvida, é uma diferença marcante na forma como o neoliberalismo atingiu os países.

Enquanto nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a regra foi a ausência de políticas para o setor, nos países desenvolvidos este foi o período de maior crescimento dos subsídios (PEIXOTO, 2008, p.63).

Na medida em que vai havendo o afastamento da influência Norte Americana, por conta de que, objetivamente, o modelo já tinha ganhado a simpatia de governos e lideranças políticas regionais, passa a ocorrer uma forte pressão para que o governo central brasileiro assuma, oficialmente, em todo o território Nacional, a proposta que teria começado em Minas Gerais e já estava presente em 23 estados. Nessa perspectiva, em 1975, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela Embrater, em substituição a ABCAR. A execução da política continuaria sendo feita pelas empresas estaduais de ATER, mas o Sistema passa a ser financiado, majoritariamente (até 85%) pelo Governo Federal. Até então, as ACAR eram financiadas pelos

governos de cada Estado e por iniciativas privadas que vinham de empresas locais e de acordos e financiamentos internacionais, principalmente dos Estados Unidos (FONSECA, 1985).

Nesse momento da história, a Extensão Oficial estava, institucionalmente, articulada com uma rede nacional distribuída em quase todos os estados e sob uma coordenação central que contribuía, fortemente, com a quimificação e mecanização da agricultura. Por conta de todos estes instrumentos, conforme descreve Defumier (2007), o consumo de agroquímicos atingiu uma taxa de crescimento anual superior a sete por cento, na década de 1970. Assim, as vendas de fertilizantes quadruplicaram nessa mesma década, com forte intensificação de seu uso nas propriedades de médio e pequeno porte.

As consequências econômicas, sociais, políticas e ambientais dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde foram intensas. Se, de um lado, os subsídios viabilizaram o processo de “modernização” da agricultura brasileira, tornando mais barato o custo das máquinas e dos insumos modernos, de outro, eles foram parcialmente responsáveis pela queda da eficiência na aplicação desses recursos, e o seu descontrole deu lugar a desvios em favor de aplicações mais rentáveis, fora da agricultura (PEIXOTO, 2008).

Outra consequência foi a mudança drástica na estrutura fundiária cuja concentração da propriedade acentuou-se em favor de um grupo privilegiado de agricultores já que um dos mecanismos condicionantes para a obtenção de créditos subsidiados era ser proprietário de grandes extensões de terras, que funcionavam como garantia formal dos empréstimos. Assim, quanto maior o montante de terras, maior era o montante de crédito.

A modernização agrícola é um processo e uma ideologia. Como processo, a modernização traduz a inserção da agricultura brasileira na economia mundial constituída. Como ideologia, a modernização reflete o conteúdo político das formas de intervenção estatal na agricultura. O Estado põe-se, de fato, na origem do impulso da

modernização, através do seguinte tripé: sistema nacional de pesquisa agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema nacional de crédito rural. Esses três instrumentos caracterizam o chamado pacote tecnológico que constitui o vetor do processo de modernização (AGUIAR, 1986, p.123).

De acordo com Aguiar (1986), havia uma relação muito clara entre estes sistemas, cuja oferta de créditos subsidiados era feita mediante projeto técnico, geralmente, elaborado pela assistência técnica oficial que também se encarregava do acompanhamento durante a sua execução. Por outro lado, como parte do projeto, os agricultores se comprometiam a utilizar um “pacote tecnológico”- resultado das pesquisas da Embrapa. Estes procedimentos facilitavam a transação bancária que também seguia as normas do sistema nacional de crédito rural (MCR).

O Sibrater participou, ativamente, nas políticas de transição da produção baseada na exportação para a produção industrial. Contribuiu com um modelo de desenvolvimento rural com base na difusão de pacotes tecnológicos, uso de equipamentos e insumos industrializados, viabilizados por um conjunto de políticas públicas: crédito rural, seguro agrícola, preços mínimos, pesquisa agrícola e Extensão Rural, com intensa liberação de mão de obra do campo para a indústria e construção civil (PEIXOTO, 2008).

3.6 Etapa da contestação do modelo convencional: “o período crítico reflexivo”

Esta etapa ocorre entre os anos de 1980 a 2000 e se caracteriza pelas ações organizadas de extensão para responder a um novo contexto sócio – ambiental. Temas como conservação do meio ambiente, justiça e igualdade social, reforma agrária, entre outros, começam a fazer parte do debate na sociedade. Também denominado, por alguns autores, como

período Crítico Reflexivo, esta etapa marca, principalmente no Brasil, mas também em outros países da América Latina, um novo repensar da Extensão Rural. Vários críticos do modelo produtivista e do difusionismo da Revolução Verde, tanto em nível internacional, como em nível local, começam a propor alternativas que enfatizavam entre outros arranjos, o planejamento participativo como forma de desenvolver projetos, voltados a construção da cidadania, com pequenos agricultores (FASER,2007).

Tanto observadores críticos, quanto o Banco Mundial reconhecem que os supostos benefícios da Revolução Verde não estavam chegando aos pequenos agricultores dos países do "Terceiro Mundo" e que o pacote tecnológico estava aumentando em vez de diminuir as desigualdades socioeconômicas das populações rurais, além de provocar significativos impactos ambientais negativos (FONSECA, 1985). As críticas ao modelo, a elevação rápida da dívida externa (década de 1980) e o término do crédito rural subsidiado, levaram a Extensão Rural a entrar em crise e a fortalecer, ainda mais, a tese do Banco Mundial, de concentrar ações no foco produtivista.

Autores latinos como Ramakrishna, em 1984 na Venezuela, Engel, em 1997, no Chile, Delgado, em 2004 na Bolívia e Paulo Freire, no Brasil, foram críticos sistemáticos ao modelo da Revolução Verde, considerando principalmente, os danos culturais provocados junto aos camponeses. Alinhados dessa contestação, líderes estudantis, profissionais liberais e intelectuais começam a organizar ONG, muitas ligadas a Rede - PTA, que passam a exercer um papel importante na renovação das concepções do extensionismo contribuindo, significativamente, com inovações metodológicas. Estas organizações não Governamentais, tanto influenciaram a Extensão Rural Estatal como estabeleceram outros canais de financiamento para levar apoio, assessoria e assistência técnica ao público da agricultura familiar e camponesa (FASER, 2007).

As críticas contundentes destes líderes, somadas ao recrudescimento do movimento ambientalista provocaram o ressurgimento

do movimento da agricultura alternativa e um questionamento forte ao modelo de Extensão convencional. A pressão exercida pelo conjunto de atores e críticos levou o governo Sarney a focar a Extensão oficial novamente na “pequena agricultura”, como foi no final da década de cinquenta no chamado **humanismo assistencialista**¹⁷ (SCHMITZ, 2010).

No entanto, a reação interna das forças conservadoras presentes no governo Sarney (1985 a 1989) derrubou esta tentativa de mudança na orientação da Extensão Rural (FASER, 2007), com argumentos de que havia uma crise econômica mundial devido à intervenção do Estado na economia. Essa argumentação fortalecia a ideia do Estado mínimo como meta para que as nações mais “pobres”, como o Brasil, alcançassem seu desenvolvimento. Sob esta inspiração ideológica do neoliberalismo, difundem-se as ideias da necessidade de reforma do Estado, para a qual deveriam ser utilizadas a privatização, ajuste fiscal, desregulamentação e liberalização comercial. Com a queda de financiamento externo, os recursos voltados para a Extensão Rural, novamente, passaram a focalizar o aumento de produção e a especialização produtiva (SCHMITZ, 2010).

Entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, quando a proposta hegemônica do modelo da Revolução Verde já tinha sido consolidada, materializa-se a perspectiva teórica da privatização da Extensão Rural (PEIXOTO, 2008). Dessa forma, conforme salienta Peixoto:

[...] A Extensão Rural convencional cumpre exatamente o propósito do modelo: inicialmente gera as condições culturais e econômicas para implantar os processos de modernização, (década de 1960); em seguida se constitui numa arma poderosa para a transferência dos pacotes tecnológicos de transformação industrial dos recursos naturais (década de 1970); e por fim (década de

¹⁷ Modelos de formação técnica semelhantes aos adotados em formação política de agentes pastorais e lideranças de movimentos sociais, têm nos cursos conveniados com a UNIJUÍ, seu centro de formulação e, nesta mesma linha de trabalho, a Embrater estabelece convênios com universidades, adotando um evidente discurso sociológico para interpretar a realidade e orientar a estratégia extensionista (SCHMITZ, 2010).

1990), quando a agricultura se transforma em ramo da indústria, tem seus recursos cortados na tentativa de que desapareça como política de estado (PEIXOTO, 2008, p.29).

A partir daí, a Extensão oficial entra numa profunda crise, obrigando-se a buscar parcerias que lhe garantisse a sobrevivência. Em muitos casos, o serviço extensionista vinculou-se às prefeituras, que custearam os escritórios locais. Em outras situações, instalou-se um processo de reengenharia e adoção de instrumentos de qualidade total, rompendo com a identidade histórica do extensionismo e, em muitos estados, obrigando as gerências regionais a vender serviços para captar recursos.

A Extensão Rural Oficial do país se desarticulou, chegando ao ponto de extensionistas rurais passarem a coletar pedágios em rodovias públicas para sustentar seu trabalho (PEIXOTO, 2008, p.29).

Com o fim da ditadura militar e início da redemocratização, começam ganhar força as organizações sindicais, as ONG e setores progressistas da Igreja que, somados ao Partido dos Trabalhadores e outros partidos da Esquerda Brasileira como o PC do B e PCB. Essa articulação de forças passa a pressionar fortemente o congresso e o governo para a instalação da Assembleia Constituinte e um amplo debate social levando a promulgação da Constituição Federal de 1988. Reconhecida como um dos maiores avanços democráticos da história contemporânea brasileira, a “constituinte de 1988” traz uma série de avanços para o campo, inclusive para a Extensão Rural, determinando em seu artigo 187 que;

[...] a política agrícola será planejada e executada com participação efetiva dos setores da produção, comercialização, armazenamento e transportes levando em conta especialmente a Assistência Técnica e Extensão Rural (artigo 187). Além disso, a nova Carta Magna determina que a União deverá garantir os

serviços de ATER pública e gratuita aos pequenos agricultores (Lei Agrícola, cap. V da Constituição Federal).

Entretanto, estas e outras conquistas obtidas na constituinte de 1988, não se concretizaram conforme previsto e esperado pelos movimentos sociais do campo. Em 15 de março de 1990, a Extensão Rural oficial sofre o golpe mais duro desde a sua constituição (ABCAR em 1956 e EMBRATER em 1975) quando ocorre a extinção da Embrater, pelo então presidente Fernando Collor, recém eleito.

Ainda em 1990, o governo Collor cria o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário (MARA) e exclui, temporariamente, atribuições deste com a ATER. No entanto, inesperadamente, um mês depois é restabelecida a ATER junto ao próprio Ministério (PEIXOTO, 2010). No mesmo ano, porém, as atribuições da ATER são passadas para a Embrapa, que também era vinculada ao MARA.

Conforme destaca Peixoto (2010), tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Agrícola de 1991 determinavam que a União mantivesse serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores. Entretanto, as mudanças burocráticas de idas e vindas em relação a essa política pública e ao próprio Ministério recém-criado demonstravam que o Governo Central não tinha conhecimento ou compromisso com a luta que vinha se travando há décadas pelos movimentos sociais do campo. A ATER permaneceria neste vazio por mais de uma década, perpassando por três governos eleitos democraticamente; Collor, Itamar Franco e FHC (este por dois mandatos).

A partir do desmonte desse Sistema, a Extensão oficial representada pelas Ematers de cada Estado, obriga-se a buscar outras fontes de recursos. A maioria dos Estados aplicava muito pouco e, em alguns casos, como boa parte dos Estados do Norte e Nordeste, nada era aplicado (FASER, 2007). Uma das fontes de recursos encontradas pelas

Ematers foi à elaboração de projetos para o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf), criado em junho de 1996. Essa posição superava a concepção empresarial carregada por muitos anos pela Extensão oficial, mas submetia, principalmente, os extensionistas de base, a articulação junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Naquele momento, os Movimentos reconheciam que o Desenvolvimento Rural Sustentável passava, necessariamente, pelo fortalecimento da Agricultura Familiar. Esse segmento do campo apresentava características essenciais para o contexto, como o emprego de mão de obra, organização distributiva, diversificação de produção, rotação de culturas, maleabilidade do processo decisório, estabilidade, resiliência e equidade, podendo responder às grandes demandas não respondidas pela Revolução Verde, como a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis (DIAS, 2008).

Devido à importância social que estes movimentos assumem, surge a necessidade de construir conceitos mais claros a respeito desse público e, através dessa caracterização, aumentar a força de pressão sobre os governos. Essa demanda estimulou estudos acadêmicos sobre a conceituação da agricultura familiar que deram respaldo político à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao MST para a legitimação e reconhecimento dessa categoria.

Anos mais tarde, em 2006, um projeto de lei de iniciativa do deputado federal Assis Miguel do Couto do Partido dos Trabalhadores do Paraná transforma esse segmento em categoria profissional reconhecida pela lei nº 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar (PEIXOTO, 2008, p.40).

Em 1996, após os “massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás”, a sociedade civil passa a pressionar fortemente o governo que institui o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, o qual seria transformado, mais tarde (13 de janeiro de 2000),

em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ainda, no mesmo ano de 1996 é criado o Pronaf que, entre outras atribuições, na questão específica da ATER, passaria a destinar até 2% dos financiamentos agropecuários para a Assistência Técnica.

É bom que se considere de que por conta destes recursos entra em cena a disputa do terceiro setor (ONGs, sindicatos, cooperativas e associações) que em face da crise de repasses de recursos internacionais também buscam junto ao estado formas de viabilizar-se. Estes recursos mantiveram, por longo tempo, várias EMATERs estaduais e possibilitaram que muitas ONGs e Cooperativas da ATER se mantivessem minimamente garantindo suas estruturas (PEIXOTO, 2008, p.41).

Em 1997, para suprir a ausência das Ematers estaduais por conta do desmantelamento sofrido no início da década e da pressão do MST, cria-se o Lumiar, programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) que visava apoiar a organização, produção e comercialização junto aos assentados da reforma agrária. O Lumiar chegou a ter 1.400 técnicos e um público beneficiado superior a 100 mil agricultores assentados em 1.300 dos 3.800 assentamentos da época. No entanto, no ano de 2000, três anos após a sua criação, o programa foi extinto sem maiores esclarecimentos pelo governo Federal deixando estudantes, filhos de acampados, sem aula durante 4 anos seguidos (SCHMITZ, 2010).

No início de Agosto de 1997, realiza-se um grande seminário de ATER em Belo Horizonte que desencadeou, em todo o Brasil, um processo de realização de oficinas para debater sobre a construção de uma nova ATER. O resultado foi a participação superior a 5.000 (cinco mil pessoas) em todos os estados da federação (DIAS, 2008).

Em consequência do seminário de Belo Horizonte e das oficinas desencadeadas nos Estados, em outubro do mesmo ano, a Contag, Faser, Asbraer, PNUD, e Mara organizam um grande “*workshop*” em Brasília com a participação de delegados vindos das oficinas estaduais que orientaram a construção de uma nova proposta de ATER.

Os principais temas debatidos indicavam para a construção de uma política de ATER pública, descentralizada, plural, autônoma e gratuita. “Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusivo para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes” (PNUD, 1997 *apud* INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 2013, p.17). Vale lembrar que estas propostas aprovadas neste encontro foram rediscutidas e aprofundadas na primeira conferência nacional de ATER, em 2003, contribuindo fundamentalmente para a elaboração e sustentação da Pnater.

Em outubro de 1999, foi constituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR). Em junho de 2000 foi transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e, em 2001, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural passa a se chamar de Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar (CONDRAF). A partir deste, foi constituído o Comitê Nacional de ATER, formado por 32 membros (governamentais e da sociedade civil), tendo como atribuições, entre outras, o apoio à implementação da Pnater; a formulação e proposição de diretrizes nacionais para a ATER e a proposição de outras políticas complementares voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável que envolvesse atividades de ATER (DINIZ, 2010).

[...] a PNATER resultou de um amplo processo de consulta a organizações, extensionistas e representações de agricultores. São pilares da política, a definição dos agricultores familiares como público prioritário para a ação extensionista, gratuidade, universalidade e caráter público dos serviços e a orientação das concepções, métodos e princípios pela agroecologia (BRASIL, 2010, p.2).

E define a ATER como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão,

produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (MDA/DATER, 2010a).

Apesar da prevalência do modelo de desenvolvimento convencional estruturado aos moldes da Revolução Verde, muitas alternativas foram sendo construídas e dando corpo a construção de uma nova proposta de Extensão Rural orientada para a construção do “desenvolvimento rural sustentável”. Questões como a preservação ambiental, segurança alimentar, combate a pobreza e geração de emprego, foram sendo reivindicadas, refletindo o anseio do campo para a construção de outra proposta de Extensão.

É dessa conjugação de fatores, que vai desde a reflexão crítica de Paulo Freire e outros pensadores, da efervescência dos movimentos populares que se fortalecem na disputa ideológica do rural brasileiro, da participação de muitos profissionais críticos que atuavam por dentro do Estado e do compromisso de um governo popular recém-eleito, que surge a proposta da NOVA ATER.

IV - A NOVA ATER: “uma nova concepção, presa às velhas práticas”

Olivo Dambrós

A partir de 2003 se constitui no Brasil a chamada “nova ATER” que surge com o propósito de superar o modelo de Extensão Rural adotado durante a Revolução Verde, tendo a **sustentabilidade da agricultura** como questão chave para enfrentar a problemática do meio ambiente e a insatisfação com os feitos do modelo convencional (CAPORAL, 2004, p.3).

Como descreve Caporal (2004), o processo de construção de uma Extensão Rural alternativa que tenha a sustentabilidade na agricultura como diretriz orientadora, se consolida com a criação da Pnater que a recoloca, depois de 13 anos, na pauta das políticas do governo para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária e povos tradicionais.

A eleição do Governo Lula em 2003 consolida um ambiente político que reafirma o compromisso pré-eleitoral em relação à consolidação dessa política pública e diante dessa conjuntura, mudanças imediatas começam ocorrer no sistema de ATER governamental. Entre elas está a decisão legal que transfere as competências da Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003).

A partir dessa nova tarefa, o MDA inicia, imediatamente, a retomada da ATER Pública desmantelada pelo então presidente Fernando Collor de Mello em 1990 e abandonada pelos governos que vieram logo em seguida (José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) rumo à construção da política Nacional de ATER - Pnater. Ainda, no

contexto deste esforço, em cinco de abril de 2004, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) através do Decreto Nº 5.033, tornou-se o Departamento de controle, planejamento e execução das atividades de ATER junto a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA (PEIXOTO, 2008).

A nova ATER surge com base em lutas históricas, motivada por muita esperança em mudanças estruturais, e com uma concepção nova, porém, em meio a uma institucionalidade carregada de vícios do modelo convencional.

Entre os principais desafios que a nova ATER terá que superar está a pouca articulação local das organizações e movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa entre si e com as instituições oficiais; a maioria dos profissionais com formação para atuar no modelo agroquímico; uma pesquisa oficial comprometida com os acordos e recursos de multinacionais agroquímicas; universidades e escolas técnicas com um ensino voltado ao produtivismo e empresas oficiais de Extensão com estruturas centralizadas e desacreditadas junto aos governos estaduais e municipais.

Mesmo assim, as mudanças começam a acontecer com muito entusiasmo, com participação ativa do governo, de funcionários do MDA/Dater, das ONG e dos movimentos sociais. Nesse contexto realizam-se várias conferências de ATER com participação ativa de entidades oficiais e não governamentais. Nunca se falou tanto em Agroecologia como nesse período. O tema faz parte orgânica dos convênios e muitas ações ecológicas foram sendo construídas.

Ao mesmo tempo, cursos de profissionalização vão se multiplicando, debates se sucedendo junto às universidades. Centros de pesquisa começam a observar a pesquisa alternativa e outras ações, de forma que em muitos lugares, apesar dos entraves e limites, percebem-se sinais dessa mudança e sentimentos de vitória e pertença dos que participam do processo em construção.

1. Da luta social pela Pnater à “negociação” da Lei de ATER

O período que vai da constituição da Pnater até a institucionalização da política, através da Lei de ATER em 2010, pode ser definido como um ciclo que, apesar de curto, é marcado por muita construção social, parcerias, elaborações, conceituações e relações pessoais e sociais dentro e fora do governo e que será lembrado por muitas décadas.

Nesse processo de construção de propostas, mesmo que pouco articulado à Pnater, se constituiu o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) à Reforma Agrária, criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de promover alternativas de prestação de serviços de Extensão Rural para agricultores assentados da reforma agrária e suceder, institucionalmente, o Projeto Lumiar.

Mesmo com vida curta teve o mérito de abrir o espaço para experimentar um modelo descentralizado de co-gestão e um novo formato de articulação com organizações sociais. Sua fragilidade foi decorrente da precária internalização no cotidiano do INCRA, somado com uma carência de metodologia de intervenção e ausência de dotação específica para viagens. Além destes fatores os técnicos, tinham baixa remuneração, o que levava o projeto a falta de continuidade de determinadas ações (SCHMITZ, 2010, p.167).

Segundo Schmitz (2010), o Programa de ATES foi criado em 2003 e 2004 pela falta de capacidade operacional do Incra em acolher as demandas de Assistência Técnica dos assentados, pela insuficiente e inadequada estrutura de algumas Ematers estaduais, mas principalmente pela capacidade de mobilização do MST, que buscava Assistência Técnica

com maior poder de decisão dos assentados e com ampliação do controle social.

O Programa demonstrou algumas fortalezas que merecem destaque, como a concepção do Programa que incorporava a questão socioambiental e a agroecologia, o uso de metodologias participativas, a efetiva participação de movimentos sociais na sua implementação e uma ampla articulação de parcerias em nível nacional (SCHMITZ, 2010, p. 168).

As iniciativas gestadas no Governo Lula conforme destaca Schmitz (2010), demonstram alinhamento com diversas iniciativas de caráter democrático e popular, porém seus reais impactos e capacidade de mudança ainda são imprecisos.

A observação empírica demonstra que a alteração da “cabeça” não indica imediatamente a mudança do “corpo”. Existe a inércia do movimento e a resistência à mudança que, por vezes, as estruturas utilizam o princípio de que “é preciso que tudo mude para que tudo se mantenha” (SCHMITZ, 2010, p.157).

Em março de 2006, através da portaria Ministerial nº 25 é criado o novo Sistema descentralizado de ATER – Sibrater estabelecendo as bases institucionais para a implementação da Pnater e as instâncias de gestão e execução da ATER pública no País. Fazem parte do Sibrater: (a) o Dater que é a instância responsável pela Coordenação da Pnater e do próprio Sibrater; (b) o comitê Nacional de ATER que é parte do Condraf e os conselhos estaduais de desenvolvimento e câmaras de ATER, como órgãos de representação paritária de organizações do governo e da sociedade civil; (c) as entidades de ATER, estatal e não estatal, que são as instâncias responsáveis pela prestação de serviços de ATER junto aos agricultores familiares e assentados da reforma Agrária (SCHMITZ, 2010).

Ainda, no mesmo ano, julho de 2006, o Governo Federal sanciona a Lei nº 11.326, a qual consolida o conceito de Agricultura Familiar¹⁸, considerando em sua diversidade, as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados da reforma agrária, entre outros.

Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Demarca de forma clara o conceito desta categoria de agricultor, o que permite posteriormente, por exemplo, o IBGE fazer um trabalho pioneiro de levantamento de dados censitários considerando a demarcação feita por lei, agregando dados deste segmento econômico brasileiro e revelando sua importância para o Brasil (BRASIL, 2010a).

Em junho de 2008, realiza-se o Seminário Nacional de ATER promovido pelo MDA, em conjunto com o Condraf e coordenado pelo Dater/SAF, com o objetivo de atualizar as diretrizes e mecanismos de implementação e consolidação da Pnater, visando à universalização do acesso aos serviços de ATER. É bom lembrar que para a realização deste Seminário nacional foram realizados Seminários Estaduais em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Alguns destes precedidos por debates em encontros Territoriais (MDA, 2008).

De todas as reações, a principal veio do congresso nacional principalmente através dos deputados e senadores vinculados ao agronegócio, que reagiram fortemente acusando o governo de estar “passando dinheiro para as ONG sem critérios e com fim político

¹⁸Para os efeitos da Lei 11.326 de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar, predominantemente, originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

ideológico” (Discurso de Heráclito Fortes em sessão do Senado em 2008). Com estes argumentos, iniciam-se uma verdadeira ”devassa” nos convênios, principalmente, aqueles efetivados com as organizações da sociedade civil. O Tribunal de Contas da União – TCU que tem como ministro um político indicado por um Partido, historicamente conservador, comanda a operação que, com mais ou menos intensidade, atua de forma implacável contra estas organizações.

A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ONG foi um dos marcos que torna visível a disputa ideológica pública a prepotência do Agronegócio, através da bancada ruralista. Coordenada pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura, as forças conservadoras emitiam sinais de que a proposta original da Nova ATER e seus principais avanços, principalmente de concepção, seriam barrados.

Na tentativa de superar a disputa ideológica, publicamente deflagrada, e continuar dialogando e fazendo convênios com a sociedade civil como forma técnica, inclusive, de descentralizar o processo e capilarizar as ações de ATER junto às famílias mais empobrecidas e localizadas nos mais longínquos rincões do Brasil onde o estado entra pouco, a alternativa seria regulamentar a política através de lei.

Esse momento tornou tenso e controverso. Por um lado, as ONG e movimentos sociais querendo participar do debate e fazer avançar as propostas construídas e acordadas a partir da Pnater de 2003 e, por outro, técnicos do MDA/Dater acordando, no Congresso Nacional, uma lei que mantivesse os avanços e que garantisse a ‘tal transparência’ cobrada pela bancada ruralista.

Foi nesse “embaraço” que o MDA, após processo de debate com reduzida ou quase nula a participação da sociedade civil (CAPORAL,

2010), acordou com o congresso a construção de uma Lei de ATER¹⁹. Assim, em janeiro de 2010 foi sancionada a Lei nº 12.188, regulamentada em junho do mesmo ano pelo Decreto nº 7.215, que legalizava o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) e passa a instituir:

[...] a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências (BRASIL, 2010, p.1).

A nova lei abre um debate entre a sociedade civil, críticos do próprio governo e instituições oficiais argumentando de que havia grandes perdas em relação às conquistas já consolidadas. Por outro lado, setores do governo no comando do MDA justificam, argumentando de que a Lei, da forma como teria sido aprovada, era o máximo que se poderia negociar naquele momento. Outra argumentação defendida pelo MDA/Dater, em relação à promulgação da lei de ATER, teria sido o fato de ter legalizado uma proposta que, até então, vinha sendo implantada por decretos e que ainda era, apenas, uma política sem poder legal que podia ser destituída a qualquer momento.

Entretanto, a crítica maior feita pelos movimentos sociais baseava-se no fato de que os acordos com o congresso teriam sido feitos com pouca transparência e que, se perdia um momento histórico de

¹⁹ Em janeiro de 2010 é sancionada Lei de ATER (a Lei nº 12.188), regulamentada em Junho do mesmo ano pelo decreto nº 7.215 que dispõe também sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater. A lei é composta por 29 artigos, dividida em seis capítulos: Capítulo I – Da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária – Pnater; Capítulo II – Do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar e na reforma agrária – Pronater; Capítulo III – Do credenciamento das entidades executoras; Capítulo IV – Da contratação das entidades executoras; Capítulo V – Do acompanhamento, controle, fiscalização e da avaliação dos resultados da execução do Pronater; Capítulo VI – Disposições finais.

mobilizações da sociedade para consolidar avanços que já estavam se concretizando em vários espaços e frentes, como nas universidades onde se discutia a criação de cursos de Extensão Rural com foco na Agroecologia, estruturação de cursos para capacitação de milhares de profissionais e construção de projetos de pesquisa voltados a agricultura familiar e orientados para estilos de agricultura mais sustentáveis (CAPORAL, 2010).

Segundo Caporal (2010) a nova lei veio “com muitos retrocessos”. Estes serão apontados mais a frente.

Em abril de 2012, realiza-se a Primeira Conferência Nacional de ATER, conforme Resolução nº 86, de 04 de outubro de 2011. Para efeito de informação destacamos apenas o Art. 5º da I Cnater que teve como Tema Geral: “ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”:

- § 1º Serão contemplados os seguintes eixos temáticos:

1. ATER para o Desenvolvimento Rural Sustentável;
2. ATER para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades;
3. ATER e as Políticas Públicas;
4. Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta dos Serviços de ATER;
5. Metodologia de ATER – Abordagens de Extensão Rural

- § 2º São transversais a estes eixos, os seguintes temas:

Economia solidária e comércio justo, cooperativismo, abordagem territorial, educação do campo e da floresta, pedagogia da alternância, renda, agroecologia, sistemas sustentáveis de produção, diversificação da produção, inovação tecnológica, soberania e segurança alimentar e nutricional, atividades rurais não agrícolas, gênero, geração, raça e etnia, participação e gestão (MDA/CONDRAF, 2011, p.3).

Apesar dos entraves e das críticas, tanto as leis como a conferência de ATER resgatam o que resta da luta histórica dos movimentos sociais onde se busca atribuir um caráter educativo e libertador, superando a visão linear e unilateral de decisões centralizadas e autoritárias. Onde se busca recuperar a dimensão educacional emancipadora numa estratégia de diálogo e respeito com os agricultores, reconhecendo seus conhecimentos, adotando os princípios da Agroecologia.

Além desse caráter educativo, que mesmo teoricamente a Pnater trouxe para o debate, veremos a seguir alguns avanços dessa política pública.

2. Importantes avanços da NOVA ATER

Entre os principais avanços ocorridos com a implantação da nova concepção de Extensão para o Brasil podem ser destacados: a participação da sociedade civil; a descentralização dos processos (na fase inicial) até por volta de 2009; a definição de objetivos, público, princípios e diretrizes da proposta; o conteúdo orientado pela Agroecologia, mais evidenciado até a lei de ATER em 2010; o aumento na disponibilização dos recursos e, principalmente, a institucionalização de uma lei própria para esta política pública, a lei número 12.188 (BRASIL, 2010a).

Em relação à participação da sociedade na construção da Nova ATER, muito da elaboração coletiva foi a partir da sociedade organizada, que teve uma árdua trajetória de contestação e elaboração alternativa. Os acúmulos que foram sendo construídos, desde a década de 1960 com Paulo Freire, passaram pelas contestações dos movimentos sociais do campo, na década de 1980 (luta pela terra, por uma agricultura alternativa e preservacionista), culminando com o grande encontro, realizado em 1997.

Estes momentos tiveram um significado ímpar na reestruturação da Extensão Brasileira, com elaborações e encaminhamentos que serviram de base para a formulação dessa política Pública. Ainda em relação à participação da sociedade, há que se destacarem os quatro grandes seminários regionais realizados em Belém, Curitiba, Campo Grande e Recife, ainda em 2003, que reuniram, em média, 450 participantes em cada um. É bom lembrar de que toda essa articulação foi possível pela parceria que reuniu mais de cem entidades de diversos setores do governo federal, seguimentos da sociedade civil e lideranças de organizações e agricultores. Processo culminou com uma oficina, em 24 e 25 de Setembro de 2003, realizada em Brasília e, finalmente, com o seminário nacional ocorrido, também em Brasília, em junho de 2004 (DATER/MDA, 2004).

Foi a partir deste seminário nacional que surgiram as bases para a constituição da Pnater – Política Nacional de ATER, lançada ainda no mesmo ano, que passa a ser a referência na definição das diretrizes do Pronater e da política de ATER para o Brasil nos próximos anos (DATER/MDA, 2004).

É importante destacar que a Nova ATER, em sua fase inicial, não implicou, necessariamente, na centralização no plano federal. Os sistemas públicos estaduais continuaram a manter um considerável grau de autonomia e descentralização, inclusive contando com mais recursos para infraestrutura e logística. Essa proposta de descentralização está descrita na versão final do texto publicado em maio de 2004 pelo MDA - SAF-Dater, referindo-se ao processo de descentralização da seguinte forma;

[...] a nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/MDA, 2004, p.5).

Essa preocupação dos organizadores e elaboradores com a descentralização também está contemplada na diretriz da nova Política Nacional de ATER descrita como:

Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional (DATER/MDA, 2004, p.7).

Nessa perspectiva da descentralização surgiram as Redes de ATER²⁰ articuladas por segmento representativo das populações e atores do campo e também por temas geradores. De 2004 a 2008, doze redes contemplavam mais de 100 (cem) organizações não governamentais e 27 (vinte e sete) organizações governamentais que realizaram muitos encontros, debates e construções coletivas que contribuíam na crítica e nas sugestões para os encaminhamentos do MDA/Dater (CAPORAL, 2009).

Outro avanço na construção da Nova ATER foi a definição dos objetivos, do público, dos princípios e das diretrizes que orientariam as ações de ATER daí por diante (PNATER BRASIL, 2004). Em relação aos princípios, ficaram assim definidos:

- a. Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários;

²⁰ Articulação Mineira de Agroecologia – Rede AMA; Rede ECOVIDA; Rede Nordeste de ATER; Rede Contag; Rede Fetraf; Rede MPA; Rede Ceffa's; Rede Proambiente; Rede CAT; Rede Unicafes e outras quatro novas redes em processo de formação visando a ampliação da oferta qualificada de Serviços de ATER, com base nos princípios da Pnater (DATER/SAF/MDA, 2007).

- b. Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;
- c. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;
- d. Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;
- e. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista.

Estes princípios não podem ser resumidos apenas a descrições teóricas construídas por alguns técnicos bem intencionados. Eles são o resultado de embates tensos e exaustivamente disputados entre representantes da agricultura familiar e camponesa e interesses dos ruralistas. No seminário de Curitiba dois temas foram temas de muita tensão; sobre a exclusividade da política aos agricultores familiares e a temática da Agroecologia. Os ruralistas liderados pela Federação da Agricultura do Paraná (ligada aos grandes produtores do Estado) que defendiam a proposta de que a Política Nacional de ATER deveria tender a todos os agricultores e não só aos familiares e contra a adoção do princípio da Agroecologia como parte do documento do Seminário como princípio da nova política (MDA, 2003).

A partir da consolidação da Pnater, em 2004, a Agroecologia passou, juntamente com “metodologias participativas”, a orientar os convênios, projetos e processos de formação dos Agentes de ATER. Os Termos de Referência construídos pelo Dater/MDA eram ajustados a cada convênio e neles estavam muito claros os compromissos das conveniadas. Embora alguns movimentos sociais considerem que a forma não foi a mais adequada, pois centrava os processos em cursos pontuais, é inegável o quanto a determinação do Dater/MDA serviu para colocar o tema da Agroecologia em debate desde os espaços de atuação local das organizações de base, nos territórios, nas esferas estadual, nacional e até mesmo internacional.

Em relação aos recursos, a partir da implementação da Nova ATER, ocorre uma expansão significativa nos financiamentos tanto para a ATER estatal como não governamental, passando de 03 milhões, em 2002, para 42 milhões, já em (2003) e alcançando a cifra de 626 milhões, em 2010 (MDA, 2010), um crescimento significativo, em sete anos. Neste período, o número de agricultores atendidos passou de 106 mil para dois milhões e o número de extensionistas, no campo, aumentou de 10.500 para 16.500, tendo sido capacitados aproximadamente oito mil agentes de ATER (MDA, 2010).

No auge do apoio às entidades da sociedade civil, em 2006, quase metade dos recursos disponibilizados foram dirigidos às ONG (Von der WEID, 2011, p.3), significando uma mudança extraordinária em relação ao período da Revolução Verde em que a Extensão Rural oficial tinha, praticamente, todos os recursos do Estado. Esse aporte de recursos às ONG e demais organizações não governamentais chegaram num momento vital, principalmente porque os recursos da cooperação internacional vinham diminuindo ano a ano.

Apesar de muitas posições contrárias, a conferência Nacional de ATER de 2012 reconhece como avanço institucional da Nova ATER para a Extensão Rural a aprovação da Lei nº 12.188 aprovada em 11 de Janeiro

de 2010 no Congresso Nacional. A nova lei, segundo os conferencistas presentes na Primeira Conferência nacional de ATER realizada em 2012 na capital Brasília foi exaustivamente negociada pelo MDA/Dater com os setores mais conservadores do congresso brasileiro que resistiam à ideia de repassar recursos sem licitação para as ONG.

As dificuldades foram maiores por conta de que, neste mesmo período, estava em discussão a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava o repasse de recursos às ONG (“CPI das ONG”)²¹. Na época o relator da CPI, o senador Heráclito Fortes chegou a declarar: “com esta lei, estaremos entregando ao governo federal recursos para serem manipulados ao seu bel prazer, através das ONG e outras organizações da sociedade civil (DINIZ, 2010)”. No entanto, mesmo com essa resistência, a lei foi aprovada, permitindo cumprir com uma de suas principais funções que era de minimizar os problemas de Marco Legal, possibilitando que os financiamentos dos projetos de ATER pudessem a ser feitos através de contratos e não de convênios.

3. Reflexões críticas sobre a NOVA ATER

As reflexões aqui apresentadas pretendem oferecer subsídios para uma análise da NOVA ATER desde o seu início, no primeiro mandato do governo popular de Lula de 2003 a 2006, com as mobilizações e manifestações que originaram a Pnater, passando pelas amarras e

²¹ Instrumento ou prerrogativa utilizado pelo congresso nacional que dá poderes a este de fazer investigação sobre um determinado tema. Regimentalmente para ser aprovada uma comissão de inquérito precisa de dois terços dos votos dos parlamentares. No caso da câmara, 343 deputados federais e no senado, 54 senadores. Neste caso específico, a CPI tinha sido aprovada para apurar se havia ou não irregularidades nos repasses de dinheiro público a estas organizações da sociedade civil, mas a finalidade segundo nossa análise teve muito mais um sentimento de vingança de parlamentares de direita por que estas organizações eram declaradamente de esquerda e tinham apoiado abertamente a eleição do Presidente Lula.

acordos eleitorais feitos no segundo mandato deste mesmo governo, pelo período de construção e pós promulgação da Lei de ATER, nº 12.188/2010, até o momento atual em que está em discussão a Agência Nacional de ATER (ANATER).

Entre as principais dificuldades da Pnater em promover mudanças significativas por dentro do estado estão; a) a pressão de forças conservadoras no congresso nacional que querem manter as Ematers atreladas ao agronegócio; b) a facilidade atual de acessar recursos federais para suprir gastos (de custeio, por exemplo) que seriam obrigações do estado; c) a presença ‘forte’ de funcionários das Ematers cedidos ao Dater/MDA; d) a falta de articulação em rede das organizações que prestam serviços de ATER; e, e) a falta de protagonismo dos movimentos e organizações sociais para tencionar a fazer estas mudanças (PETERSEN, 2013).

Outras reflexões que seguem descritas abaixo destacam o período pós Lei de ATER, nº 12.188/2010, destacam o seguinte; 1) os entraves na *aplicação dos recursos* públicos de ATER; 2) à volta do modelo metodológico difusionista baseado na “visita e treinamento”; 3) o recuo na defesa da Agroecologia e da capacitação dos profissionais nessa área; 4) a exigência da Declaração de Aptidão de Agricultor Familiar; e, 5) o monitoramento e avaliação das ações de ATER.

3.1 Os entraves na aplicação dos recursos públicos de ATER

A partir do início do segundo mandato do governo Lula (2007 a 2010), as exigências para o uso dos recursos públicos tornaram-se, extremamente, complexas. O sistema de convênios ao não permitir o pagamento de profissionais permanentes das entidades não governamentais, nem despesas de investimentos e infraestrutura, limitando-se a cobrir os custos operacionais, dificultou enormemente a

execução das ações e obrigou as entidades não governamentais, principalmente, a buscar recursos complementares em outras organizações, também, já fragilizadas. Muitas destas organizações tentaram apoio junto aos municípios, mas na grande maioria não encontraram amparo (Von der WEID, 2011).

Da mesma que o governo federal, os estados e municípios também ficaram longe dos compromissos da Pnater que pretendia envolvê-los inclusive com orientações para instituição de Planos estaduais e municipais de ATER e constituição de fundos específicos para essa política pública. Dez anos depois, poucos Estados (em torno de 10%) tinham constituído leis estaduais de ATER e, apenas, alguns municípios constituíram planos municipais com base nas orientações da Pnater (CEDRAF, 2012).

Em relação aos recursos, pode-se afirmar que os recursos não são problema para as instituições oficiais de ATER. A garantia de salários, infraestrutura, investimento e a cobertura da maioria dos custos básicos subsidiados pelo orçamento estatal, lhes dão tranquilidade de trabalho e possibilidade de estruturação interna das empresas, diferentemente das entidades de prestação de serviços públicos de ATER não governamental (MANIFESTO CONSELHO GESTOR TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ, 2012).

As exigências baseadas na Lei Nº 8.666 que impediam de que custos de administração fossem cobertos pelos convênios, obrigando as entidades a bancarem com estas despesas, significou desembolsar recursos próprios para executar tais serviços. O resultado dessa medida provocou uma imensa crise das entidades não governamentais de ATER impondo, sobremaneira, ações de voluntariado. Mas, até mesmo, o voluntariado tem limite e o resultado dessa dificuldade causou a perda de quadros valiosos que foram buscar a sobrevivência em outras áreas.

Outra consequência dessa burocracia e da falta de regulamentação do terceiro setor²², que se arrasta a mais de uma década, foi o encolhimento de ações e serviços prestados e enorme fragilização de entidades, algumas tendo que paralisar as atividades. No final do segundo governo Lula (2007 a 2010), a participação das ONG nos convênios de ATER encolheu, enormemente, se comparada à situação existente no início deste mesmo governo. Além disso, a maioria das ONG do Paraná, por exemplo, tiveram complicações com o Tribunal de Contas da União (DEPOIMENTOS COLHIDOS NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ATER, 2012).

Este comportamento do TCU com as organizações da sociedade civil submeteu a constrangimentos e muita indignação as organizações sociais. A forma deste tribunal em uma situação, completamente, desconhecida para seus técnicos é merecedora de no mínimo questionamentos. Os técnicos do tribunal vinham para as organizações diferentes do roteiro previamente estabelecido para suas ações e tomavam suas decisões sem ter dialogado com as entidades questionadas. Muitos técnicos que fizeram vistorias nos projetos financiados demonstravam desconhecimento dos processos e das relações entre as diferentes organizações da agricultura familiar. Não entendiam, por exemplo, que a lei das Cooperativas (Lei nº 5.764) permite um técnico associar-se a duas cooperativas singulares. Que um agricultor pode associar-se a mais que duas cooperativas, mais no Sindicato e a uma associação comunitária. Além de demonstrarem não entender essa realidade, alguns técnicos do TCU que vistoriaram entidades financiadas agiram de má fé ou ignorância ao escreveram em seus relatórios muitas inverdades, muitas delas revistas pelo próprio TCU como infundadas. No entanto ficam para as organizações

²² Terceiro Setor é um termo usado para fazer referência ao conjunto de sociedades privadas ou associações que atuam no país sem finalidade lucrativa. O terceiro setor atua exclusivamente na execução de atividades de utilidade pública. Possuem gerenciamento próprio, sem interferências externas. Entre as organizações que fazem parte do Terceiro Setor, podemos citar principalmente as ONG (Organizações Não Governamentais) e OCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

custos jurídicos e constrangimentos que levam anos para serem recuperados e superados (FÓRUM DAS ENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE DO PARANÁ, 2011).

Um dos problemas destas ações legais enfrentadas pelas entidades da Agricultura familiar que tiveram projetos financiados pelo estado esta relacionado a defasagem jurídica do marco legal brasileiro que tem claro a relação “estado e sociedade” na celebração de convênios e no repasse de recursos. Por conta dessa indefinição o próprio Dater/MDA e a Caixa Econômica Federal como órgãos públicos responsáveis pelos repasses se reservam em opinar em relação à forma de execução de um determinado convênio, sem escrever as orientações. Muitos técnicos do governo tem sido sistematicamente questionados pelos órgãos fiscalizadores e adotam posturas de cautela em relação à legislação e ao próprio Tribunal de Contas da União (TCU). Entre o que o TCU admitia e a dúvida das entidades, vários técnicos do MDA responsáveis por estes convênios preferiram adotar uma postura de resguardo próprio, gerando uma quase paralisia nos projetos de ATER conveniados no período entre 2007 a 2010 (DEPOIMENTOS COLHIDOS NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ATER, 2012).

Se para as ONG já era difícil operar uma modalidade nova, se tornava muito mais complexo e desgastante sem orientações do próprio ministério responsável pela gestão dessa política. Além disso, a relação entre o MDA e a Caixa Econômica Federal que repassava os recursos dos convênios para as entidades transparecia falta de entrosamento entre ambos que pareciam não se reconhecer como componentes de um mesmo governo. Por isso, uma das razões principais da elaboração da Lei de ATER (12.188/2010) foi a necessidade de superar as amarras legais dos convênios e desburocratizar a gestão para permitir que os recursos para essa política fossem aplicados com maior facilidade, sem perder a transparência dos mesmos (DEPOIMENTOS CONSTATADOS NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ATER, 2012).

Entretanto a lei de ATER criou obstáculos quase intransponíveis. O primeiro foi o não adiantamento de parte dos recursos dos contratos. Sem este adiantamento, as entidades da sociedade civil não dispõem de recursos para iniciar as atividades. Este tipo de critério, exigido pela modalidade de contrato, acaba por constituir-se em uma grande armadilha, como destaca Caporal:

[...] no caso das entidades de Ater estatais (governamentais), os salários são pagos pelos cofres públicos dos respectivos estados ou pelos orçamentos das empresas, institutos e outros arranjos institucionais de governos, o que dá no mesmo, pois são recursos públicos. Se no pagamento feito pelo MDA está incluído um valor salário, a pergunta, se isto ocorrer, é: não estariam as entidades do governo recebendo duplamente recursos públicos para uma mesma finalidade, para um mesmo tipo de despesa? Ainda que sejam recursos federais e recursos de orçamentos estaduais, se os técnicos recebem pela “folha do estado”, não estaria havendo duplicidade de disponibilização de recursos?”(CAPORAL, 2012, p.29-30).

Nas “organizações não governamentais”²³ não há estas fontes alternativas e a participação no processo obriga estas a emprestar dinheiro em outros projetos ou fazer empréstimos com juros de mercado, não cobertos pelas chamadas de ATER. Outra dificuldade é a exigência do Incra que vincula a liberação da “ordem de serviço” mediante adiantamento de 5% do total do valor do projeto. Essa exigência tem se efetivado, mesmo que na cláusula contratual feita entre o Incra e as entidades vencedoras permita a este exigir adiantamento de até 5% como garantia. Entretanto a Instituição tem adotado como regra cobrar a garantia no

²³ Organizações são definidas como um tipo especial de instituição, [um dispositivo coletivo] com aspectos adicionais [...], que envolvem (a) critérios para estabelecer seus limites e para distinguir seus membros dos não membros, (b) princípios de soberania em relação a quem possui certas atribuições, e (c) cadeias de comando delineando responsabilidades para com a organização. Nesse caso as organizações não são parte do governo (HODGSON, 2007, p.96).

máximo permitida pela cláusula. Essa exigência contraria o próprio MDA que nas suas chamadas específicas não exige essa garantia.

Não há justificativa para essa garantia. O pagamento às organizações é feito após a realização dos serviços, comprovados pelos atestes e conferidos pelos seus técnicos. Assim, não tem como o Governo perder recursos. Eles não são pagos antes de ser comprovada a sua aplicação. Estes recursos exigidos em garantia pelos editais das chamadas públicas de ATER têm obrigado as entidades a buscarem estes recursos de garantia fora a juro de mercado que não são ressarcidos à organização. Esse comportamento jurídico, embora legal previsto em contrato, tem penalizado muito as organizações não governamentais (CENATER PARANÁ, 2013).

Por conta destes ajustes, muitas vezes, os técnicos são penalizados, já que, em geral, estes só começam a receber após a prestação de contas das primeiras atividades. E estas só entram nas contas após dois a três meses de trabalho. Assim, também, para manter despesas com credores e garantir o mínimo aos profissionais também a entidade precisa buscar empréstimos a juros de mercado, também não ressarcidos. Segundo o raciocínio de Caporal (2011), por conta dessa diferença entre as prestadoras de serviços do Estado que acessam as chamadas públicas, concorrendo com entidades não governamentais, estaria sendo criada uma discriminação dos profissionais e das entidades da sociedade civil em relação às instituições oficiais e seus respectivos profissionais.

Mesmo que as entidades consigam realizar muito rapidamente as primeiras atividades, geralmente condicionado a um enorme número de diagnósticos individuais, estas só serão ressarcidas quando todos forem realizados. Além disso, há, ainda, demora governamental sob a alegação de pequena quantidade de técnicos em aprovar os relatórios e liberar os recursos. Essa demora tem causado permanente tensão interna entre as entidades proponentes e os seus profissionais da ponta.

Esse atraso na liberação dos recursos, principalmente da primeira parcela, tem causado prejuízos imediatos às organizações não governamentais. Esse atraso tem sido maior do que se previa e, por conta disso, muitos profissionais têm buscado outros trabalhos, abandonando as atividades geralmente logo após o processo de formação que as entidades realizam na fase inicial. A substituição intensa de profissionais cria uma necessidade de reconstruir todo um novo processo de formação tal o que já fora feito na fase inicial do projeto, acarretando novos custos também não cobertos pela chamada. A entrada de profissionais no meio da execução demanda novos contatos, novas articulações e justificativas com as famílias e suas organizações locais. É um novo processo, por que exige tudo outra vez: adaptação, identificação com seu local de trabalho, com as famílias, a comunidade, o município, acarretando em mais tempo não só em relação ao projeto, mas também em relação à formação e integração da equipe de ATER.

Outro problema provocado pelo atraso dos pagamentos é o fato de que, geralmente, as entidades operam com pouco pessoal porque os projetos têm sido escassos. Essa dificuldade enfrentada pelas organizações tem tornado difícil manter um profissional com boa formação e experiência por muito tempo. Essa é uma das razões para que se tenham projetos mais longos, afim de que se possa dar tranquilidade na construção de processos de capacitação contínuos e que se consiga mais fidelidade em relação a cada profissional.

Outro empecilho burocrático criado pela Lei nº 12.188/2010 foi a imposição de que o beneficiário dos projetos de ATER tenha que ter Declaração de Aptidão (DAP) que identifica se o beneficiário é agricultor ou agricultora familiar. Esta exigência, além de discriminar os mais empobrecidos que em muitos casos não tem DAP, por falta de oportunidade e necessidade, não dá tempo de terem a declaração até a escolha das famílias trabalhadas no município por isso acabam sendo excluídos (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO VALE DA RIBEIRA,

2013). Assim, a proposta que deveria apoiar justamente os setores mais desfavorecidos acaba criando obstáculos e mais trabalho para as entidades a fim de providenciar o acesso às DAPs. Como a atividade não é remunerada pelo projeto, os técnicos ficam dependendo da boa vontade de outros atores, principalmente de Sindicatos que muitas vezes não têm condições nem recursos, para fazerem esta declaração de forma imediata, até porque, grande parte destas famílias nem se quer são associadas ao mesmo.

3.2 A volta do modelo da “visita e treinamento”

O modo como as chamadas públicas para projetos passaram a ser constituídas a partir da Lei Nacional de ATER, trouxeram de volta o modelo de transferência de tecnologia “*visita e treinamento*” adotado, lá atrás, durante o auge da Revolução Verde. Além de serem padronizadas, as atividades prescritas pelos seus mentores (na maioria, técnicos), estão muito mais para Assistência Técnica do que para Extensão Rural e longe do que se poderia considerar como proposta de construção social e participativa.

Outro aspecto que caracteriza esse reducionismo é o fato das chamadas terem priorizado, quase que exclusivamente, profissionais das ciências agrárias, em particular agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários, reproduzindo o modelo da revolução verde focada no tecnicismo. Essa opção por profissionais da área Técnica das Ciências Agrárias descaracteriza, ainda mais, os princípios da Pnater, na sua fase inicial, que recomendava entre seus princípios a atuação multidisciplinar e interdisciplinar:

[...] Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma

tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (PNATER, 2004, p.7).

Ainda sobre as metodologias, um dos princípios instituídos pela Pnater, mas pouco considerado pelo MDA foi o processo de construção participativa. As demandas que estruturaram inicialmente as chamadas de ATER foram construídas junto aos territórios da cidadania por poucas entidades. De acordo com Diniz (2010) a técnica consistiu em preencher planilhas compostas por quatro colunas e uma lista de itens pré-definidos pela equipe do Dater.

Na realidade, a planilha trazia uma lista com 19 itens (ações de ATER pré-definidas) que, a priori, não apontava a nenhuma sequência lógica. Uma das colunas destinava-se a descrever às 'necessidades' demandadas no território (solicitava-se marcar um 'x' à frente da ação). Na outra coluna ordenavam-se as 'prioridades', numerando-as (iniciando pelo número '1', a ação de maior importância e, conseqüentemente, com o número '2' a de menor importância e assim sucessivamente). Finalmente, a última coluna era destinada às 'observações', podendo-se colocar orientações importantes para 'qualificação da demanda' (DINIZ, 2010, p.6).

Através destas informações foram sendo montadas as chamadas definindo, detalhadamente, quais e quantas atividades teriam que ser efetuadas pela entidade contratada, quanto tempo duraria cada atividade e quantos agricultores dela participariam. Como afirma Diniz (2010), essa metodologia adotada pelo Dater demonstra que as demandas foram estabelecidas longe da participação dos agricultores, de forma rápida (menos de um dia por território) e a poucas mãos.

Entretanto, como afirma Fonseca (1985), o fato de não priorizar a participação não está relacionado apenas à construção das demandas em si, ela reflete a forma historicamente concebida pela Extensão oficial de acreditar mais no conhecimento do Técnico do que do próprio agricultor.

Outra questão de debate metodológico refere-se ao envolvimento dos grupos comunitários e das organizações locais da agricultura familiar e camponesa na definição do projeto como um todo e em especial do público. Afinal, as ações devem ser desenvolvidas apenas com algumas famílias daquela referida comunidade ou com todas as famílias que vivem ali? Como justificar a escolha desse agricultor e não do outro dentro de uma mesma comunidade? Quem vai ter que explicar essa escolha, o técnico ou a entidade que representa estes agricultores? Como definir as famílias dessa ou daquela comunidade sem pelo menos fazer um debate local?

A chamada não impede, mas, também, não permite que sejam aplicados recursos para as organizações da agricultura familiar e camponesa para contribuir no processo de articulação local. Nem as famílias, nem as comunidades ou os municípios são consultados e ouvidos para construir as demandas iniciais. Apenas alguns territórios da cidadania e de um jeito muito simplista participam do processo.

O fato de as chamadas serem construídas sem o envolvimento das entidades locais e sem um planejamento conjugado entre elas e destas com os espaços de governança municipal, estadual e federal, acaba por induzir a uma competição entre estas num mesmo local.

Há um interesse cada vez maior em acessar serviços de ATER para os seus associados ou cooperados, mas sem uma atuação mais coletiva e organizada, induz cada entidade a resolver do seu jeito. Assim, por exemplo, num mesmo município, duas chamadas, podem atuar numa mesma comunidade provocando o, chamado, sobreamento de grupos. Desperdício de recursos, e diminuindo a capacidade de universalização destes serviços. Ações organizadas em planos familiares, grupais, comunitários e municipais articulados localmente com participação do conjunto de entidades governamentais e não governamentais possibilitariam a construção de soluções mais adequadas, oportunas e melhor otimizadas. No entanto, as chamadas não têm orientado nessa

direção. Não há estímulo da política pública de ATER para o fortalecimento das organizações locais e de interação entre estas.

Outra incoerência do processo é a atividade relacionada ao diagnóstico. Considerar que um diagnóstico semi estruturado, realizado em poucas horas (três horas), é suficiente para se ter o conhecimento da realidade das famílias e, conjuntamente, promover um planejamento estratégico sustentável é desconhecer a real situação do campo. Aliás, na análise de muitas organizações este tem sido um dos grandes problemas do quadro técnico do MDA/Dater: “falta de inserção com a realidade local”. No formato da chamada, o MDA/Dater avalia que se pode fazer um diagnóstico que oriente ações de transição em apenas uma visita na propriedade e que outras três visitas seriam para dar sequência ao planejado na primeira.

Se o objetivo do diagnóstico é definir o conteúdo dos cursos, estes teriam que ser capazes de dar respostas ao conjunto das questões identificadas no diagnóstico. Como os cursos são poucos e de duração limitada, o conteúdo não poderá ser outro que a apresentação de soluções genéricas para uma gama de situações variadas. Esta metodologia elimina a possibilidade de se buscar soluções através da construção social do conhecimento.

Outra crítica à metodologia, adotada nas chamadas de ATER, refere-se à relação entre o número de técnicos e o número de beneficiários. A impressão é que o Dater/MDA se comporta como se estivesse financiando projetos que já estão em andamento e no modelo convencional. Quando se começa um projeto e se busca a transição agroecológica, a prática tem mostrado que se deve começar com um número pequeno de famílias e de preferência que já tenham construído relações em outras atividades.

As experiências construídas e relatadas mais adiante, mostram a possibilidade concreta de cada agente de ATER local acompanhar 40 a 60 famílias individuais ou dez a doze grupos comunitários afins (de 3 a 5

famílias), desde que, localizados num mesmo município. À medida que vão se obtendo resultados e vai se ganhando a adesão das famílias e suas organizações, o processo vai se expandindo para outras famílias daquela comunidade e/ou de outras comunidades. Esse período inicial deve ser marcado por encontros individuais ou coletivos a cada 15 dias, com a presença da Equipe de ATER. Depois de seis meses, em média, é que se consegue criar uma rotina de atividades e só a partir daí pode-se distanciar estes contatos e aumentar o número de famílias a ser acompanhadas por cada profissional.

As experiências práticas ensinam que atribuir a cada Agente de ATER a responsabilidade por um determinado conjunto de agricultores/grupos ou comunidades cria referência e co-responsabilidade, cabendo-lhe um papel muito maior do que simplesmente técnico. Num processo de construção social do conhecimento, o (a) agente de ATER passa a atuar como um animador na construção das demandas locais, um comunicador das propostas aos demais profissionais que fazem parte daquela Equipe e um pouco de porta voz daquelas famílias e ou comunidade das necessidades demandadas junto aos dirigentes das organizações e ao poder público local.

Entretanto, mesmo considerando a importância da responsabilidade do profissional por um determinado grupo de famílias, a experiência de campo mostra que a formação de equipes para desenvolver ações em forma de mutirões, para determinadas atividades, tem dado resultados muito maiores do que a individualização das ações. Mesmo que essa já seja a opinião de alguns técnicos, é salutar que esse debate passe a fazer parte dos processos de avaliação para ir melhorando a efetividade da política pública.

Em relação ao monitoramento e avaliação das ações preconizadas pela Lei de ATER, na prática, a forma atual como está se desenvolvendo, estão sendo mensuradas as atividades executadas e não

os conhecimentos adquiridos pelas famílias, grupos, comunidades e profissionais.

A opção do Ministério, presente na Lei, recomenda um monitoramento de atividades, de ações e não de resultados. O fato de tudo estar amarrado em atestes e relatórios tira o foco do principal que seria o quanto aquela família melhorou na questão da água, do solo, da alimentação e não, somente, em quantas reuniões, intercâmbios ou visitas ela participou.

Uma das formas de monitorar as ações é através dos atestes para confirmação da prestação do serviço, feita através da assinatura de próprio punho dos beneficiários da chamada. Esta forma coloca uma enorme massa de trabalho burocrático tanto para os técnicos como para os fiscais, sem comprovar a eficácia da atividade em questão. Além disso, o número de fiscais contratados pelo MDA/Dater é muito pequeno, retardando demasiadamente, a vistoria fiscalizatória.

Outra inconsequência da política que atrasa procedimentos, são as divergências operacionais entre os fiscais que estão nos estados e as chefias de comando em Brasília, retardando o processo de averiguação das ações executadas e, conseqüentemente, o atraso do reembolso para as prestadoras dos serviços. Por conta desses entraves, houve chamadas com mais de nove meses de atraso no pagamento das ações de campo (COOPERIGUAÇU, RELATÓRIOS DA CHAMADA DE ATER DO MDA - VALE DO RIBEIRA, 2011 e 2012).

3.3 O recuo na defesa da Agroecologia da Lei de ATER

Como já foi dito, a Agroecologia tem sido, continuamente, objeto de disputa acirrada. Não foi diferente no debate sobre a Lei de ATER. Os técnicos do Dater/MDA que estavam à frente das negociações preferiram

envolver quadros do comando do próprio ministério, sob a alegação de que se abrisse o debate com a sociedade retardaria, em muito, a sua aprovação tão esperada por todos. Entretanto, a ausência da representação dos movimentos sociais e do próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) fragilizou o embate e o Dater se viu obrigado a recuar em várias conquistas da Pnater, entre estas a **Agroecologia**.

A falta de pressão e tencionamento das organizações sociais fizeram retroceder o princípio referente à Agroecologia, reduzindo o peso de uma proposta estratégica, capaz de contribuir para a mudança paradigmática da Pnater inicial, a práticas ecológicas (produção de caldas, biofertilizantes, etc): “[...] adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (Princípio IV da Lei nº 12.188/2010).

Essa nova definição de que trata a Lei de ATER, nº 12.188/2010, não dá conta da complexidade proposta na versão da Pnater-2003 e sequer se aproxima da perspectiva agroecológica, na medida em que se preocupa somente com os sistemas de produção, muito aquém das múltiplas dimensões da sustentabilidade defendidas pelo campo da Agroecologia (CAPORAL, 2006, p.10), definida como:

[...] adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (PNATER, 2004, p.7).

Ainda, conforme destaca Caporal (1998) a Agroecologia deve ser estratégia importante para a prática de outra Assistência Técnica e Extensão Rural e continua em seu estudo afirmando que:

Uma das premissas básicas é a ideia de sistema e do enfoque holístico requerido por ela, o que conduz a pensar os agroecossistemas como uma totalidade e não de forma segmentada como se apresenta o modelo convencional. Isto implica não somente a existência de

aproximações interdisciplinares, mas, sobretudo, uma clara consciência da importância da participação dos agricultores nesse processo (CAPORAL, 1998, p. 437).

Talvez esse tenha sido o maior retrocesso da Lei de ATER (12.188) em relação à Pnater (2003). Esse recuo forçado, ingênuo ou estratégico de orientação científica na agricultura brasileira reflete muito mais do que um retrocesso tecnológico. Representa redução das forças de mobilização popular do campo e do próprio Governo. Essa e outras posições adotadas pelo Dater/MDA começariam a abrir caminhos para a proposta de ATER do agronegócio que mais tarde (2013) se configuraria como uma agência (ANATER). A partir da Agência Nacional de ATER, o público não seria exclusividade da Agricultura Familiar como na Pnater.

Ainda em relação à Agroecologia, há que ressaltar que os processos de capacitação com essa temática, também, sofreram uma redução significativa nos últimos anos, principalmente, a partir de meados do segundo mandato do presidente Lula (2007 a 2010) e interrupção quase total no governo Dilma (2011 a 2014). Essa atitude é incompreensível sob o ponto de vista dos movimentos sociais e organizações do campo, já que todos reconhecem de que a formação programática das faculdades de Ciências Agrárias e dos Técnicos em Agropecuária ainda é basicamente orientada pelo modelo convencional.

3.4 A instituição da ANATER: outra investida do Agronegócio

A reflexão que se faz da Agência Nacional de ATER – Anater é sobre as muitas dúvidas que persistem com as decisões encaminhadas. Essa indefinição tem deixado as organizações e os movimentos sociais do campo sem entender precisamente sobre a referida proposta. Trata-se, afinal, de uma Agência de execução e operacionalização ou de disputa do Agronegócio com a NOVA ATER?

A argumentação que sustenta a proposta de criação e regulamentação dessa Agência, até agora, é defendida por alguns técnicos do Dater/MDA, declarando que o tema foi “muito” debatido e encaminhado na Conferência Nacional de ATER, no início de 2012, em Brasília. No entanto, a proposta de constituição de um sistema Nacional que unificasse as ações nacionais foi referendada sim, mas para ser exclusividade da Agricultura Familiar, Assentados da reforma Agrária e povos tradicionais, conforme expressa o documento da conferência:

Criar um Sistema Nacional público para coordenar, planejar, avaliar e monitorar a implementação da Pnater, de forma articulada e participativa com as diversas pastas do Governo Federal e integrada com os estados, municípios e territórios rurais, e com a participação de representantes das entidades prestadoras de serviço e dos públicos beneficiários de Ater, agricultores/as familiares (conforme nota 1)²⁴, respeitando o princípio de paridade das representações, tendo como gestores o MDA e INCRA, de forma compartilhada com os demais órgãos que tenham ações de Ater, coordenadas pelo MDA e INCRA (Item 158 do relatório final da Iª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ATER, BRASILIA, 2012, p.11)

Em nenhum momento se cogitou a possibilidade de incluir o agronegócio e suas representações e nem de que a Embrapa teria qualquer papel na coordenação desse sistema. Portanto, ao se confirmar essa proposta como foi anunciada, em início de junho, no lançamento do “Plano Safra 2013/2014”, pela presidência da República, estará havendo uma contradição muito grande entre a Conferência Nacional de ATER e o governo.

²⁴ Nota 1 - Para fins de leitura deste documento, toda vez que se tratar da **agricultura familiar** e/ou dos **povos e comunidades tradicionais**, e/ou das **mulheres do campo, da floresta e das águas**, compreende-se como sendo a diversidade dos segmentos: agricultura familiar tradicional, camponeses, acampados, assentados da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro e ciganos/as, quilombolas, açorianos, atingidos por barragens, mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco, fundos de pasto, faxinalenses, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, aquicultores familiares, caíçaros, marisqueiros/as, retireiros/as, torrãozeiros/as, geraizeiros/as, vazanteiros/as, pomeranos/as, pantaneiros/as, caatingueiros/as, dentre outros/as.

Segundo o deputado Elvino Bohn Gass (PT/RS), presidente da Frente Parlamentar Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural da Câmara:

A Agência Nacional de ATER – ANATER vai articular recursos de quatro ministérios e contará com um orçamento inicial de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões. Este é o montante de recursos que atualmente estão divididos em quatro ministérios – Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pesca e Meio Ambiente – que desenvolvem algum tipo de ação relacionada A ATER. Ainda, segundo o deputado, ‘A presidenta Dilma está empenhada na reconstrução de um sistema nacional público de ATER. A agência é a afirmação deste empenho. A ideia é integrar o atendimento de milhões de agricultores brasileiros melhorando a produção e ampliando a capacidade de acesso a novas tecnologias’ (GASS, 2013).

Em sintonia com o presidente da Frente Parlamentar Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sustenta que:

A proposta do Governo Dilma é que a Agência tenha uma capacidade de atender de forma ágil os agricultores familiares. [...] Estudos do governo federal dão conta de que nas propriedades que têm acesso a ATER, a renda dos agricultores chega a ser três vezes maior. ‘Nossa intenção com a criação da Agência é universalizar este atendimento, garantido que as inovações tecnológicas cheguem ao meio rural de forma mais célere. Vale, ainda, lembrar que a nova agência é fruto da demanda dos movimentos sociais’ (SILVA, 2013 *apud* GASS, 2013, p.1).

Ainda, segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), a medida vai incorporar novas tecnologias ao trabalho já desenvolvido e sustenta que:

‘Essa agência vai coordenar o sistema brasileiro de Ater pública, governamental ou não governamental. Ela vai realizar um amplo trabalho de formação e especialização de extensionistas, a fim de que o conjunto de tecnologias

e métodos desenvolvidos pela pesquisa possa chegar ao universo dos agricultores'. A Agência vai levar aos agricultores familiares um serviço de Ater com mais qualidade, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País. 'A institucionalidade por meio da Agência representa um avanço. Ter uma estrutura que vai coordenar e formar esses técnicos é um passo a frente nos esforços que têm sido feitos até agora pelo governo federal para os serviços de Ater, no que diz respeito à formação e a ampliação dos recursos, já que a agência é interministerial' (BIANCHINNI, 2013 *apud* MDA, 2013, p.1).

A leitura feita pelas organizações da sociedade civil é no sentido de que há uma força muito articulada do **agronegócio** tentando consolidar uma proposta de Assistência Técnica generalizada e padronizada sem estabelecer diferenças ou prioridades entre os agricultores, contrariando a Pnater que considera como público a exclusividade da Agricultura familiar. A crítica, no entanto que os movimentos fazem é a mesma feita por ocasião da aprovação da Lei de ATER em 2010; pouca oportunidade de participação da sociedade organizada do campo.

4. A NOVA ATER e o desenvolvimento local sustentável

Dentre os desafios emergentes que a Nova ATER terá que enfrentar, dois deles se evidenciam: o *primeiro* está relacionado à compreensão e assimilação de um novo **conteúdo** que contemple as demandas do paradigma da sustentabilidade em que se impõe a orientação tecnológica baseada nos princípios da Agroecologia e o *segundo*, que orienta sobre o jeito de desenvolver o primeiro, ou seja, o repensar do próprio extensionismo, da mudança entre o levar o

conhecimento pronto ou promover a **construção social do conhecimento**²⁵.

Assim, essa proposta se desenvolverá num campo extremamente diverso e complexo onde persistem as formas de dominação do capital representado, agora, pelo agronegócio que mantém a hegemonia e supremacia ampla sobre a agricultura familiar e camponesa, e de acordo com Martins (2010):

[...] se mantém um pacto de dominação entre o capital e a propriedade fundiária que tem sustentado os regimes políticos no Brasil. Tudo leva a crer que a divisão social do trabalho devidamente constituída continuará constringendo os Camponeses a produzirem alimentos básicos e baratos e a permanecerem como reserva de força de trabalho para as empresas capitalistas (MARTINS, 2010, p.2).

De olho nessa nova realidade, a Política pública de ATER terá que enfrentar mudanças evidentes. Entre estas mudanças uma delas está o novo público que demanda estes serviços. Afinal, com quem se vai trabalhar de agora em diante? Com os idosos do campo? Com os empreendedores? Com os jovens? Com as mulheres? Com os egressos da cidade? Com os estabilizados? Com os excluídos? Com os povos

²⁵ A denominação “Construção Social do Conhecimento” pretende significar ações que a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER não contemplam. A construção dos saberes vai muito além do “levar”, do “difundir” e do próprio “ensinar” que foram as orientações da Extensão Rural em sua trajetória histórica. Buscamos em Paulo Freire a afirmação da definição que queremos atribuir para essa nova proposição. Resgatamos algumas frases de Freire que balizam nossa elaboração. Assim: *“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”*. *“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*. *“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes”*. *“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”*. No entanto, apesar deste esforço certamente aparecerão no texto alguns termos muito relacionados com o termo ATER ou Acompanhamento técnico e Social ou mesmo com Extensão Rural. O desafio a que estamos nos propondo é dar sentido diferente para ações, práticas e processos que são muito maiores do que o termo ATER representa. No entanto não é uma proposta acabada e certamente muito ainda vamos repetir termos de então.

tradicionais? Quem serão os “médios produtores” que foram incluídos como público da Anater? Quantos serão? Disputarão recursos e ATER com os agricultores familiares que era o público exclusivo da ATER desde 2003? Em fim, quem será o novo público e que demandas ou serviços vão exigir.

A história alterou, significativamente, esse público que se tornou mais eclético e espera de outras respostas dos profissionais e de suas entidades/instituições. O debate sobre a universalização destes serviços não é mais uma questão linear de divisão de recursos por um determinado número de famílias. Apoiar “quatro” milhões de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais no acesso a políticas públicas de inclusão produtiva e social é tarefa extremamente complexa e grandiosa.

As mudanças macroeconômicas e a intervenção do Estado brasileiro contribuíram para provocar alterações na produção e na estrutura produtiva do setor agropecuário. Houve, no período compreendido entre 1996 e 2006, de acordo com os censos agropecuários: a) um aumento da produção pecuária em praticamente todos os produtos; b) um aumento superior a 80% na área de lavouras e um deslocamento da área de pastagens para a região Norte do País; c) uma elevação das escalas de produção na pecuária, na atividade leiteira, por exemplo, superior a 60%; d) uma queda de, aproximadamente, 10% no número de ocupações agropecuárias, em virtude do aumento da produtividade do trabalho alcançada pelas novas técnicas de produção e a intensificação do uso de máquinas (IBGE, 2006). No entanto, apesar desse crescimento espetacular apontado pelo IBGE, quais foram as consequências socioambientais que resultaram desse crescimento?

Outro tema que deve ser analisado com cautela é em relação aos extratos do público do campo e principalmente da própria agricultura familiar em relação a sua participação na produção de alimentos. Estudo

realizado por Alves e Rocha (2010) concluiu que a há uma concentração enorme em relação à produção de alimentos:

Verificou-se que 424 mil estabelecimentos (8,2% dos 5,2 milhões de estabelecimentos reportados pelo Censo Agropecuário de 2006) foram responsáveis por 85% da produção declarada. Cada estabelecimento desse estrato produziu por mês, em média, R\$ 24.012,50, equivalentes a 80 salários mínimos. Desses, apenas 22.188 (5,23%) estabelecimentos produziram 51,34% do valor da produção. Em seguida, estão os 975.974 estabelecimentos da classe que vai de 7.200,00 a 36.000,00 reais/ano, que correspondem a 18,9% do número total de estabelecimentos e geraram 11,1% do valor da produção declarada. Os estabelecimentos desse estrato geraram por mês, em média, R\$ 1.360,38, ou seja, quatro e meio salários mínimos. Finalmente, seguem-se os estabelecimentos da classe que vai de 0 a 7.200,00 reais/ano, 3,8 milhões (72,96% do total de estabelecimentos) que geraram valor de produção correspondente a 4,04% do total, sendo R\$ 128,13, em média, por estabelecimento/mês, ou 0,43 salário mínimo (valores de 2006) (ALVES; ROCHA, 2010, p.5).

Conforme descrevem Alves e Rocha (2010) há uma imensa concentração, não apenas de renda, a qual, para ser estabelecida, exigiria conhecimento da renda líquida. A concentração ocorre em relação aos meios de produção, aos recursos das políticas públicas que destina quatro vezes mais recursos para um número de agricultores que corresponde a menos de 25% do total evidenciado no último plano safra de 2013/2014²⁶ e, principalmente, a concentração da terra que cada dia se torna patrimônio de poucos.

Essa concentração é percebida facilmente quando se vai para o interior dos municípios. As terras estão sendo compradas a custos até

²⁶ Recursos de custeio e investimentos agropecuários financiados pelo Governo Federal para o campo Brasileiro em cada início de ano agrícola. No caso do plano 2013/2014 o valor, anunciado pela presidente da república no dia 05 de Junho de 2013, de 136 bilhões (cento e trinta e seis bilhões de reais), sendo destes; 97 (noventa e sete) bilhões para o Agronegócio e 39 (trinta e nove) bilhões para a Agricultura familiar.

cinco vezes mais caras do que a poucos anos atrás. A valorização da soja, segundo os “granjeiros”²⁷ que estão comprando, é a principal motivação:

[...] se um lote no perímetro urbano que mede quinhentos metros quadrados (500m²) vale oitenta mil reais, por que não se pode pagar por alqueire, 2000 sacas de soja, o equivalente a cento e vinte mil reais (RP, 22 anos, Comunidade do Km 5 - Coronel Vivida, PR).

Assim, conforme o agricultor RP, o mesmo alqueire que era vendido, em 2005, por 400 (quatrocentas) sacas de soja, em 2013 era vendido por, até 2500 (duas mil e quinhentas) sacas da mesma cultura que subiu de R\$ 40,00 para R\$ 60,00, no mesmo período.

Por conta dessa concentração exacerbada, apontada por Rocha (2010), um dos desafios contemporâneos mais preocupantes está relacionado à reprodução da Agricultura Familiar. As comunidades rurais sofrem um esvaziamento preocupante.

É intensa a saída das famílias, principalmente dos jovens, para as sedes dos próprios municípios ou para municípios de outros estados. Vão à busca de ofertas de novas oportunidades na indústria e serviços urbanos que ainda oferecem melhor remuneração, mais valorização e menos penosidade.

Evidentemente, para estimular as pessoas a permanecerem ou até voltarem a ocupar este espaço geográfico e social, faz-se necessário outro “olhar” para o campo. Embora o desafio seja, também, para outras políticas públicas, a proposta de construção do conhecimento tecnológico e social terá que se adequar a estas realidades numa função que vai muito além do produtivo.

²⁷ Autodenominação de agricultores da Região Sudoeste do Paraná que não se enxergam como fazendeiros, mas rejeitam a ideia de serem Agricultores Familiares. Estão num estágio de produtor médio e basicamente tem como atividade principal a produção de grãos.

Será necessária uma forte relação com os movimentos sociais, com os poderes instituídos na busca de soluções sociais, institucionais, ambientais e econômicos que envolvam as famílias do campo. No estudo feito por Rocha (2010), menos de 10 % dos estabelecimentos produziam mais de 80% da produção brasileira. Enquanto 90% de estabelecimentos rurais produzem menos de 5% da produção total brasileira. Estes dados por si só representam uma enorme tarefa para o governo e para a Extensão Rural, no sentido primeiro de compreender onde estão os motivos para tanta diferença e segundo contribuir na construção de políticas que garantam mais equidade no campo. A Extensão não basta, apenas, produzir respostas tecnológicas. É preciso exercer um papel de agente político.

Muitas propostas vêm sendo construídas nas conferências, seminários e encontros realizados pelas diferentes esferas federativas e pelas organizações e movimentos sociais do campo no sentido de buscar saídas a essas situações vividas pela agricultura familiar e camponesa em função desse esgotamento do modelo acima referenciado.

A permanência desta categoria no campo não passa mais pela ideia de tê-los simplesmente como “puros agricultores” (SCHNEIDER, 1999). A pluriatividade se caracteriza como alternativa importante na diversificação e incremento da renda, na recuperação de uma característica histórica que combina a cultura da terra com o cuidado dos animais e outras atividades como a confecção caseira de utensílios, de ferramentas, produção de pães, de cestos de vime e outras que poderão fazer parte de sua economia e sociabilidade.

A permanência ou a volta das famílias do campo exigem muito além da possibilidade de atuar em dois ou três locais para aumentar a renda familiar. As demandas são muito maiores para construir igualdade de condições entre campo e cidade e convencer as pessoas a morarem e criarem seus filhos aqui ou ali.

Seguindo a ideia dos autores anteriormente citados, a construção desse outro desenvolvimento orientado pelo paradigma da sustentabilidade, exigirá do poder público apoio efetivo a vários temas estruturantes para o campo brasileiro.

5. A ATER e a construção de estilos sustentáveis de agricultura

Construir estilos sustentáveis de Agricultura com base nos princípios da Agroecologia é tarefa que vai muito além da economia verde ou da exploração dos nichos de mercado que acabam beneficiando poucos e geralmente aqueles que têm mais condições. Embora seja mais fácil de ser percebida, e mais simples de ser construída, só a ecologização da agricultura não muda a realidade social e pouco contribui para sustentabilidade. E como afirmam Costabeber e Caporal:

[...] enquanto a corrente agroecológica defende uma agricultura de base ecológica que se justifique pelos seus méritos intrínsecos ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma 'agricultura ecologizada, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p.20).

E como afirma Caporal (2008), o modelo hegemônico, orientador do desenvolvimento rural e agrícola no Brasil desde a segunda guerra mundial, está dando mostras de crise e esgotamento. Isto se deve não apenas aos limites de disponibilidade dos recursos naturais do qual é dependente, mas, também, devido ao acelerado consumo, destruição e degradação destes recursos. Tal modelo, ainda dominante nas orientações

de política pública, foi e continua sendo responsável por um processo permanente de êxodo rural, desigualdades e concentração da posse da terra. Nesse raciocínio Caporal acrescenta que:

O que se observa é que, ao contrário dos discursos sobre sustentabilidade, bastante vazios em sua essência, os fatos empíricos demonstram que caminhamos para uma degradação socioambiental sem precedentes e para um aprofundamento da crise civilizatória em que estamos imersos (CAPORAL, 2011, p.150).

O aprofundamento da crise civilizatória a que se refere Caporal (2008) tem no modelo agroquímico sua principal causa. A liberalização do comércio e a expansão rápida das grandes empresas multinacionais tem se apropriado dos mercados de *commodities* e de alimentos do mundo.

O setor agro alimentar segue, apesar de particularidades, a dinâmica da economia geral, com crescimento do valor e da participação das vendas. Entretanto, mesmo com toda a retórica de produção de alimentos propagandeada pelo agronegócio, mais de um bilhão de seres humanos passa fome, diariamente, e a mesma quantidade está obesa (FAO, 2013).

E apesar desse crescimento tão propalado, Esther Vivas pondera de que num mundo onde são produzidos mais alimentos do que em qualquer outro período histórico, 870 milhões de pessoas passam fome. Se você não tem dinheiro para pagar o preço dos alimentos, que se torna mais caro a cada dia e nem acesso a recursos naturais como terra, água, sementes; você não come! (VIVAS, 2013).

De acordo com a FAO (2013), mais de 70% da diversidade agrícola já desapareceu. Produz-se em função dos interesses do mercado, apostando em variedades resistentes ao transporte de longas distâncias, que tenham uma aparência ótima deixando de lado outros critérios não comerciais.

O empobrecimento do campesinato é outra das consequências do atual sistema agroindustrial. Se aposta em um modelo agrícola que ignora o conhecimento camponês, subsidia o agronegócio e diminui, cada vez mais, os espaços da agricultura familiar e a de pequena escala. A agricultura familiar, ao contrário do agronegócio, é potencialmente capaz de produzir alimentos saudáveis. Considera a transformação no próprio local como estratégia importante para a superação do papel de produtor de matéria prima para as grandes agroindústrias, restabelecendo, assim, a condição de produtora de alimentos²⁸ e não “mercadorias comestíveis ou ração humana”²⁹, como faz o agronegócio (VIVAS, 2013, p. 3).

Avanços foram consolidados, nos últimos dez anos de governo, rumo à construção de políticas públicas voltadas a agricultura familiar e camponesa. No entanto, haverá que se realizar, ainda, muitas outras mudanças e percorrer um longo caminho rumo à construção de um Desenvolvimento Rural local e Sustentável.

Entre estas mudanças, a segurança e soberania alimentar e nutricional tem se tornado ponte das relações entre as diversas organizações da sociedade civil e espaços democráticos do governo. Ações de produção local, transformação baseada em agroindústrias familiares ou cooperativadas, abastecimento local e regional e com relações diretas de distribuição e comercialização são elementos que tem contribuído, fortemente, na consolidação dessa estratégia.

²⁸ Alimentos são substâncias e proteínas utilizadas pelos seres vivos como fontes de matéria e energia para poderem realizar as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento e reprodução.

²⁹ Ração é uma “porção de alimento que deve cobrir as necessidades de um animal e assegurar sua eficiência em termos econômicos” (Dicionário Aurélio), mencionamos no texto o como a definição relativa da forma como é produzida pelo agronegócio, considerado pelas empresas que comercializam esses produtos via supermercados junto aos consumidores. Na mesma linha de raciocínio denominamos mercadoria alimentícia para classificar aqueles produtos que são tratados com os mesmos critérios de qualquer outro bem de consumo. Muito longe do que preconiza como alimento.

Os programas de aquisição de alimentos e da alimentação escolar, por exemplo, estão exigindo a implementação, urgente, de outros padrões de produção e consumo. A consciência e preocupação com alimentação saudável, despertada por esse debate, passam a exigir novas habilidades e compromissos da Extensão Rural no apoio à construção de estilos de agricultura mais sustentáveis.

O apoio à produção já não é mais suficiente. Haverá de se dar suporte e apoiar as famílias nos processos de inserção em mercados contemporâneos de consumidores que exigem, a cada dia, novas demandas, tanto em qualidade nutricional, apresentação, estética, garantia de sanidade, entre outras.

A articulação de novos canais de comercialização que se apresentam e oportunizam às famílias venderem seus alimentos na lógica de um comércio justo e economia solidária são partes que se somam na construção de novos estilos sustentáveis de agricultura.

6. A NOVA ATER e a superação do modelo difusionista

Para dar conta destes desafios mencionados e construir uma nova proposta de ATER há necessidade de serem construídas e apoiadas mudanças institucionais e estruturais com novos arranjos e formatos alternativos ao extensionismo convencional. Nesta nova perspectiva, a administração de tipo centralizada deve dar lugar a um modelo de gestão cooperativo e democrático, pois quanto maior é o grau de funcionamento autocrático da administração central, menos eficaz será a função educacional da Extensão Rural (WATTS, 1987, p. 31).

A análise de Watts (1997) contribui para perceber a importância do diálogo interno da construção de um ambiente favorável para a cooperação entre os funcionários e destes com outras organizações do

setor público, organizações de representação dos agricultores familiares e ONG envolvidas em atividades de desenvolvimento rural. Ademais, desde a perspectiva do conhecimento técnico, parece necessário mudar o modelo piramidal em cujo topo estão os especialistas, que se consideram os donos do saber e que são os mentores das diretrizes de projetos e orientações tecnológicas que devem ser executadas pelos agentes de campo. Este modelo, que foi adequado às estratégias da Revolução Verde, não parece ser compatível com processos participativos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O redesenho da sistemática dos serviços de Acompanhamento Técnico e Social no país, aponta para um modelo de gestão federativo, articulado, integrado, participativo e sustentável. Um sistema único com papéis e responsabilidades estabelecidos, instrumentos de financiamento dos serviços e qualificação dos já existentes, como a Lei e as Chamadas Públicas, e com garantia da continuidade das atividades, a qualificação da gestão e do controle social.

É importante compreender também de que a tarefa da **construção do conhecimento social no campo** não deve ser entendida, unicamente, sob o ponto de vista das entidades prestadoras de serviços de ATER. Ela deve ser gestada pelos entes federativos em parceria com os movimentos e organizações sociais do campo. Por esta compreensão, não significa negar às prestadoras de serviços o papel de contribuir no processo, até porque a construção coletiva deve ter a participação efetiva do (a) Agente de ATER. No entanto, as decisões e encaminhamentos políticos deverá ser daqueles que vivem a realidade, ou seja, dos agricultores e suas organizações. Nem mesmo ao estado cabe outro papel que não seja o de prestar os serviços demandados e definidos por quem vive a realidade do dia a dia.

Mesmo com os inúmeros avanços em relação à abordagem e metodologia adotados, percebe-se que ainda são necessárias mudanças significativas na prática das entidades e dos agentes e ou extensionistas.

As equipes de Agentes ainda necessitam ampliar a multidisciplinaridade e a forma de atuação interdisciplinar e intercultural. Apesar de legitimadas na Lei de ATER, os mecanismos de gestão social, conselhos e colegiados, ainda devem ser fortalecidos em sua representatividade e capacidade, para poder influenciar as decisões sobre os programas e prioridades da ATER. As novas abordagens necessitam aprofundar e se apropriar de temas como relações de gênero, etnodesenvolvimento, geração, etnia, e os relacionados com a qualificação da produção e acesso a mercados.

Por fim, diante de um cenário de escassez de energia, comida e água, é imprescindível a estruturação de uma nova proposta produtiva voltada para formas de produção e meios de vida mais sustentáveis (CAPORAL, 1998). Nessa perspectiva da construção do Desenvolvimento Local Sustentável³⁰ que garanta a equidade social e o uso sustentável dos recursos naturais, surge como desafio de efetivar uma proposta mais focada na Construção Social do Conhecimento orientada pela Agroecologia.

Seguindo o raciocínio de Caporal (1998), a Política de ATER orientada pela metodologia da Construção Social do Conhecimento, desenvolvida junto à agricultura familiar e camponesa, movida por ações locais/territoriais e articuladas em redes, terá possibilidades para desenvolver sistemas produtivos que incorporem as dimensões sócio, econômicas, ambientais, assumindo condições de suprir as demandas locais de água e alimentação. No entanto, para se tornarem efetivas, estas novas concepções e suas aplicações práticas, requerem uma ruptura e superação de processos historicamente constituídos dessa política pública que terá que ser planejada na perspectiva de longo prazo, como afirma Santos:

³⁰,"Desenvolvimento local sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais" (FRANCO, 1998).

As novas tendências orientadas para os processos de sustentabilidade, nos parecem de grande impacto positivo a longo prazo, mas de difícil implementação à curto prazo, pois estão fortemente atreladas a mudanças de atitudes e de concepções das pessoas envolvidas, o que torna o processo mais lento e gradual. Em articulação com as grandes empresas que controlam o mercado de sementes e a distribuição mundial de cereais (SANTOS, 2008, p.22-39).

Segundo o raciocínio de Santos (2008), alguns fatores que devem ser levados em conta são o tempo de absorção e os múltiplos processos de tradução por que passa uma determinada proposta de mudança. No caminho de uma ideia/proposta gestada em nível nacional até ser internalizada, em nível local, existe uma rede que filtra as informações. Nesta relação, quanto maior o nível de imposição, sem diálogo, maior a resistência. Relações que estabelecem o diálogo, embora possam alongar o processo de implantação, gera comprometimento e co-responsabilidade dos atores envolvidos.

7. O papel da EXTENSÃO RURAL na luta pela Reforma Agrária

Outra temática a ser debatida no âmbito da Política de ATER é sua participação ativa na luta pela democratização e acesso a terra. Possibilitar esse acesso não só para quem já está no campo, mas para todos e todas que queiram trabalhar nela, inclusive as pessoas que nunca foram agricultores, mas que queiram viver no campo é uma das mais importantes lutas a serem travadas na construção do desenvolvimento sustentável do campo.

Segundo dados do MST, o número de acampados na beira das estradas no Brasil é superior a 180 mil famílias (BRASIL DE FATO, 2012). A concentração de terra continua ocorrendo de forma, ainda, muito

preocupante no campo brasileiro e, embora, os dados do IBGE (2010) tenham apontado redução no êxodo rural e pequenas reversões em algumas regiões, é preciso rediscutir os parâmetros adotados pelo senso. Pode até não ter diminuído o número de estabelecimentos rurais conforme aponta o IBGE, por que muitas famílias acabam arrendando, fazendo parcerias ou mesmo abandonando suas propriedades. Mas é inegável a saída da juventude em busca de outras oportunidades de trabalho.

Muitas famílias estão vendendo ou arrendando suas terras para agricultores mais capitalizados e indo viver na cidade. Muitas chegam ao ponto de abandonar suas casas, deixando-as até encontrar comprador ou na esperança de que um filho, um dia, queira voltar a ocupá-la. Alguns fecham as casas e galpões e voltam nos finais de semana para cultivar algum tipo de alimento para autoconsumo, mas com ocupação principal na cidade.

Uma das questões centrais desse abandono, manifestado, majoritariamente, pelas famílias que ainda vivem nas comunidades é que, para esse modelo de produção imposto para o campo, baseado na produção de commodities, as terras foram ficando pequenas para abrigar todos os membros das famílias.

Se até pouco tempo os filhos eram jovens e solteiros e se viabilizavam nestas economias familiares, na medida em que foram crescendo e constituindo suas próprias famílias, as possibilidades de gerar renda suficiente para todos foi diminuindo. A independência dos filhos passou a exigir mais estrutura de trabalho e principalmente mais terra.

Outro fator decorrente da diminuição das áreas de terras para todos os membros é a remuneração insatisfatória de muitas famílias que, também, não conseguem maior agregação de valores de seus produtos por conta de uma série de questões. Atentas as informações que chegam, via os diversos meios de comunicação, estas famílias, principalmente a

juventude, passa a analisar o “custo de oportunidade”³¹ levando muitos e muitas ao abandono das atividades rurais.

Uma das comparações que as famílias fazem se refere aos bens imóveis (principalmente) necessários para produção rural e para quem trabalha na indústria e ou no comércio. A pergunta frequente que se houve dos jovens é sobre o quanto de capital precisa um operário para trabalhar de empregado numa loja ou oficina qualquer? E, quanto de capital ou de investimento precisaria este mesmo jovem se fosse produzir leite? Quanto tempo demoraria desde a regulamentação da área, adequação dos solos, cultivo da pastagem, adequação do abrigo (galpão e cercas) para os animais, aquisição das vacas, tirar e comercializar este leite e receber pelo produto vendido?

Muitos jovens saíram e continuam saindo do campo por falta de oportunidades. Esta tendência poderá ser revertida medida da possibilidade de acesso a terra. A possibilidade de conseguir um pedaço de terra está atraindo jovens para acampamentos e assentamentos, pois, estão refletindo sobre o conceito do ‘custo de oportunidade’ de forma inversa. Os últimos acampamentos do Paraná são formados, segundo os dirigentes do MST, por mais de 90% de jovens (MST DO PARANÁ, 2013).

O debate sobre essa presença de jovens ainda merece ser estudado, por conta de não ter sido identificado se a volta é apenas uma busca de oportunidade ou tem também um cunho ideológico.

Ainda sobre o êxodo, algumas lideranças de sindicatos tem se manifestado no sentido de que, se as indústrias e serviços estivessem localizados nas comunidades rurais ou em locais próximos, muitos jovens

³¹Custo de oportunidade é a comparação que se faz entre o valor remunerado da atividade atual e o que poderia ganhar se estivesse num outro trabalho. Assim, trazendo para o campo, é uma forma de comparar o que se está deixando de ganhar noutra atividade, em permanecendo no campo. Muitos jovens fazem essa comparação entre permanecer na atividade ou sair para buscar emprego na indústria ou outros serviços que lhe rendam mais.

ficariam nas suas casas com atividades agrícolas, mas desenvolvendo, também, outras atividades.

8. A ATER no apoio à superação da dicotomia “campo – cidade”

Lideranças da agricultura familiar que vivem nos municípios pequenos, têm reiterado de que uma questão estratégica para estimular a permanência das famílias no campo é a **interiorização ou ruralização**³² **das políticas e serviços públicos**, na lógica da inversão do processo histórico construído em favor do urbano-industrial.

É forte a demanda pela população jovem dos municípios do interior para que sejam estimuladas mais intensamente atividades não agrícolas no campo. Há tempo é reivindicado que agroindústrias de pequeno porte, pequenas indústrias, investimentos em turismo rural e ecológico entre outras se instalem junto as comunidades rurais e não mais nas periferias urbanas (grifou-se).

Essa ação por si só possibilitaria a permanência de muitos jovens que não se identificam com a atividade agropecuária, mas que poderiam permanecer exercendo parte de seu trabalho naquele setor (SCHNEIDER, 1999, p.44).

³²Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. Os mais importantes estudos europeus e norte-americanos convergem no sentido de definir o meio rural com base entre atributos básicos. O primeiro é a relação com a natureza: a ruralidade supõe, em última análise, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos. O segundo atributo característico do meio rural é a sua relativa dispersão populacional, em contraste com as imensas aglomerações metropolitanas (ABRAMOVAY, 2000).

O deslocamento de alunos das cidades para o campo também é uma tentativa de desmistificar a percepção torta que a cidade tem sobre quem vive no campo. É uma forma de despertar nos jovens o amor pela terra, pelos recursos naturais, pelos costumes comunitários, e de outras formas de vida que geram respeito com a natureza e com a sociedade.

Essa relação entre a população do campo e da cidade ainda é muito forte nos municípios pequenos. Apesar de todos os fluxos de informações, guarda-se muita tradição própria e é possível afirmar que nem mesmo a monocultura, a verticalização e a produção em escala conseguiram destruir o sentimento das pessoas pela sua comunidade rural. O campo é um espaço harmonioso, acolhe as pessoas que de lá saíram um dia e permite uma vida em sintonia com a natureza. Mesmo com o êxodo rural intenso ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 a população que ficou e saiu, guarda um sentimento de pertencimento e de comunitarismo muito forte.

Há autores, como Veiga (2010) que analisam cenários futuros com mais chances de dinamismo econômico e qualidade de vida em microrregiões moderadamente rurais do que em saturadas aglomerações urbanas. Oportunidades que poderão ser perdidas se não for desmanchado esse mito de que nem um quinto do Brasil é rural.

De acordo com Veiga (2010), ainda é pouca a percepção estratégica em descentralizar a indústria e os serviços para o interior. Isto, também, ocorre com as políticas públicas que, historicamente, foram sendo aplicadas observando apenas o aspecto distributivo compensatório, sem a visão estratégica do desenvolvimento a partir do campo.

A descentralização com participação aumenta a possibilidade de universalização das políticas públicas em especial de Extensão Rural que se torna reconhecida na medida em que avança para o interior do Brasil e chega aos locais mais distantes e empobrecidos do campo.

Há uma abordagem hegemônica do desenvolvimento rural que se tornou tradição, aceito como verdadeiro e único nas últimas décadas e que se baseia na dicotomia campo-cidade. A concepção negativa e estigmatizante do meio rural e de sua população, associados ao atraso e ao isolamento, estão fadados ao desaparecimento diante da tendência crescente da urbanização.

Essa concepção urbano-industrial trata o rural como negócio e o reduz a funções meramente econômicas, arrancando-lhe histórias, tradições e costumes. Trata-se de uma visão deturpada e homogênea do rural, fruto da miopia técnica e de interesses socioeconômicos e políticos de reduzir o rural a um espaço de atividades agro-silvo-pastoris, tão somente.

Um dos desafios a serem enfrentados é de reconhecer e favorecer o potencial dos agricultores familiares e camponeses não somente pela sua capacidade de produção, mas, sobretudo, pela sua capacidade de fornecer outros modelos de organização social que favoreçam a solidariedade, a interação e a reciprocidade entre os indivíduos. Faz-se necessário considerar também sua importância em relação a outros modelos de organização da sociedade, conforme Wanderley (1999).

As transformações recentes do mundo rural e da relação rural-urbano têm desafiado estudiosos a construir teorias e conceitos para explicar essa nova realidade. Por essa razão, diversas teorias surgiram, de forma que alguns estudiosos chegaram a decretar o fim do rural. Outros, porém, admitem o seu “renascimento” ou então, em uma via integradora, optam por uma análise que considera a leitura regional mais eficiente que a dicotomia urbano-rural (ALENTEJANO, 2003).

Marques (2002) salienta que existiriam atualmente duas grandes abordagens sobre as definições de campo e cidade: a *dicotômica* e o *continuum*. Na abordagem dicotômica, o campo se opõe a cidade; já na

abordagem do continuum a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana.

Segundo Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) que se referem a abordagem dicotômica justificam essa concepção destacando algumas diferenças:

(1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração (*apud* MARQUES, 2002, p.100).

Marques (2002, p.96) afirma ainda que devido à forte presença dos movimentos sociais no campo:

Tem tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial.

A abordagem do *continuum* admitiria maior integração entre cidade e campo através de diferenças de intensidades e não de contraste. Não existiria uma distinção nítida, porém, também seria dual por apoiar-se na ideia da existência e pontos extremos de uma escala de gradação (MARQUES, 2002).

Ainda sobre a abordagem do *continuum*, Siqueira e Osório (2001), afirmam que o conceito deve ser utilizado com ponderação, pois esta concepção rural-urbano pode ser adequada para o campo em países desenvolvidos e em algumas regiões dos países subdesenvolvidos, contudo, não pode ser generalizada.

Por mais que a leitura aponte para uma abordagem aproximada ao conceito do *continuum*, historicamente as cidades foram mais privilegiadas em relação às políticas e aos investimentos públicos. Houve quase sempre uma associação direta entre a indústria e a cidade. Isso fez com que a maior oferta de alternativas de emprego estivesse na cidade, obrigando na maioria das vezes os agricultores a saírem das suas comunidades em busca destas oportunidades poucas vezes oferecidas pelas atividades do campo que também, historicamente, foram menos rentáveis e mais penosas.

Nesse modelo, a dinamização da Economia Rural é fruto de investimentos na agropecuária convencional para exportação, de base monocultural e latifundiária. A economia agrícola empresarial é priorizada porque as corporações podem resolver os problemas de encadeamento das diversas etapas ou componente das cadeias produtivas. A política de desenvolvimento rural é exógena, concebida externamente, subordinando o local aos interesses nacionais e do capital globalizado. A participação da população e das institucionalidades locais nessas políticas, quando existe, ocorre de maneira subordinada ou direcionada para validar as propostas definidas previamente.

As políticas públicas, de recorte social, aparecem como uma compensação diante das externalidades inevitáveis do progresso econômico. Além disso, são setoriais e focalizadas a partir da oferta do Estado e não das demandas locais. A descentralização é resumida a uma alternativa de reforma administrativa do Estado, com a transferência de responsabilidades para outras esferas de governo, acompanhadas de práticas de fragmentação ou intervenção dispersa das esferas estatais, longe da proposta de planejar a partir das comunidades rurais, de suas organizações ou movimentos sociais. A descentralização do “desenvolvimento”, e a desconcentração humana atual das cidades é uma estratégia ecológica e econômica importante na desmistificação desse

modelo urbano industrial e na orientação educativa para a superação da dicotomia campo-cidade (2010).

O urbano industrial impõe conceitos ao homem recém-chegado e faz com que história de gerações, sejam trocadas por valores mercadológicos onde tudo gira em torno do ter e tudo se transforma em mercadoria, inclusive a dignidade. A ruptura é muito aviltante. Enquanto no urbano a vida gira em função da hora máquina, no campo a jornada se orienta pelo caminho do sol, pelas fases da lua, pelas estações do ano. É muito diferente! O fetichismo pelo capital torna a vida do ser humano uma constante disputa na busca de vibrações fortes e pelo reconhecimento individual. O não perceber a coletividade tem levado os seres ao individualismo, ao imediatismo e a busca do ter para ser a qualquer custo. Esse comportamento tem afetado com brutalidade as famílias vindas do campo que em meio a sobrevivência e participação dessas “modernidades” leva principalmente a juventude a uma omissão dos valores rurais.

É essa imposição de valores e de regras do modelo difusionista da Extensão Rural que está sendo questionado neste livro. A crítica ao poder de superioridade dado ao urbano em relação ao rural vale também para a relação, técnico-agricultor, pesquisador-técnico e todas as tentativas de subordinação. A proposta, defendida aqui, de construção do conhecimento do campo não quer repetir essa história. As experiências construídas e aqui relatadas são uma pequena demonstração de respeito pelos conhecimentos construídos, historicamente, pelas famílias participantes ativas do processo e, também, por profissionais e lideranças que deram suas contribuições em outros tempos.

É preciso considerar os municípios, as comunidades rurais e as famílias que vivem em rincões distantes dos centros e das cidades pólos. Por isso, é fundamental fortalecer as entidades não governamentais e

movimentos sociais criando condições de animação e empoderamento³³, afim de que adquiram, cada vez mais, estrutura e força para continuarem a prestar sua contribuição na interiorização e capilaridade das políticas públicas.

Nesse sentido, há que se avançar na construção e/ou reconstrução de uma relação de confiança entre o Dater/MDA e estas organizações sociais, como existia no início da Pnater em 2003, quando havia uma coesão entre governo e sociedade e mais que isso, um comprometimento de ambos para uma política construída a muitas mãos. Infelizmente, no que se refere a esta relação é visível o distanciamento ocorrido ano após ano, culminando com o processo que deu origem a Lei nº 12.188/2010, feita e gestada a poucas mãos governamentais e, se repetindo agora, com o debate da Agência Nacional da ATER escrita e acordada, até então, por “meia dúzia” de burocratas.

9. A ATER como articuladora de políticas públicas locais do campo

Se, por um lado, é fundamental essa interface dos entes federativos, por outro, é estratégico garantir a paridade entre representantes do governo e da sociedade em todos os espaços de representação, colegiados e representações. Isso empodera, valoriza a participação e democratiza o processo. No entanto é preciso ter claro de que são os governos das três esferas que tem a responsabilidade de criar condições favoráveis para que a sociedade se mobilize e participe

³³ Empoderamento pressupõe educação e capacitação técnica e política para o desenvolvimento, a constituição de novas bases de informação, com a produção e socialização de indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices de qualidade de vida e de desenvolvimento humano. Precisa também da aplicação de estratégias eficientes de comunicação e marketing social que possibilite um fluxo permanente de informações e o despertar para as possibilidades e vantagens de um processo de desenvolvimento mais solidário e ético (FRANCO, 1998).

efetivamente. Não se pode esperar uma Política de ATER universalizada e de qualidade sem a participação também dos estados e municípios, principalmente em relação ao financiamento e gestão. É preciso que, também, estes entes federativos participem, efetivamente, articulando-se e elaborando leis estaduais e municipais em sintonia com a Política Nacional.

Uma das formas de descentralizar as ações e aumentar a abrangência dessa política pública é criar as condições objetivas para que os municípios e territórios tenham o apoio da estrutura pública. Por exemplo, a elaboração de planos locais de ATER, construídos de forma paritária e supervisionados pelo MDA ou entidades contratadas para assessoramento. Na medida em que os estados, municípios e entidades participarem efetivamente dessa articulação entre si e com o governo federal poderá se ter um aumento, muito grande, no número de famílias atendidas, rumo a universalização destes serviços.

Muitas das ações e formulação das demandas poderiam ser construídas por entidades e instituições que vivem localmente e já conhecem a trajetória das famílias, comunidades, assentamentos rurais e das próprias organizações. A proposta que consolidaria a integração dos entes federativos seria a criação do Serviço Unificado de Extensão Rural, juntando todos os atores locais com seus respectivos recursos e logística e passando a atuar conjuntamente e de acordo com demandas levantadas a partir das famílias, comunidades, assentamentos e organizações da agricultura familiar e camponesa.

Da mesma forma que se quer estados e municípios participando mais efetivamente dessa política pública a fim de universalizá-la, é preciso considerar os seus serviços como processos educativos, como afirma a Pnater:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores

sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (MDA, 2004).

A justificativa para que sejam investidos recursos públicos neste serviço poderia ser a mesma que dá suporte a oferta de escolas públicas:

melhorar a distribuição de renda mediante a oferta de igualdade e oportunidades (ou igualdade de acesso às informações sobre tecnologias de produção) e geração de externalidades positivas para toda a população (produção de alimentos a custos menores, quantidades e qualidades maiores; segurança alimentar). (PEIXOTO, 2008, p.40).

Em vista de novas exigências e enfoques do desenvolvimento rural, entende-se que a Extensão Rural orientada pela sustentabilidade, necessita levar em conta um conjunto de aspectos complementares e explicativos sendo imprescindível a interação das políticas públicas dentro do próprio governo e deste com as organizações e movimentos sociais. Embora já tenha passado quase duas décadas desde a “independência” do MDA em relação ao MAPA, as manifestações explicitadas pelas organizações e movimentos sociais é de que ainda não foram superadas as contradições entre ambos³⁴.

Os governos têm procurado contemplar, através de políticas públicas, dois modelos de desenvolvimento. Por um lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolve ações de promoção do agronegócio baseado em um sistema organizado por cadeia ou setor produtivo, com investimentos altamente subsidiados e renegociação permanente das dívidas, entre outros. Por outro lado, o Ministério de Desenvolvimento Agrário que atua com um público mais excluído, com menos reconhecimento e poder dentro do governo, embora, com muito maior responsabilidade social, com programas baseados na produção

³⁴ Declarações colhidas na conferência nacional de ATER, 2012.

ecológica e no desenvolvimento rural sustentável, atendendo demandas específicas para as mulheres e os jovens, por exemplo (CAPORAL, 2006).

Os desencontros entre os dois ministérios tem sido constantes. Muitas atribuições que estão no MDA vieram do MAPA que reluta em abrir mão daquilo que, historicamente, foi “seu”. Mesmo que as atribuições de ATER tenham sido transferidas do MAPA ao MDA (Decreto nº 4.739), já em junho de 2003, ainda hoje aquele Ministério busca resgatar competências sobre os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Todavia, através do Decreto nº 5.351 de janeiro de 2005 o governo tirou do MAPA essa competência (PEIXOTO, 2008, p.38).

Outras disputas internas aparecem, frequentemente, entre os dois ministérios e que pouco ajuda o desenvolvimento da política de Extensão junto aos agricultores. Uma delas é lei de certificação dos orgânicos que, atualmente, é de competência do MAPA, mesmo que a maioria dos produtores sejam agricultores familiares. Outro embate se dá em torno do tema da Agroecologia que, historicamente, foi construído pelas organizações que se abrigam no MDA e estabelecido como princípio da Pnater, mas que, ultimamente, é pleiteado pelo MAPA.

Sobre o Serviço Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), a situação é ainda mais conflitante. Constituído ainda no governo Lula, através do Decreto nº 5.741 de 2006, só não foi implementada, por conflitos entre setores do próprio governo. Há indícios de que existem forças internas ligadas ao ministério da Agricultura que dificultam que uma proposta tão importante para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e Camponesa fique anos sem poder ser operacionalizada.

Evidentemente, há diferentes concepções e interesses assim como uma complexa política que permeia os serviços de ATER nos estados e municípios. Mesmo como parte orgânica do MDA, por exemplo, os Programas de ATES (INCRA) e de ATER (MDA), não estão devidamente articulados no aspecto conceitual e operacional. Existem

diferenças jurídicas, políticas e práticas que acabam refletindo nas ações cotidianas dos agricultores familiares e camponeses (INFORMAÇÕES COLHIDAS NA CONFERÊNCIA DE ATER DO PARANÁ, 2011).

10. A ATER e o desafio de aproximar o ensino - pesquisa e a valorização dos saberes locais

Na mesma lógica de compreender a Política de ATER como um processo educativo é preciso que haja maior entrosamento entre aquilo que é demanda das famílias, o que ensina a Universidade e o que se pesquisa com recursos públicos. Esse tripé “ensino, pesquisa e extensão”, que é a base para a sustentação do modelo de produção da Revolução Verde poderá ser, agora, fundamental para contribuir na Construção Social do Conhecimento no Campo rumo ao Desenvolvimento Local Sustentável.

Mesmo considerando que houve mudanças, o modelo de formação escolar (técnica)³⁵ dos profissionais que atuam com a Extensão Rural continua convencional. Os alunos adquirem muito mais conhecimento de máquinas e insumos do que de gente. Estudam muito mais de solos como substrato, de animais como produtores e de plantas como seres produtivos do que das famílias do campo. A formação é cartesiana e disciplinar, segue um modelo clássico de formação em que não se orienta sobre a lógica da visão sistêmica dos agroecossistemas. Em geral não se faz integração de disciplinas, dificultando aos profissionais uma visão holística da realidade onde vai atuar (CAPORAL, 2003).

³⁵ Em 1946, consagrou-se, no Brasil, a Educação Rural como formação para o trabalho, desde a aprovação, pelo Ministério da Educação, da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que alijou este ramo de ensino da rede primária regular, mantendo-o sob a Pasta da Agricultura. A medida permitiu uma inflexão categórica nas práticas de Ensino Agrícola, limitando-as à qualificação da força de trabalho, sob a capa missionária da “difusão do princípio de desenvolvimento comunitário”, capaz de “combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo para que o país possa ser mais coeso e solidário” (MA, 1959, p.123).

Há muitos desafios a serem superados e mudanças a serem buscadas no processo de formação profissional dos futuros extensionistas. E, como afirma Chambers:

Entre os problemas que são identificados com respeito às possibilidades de mudança, uma inquietude permanente, 'é se nós, como profissionais do desenvolvimento, temos sentimentos e mudaremos nosso comportamento', isto é, se estamos dispostos a abraçar as possibilidades de mudança e atuar de uma forma inversa à convencional. Os desafios estão postos para todos. Para nós, os extensionistas, o principal desafio é se conseguiremos falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, ademais de 'proporcionar opções' e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam impulsionados por um 'novo profissionalismo' (CHAMBERS, 1997, p. 236).

Não se trata, evidentemente, de uma mudança que afetaria só os extensionistas. Chambers (1997) também atribui responsabilidades para outros profissionais, dizendo que:

Economistas e burocratas devem descentralizar e apoiar a diversidade local; professores de universidades, institutos e escolas devem ir com seus alunos às povoações locais para aprender, devem revisar os currículos, reescrever os livros de texto, dar menos aulas e ajudar mais a que os outros aprendam (CHAMBERS, 1997, p. 237).

Igualmente, o autor faz recomendações no mesmo sentido para os líderes políticos, para o pessoal de ONG, lideranças comunitárias, de movimentos sociais, entre outras. De acordo com o que escreve Chambers (1997), a Extensão Rural terá que estar atenta à promoção da cidadania e ao fortalecimento da organização social estimulando a população para que estase organize e participe ativamente das decisões que dizem respeito à sua comunidade, ao seu município e ao espaço público em geral (CHAMBERS, 1997).

Essas atribuições ou novas tarefas da Política de ATER pressupõem, por parte dos seus profissionais, capacidade para aportar informações e conhecimentos sobre metodologias de trabalhos de grupos, formação de lideranças, planejamentos participativos, assim como leitura e compreensão dos interesses em jogo bem como dos conflitos inerentes em qualquer processo de organização social (SILIPRANDI, 2002). É preciso compreender inclusive que a tarefa de demandar, definir e coordenar estas ações cabe aos agricultores e suas organizações e não as instituições prestadoras destes serviços.

A política de ATER deve assumir um papel de definição de estratégias de qualificação e ampliação dos quadros técnicos, garantindo uma abordagem participativa, conforme estabelecido em lei. Deve se ter a percepção das diferenças entre os públicos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais. E, da mesma forma, contemplar o papel das mulheres e jovens rurais no processo de desenvolvimento rural sustentável, diminuindo as desigualdades e garantindo a sucessão das famílias no campo.

Outra questão chave no processo da Construção Social do Conhecimento com foco na base Agroecologia refere-se aos mecanismos de interação da Política Pública de ATER com o ensino e pesquisa. Uma das demandas estratégicas para o desenvolvimento de estilos mais sustentáveis de agricultura é a pesquisa. É de fundamental importância, o desenvolvimento de inovações tecnológicas e de gestão e de métodos adequados para a diversidade da agricultura familiar.

É necessário que se busque maior aproximação com a pesquisa, tanto dos métodos, como de conteúdos. Historicamente, a pesquisa oficial esteve pouco integrada com a extensão.

Torna-se imprescindível sua aproximação para evitar o que ocorreu com a revolução verde quando se prestaram tão somente ao modelo convencional, mas numa outra dimensão; amenizar os estragos

sócio-ambientais de então e construir propostas de estilos sustentáveis para a produção de alimentos.

A interação “pesquisa e extensão” é de fundamental importância nos processos de capacitação profissional para a transição agroecológica. Nesse sentido o papel da Extensão é construir parcerias com agricultores experimentadores, com instituições de ensino e com órgãos oficiais de pesquisa, aproximando-o sem processos locais ativos.

11. RESUMO DE ALGUNS FATOS E MOMENTOS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

O modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, nas últimas quatro décadas, teve à base conformada pelo uso de fertilizantes solúveis, agrotóxicos e mecanização como sinônimo absoluto de progresso. Tornou verdade única o uso incondicional de sementes melhoradas para maiores rendimentos dos cultivos, o melhoramento genético animal para obter altos coeficientes técnicos e padronização geral de seus produtos. Implementados estes conceitos, os associou à ideologia da industrialização da agricultura e ao “o maior é o melhor”.

Na implantação deste conjunto de orientações tecnológicas, o modelo pode contar com diversas políticas de apoio governamental. Nesse viés, a Extensão Rural teve um papel importante e se apoiou ideologicamente em um estruturado conjunto de estudos básicos nas áreas de sociologia, antropologia, psicologia, educação, e outros com inúmeros pensadores de expressão, entre os quais Rogers e Parsons.

A estrutura extensionista de então se muniu de um arsenal de valores diversos tais como produção, produtividade, inovações, mudança, persuasão e outros, que lhes deram confiança, entusiasmo e força para a

realização de sua “missão” de LEVAR o progresso ao homem do campo e melhorar suas condições de vida e trabalho. Com este arsenal, com uma base técnica simplificada e homogênea e um conjunto de políticas (embora insuficientes) de apoio à agricultura por parte do Estado, a Extensão Rural não tinha maiores dilemas (BRACAGIOLI NETO, 2004).

Levando em conta estas considerações apontadas por Bracagioli Neto (2004), descreve-se abaixo um resumo de alguns acontecimentos que marcaram a trajetória da Extensão Rural no Brasil desde sua institucionalização em 1948, até os dias atuais. Assim:

- ✓ 1948 – Instalam-se em Minas Gerais as primeiras experiências de Extensão Rural no Brasil. A mineira, inspirada no modelo da *Farm Security Administration*, sob o patrocínio da *American International Association* (AIA) obtém êxito. Define-se como filosofia de trabalho a promoção humana integral, apoiada no crédito rural supervisionado, dirigido aos pequenos produtores, objetivando melhorar as suas condições de vida, através do financiamento de um plano global de administração da propriedade e do lar.
- ✓ 1956 – Cria-se a ABCAR, uma associação privada, sem finalidade lucrativa, para coordenar as ações de Extensão que já se espalhavam por diversas unidades da federação, seguindo o exemplo de Minas Gerais. Estrutura-se o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER).
- ✓ 1960 – Uma missão de avaliação formada por especialistas norte-americanos e brasileiros sugere medidas para a consolidação do Siber. A ABCAR reformula a sua política de crédito, instituindo a modalidade de crédito rural orientado (CRO), específica para financiar atividades agropecuárias. Elabora-se o primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-65) que registra o compromisso e a articulação do Siber com as macro políticas governamentais.

- ✓ 1961 – A ABCAR e suas filiadas estaduais são reconhecidas como órgãos de cooperação com o governo federal, ficando a União obrigada a contribuir com 60% dos custos dos serviços previstos pelo Plano Quinquenal.
- ✓ 1963 – O Siber ajusta o seu Plano Diretor ao Plano Trienal do governo João Goulart. O número de contratos de crédito rural orientado supera pela primeira vez o de crédito rural supervisionado, sinalizando uma tendência irreversível que se consolidaria com a presença cada vez maior junto a médios e grandes produtores. Este fato marca o início da orientação difusionista e produtivista do Siber.
- ✓ 1965 – É instituído pelo governo militar o Sistema Nacional de Crédito Rural como peça fundamental para alterar o atraso relativo à agricultura em relação a indústria, apontado pelo Plano de Ação Governamental, 1964-1966. O Siber ficou incorporado a essa nova estratégia, modificando a sua filosofia de ação com maior fomento à produção, incluindo os grandes empresários rurais entre a sua clientela preferencial.
- ✓ 1966 – O Decreto 58.382 delegou a ABCAR o exercício em nome do Ministério da Agricultura às ações de Extensão Rural no Brasil, através do convênio com o Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA). A esta autarquia coube formalmente orientar, coordenar e avaliar o programa desenvolvido pelo Siber.
- ✓ 1967 – Um encontro nacional de supervisores regionais propõe o ajustamento da Extensão Rural aos objetivos do planejamento global para o desenvolvimento, dando novo enfoque à filosofia e a ação extensionista e questionando a linha de trabalho de bem-estar social e de economia doméstica.

- ✓ 1968 – Intensificam-se as ações de crédito rural para financiar o uso de insumos “modernos” requeridos pelo progresso técnico da agricultura. O crédito se torna um fim em si mesmo, sobrecarregando os extensionistas, em prejuízo da qualidade da assistência técnica. O Plano anual do Siber para aquele ano rende-se à hegemonia do econômico, ficando em segundo plano as intervenções no campo social.
- ✓ 1969 – Com o afastamento da AIA da Junta Governativa da ABCAR declina a influência norte-americana no Siber. A contrapartida é a maior presença do Estado na composição dessa junta que passa a ser presidida pelo ministro da agricultura. É instituída uma taxa sobre o valor dos contratos de crédito rural, a fim de remunerar os serviços de assistência técnica.
- ✓ 1971 – O Siber passa a ser beneficiado com recursos de 10% do Fundo de participação dos Estados, sendo-lhe exigida a presença mais forte na execução dos programas especiais do governo como o Proterra, Prodoeste e outros.
- ✓ 1973 – A substituição do Ministro Cirne Lima por Moura Cavalcanti, na pasta Agricultura provoca desestabilização do Siber. Reduzem-se drasticamente os recursos orçamentários da ABCAR, também esvaziada com a imposição de normas de gestão financeira, que subordinam as suas associadas estaduais diretamente ao Ministério da Agricultura.
- ✓ 1974 – É instituída a Comissão Nacional de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER), um órgão de vida efêmera que não chegou a exercitar de fato a sua função que seria articular e compatibilizar as programações da Embrapa e da Embrater.

- ✓ 1975 – A Embrater é criada em substituição à ABCAR, ao mesmo tempo em que o Siber se transforma em Sibrater. A nova empresa centraliza o controle da ação extensionista no País, mantendo-se descentralizada a sua execução ao nível dos estados. Elege como prioridade a difusão de tecnologia agropecuária, por produto (lavoura ou criação), atuando preferencialmente junto a grandes e médios agricultores. Aos pequenos produtores rurais restou apenas um projeto promocional de abrangência geográfica limitada.
- ✓ 1980 – A crise econômica tem um efeito devastador no projeto de tecnificação acelerada da agricultura, via crédito subsidiado. A escassez de recursos para dar maior dinamismo à acumulação impõe o retorno à orientação humanista assistencialista da Extensão Rural por determinação do Ministério da Agricultura. Os pequenos agricultores voltam a constituir a clientela preferencial do Sibrater, ficando de fora os grandes proprietários.
- ✓ 1983 – Levantou-se, pela primeira vez, uma tendência da fusão entre Embrapa e Embrater, por sugestão de uma comissão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.
- ✓ 1985 – Assume a presidência da Embrater Romeu Padilha de Figueiredo que reafirma o compromisso de colocar o Sibrater essencialmente voltado para os pequenos e médios agricultores, em consonância com as demandas do 4º Congresso da Contag e com as diretrizes do I PND da Nova República que tinham como objetivo o resgate da dívida social para com os brasileiros excluídos. Era uma tentativa de exercitar uma nova prática extensionista, fundada no humanismo crítico.
- ✓ 1986 – Uma reforma ministerial sinaliza mudança na correlação de forças que sustentam a Nova República que dá uma guinada

de rumo radical, em prejuízo dos compromissos reformistas. O setor agrícola retoma a estratégia produtivista, deixando de lado a questão da reforma agrária, do desenvolvimento rural e da viabilização dos agricultores familiares.

- ✓ 1988 – O ministro chefe da – Secretaria de Planejamento (SEPLAN), João Batista Abreu anuncia a “operação desmonte” a pretexto de enxugar a máquina estatal e reduzir o déficit público. Entre as empresas e órgãos a serem extintos constava a Embrater. A partir daí a empresa não teve mais condições de implantar a pretendida prática renovadora da Assistência Técnica e da Extensão Rural. Todos os recursos foram mobilizados em defesa da sobrevivência do Sistema, numa campanha que contou com o apoio de representantes classistas patronais e de trabalhadores do setor agrícola, além de outros setores da sociedade civil.
- ✓ 1989 – Em janeiro a Embrater é dissolvida pelo decreto nº 97.455. Uma forte pressão da sociedade civil e de muitos governos estaduais e municipais, além de deputados e vereadores, faz com que o Congresso aprove o Decreto Legislativo de autoria do senador Maurício Correia, sustando o decreto presidencial.
- ✓ 1990 – A Embrater é definitivamente dissolvida no dia da posse do presidente Fernando Collor de Mello, por uma medida provisória que foi posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional. Assim, através do Decreto nº 99.916 a coordenação do Sibrater passou a ser exercida pela Embrapa, através de uma Secretaria de Extensão Rural que ficou ligada diretamente a presidência da empresa.
- ✓ 1993 – Pelo Decreto 936 de 23 de Setembro de 1993, a coordenação do Sibrater sai da Embrapa, passando a ser exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural através do

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) do Ministério da Agricultura.

- ✓ 1997 – O Ministério Extraordinário de Política Fundiária, através do Incra criou o Projeto Lumiar que tinha por objetivo oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos assentamentos da Reforma Agrária. O Lumiar tinha os princípios inovadores da descentralização, da terceirização e da participação que o diferenciava da assistência convencional, era um programa que preconizava um processo de co-gestão entre o Estado e a Sociedade, para tanto foram implantados alguns mecanismos de controle social sobre os serviços de assistência.
- ✓ 1997 – Sob a coordenação do Ministério da Agricultura realizou-se um grande seminário nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural envolvendo todos os estados da federação. Neste evento reafirmou-se o compromisso dos serviços de ATER pública com a agricultura familiar. Além disso, retomou-se o debate sobre a questão da ATER no País que daria subsídios para a instituição anos depois da chamada Nova ATER.
- ✓ 2000 – O Projeto Lumiar foi extinto por uma portaria do Presidente do Incra, ficando os assentamentos da Reforma Agrária desprovidos dos serviços de assistência técnica. Embora, muitos técnicos e algumas Cooperativas de Trabalho e Prestação de Serviços continuassem assessorando os agricultores familiares e suas representações.
- ✓ 2003 – Através do Decreto nº 4.739 de 13 de Junho de 2003 a Assistência Técnica e Extensão Rural foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ficando sob a coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar.

- ✓ 2010 – Promulgação da lei de ATER nº 12.188 em novembro desse ano que abre a possibilidade de que os serviços de ATER sejam contratados pelo governo através de chamadas públicas. Esta forma de contratação dos serviços muda apenas no seu processo institucional.
- ✓ 2011 – As entidades se organizam e passam a disputar chamadas públicas, no entanto a disputa se dá na maioria das vezes com a Emater que acaba vencendo a maioria das chamadas de ATER.
- ✓ 2012 – Realiza – se a Primeira Conferência de ATER do Brasil (Abril de 2012) que reúne mais de 1500 (um mil e quinhentos delegados de todos os estados) com cotas mínimas para participação mulheres, jovens e povos tradicionais. O tema Geral foi: "ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural":
- ✓ 2013/2014 – Debate e encaminhamentos sobre a constituição da Agência Nacional de ATER – Anater. Lançamento da ANATER pelo governo central da presidente Dilma em 05 de junho, juntamente com o “Plano Safra” de 2013/2014. A principal definição tirada até o final de 2014 estava na instituição de um conselho administrativo que incluía dois movimentos sociais do campo (CONTAG e FETRAF) e duas organizações ligadas ao agronegócio (CNA e OCB). Outras informações ainda muito abstratas com muitas dúvidas ainda em relação a nova Agência de ATER.
- ✓ 2014 - Debate e aprofundamento sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) com lançamento de chamadas públicas de ATER específicas sobre Agroecologia. Importante destacar que o Planapo foi constituído por um decreto presidencial (Decreto nº 7.794/2012), resultante de processo histórico de construção e pressão do movimento

agroecológico e mais recentemente com o apoio dos demais movimentos sociais populares do campo, que encontrou apoio dentro dos Governos Lula e Dilma. O plano marca o reconhecimento oficial e institucional por parte do governo federal da importância da Agroecologia e da produção orgânica especialmente se referindo à agricultura familiar/camponesa, quilombolas, indígenas, coletores e demais povos tradicionais, e, expressa a clara necessidade de necessidade da produção de alimentos saudáveis com a conservação de seus recursos naturais.

Parte 02

PROPOSTA E PAPEL DO CAMPO NO DESENVOLVIMENTO: desafios para a sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Olivo Dambrós

A noção, baseada na crença de que o desenvolvimento poderia ser universalizado no espaço e durável no tempo, tem dado mostras cada vez mais contundentes de que em ambos os sentidos, tanto no espaço, como no tempo revela-se finito. É esse entendimento que constitui o dilema a permear sobre o futuro do desenvolvimento e da sustentabilidade.

[...] se o desenvolvimento precisa ter em sua essência a atenção com as futuras gerações e o compromisso com a sustentabilidade em sua perspectiva multidimensional, torna-se óbvio que o uso de tecnologias degradadoras do ambiente e excludente do ponto de vista social, por exemplo, impede o alcance das condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável (CAPORAL; PAULUS; COSTABEBER, 2011, p.75).

Nas últimas cinco décadas, a distância (baseada no PIB) entre os países “líderes” e “retardatários” não foi eliminada. Ao contrário, tem aumentado ao ponto de sua superação ter se tornado praticamente irreversível. O mundo pode ter se desenvolvido, mas em direções opostas. No plano global, assim como no nacional, existe uma dinâmica de polarização, que, de um lado, cria excitação econômica na classe média e, de outro, exclusão social de massa. Uma fronteira invisível separa, tanto no Norte quanto no Sul, os ricos dos pobres.

‘Norte’ e ‘Sul’ são cada vez menos categorias geográficas, e cada vez mais categorias sócio-econômicas no que se refere à linha que separa os setores fortes do mercado mundial dos débeis em capacidade competitiva (SACHS, 1997, p.32).

Furtado (1974) valoriza o desenvolvimento como expansão das capacidades humanas e considera que as sociedades são desenvolvidas

na medida em que nelas, o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. E afirma de que:

[...] O homem tem uma concepção reducionista do desenvolvimento como progresso material e como crescimento econômico que é fruto da combinação de três componentes: a) aumento da produção de riquezas (medida pelo PIB); b) o progresso técnico-científico (o aparato tecnológico que indica se é ou não uma sociedade avançada, moderna, desenvolvida); e c) o aumento do consumo de bens medido, também, pelo crescimento do PIB *per capita* (FURTADO, 1974, p.15).

Segundo Furtado (1974) é a partir desses pressupostos que se determinam os critérios sobre investimentos ou de avaliação do produto interno bruto (PIB), que não levam em consideração recursos e serviços naturais e, por isso, indaga:

[...] por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, e o dos solos e florestas (difícilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos? Se o aumento da taxa de crescimento do PIB é acompanhado de baixa do salário real e esse salário está no nível de subsistência fisiológica, é de admitir que esteja havendo um desgaste humano. As estatísticas de mortalidade infantil e expectativa de vida podem ou não traduzir o fenômeno, pois sendo médias nacionais e sociais anulam os sofrimentos de uns com os privilégios de outros (FURTADO, 1974, p.16).

Essa concepção de modelo de desenvolvimento está permeada por profundas contradições que colocam, cada vez mais, em risco a própria vida. Sugere a necessidade de propostas que levem em conta outros fatores, diferentes do paradigma atual. Aponta como vital a aproximação, cada vez maior, do homem com a natureza. Considera que há uma sobreposição histórica e difícil de ser resolvida do crescimento econômico sobre a ecologia.

Enquanto o crescimento aponta apenas para o fator financeiro, o desenvolvimento guarda o significado de valores culturais, tradicionais, símbolos e modos de vida locais. O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevada que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (FURTADO, 1974, p.16).

Segundo o ambientalista e teólogo Leonardo Boff, o planeta está em transe. Os sintomas são cada vez mais claros de mudanças climáticas globais como consequências desse modelo que, além das desigualdades sociais, tem provocado aumento, substancial, das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono (beirando 400 ppm), metano e óxido nitroso. Os recursos naturais (vitais à sobrevivência humana dão sinais de escassez e esgotamento): o solo está ameaçado, com 16% da superfície agrícola útil da terra em estado de degradação, 500 milhões de pessoas vivendo em regiões de escassez crônica de água e previsão de que, em 2050, mais de 4 bilhões de pessoas estejam nessa situação (BOFF, 2010).

Leff (2001), ao abordar o tema, descreve que a “*racionalidade ambiental*”³⁶ questiona a gestão racional do processo de desenvolvimento e a racionalidade científica como instrumento de dominação da natureza e afirma que seus valores e critérios não podem ser avaliados em termos do modelo da racionalidade econômica, nem reduzidos a uma medida de mercado.

Segundo o mesmo autor, “a *racionalidade ambiental* se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social” (LEFF, 2006, p. 227).

³⁶ “*racionalidade ambiental*” pressupõe além da sustentabilidade ecológica, a equidade social, a diversidade cultural, a democracia política, a integração das economias gestionárias, a gestão participativa e democrática dos ecossistemas, entre outros (LEFF, 2006, p.227).

Nessa mesma linha, Novaes (2002), afirma que por conta da percepção do esgotamento do modelo atual, outros paradigmas³⁷ de desenvolvimento precisam ser construídos e destaca:

[...] *primeiro*, a sustentabilidade como reconhecimento da unidade da vida na terra que requer o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social, cultural, política e econômica; *segundo*, a solidariedade com cidadania plena, cooperação, autogestão e responsabilidade coletiva compartilhada em favor de uma ordem econômica, social, política e cultural mais justa. Responsabilidade coletiva que respeite as diversidades e busque a superação das desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e de geração. E, em *terceiro*, o paradigma da territorialidade, como possibilidade de construção de projetos de nação a partir de estratégias territoriais de desenvolvimento, com identidades, limites e soluções partilhadas entre Estado e sociedade (NOVAES, 2002, p. 18)

O Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Meio Ambiente (UNCTAD), divulgado dia 18 de Setembro de 2013, assinala que mais de um bilhão de pessoas passam fome e outro bilhão está subnutrido. Outro relatório elaborado pela FAO (2013) denuncia que cerca de 1,4 bilhões de toneladas (um terço da produção atual), são desperdiçadas, por ano, no planeta. Essa quantidade segundo o relatório seria suficiente para acrescentar 540 (quinhentos e quarenta) gramas diariamente em cada um dos sete bilhões de seres humanos (FAO, 2013).

Vivas (2013) comenta relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) que estima em 1,5 bilhões de pessoas obesas. Chama atenção para outros números alarmantes do relatório que revelam que a China

³⁷“um conjunto de crenças, valores, técnica, etc. compartilhadas pelos membros de uma comunidade, que do ponto de vista físico seria representado por suas realizações para solução de problemas por ela definidos; do ponto de vista social mostra que a visão particular da realidade de uma comunidade seria a base de sua organização. Daí decorreria a visão do universo e da biosfera (funcionamento dos seres vivos e sua relação com a natureza), a concepção da sociedade (papel do homem e da mulher), a noção do progresso, do crescimento e desenvolvimento, da economia. Finalmente, pode-se inferir com base a estes valores e princípios, as necessidades materiais (bens e serviços), necessidades espirituais e as atitudes” (KUHN, 2000, p. 68).

duplicou a obesidade nos últimos 15 anos, na Índia o mesmo índice subiu 20% nos últimos dez anos, nos Estados Unidos mais de 35 % da população são obesas e no Brasil, quase metade da população (48,5%) está acima do peso.

Atenta a estas contradições, a ONU (2013) recomenda aos países ricos e pobres que tratem de fazer mudanças profundas em sua agricultura. Sugere que saiam dos sistemas de monocultivos para sistemas diversificados de produção, que reduzam uso de fertilizantes e outros insumos químicos, que apoiem os pequenos agricultores e que se atente para articular a produção e o consumo local de alimentos. Entre as recomendações formuladas por mais de 60 especialistas internacionais, sistematizadas em um documento de 321 páginas e dezenas de artigos, a ONU (2013) adverte para a necessidade de mudar os métodos convencionais de fazer agricultura, adotando uma visão sistêmica e orientações agroecológicas, diminuir a distância entre produção e consumo e minimizar os desperdícios (ONU, 2013).

Nessa perspectiva, apontada pela ONU (2013), o campo brasileiro em especial, deverá superar gargalos históricos que o submeteram a dominação urbana industrial, à produção quase exclusiva de *commodities* e ao título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Desafios como: a) democratização e uso da terra e de todos os recursos naturais fazendo da reforma agrária uma das alternativas para a inversão do quadro crescente de urbanização e empobrecimento rural e urbano; b) a *superação da dicotomia campo-cidade* na crença de ser impossível dissociar rural e urbano, pois estes se influenciam mutuamente por suas relações e forma no espaço geográfico, admitido como um todo heterogêneo e; c) o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar/camponesa e a importância da pluriatividade nestes setores são estratégicos neste repensar do campo.

O resgate destes papéis passa, necessariamente, pela adoção de uma nova proposta que considere a diversificação da produção, o

autoconsumo, a recomposição dos sistemas de produção familiar, as relações comunitárias, as cadeias curtas de mercado e uma nova base tecnológica orientada pelos princípios da Agroecologia.

A agricultura familiar e camponesa é o grande guardião de espécies, variedades e raças hoje ainda existentes, devendo esta prática ser qualificada e estimulada pela sua importância na segurança alimentar da humanidade. A redução da base alimentar está levando a população a uma série de deficiências nutricionais e uma grande dependência a poucas multinacionais que controlam o mercado de sementes e da biodiversidade.

A seleção, multiplicação e troca de **sementes e raças** é uma forma de conservar e ampliar a biodiversidade das espécies cultivadas, das criações, e da biodiversidade natural (nativa) dos ecossistemas com importantes funções nos agroecossistemas. Se na monocultura a biodiversidade é arrasada, nas comunidades onde predomina a agricultura familiar/camponesa, ainda, há uma grande reserva bio-natural que conserva o solo, as águas e florestas.

Nesse repensar do papel do campo, um dos fatores de importância estratégica a ser considerado é o desenvolvimento local. Na maioria dos municípios brasileiros, o campo é o maior gerador de **trabalho e renda**, abrigando grande parte da população Brasileira (VEIGA, 2010). Além da geração de renda direta, este assume importante papel motor no conjunto da sociedade. Nestes municípios, quando o campo vai mal, a cidade padece. Assim, olhar para esse espaço como lugar de vida significa repensar e redirecionar grande parte das políticas públicas, historicamente, construídas quase que, exclusivamente, para satisfazer necessidades urbanas.

Dessa forma, a re-significação do papel do campo no desenvolvimento exige que as políticas públicas sejam redirecionadas para apoiar estratégias de desenvolvimento local e transição a estilos de agricultura sustentável, como um processo permanente de aprendizagem e aplicação prática, considerando a co-evolução natural do homem com o

meio ambiente. Além disso, “[...] as transformações dos agroecossistemas têm lugar dentro de um sistema planetário finito, de modo que alguns recursos naturais, uma vez utilizados no processo de desenvolvimento, não estarão disponíveis por uma segunda vez” (CAPORAL, 2003, p.5).

Por fim, diante de um cenário de escassez de energia, comida, e água, é imprescindível a estruturação de uma nova proposta produtiva voltada para formas de produção e meios de vida mais sustentáveis (CAPORAL, 1998), na perspectiva da construção do Desenvolvimento Local que garanta a equidade social e o uso sustentável dos recursos naturais.

I - PARA UMA NOVA INSERÇÃO E PAPEL DO CAMPO NO DESENVOLVIMENTO

Valdemar Arl

1. Territórios rurais em disputa: alimentos ou *commodities*, agricultura familiar/camponesa ou Agroecologia

Para uma reflexão atual, sustentada na dialética inerente às possibilidades camponesas evidenciadas historicamente e que permitiram sua continuidade até o presente momento, propõe-se algumas reflexões sobre possibilidades para ampliar a resistência e ampliar a resiliência da agricultura familiar/camponesa.

No Brasil um primeiro aspecto a considerar é a disputa de concepções entre o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

O paradigma do capitalismo agrário, que tem Ricardo Abramovay como principal referência, acredita na integração e consolidação da agricultura familiar na lógica do capital. Esta tese tem influenciado as políticas públicas e as posturas de algumas organizações do campo principalmente aquelas não articuladas na Via Campesina.

Já o paradigma da questão agrária não se limita à introdução produtiva na lógica do capital e seu modelo e considera as diversidades presentes onde existe tanto a sujeição como a resistência ao capitalismo, a destruição e recriação do campesinato, a existência e construção de relações não capitalistas de produção. Ao mesmo tempo sustenta a perspectiva de enfrentamento do capital, da reestruturação agrária e agrícola dos territórios e da transformação social, como por exemplo,

através da ocupação de terras, da proposição da Agroecologia e defesa da soberania alimentar. Ao mesmo tempo em que realiza a integração nos mercados busca a recriação social destes. Segundo Fernandes (2004) o paradigma da questão agrária tem como elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Incorpora também outras bandeiras na sua luta como a educação, saúde e formação política. Esta proposta e condição é defendida principalmente pelos Movimentos Sociais do Campo articulados na Via Campesina.

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (2008) a agricultura mundial segue três trajetórias de desenvolvimento distintas e contrastantes: a ampliação da industrialização, a recampinização, e outra de desativação. A industrialização vai assumindo controle crescente e direto sobre a produção e o consumo, e criando condições como: a desconexão entre a produção e o consumo; a desconexão da produção das condições ambientais dos ecossistemas locais; a divisão da produção em unidades e atividades isoladas realizadas através da divisão de trabalho e controladas externamente; e ainda, a desintegração e recomposição dos próprios produtos, onde as partes componentes de um produto final são produzidas de forma totalmente desconectadas.

Essas condições impostas pela industrialização exercem forte pressão sobre os sistemas locais de produção de alimentos, diminuindo a margem de renda sobre cada unidade produzida, diminuindo a renda e marginalizando parcelas crescentes da agricultura familiar/camponesa, e isso, segundo Ploeg (2008), impulsiona a recampinização.

A recampinização é a busca por formas próprias de sobrevivência fora da produção de escala e fora da atual lógica de mercado, definida como: “A recampinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência.” (PLOEG, 2008, p. 23).

Essas são reações espontâneas do próprio campo, diante da sua dificuldade de oportunidade, inviabilidade e exclusão na integração industrial. A crescente integração ao modelo agroindustrial e agroquímico Rosset e Torres (2012) denominam de descampinização, da mesma forma denominam assim a perda da terra e expulsão dos camponeses do campo.

Outro caminho apresentado por Ploeg (2008) é a desativação da produção agropecuária, com a reorientação das atividades econômicas, das finalidades do espaço (da terra) e dos investimentos. Isso ocorre normalmente no entorno de grandes centros com a especulação imobiliária e reorientação dos objetivos desse espaço. No Brasil isso também ocorre, mas é mais forte a desativação de unidades familiares/camponesas em áreas mais planas, sob pressão da agricultura capitalista do latifúndio do agronegócio, no momento impulsionado pela soja, cana, gado, eucalipto e pinus.

Ploeg (2008) propõe uma análise do campesinato a partir de “condições” ou “*princípios campesinos*”, a destacar o compromisso com a natureza para fortalecer a base produtiva (solo, biodiversidade, outros recursos locais, [...]) e a luta por autonomia (relativa) através da redução das relações de dependências externas, podendo, entretanto migrar permanentemente entre a condição de uma agricultura camponesa a uma agricultura mais industrial e empresarial e vice versa, de recampinização.

Nos últimos anos evidencia-se uma interação e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro e as grandes corporações multinacionais, impérios agro alimentares, que passaram a controlar a produção e o abastecimento, provocando grandes mudanças estruturais na produção agrícola. Presenciamos o avanço do agronegócio através da crescente presença de corporações empresariais no campo, tomando fisicamente e ideologicamente os territórios.

Segundo Fernandes (2004) gerou-se uma forte apologia ao agronegócio como uma forma de indução a uma hegemonia de ocultação

da questão agrária e dos conflitos relacionados, apresentando apenas o caráter produtivista e economicista.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. [...] O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p.38).

A tomada dos territórios, a concentração de capital, da terra e dos recursos naturais resultam da intensificação das políticas neoliberais da atual fase do capitalismo, que por sua vez aumentam as desigualdades sociais e que, após desmantelarem as organizações da classe trabalhadora, agora estão afetando, sobretudo a população camponesa.

Para Fernandes (2004) os territórios estão em permanente disputa de modelos de desenvolvimento e de sociedade, sendo classe e território inseparáveis, e esta interação de disputa produz diferentes territórios e espaços. Fernandes sustenta a compreensão de territórios para muito além de espaços geográficos e arbitrariamente determinados como território único, parte sim da condição espaços de governança, mas reconhece a diversidade de condições materiais e imateriais, formando distintas relações sociais e lutas de classes sociais (território diverso).

A conflitualidade está natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras. As ideias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios (FERNANDES, 2004, p. 27).

No campo a questão agrária está fortemente relacionada ao conflito pela terra, mas também envolve dimensões econômicas, culturais e ambientais. As ocupações de terras realizadas pelo MST modificam a estrutura agrária do território, além disso, a conquista da terra não significa apenas uma nova forma de produção de mercadorias, mas a criação e recriação da existência das famílias diretamente envolvidas e dá um novo objetivo à própria produção.

Segundo Fernandes (2004) esses conflitos destroem e recriam relações sociais de territorialização, des-territorialização e reterritorialização do capital e da agricultura familiar/camponesa, numa interação e simultaneidade entre conflito e desenvolvimento. O capital expropria, exclui e reordena o território, nas contradições geradas pelo próprio capital, os trabalhadores sem terra ocupam a terra e reconstróem as relações sociais locais.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reduitiva, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2004, p. 2).

O atual contexto de ofensiva do agronegócio forçou a mudança do foco da luta contra o latifúndio e pelo cumprimento da função social da terra, para a luta por uma reforma agrária popular que já não é apenas uma luta dos Sem Terra, mas sim por mudanças estruturais necessárias para o conjunto da sociedade, na construção de um novo modelo de produção agroecológico, produção de alimentos saudáveis, e pela

reconstrução social dos mercados para reaproximar as relações entre produção e consumo.

Segundo Rosset (2012), dado a essa ofensiva dos impérios alimentares, da ocupação produtiva das terras com *commodities* como a soja, madeira e agrocombustíveis causadores de degradação ambiental, contaminação com agrotóxicos, destruição da biodiversidade, justifica-se aos “sem terra” a ocupação de terras produtivas contrastando com o argumento os efeitos ecológicos e sociais positivos dos cultivos dos camponeses com agricultura ecológica na biodiversidade, manutenção das famílias no campo e produção de alimentos saudáveis para os mercados locais (“soberania alimentar”). Assim, a Agroecologia assumida nesta disputa reforça sua dimensão política e estratégica para a transformação produtiva e da sociedade:

Os movimentos sociais têm que promover e implantar a Agroecologia de modo mais abertamente politizada e ideológica em comparação com outros atores das esferas das práticas agrícolas alternativas, como organizações não governamentais (ONG), pesquisadores, agências governamentais e empresas privadas. Dizemos mais “abertamente” política e ideológica, porque qualquer opção tecnológica traz consigo uma carga política e ideológica implícita (ROSSET; TORRES, 2012, p. 6-7).

Portanto, é um desafio transformador a retomada e re-significação dos territórios hoje tomados fisicamente pelo agronegócio através da apropriação das terras, do arrendamento e dominados ideologicamente por seu modelo e interesses. Interesses que se transformam em poder exercido pelas grandes corporações no campo e na cidade, que além de dominar os territórios, exploram os trabalhadores, controlam os políticos e roubam o Estado.

Também, para que seja possível uma mudança mais expressiva nos sistemas de produção e vida da agricultura familiar/camponesa, o debate precisa contemplar a continuidade do desenvolvimento tecnológico,

a mecanização para facilitar o trabalho e o acompanhamento técnico para produção. Devem-se buscar também novas possibilidades para além da produção física de alimentos, ou seja, buscar novas possibilidades para o processamento e comercialização, priorizando os circuitos curtos (locais e regionais) e as relações diretas entre a produção e o consumo. Trata-se de uma aliança estratégica entre o campo e a cidade na construção de um projeto popular para os territórios e para o Brasil, pois a melhoria da qualidade de vida, o acesso ao alimento de qualidade e sem contaminação, a reforma agrária, a reforma política e outras bandeiras são uma luta dos trabalhadores do campo e da cidade, e são condições importantes na transformação social.

Enfim, nas disputas com o agronegócio, importantes condições e características históricas da agricultura familiar/camponesa podem proporcionar vantagens muito significativas, a destacar: as formas de produção não capitalistas, forte economia de subsistência, e a Agroecologia como forma de ampliação da resistência, resiliência e autonomia dos sistemas.

Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. Evidente, que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios (FERNANDES, 2004, p. 25-26).

2. O reconhecimento e valorização do verdadeiro papel do campo e a necessidade de uma nova proposta

O atual modelo de desenvolvimento urbano/industrial, pautado na Revolução Verde para o campo, impôs um jeito de fazer agricultura já

apresentado anteriormente e propôs para a agricultura familiar os seguintes papéis:

- Produzir matéria prima para agroindústria de forma integrada;
- Comprar máquinas e adubos, agrotóxicos e outros insumos das indústrias;
- Fornecer mão de obra para a cidade.

Tendo essa proposta como objetivo, a verdadeira condição e papel do campo desapareceram das pesquisas e foco das análises. Em experiência vivenciada como membro da Rede Nacional de Colaboradores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial) de 2004 a 2007, na assessoria à construção de planos territoriais de desenvolvimento sustentável, nos diagnósticos que se apresentavam, na quantificação dos postos de trabalho apareciam o comércio, a indústria e até mesmo a prefeitura como principais geradores de trabalho, mesmo em municípios com metade ou mais da população residindo no campo, do campo contabilizava-se apenas os empregados. Trata-se de uma visão equivocada de trabalho como sinônimo de emprego e condição necessária para a exploração capitalista da mão de obra.

Da mesma forma as análises econômicas não consideram a condição indireta do campo na economia local e muito menos a produção e riqueza gerada para a economia de subsistência das famílias agricultoras. Isso desqualifica economicamente o campo da agricultura familiar. A produção de subsistência, como não circula no mercado também não permite a expropriação de mais valia para a economia capitalista (por isso ignorada).

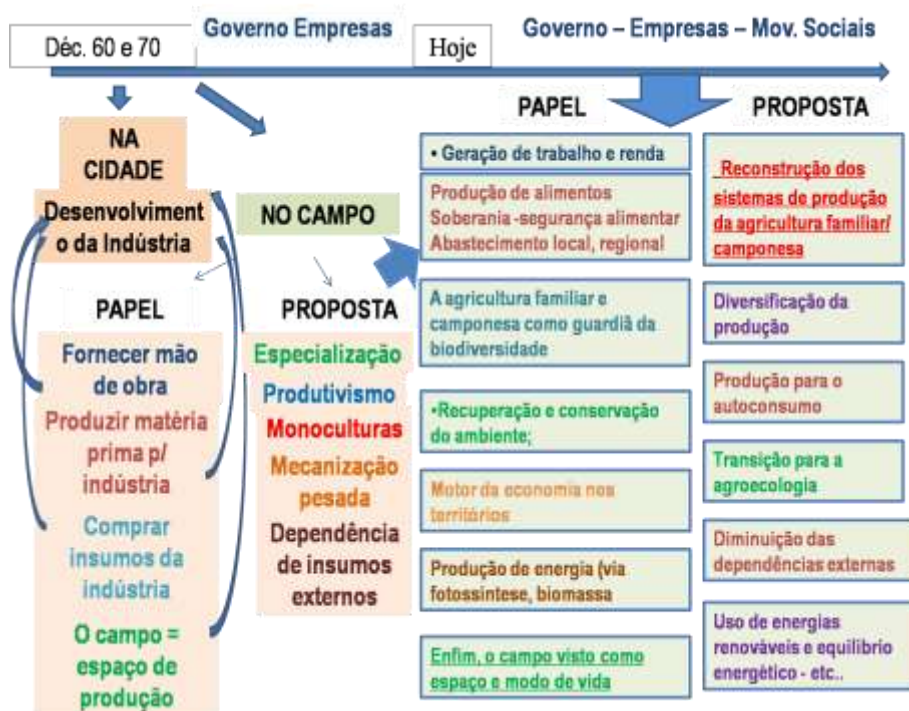
A valorização da condição das mulheres no campo fica ainda mais prejudicada, pois nos diagnósticos e avaliações oficiais não aparece como parte da população economicamente ativa, mesmo na sua atuação nas atividades comerciais, e especialmente no que se refere à economia de

subsistência, que é condição econômica fundamental no sistema e, onde sua atuação é decisiva.

Há avanços e aspectos positivos, mas é urgente colocar em prática uma nova proposta de desenvolvimento, uma proposta economicamente mais viável, socialmente mais justa, culturalmente adaptada e ambientalmente sustentável.

É preciso construir uma nova proposta de desenvolvimento e re-inserir o campo, estabelecendo-lhe um novo papel. É necessário também projetar uma nova proposta de desenvolvimento para a agricultura familiar e camponesa. E, para isso são necessárias novas estratégias e um novo embasamento metodológico (Figura 1).

Figura 1 - Síntese do avanço do capitalismo no campo (revolução verde) no Brasil e aspectos propositivos para uma condição sustentável



Fonte: Arl (2009).

Os temas para o papel e proposta para o campo hoje na síntese acima, são uma discussão em aberto, mas resultam de acúmulo e esforço histórico das organizações e movimentos sociais ligados ao campo da agricultura familiar/camponesa.

3. A multifuncionalidade da agricultura familiar/camponesa

A multifuncionalidade da agricultura familiar/camponesa está relacionada a uma grande diversidade de condições e complexidade de interfaces nas relações. Consideramos esse debate de grande relevância no desenvolvimento e sustentabilidade do próprio segmento e dos territórios e envolve dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Segundo Cazella et alii. (2009) a multifuncionalidade relaciona-se às famílias rurais, aos territórios, à sociedade e às políticas públicas, e está associada à reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, sendo defendida no Brasil como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar.

Para Carneiro e Maluf (2005, p.40) “A dependência excessiva ao mercado – a ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar – teria desvirtuado algumas funções essenciais da agricultura familiar na sua relação com a sociedade [...]”, não permitindo ou desconsiderando a multifuncionalidade diminuindo seu papel de coesão econômica e social do campo, assim como a sua função ambiental. O debate torna-se oportuno neste momento de disputa entre diferentes propostas no campo:

A proposta de uma agricultura multifuncional surge, assim, em um contexto de disputa entre duas concepções de agricultura: uma sustentada nas determinações das leis do mercado e outra que

considera que o sentido da atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade (CARNEIRO; MALUF, 2005, p. 43).

Portanto, trata-se de distintas propostas quanto à produção, desenvolvimento e papel/funções do campo, e não de política compensatória num contexto de primazia da lógica produtivista e mercadológica imposta pelo avanço do capitalismo no campo, seja através do agronegócio, ou mesmo somente compensar a parcela mais frágil na relação mercantil da diversidade do universo da agricultura familiar/camponesa no Brasil, mesmo que tenha que ser levado em conta a necessidade de correção da desigualdade social existente. Assim, segundo Carneiro e Maluf (2005) para uma abordagem multifuncional é exigência e ao mesmo tempo resultado a articulação entre as dimensões do econômico, social e biotécnico, de maneira que os fins econômicos não sejam formulados e avaliados independente dos resultados sociais e ambientais almejados nas estratégias e propostas.

Dado à grande diversidade e heterogeneidade existente na agricultura familiar/camponesa e também de contextos dos territórios no Brasil, é difícil estabelecer uma lista única ou nível de intensidade padrão às funções deste campo. Também o grau de importância de algumas funções pode resultar da realidade do contexto mais amplo, multi-setorial e para além da visão produtivista e economicista em cada território, onde a agricultura neste caso é apenas mais uma das dimensões. Identificamos a seguir algumas funções e dimensões do campo da agricultura familiar/camponesa a considerar nas análises e proposição para o agrário e territorial no Brasil:

- Condição estratégica para a segurança e soberania alimentar;
- Importante papel na geração de trabalho e renda;
- Proteção ambiental e serviços ambientais relacionados;

- Dinamização econômica, capilaridade e maior controle na gestão de territórios;
- Proteção ambiental e preservação da biodiversidade;
- Sustentabilidade energética;
- O campo como modo de produção e forma de vida.

Estas condições estabelecem uma nova compreensão sobre o campo e seu papel material e imaterial, produtivo e existencial na sociedade atual, e são estratégicas para o conjunto da população. Por isso é necessário o reconhecimento, a valorização e em algumas situações, a realização compensatória de algumas destas funções pelo Estado.

a) O campo como produtor de alimentos para segurança e soberania alimentar

O campo da agricultura familiar/camponesa, além de alimentar as pessoas que vivem no próprio campo, segundo os dados do IBGE (2006), a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Para grande parte deste campo, a produção de alimentos não é apenas um negócio, como para o agronegócio, tanto que quando se trata de produção orgânica os números chegam a 80% do total produzido.

A segurança e a soberania alimentar dependem de uma agricultura familiar/camponesa forte e distribuída em todo o território, e para isso é necessário:

- A priorização do abastecimento local, regional e as relações diretas de distribuição;

- A adequar a produção para o abastecimento direto (preparação/processamento e agroindustrialização de pequeno porte).

A recomposição dos sistemas de produção diversificados e a distribuição local/regional são estratégias importantes para a superação do papel de produtor de matéria prima para as grandes agroindústrias, para a condição de produtor de alimentos.

b) O campo como gerador de trabalho e renda

A agricultura familiar/camponesa continua cumprindo um papel central na reprodução econômica e social das famílias do campo. Cumpre inclusive com o papel de reabsorver egressos, principalmente jovens, que experimentaram a vida fora do campo e não deram conta de uma vida digna ou concluem pelas conveniências da vida no campo. Também nas disputas que envolvem a questão agrária e através das ocupações e da reforma agrária estabelece novas condições econômicas e sociais nos municípios e territórios.

É importante considerar que gerar trabalho é muito mais do que a criação de empregos. A geração de empregos hoje é importante, mas cria condições de grande risco às possíveis adversidades econômicas e políticas da globalização. Possibilitar o acesso a terra (reforma agrária) é uma importante estratégia de geração de trabalho no Brasil. Um posto de trabalho no campo requer muito menos investimento e é mais sustentável do que um posto de trabalho na indústria ou comércio.

Segundo o censo agropecuário IBGE (2006) é o número de pessoas ocupadas na agricultura é de 16,5 milhões de trabalhadores, destes 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Em muitos municípios, o campo é o maior gerador de trabalho e renda, ocupando a metade ou mais da população, como por exemplo, no Território da Cantuquiriguaçu (Região Centro Oeste do Paraná) nos 20 municípios, segundo dados do IBGE (2007), 51,73% vivem e trabalham no campo, gerando 48,9% renda no território, contra 20,9% da indústria e 30,2% dos serviços, conforme dados do Ipardes (2004). Além da produção comercializada, também a produção para o autoconsumo precisa ser contabilizada como renda na economia, visto que é uma riqueza gerada que apenas não passa pelo mercado. Normalmente, esta produção se equivale a bem mais de um salário mínimo por família.

Por último, é necessário considerar a possibilidade da existência de atividades não agrícolas no campo, sendo agroindústrias de pequeno porte, indústrias e turismo. Isto possibilitaria a permanência no campo de muitos jovens que não se identificam tanto com a atividade agropecuária. A descentralização do desenvolvimento e a desconcentração humana atual das cidades é uma estratégia ecológica e econômica importante. Trata-se da pluriatividade, sendo muitas delas resultantes da existência das comunidades, da paisagem rural, etc. Nesta condição o campo é visto para além da atividade agropecuária.

c) O campo como guardião da biodiversidade

É o campo da agricultura familiar/camponesa o grande guardião de espécies, variedades e raças ainda hoje existentes. Esta prática precisa ser qualificada e estimulada, porque é muito importante para a segurança e o futuro alimentar da humanidade. A redução da base alimentar está levando a população a uma série de deficiências nutricionais e a uma grande dependência de algumas multinacionais que controlam o mercado de sementes e cobram cada vez mais caro pelas mesmas. A seleção, a multiplicação e a troca de sementes e raças são formas de conservar e ampliar a biodiversidade, e as raças e sementes que vão sendo

reproduzidas ano a ano são mais viáveis porque vão se adaptando aos ambientes.

As sementes são patrimônio da humanidade, pois são um legado de nossos antepassados. Tão importantes para a existência humana que são constantemente celebradas e consagradas. Alicerçada nessas práticas a humanidade produziu e se alimentou por mais de 10.000 anos. Mas, em apenas pouco mais de 50 anos, a produção de alimentos sofreu grandes transformações. O modelo industrial agroquímico aplicado no campo negou essas práticas populares de manutenção e melhoramento das espécies e raças classificando-as como atrasadas.

Uma grande quantidade de espécies que usamos na nossa alimentação é nativa das Américas e foram deixadas pelos indígenas (Astecas, Maias, Incas e outros) como, por exemplo: milho, batata, mandioca, feijão, algodão, tomate, pimenta, amendoim, cacau, abóbora e outros. Outras foram trazidas de outros continentes, como o trigo e o arroz, mas já por centenas de anos são conservadas e melhoradas pelas famílias agricultoras. Essas sementes que são conservadas e melhoradas pelas famílias de agricultores são chamadas de sementes crioulas.

A disponibilidade e continuidade dessas sementes é virtude e missão da agricultura familiar/camponesa e não depende de nenhuma empresa ou país e, são fundamentais para a garantia de segurança e soberania alimentar dos povos. As sementes crioulas são adaptadas aos ambientes locais, portanto mais resistentes, e menos dependentes de insumos. São também a garantia da diversidade alimentar e contribuem com a biodiversidade dentro dos sistemas de produção. A biodiversidade é a base para a sustentabilidade dos ecossistemas (sistemas naturais) e também dos agroecossistemas (sistemas cultivados).

d) O campo como conservador do meio ambiente e da paisagem rural

Além da biodiversidade das espécies cultivadas e das criações, a biodiversidade natural (nativa) dos ecossistemas tem importantes funções nos agroecossistemas. Ou seja, essa biodiversidade é importante no equilíbrio dinâmico, diminuindo a incidência de pragas e doenças.

Nas grandes monoculturas, a biodiversidade é arrasada. Nas comunidades onde predomina a agricultura familiar/ camponesa, ainda há uma grande biodiversidade natural, embora esta pode e deve ser melhorada. É o campo que conserva o solo, as águas e as florestas.

Quando uma família está protegendo e conservando uma fonte, um rio ou uma floresta está prestando um serviço para o conjunto da sociedade. É neste contexto que se insere a discussão do pagamento pelos serviços ambientais.

e) O campo como produtor de energia

O planeta Terra dispõe, de fato, de apenas uma grande fonte de energia: o Sol. Todas as outras fontes (com exceção da energia nuclear) são derivadas do Sol, como, por exemplo, o vento que depende do calor, a chuva depende da evaporação da água, a cana e a lenha dependem da fotossíntese, e o petróleo que nada mais é do que plantas e animais fossilizados.

O campo dispõe de espaço para captação de energia solar via plantas, via vento e via água. Por isso, entende-se que o campo tem que ter saldo positivo de energia. Na agricultura convencional, esse saldo frequentemente é negativo. Via Agroecologia o campo pode se tornar produtor de energia.

f) O campo como forma de produção e modo de vida

Se de fato a agricultura familiar/camponesa pode caracterizar um modo de produção capaz de superar as relações de produção capitalistas e ou assumir-se como uma classe social em si, são questões e serem aprofundadas e compreendidas especialmente considerando o atual momento do capitalismo agrário brasileiro e da condição de crise e conflito diante da ofensiva do agronegócio.

Mas é possível sustentar que a vida no campo é um modo de existir, pensar, criar e produzir sustentado na família que o capitalismo não consegue apreciar e incorporar de todo, pois possui regras e condições próprias. Trata-se de uma forma de produção ou um modo de produção e vida que interage no sistema capitalista, mas ao mesmo tempo resiste e se opõe a determinados padrões e condições, estabelecendo formas não capitalistas, como sua base na “unidade de produção familiar”. A essa condição que não cabe de todo no capitalismo creditamos capacidade transformadora, desde que tenha acesso à formação e à organização e articulação, criando condições para afirmação dessa resistência camponesa como classe social de oposição ao capitalismo.

Para Friedmann [...] o conceito de ‘forma de produção’ é a combinação de dois elementos teóricos fundamentais. Por um lado, as ‘condições de reprodução’ com que encontra qualquer tipo de pequena agricultura no processo histórico. E, por outro lado, a forma em que estas se *inserem* no âmbito da formação social em que se encontram (SEVILLA GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 67-8).

Ao mesmo tempo em que a família é dona da terra (meio de produção), o trabalho é pela família e não depende do trabalho assalariado, pois a força de trabalho da família continua fundamental para a reprodução e expansão dos sistemas produtivos. A produção é diversificada e se estabelece em equilíbrio entre a satisfação das

necessidades materiais, endógenas (auto consumo e consumo produtivo), e venda de excedentes. Exerce também uma maior racionalidade ecológica resultante da interação orgânica de coevolução com o meio ambiente em que vive.

Diferencia-se também nas relações culturais, sociais e comunitárias envolvendo encontros e festas religiosas e encontros de lazer (bochas, futebol, jogo de cartas). E mesmo que a modernização da agricultura tenha estimulado a monetarização das relações sociais a reciprocidade nas trocas de dias de serviço e as práticas de mutirões ou pixuruns, continuam a ser realizados. Também nas festas e outras atividades culturais a preparação é organizada através do trabalho coletivo voluntário. Estas práticas contribuem na afirmação da identidade e vínculo social.

Esse modo de produção e forma de vida é parte constitutiva da sociedade brasileira que além de produzir parte fundamental do alimento para o campo e para a cidade, estabelece outras condições de interesse para o conjunto da sociedade na ocupação e significação dos territórios, na prestação de serviços ambientais, na representação cultural e na geração uma paisagem atraente tanto para os que habitam no campo como para quem almeja melhor qualidade de vida.

Portanto, o campo não é só lugar de produção, mas um lugar onde vivem pessoas que mantêm uma forma própria de produção, de relação no meio e de existência social. É necessário mudar muitas coisas para melhorar a qualidade de vida no campo. Hoje, grande parte da população vive nas periferias e favelas das cidades, onde a qualidade de vida é, na maioria das vezes, muito pior do que no campo em aspectos como saneamento básico e alimentação.

Olhar para o campo como lugar para morar e viver significa rever a maioria das políticas públicas que hoje ainda se voltam apenas para a cidade, como transporte, lazer, saúde, habitação, saneamento básico, educação e outras. Mas para manter e potencializar este campo da

agricultura familiar/camponesa como parte importante na soberania e segurança alimentar e, no desenvolvimento territorial, significa também o estabelecimento de uma política agrícola e agrária capazes e efetivas para sua sustentação.

4. A pluriatividade na agricultura familiar/camponesa

A pluriatividade ainda é um debate relativamente novo no Brasil e muito relacionado a contextos específicos ou localizados e tem maior ou menor influência direta no desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa, pois tanto pode fazer parte da organização econômica e produtiva da família, como pode estar relacionada mais às conveniências do contexto socioeconômico territorial em que a família está inserida.

Numa relação mais orgânica se refere à condição permanente na qual uma família de agricultores, além das tarefas agrícolas, desempenha outras atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade, que servem como fontes de renda complementar. Esta é também denominada de agricultura de tempo parcial. Segundo Schneider (1999, p.179): “A agricultura de tempo parcial ocorre quando pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem, na propriedade rural, seu principal local de trabalho”. Isso ocorre principalmente próximo a alguns pólos industriais. Nesta condição a pluriatividade aparece como estratégia econômica e de sobrevivência das unidades familiares/camponesas.

Seguem abaixo alguns exemplos de possibilidades envolvidas:

- Turismo rural: são sistemas de produção familiares que constroem espaços e criam condições para abrigar turistas;
- Agroindustrialização de pequeno porte: são pequenas agroindústrias construídas no campo e que absorvem e processam leite, carnes, panifícios, hortaliças e outras;

- Artesanato: sendo dos mais diversos tipos, mas muitas vezes associado à disponibilidade de determinada matéria prima característica e disponível no local;
- Indústrias de roupas e outras: são indústrias que se instalam no campo, onde trabalha parte das pessoas das famílias dos agricultores;
- Oficinas mecânicas e outros serviços: muitas vezes relacionadas à manutenção de máquinas agrícolas, construções e outras.

A pluriatividade pode assumir também significados que vão além da estratégia de sobrevivência de desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa em si, e está relacionada à adaptação e ao contexto do entorno sócio econômico de espaço agrário envolvendo oportunidades a membros da família ou às famílias, que continuam a viver no campo, com pequena relação produtiva e muito mais voltada ao autoconsumo, e buscando sua realização econômica em outras atividades no entorno.

Indiferente à condição de ser da pluriatividade a mesma está relacionada diretamente à multifuncionalidade do campo.

5. Uma nova proposta para o campo

A seguir serão abordados alguns aspectos que julgamos procedentes para a sobrevivência e recomposição sustentável os sistemas de produção na agricultura familiar/camponesa. Estas conclusões afirmativas resultam de considerações dos referenciais teóricos abordados e da experiência pessoal de relação prática e propositiva, e, de diálogo com famílias agricultoras/camponesas envolvidas nas iniciativas de ATER na Transição agroecológica no Paraná, descritas mais adiante no item

acerca das propostas para o campo e da metodologia construídas/exercitadas.

- A diversificação da produção;
- A produção para o autoconsumo;
- A transição agroecológica dos sistemas de produção;
- A recomposição da fertilidade dos sistemas;
- A independência de insumos externos.

5.1 Diversificação da produção

Este é um aspecto básico e histórico na estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar, que proporciona as seguintes vantagens:

- Melhor adequação ambiental da unidade de produção, onde cada atividade é implantada no ambiente mais adequado para a mesma;
- Amplia a biodiversidade que amplia a funcionalidade ecológica do agroecossistema;
- Melhor aproveitamento da mão de obra com atividades que necessitam de maior intensidade em épocas;
- Possibilita a rotação e consorciação de culturas;
- Interação complementar entre criações e cultivos e entre os cultivos;
- Amplia a resistência e resiliência³⁸ dos agroecossistemas;

³⁸ Resiliência de um princípio da ecologia relacionado com a estabilidade dos ecossistemas, onde, segundo Odum um sistema é estável se ao mudar um estado

- Segurança e estabilidade econômica;
- Maior autonomia e independência política.

5.2 Produção para o autoconsumo

Esta é uma estratégia fundamental para a segurança e independência com significativos efeitos na qualidade de vida, como também no resultado econômico. Na maioria das famílias, o valor do autoconsumo familiar dificilmente fica abaixo de R\$ 300,00 mensais, podendo ultrapassar R\$ 800,00 por mês.

Tedesco (2006) associa essa estratégia diretamente com a segurança alimentar, estendendo para muito além da fronteira da unidade familiar.

A produção de subsistência assume um caráter de resistência compreendendo que a soberania e a independência se constroem a partir da segurança alimentar e que esta, por sua vez, vai se construindo progressivamente desde o abastecimento da família do agricultor, da comunidade onde ele vive e daí avançando para os pequenos municípios, para as cidades de porte médio e para as grandes cidades (TEDESCO, 2006, p. 3).

O autoconsumo é a renda gerada pelo campo que não é contabilizada na economia convencional, onde só se contabiliza aquilo que passa pelo mercado. Na economia ecológica, o desenvolvimento não é medido apenas pelo mercado, mas contabiliza os custos e ganhos

estacionário desenvolve forças que tendem a restaurar sua condição original. De acordo com Margalef, um sistema é persistente "se permanece praticamente igual e (mesmo se) sua suposta estabilidade (resiliência) não se comprovar". Já C.S. Holling descreve como "a capacidade dos sistemas para absorver a mudanças e ainda assim persistirem". A resistência é a capacidade dos ecossistemas suportarem as perturbações sem causar grandes mudanças, conservando suas características. Estes conceitos se aplicam aos agroecossistemas e podem ser estendidos às dimensões produtivas e econômicas.

ambientais, e o desenvolvimento e a qualidade de vida interna de cada unidade de produção e comunidade. A economia convencional insiste em contabilizar os postos de trabalho apenas contando os empregados do campo. Isso também está errado. O autoconsumo também é renda, e a condição das pessoas que vivem do campo também é trabalho.

Existem muitas ideias e formas de organizar a produção para o autoconsumo dentro das unidades de produção. Na sequência, apenas para provocar o debate, abordam-se algumas sugestões:

- Inicialmente, vale destacar que no entorno da casa, ao passar do tempo, há uma concentração de nutrientes;
- Outro aspecto se relaciona à necessidade de realização de pequenas tarefas junto à produção para o autoconsumo, no cultivo, no manejo e até no acesso para colheita. Isso sugere que esta produção seja o mais próximo possível da casa;
- Muitas vezes, é difícil também conciliar esses cultivos com criações, como as aves que também são muito importantes no autoconsumo;
- Cercar uma área um pouco maior próximo a casa é uma ideia a considerar. Se o galinheiro tiver abertura também para esta área, pode-se oportunamente deixar as galinhas nesta área quando os cultivos permitirem. Até porque, na fase de implantação de agroflorestas, é preciso tirar as aves.

5.3 Transição Agroecológica

A transição agroecológica é uma necessidade urgente para a recuperação e conservação ambiental e para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Cada vez mais pessoas sabem que o caminho de degradação precisa ser alterado para que se possa ter mais qualidade de

vida e que se revertam as tendências atuais de desemprego, aquecimento global, dificuldade de acesso a alimentos e falta de água. A transição agroecológica pode contribuir para esse resgate.

Transição para Agroecologia é um processo gradual e significa sair do modelo agroindustrial e agroquímico degradante do meio ambiente e dependente de grandes quantidades de insumos externos para construir uma proposta sustentável e reconstruir um sistema de produção adequado para a agricultura familiar, e ecológico. Porém, para se construir essa proposta, é preciso que as famílias agricultoras conheçam e entendam as diversas possibilidades e possam, então, escolher o que é melhor para si, para sua família e para o meio onde moram e trabalham.

Não há receita ou passo a passo para a transição agroecológica e muito menos uma temporalidade ideal. É possível iniciar por uma atividade ou parte da unidade de produção, desde que, segundo o marco legal, com produção diferente do restante das áreas e nesse caso, a partir do início da certificação, o prazo para a transição das demais áreas é de 5 anos. Mas quem não está operando no mercado orgânico não há prazo.

Os níveis no processo de transição agroecológica descritos por Gliessman (2000), são: 1 - incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de *inputs* externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; 2 - substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas; 3 - redesenho agroecológico dos agroecossistemas, são condições frequentemente presentes, mas nas iniciativas vivenciadas no Sul do Brasil estas três condições se deram concomitantemente. O que ocorria com mais frequência era a diferença de intensidade de esforço em distintas atividades ou áreas dentro de um mesmo agroecossistema.

Muitas vezes a transição teve início em atividades periféricas (não centrais) na sustentação econômicas, como as hortas, pomares inicialmente mais voltados para o autoconsumo e que foram assumindo importância econômica crescente. Poucas experiências têm-se desafiado a

iniciar a transição a partir das principais atividades econômicas nas unidades de produção e vida familiares. Mas percebeu-se que quando nessa condição, causa grande impacto tecnológico e político, a exemplo da experiência chamada de “plantio direto de tomates” na Região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC), processo que se iniciou a partir do grande endividamento no início da década de 2000. Esse processo, dado aos excelentes resultados, questionou a pesquisa, ameaçou o grande mercado de insumos e potencializou um enfrentamento político ao neocoronelismo³⁹.

Outra experiência de referência massiva e realizada a partir de atividade centrais na economia local ocorre na produção de arroz agroecológico nos Assentamentos da Reforma Agrária no Sul do Rio Grande do Sul. E, está em curso uma iniciativa na transição agroecológica na produção de leite na Região Centro Oeste do Paraná, onde, a produção de leite é a principal atividade econômica na região, especialmente nos Assentamentos.

Entende-se que a transição agroecológica é uma necessidade para todas as unidades familiares/camponesas na recomposição sustentável dos sistemas de produção em torno de aspectos fundamentais, abordados a seguir.

Na transição agroecológica é importante também conhecer os possíveis caminhos a serem seguidos, em torno de aspectos e dimensões que vão muito para muito além das normas legais e das tecnologias convencionadas. A seguir vamos aprofundar um pouco este tema.

³⁹ Esta região politicamente sempre foi muito conservadora, comandada por grupos políticos familiares e bem articulados entre as elites. No passado foi forte o poder dos madeireiros que hoje dominam outros segmentos da economia local. No passado eram conhecidos como coronéis porque exerciam o poder diretamente e hoje o exercem indiretamente, por isso a denominação de neocoronelismo.

5.4 Condições fundamentais a considerar para a sustentabilidade junto às unidades familiares de produção

A Agroecologia é condição básica na recomposição sustentável dos sistemas de produção da agricultura familiar camponesa. As propostas acima levantadas são importantes para a sobrevivência e melhoria dos resultados junto à agricultura familiar/camponesa, e possibilitam estabelecer condições para sua sustentabilidade futura.

a) Biodiversidade funcional

Consiste em aumentar a diversidade de plantas: plantas cultivadas, adubações verdes, plantas nativas. Aumentando a diversidade de plantas aumenta a diversidade de insetos, fungos, bactérias e outros organismos vivos e, quanto maior a biodiversidade destes, maior é a capacidade do sistema se auto regular e não sofrer com pragas e doenças. A isso se chama biodiversidade funcional (equilíbrio dinâmico, e outros);

É importante ter sempre uma boa disponibilidade de biomassa: restos de plantas como folhas, galhos, e outros materiais. É com isso que os microorganismos do solo se alimentam, para ter um solo vivo e bem estruturado é necessário alimentar os microorganismos o tempo todo. Na floresta tem sempre uma boa camada, por isso o sistema vai ficando cada vez mais fértil.

Também é necessário manter sempre plantas crescendo com raiz ativa: assim não se perde os nutrientes que são liberados no solo. Plantas crescendo fazem fotossíntese e aumentam a energia no sistema.

b) Resistência dos sistemas:

Resistência é a capacidade de suportar melhor as adversidades como secas, chuvas, granizos, ventos, geadas, pragas, doenças e outros.

Diversificar ao máximo o sistema: pode-se ter algumas atividades principais, mas não se pode ficar dependente de uma ou duas atividades. Quanto menos atividades, maior o risco imediato e futuro. A Agroecologia ajuda porque aumenta a resistência, porque contribui para o melhor funcionamento do sistema e reduz custos.

c) Aumentar a resiliência dos sistemas:

A resiliência é a capacidade do sistema de suportar as adversidades, recompor-se e manter-se ao longo dos anos. Além da diversificação e da Agroecologia, para tornar os sistemas mais resilientes é importante introduzir mais atividades perenes, como por exemplo, agroflorestas, criações, pomares e outras. Esse tipo de atividade, além de sofrer menos com as adversidades como secas, excessos de chuvas, geadas e outros, não é necessário refazê-las todo ano. Por isso, também, o custo é, normalmente, menor.

d) Aumentar a independência:

Sistemas com baixa dependência externa são mais seguros e possuem custos mais baixos. Seus riscos relacionados aos fatores externos são menores.

e) Aumentar a segurança e estabilidade:

Fazer o sistema funcionar melhor, melhorar sua fertilidade, baixar os custos e tornar os sistemas mais resistentes e resilientes, confere às famílias agricultoras mais segurança e estabilidade.

f) Aumentar a autonomia:

O camponês não depende do patrão para sobreviver. A agricultura familiar/camponesa foi parte importante na história das mobilizações e movimentos sociais porque tinha maior autonomia política em relação ao conjunto da sociedade. Essa autonomia está cada vez mais ameaçada pela ampliação da exploração ao qual é submetido pelo modo de produção

capitalista do agronegócio, que avança no campo tomando os territórios através da apropriação física das terras, do arrendamento, e da dominação ideológica, subjuguando o campo ao modelo e seus interesses.

Esse avanço do capital no campo força a agricultura familiar/camponesa a buscar maior autonomia. Segundo Jan Douwe Van der Ploeg (2008, p. 48) a busca por liberdade e autonomia é uma luta constante do campesinato. Refere-se a uma autonomia relativa condicionada ao grau de integração no sistema capitalista de produção, a situações intermediárias até níveis mais elevados de relativa autonomia em relação ao mercado e às instituições.

Trata-se de um movimento de resistência a um modelo e de sustentação de um modo de produção e vida próprio, que a partir de sua identidade classista precisa ser reanimado para tornar-se sujeito social na sustentação e qualificação da sua própria existência, enfrentamento do capitalismo, e contribuição propositiva na transformação social.

As condições levantadas nos itens como a produção para autoconsumo, a independência, sistemas mais resistentes e mais resilientes são fundamentais para a maior autonomia camponesa.

Sevilla Guzmán sintetiza como fundamentais para sustentabilidade, as seguintes condições:

- a) Integralidade: atividades econômicas e sócio-culturais integradas, as potencialidades e oportunidades tendo como foco o bem-estar das comunidades.
- b) Harmonia e equilíbrio: crescimento econômico X sustentabilidade ambiental.
- c) Autonomia de gestão e controle: gestão compartilhada, incluindo a gestão pública, com participação da comunidade.
- d) Minimização das externalidades negativas: criação de redes locais de intercâmbio de insumos, mercados alternativos, etc.
- e) Potencialização de circuitos curtos de comercialização, que possibilitam experiência e controle, e paulatinamente podem ser alargados;

minimizando a dependência da comercialização externa.

f) Estímulo ao conhecimento local do manejo dos ecossistemas; não apenas o resgate de tecnologias e conhecimentos ancestrais (muitos já perdidos), mas também a busca da criatividade para se encontrarem novas soluções com base na co-evolução entre os sistemas naturais e sociais.

g) Pluriatividade, seletividade e complementaridade de renda: promoção de uma 'modernidade alternativa', com o uso múltiplo do território, reutilização da energia e dos materiais, buscando-se a complementaridade das atividades (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 37).

Ainda, vale reforçar novamente a importância do reconhecimento atualizado da multifuncionalidade do campo, tanto pelo conjunto da sociedade, mas especialmente pelos governos nas políticas públicas.

II - QUAL É A AGROECOLOGIA QUE QUEREMOS?

Valdemar Arl

Com já afirmamos, a recomposição sustentável dos sistemas de produção junto à agricultura familiar/camponesa a transição agroecológica é aspecto básico fundamental. Assim, para a afirmação conceitual e também para caracterizar a perspectiva popular transformadora necessária para a superação do atual modelo agroquímico e industrial neoliberal, destruidor e excludente, levantamos a seguir um pouco da trajetória da Agroecologia e destacamos alguns aspectos e dimensões fundamentais para essa condição pretendida.

Apesar da amplitude de conceitos em construção, essa discussão é muito importante para que não aconteça uma grande confusão conceitual com a Agroecologia como o que acontece com o termo desenvolvimento e sustentabilidade envoltos de grande polissemia⁴⁰ com grande amplitude de compreensões e intencionalidades, até mesmo antagônicas em determinados aspectos. Vale resgatar as escolas históricas de construção propositiva, mas, sobretudo é necessário entender a estrutura e a conjuntura política social e produtiva do contexto histórico onde se desenvolvem as iniciativas. Até porque comungamos da ideia de que o conhecimento, na medida que vai sendo transformado em propostas e tecnologias, vai crescentemente se contaminando com “visões de mundo”, perspectivas e interesses; dessa forma, a Agroecologia além da sua condição científica, assume perspectivas políticas, interesses econômicos e valores culturais.

⁴⁰ Polissemia significa a qualidade ou fato de ter uma palavra muitas significações.

1. As escolas, uma importante trajetória

Dentre as questões quanto aos caminhos a serem seguidos vale considerar os acúmulos das “escolas” ou correntes históricas. Mas além dos acúmulos técnico científicos é necessário entender a intensidade e os objetivos das dimensões sociais e políticas envolvidas.

Historicamente construíram-se algumas correntes chamadas de escolas (permacultura, ecológica, biodinâmica, natural, biológica, regenerativa, orgânica e outras). Cada escola tem sua trajetória e acúmulo teórico, assumindo uma proposta e perfil próprio. A maioria tem inspiração nos seus autores primeiros, por exemplo, a permacultura com Bill Molison, a biodinâmica com Rudolf Steiner e a antroposofia, a Orgânica com Howard. Segue uma síntese destas correntes.

1.1 Agricultura biodinâmica

Criador da antroposofia, Rudolf Steiner (1861-1925) foi o grande protagonista da agricultura biodinâmica, uma das mais antigas reações ao modelo construído a partir da segunda revolução agrícola dos tempos modernos, centrada nos adubos químicos. Este movimento se cristaliza em 1924, na Alemanha e na Suíça, denominando-se: *Biologische Dynamische Landwirtschaft* (Dinâmica Biológica no trabalho com a terra). Crescentemente ajuntando adeptos e defensores, se espalha para outros países: Áustria, Itália, Inglaterra, França, Países Nórdicos e EUA.

Era crescente, também, o número de consumidores adeptos que procuravam alimentos de melhor qualidade nutritiva e, também, com os aspectos ecológicos e paisagísticos dos ambientes. Em 1934, cria-se a Cooperativa Agrícola Demeter. Cria-se uma identidade em torno da marca Demeter.

A ideia central do movimento biodinâmico propõe e entendimento da propriedade como um organismo. Tratava-se de uma abordagem sistêmica que tinha os bovinos como importante parte integrante no seu equilíbrio, sustentado nas seguintes práticas:

- Interação entre a produção vegetal e produção animal;
- Adoção do calendário biodinâmico que indica as melhores fases astrológicas para a semeadura e demais atividades agrícolas;
- Utilização de preparados biodinâmicos, compostos líquidos elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais, que visam reativar as forças vitais da natureza;
- Utilização do composto, plantação de cercas vivas e outras medidas paisagísticas, aproveitamento máximo das leguminosas, inclusive em culturas mistas de cereais, adubação verde, cultivo de ervas e seu emprego na forragem, culturas de bordadura, culturas pioneiras, bem estar dos animais, etc.

1.2 Agricultura orgânica

Inicialmente, impulsionada pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard, que realizou seus trabalhos na Índia, então colônia Inglesa, desde 1905. Seu trabalho inicial baseou-se na observação da boa produção inicial e rápida decadência sequencial nas áreas adubadas com fertilizantes químicos, comparando com a continuidade produtiva constante, embora com menor produção, nas áreas cultivadas pelos camponeses indianos com métodos tradicionais. Estes se baseavam na utilização dos excrementos animais misturados aos restos culturais, cinzas e outros materiais orgânicos, produzindo uma espécie de composto. Howard desenvolveu o método indore de compostagem. Defendia que a fertilidade do solo era fundamental para a superação das doenças em

plantas e animais, e “que o solo não pode ser entendido apenas como um conjunto de substâncias, tendência proveniente da química analítica, pois nele ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas.”

Entre outras obras, em 1940 publicou o livro *Na Agricultural testament* (Um Testamento Agrícola), uma importante referência. Howart é tido inclusive, como “pai da agricultura orgânica” pelos seus feitos. Esta escola divulga sua proposta através da *The Soil Association*. Um de seus seguidores, Irving Robert Rodale, levou esta escola para os EUA, onde pregou os ensinamentos e publicou livros e revistas com a proposta. Na época esta proposição era muito criticada e hostilizada no meio agrônômico, encontrando poucos seguidores.

Esta situação se inverte nos anos 1960 e 1970 nos EUA e em vários outros lugares, com uma nova onda conservacionista e preservacionista que se desencadeia. Isso traz novos adeptos e ativistas, fazendo da fazenda orgânica dos Rodales uma referência de experimentação e pesquisa. Esta escola torna-se muito forte nos EUA, a partir dos anos 1980.

Na organização da Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOM) adotou-se o termo agricultura orgânica como o termo que abrigava o conjunto das iniciativas e escolas. No marco legal brasileiro, também, se adota esta denominação com estes mesmos objetivos (conceito descrito no item 6 que trata da institucionalização da agricultura orgânica). Também, atualmente, o termo “agricultura orgânica” vem sendo associado à perspectiva capitalista do “econegócio” fortemente relacionado à lógica da substituição de insumos, da certificação, dos grandes mercados e da exportação.

1.3 Agricultura biológica

Seu precursor, o suíço Hans Peter Müller, preocupado com a autonomia dos produtores e com os sistemas de comercialização, lança em 1930, as bases do modelo orgânico Biológico, destacando aspectos econômicos e sociopolíticos. Esta proposta ganha mais força na Alemanha da década de 1960, divulgada pelo médico Hans Peter Rusch, e ganha a adesão do movimento ecológico emergente.

Esta não considerava fundamental a integração vegetal e animal, embora recomendasse o uso de matéria orgânica nos cultivos, provindos de várias fontes, seja do campo ou da cidade. Recomendava, também, o uso de rochas moídas. Defendia que as propriedades agrícolas deveriam integrar-se entre si e com o conjunto de atividades sócio-econômicas regionais.

Criou-se na Alemanha a Bioland, várias Cooperativas na Suíça e a Associação *Nature et Progrès* na França, onde tornou-se forte e abrigou as outras escolas. Um importante pesquisador e autor da agricultura biológica da França foi Claude Aubert, destacando-se *L'agriculture Biologique* (A Agricultura Biológica). Outro pesquisador francês de destaque foi Francis Chaboussou e sua Teoria da Trofobiose, que comprova a relação direta entre o ataque de insetos e doenças e o estado nutricional das plantas, levantando, também, os agentes causadores de desequilíbrios como agrotóxicos e adubos nitrogenados.

1.4 Agricultura natural

Tomando a natureza como princípio, o filósofo japonês Moquiti Okada (1982-1955), fundador da Igreja Messiânica Mundial, propôs em 1935, o desenvolvimento de um novo sistema de exploração agrícola,

denominando-o de natural. Baseava-se na harmonia e prosperidade de todos os seres vivos, assegurada pela preservação do ecossistema.

“Quando chegam a certo momento, todos os seres vivos existentes na Natureza morrem e seus restos retornam a terra. Seja vegetal ou animal, todos, ao morrerem, se transformam em terra. E esta mesma terra, fertilizada, produz novos vegetais. Podemos definir este processo como ciclos: solo vegetal solo, ou então, solo vegetal ser humano/animal solo.”(SAKAKIBARA, 1998).

A agricultura natural recorre ao princípio da reciclagem de recursos naturais, da matéria orgânica do solo e seu enriquecimento com microorganismos eficazes. As conclusões dos trabalhos de Masanobu Fukuoka (Agricultura da Natureza), em 1938, embora não diretamente articulado à escola, contribuíram para o seu desenvolvimento. Tanto Mokiti como Fukuoka julgava fundamental o respeito às leis da natureza, defendendo que as atividades agrícolas exercessem uma intervenção mínima no ambiente e nos processos naturais.

Após a morte de Mokiti, cria-se a Associação Mokiti Okada (MOA), que continua esta construção especialmente por dentro da Igreja Messiânica, envolvendo um grande número de religiosos dispostos a seguirem as recomendações alimentares de Mokiti. Realizam-se encontros anuais de agricultura natural e, em 1976, criam-se duas estações experimentais no Japão. Mais tarde, cria-se mais uma estação experimental e funda-se o Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Natural, chegando ao mundo ocidental, em 1980.

As práticas recomendadas pela agricultura natural baseiam-se na utilização de adubos verdes, uso do composto, rotação de culturas, e uso de cobertura morta sobre o solo. A preservação das características naturais do ambiente é fundamental para a melhoria das condições de solo e do estado nutricional dos vegetais, importante na prevenção contra pragas e doenças. Recomenda a utilização de inimigos naturais e, em

último caso, a aplicação de produtos naturais não poluentes. Apresenta algumas restrições quanto ao uso da matéria orgânica de origem animal.

1.5 Permacultura

Desenvolve-se na Austrália por volta de 1940, tendo como um dos seus principais autores Bill Mollison. Propõe a criação de agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos sistemas naturais, priorizando as culturas perenes, destacando-se a árvore como capaz de suprir a maioria das necessidades humanas. Ocupa-se, também, da sustentabilidade e adaptação ecológica nos espaços urbanos. Procura a minimização das necessidades de energia, materiais e esforços externos e maximizando os mecanismos naturais que podem contribuir para satisfação das necessidades.

A permacultura é um sistema de *design* para a criação de ambientes humanos sustentáveis. A palavra em si não é somente uma contração de palavras permanente e agricultura, mas também de cultura permanente, pois as culturas não podem sobreviver muito sem uma base de agricultura sustentável e uma ética no uso da terra. Em primeiro nível, a permacultura lida com as plantas, animais, edificações e infraestruturas (água, energia, comunicações). Todavia, a permacultura não trata somente desses elementos, mas principalmente dos relacionamentos que pode criar entre eles por meio da forma em que os colocamos no terreno (MOLLISON; SLEY, 1998, p.13).

Baseia-se, também, na observação dos sistemas naturais, na sabedoria contida nos sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento técnico e científico.

Princípios gerais de permacultura:

- Localização relativa: cada elemento (casa, tanques, estradas, etc) é posicionado em relação a outro, de forma que se auxiliem mutuamente;
- Cada elemento executa muitas funções;
- Cada função importante é apoiada por muitos elementos;
- Planejamento eficiente do uso de energia para a casa e os assentamentos (zonas e setores);
- Preponderância do uso de recursos biológicos sobre o uso de combustíveis fósseis;
- Reciclagem local de energias (as humanas e as combustíveis);
- Utilização e aceleração da sucessão natural de plantas, visando o estabelecimento de sítios e solos favoráveis;
- Policultura e diversidade de espécies benéficas, objetivando um sistema produtivo e interativo;
- Utilização de bordas e padrões naturais para um melhor efeito.

A permacultura defende a convivência e cooperação comunitária para a potencialização de sua filosofia e construção ideológica.

1.6 Agricultura regenerativa

É outro modelo que surgiu da agricultura orgânica a partir das ideias de Howard e Rodale que, agora, se conhece como agricultura regenerativa. Este modelo reforça a condição dos agricultores obterem sua independência através da potencialização dos recursos locais e internos em lugar de buscar recursos externos.

1.7 Agricultura ecológica

Aparece no final de 1970, como uma proposta de "unificação" dos outros movimentos que se opõe à agricultura industrial, sendo também como uma reação às limitações da palavra alternativa, já que somente traduz algo diferente, e pode inclusive significar uma gestão agrícola mais devastadora do que inicialmente estava destinada a contrastar.

A agricultura ecológica parte de uma visão unificada e sistêmica, que é uma visão geral na que a agricultura é vista como uma "unidade funcional" de um sistema mais amplo - a natureza.

Surgiu principalmente a partir da publicação do livro "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson em 1962. Foi fortemente protagonizado por vários dos estudiosos no Brasil, como: José Lutzenberger, Ana Primavesi, Adilson Paschoal e outros.

1.8 Agricultura alternativa

Esse movimento que ajunta várias correntes e resulta de um esforço inicial realizado nos EUA em função de sérios problemas de erosão e perda de solos que o modelo agroquímico de mecanização pesada vinha causando. A publicação do relatório *Soil and men* (Os solos e o homem), pelo Departamento de Agricultura dos EUA, anunciando a degradação deste modelo causou muito impacto chamando a atenção de cientistas e agrônomos. Isto potencializou, naquele momento, as discussões dos orgânicos e biodinâmicos, embora todos estes movimentos foram, novamente, sufocados com o avanço da Segunda Revolução Agrícola, até os anos 1960 e 1970, quando, novamente, se evidenciam os problemas energéticos (crise do petróleo), econômicos (decorrentes) e ambientais. Destaca-se internacionalmente a publicação do livro Primavera

Silenciosa, de Rachel Carson (1962), denunciando o uso indiscriminado de agrotóxicos e seus potenciais e desconhecidos efeitos sobre as pessoas e o meio ambiente, condenando, também, a dependência do petróleo, que causaram grande impacto na opinião pública e científica.

Impacto que desencadeou algumas mobilizações que levaram à proibição de alguns agrotóxicos específicos, como o DDT e outros. Nasceu, também, outras reações ao modelo, que questionavam este modelo degradante dos recursos naturais e da energia não renovável, quanto à sua capacidade de sustentar a expansão demográfica em andamento (teoria malthusiana). Questionava-se, também, o crescimento econômico ilimitado, dissociados das reais necessidades e condições ambientais, dando origem ao conceito de “tecnologia apropriada”. Durante os anos 1970, amplia-se o movimento contestatório da contracultura: movimento ambientalista, *hippie*, estudantil, feminista, etc. pelo mundo afora.

Neste cenário, ressurgem com força as escolas opositoras ao modelo convencional. Em 1972, cria-se a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), assumindo como atribuição a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos.

1.9 O Movimento agroecológico no Brasil

O movimento da contracultura também fez eco no Brasil, nos anos 1970 e início dos anos 1980, repercutindo no “rural” via intelectuais, estudantes e políticos progressistas, evidenciando os impactos sociais, econômicos e ambientais. Destacam-se principalmente: José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal e Luiz Carlos Pinheiro Machado.

Foi de grande repercussão a publicação do Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do futuro?, por Lutzenberger, em 1976. Repercute, também, no Brasil a publicação - A Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.

Ainda, no final dos anos 1970 e mais fortemente no início dos anos 1980, é forte o movimento pela criação da lei dos agrotóxicos, assumindo, inclusive, esta nomenclatura (e não “defensivos” como queriam os fabricantes e outros). Debatia-se, também, a proibição de alguns agrotóxicos já questionados ou proibidos em outros países, como os clorados.

Nos anos 1980, o Movimento foi marcado pela realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), onde confluíam as discussões. Para preparação dos mesmos, realizavam-se processos regionais (Encontros Regionais de Agricultura Alternativa - ERAAs).

Também, nos anos 1980, criam-se várias ONG, envolvendo profissionais militantes da causa. Nas articulações decorrentes, destaca-se o Projeto de Tecnologias alternativas (PTA), criado em 1983, pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE). Desta articulação nasce a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que ampliou a Rede de Tecnologias Alternativas (“Rede TA”) para várias regiões, envolvendo várias organizações afins. A partir de meados dos anos 1990, cresce o envolvimento de novos atores (profissionais de empresas públicas, pesquisadores, gestores públicos e Movimento Sociais). No final da década de 1990 e início dos anos 2000 iniciam-se articulações de Redes Estaduais ou Regionais de Agroecologia.

Atualmente, a proposta começa a ter mais eco nas esferas governamentais (municipais estaduais e federais). Em nível federal cria-se o Colegiado Nacional de Produção Orgânica e os Colegiados Estaduais de Produção Orgânica, agora, denominadas de Comissões nos Estados e Câmara Setorial na esfera nacional, junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Criou-se, também, junto ao Ministério da

Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) o Pró Orgânico, Programa de Agricultura Orgânica.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem dedicado especial atenção e alocado recursos para as articulações e iniciativas agroecológicas no Brasil. Criou, em 2005, o Programa Nacional de Agroecologia.

A partir de 1999 retomam-se os Seminários Nacionais e Internacionais de Agroecologia, inicialmente, puxados pela Emater do Rio Grande do Sul (Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Na esfera organizacional, com o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) (2002), retoma-se o processo de mobilização e articulação nacional, criando-se a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que significou uma grande aproximação e articulação política e unificação do Movimento Brasileiro de Agroecologia.

A criação da ANA, em 2002, em particular, significou a unificação e a consolidação de uma aliança política em torno da promoção da Agroecologia, de todos os setores que vinham se aproximando desse debate e que também vinham realizando experiências práticas produtivas e de comercialização: ONGs agroecológicas, movimentos sociais rurais, incluindo os de mulheres, aliados a técnicos estatais, pesquisadores, professores, consumidores, enfim, um amplo espectro social que se reconheceu a partir da defesa da Agroecologia. (SILIPRANDI, 2009, p. 151).

No campo mais acadêmico e técnico cria-se, em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), hoje articulada na ANA.

Vale destacar, o assumir da Agroecologia pelos Movimentos Sociais do Campo, tem contribuído para sustentação da dimensão estratégica transformadora.

2. Os Movimentos Sociais e a Agroecologia

Os Movimentos Sociais do Campo assumem a Agroecologia nas suas estratégias de luta a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000. De fato alguns importantes movimentos surgem exatamente no final da década de 1990, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), estes já na sua organização inicial incorporam a Agroecologia.

2.1 A experiência da FETRAF

Este processo organizacional iniciou-se a partir do Departamento de Trabalhadores Rurais que havia dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) onde, em 1992, criou-se uma instância articuladora dos sindicatos Cutistas, o Fórum Sul dos Rurais da CUT, mais tarde transformada na Frente Sul da Agricultura Familiar. Nesta Frente participavam várias entidades que já assumiam nas suas proposições estratégicas, a Agroecologia. Em 1997, cria-se a Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar de Santa Catarina (FETRAFESC), onde, em parceria com algumas ONG, organizou-se o processo de formação que, entre outros temas, incorporava a Agroecologia. Em março de 2001, cria-se a Fetraf-Sul/CUT, a partir de acúmulos construídos na Frente Sul da Agricultura Familiar. O grande impulso organizacional e propositivo na criação da Fetraf-Sul CUT foi o programa Terra Solidária. Trata-se de um grande processo de formação, envolvendo em torno de 5.000 jovens dos três Estados do sul que possibilitava a conclusão do primeiro grau e incorporava formação política, organizacional e tinha a Agroecologia como básica para o desenvolvimento da agricultura familiar.

2.2 MST o maior movimento social do Brasil

Assim como nos mais diversos espaços, foram sendo construídas diversas iniciativas agroecológicas nos assentamentos da reforma agrária. Também lideranças do MST, historicamente, têm participado das articulações e mobilizações em torno desta temática.

Oficialmente, foi no 3º Congresso Nacional do MST em 1995, que se reforçaram as questões relacionadas com o meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis, dentro do grande tema: Reforma agrária uma luta de todos, onde a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade com valores igualitários, humanistas e socialistas, contemplando a produção de alimentos de qualidade e baratos, com a preservação do meio ambiente.

O programa de assistência técnica chamado de Lumiar, entre 1997 e 2000, foi executado em parceria com muitas instituições e organizações não governamentais que já reforçavam a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável. A criação da Bionatur, em 1997, hoje constituída numa rede nacional de produção e distribuição de sementes crioulas foi, talvez, a mais significativa ação agroecológica do MST, até então. Destaca-se, também, a organização da Festa Nacional da Semente de Milho que se realiza, anualmente, em Santa Catarina.

No 4º Congresso Nacional, em 2000, o MST assume a Agroecologia como uma bandeira de luta estratégica. Em 2001, criou o Grupo Nacional de Meio Ambiente, que realizou diversas reuniões internas e discussões sobre o meio ambiente e a matriz tecnológica.

Foram criadas várias escolas para formação em Agroecologia. Destaca-se, também, a Jornada Paranaense de Agroecologia que se realiza a cada dois anos e reúne milhares de camponeses e camponesas.

No documento de preparação para o VI Congresso, realizado em fevereiro de 2014, evidencia-se que a Agroecologia assume importância estratégica no MST:

- Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas;
- Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas sejam elas tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo o campesinato possa usá-las;
- Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos;
- Exigir do Estado políticas de crédito, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza.
- Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país.
- Exigir do Estado, a organização, fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses. Instalar unidades de transformação de resíduos orgânicos das cidades em adubação orgânica e distribuí-los gratuitamente a todos camponeses.
- Exigir do Estado o combate, a produção e comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicas. (PROPOSTA PROGRAMA AGRÁRIO MST, 2013, p. 34, 39, 40 e 41).

O ENA - Encontro Nacional de Agroecologia e a ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, da qual o MST faz parte, são as maiores expressões nacionais de Movimentos Sociais e Organizações que atuam tendo a Agroecologia como base.

3. Rumos da Agroecologia para além das escolas

Valdemar Arl

Atualmente, é muito grande a diversidade de atores que se envolvem, de diferentes formas e com diferentes objetivos, com “produção orgânica”⁴¹, envolvendo ONG, organizações de famílias agroecológicas, movimentos sociais do campo, instituições públicas, certificadoras e empresas. Até mesmo diante de diferentes iniciativas fundamentadas na mesma escola construíram percepções políticas diferentes. Mas as diferenças mais graves se verificam na relação com as iniciativas do “econegócio”, do capitalismo verde.

Nesse contexto, a sustentação de uma perspectiva transformadora junto à Agroecologia é um desafio muito grande, e cria-se muita confusão no que se quer chamar de movimento orgânico. Vivenciou-se essa confusão na construção do marco legal, descrita a seguir, onde todos se diziam “estar no mesmo barco”, mas na hora de propor evidenciavam-se os diferentes objetivos e os interesses, entre as representações das entidades e organizações das famílias agroecológicas, as certificadoras e as empresas. Por isso, é necessário, no mínimo, fazer uma distinção quanto ao perfil⁴² dessas diversas iniciativas.

Não se trata de criar dicotomias, até porque as distinções, algumas vezes, são claras e antagônicas, mas, outras são sutis e aparecem como contradições a serem superadas em iniciativas agroecológicas que se propõe transformadoras.

⁴¹ Esse é o “termo guarda chuva” assumido na lei e normas da agricultura orgânica no Brasil.

⁴² Essa distinção realiza-se a partir da nossa experiência e vivência e se faz necessária para distinguir politicamente as iniciativas, identificar as confluências e caracterizar as diferenças.

3.1 Econegócio ou agronegócio verde

Por se tratar de um mercado que movimenta, anualmente no mundo, mais de 30 bilhões de dólares e cresce numa evolução acima de 10% ao ano, no Brasil, essa é uma grande tendência na economia neoclássica: adjetivar de verde com selos e propagandas vinculadas para ocupar o novo espaço que se abre com as crescentes preocupações da sociedade com as questões ambientais. Isso leva muitas empresas e setores agropecuários a se interessarem pela produção orgânica.

No campo, envolve sistemas de produção fortemente alicerçados na substituição de insumos agrotóxicos por insumos permitidos nas normas de produção orgânica, numa produção de escala, em monocultivos ou monocriações em ambientes de baixa funcionalidade ecológica e baixa ciclagem de nutrientes. Normalmente são sistemas com alta dependência externa, balanço energético débil, e com muitas perdas.

Trata-se da mera substituição de insumos para um produto diferenciado, normalmente comercializado com um preço maior. Constroí-se, inclusive, um novo mercado de “insumos orgânicos” até mesmo pelas mesmas empresas que comandam o mercado de agrotóxicos como a Monsanto e outras.

Se, por um lado, isso representa alguns avanços no que se refere a não contaminação dos produtos e o meio ambiente e determinam algumas exigências sociais e ambientais, por outro, questões estruturais de fundo como a concentração das riquezas, das terras e de outros meios de produção; a exclusão social e a fome, o entendimento mais amplo a respeito dos sistemas vivos, não fazem parte das preocupações dessas iniciativas. Ao contrário disso, contrapõem-se à reforma agrária, à agricultura familiar, às sementes crioulas e outras dimensões como o desenvolvimento endógeno e autônomo, segurança alimentar e outras,

fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, justa e igualitária.

Neste caso a adoção da denominação de Agroecologia é falsa.

3.2 Agroecologia ciência - confluência das ciências e outras formas de construção do conhecimento

Aqui, identificam-se iniciativas consequentes quanto à compreensão da funcionalidade e amplitude da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. Assume-se a dimensão científica da Agroecologia para muito além da lógica da substituição de insumos ou do cumprimento das normas de produção orgânica. E, concebe-se o ser humano como parte na natureza.

Porém, a sociologia humana e principalmente as questões sócio políticas são parcialmente consideradas e/ou, até mesmo, desvinculam a questão técnica da política. Nesse caso os temas para além das ciências naturais ou de perspectivas para além da produção não são tratados de forma vinculada à perspectiva técnico científica.

Essa condição, no Brasil, é frequente principalmente junto a governos, instituições, algumas organizações e em espaços acadêmicos fortemente tecnocráticos.

3.3 Agroecologia ciência, sociedade e movimento

Trata-se de iniciativas e articulações consequentes quanto à compreensão da funcionalidade e amplitude da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. Assume-se a dimensão científica da Agroecologia para muito além da lógica da substituição de insumos ou do

cumprimento das normas de produção orgânica. E, concebe-se o ser humano como parte na natureza, em visões mais ecocêntricas. Assumem a condição da Agroecologia como confluências de ciências, mas a vincula com a perspectiva de transformação política da sociedade, contrapondo-se claramente à dominação das grandes corporações e ao sistema capitalista.

Da mesma forma que se faz necessário considerar que não se constrói o socialismo com os valores, objetivos e perspectivas do capitalismo, é necessário considerar que não se faz Agroecologia com os valores, objetivos e perspectivas do agronegócio.

A Agroecologia, mesmo sendo uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento das grandes corporações e seus interesses perversos centrados no lucro, controle e dominação, é claramente assumida como parte na estratégia de construção de uma nova condição na relação na natureza e entre as pessoas a partir da transformação social.

É a proposta de Agroecologia em construção junto a algumas instituições, ONG e Movimentos Sociais, a maioria articulados na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

4. A institucionalização da Agroecologia no Brasil

Valdemar Ari

No Brasil, a construção agroecológica deu-se sustentada sobre uma base ideológica com perspectiva, no mínimo, opositora ao modelo da revolução verde, mas, também, transformadora. O “mercado” não estava muito interessado. Na grande maioria dos casos, a comercialização era direta sendo que os processos organizativos e as entidades de apoio, através de diálogo e interação com moradores urbanos, geravam

credibilidade e identidade aos processos e aos produtos. Poucas iniciativas adotaram algum selo para caracterizá-los, e as que o fizeram, associavam este selo a uma identidade, condição que vai para além da avaliação de conformidade e garantia de um produto. As normas seguidas adotavam os acúmulos históricos das principais escolas e eram ajustadas, coletivamente, nas experiências. No sul, adotavam-se, predominantemente, as normas da agricultura ecológica e biodinâmica.

Durante a década de 1990, por um lado, cresce a demanda mercadológica e ampliam-se os espaços de comercialização indireta, aumentando o distanciamento entre agricultores e consumidores. Por outro lado, o agravamento da crise rural, os impasses e limites ambientais, a luta pela sobrevivência, associados à expansão da oportunidade de mercado dos “orgânicos”, estimula a visão de um “produto” para um “nicho de mercado”.

Do ponto de vista tecnológico, ganha força a concepção da não utilização de agrotóxicos via substituição de insumos. Reforça-se, nesta condição, a perspectiva centrada na dimensão tática, ou seja, da redução de custos, agregação de valor, oportunidade de mercado e substituição de insumos. E ainda, na medida em que as iniciativas vão se desenvolvendo e ganhando adesão popular (sendo pautadas nos debates e ampliando a demanda), despertam a possibilidade de um novo negócio para o mercado. Em condições como essas, a “agricultura orgânica”, facilmente, pode tornar-se um negócio para a acumulação capitalista, relegando, novamente, para um segundo plano as dimensões ambientais, culturais e sociopolíticas mais efetivas.

As iniciativas com perspectivas técnico-científicas consistentes e potencialmente transformadoras, também, se ampliam pelo país afora, desafiadas a não perder sua identidade política e organizacional, como veremos mais adiante.

A consolidação de diversas iniciativas, a ocupação de espaço crescente no mercado de alimentos, bem como a pressão da comunidade

européia sob influência da IFOAM⁴³ e da pressão do próprio mercado interno e das certificadoras, desencadeou, em 1994, o processo de discussões e elaborações pró-normatização e certificação da agricultura orgânica no Brasil.

Quando começam as tentativas de exportação (cacau e açúcar) para a Alemanha, nos anos de 1988/1989, efetivadas em 1990, os importadores e os países de alta renda, bem como os OCs⁴⁴ europeus e nacionais passam, a exercer pressão para o reconhecimento de um OC brasileiro e de uma legislação nacional. Em 1992, aumenta a pressão em face da promulgação pela UE da Diretriz 2.092/91, que trata da comercialização de alimentos orgânicos nos países-membro (FONSECA, 2005, p. 45).

Em 1995, cria-se o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) com representantes das ONG (AAO, ABIO, APTA, Coolmeia, IBD), MAPA, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e universidades. As discussões geraram mais conflitos que acordos.

Havia dois dissensos importantes: o mérito da certificação e o modelo de certificação. Criou-se, em 1997, um Fórum de orgânicos para a elaboração de propostas. Em 1999, recompõe-se o grupo de trabalho do CNPOrg e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publica a Instrução Normativa 007, de 17 de maio de 1999.

A IN 007/1999, entre outras coisas (como veremos adiante), cria e institucionaliza o Colegiado Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg) que será recomposto, oficialmente, em 2000. Ao CNPOrg cabe, como atribuição principal, a acreditação de OCs e a coordenação, supervisão e fiscalização das atividades dos colegiados estaduais e do Distrito Federal.

A IN 007/1999 cria, nos Estados, os Colegiados Estaduais da Produção Orgânica (CEPOrgs) que têm como principal função, juntamente

⁴³ IFOAM – *International Federation Organic Movement*, com sede na Alemanha, fundada em 1972, e é uma federação de organizações de produção orgânica de vários países do mundo.

⁴⁴ Organismos de Certificação.

com o CNPOrg, assessorar e acompanhar a implementação de normas e padrões nacionais para a produção orgânica de alimentos ou matéria-prima de origem vegetal e/ou animal. Esses Colegiados são compostos por dez membros, sendo cinco representantes de órgãos governamentais e cinco de órgãos não-governamentais (ONG e empresas privadas).

4.1 IN 007: um consenso em construção

Os quase 6 (seis) anos de tentativas, através de grupos de trabalho e realização de fóruns nacionais, envolvendo representantes do governo e da sociedade civil, resulta na Instrução Normativa nº 007 de 1999 (IN 007/1999) do Ministério da Agricultura que define normas e procedimentos para a produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil. Apesar de querer se apresentar como um consenso, essa IN criava a condição obrigatória da certificação, mas expressava uma tentativa de flexibilização evidenciada no item 9.2, que prevê:

“9.2. As instituições certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam, desde que observadas as exigências legais que trata da produção orgânica no país e das emanadas pelo Órgão Colegiado Nacional [...]”. (IN 007/99, item 9.2).

Houve concordância de que tanto na construção oficial das normas de produção como na certificação (avaliação da conformidade) eram necessários:

- a) A definição de normas técnicas básicas a serem assumidas pelas mais diversas e distintas iniciativas para a produção, processamento, armazenamento e distribuição de produtos orgânicos;
- b) A criação de serviço de avaliação da conformidade e

certificação de produtos orgânicos para determinados mercados (exportação, varejistas e consumidores anônimos distantes do processo de produção), mas não a certificação como condição compulsória.

Quanto às normas, trata-se de um processo contínuo de avaliação, pesquisas e revisões técnicas, a serem assumidas na interação entre o Estado e a sociedade civil organizada. Há, ainda, muitas dúvidas e condições e serem qualificadas.

Porém, com a IN 006/2002 de regulamentação da 007/1999, fechou-se qualquer possibilidade e cria-se uma proposta verticalizada e extremamente burocratizada. Esta condição gerou reações no âmbito da agricultura orgânica e ecológica do país, especialmente junto a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil. Assim, durante o *1º Encontro Nacional de Agroecologia* (ENA), realizado no final de julho de 2002, no Rio de Janeiro, diante do desafio de tornar a normatização um importante instrumento de desenvolvimento da agricultura orgânica e garantia da qualidade dos produtos dela oriundos, numa vigilância permanente para a inclusão ampla, aprovou-se moção propondo que “nenhum credenciamento de certificadoras deve ser formalizado junto ao CNPOrg, até que se avalie se a IN 006/2002 contempla os processos de certificação mais adequados às características nacionais, regionais e locais, conforme previsto na IN 007/1999”.Essa mobilização dentro do ENA⁴⁵ foi puxada pela Rede Ecovida e contou com apoio da Pesagro e da Abio, do Rio de Janeiro.

Criou-se, nesta oportunidade, um grupo de trabalho para esta avaliação e possíveis reelaborações. Este grupo de trabalho, reunido em Curitiba/PR, em 12 e 13 de outubro de 2002, envolvendo 12 dos principais organismos de certificação de produtos orgânicos do Brasil, organizações

⁴⁵ A estrutura do ENA não estava preparada para tomar decisões – e no encontro havia também representantes de certificadoras e também algumas entidades que não queriam parar o processo de construção do marco legal – mas mesmo assim conseguiu-se aprovar a moção.

públicas, empresas e entidades envolvidas com a agricultura orgânica e ecológica de oito Estados, confirmou o caráter excludente da IN 006/2002. Para dar continuidade a articulação e interação na construção do marco legal, cria-se o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO).

O GAO realizou muitas reuniões e mobilizações e criou vários grupos de trabalho, entre eles, o GT DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA, coordenado pela Rede Ecovida⁴⁶. A Rede compunha, também, a Coordenação do GAO.

O GAO cria o texto base da proposta de Lei e articula sua tramitação na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal, sob muita pressão e diversos conflitos de concepções e interesses.

4.2 Principais questionamentos e críticas na construção do marco legal

Diante de diferentes interesses e, também, diante de diferentes percepções acerca da certificação, destacando-se a condição de obrigatoriedade legal da certificação, contestada por algumas iniciativas especialmente pela Rede Ecovida no Sul do Brasil, evidenciavam-se várias contestações, sendo:

Principais contestações:

- Mérito da certificação – mesmo considerando necessário ter uma normatização para a agricultura orgânica e uma regulamentação para certificação de produtos orgânicos, questionava-se a obrigatoriedade legal desta certificação. Entendia-se ser esta uma imposição momentânea do mercado, e por isso era preciso criar e regulamentar este serviço, mas

⁴⁶ A Rede Ecovida cumpriu um papel importante na construção do marco legal da agricultura orgânica no Brasil.

numa condição voluntária, e como uma exigência de determinados mercados e não compulsiva por força da Lei do Estado;

- Se a questão é a qualidade e riscos para a saúde do consumidor, devem ser aplicados, também e principalmente, aos produtos convencionais, assumidamente, tratados com agrotóxicos. De qualquer forma, todos estão sujeitos às demais Normas e Leis (sanitárias, código de defesa do consumidor [...]);
- Tentativa de imposição de um único método exercido por Organismos Certificadores e invalidação dos processos de geração de credibilidade a partir de controle social e suas formas participativas de garantia da qualidade, historicamente, construídas e reconhecidas. Condição esta, ainda, mais polêmica quando se tratava das relações diretas de comercialização;
- Validade da metodologia de certificação para processos e produtos da agricultura, sendo que a certificação se aplica com mais eficácia sobre produtos industriais, que são padronizados e permitem a repetição. No campo, a quantidade de fatores que interferem é muito grande e os produtos não são tão passíveis de padronização e nem permitem repetição;
- Era evidente que as certificadoras tenham interesse na certificação e obrigatoriedade legal porque representava um filão de mercado grande e crescente, ou seja, fazer certificação seria um excelente negócio;
- Na relação entre ricos e pobres (relação norte/sul), no mundo, é possível concluir que os ricos vendem os agrotóxicos e querem certeza, atestada legalmente, de que os alimentos por eles consumidos, estejam livres desses agrotóxicos.

Estes e outros impasses alongaram a construção do marco legal

até 2010, quando foi concluída e editada a primeira norma.

4.3 Ampliação do debate no Brasil

De forma geral, os movimentos sociais do campo e algumas ONG estavam alheias a esse debate da certificação, até porque a Agroecologia ainda não era central nas suas pautas. As famílias envolvidas com a Agroecologia não só estavam alheias como até achavam interessante a possibilidade de certificação, pois estavam confundindo a mesma com a ideia da identidade do processo e proposta da Agroecologia.

Assim, com o apoio do MDA, O GT de certificação participativa realizou oficinas em todas as regiões do Brasil, ampliando o debate da certificação e aprofundando sobre a proposta da certificação participativa. Essa tarefa coube à Rede Ecovida e à ABIO/RJ.

A riqueza de conteúdos e possibilidades que esta discussão vinha proporcionando foi interrompida por um projeto de lei que ‘correu por fora’ do debate nacional e da aglutinação do GAO. Isto forçou um acordo apressado traduzido no corpo da Lei nº 10.831/2003. Este projeto paralelo já havia passado pela Câmara dos Deputados e estava tramitando no Senado. Nesse momento, integrantes do GAO, juntamente com representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com muito esforço e habilidade, conseguiram retirar esse projeto e colocar o substitutivo que tramitou no Senado e passou novamente na Câmara dos Deputados na sua íntegra.

Em todo o processo de construção do marco legal contou-se com importante apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Coordenação de Agricultura Orgânica do Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento (MAPA).

4.4 Agricultura orgânica: o termo “guarda chuva”

A construção do marco legal da “agricultura orgânica”, no Brasil, adotou a denominação Agricultura Orgânica definida como: “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial que abrange as diferentes denominações existentes: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros”. Esta opção deu-se em função da diversidade de amplitude das iniciativas, onde, difere muito o compromisso e intensidade deste com as dimensões culturais, ambientais e sociopolíticas. Algumas iniciativas, praticamente, limitam a sua visão de orgânico a um produto, enquanto outros a sustentam no processo do qual resulta um produto. Como exemplo da investida de lógicas não associadas às escolas e suas proposições, pode-se citar supermercados, algumas certificadoras e grandes fazendas produtoras de orgânicos (grandes áreas em monoculturas). Até mesmo grandes empresas produtoras e vendedoras de agrotóxicos estão criando linhas de insumos para “orgânicos”. Há muitos entendimentos que associam à “agricultura orgânica”, a lógica do agronegócio verde ou qualquer iniciativa, ainda, muito dependente de insumos externos para regular o sistema e garantir a produção.

Enquanto conceito ficou assim definido:

Art. 1º - Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização [...] (Lei nº 10.831, 2003).

Portanto, desta forma, o termo “Agricultura Orgânica” como ‘guarda chuva’, não compromete as identidades construídas durante muitas décadas de elaboração, experimentação, pesquisa e prática. Quando se fala de Agroecologia, Permacultura, Biodinâmica e outras, continuam valendo os conceitos anteriormente construídos, inclusive o conceito de agricultura orgânica, defendido pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard, que concebia o sistema de produção como um organismo vivo, onde no solo ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos.

Importante registrar as várias etapas dessa regulamentação para orgânicos no Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 - Histórico da regulamentação para orgânicos no Brasil

Documento	Conteúdo/Objetivo
Portaria SDT/MA 178, ago./1994	Comissão especial para propor normas de produção e de certificação de produtos orgânicos
Portaria SDT/MA 190, set./1994	Cria o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) para propor estratégias para certificação de produtos orgânicos
Portaria SDT/MA 192, abr./1995	Nomeia membros para comporem o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
Portaria SDT/MA 505, out./1998	Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (consulta pública por 90 dias)
Portaria SDT/MA 007, maio/1999	Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos
Portaria SDA/MAPA 42, nov./2000	Designa os membros para comporem o Colegiado Nacional
Portaria SDA/MAPA 19, abr./2001	Diretrizes para regimentos internos dos órgãos colegiados federal/estadual
Portaria SDA/MAPA 17, jun./2001	Estabelece critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias)
Instrução Normativa SDA/MAPA 006, jan./2002	Estabelece critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos

Fonte: Fonseca (2003).

Quanto à reorganização, no Quadro 2 são mostradas as etapas.

Quadro 2 - A reorganização e retomada do processo

Etapas	Objetivos
ENA - julho de 2002	Aprovação de moção pró avaliação da IN 006 quanto à sua condição excludente
GAO – outubro de 2002	Conclusão pela necessidade de revisão da IN 006
Criação de GTs (Grupos de Trabalho) no GAO	- GT de Certificação Participativa - GT do Agroextrativismo
Lei 10.831/2003	Aprovação no Congresso Nacional e assinatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007	Regulamenta a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.
Instrução Normativa Nº 46, de 6 de outubro de 2011.	Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, e as listas de Substâncias Permitidas.

Fonte: Arl (2013).

De 1994 a 2010 quase 20 anos se passaram. O resultado é inovador para o mundo, sendo que parte da experiência acumulada, especialmente no que se refere à certificação participativa, vem sendo adotada em vários países da América Latina e da Europa. Porém, não dá para considerar o processo por encerrado, pois ainda restam desafios fundamentais para que a transição agroecológica, de fato, possa ser exercida como base para a recomposição saudável e sustentável dos sistemas de produção de alimentos no Brasil.

4.5 Avanços e desafios no marco legal da Agroecologia

A partir deste esforço coletivo houve alguns avanços, merecendo destaque a superação da obrigatoriedade incondicional da certificação, expresso no artigo 3º - § 1º sendo que "no caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em

processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador a certificação será facultativa, uma vez assegurado aos consumidores e ao órgão fiscalizador rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção e processamento". No parágrafo 2º do mesmo artigo, cria-se a condição da certificação, porém "considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no país".

A adoção do termo "certificação" no corpo da Lei limitaria o debate às formas de certificação, reduzindo consideravelmente as alternativas de possibilidades de processos distintos de garantia da qualidade. As mudanças no contexto mundial e nacional, ocorridas pós 1999, e avanços nas compreensões e debates realizados no GAO, qualificaram este aspecto levando à criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade para a agricultura orgânica, superando a ideia anterior de Sistema Brasileiro de Certificação. Embora a certificação continue sendo a principal forma de garantia da qualidade, convencionou-se, já no Decreto que encaminha a regulamentação da Lei, o termo "Avaliação da conformidade" como o grande mecanismo, onde a certificação é uma das formas de avaliação da conformidade.

Outro grande e principal avanço a destacar é que dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade criaram-se duas possibilidades: a avaliação da conformidade por certificação e auditoria, e a avaliação da conformidade participativa, dentro da qual se encaixa a certificação participativa.

Segundo Fonseca e Ribeiro (2003 *apud* FONSECA; MEDAETS, 2005), as normas apresentam algumas limitações para serem colocadas em prática principalmente junto a Agricultura familiar/camponesa (Quadro 3), sendo:

Quadro 3 - Dificuldades para atender às normas da agricultura orgânica

Produtores querem uma norma “mínima” e que essa possibilite o desenvolvimento contínuo.
Rastreabilidade nos grupos quando se tem venda individual (normalmente é coletiva).
Rastreabilidade em sistemas de produção de olerícolas muito diversificados.
Registro de todos os dados de produção e comercialização da unidade produtora.
Origem orgânica de sementes, mudas e animais.
Linguagem das normas não adequadas à linguagem dos produtores e trabalhadores rurais
Uso indiscriminado de insumos naturais, orgânicos.
Desconhecimento dos perigos de contaminação por insumos orgânicos.
Pouco conhecimento dos produtores sobre a agricultura orgânica, aliado a pouca assistência técnica pública capacitada para atender ao pequeno produtor.
Alto custo financeiro quando a certificação é feita individualmente.
Alto custo social (participação em reuniões, grupos de trabalho, etc.) para atender aos princípios da Certificação Participativa e da conformidade social.

Fonte: Fonseca e Ribeiro (2003. In: FONSECA; MEDAETS, 2005, p.54).

Embora os avanços construídos/conquistados no Brasil se tornaram uma referência mundial, temos ainda importantes desafios a superar. Dentre os principais, a ampliação do debate sobre a condição compulsória (obrigatório por lei) da certificação para a agricultura orgânica. A obrigatoriedade legal da certificação para qualquer relação indireta de comercialização é contrária à posição da representação da agricultura familiar e pequena produção, que entende ser esta uma imposição do mercado. A criação do serviço de certificação era uma necessidade para atender esta demanda do mercado. Assim, além dos aspectos anteriormente mencionados, tornar a certificação obrigatória apenas para a

produção orgânica é, no mínimo, uma contradição diante da realidade quanto à qualidade dos alimentos oriundos da agricultura.

Outra fragilidade e desafio importante do marco legal é a existência de milhares de famílias que ainda nem adotam as tecnologias da revolução verde (agrotóxicos, adubos solúveis, transgênicos, etc.); estes não estão no escopo da lei e, portanto, não existem no “mundo orgânico oficial” por nem sequer aparecer nos diagnósticos e mapas da agricultura orgânica do Brasil.

Também as iniciativas, mesmo que em avançado estágio de transição agroecológica, não existem no marco legal e, sendo reconhecidas apenas no momento da certificação, reforça a ideia de um produto e dificulta a condição de processo amplo de transição permanente e massiva para uma nova proposta agroecológica na produção de alimentos. A própria revolução verde contou com essa condição processual na transição, apesar da imposição política, técnica e econômica do modelo. A presença de grupos organizados, produzindo e comercializando produtos orgânicos a condição ideal desejada, mas a ecologização dos sistemas de produção precisa ser realizada amplamente e massivamente. Sob este enfoque, práticas como a adubação verde e o plantio direto são passos significativos, desde que sejam assumidas como um passo na transição do sistema e não como um fim, ou como uma prática isolada dentro de um modelo ecologicamente perverso.

Nesse sentido, o reconhecimento do conhecimento local/tradicional a pesquisa, a formação técnica profissional, o acompanhamento técnico na construção coletiva do conhecimento e políticas públicas de incentivo e apoio são fundamentais. Não basta “cercar os grupos orgânicos”.

Enfim, a institucionalização legal de uma agricultura ecológica e saudável reconhece, oficialmente, o problema ambiental da agricultura convencional e o perigo dos agrotóxicos para a saúde humana. Da mesma forma a proibição dos transgênicos na agricultura orgânica reconhece suas

inconsistências e riscos para os ecossistemas, agroecossistemas e para as pessoas.

5. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) foi criado por um decreto presidencial, Decreto nº 7.794/2012, que resulta de processo histórico de construção e pressão do movimento agroecológico e mais recentemente com o apoio dos demais movimentos sociais populares do campo, que encontrou apoio dentro dos Governos Lula e Dilma. Embora a dotação orçamentária ainda seja pequena se comparada com o total de recursos aplicados no campo, mas marca o reconhecimento oficial e institucional por parte do governo federal da importância da Agroecologia e da produção orgânica especialmente se referindo à agricultura familiar/camponesa, quilombolas, indígenas, coletores e demais povos tradicionais, e, expressa a clara necessidade de necessidade da produção de alimentos saudáveis com a conservação de seus recursos naturais.

O Planapo se divide em eixos, objetivos, estratégias e metas, conforme síntese no próprio Plano:

O PLANAPO, com 4 eixos: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo -, traduzidos em objetivos, estratégias, 14 metas e dezenas de iniciativas, propõe uma série de macro desafios: ampliar o número de produtores envolvidos; incentivar o registro, produção e distribuição de insumos adequados; fomentar a conservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais; contribuir para a organização de produtores em cooperativas e redes solidárias, com ampliação das compras e subvenções e o número de pontos de venda de produtos; ampliar a utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infra-estruturas produtivas e comerciais;

ampliar a inclusão e incentivo à abordagem da Agroecologia e de sistemas de produção orgânicos diferentes nos níveis e modalidades de educação e ensino no contexto das práticas de movimentos sociais, do mundo do trabalho e manifestações culturais; democratizar a formação da agenda de pesquisa e integrar pesquisa e extensão de modo a socializar o conhecimento gerado para técnicos e produtores; estimular a agroindustrialização; levar informações ao consumidor e universalizar o acesso e o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica (PLANAPO, Decreto Presidencial nº 7.794/2012).

Enquanto reconhecimento e institucionalização governamental são possíveis ainda listar outros programas e políticas relacionadas ou de apoio direto à Agroecologia e produção orgânica: a) o Programa Nacional de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente; b) os Programas Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de Agroindústria e de Reforma Agrária, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; c) o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; d) o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e) as linhas de pesquisa e tecnologia relacionadas à Agroecologia, desenvolvidas pela Embrapa, Organizações Estaduais de Pesquisa e Universidades; f) o ensino formal com enfoque agroecológico fomentado pelo Ministério da Educação; g) a Política Geral de Preços Mínimos, executada pela CONAB; h) os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, promovido pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Desenvolvimento Agrário, executada pela CONAB, e o Programa de Alimentação Escolar, promovido pelo Ministério da Educação; i) a Política Nacional de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Essas iniciativas resultam da construção histórica da Agroecologia no Brasil realizada por ONG, Movimentos Sociais Populares e que agora encontra relativa ressonância Governamental.

6. Para uma Agroecologia popular e transformadora

Valdemar Ari

As discussões e elaborações acerca da compreensão sobre a Agroecologia, embora com bons acúmulos, ainda tem muitos desafios a serem superados, tanto na sua definição conceitual como na prática concreta. Mas, a partir de uma perspectiva popular transformadora, pode-se sustentar uma compreensão que incorpora dimensões técnicas/científicas e também dimensões sociológicas e políticas. A seguir, para contribuir nesse debate, levantam-se alguns aspectos considerados importantes para a Agroecologia como parte na qualificação ecológica, econômica e social do campo junto à agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária no Sul do Brasil.

Num contexto e compreensão mais ampla, a Agroecologia ainda envolve uma parcela relativamente pequena de iniciativas organizacionais e práticas, e também uma parte pequena da academia, mas há grandes avanços propositivos e práticos. A afirmação de uma nova proposta para a agricultura depende do avanço técnico científico, mas depende, também, de mudanças políticas. Segundo Costa Gomes (2011), neste contexto e na sua atual condição, a Agroecologia se apresenta como um novo paradigma ainda em construção.

Agroecologia ainda não pode ser considerada como um novo paradigma, como algo puro e acabado, que represente uma ruptura e que oriente a produção e circulação do conhecimento na agricultura. O que sem

dúvida está acontecendo e pode ser notado facilmente, é a explosão de anomalias no interior do paradigma convencional. A consolidação da Agroecologia como novo paradigma poderá vir a ocorrer, mas depende de esforço intelectual, prática política, ajustes institucionais, entre outras coisas (COSTA GOMES, 2011, p. 25).

Propondo algumas reflexões para contribuir na afirmação da condição estratégica da Agroecologia na construção de uma nova proposta para o campo, com interfaces sociopolíticas concretas. Para organizar essa abordagem realizamos a reflexão a partir de cinco desafios a considerar: um desafio sociopolítico e cultural, um desafio científico, um desafio econômico, um desafio energético e um desafio metodológico. Sendo que, o desafio metodológico será abordado em capítulo específico.

Inicialmente, apontam-se alguns aspectos para a compreensão acerca das distinções entre as dimensões táticas e estratégicas. Os conceitos acerca da estratégia e tática derivam de conceitos militares, mas, também, das lutas travadas, pelas classes sociais ao longo da história, e se alicerçam na concepção materialista-dialética do mundo.

Tática, normalmente, se relaciona ao conjunto de métodos utilizados para conseguir a realização de um objetivo. A estratégia é o fim a ser alcançado, o objetivo estabelecido. As táticas são os meios e os caminhos escolhidos para se chegar a esse fim. Há uma linha muito sutil de separação entre tática e estratégia, e o que é tático, em certa medida também é estratégico, primeiro porque existe em função de uma estratégia. A estratégia é, relativamente, mais fixa e as táticas são mais dinâmicas e podem modificar-se em função de contextos ou situações mais específicos. O êxito da estratégia resulta do êxito das ações táticas.

Para o debate proposto a partir das dimensões táticas e estratégicas de inserção da Agroecologia e do movimento agroecológico junto à luta pela transformação social, apresenta-se o esquema a seguir (Figura 1). É importante salientar que a transformação social depende de muitas outras tarefas, articulações, organização etc. A construção da

Agroecologia que propomos se insere no processo de transformação social, tanto enquanto estratégia de resistência e enfrentamento, como, também, estratégia e condição propositiva transformadora.

Figura 1 – Dimensões táticas da Agroecologia



Fonte: Arl (2010).

A Agroecologia numa perspectiva transformadora pode ser assumida tanto numa condição mais tática de resistência e sobrevivência, como na condição estratégica de enfrentamento do modelo agroindustrial e agroquímico e na condição de uma nova relação produtiva e de convivência/existência na natureza.

Dessa forma, a Agroecologia pode ser assumida não só como uma nova base tecnológica, mas como parte na luta política de enfrentamento às grandes corporações e ao capitalismo.

6.1 A condição tática da Agroecologia

Considerando a definição acima a Agroecologia pode cumprir um importante papel na luta pela sobrevivência da agricultura familiar/camponesa, diante do aumento de custos, queda da renda e descapitalização do campo. Essa condição, muitas vezes, é aliviada pela intervenção do Estado, com subsídios e compensações. No Brasil, a compensação e recomposição econômica são parciais e vem diminuindo com redução do papel do Estado, que, além dos poucos subsídios, diminui e fragiliza os serviços públicos de apoio e de acompanhamento técnico.

Para a grande maioria das famílias agricultoras, sua reprodução passa pela melhoria imediata na qualidade de vida, pela reanimação da identidade cultural e pela aproximação organizacional. Carvalho (2002), em seu texto e proposta da “Comunidade de resistência e superação” (CRS) faz uma abordagem importante para entender tanto a dimensão tática como estratégica a ser fortalecida junto aos camponeses.

A CRS deverá ser compreendida, por um lado, como uma alternativa para retenção, no nível da família camponesa, de um possível excedente (sobre trabalho) a ser gerado no seu processo de trabalho quando da venda de suas mercadorias nos mercados estabelecidos ou a serem criados. Ademais, sugere mudanças nas concepções e práticas para reprodução dos seus meios de vida e os de trabalho que reduza ou evite a proletarianização dos membros ou da totalidade da família camponesa, com seu ingresso no exército da reserva de capital. Por outro lado, pelas mudanças que serão propostas, enseja, a partir de uma nova práxis na produção e nas relações com o ambiente, o desenvolvimento da consciência crítica que facilite, em aliança com as demais classes sociais populares do campo e da cidade, a emergência subjetiva e objetiva das condições para a superação do atual modelo econômico e social de reprodução da sociedade brasileira (CARVALHO, 2002, p. 8).

Segundo Carvalho (2002), esta luta emergencial da sobrevivência requer a construção de “novos referenciais de produção que tornem os agricultores menos vulneráveis à exploração econômica”. Num estágio primário, isto se constitui num ato de resistência. No exercício coletivo deste ato desenvolve-se um primeiro nível de aproximação e identidade defensiva.

Entende-se que a Agroecologia, pode ser exercida nessa condição da dimensão tática (redução da dependência, dos custos, nicho de mercado, venda direta etc). A retomada do exercício da produção para subsistência e a diversificação são importantes práticas a serem exercidas junto a esta dimensão, assim como a redução na dependência do uso de insumos externos como adubos, sementes e agrotóxicos. Na proposta de Agroecologia, defendida aqui, estas condições estão presentes.

6.2 A condição estratégica transformadora da Agroecologia

Enquanto a condição tática da Agroecologia se refere a uma necessidade de sobrevivência, a estratégia aponta para mais além, ultrapassando os limites internos da ação. Nessa mesma linha, Carvalho (2002) ressalta como identidade de projeto quando uma população tem clareza e assume o desafio coletivo de colocar em prática uma proposta de sociedade, e se organiza para tal, ou seja, assume a “identidade de projeto”. Um projeto materializado em condições ou contextos específicos, mas que se estende (prolonga) para toda a sociedade. Essa identidade de projeto redefine a posição e a forma de relação desta organização na sociedade, buscando a transformação da mesma, assumindo na prática um projeto de vida diferente.

Segundo Castells (1999), nesta construção, mesmo que seja formada por indivíduos, o sujeito é coletivo, ou seja, formado pelo conjunto de indivíduos organizados, com intencionalidade coletiva assumida.

Considera-se a construção de identidade de projeto quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24).

A dimensão de identidade projeto e protagonismo coletivo tornam os cidadãos sujeitos. Esse conceito de sujeito coletivo foi definido por Tourani, traduzido por Castells, como:

Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. É o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade [...] (CASTELLS, 1999, p. 26).

Essa fusão de projeto e processo confere à Agroecologia uma dimensão estratégica, ou seja, muito mais do que uma estratégia de resistência e sobrevivência, a Agroecologia é uma importante tarefa para quebra de paradigmas na construção de uma nova ordem, sustentada na transformação da relação entre as pessoas e na interação positiva destas no meio ambiente. Trata-se, inclusive de uma nova identidade biológica que insere a espécie humana como parte na natureza (uma nova identidade como espécie), associada a uma nova identidade sociopolítica exercidas em um novo formato organizacional.

Exemplos (para ilustrar) de ações de dimensão e visão tática e estratégica na transição agroecológica (Quadro 4):

Quadro 4 - Ações de dimensão e visão tática e estratégica na transição agroecológica

Ex. de Ação	Dimensão – tática		Dimensão – estratégica	
	técnica	política	tecnológica	política
Resgate e produção de sementes crioulas.	- diminuição dos custos de produção; - diversidade e qualidade alimentar.	- resistência no campo; - aproximação e articulação da produção e consumo; - ENFRENTAMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO	- variedades adaptadas e adequação ambiental; - conservação da biodiversidade	- soberania e segurança alimentar; - mudança de paradigma; - independência e ampliação da autonomia política; - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
Organização de feiras livres e comercialização direta.	- possibilidade de comercialização da produção; - escoamento de pequenos volumes de produção.		- reaproximação da produção e o consumo; - desenvolvimento endógeno;	
Transição agro-ecológica.	- recomposição sustentável dos sistemas de produção da agricultura familiar/camponesa; - Produção de alimentos sem contaminação.		- Aumento da funcionalidade e fertilidade dos sistemas; - estabelecimento de interação positiva no meio ambiente (sociedade e meio ambiente)	

Fonte: Arl (2014).

As mudanças normalmente propostas dentro da atual lógica de desenvolvimento, ou estão subjugadas aos seus objetivos ou são “paliativas”, ou seja, não resolvem os problemas e, muitas vezes, nem sequer são suficientes para amenizá-los. A ineficiência se agrava quando as campanhas publicitárias, ao invés de conscientizar, desviam as atenções do verdadeiro problema, porque conveniências e interesses impedem a mudança efetiva. Um exemplo clássico são as campanhas de tríplice lavagem, perfuramento e recolhimento das embalagens de agrotóxicos sem investimentos na pesquisa, acompanhamento técnico para a superação dos agrotóxicos. O problema é a embalagem ou o que havia dentro? Outro exemplo é recolhimento, a separação e a reciclagem do lixo, embora sejam ações importantes, são paliativas, pois a questão central para a superação deste desafio não se resume ao fato do lixo estar misturado ou na pouca reciclagem, mas sim na diminuição da produção de lixo. A produção de lixo aumenta cada dia, isto significa mais problemas ambientais, energéticos e econômicos.

Da mesma forma, simplesmente cumprir as normas de produção orgânica e colocar um selo de avaliação da conformidade pode ser paliativo, e pouco contribui para os reais objetivos da Agroecologia, para a segurança alimentar, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Da mesma forma, outras ações e práticas agroecológicas devem ser igualmente percebidas e assumidas tanto na sua dimensão tática imbricada com a dimensão e perspectivas estratégicas transformadoras para superação do atual modelo econômico e social, bem como estabelecer uma interação humana positiva nos ecossistemas e agroecossistemas.

Na sequência, reforça-se o entendimento estratégico e transformador da Agroecologia, separando a análise em várias dimensões, sendo: sociopolítica, científica, organizacional, educacional, cultural, econômica, energética e metodológica.

7. Desafios para uma perspectiva estratégica transformadora da Agroecologia

Numa condição holística e sistêmica as dimensões envolvidas na Agroecologia são ao mesmo tempo, ou seja, interdisciplinares, transdisciplinares e até mesmo indisciplinadas. Para facilitar as análises vamos segmentar algumas dimensões da Agroecologia e abordá-la na sua condição tática e estratégica.

Segundo Sevilla Guzmán e Ottmann (2004 *apud* CAPORAL, 2009, p. 18), a Agroecologia pode ser agrupada em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural e c) sociopolítica. Seguindo estas dimensões, traduzindo-se em desafios e subdividindo em alguns aspectos mais específicos, seguem algumas anotações com conteúdos já tratados por outros autores, com algumas associações e aproximações.

7.1 Desafio sociopolítico

Para a superação da atual forma de organização sócio produtiva e política é preciso enfrentá-la, mas, sobretudo, exercitar a condição propositiva do “novo”; é preciso subjugar as iniciativas a uma lógica de desenvolvimento, incorporando novas perspectivas, valores e objetivos. Para tanto, é necessário assumir a Agroecologia como proposta e processo incorporando significativa amplitude epistemológica e condição transdisciplinar.

A partir de meados da década de 1990, com a multiplicação das iniciativas agroecológicas, a diversidade de atores, e a crescente ampliação do mercado dos orgânicos e seus promissores lucros, surgem,

também, diferentes concepções e tentativas de definição conceitual, confusões e crise de identidade junto às iniciativas mais históricas. Aumentam as pressões pela regulamentação oficial contendo normas técnicas de produção e proposta de certificação, basicamente originadas pelo mercado, certificadoras e pretensas certificadoras.

A criação da Rede Ecovida de Agroecologia⁴⁷, em 1998, teve como objetivo articular as experiências e organizações agroecológicas, existentes no Sul do Brasil, para garantir essa identidade transformadora e ampliar a força política das iniciativas agroecológicas do sul do Brasil. Isso se tornava politicamente necessário, porque os Movimentos Sociais, nesta época ainda, não assumiam a Agroecologia como parte das suas bandeiras de luta, de resistência e transformação social. Também, nesse momento o Movimento da Agricultura Alternativa, como se denominava na época, estava sem articulações nacionais e com frágeis e poucas articulações regionais, desde 1989, quando se realizou o último Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA).

Na fase inicial de organização da Rede construiu-se um conceito de Agroecologia que pretendia expressar, tanto a condição de projeto, como a de processo sendo:

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os(as) agricultores(as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos 'pacotes tecnológicos' com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os(as)

⁴⁷ Em 1998 inicia-se apenas a organização das iniciativas de Agroecologia que, em sua maioria, já existiam há muito tempo, também já havia o reconhecimento e muitas articulações entre as iniciativas. A articulação em formato de Rede inicia-se na Região do Contestado em SC, em torno da atuação do Cepagri, com a Afruta, Agrupar e outras organizações agroecológicas na região. Logo envolveu o Estado, em seguida a discussão foi para o RS, e, posteriormente para o PR. Atuamos nesse processo como protagonistas centrais.

trabalhadores(as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (CEPAGRI, 1998 *apud* ARL, 2008, p.162).

Esse conceito pretendia incorporar a dimensão de processo e projeto, assumido pelo protagonismo popular, sendo esta condição aspecto central na construção de uma nova proposta de desenvolvimento para o campo. A Agroecologia centrada na dimensão estratégica assume a condição de instrumento na luta pela transformação social, mas que se realiza concretamente no dia a dia, como afirmou Sevilla Guzmán⁴⁸: “A Agroecologia é uma luta política efetiva que mostra na prática que é possível viver de outra forma”⁴⁹.

A atuação da Rede Ecovida passou a ser reconhecida, o que levou a demanda e pressão para sua extensão para além do Sul do Brasil. Mas como a Rede se afirmava em um reconhecimento histórico e mais orgânico no sul, o entendimento e a postura da Rede eram de que deveriam ser criadas outras redes regionais, também em torno de identidades já existentes, e, possibilitando a criação de uma rede das redes na esfera nacional, o que se concretiza a partir da realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em agosto de 2002, com a organização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em dezembro de 2002.

A organização da Articulação Nacional de Agroecologia foi um passo importante para o movimento nacional de Agroecologia, pois, aglutinou as várias redes, organizações e articulações, envolvidas com a Agroecologia, com os movimentos sociais do campo. A organização reforça a luta política e construção do conhecimento agroecológico, e,

⁴⁸ Expressão verbal no encontro com os Movimentos Sociais – Cetap, RS. Out. 2002.

⁴⁹ Manifestação durante seminário com os movimentos populares rurais do Rio Grande do Sul, em 2002.

contempla também aspectos societários fundamentais como gênero e geração, conforme sustentação de Monteiro (2013)⁵⁰:

A Agroecologia é um campo de conhecimento interdisciplinar. Junto da preocupação com o meio-ambiente, a Agroecologia trabalha com questões de sustentabilidade econômica, social, política e ética. Ela luta por questões como melhoria do acesso a terra, preservação de comunidades tradicionais, inclusão de populações pobres e segurança alimentar, entre outras. [...] Podemos defini-la como uma ciência, mas também como prática social. É um movimento social que junta pessoas, redes e organizações preocupadas com um desenvolvimento mais sustentável (MONTEIRO, 2013).

A ANA potencializa uma perspectiva popular transformadora, sustentada pela rede de pessoas e organizações articuladas a ela.

Para um reforço teórico básico acerca da Agroecologia, evidenciam-se vários autores e sistematizações conceituais como Leff (2001), que vincula a dimensão ecológica à questão da sustentabilidade da agricultura e à dimensão sociopolítica.

A Agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitem um acesso igualitário aos meios de vida (LEFF, 2001, p. 39).

A Agroecologia, mais do que um ponto de chegada é uma forma de caminhar, onde cada avanço deve ser assumido e incorporado de forma cumulativa, sendo que, “o fim é também o caminho que percorremos para atingi-lo”. Mudanças na matriz de consumo e nas práticas de produção, valoração e respeito à diversidade cultural, o exercício efetivo de valores como a solidariedade, equidade, igualdade e mudança na concepção de mundo, são básicos para uma perspectiva sustentável. Quanto às preocupações com o meio ambiente, estas se popularizam

⁵⁰ Dênis Monteiro, Secretário Executivo da ANA, em entrevista ao programa Globo Ecologia, em agosto de 2013.

crescentemente, mesmo que fortemente impulsionadas pelas consequências e limites que o esgotamento dos recursos naturais impõe, ou seja, pelo que se pode chamar de “terapia do medo” proporcionado pelas previsões das reações e adversidades ambientais.

Eduardo Sevilla Guzmán (1995), um dos principais defensores de uma perspectiva científica contemplando várias dimensões, fortemente sociológica e política propõe a Agroecologia como importante estratégia para a construção de sociedades sustentáveis.

Agroecologia constitui o campo dos conhecimentos que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. ‘Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis’ (SEVILLA GUZMÁN, 1995, p. 3).

A participação ativa das pessoas e das comunidades na definição do rumo do desenvolvimento é fundamental. Uma condição consciente permite que cada pessoa contribua na luta pela transformação social mesmo em pequenas iniciativas, como por exemplo: na prática do resgate, preservação e melhoramento de semente de milho variedade, o agricultor, ao fazê-lo, além de diminuir seus custos de produção, aumentar sua segurança, contribuir na preservação da biodiversidade, enfrenta, quotidianamente, o monopólio de grandes empresas. Desta forma, além do esforço no exercício de sobrevivência, contribui-se no enfrentamento da

velha ordem e incorporam-se importantes aspectos na tarefa de construção de uma nova ordem.

Embora o acúmulo de conteúdo na Agroecologia seja um processo permanente, que vai se realizando ao passar dos tempos, é importante que estes sejam incorporados nas iniciativas em andamento, e que não se perca aspectos anteriormente assumidos, tanto nas tarefas de resistência e enfrentamento do agronegócio, como nas tarefas propositivas transformadoras da sociedade.

7.2 Desafio técnico-científico

O método cartesiano, da segmentação e isolamento fragilizou a visão sistêmica e holística. A própria condição do ser humano, que já se posicionava relativamente fora do ecossistema dado à influência de sua visão antropocêntrica, distancia-se ainda mais quando descobre que pode controlar e substituir os princípios que regulam a natureza, a tal ponto que perdem a referência da sua condição natural de existência enquanto espécie. “O humano do futuro parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como lhe foi atribuída [...] ele a deseja trocar por algo produzido por ele mesmo.” (ARENDDT, 1958, p.10).

E, na medida em que o afastamento da existência humana da natureza se realiza, necessita-se aumentar o nível de artificialização para poder continuar vivendo, afasta-se cada vez mais da ciência da vida e exerce uma vida dominada pela ciência. Interrompem-se os ciclos e, segmenta-se a teia da vida, e se gasta fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta nova condição. É um exemplo clássico desta lógica da ciência que pode ser verificado junto ao modelo da revolução verde aplicado na agricultura, onde simplificando a análise conclui-se que: os adubos altamente solúveis e agrotóxicos são recursos que nos permitem produzir em ambientes cada vez mais degradados.

A visão sistêmica como ponto de partida

As definições acerca dos sistemas remontam esforços históricos antigos como o de Aristóteles na definição do fenômeno da emergência o qual afirmava que “o todo é mais que a soma das partes”. Um comportamento ou propriedade emergente surge de vários agentes simples que operam, coletivamente, em uma grande multiplicidade de interações, resultando em comportamentos ou propriedades complexos. Cada agente, inicialmente é autônomo, mas responde a efeitos ou estímulos dos demais agentes. Isso se verifica junto a todos os seres presentes ou que se instalam a partir dos efeitos resultantes de interações anteriores (fungos, bactérias, insetos, vegetais, animais, etc), em processos contínuos de auto-organização regulados pelas interações locais presentes.

Morin (2002) reforça a tese de que “O todo é superior à soma das partes”:

O sistema possui algo mais do que os seus componentes considerados de modo isolado ou justaposto: A sua organização; A própria unidade global (o «todo»); As qualidades e propriedades novas emergentes da organização e da unidade global. (MORIN, 2002, p. 103).

[...] a organização e a unidade global podem ser consideradas como qualidades e propriedades novas emergentes das inter-relações entre partes; porque a organização e as qualidades novas podem ser consideradas como traços próprios da unidade global; porque a unidade global e as suas qualidades emergentes podem ser consideradas como os próprios produtos da organização (MORIN, 2002, p. 104).

Portanto, o ponto de partida para transição agroecológica numa efetiva visão sistêmica se dá na prática humana concreta, na realidade concreta de um agroecossistema em ecossistemas específicos, considerando sua composição e organização local e suas interações no contexto regional e global.

A funcionalidade e fertilidade de um ecossistema ou agroecossistema

Os ecossistemas são resultado da organização, interação e estrutura de seus componentes físicos, químicos e biológicos, ou seja, abióticos e bióticos. Na sua condição natural os ecossistemas estão em permanente transformação evolutiva.

O conceito de ecossistema é definido por Odum e Barrett (2008) como um sistema funcional, aberto e de relações complementares entre os organismos vivos (comunidade biótica) e seu ambiente (físico e químico). Suas fronteiras podem ser definidas arbitrariamente no tempo e espaço, que parece manter um estado estável de equilíbrio, porém, às vezes, dinâmico. Um sistema bem desenvolvido, maduro, é relativamente estável e auto sustentável, com grande resistência e resiliência às perturbações, se adapta às mudanças e é capaz de manter a sua produtividade, utilizando somente a energia solar.

Os sistemas são autônomos e dinâmicos, qualquer alteração vai desencadear uma série de mudanças na sua funcionalidade. É o conjunto de espécies que faz um sistema funcionar. A isso, chama-se de funções ecológicas como o fluxo de energia, a ciclagem de nutrientes e os mecanismos de regulação das populações, destacando-se o equilíbrio dinâmico. Num ecossistema, e mesmo num agroecossistema, cada espécie tem uma função (biodiversidade funcional), e esta é permanentemente ajustada, principalmente, pelo equilíbrio dinâmico.

A funcionalidade dos sistemas depende, fundamentalmente, da biodiversidade que se expressa em todos os níveis de organização biológica. A fertilidade dos sistemas depende, diretamente, da funcionalidade do mesmo. A biodiversidade pode ser definida, inicialmente, pelo número de espécies presentes em um dado local e momento.

Segundo Dover e Talbot (1992, p. 05), a diversidade causa ou eleva a estabilidade, e embora muitas vezes defendido que a

diversidade/estabilidade evidencia-se como uma regra, um princípio, uma lei imutável, como algo provado e sem dúvidas, porém, é necessário considerar também a qualidade das interações. Assim, o simples aspecto quantitativo não pode ser traduzido como nível de estabilidade. A estabilidade é influenciada, basicamente, por aspectos biológicos, mas também por outros aspectos como: físicos, químicos ou climáticos.

Figura 2 - Biodiversidade funcional, construção e ciclo da fertilidade nos ecossistemas



Fonte: Arl (In: CADERNO CEAGRO, 2011. Fertilidade dos sistemas e Agroecologia).

A planta cresce, serve de alimento para seres humanos ou animais, os restos vegetais voltam direto para o solo para alimentar a micro vida (micro-organismos), as excreções animais ou humanos voltam ao solo, onde também alimentam a microvida. A microvida decompõe o esterco e os restos das plantas transformando-os de forma (mineralização) que a planta de novo pode alimentar-se deles.

A fertilidade de um sistema vai muito além da disponibilidade imediata de alguns nutrientes. Quanto mais fotossíntese, maior o aproveitamento de energia e maior a produção de biomassa. Quanto maior a produção de biomassa, maior é a quantidade e diversidade de microorganismos e macro organismos, melhor é a bioestrutura e mais ativo é o equilíbrio dinâmico (atuação de inimigos naturais) e, também, mais ativos são os ciclos de nutrientes.

Os sistemas são autônomos e dinâmicos, capazes de auto manter-se, auto regular-se e auto reparar-se. Qualquer alteração vai desencadear uma série de mudanças na sua funcionalidade. É o conjunto de espécies que faz o sistema funcionar. A isso se chama de funções ecológicas como o fluxo de energia, a ciclagem de nutrientes e os mecanismos de regulação das populações, destacando-se o equilíbrio dinâmico.

À medida que o tempo passa aumenta a produção de biomassa e a fertilidade vai aumentando. Os nutrientes que são liberados pelas rochas, ou que entram de fora no sistema, ficam circulando dentro dele (ciclos dos nutrientes) e, ao mesmo tempo, os sistemas vão se tornando mais férteis e mais complexos. O aumento da produção ocorre através do aumento da fertilidade geral do sistema.

Também, à medida que um ecossistema vai evoluindo, se tornando mais maduro, aumenta a sua resistência e resiliência, ou seja, aumenta sua capacidade de suportar adversidades e aumenta a sua capacidade de continuidade.

Estes princípios também devem ser aplicados aos agroecossistemas, pois monoculturas e culturas anuais, além de baixíssima funcionalidade e perda rápida de sua fertilidade, possuem baixíssima resistência e pouca, ou nenhuma, resiliência. Por isso são de alto custo e de alto risco. Na comparação de uma monocultura de soja e uma agrofloresta é fácil entender essa diferença. Nos sistemas agroecológicos, de forma geral, a resistência e a resiliência é maior.

Khatounian (2001, p.204 em diante), em seu livro “*A reconstrução Ecológica da Agricultura*”, faz uma síntese de condições básicas fundamentais para a sustentação e evolução de agroecossistemas:

- Manter uma camada fotossintetizante ativa 100% do tempo;
- Maximizar a biodiversidade;
- Manter uma camada generosa de detritos sobre o solo, 100% do tempo;
- Manter uma trama radicular densa e ativa 100% do tempo.

Estas condições devem ser perseguidas ao máximo possível e o tempo todo, pois, a descontinuidade configura-se como uma perturbação no sistema e diminui sua funcionalidade, afeta negativamente a fertilidade e pode fazê-lo regredir.

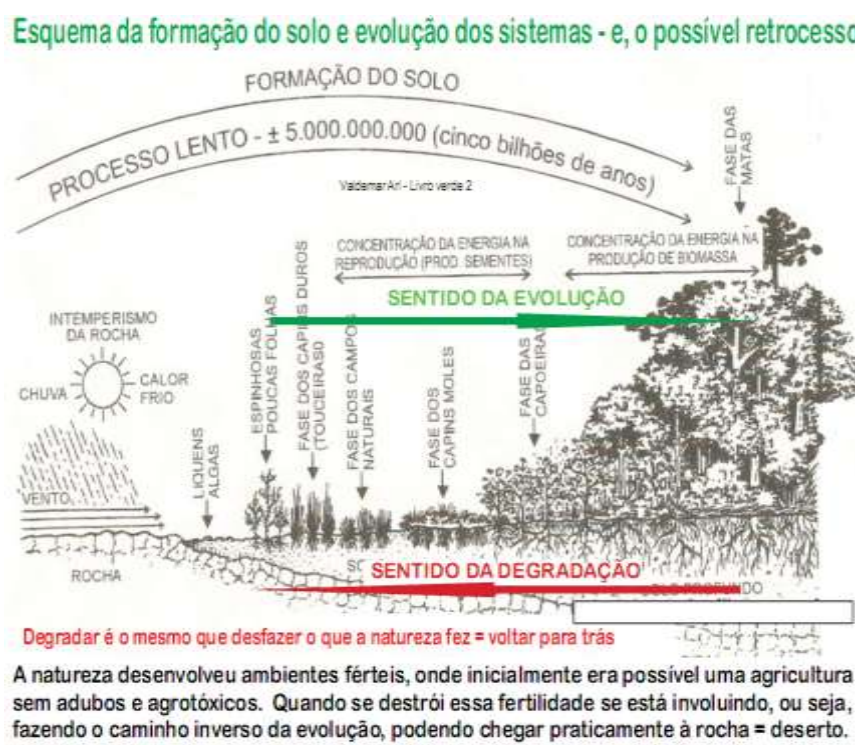
Dependendo da atividade ou do sistema de produção não é possível estabelecer plenamente essas condições, por isso sugere-se o máximo possível, o tempo todo.

É fundamental o conhecimento de alguns princípios básicos da ecologia. Estes princípios regularam e impulsionaram os ecossistemas por bilhões de anos até chegar ao nível de evolução encontrado atualmente. Além das questões já levantadas, vale ainda ressaltar a importância de entender como se forma o solo e a interação com a sucessão ecológica. Essas informações são importantes para diagnosticar as condições locais

e contribuir na proposição de tecnologias que resolvam os problemas e que, ao mesmo tempo, contribuam para a evolução do sistema.

Na transformação evolutiva de um ecossistema é possível identificar algumas fases com características predominantes. A sucessão vegetal é um dos aspectos mais visíveis na sucessão ecológica e parte importante no conhecimento tradicional popular acerca da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas (Figura 3).

Figura 3 - Esquema da formação do solo e evolução dos sistemas



Fonte: Arl (2011, p. 51. In: Educação do campo e Agroecologia).

A partir desse conhecimento, os camponeses conseguem entender as condições dos agroecossistemas, seu estado de evolução ou sua condição de degradação. De fato, os agroecossistemas e, até mesmo,

os ecossistemas são resultado, também, da existência humana numa interação mais direta e mais expressiva ou uma influência indireta e menos expressiva.

Portanto, o ponto de partida para transição agroecológica numa efetiva visão sistêmica se dá na existência humana concreta, na realidade concreta de um agroecossistema específico, considerando sua composição e organização local, suas interações no contexto regional e global, e as interfaces culturais, sociais, econômicas, políticas e éticas, ou seja, uma coevolução social e ecológica, conforme Costabeber e Caporal (2003):

A abordagem sistêmica pode dar-se em espaços territoriais maiores ou menores. Sendo a unidade básica deste projeto o sistema-propriedade, a comunidade rural e mesmo o grupo de famílias da comunidade se constituem, no entanto, como sistemas de nível superior cuja estabilidade depende do sistema-propriedade. Ao analisar a comunidade rural como sistema, ou seja, como conjunto que reage como um todo e não enquanto partes, podemos compreender melhor os fatores da sua estruturação ou desagregação por meio da sua história e das complexas relações existentes entre organização social, meio-ambiente, economia, política, cultura e ética, seis dimensões da sustentabilidade (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

A Agroecologia é um campo de conhecimento que desafia a fusão de conhecimentos das ciências naturais, conhecimentos tradicionais, projeto e processo propondo uma nova inserção e relação ecológica necessária para uma relação produtiva sustentável, e ao mesmo tempo partilha de novas condições e relações sociais e econômicas entre os humanos, em um novo projeto de sociedade.

Essa fusão de projeto e processo confere à Agroecologia uma dimensão estratégica, ou seja, muito mais do que uma estratégia de resistência e sobrevivência, a Agroecologia é uma importante tarefa para quebra de paradigmas na construção de uma nova ordem existencial.

Para uma perspectiva científica, Altieri (1998) define a Agroecologia como:

É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura 'sustentável' nas suas diversas manifestações e/ou denominações (ALTIERI, 1998, p.77).

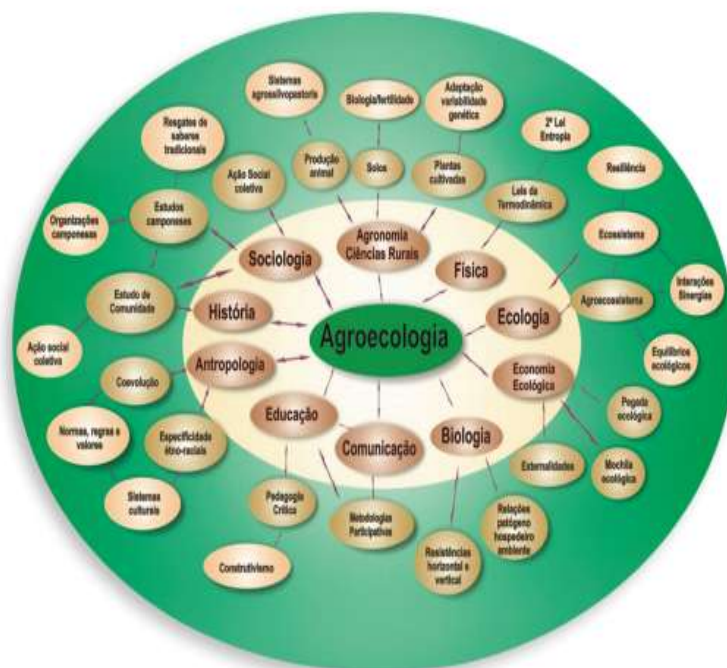
Segundo Gliessman (2000) é necessário uma agricultura sustentável, mas produtiva para dar conta de alimentar a população no futuro. Para isso é necessário preservar os aspectos de conservação dos recursos naturais da agricultura tradicional, mas aplicar conhecimentos e métodos ecológicos modernos configurados na ciência da Agroecologia, definida como: “[...] a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Gliessman (2000) defende a interação e aplicação da ecologia na produção, no manejo dos agroecossistemas. Isso é necessário para superar a condição negativa da relação humana nos sistemas, ou seja, sair da condição que consome ou degrada os recursos naturais, e estabelecer uma interação positiva, que não só recompõe e conserva os recursos naturais, mas que potencializa a funcionalidade e fertilidade dos sistemas. O conhecimento agroecológico se desafia à superação dessa condição negativa para uma interação positiva de coevolução e potencialização dos ecossistemas e agroecossistemas.

A teoria da evolução competitiva (de disputa/supressão) resultante da tradução distorcida da seleção natural, através da supremacia do mais apto, do mais forte, precisa ser entendida como teoria da coevolução embasada nas interações positivas. Sobrevive melhor, aquele que melhor se relaciona com os demais nos ecossistemas ou agroecossistemas. É a

lei da colaboração e da solidariedade entre os seres, da complementaridade e até mesmo interdependência. Esta coevolução exercida na interação do humano na natureza e também na interação entre os humanos como parte da natureza que somos.

O esquema a seguir (Figura 4), apresentado por Caporal et alii. (2011), traduz a contribuição/interação das demais ciências com a Agroecologia.



[...] a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos mais humanizados de desenvolvimento rural (CAPORAL, 2009, p. 27).

A Agroecologia é ciência embasada em uma nova consciência, fundamentada numa visão sistêmica, e que restabelece a relação humana na natureza. Uma revisão e ressignificação conceitual profunda que, se assumida e traduzida na prática, pode quebrar paradigmas.

Inegavelmente, o humano é parte na natureza; assim, os princípios da natureza também se aplicam sobre nós, tanto na relação no ambiente, como na relação entre os seres humanos. Os efeitos dos princípios ecológicos sobre a produção e sobre a própria espécie humana, mesmo que necessitem serem contornados em determinadas situações ou momentos, precisam ser compreendidos e respeitados. A continuidade da condição de concorrência, de exaustão e tentativa de controle da natureza poderá ameaçar a própria condição de sobrevivência da espécie humana.

7.3 Desafio cultural

Mudanças mais profundas, de quebra de paradigma, dependem de mudanças na estrutura de pensamento das pessoas, ou seja, quando se exerce uma nova consciência capaz de perceber o humano como parte da natureza, numa interação positiva de coevolução e não mais de concorrência e/ou de competição. Uma visão de mundo não centrada no ser humano, mas que reconhece o valor intrínseco de todos os seres

vivos, inter-relacionados e interdependentes, sendo este apenas um fio particular da teia da vida, pois:

[...] a natureza como exemplo de sustentação, multiplicação e aperfeiçoamento da vida é perfeita, ninguém ainda conseguiu contestá-la. Portanto a sustentabilidade somente será possível quando seus princípios forem respeitados e incorporados nas atividades e relações humanas (ARL, 1995, p. 5).

A cultura é elemento fundamental que dá sentido à vida, à organização social e até mesmo à organização econômica de um povo. Com a globalização e a comunicação de massas, as culturas populares e tradicionais locais ou regionais construídas, historicamente, sofrem drástica hibridação com valores, perspectivas, necessidades e desejos da lógica predominante globalmente. A história e a cultura não são estáticas, mas nunca antes enfrentaram tamanha pressão como na fase do neoliberalismo em tempos de globalização. Além de valores e costumes, a concepção e a noção de comunidade e território sofreram grandes mudanças.

Para a viabilização do capitalismo criou-se uma estrutura de pensamento alicerçada numa escala de valores e excitações da subjetividade humana que despertam o consumismo, a disputa e a exacerbação do individualismo. Condicionou-se o exercício da autoestima e do reconhecimento à racionalidade das posses (é mais quem tem mais ou você é valorizado pelo que tem), criando-se uma perspectiva de acumulação ilimitada, dissociada das reais necessidades do indivíduo envolvido. As individualidades e as particularidades culturais não são consideradas. Estes aspectos, dado ao esforço da mídia e da educação, estabelecem uma conformação cultural hegemônica.

Na agricultura, por exemplo, importantes práticas como os pixuruns e mutirões, impulsionados pelas necessidades e/ou motivados pela solidariedade e muito exercitados no passado recente, foram abandonados

à medida que ganha força o espírito da competitividade resultante do produtivismo.

Aspectos e valores vivenciados junto à agricultura familiar/camponesa na América Latina, antes do avanço do capitalismo no campo (Quadro 5).

Quadro 5 – Aspectos e valores concernentes à agricultura familiar

- Base na “unidade de produção familiar”
- Interação e dependência da natureza para a realização e continuidade da produção.
- Relativa independência em relação aos recursos externos.
- Economia não capitalista e natureza menos acumulativa (menor preocupação com o ter ou com o ter o máximo possível)
- Maior preocupação com a autonomia, segurança, e estabilidade.
- Significativa autonomia social, econômica e política.
- Priorização da economia de subsistência e satisfação endógena das necessidades (produzir primeiro para o consumo e subsistência) como garantia da estabilidade e segurança.
- Maior preocupação com a continuidade e sucessão.
- Intensa vida comunitária, organização e interação no local de existência das pessoas. Forte censo de pertencimento e localização (território).
- Presença e exercício de valores como a solidariedade (ex. dos mutirões, pixuruns e entre ajudas), e o prestígio (reconhecimento).
- Melhor distribuição e acesso mais equitativo (condições de maior igualdade) aos recursos naturais.

Fonte: Leff (2000 – adaptado. In: CHAYANOV, 1925).

Esses valores e condições foram se fragilizando com o avanço do capitalismo no campo que proporcionou a acumulação e concentração de capital, concentração das terras e êxodo rural. Vivencia-se hoje a hegemonia do “agronegócio” embasado na integração industrial, mercadológica exercida de forma empresarial por grandes corporações que realizam a produção em grande escala e visam exclusivamente o

lucro. Estas condições e valores influenciam crescentemente a agricultura familiar/camponesa.

O respeito à diversidade cultural, envolvendo o resgate de valores como a solidariedade, e a satisfação das perspectivas locais e endógenas de uma população são importantes para uma sociedade sustentável, e precisam ser resgatados em ações concretas de contra hegemonia à massificação cultural.

Dentre os valores, a ética e a bioética precisam ser globalizadas. Leonardo Boff é um dos defensores da “ética da vida universal” e defende que para isso é necessário construir uma nova consciência fundamentada numa visão ecocêntrica e sistêmica capaz de conectar o local com o global, o imediato com o futuro, o concreto com o político, onde o cuidado e a precaução são atitudes fundamentais. Outros autores denominam de ética ambiental a essa condição.

A ética é um princípio importante na Agroecologia, tanto na relação com os outros de forma ampla, como no que se refere à natureza e aos sistemas vivos, ou seja, nos efeitos imediatos e futuros da interação humana nos ecossistemas e agroecossistemas. A ética assumida como responsabilidade social e a ética como responsabilidade ambiental, exercidas na existência atual e estendidas com igual rigor para a condição social e ambiental futuras. Uma ética da vida e da qualidade de vida exercidas para além da existência humana, até porque a mesma não ocorre isoladamente, e nem sua qualidade de vida se realiza sem que exista qualidade de vida no ambiente em que vive.

Outro valor muito prejudicado pela lógica capitalista é o espírito da cooperação e da colaboração. Nas iniciativas agroecológicas, até aqui construídas, a cooperação e o associativismo são condições muito presentes nos grupos de produção, nas feiras livres, nas iniciativas agroindustriais, no controle social, na certificação participativa e na construção do conhecimento agroecológico. O associativismo é estratégico

porque aproxima as pessoas, cria identidades, acumula forças organizadamente.

Para consecução do grande desafio humano, traduzido no “chavão” da sustentabilidade que se embasa na capacidade de satisfação das necessidades atuais sem diminuir as perspectivas para as gerações futuras, são hoje necessárias rupturas revolucionárias. O momento é oportuno já que o capitalismo, nas atuais condições criadas, ao excluir e subjugar uma parcela expressiva e crescente da população à informalidade, tanto potencializa as formas degradantes de reação e esforço para sobrevivência (narcotráfico, roubos, prostituição, etc.), como cria condições favoráveis aos movimentos transformadores. Impossível, hoje, não é a possibilidade da existência e/ou da possibilidade de construção de novos caminhos. Impossível, hoje, é imaginar que podemos seguir por muito mais tempo no atual caminho.

7.4 Um desafio econômico

No sistema capitalista

A atual ciência econômica surgiu com os fisiocratas do século XVIII, e gerou um universo fundamentado nos valores de troca, marginalizando a economia da natureza. Segundo Naredo (2003), a separação da ecologia e a economia em diferentes disciplinas como diferentes objetos de estudo, possibilitou a desconexão e o conflito. A partir daí criou-se uma crescente desconexão entre o sistema econômico e o mundo físico.

Nessa separação entre economia e ecologia, segundo Naredo (2003), estabeleceu-se uma condição de “diálogo de surdos”, de modo que esse autor defende a integração dos processos monetários com os físicos.

Os economistas clássicos, no final do século XVIII e início do século XIX, sustentaram os valores de câmbio e a separação do mundo

físico. A ideia da produção e crescimento seria o caminho para o progresso. Construiu-se, também, a separação das atividades produtivas e não produtivas, entendendo que as implicações no mundo físico iriam estagnar o crescimento continuado.

Os economistas neoclássicos, no final do século XIX e início do século XX, definitivamente, instalaram a materialidade na noção de produção, separando, por completo, a noção de produção e crescimento do mundo físico, situando-os no mero campo do valor. Montibeller Filho (2001), em seu livro “O Mito do Desenvolvimento Sustentável”, fez um resgate muito competente das teorias do desenvolvimento, onde transcreveu as diversas teses da conciliação entre capital e natureza na economia neoclássica. Estas estão sustentadas, basicamente:

- a) Na valorização monetária do recurso ou serviço ambiental: defende-se que isto será capaz de conter a degradação desenfreada, criando as condições de compensação e recomposição. O economista *Pigou* (década de 1920) chamou isto de externalidades. A proposta seria então, a internalização das externalidades = “o poluidor paga”. O *Princípio da Responsabilização* deriva das elaborações de *Pigou* e influenciou, decisivamente, o direito ambiental brasileiro;
- b) No direito de propriedade sobre o meio ambiente: proposta defendida por *Ronald Coase* (1960), que afirmava o problema estar na ausência de propriedade particular sobre os bens comuns. O fato de ninguém ser dono propicia a exploração excessiva;
- c) Na teoria do valor econômico total: defende o valor de um bem ou serviço ambiental considerando o valor de uso atual, o valor de uso futuro e o valor de existência do bem (este é o valor intrínseco na natureza, não relacionado ao uso);

- d) No método da valoração contingencial: refere-se à disposição de alguém pagar para obter um bem ambiental (ou evitar um prejuízo ambiental), e por outro lado a disposição de quem sofre o prejuízo ambiental aceitar como compensação um determinado valor;
- e) No método da análise custo/benefício ambiental: este é um dos métodos mais completos de análise e valoração ambiental da teoria, do pensamento econômico, neoclássica e, também, o mais caro. Esta, também, mede a intensidade do valor a partir dos conceitos de disposição a pagar e disposição a receber compensação, considerando, também, o valor de uso efetivo do objeto, o valor de uso opcional no futuro e o valor intrínseco (fórmula da teoria do valor econômico total), comparando-os com os benefícios. O projeto só será eficiente se o saldo (a favor dos benefícios) for positivo. Autores, como o economista Amartya Sen, reforçam esta análise do custo/benefício social.

Na economia ecológica

Os autores da economia ecológica são os grandes críticos da teoria neoclássica de valoração ambiental, evidenciando, principalmente, a impossibilidade da mensuração de valores ambientais e as resistências operacionais, sendo:

- Dificuldade da quantificação correta e identificação real de todas as formas de valor;
- A resistência da aceitação dos ecopreços e a possibilidade do aumento crescente dos mesmos em função de crescentes degradações, achatando ou até eliminando os lucros. Esta diminuição pode ser imediata, a partir de uma correta avaliação e valoração ambiental, acabando de imediato com a apropriação da mais-valia natural;

- A dificuldade e o não cumprimento das normas e acordos estabelecidos coletivamente, tanto por parte de empresas privadas como por parte de governos, a exemplo da não aceitação dos EUA e, também, o não cumprimento por outros países, do acordo de redução da emissão de gases poluentes na atmosfera;
- As relações com a natureza e seus efeitos não são lineares e estáveis, portanto, não cabem em fórmulas matemáticas;
- A concorrência na economia de livre mercado impõe a redução de custos para a sobrevivência junto à concorrência. Esta lógica não aceita aumento nos custos.

Ao contrário da Economia do Meio Ambiente ou da economia convencional neoclássica, que estão centradas no estabelecimento de preços, a Economia Ecológica está mais preocupada com a questão do 'valor' e com a distribuição dos recursos, razão pela qual esta disciplina apresenta importantes contribuições para a Agroecologia (CAPORAL, 2011, p. 57).

A economia ecológica propõe a ampla valoração da natureza, a minimização no uso de energia e materiais, a preocupação com a durabilidade dos produtos e a capacidade de reuso, a minimização da produção de lixo e o reaproveitamento em sistemas fechados, além da priorização da utilização de recursos locais no atendimento das necessidades locais.

Situa a economia dentro do sistema ecológico, e não ao contrário, como na economia neoclássica. Ou seja, a ecologia não está a serviço da economia e sim a economia precisa estar subordinada à ecologia. Esta se preocupa com o estudo dos *inputs* e *outputs*, relacionando-os à conservação da matéria e da energia, adequando a escala da economia dentro da capacidade de sustentação do ecossistema.

Sendo o econômico apenas uma parte do desenvolvimento, não é possível valorar economicamente as variáveis e dimensões não

econômicas, pois elas estão para além do econômico, são maiores que o econômico, e mais do que ajustar o ecológico ao econômico, será o ecológico que, crescentemente, influenciará o econômico. A economia humana passou da época na qual o fator limitante para o crescimento econômico era o capital produzido pelo homem, para uma época em que o fator limitante é o capital natural remanescente.

Embora o aspecto econômico seja importante, a agricultura é bem mais que uma atividade econômica. Atualmente as pressões e regras do mercado, custos dos insumos e preços recebidos forçam os agricultores a regularem suas decisões pela dimensão econômica. Essas dificuldades, muitas vezes, são compensadas com políticas de incentivos desconectadas de perspectivas e práticas agroecológicas.

A economia de mercado, também, força a uma visão de curto prazo dificultando ações e perspectivas de médio e longo prazos e as consequências disso, normalmente, se apresentam no médio prazo. A recuperação das degradações requer longos prazos e altos custos. Essas externalidades não são contabilizadas como custos econômicos. Para que a agricultura seja viável é necessário considerar estas externalidades, que influenciam sua capacidade de reprodução e continuidade para muito além dos aspectos econômicos.

Segundo Gliessman (2008), no texto “Desde una agricultura sostenible a sistemas agroalimenticios sostenibles”, a excessiva confiança na capacidade tecnológica de resolver os problemas diminui as preocupações com o efeito das consequências no futuro. Isso causou grandes degradações, contaminações, altos gastos energéticos e condições desiguais de acesso ao alimento e outros recursos.

Isto mostra que a tecnologia pode ajudar a resolver problemas, mas não alcança muitas dessas dimensões. Assim, como se apresentou a revolução verde como a solução dos problemas da produção de alimentos e desenvolvimento do campo, apresenta-se, agora, a biotecnologia como nova solução salvadora.

Diante do fracasso das teorias de desenvolvimento para acabar com a pobreza e a exclusão social, sem as necessárias mudanças de comportamento e estruturais na sociedade, segundo Naredo (2003), o atual *homo economicus* está gerando uma mutação = o *homo miserabilis*.

No Brasil, evidencia-se grande concentração de riquezas e consequente exclusão social. Quem produz riquezas não tem o direito de usufruir delas. Apesar das dificuldades, a agricultura ainda produz muita riqueza. Para estancar um pouco a expropriação na agricultura, é preciso mudar a base tecnológica.

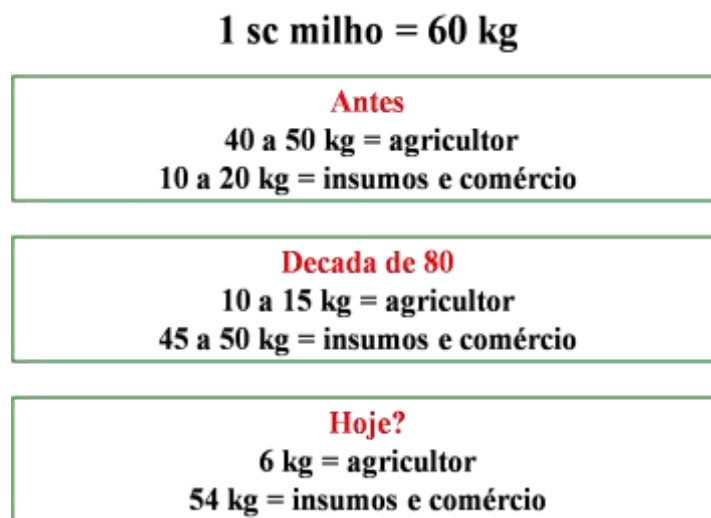
A Agroecologia propõe-se, também, a este desafio, através da recomposição do ambiente, reduzindo a dependência dos insumos industriais, especialmente, dos adubos químicos e agrotóxicos e, também, do resgate e a produção de sementes.

Nesta condição, a dimensão estratégica evidencia-se à medida que, além da redistribuição e distribuição mais equitativa da riqueza produzida, possa ser assumida a perspectiva da negação da exploração do homem pelo homem. A abolição da escravidão caracterizou a negação de uma forma de exploração, mas não questionou a exploração propriamente dita, que é o aspecto realmente central. Permite-se hoje, a continuidade da exploração alheia como condição legal e normal.

No campo, antes da revolução verde havia muitas dificuldades, mas, de tudo que se produzia e vendia, ficava mais da metade do valor com as famílias no campo. Por exemplo: mais da metade do valor final de cada saca de milho produzido e comercializado ficava com quem produzia.

Esse modelo até fez aumentar a quantidade produzida, especialmente, pelo aumento da área plantada, mas os custos de produção subiram muito e continuam subindo. Agora, de cada saca de milho produzida, o agricultor fica com mais ou menos 10% do valor. Há situações em que é possível vender a safra e ficar com contas a pagar (Figura 5).

Figura 5 – Mudanças na distribuição de renda na produção de milho



Fonte: Arl (2014).

A destruição da fertilidade natural e a dependência externa, a monocultura e o fim dos cultivos para o autoconsumo, são responsáveis pela diminuição drástica e crescente da renda. A Figura 4 mostra como mudou a distribuição da renda gerada no processo de produção de alimentos, antes do modelo agroquímico, no auge da sua implantação e mais recentemente. Este quadro deixa evidente que o modelo da monocultura e da dependência de insumos externos não serve para a agricultura familiar/camponesa. Trata-se de uma grave crise de renda resultante do modelo agroindustrial: alta dependência externa e crescente necessidade de insumos, decorrentes da degradação ambiental e da desestruturação dos sistemas de produção.

Isto considerando apenas os desembolsos financeiros decorrentes dos custos de produção. Quando, somados a estes, os custos dos impactos ambientais e sociais (externalidades), a inviabilidade se amplia.

O Departamento de Estudos Sindicais Rurais (DESER), de Curitiba/PR, realizou uma pesquisa com famílias produtoras associadas à

Rede de Gestores de Referências. Esta pesquisa foi realizada no Sul do Brasil, no âmbito do Movimento Sindical Cutista, da Rede Ecovida de Agroecologia e Assentamentos da Reforma Agrária. Das 1.013 famílias que participam desta 'rede-ferramenta', é possível distinguir 4 (quatro) grandes categorias de caminhos adotados:

- Agricultura tradicional;
- Agricultura convencional;
- Agricultura orgânica;
- Agricultura agroecológica de agrofloresta.

Segundo o Deser, a “agricultura convencional” é o único caminho que apresenta uma referência de dependência de recursos externos para garantir, em cenários futuros, sua permanência como sistema de produção sustentado na agricultura. Essa dependência gera altos custos e grandes riscos.

A “agricultura tradicional” é aquela praticada por famílias com limitado acesso às novas tecnologias e aos benefícios das políticas públicas. Utilizam poucos insumos externos e normalmente obtém produtividades mais baixas e comercializam volumes pequenos. É frequente a prática dos pousios, roçadas e queimadas. Seu custo de produção é baixo.

A “agricultura orgânica”, caracterizada como um sistema de produção intensiva e mesmo não utilizando agrotóxicos ou outros insumos agroindustriais do modelo da revolução verde é, ainda bastante, dependente de insumos externos (esterco, sementes, e outros). Seu custo e riscos são ainda relativamente altos. Comercializa em mercados especializados e com preços superiores aos produtos convencionais.

A “agricultura agroecológica de agrofloresta” é um sistema altamente funcional e com incremento na fertilidade natural, com baixos custos de produção. Sua independência, autonomia e segurança são

grandes. Seu maior custo é a mão de obra no manejo. Segundo o Deser, mostra claramente uma ruptura com o modelo da revolução verde:

A '**agricultura agroecológica na agrofloresta**', definitivamente, demonstra uma capacidade de ruptura técnico-econômica com a equação negativa entre preços e custos do capital representada pela agricultura convencional. O caminho seguido por esse padrão de agricultura aponta para uma perspectiva de autonomia e soberania (DESER, 2004, p.24).

Resultados diferenciais da renda nos quatro caminhos, obtidos com base na produtividade do trabalho de uma pessoa ocupada em tempo integral (Quadro 6).

Quadro 6 – Resultado da renda das famílias agricultoras

Indicadores	Caminhos seguidos pelas famílias agricultoras			
	Tradicional	Convencional	Orgânico	Agroecologia de agrofloresta
Área de produção (ha)	5	15	0,2	4,5
Produtos comercializados	Milho, feijão	Soja, leite	Hortaliças	Banana, outras frutas
Valor bruto da produção – VBP (R\$/ha)	780,00	950,00	60.000,00	1.800,00
Valor bruto da produção total (R\$)	3.900,00	14.250,00	12.000,00	8.100,00
Custos tecnológicos (%/VBP)	18	77	27	12
Custos de manutenção (%/VBP)	4	8	12	3
Despesas de manutenção familiar – DMF (%/VBP)	35	25,8	34	24
Renda da agricultura (%/VBP)	43	(-10,8)	27	61
Renda da agricultura (R\$)	1.677,00	(-1.539,00)	3.240,00	4.941,00

Fonte: Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referências, safra 2003/2004 (*apud* SANTOS, 2005, p. 9).

Os resultados de renda apresentados no Quadro 6 estão relacionados à produtividade do trabalho referentes à área de produção manejada por uma pessoa adulta. Os números traduzem claramente que os resultados dependem principalmente do baixo custo. É necessário considerar que no período do trabalho houve estiagens no Sul e, embora todos os sistemas terem sido afetados, o efeito negativo foi maior naqueles de alto investimento. Isso mostra, também, que a resistência dos sistemas agroecológicos e, até mesmo, dos sistemas tradicionais é, significativamente, maior do que dos sistemas convencionais.

Os resultados dessa pesquisa, também, desafiam a lógica do sobre preço de um produto diferenciado frequentemente sugerido como caminho para a pequena produção, ou então aplicado no mundo orgânico mercadológico. A melhor possibilidade de ampliar a renda está na diminuição dos custos de produção, com as vantagens, ainda, de menores riscos, ganhos ambientais e melhoria da capacidade de produção futura.

7.5 Um desafio energético

O planeta terra dispõe, concretamente, de três fontes de energia: a solar, a atômica e a geotérmica. A energia eólica, hidráulica, dos agrocombustíveis e, até mesmo, o petróleo derivam da energia solar. A fotossíntese e a produção de biomassa são uma das formas mais eficazes de captação e acúmulo da energia solar dentro dos ecossistemas e agroecossistemas.

A agricultura tradicional era superavitária energeticamente, ou seja, para cada kilocaloria que entrava via insumos, máquinas ou outras formas gerava-se em torno de 6 a 20 kilocalorias. No modelo de agricultura agroindustrial, para cada kilocaloria aplicada, gera-se em média apenas 1,2 kilocalorias e, em muitas situações, este saldo é negativo, para cada kilocaloria aplicada gera-se menos de uma kilocaloria.

Caporal (2011, p.55), a ineficiência da agricultura industrial pode ser entendida, em partes, a partir das leis da termodinâmica, especialmente a lei da entropia. O funcionamento dos agroecossistemas simplificados, como as monoculturas, são altamente e crescentemente dependentes de energia e materiais vindos de fora.

Inclusive, na produção de alguns agrocombustíveis, segundo a pesquisadora francesa Simone Denaeyer (2008), da Universidade Livre de Bruxelas, grande parte dos biocombustíveis são de baixa eficiência energética, ou seja, o saldo entre a energia aplicada na produção e a energia produzida é pequeno, e dependendo do ano e da produtividade pode ser negativo, como ocorreu com o milho em 2005, nos EUA, em que o saldo foi de 0,71, ou seja, gastou-se mais de um litro de combustível para produzir apenas um litro. Esse saldo fica, na maioria das situações, entre 1 e 3. A grande exceção de saldo positivo é a cana de açúcar, no Brasil, com saldo entre 8 e 9.

A Agroecologia desafia a redução da entropia e recomposição da sustentabilidade energética nos agroecossistemas.

Ao contrário deste modelo simplificador e gerador de desordem ecossistêmica, desde a Agroecologia, se preconiza uma aproximação ao fechamento dos ciclos biogeoquímicos, isto é, de uso dos materiais e de energia localmente disponíveis, um maior aproveitamento da energia solar, uma maior complexificação dos agroecossistemas através da ativação biológica dos solos e do incremento da biodiversidade, de modo a reduzir drasticamente a dependência do entorno e a necessária e permanente introdução de novos *inputs* industriais exigidos pela agricultura dita moderna (CAPORAL, 2011, p. 56-7).

8. É possível alimentar o mundo com Agroecologia?

Valdemar Arl

Para discutir a questão da segurança alimentar é preciso ampliar o debate para além da dimensão física da produção e do consumo. A seguir levantaremos alguns aspetos importantes a serem considerados nesse debate, incluindo a discussão dos “modelos” e a Agroecologia.

8.1 A questão da fome

De fato, alimentar o mundo é um desafio que precisa ser fortemente pautado, pois é uma preocupação real. Conforme relatório anual de 2009, da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito de segurança alimentar, mais de um bilhão de pessoas, cerca de um sexto da população mundial, sofre com a desnutrição. O relatório constata que o número de pessoas que sofre com a fome já estava crescendo antes da crise econômica mundial, mas, depois, a situação piorou ainda mais.

O Brasil está entre os poucos países onde a fome diminuiu, graças ao maior investimento em políticas sociais por parte do Governo Federal. Este relatório adverte para o aumento da fome nos próximos anos.

A ameaça quanto à capacidade de alimentar o mundo está exatamente na continuidade do atual modelo, que concentra renda, exclui pessoas, degrada o meio ambiente, e que tem como objetivo maior o lucro e a produção de *commodities*. Muitas pessoas já passam fome, mesmo com safras abundantes. No Brasil somente a safra de grãos soma em torno de 159 milhões de toneladas, o que equivale a aproximadamente 2,0 kg de grãos por dia por habitante. Somado aos demais produtos agrícolas,

ultrapassa os 3 kg por habitante por dia, o que daria para alimentar, a no mínimo, 5 vezes mais pessoas. Porque então ainda tem fome no Brasil?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), classifica os graus de insegurança alimentar e aponta que 65,6 milhões de brasileiros não se alimentam direito. Desse total, 40,1 milhões (20,9% da população total) convivem com a forma leve de insegurança. Mais 14,3 milhões estão na situação moderada. Os demais (11,2 milhões) passam pela privação de alimentos, a insegurança alimentar grave.

O acesso ao alimento depende de disponibilidade, mas, também, de condições econômicas para a aquisição ou o acesso a terra para a produção. Esse é, hoje, o grande fator causador de fome no mundo. Se a produção geral de alimentos não é deficitária em relação ao consumo, tanto nas regiões produtoras como em regiões com dificuldade de produção, o fator limitante é o acesso ao alimento. Portanto, um primeiro aspecto a ser considerado é o acesso ao alimento, pois uma parcela significativa da população já é vítima da falta de alimentos, mesmo havendo produção suficiente.

Um dos estudos mais completos sobre a fome no Brasil foi realizado por Josué de Castro (1984) na “Geografia da Fome”. Embora a realidade, em alguns aspectos, já tenha mudado para melhor, em outros aspectos se agravaram, a exemplo do êxodo rural e a concentração da terra, considerados por ele como a raiz da fome.

A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semi colonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro. Nenhum fator é mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que a sua estrutura agrária feudal, com um regime inadequado de propriedade, com relações de trabalho socialmente superadas e com a não utilização da riqueza potencial dos solos (CASTRO, 1984, p.285).

Castro (1984) destaca, também, outra dimensão da fome, a nutricional que, no caso do Brasil, é muito séria e, embora tenham relações socioeconômicas e geográficas, está muito mais associada a fatores socioculturais.

A alimentação do brasileiro se mostra assim imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta ou desarmônica, arrastando o país a um regime habitual de fome - seja de fome epidêmica, como na área do sertão, exposta às secas periódicas, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do sertão, exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul (CASTRO, 1984, p.296).

Pode-se prever que a questão das dietas inadequadas se amplia, também, por fatores mercadológicos, pois, como será apresentado mais adiante, há uma redução da base alimentar dos povos, provocada pelo modelo que, cada vez mais, se move pelo lucro a partir das *commodities*.

8.2 A redução da base alimentar

Outro problema muito grave é a perda de agrobiodiversidade e o empobrecimento das dietas, pois, esse aspecto afeta quase toda a população e, especialmente, os moradores urbanos. O agronegócio e o grande mercado movem-se pelo lucro, portanto, produzem e comercializam *commodities*, ou seja, produzem e comercializam aquilo que lhes proporciona mais lucro e possibilita grande escala. Não lhes interessa qualidade nutricional nem costumes e culturas regionais, muito menos diversidade. Assim, obriga a população comer *commodities*. Com isso há um grave empobrecimento da dieta alimentar, especialmente, no que se refere às proteínas, vitaminas e sais minerais. A oferta de alimentos deveria adaptar-se às necessidades das pessoas e do mundo. Hoje a

oferta de alimentos está condicionada ao potencial de maior lucro das corporações agroalimentares.

As populações antigas tinham uma dieta muito diversificada e rica. Com o surgimento da agricultura, já houve uma redução significativa na diversidade. Mas com o surgimento da chamada agricultura moderna, a redução da diversidade foi drástica. E, à medida que grandes corporações vão assumindo a distribuição de alimentos, essa diversidade vai sendo reduzida ainda mais.

Mesmo quem não passa fome, tem uma dieta carente em sais minerais e vitaminas (gordinhos e desnutridos).

Além da redução da diversidade, a industrialização dos produtos leva à perda de qualidade e à inclusão de aditivos como corantes, estabilizantes, conservantes e outros, que afetam a fauna e a flora intestinal (Figura 6).

Figura 6 – Redução da base alimentar humana



Fonte: Pinheiro (2004).

8.3 A qualidade dos alimentos locais

A qualidade de muitos desses alimentos tidos como *commodities* é muito inferior a alguns alimentos regionais e cultivos tradicionais. A Tabela 1, a seguir, evidencia a baixa qualidade nutricional dos produtos oferecidos pelo grande mercado e a alta qualidade de produtos pouco disponíveis ou até mesmo quase esquecidos pela população.

Tabela 1 – Qualidade nutricional de produtos diversos

PRODUTO	CALORIAS Kcal	PROTEÍNAS g	FIBRA g	CÁLCIO mg	FERRO mg	VITAMINA A mmg
BATATINHA	75	1,6	1,0	6	0,8	0
BATATA DOCE	116	1,3	0,9	31	1,0	300
MANDIOCA	149	0,8	1,0	35	1,1	2
ALFACE	15	1,3	0,7	43	1,3	87
REPOLHO	28	1,7	1,0	43	0,7	10
COUVE	40	3,6	0,9	203	1,0	650
BREDO	42	4,6	1,8	410	8,9	953
CAMBUQUIRA	26	4,2	1,5	127	5,8	270
CHUCHU broto	28	4,0	1,3	58	2,5	205
BATATA DOCE folha	49	4,6	2,4	158	6,2	975

Fonte: IBGE (1981).

Há, também, uma grande quantidade de espécies de plantas nativas, especialmente frutíferas, pouco utilizadas nas dietas, como, por exemplo, o pinhão, a guabiroba, o araçá, o butiá e outras, com alta qualidade nutricional. Estas poderiam ser aproveitadas *in natura* e de diversas formas na culinária. Há experiências muito boas de extração da polpa, principalmente, para sucos e sorvetes e são comercializadas em feiras e utilizadas na alimentação escolar.

Veja o exemplo do pinhão, a seguir (Tabela 2):

Tabela 2 – Composição nutricional do pinhão

Composição nutricional do pinhão = 100g					
Umidade (g/100g)	46,90	Cu (mg/100g)	0,20	P (mg/100g)	135,43
Minerais (g/100g)	2,06	Zn (mg/100g)	0,66	S (mg/100g)	39,20
Proteínas (g/100g)	3,85	Carboidratos (g/100g)	40,88	Valor calórico total (kcal/100g)	192,69
Em base seca (%)	12,18				
Fibras (g/100g)	4,78	Fe (mg/100g)	0,90	Na (mg/100g)	0,67
Mn (mg/100g)	0,19	K (mg/100g)	692,13	Ca (mg/100g)	24,72
Lipídios (g/100g)	1,53	Mg (mg/100g)	49,38		

Fonte: Embrapa Florestas (2011).

Composição nutricional do pinhão = 100g			
Vitamina C (mg/100g)	13,9	Vitamina B5 (mg/100g)	4.700
Vitamina B2	240	Vitamina B1 (mg/100g)	1.350
Vitamina A (mg/100g)	3	Niacina	4,28

Fonte: Revista Floresta (1979).

8.4 A diferença da qualidade nutricional dos alimentos nos diferentes sistemas de produção

No sistema convencional, a adubação é realizada com altas doses de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio). Isso acelera o desenvolvimento das plantas, mas, também, dificulta a absorção de outros micronutrientes. Além disso, em solos desgastados e sem vida, a disponibilidade geral dos nutrientes é baixa. Assim, a qualidade nutricional das plantas é inferior.

Ainda, o sabor das olerícolas e frutas de sistemas agroecológicos é muito superior. Essas são manifestações de elogio, muito frequentes, feitas por consumidores nas feiras livres.

Tabela 3 - Diferenças na composição nutricional entre vegetais orgânicos e convencionais

Nutriente (em%)				
Vegetal	Vitamina C	Ferro	Magnésio	Fósforo
Alface	+17	+17	+29	+14
Espinafre	+52	+25	-13	+14
Cenoura	-6	+12	+69	+13
Batata	+22	+21	+5	0
Repolho	+43	+41	+40	+22

Fonte: Worthington (2001, p.167).

Tabela 4 – Estudo comparativo quanto à composição nutricional entre diferentes sistemas

	Cálcio	Magnésio	Potássio	Sódio	Manganês	Ferro	Cobre
ALFACE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	40,5	60,0	99,7	8,6	60,0	227	69,0
Convencional	15,5	14,8	28,1	0,0	2,0	10	3,0
TOMATE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	71,0	49,3	176,5	12,2	169,0	516,0	60,0
Convencional	16,0	13,3	53,7	0,0	1,0	9,0	3,0
ESPINAFRE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	23,0	23,0	148,3	6,5	68,0	1.938,0	53,0
Convencional	4,5	4,5	58,6	0,0	1,0	1,0	0,0
FEIJÕES (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	96,0	203,9	257,0	69,5	117,0	1.885,0	32,0
Convencional	47,0	46,9	84,0	0,8	0,0	19,0	5,0
MÉDIAS							
Orgânico	57,6	84,01	170,4	24,2	103,5	1.066,5	53,5
Convencional	20,9	19,9	56,4	0,2	1,0	9,8	2,8
Diferenças x+	2,8	4,2	3,0	121,0	103,5	109,4	19,5

Fonte: Restreca (p.10-11).

Uma planta desequilibrada é mais atacada por insetos e doenças. Uma planta que se desenvolve normalmente, sem excessos de apenas alguns nutrientes (adubação química), é mais equilibrada, contém mais fibras e é de qualidade nutricional superior. Estas plantas, também, são menos suscetíveis a doenças e pragas. A Figura 7 demonstra diferenças expressivas de composição mineral em alguns alimentos.

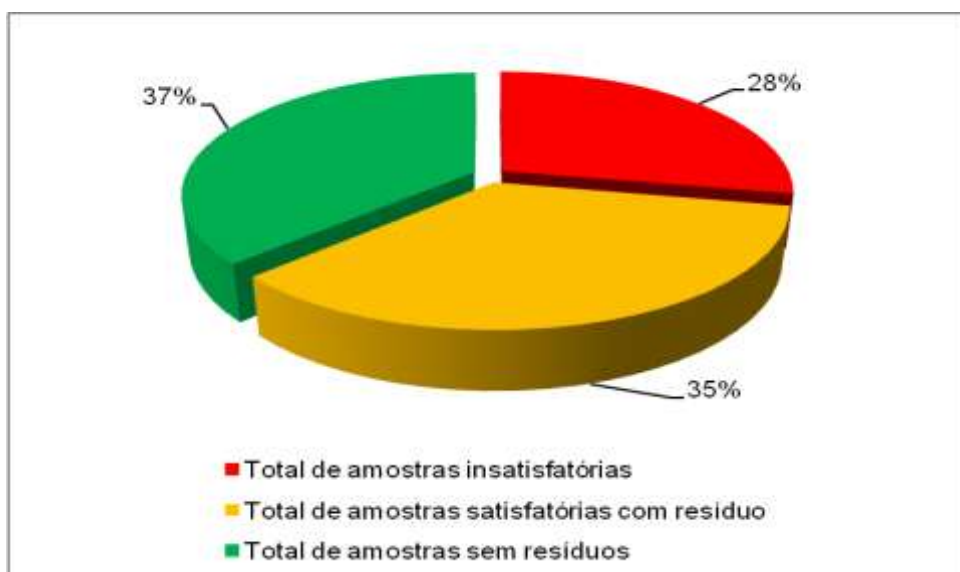
Figura 7 – Perdas nutricionais na horticultura americana



8.5 O modelo convencional e a contaminação dos alimentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou, em abril de 2010, dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos e Alimentos. No balanço geral, de nove importantes produtos avaliados (alface, batata, morango, tomate, maçã, banana, mamão, cenoura e laranja), o índice de amostras insatisfatórias ficou em 28% (Figura 8).

Figura 8 – Análise de alimentos quanto ao teor de resíduos agrotóxicos



Fonte: Anvisa (2010).

As contaminações são por excesso de dosagem, por não respeitar as carências e, até mesmo, produtos proibidos. Quase 30% dessa produção não é alimento, e sim, lixo tóxico.

Tamanha proporção de contaminação requer uma ação mais rigorosa do governo federal, pois representa uma ameaça à saúde pública. Essa produção do modelo convencional é que necessita de uma avaliação de conformidade (certificação), pois é de alto risco, e não os produtos orgânicos, que não usam agrotóxicos.

8.6 O modelo agroindustrial convencional é uma grave ameaça a segurança alimentar

A princípio pode-se concluir que o próprio modelo convencional é que coloca em risco a segurança alimentar do mundo. Seguem mais alguns aspectos a considerar como ameaças expressivas à segurança alimentar:

a. **Biocombustíveis – Agrocombustíveis**

Muitas áreas de terras férteis, antes ocupadas para produção de alimentos, vão dando lugar aos cultivos de cana-de-açúcar, girassol, mamona, milho e outros para produção de agrocombustíveis. Se a produção para biocombustíveis for mais lucrativa, a produção do agronegócio, rapidamente, incorpora essa possibilidade. Já existem, no Brasil, grandes áreas e crescentes territórios sendo ocupados pelo cultivo da cana para a produção de etanol. Se houver algum problema com o abastecimento ou preço do petróleo, essa pressão aumentará ainda mais.

b. **Pínus – eucalipto – acácia**

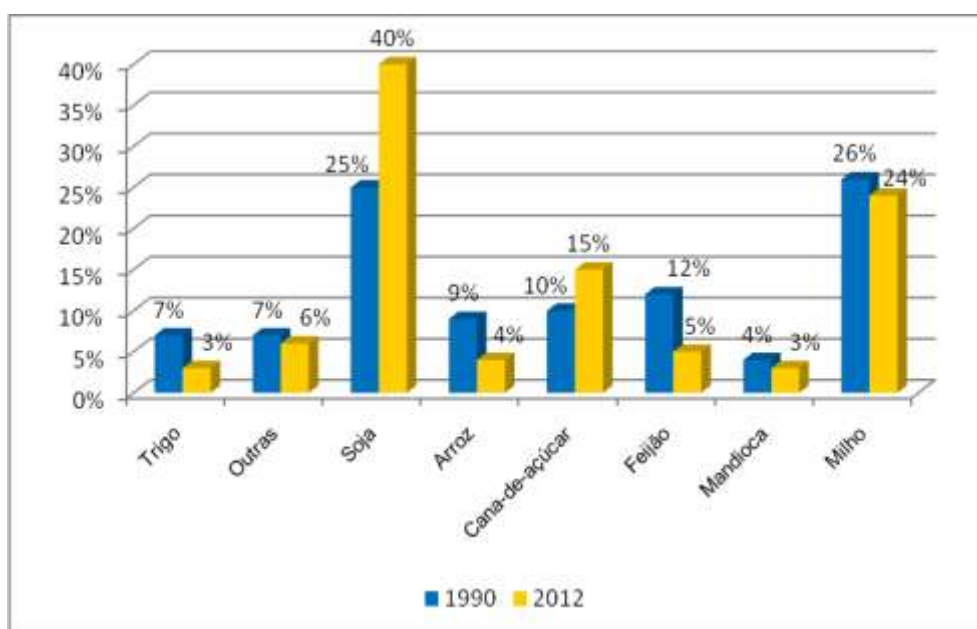
Em algumas regiões, principalmente, nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, crescem as áreas de monocultura de pínus, eucalipto e acácia, formando verdadeiros desertos verdes, expulsando famílias, suprimindo comunidades e afetando a fauna e flora. Trata-se de populações que, além de se alimentar, produziam alimentos e, agora, vivem em situações de conflito de terras com comunidades tradicionais e desrespeito às áreas de preservação permanente, suprimindo fontes, ocupando encostas e topos de morros. O destino principal dessa produção é a exportação para os países do norte e Ásia.

c. **Modelo agroexportador x produção de alimentos**

Uma grande parte da produção se volta para a exportação. Trata-se de produção de *commodities* ou mercadorias e não alimentos, a não ser que algum alimento possa se tornar uma *commoditie* lucrativa. A soja, hoje, representa mais de 40% da produção de grãos do Brasil, e não é para alimentar o país, nem mesmo as pessoas diretamente, mas sim para os animais da Europa e Ásia. A produção de *commodities* significa e desconexão definitiva entre a produção e o alimento e uma desconexão total entre a produção e o consumo de alimentos. O negócio e o lucro é que orientam as decisões do agronegócio

A Figura 9, a seguir, evidencia a perda de área cultivada com cultura de maior peso na alimentação popular e o aumento do cultivo das commodities. No período de 1990 a 2012, as culturas do feijão, mandioca, trigo e arroz que somavam 32% da área cultivada caíram para 15% no total dos cultivos de lavouras temporárias. No mesmo período a soja saltou de 25% da área para 40% e, em 2012 a soma dos cultivos da soja, cana e milho representavam 79% do total da área cultivada com lavouras temporárias.

Figura 9 – Informação sobre áreas de cultivo substituídas pela soja



Fonte: Teixeira (2012 - adaptado).

d. Aquecimento global - Adversidades climáticas

Esta é uma grande ameaça à disponibilidade de alimentos, pois, anualmente, segundo a ONU, mais de 6 (seis) milhões de hectares de terras entram em processo acelerado de desertificação, em consequência do modelo agroquímico destruidor.

Também, a intensificação das adversidades climáticas extremas, como secas e excesso de chuva, são resultado do próprio modelo causador do aquecimento global, que leva à frustração de safras e diminuição da produção de alimentos.

e. Especulação financeira

O abastecimento alimentar está ficando cada vez mais na mão de poucas e grandes empresas, em sua maioria, multinacionais que têm como grande objetivo o lucro. Seus estoques se ajustam ao abastecimento do mercado. Não realizam estoque estratégico, pois não têm responsabilidade com a segurança alimentar. Negociam safras inteiras, e especulam com o preço.

Em texto escrito para a Carta Maior, Boaventura de Sousa Santos denuncia a migração dos investimentos especulativos para os mercados internacionais de produtos agrícolas, depois da crise do investimento no setor imobiliário.

Em articulação com as grandes empresas que controlam o mercado de sementes e a distribuição mundial de cereais, o capital financeiro investe no mercado de futuros na expectativa de que os preços continuarão a subir, e, ao fazê-lo, reforça essa expectativa. Quanto mais altos forem os preços, mais fome haverá no mundo, maiores serão os lucros das empresas e os retornos dos investimentos financeiros (SANTOS, 2008, p. 11).

f. Padrão de consumo – hábitos alimentares

Segundo a análise embasada na pegada ecológica⁵¹, diante da limitação de recursos naturais, se o mundo assumir uma dieta alicerçada no consumo de carne, o planeta suportaria apenas 3 (três) a 3,5 (três e meio) bilhões de habitantes, ou seja, a metade da população atual.

⁵¹A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais.

Enquanto que, em uma dieta alimentar alicerçada nos grãos, vegetais e frutas, o Planeta Terra suportaria, de forma sustentável, de 10 (dez) a 14 (quatorze) bilhões de habitantes.

Dieta embasada em grãos, vegetais e frutas	Mundo com 10 a 14 bilhões de habitantes
Dieta embasada na carne	Mundo com 3 a 3,5 bilhões de habitantes

Fonte: Pegada ecológica WWF (visitado em 20 de outubro de 2013).

Há grande perda de energia, nutrientes e diminuição na quantidade de alimento final na transformação de grãos em proteína animal. Segundo Kautonian (2001), estima-se que, dado ao alto consumo de carne, são necessários, de 1.500 a 2.000 kg de grãos, por ano, para cada habitante dos países ricos.

Perda na transformação de ração em subprodutos de origem animal.

ANIMAL	kg de ração/ kg ganho de peso vivo	kg de ração/ kg de carcaça peso fresco	kg de ração/kg prato matéria seca
Frango	2,1	2,6	11,4
Suíno	3,6	4,8	20,9
Gado	7,0	10,0	44,0

Fonte: Cast (1999).

São necessárias mudanças gerais nos padrões de consumo, não somente nos hábitos alimentares, pois é impossível estender as condições de consumo dos países ricos para os demais países do mundo.

g. Redução e perda de biodiversidade

A partir da revolução verde há uma redução crescente da biodiversidade, tanto de espécies cultivadas como de variedades em cada espécie. As variedades híbridas foram substituindo as sementes crioulas e, agora, com as variedades transgênicas, a ameaça é ainda maior, pois podem contaminar as variedades crioulas existentes. A garantia da diversidade de espécies e variedades é fundamental para a segurança alimentar dos povos. A perda da biodiversidade significa também a perda da autonomia genética e a dependência para a obtenção de sementes que, cada vez mais, são monopólio de grandes corporações.

h. Controle das sementes como estratégia de dominação e controle da produção e do mercado

As sementes são um dos principais alvos das grandes cooperações nos últimos anos como estratégia de dominação da produção e distribuição de alimentos no mundo. Estamos cada vez mais dependentes dessas empresas para nos alimentarmos e, portanto, sujeitos às suas decisões quanto ao que devemos comer e quanto devemos pagar por isso. A ofensiva dos transgênicos é parte dessa estratégia de controle e dominação.

A imagem a seguir (Figura 10) traduz a incorporação de várias empresas pelas grandes corporações nos últimos anos, sendo que as empresas marcadas em azul são empresas de sementes. A grande quantidade de empresas de sementes sendo compradas evidencia essa condição descrita.

Transformando o agricultor em fornecedor de matéria prima para a indústria e comprador de insumos, cabendo-lhe um papel cada vez menor e cada vez mais controlado e comandado pela indústria.

A industrialização agroalimentar implicou em um processo de substituição dos produtos agrários por produtos industriais que se traduz no desenvolvimento de alimentos fabricados que complementa o processo de apropriação industrial da agricultura já exercido através dos insumos, antes controlados e produzidos pelo agricultor. (GOODMAN; REDCLIFT; FRIEDMAN, 1991 *apud* CALLE COLLADO; MONTIEL; SÁNCHEZ, 2009, p. 4).

A industrialização proporciona crescente distanciamento entre a produção e o consumo, cada vez mais exercida por algumas grandes corporações, em circuitos cada vez mais longos. Trata-se da “mão invisível” do mercado, responsável pelo abastecimento e que prioriza produtos que lhe dão mais lucro (as *commodities*), com produtos, naturalmente, menos perecíveis ou com resistência induzida quimicamente. Essas condições fazem diminuir, drasticamente, a diversidade e a qualidade nutricional e os sabores. Exemplos disso são os tomates “longa vida” e os melões “casca dura”, ambos muito inferiores em sabor, mas de longa durabilidade na prateleira.

Esse “passeio” dos alimentos nas cadeias longas representa custos de transporte e eleva as perdas. Outro aspecto a considerar, é que as grandes corporações não mantêm armazéns estratégicos, onde o armazenamento se vincula apenas à perspectiva de oscilação de preços nas safras e entre safras, para obtenção de maiores lucros e não para a garantia de suprimento alimentar e, muito menos, para a sustentação de preços justos. Lógica impulsionada e impulsionadora da lei da oferta e da procura, buscando lucros ilimitados.

uma parte cada vez menor no processo de produção. A indústria produz, determina e fornece os insumos, determina o modelo de produção e leva a produção bruta para processar, embalar e distribuir.

A desconexão e o distanciamento, entre a produção e o consumo, desestruturaram dietas locais/regionais e acabaram com o consumo de produtos da época, aspectos culturais e históricos nas dietas dos povos.

8.7 O potencial dos sistemas agroecológicos na segurança alimentar

O sistema agroecológico tem capacidade de prover a alimentação futura da população, também por sua capacidade produtiva, e, principalmente por se tratar de sistemas de maior funcionalidade ecológica, de maior resistência e resiliência.

A capacidade de produtividade em muitas situações é igual ou maior do que no modelo convencional, por exemplo: a soja produz em torno de 3.500 a 4.000 kg de grãos/hectare/ano, os sistemas agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis produzem mais de 7.000 kg de alimento/hectare/ano. Ainda, ao transformar os grãos de soja em ração e depois em carne a desproporção fica ainda maior. Há registros de Saf's com produção anual acima de 15.000 kg de alimento/hectare/ano.

Até mesmo as florestas nativas têm significativa capacidade de produção de alimentos, a exemplo das florestas de araucária no Sul do Brasil (hoje quase extintas), onde no passado se criava e engordava suínos e gado. Nestas florestas estima-se uma produção superior a 7.000 kg de alimento por ha por ano. Muitas dessas áreas, hoje cultivadas e empobrecidas, talvez já não conseguem produzir nem o que a floresta nativa era capaz.

Para a possibilidade de uma efetiva e duradoura segurança e soberania alimentar dos povos é necessário ampliar a biodiversidade, construir sistemas de produção mais resistentes e mais resilientes, portanto, agroecológicos.

Outros aspectos fundamentais a considerar são o papel e potencial da agricultura familiar/camponesa na segurança e soberania alimentar, a iniciar pela capacidade de se auto alimentar e, que mesmo na atual condição social e política, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 84% dos estabelecimentos rurais com apenas 23,4% das terras, produz 60% dos alimentos básicos no Brasil, a destacar: 87% da mandioca; 69% do feijão; 67% do leite de cabra; 59% dos suínos; 58% do leite de vaca; 50% das aves; 46% do milho; 38% do café; 33,8% do arroz e 30% dos bovinos. Além da produção de alimentos, se comparada com o agronegócio, representa 74,4% dos postos de trabalho no campo, e gera 89% a mais de renda por área total.

A eficiência da agricultura familiar também é maior, sendo que gera um valor bruto de produção de R\$ 677,00/ha/ano, contra que é de R\$ 358,00/ha/ano agricultura do agronegócio empresarial (IBGE/MDA, 2006).

Segundo Altieri (1998), nos EUA os pequenos e médios agricultores que empregam métodos sustentáveis, produzem de 2 a 10 vezes mais por unidade de área que as grandes fazendas corporativas. Isso justifica a importância do fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e a reforma agrária.

A agricultura familiar/camponesa prioriza a produção de alimentos a iniciar para suas próprias famílias e tende a centrar-se no mercado local e nacional, pois de forma geral, está excluída do grande mercado que se constitui em crescentes oligopólios transnacionais que operam com escalas cada vez maiores. Por isso é necessário construir novas formas de relação entre a produção e o consumo, a iniciar por privilegiar e fortalecer os mercados locais/regionais, circuitos curtos e comercialização direta. Essa tem sido uma condição bem presente nas iniciativas agroecológicas no Brasil.

No caso de Rede Ecovida de Agroecologia, esta foi e é uma estratégia central, apesar da sedução de grandes redes de supermercados e outros espaços similares. A partir de dados de pesquisa realizada por

Julian Perez-Cassarino (2013)⁵³, confirma-se que praticamente a totalidade dos espaços de distribuição são diretos ou em circuitos curtos (Quadro 7):

Quadro 7 – Alimentos agroecológicos comercializados

Quantidade em kg de alimentos agroecológicos comercializados por mês		
Local	Kg/mês	%
Feiras Livres Agroecológicas	1.211.783	54%
Varejo	514.970	22%
Mercado institucional	374.820	17%
Pontos Fixos	161.760	07%
Total	2.263.333	100%

Fonte: Perez-Cassarino (2013 – Adaptado).

Segundo essas informações, 71% da comercialização é realizada de forma direta e 29% em circuitos curtos, e talvez estejam incluídas aí algumas redes de supermercados. É preciso considerar que a comercialização na Rede Ecovida conta com o apoio do Circuito de Trocas e Comercialização Solidária, que é uma experiência inédita que vem sendo realizada no Sul do Brasil. O circuito de trocas abastece as famílias de agricultores com produtos de outros agricultores de outras regiões e diversifica a disponibilidade de produtos oferecidos nas feiras ecológicas e demais canais de comercialização, e propicia também o aumento da oferta de alimentos ecológicos para as próprias famílias agricultoras.

Teve início em 2006, e tem como objetivos obter resultados econômicos efetivos e ao mesmo tempo manter os princípios da economia solidária e os princípios históricos da Rede. Organiza-se através de rotas de troca de produtos agroecológicos, sendo: Erechim-Curitiba e Lages-

⁵³ Trabalho realizado durante Tese de Doutorado nos Núcleos da Rede Ecovida nos três estados do Sul, que não envolveu a totalidade das iniciativas, mas a maioria, e é representativo.

Curitiba-São Paulo, com cinco sub-rotas de abastecimento, que aos poucos vão se ampliando. A comercialização se dá, basicamente, através da troca de produtos entre as associações de cada região (Figura 11).

Figura 11 – Mapa de rotas



Fonte: Ecovia (2007).

Alguns produtos são enviados para grandes redes de supermercados e, eventualmente, são exportados para fora da região.

Num contexto mais amplo, para além de boas experiências localizadas, conclui-se pela importância da aliança estratégica entre a cidade e o campo, pois, cada vez mais, a escolha do tipo e da origem do alimento é um ato político e ecológico.

Para resistir à lógica do grande mercado e recompor o controle sobre os alimentos, Calle Collado, Montiel e Sánchez (2009) propõe assumir o ato de consumo como um ato de identificação cultural, de aproximação relacional e de percepção da natureza.

[...] as resistências agroalimentares de que falamos neste trabalho são estratégias conscientes de introduzir modificações nos hábitos e na gramática social sobre o que é considerado bom na alimentação, apelando para razões sociais, morais, ambientais, culturais e afetivas (CALLE COLLADO; MONTIEL; SÁNCHEZ, 2009, p.7).

Segundo Calle Collado, Montiel e Sánchez (2009), as pessoas se movem em torno de três condições: integração e aceitação das pautas que dita o mercado, adaptação por não ter outras possibilidades e resistência. Diante dessas condições, especialmente da última, que pode advir de preocupações com a saúde, estilo de vida e mesmo consciência política, é possível construir estratégias de lutas políticas mais amplas junto aos “novos movimentos globais” da antiglobalização, potencializar as cooperativas de economia solidária de produtores e consumidores e, por último, construir uma agricultura diferente, fortalecendo e potencializando novos estilos agroalimentares.

A Via Campesina que é a principal articulação na luta pela soberania e segurança alimentar tem pautado, constantemente, a questão. No Fórum Global pela Vida, Justiça Social e Ambiental, através da Declaração de Cancun conclama para:

- a) Retomar os princípios dos acordos de Cochabamba, de 22 de abril de 2010, com um processo que realmente nos leve à redução real da emissão de gases de carbono com efeitos estufa e para atingir a justiça social e ambiental.
- b) A Soberania Alimentar com base na agricultura camponesa sustentável e agroecológica, dado que a crise alimentar e a crise climática são a mesma coisa, as duas são consequência do sistema capitalista.
- c) É necessário mudar os estilos de vida e as relações destrutivas do meio ambiente. É necessário reconstituir a

cosmovisão de nossos povos originários, que se baseia no pensamento holístico da relação com o cosmos, a Mãe Terra, o ar, a água e todos os seres vivos (DECLARAÇÃO DE CANCÚN, 2010, p.1).

Enfim, os desafios em torno da capacidade de alimentar o mundo não se resumem, apenas, ao debate da capacidade de produção, mas essa sempre foi e não deixará de ser uma preocupação importante.

E, em relação à produção, conclui-se que a agricultura familiar/camponesa é que de fato cumpre com o papel da produção de alimentos, mas precisa recompor seus sistemas de produção tornando-se mais resistentes e resilientes, aumentar sua funcionalidade e a fertilidade, aumentando assim sua independência, segurança e autonomia. Para estabelecer estas condições, a transição agroecológica é um imperativo.

Evidencia-se, também, a importância da reconstrução das relações entre a produção e o consumo, estabelecendo relações diretas e/ou circuitos curtos de comercialização, fortalecendo processos conscientes, onde a alimentação é assumida como um ato político, cultural e ecológico em articulações orgânicas entre o campo e a cidade.

III - UM DESAFIO METODOLÓGICO E ESTRATÉGICO: bases para uma metodologia popular transformadora

Valdemar Arl

“Tudo pode mudar para nada mudar, ou tudo pode acontecer para nada acontecer de fato”.

(Carlos de Andrade)

O novo não é somente um ponto de chegada, o novo é, também, o jeito de caminhar, ou seja, a metodologia precisa incorporar as novas percepções acerca da participação, do protagonismo, das relações. Precisa ser capaz de resgatar a cidadania, reconstruir os sujeitos e incorporar novos valores e perspectivas.

Mudanças significativas são hoje um imperativo necessário para uma perspectiva social, econômica e ambiental sustentáveis. A construção de uma nova sociedade embasada em uma nova sociabilidade alicerçadas na justiça, igualdade e oportunidade de vida digna para todos precisa também incorporar com mais rigor uma relação produtiva de convivência e existência positivas na natureza, numa necessária abrangência global. Isto vem sendo, crescentemente, pautado nas discussões e convenções, tanto locais como globais, embora seja ainda grande a distância entre o discurso e a prática efetiva.

Nesta sistematização evidencia-se como grandes desafios para a efetiva transformação sociopolítica, econômica e ambiental, a **organização** (tratado no capítulo I da parte 1), o **conteúdo** (tratado nos capítulos I e II da parte 2) e a **metodologia** (tratado nos capítulos III e IV da parte 1 e nos capítulos I e II da parte 3).

Na sequência, abordam-se aspectos básicos para uma construção metodológica transformadora. Resultam, principalmente, da práxis da nossa trajetória de militância e atuação profissional, mas embasados em importantes proposições teóricas de diversos educadores como Paulo Freire e análises de outras referências.

1. Condições e princípios básicos importantes para uma metodologia popular transformadora

Trata-se de condições, princípios e significação conceitual básica a serem incorporados e exercidos nas elaborações metodológicas. Pois não basta, simplesmente, inovar as técnicas e métodos dentro das velhas intenções e lógicas de dominação e manipulação imaginando que os resultados serão novos, como na frase introdutória de Carlos de Andrade “tudo pode mudar para nada mudar”.

Estas condições e princípios devem ser exercidos simultaneamente ou de forma completar, ou seja, somando-se em uma mesma metodologia.

1.1 O que é uma metodologia popular?

Para uma perspectiva popular transformadora é necessário uma articulação dialética entre metodologia, métodos e técnicas, para superar a condição reducionista das técnicas participativas manipuladoras presentes em processos conservadores autoritários e dominadores.

Entende-se como metodologia a operacionalização de uma perspectiva envolvendo os métodos, técnicas, dinâmicas e processos associados a uma dimensão estratégica transformadora e alicerçada na visão de mundo que incorpora perspectivas e valores exercidos em uma

nova consciência social e ambiental para uma sociedade sustentável. A metodologia é, sobretudo, uma pedagogia dialógica⁵⁴ e dialética⁵⁵. Esta amplitude conceitual acerca da metodologia na educação popular é expressa de diferentes formas por diversos teóricos de referência, como Pedro Pontual, Plínio de Arruda Sampaio e Antonio Fernando Gouvea da Silva:

[...] uma concepção metodológica, por tratar-se de um conjunto de princípios político-educativos que devem orientar e iluminar nossas práticas específicas e que devem garantir a articulação coerente entre os elementos do processo educativo e aqueles referentes à estratégia político organizativa. (PONTUAL *apud* SILVA, 2005, p. 25).

[...] o conjunto de procedimentos genéricos, para se realizar uma gama de ações teóricas ou práticas com base em determinados objetivos, motivações e intenções que se visa alcançar ou cumprir. (ARRUDA, 1988 *apud* CEPAGRI, 1996, p.58).

O método caracteriza-se como conjunto de técnicas, instrumentos ou dinâmicas adequadas para a efetiva realização de uma metodologia, como defendido por Arruda:

[...] enquanto conjunto de procedimentos específicos, determinado pelo sujeito os sujeitos da ação à luz de uma metodologia, para lidar com uma ação específica. (ARRUDA, 1988 *apud* CEPAGRI, 1996, p.58).

⁵⁴ Expressão derivada da dialética proposta por Paulo Freire, centrada no diálogo e interação horizontal em contexto e uma realidade concreta e num processo de idas e vindas de análises críticas e libertárias, para além do específico e imediato.

⁵⁵ Dialética é uma condição contestadora. Pode ser exercida na interação crítica entre teoria e prática, exercendo na contradição a superação e construção de nova condição, onde não se pensa as partes sem o todo e nem pensa o todo sem as partes, colocando a realidade em movimento. Marx propôs três leis gerais da dialética: 1 – Lei da passagem da quantidade para a qualidade (e vice e versa); 2 – Lei da interpenetração dos contrários; 3 – Lei da negação da negação. O espírito crítico e autocrítico é fundamental na dialética. Segundo Konder (2008): “[...] Em sua inspiração mais profunda, ela existe tanto para fustigar o conservadorismo dos conservadores como para sacudir o conservadorismo dos próprios revolucionários.”

Os métodos dão condições de operacionalização de uma metodologia.

Os métodos são a busca criativa [...] de construir os procedimentos mais adequados de trabalho para cada situação concreta e para cada grupo em particular. Isso faz que aqueles princípios metodológicos que têm uma certa validade universal, tenham que ser traduzidos e recriados em cada situação concreta e com a qual vamos trabalhar. Isso coloca em um papel bastante crítico e criativo aos educadores e educandos em cada situação concreta [...]. Já, as técnicas, são as ferramentas (dinâmicas, recursos pedagógicos, etc.) utilizadas para fazer viáveis os métodos criados para aquela situação concreta e para aquele grupo particular, à luz dos princípios metodológicos gerais (SILVA, 2005, p. 27).

Uma metodologia popular hoje é:

Uma tentativa de aliar a arte de tornar(se) capaz, e a mística que provoca a indignação dos oprimidos, reacende o ânimo do povo, qualifica o trabalho de base e incentiva a ligação das frentes de luta e de convivência. (CEPIS/CEPAGRI, 1996).

É necessário ampliar o poder da participação crítica, ativa e permanente do conjunto da sociedade na reconstrução da própria sociedade e das suas relações no meio em que vive.

1.2 A questão da participação

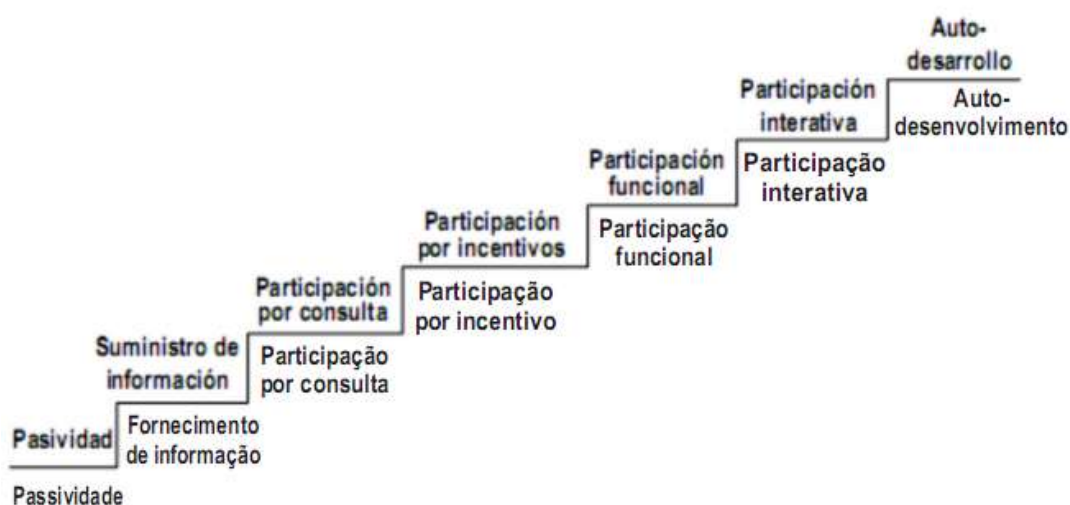
Iniciamos esta análise com a questão da participação porque está na moda falar de metodologias participativas. A participação é uma expressão normal junto às ONG, agências de desenvolvimento e de financiamento (nacionais e internacionais) e também órgãos governamentais e se coloca como parte quase obrigatória nos projetos.

Multiplicam-se espaços como conselhos, colegiados, comissões e

outros. Porém, a participação pode ser apenas uma nova forma de continuidade das condições já estabelecidas (manipulação, opressão, exclusão), como pode, de fato, ser transformadora e estabelecer novas relações, novas formas de tomada de decisões e construção coletiva.

Para fugir um pouco da dicotomia é possível, também, olhar a participação a partir de diferentes níveis e condições. Segundo Geilfus (2009), a participação não é uma condição fixa e pode ser de transição gradual “desde a passividade quase total (condição de beneficiário) ao controle do seu próprio processo (ser ator do auto desenvolvimento)”. Para isso criou uma escala da participação (Figura 1):

Figura 1 – Escala de participação



Fonte: Geilfus (2009, p. 2).

Passividade: as pessoas participam quando lhes é solicitado; não tem nenhuma incidência nas decisões e na implementação do projeto.

Fornecimento de informações: as pessoas participam respondendo a perguntas; não tem possibilidade de influenciar nem sequer ao uso que se dará à informação.

Participação por consulta: as pessoas são consultadas por agentes externos que escutam o seu ponto de vista;

isso sem ter incidência sobre as decisões que se tomarão a partir dessas consultas.

Participação por incentivos: as pessoas participam provendo trabalho ou outros recursos (cedendo áreas de terra para os experimentos) em troca de certos incentivos (materiais, sociais, capacitação); o projeto requer sua participação, mas não tem nenhuma incidência sobre as decisões.

Participação funcional: as pessoas participam formando grupos de trabalho para responder a objetivos pré-determinados pelo projeto; não tem incidência sobre a formulação, porém são consideradas no monitoramento e no ajuste de atividades.

Participação interativa: os grupos locais organizados participam na formulação, implementação, e avaliação do projeto; isso implica em processos de ensino/aprendizagem sistemáticos e estruturados, e a tomada de controle progressiva do projeto.

Auto-desenvolvimento: os grupos locais organizados tomam iniciativas sem esperar intervenções externas; as intervenções se fazem em forma de assessoria e como sócios (parte do processo). (GEILFUS, 2009, p. 2).

De fato, as metodologias participativas podem assumir uma diversidade de objetivos e valores e por isso são realizadas de várias formas e até o mesmo método. Podem ser exercidas com diferentes intenções e objetivos, com práxis distintas e até contraditórias, produzindo diferentes resultados. Outras vezes, dado à pressão pela participação, a mesma pode ser exercida apenas para validação política dos projetos e processos sob a condição de um consenso coletivo manipulado.

Participar não é apenas dar opinião, sugerir ou informar. **Participar significa compartilhar uma ação.** Para isso, todo cidadão e cidadã precisam ter garantido e facilitado o acesso à formação e à informação, para, em igualdade de condições, tornar as decisões conscientes e consequentes.

A participação sem uma dimensão estratégica pode ser “um novo jeito de fazer as velhas coisas”, ou seja, é uma forma de exercer a manipulação ou mesmo a condição vertical e unilateral da “extensão rural”,

até porque, depois de dezenas de anos de “formatação” as pessoas já estão “enquadradas”⁵⁶, confirmando a atual forma de ser das coisas.

Outro aspecto a considerar é que as decisões nem sempre são embasadas no conhecimento técnico e sim na própria forma de compreender o campo, nos valores e perspectivas e que, nem sempre, se reduzem ao produtivo. Assim, as tecnologias e a economia local precisam ser entendidas e ajustadas/assumidas dentro dessa complexidade de contexto historicamente e coletivamente constituído.

É natural das pessoas escolherem o melhor para si e para “os seus”, quando enxergam e entendem de forma crítica as diferentes possibilidades. Será assim, também, na comparação entre as propostas para o campo. O modelo convencional é muito eficiente para apresentar sua proposta. Já a proposta da Agroecologia não consegue ser apresentada com a mesma intensidade e eficiência, salvo em pequenos grupos localizados.

Concluindo, a participação a que se pretende defender e alcançar na construção social/popular é aquela que compõe uma metodologia que incorpora dimensões estratégicas de superação dos valores e da lógica do sistema capitalista; de humanização das relações; de democratização radical onde as pessoas são ativas no desenvolvimento e que contribuam no estabelecimento de uma interação positiva nos ecossistemas e agroecossistemas. **Uma participação que, de fato, se constitua em um poder** capaz de influenciar e mudar a sociedade. Uma participação não é apenas um método ou um meio de, mas sim uma forma de ser coletivamente.

Essa nova condição na participação estimula novamente e é a condição necessária no associativismo e na cooperação. Uma concepção

⁵⁶ No texto, utilizam-se muitos termos de expressão popular, pois estas elaborações resultam de sistematizações em processos populares, onde esta terminologia é utilizada. Aqui, formatado ou enquadrado significa ajustado a uma visão de mundo capitalista, e no campo ajustado também ao modelo da Revolução Verde.

de cooperação que se aplica na solução de desafios concretos do dia a dia, mas que também busca o desenvolvimento igualitário das pessoas e o acesso coletivo aos benefícios dos avanços tecnológicos e científicos, de forma politicamente articulada na transformação social necessária.

Trata-se de uma cooperação que vai muito além do associativismo institucionalizado, mas que se aplica e deve ser exercida de tal forma que amplia a condição democrática, como sustentam Scherer-Warren e Lüchmann (2004):

A premissa básica aqui é a de que, quanto mais elevados os níveis de capital social (laços e normas de cooperação, confiança, civismo e solidariedade), maiores serão as possibilidades de constituição de uma institucionalidade democrática. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, estes conceitos coincidem no que diz respeito à importância do associativismo civil para a ampliação e o fortalecimento da democracia, tanto no plano sociocultural, quanto na dimensão político-institucional. (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p.20).

1.3 O trabalho de base como condição transformadora

Atualmente é realizado pouco trabalho de base, pouca formação de lideranças novas e formação de formadores. Na trajetória da organização e mobilização popular anteriormente descrita, os momentos mais efervescentes e de maiores conquistas dos trabalhadores são antecidos de forte trabalho de base.

Seguem alguns aspectos fundamentais a serem assumidos nas propostas e metodologias populares na retomada do trabalho de base. Estas resultam de sistematização de discussões realizadas durante a década de 1990 entre Cepagri e Cepis, na busca da retomada e qualificação do trabalho de base, sendo:

- O pré-suposto inicial é a confiança no protagonismo popular animado e organizado a partir da base. É o chamado “empoderamento popular”;
- A construção; a partir das pessoas e pelas pessoas, considerando o conhecimento já acumulado. As pessoas envolvidas são o conteúdo principal, tanto nos processos formativos, organizativos e produtivos. Todas as pessoas têm conhecimento. A vida é uma grande escola e a sabedoria não vem só do estudo. Tudo o que as pessoas conhecem e acreditam está articulado com a sua história e com o contexto que vivem. Não existe só uma interpretação correta, existem saberes diferentes que se constroem, historicamente, na complexidade da realidade. O encontro desse conhecimento com o conhecimento acadêmico pode resultar no conhecimento necessário e capaz de construir a sustentabilidade;
- A valorização, resgate e qualificação do saber popular. Este conhecimento se constrói historicamente na complexidade da realidade. O conhecimento necessário e capaz de construir a sustentabilidade pode ser o encontro do conhecimento acadêmico com a complexidade do conhecimento tradicional;
- A humanização dos processos e relações, o respeito da individualidade e valorização da subjetividade humana são aspectos fundamentais para contraposição ao materialismo e à “coisificação humana”⁵⁷. É preciso superar a condição de pessoa-objeto e estabelecer a condição de pessoa-sujeito. O resgate da cidadania e da autoestima é parte importante na significação existencial. A metodologia precisa incorporar também esta condição propositiva, exercida na prática, sendo um poderoso

⁵⁷Essa expressão tenta traduzir o desrespeito ao humano e o uso das pessoas assim como as coisas e mercadorias, que quando perdem seu valor de uso tornam-se inclusive descartáveis.

instrumento capaz de mover as pessoas, dado às atuais pressões negativas sobre os humanos;

- A valorização do processo e relações decorrentes, mesmo na geração de um produto concreto e imediato;
- O exercício da capacidade propositiva/construção propositiva: “O fim é também o caminho que percorremos para atingi-lo”. Assim, cada avanço deve ser assumido e incorporado de forma cumulativa, e o “novo” vai sendo vivenciado no dia-a-dia e, mais do que um “ponto de chegada”, torna-se uma forma de caminhar;
- A reconceitualização/ressignificação das concepções de “base”, “massa”, “protagonismo”.

Para um processo com dimensões estratégicas, qualquer AÇÃO, seja em torno de questões ainda mais específicas ou em questões mais amplas, pode tornar-se transformadora se incorporar as dimensões: formAÇÃO-organizAÇÃO–mobilizAÇÃO-multiplicAÇÃO. A forma de escrever estas palavras é para ressaltar o seu caráter de inseparáveis e de simultaneidade entre ação e formação, entre ação e organização, entre ação e mobilização e, entre ação e multiplicação. Isto retrata um dos significativos avanços da educação popular a partir de meados dos anos de 1990, e incorpora elementos do tema gerador proposto por Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido.

Em qualquer processo é necessário contemplar minimamente a dimensão da formação para o desenvolvimento do senso crítico e ampliação da mundivisão de cada pessoa envolvida. Isso é importante, porque depois de muitos anos de dominação das mentes, enquadramento dentro do atual projeto e sua lógica, simplesmente convocar o povo pode não significar muita mudança. Desta forma, a participação pode ser um novo jeito de continuar as velhas coisas. É claro que sempre que o povo é convocado há mudanças positivas mesmo dentro da atual lógica de

desenvolvimento, mas provavelmente não suficiente para mudanças transformadoras.

A formação e organização estão no centro de estratégias atuais exercidas em processos desencadeados a partir da realidade, em torno de temas e situações geradoras, comprometidas com uma intencionalidade. Isso exige o engajamento nas ações concretas e na construção de respostas ao imediato, porém, através do exercício de uma metodologia dinâmica e dialética onde a prática dos participantes se relaciona com o saber acumulado, na busca de respostas aos desafios dos trabalhadores e de suas organizações. Para esta amplitude de perspectivas, formação exige também a interação entre ação e reflexão, do prático e o teórico, do concreto com o político, do local com o global e do imediato com o futuro. Além de formar a ação, a forma de realizá-la é igualmente importante, podendo expressar um “novo jeito” capaz de romper com a forma unidirecional.

Formação e organização política são partes de uma mesma lógica, a lógica da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores. Portanto, refere-se ao universo dos atores aos quais se destinam, dos temas que lhes interessam e da metodologia adequada aos próprios trabalhadores (do analfabeto ao letrado). Mas é, sobretudo, a reafirmação de que a mola do mundo está nas mãos de quem produz. Então, os trabalhadores se tornam sujeitos nessa transformação e muitos, inclusive como mobilizadores, facilitam a participação de outros companheiros no debate de questões que são de todos. Tudo isso aponta para o horizonte de um projeto alternativo com a reorganização e ressignificação do poder, mas que se realiza desde já.

A formação em processos, onde o técnico e o político são inseparáveis, tem sido um dos instrumentos fundamentais na construção da Agroecologia popular. Traduz-se em um esforço comprometido com uma intencionalidade e, por isso, exige um engajamento na ação concreta, coletiva e transformadora. O fortalecimento de uma identidade de projeto,

com a perspectiva de superação de uma sociedade desigual e de classes, é base para um processo organizacional transformador.

Também a multiplicação e articulação são importantes na afirmação e sustentação do “novo” em permanente construção. Diante do “aparato” e estrutura de sustentação da atual lógica e modelo de sociedade, a multiplicação e a auto geração popular transformadora são estratégicos. Esta multiplicação deve ser na quantidade, isto é, envolvendo mais gente, mas também deve ser, e ao mesmo tempo, na qualidade, pois há a necessidade de agentes esclarecidos, competentes, militantes, etc. Uma multiplicação que se dá pela militância de animadores, monitores multiplicadores e lideranças autênticas. É o exercício do protagonismo popular em uma democracia radical, numa sociedade sustentável nos diversos aspectos e dimensões, construída a partir das necessidades e perspectivas populares.

É necessário criar a “rede povo” para enfrentar a “Rede Globo” (mídia televisiva), e acionar o “tele vizinho” para substituir a televisão.

1.4 A valorização das pessoas e a importância da subjetividade humana

Os atuais indicadores de desenvolvimento avaliam e quantificam o crescimento e as riquezas produzidas pelas pessoas, mas, não avaliam o desenvolvimento das pessoas, a qualidade de vida, a satisfação das necessidades básicas, a qualidade do ambiente e o desenvolvimento social em que vivem.

O desenvolvimento pleno do “ser humano” resulta de uma adequada interação dinâmica dos seus sistemas físico, químico, biológico, psicológico, social, cultural e espiritual. Entender, atender e exercer devidamente as condições necessárias é um primeiro desafio para a

realização e satisfação individual e coletiva das pessoas. Por exemplo, conhecer a efetividade dos sentidos no ato de aprender, pode contribuir na correta escolha metodológica. Destaca-se a importância da visão como o principal sentido na aprendizagem e, por isso, a importância do exemplo e da experiência concreta.

Em estudos e discussões durante as jornadas de educação popular⁵⁸ realizadas, a partir de meados da década de 1990 nas várias experiências de trabalho popular, identificou-se excessiva racionalização da atuação na organização popular. Percebia-se que, paralelamente, a lógica mercadológica e de consumo de uma sociedade, estão em ação formas de manipulação da subjetividade, evidenciada, especialmente, nas propagandas, excitando a autoestima, o sexo, o lazer, o prazer e outros. As propagandas de cigarro fazem alusão a uma vida de liberdade, de aventura, de saúde, de integração com a natureza, sendo de fato, condições opostas ao vício no ato de fumar. Conclui-se que os melhores gestores, na sociedade do consumo, são os que têm o maior “QI = Quociente de Inteligência”, mas que são mais eficientes os que possuem maior “QE = Quociente Emocional”, ou seja, aqueles que melhor sabem lidar e manipular a subjetividade alheia, para sustentar a lógica consumista do capitalismo neoliberal. Portanto, concluía-se que a educação popular precisa considerar mais as dimensões relacionadas às necessidades básicas do campo psicossocial. Estas podem influir decisivamente nas mudanças de padrões de consumo, de produção e, conseqüentemente, na economia e na política, pois, ao considerar as condições de sobrevivência, de qualidade de vida e a sua satisfação/felicidade, tende a questionar os aspectos acima e comparar com suas reais necessidades.

⁵⁸ Criou-se um coletivo de entidades e pessoas preocupadas com a pouca efetividade das iniciativas de formação que vinha sendo realizadas. Participavam desse coletivo: Cepis – SP, Escola Sul da CUT, Cepagri - SC, Campo – RS, Sazop – PE, Revista América Livre (Argentina) e outros. Este coletivo realizava encontros de estudo e discussões e jornadas de educação popular, que eram visitas de análise e estudo a iniciativas concretas.

Naredo (2003), afirma que a ciência econômica se desenvolveu à margem do subconsciente, sendo que o “inconsciente coletivo”⁵⁹ poderia ter um efeito de regulação da exagerada racionalização e regular a ideia da produção, do contínuo crescimento, da noção do sistema econômico e a própria epistemologia mecânica subjacente. Mas, mesmo querendo impor a economia como ciência do comportamento humano, sabe da importância do subconsciente e das dimensões psicossociais, manipulando-as, como visto acima, criando condições desviadas de comportamento, sendo:

[...] a economia pretendendo ser uma ciência do comportamento humano, não deixa de ser paradoxal que tenha limitado suas análises a um único e hipotético comportamento maximizador e linearmente utilitarista, quando próprios empresários percebem que este comportamento não é o único ou, por vezes, nem o mais importante, e para ampliar suas vendas, direcionam suas campanhas publicitárias para o inconsciente, buscando reações desviadas de comportamento, em vez de divulgar as qualidades intrínsecas de seus produtos. (NAREDO, 2003, p.497).

No mundo do trabalho, metodologias como a qualidade total e o exercício da inteligência emocional, trabalhada por Goleman (1995) passam a ser cada vez mais exercitadas, mas infelizmente não para resgatar o sujeito, mas também, na lógica capitalista, transferir a existência e a vivência social das pessoas para a fábrica (mundo do trabalho), reforçado pela ideia da dignificação humana no trabalho.

⁵⁹ “O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade.” (JUNG, 2000, p.53). O inconsciente coletivo é construído de arquétipos, que são motivos, temas ou representações, e segundo Jung, “representam o modelo básico do comportamento instintivo”.

Desta forma, como sustenta Russell (1935), o trabalho torna-se menos penoso, já que na engenharia das cidades e das casas, não são projetados espaços de convivência e existência social, assim o trabalho torna-se o principal objetivo das pessoas.

Segundo Russell (1935) as pessoas precisariam mais tempo livre para se divertir, mas também para a existência social e para ampliar seu conhecimento e capacidade de reflexão.



Na ilustração anterior apresenta-se o subjetivo como a parte submersa, que está dentro, não tão facilmente visível, e a comparação com iceberg ressalta a desproporção de tamanho e influência entre a racionalidade e a subjetividade sobre o indivíduo. E, metodologicamente, há uma distinção quanto ao verbo predominante de efeito na ação entre os campos da racionalidade e da subjetividade, sendo o verbo “convencer” e o verbo “comover” respectivamente”. Convencer traduz a condição da insistência, da luta, da força, do vencer com. Enquanto comover resulta, na

sequência, em um ato voluntário e contínuo, traduz a condição de mover com. As dimensões da subjetividade humana ocupam peso decisivo na existência e atuação das pessoas. A não satisfação ou manipulação das necessidades e a real condição humana leva as pessoas a crises e vazios existenciais. Estabeleceu-se o desenvolvimento do “ter”⁶⁰, suprimindo o desenvolvimento do “ser – existir”⁶¹.

Portanto, conclui-se pela importância da subjetividade humana e seu efeito propulsor das emoções no trabalho de formação, organização e articulação popular. Diversos autores evidenciam a desproporção entre o racional e o emotivo, e destacam a sua importância, como Maturana (1999).

Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional. Quer dizer, ao nos declararmos seres racionais, vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional (MATURANA, 1999, p. 15).

Mas o ser humano se move por ambas as dimensões: a racional/técnica e a psicossocial. Estas dimensões se traduzem em necessidades e essas, na lógica capitalista neoliberal, são manipuladas, individualizadas criando-se a ideia de que são ilimitadas. Também, individualiza-se a satisfação das necessidades, associando-as à acumulação de mercadorias, bens e capital, estabelecendo as condições necessárias para a viabilização da “sociedade do consumo”.

⁶⁰Representa as posses e bens de um indivíduo sua inserção na economia e o *status* social resultante das condições e posição econômica.

⁶¹Refere-se às características de um indivíduo, sua satisfação e sua realização, mas que transcende a sua individualidade para uma existência coletiva, pois o ser humano é um ser social (tribal, grupal, coletivo). A condição de ser social e ser territorial são aspectos importantes a serem considerados nas metodologias e construção do desenvolvimento.

Naredo (2003) denuncia a indução a uma noção equivocada de necessidades, que o atual modelo realiza, estabelecendo relações casuais entre consumo, satisfação das necessidades e bem estar, manipulando, criando e multiplicando, diariamente, novas e falsas necessidades. Por isso propõe a distinção entre as necessidades básicas/primárias e secundárias, ou entre as necessidades vitais e as sociais, sendo que, segundo Naredo (2003), as necessidades vitais tem caráter autônomo e são inerentes aos seres humanos e as necessidades sociais são mais passíveis de indução.

Atualmente predomina teoricamente a interpretação de Maslow que expressa as necessidades de forma piramidal, a iniciar pelas fisiológicas que ocupam espaço decisivo no comportamento humano. À medida que estas vão sendo satisfeitas, as pessoas anseiam satisfazer outras necessidades de níveis superiores, mais centradas no campo social, proporcionando o desenvolvimento humano. Segundo Maslow, essa hierarquia é que determina as prioridades propulsoras em determinado contexto e momento.

Figura 2 – Pirâmide de Maslow



Fonte: SuaMente (2008).

Outros autores expressam as necessidades humanas básicas em diferentes formas de organização e de diferentes percepções quanto ao peso de influência em diferentes contextos, e criticam esse enfoque funcionalista e verticalizado.

[...] na linha da pirâmide dos cinco níveis de Maslow, se reforçaram nos anos 30 enfoques fechados destas necessidades básicas, que ainda perduram. Predomina o enfoque funcionalista, vertical, que não permite interação entre as necessidades. Legitima a ordenação do mundo, a promoção de formas de desenvolvimento verticais e autoritárias, a construção de projetos sociais sem pessoas (CALLE COLLADO; GALLAR, 2011, p. 8).

Embora existam outras referências teóricas sobre as necessidades humanas fundamentais, há concordâncias que são basicamente fisiológicas, psicológicas e sociais e que são universais. Segundo o economista Manfred Max Neef (1993), em sua teoria do Desenvolvimento à Escala Humana, as necessidades não mudam (apenas podem mudar com a evolução da espécie), o que mudam são as prioridades, dado aos contextos. O que se diferencia, principalmente, com o passar do tempo é a forma de satisfação das necessidades humanas em diferentes sociedades, culturas ou regimes de governo. Sustenta, também, que as necessidades não são tão hierarquicamente determinadas, mas funcionam como um sistema onde elas interagem e se fundem/completam simultaneamente.

Max Neef (1993) evidencia a importância da diferenciação do que são de fato as necessidades e as formas de satisfação das necessidades, que podem ser culturalmente ou politicamente estabelecidas, ressaltando, também, que não há uma relação única entre as necessidades e seus “satisfatores”.

As necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda, através dos tempos e das culturas, são os meios utilizados para satisfação das necessidades. Cada sistema econômico, social e político adota diferentes estilos para satisfazer as mesmas necessidades humanas fundamentais. Em cada sistema estes se

satisfazem (ou não) através da geração (ou não geração) de diferentes satisfatores. Um dos aspectos que define uma cultura é a eleição de seus satisfatores (MAX NEEF, 1993, p.42).

Não existe correspondência biunívoca entre as necessidades e os satisfatores. Um satisfator pode contribuir simultaneamente na satisfação de diversas necessidades, ou o inverso, uma necessidade pode requerer vários satisfatores para ser satisfeita. Nem sequer, estas relações são fixas, podem variar segundo o tempo, lugar e circunstancias (MAX NEEF, 1993, p. 42).

Também não dá para confundir os “satisfatores”, como denomina Max Neef (1993), com os meios pelos quais se potencia os “satisfatores” das necessidades. Por exemplo, a necessidade fisiológica de se alimentar expressa através da fome é resolvida com a alimentação (satisfator). O tipo de alimento, a forma de produção, de distribuição e acesso, são os meios adotados para potencializar a possibilidade da alimentação. Assim, a proposta de desenvolvimento necessária deveria resultar da dialética entre as necessidades humanas, os “satisfatores” e os meios/bens necessários. Pode haver diversas formas de classificar as necessidades, e segundo Max Neef (1993) estas devem estar abertas a mudanças a medida que haja razões e evidências para fazê-las.

Max Neef (1993) subdivide as necessidades em duas categorias: as existenciais (ser, ter, fazer e estar) e a axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade).

Max Neef (1993) propõe três pilares para o desenvolvimento voltado à escala humana: satisfação das necessidades humanas fundamentais; geração de níveis crescentes de autodependência; e a articulação orgânica entre o homem, a natureza e a tecnologia. Entende que, a partir dessa compreensão e as relações que se estabelecem entre as necessidades e os “satisfatores”, pode construir-se uma filosofia e uma política de desenvolvimento humanizado, onde as necessidades não são

apenas carências, mas potencialidades. A humanização neste enfoque é a coletivização das condições necessárias e assim se torna revolucionária.

Segundo Löwy (1999, p. 48) “O valor supremo de todo verdadeiro humanismo não pode ser senão a própria humanidade”.

O atual contexto neoliberal globalizado é contraditório a qualquer proposta humanizada e para o conjunto da população. O que se vê é exclusão e fome crescentes, degradação ambiental e internacionalização e mercantilização dos satisfatores fundamentais para a sobrevivência e o bem estar humano.

Segundo Calle Collado e Gallar (2011), nesse contexto, o mundo só continua girando para a maioria graças à cooperação social cotidiana que sustenta a democracia como uma condição/necessidade humana ao analisar a sua práxis e destaca duas dimensões principais que evidenciam esta condição: a busca universal por práticas de autogoverno e a dialética entre a arte da cooperação social frente às formas de governo que não as possibilitam em vez de reforçá-las.

“A democracia é um grande imaginário a partir do qual se organiza ou se institui a vida social em função da satisfação das nossas necessidades básicas.” (CALLE COLLADO; GALLAR, 2011, p. 03).

Calle Collado e Gallar (2011) subdividem as necessidades básicas em quatro blocos: Materiais (subsistência), expressivas (liberdade e criatividade), afetivas, e de relação com a natureza (na qual existimos como uma espécie):

Como necessidades básicas nos referimos aqueles fatores e dimensões que nos permitem reproduzir nossas vidas, isto é, elementos fundamentais que atendam a nossa construção biológica ou psico-emocional, evitando a nossa auto destruição (CALLE COLLADO; GALLAR, 2011, p. 3).

Além das limitações do acesso aos satisfatores, estes estão sustentados em padrões de produção e consumo insustentáveis. Por isso,

segundo Calle Collado e Gallar (2011), repensar a democracia significa restabelecer globalmente os satisfatores de necessidades básicas, sendo que a democracia não está apenas vinculada às aspirações sociais, mas também ao acesso a terra, à energia e às necessidades biológicas e psicológicas.

Portanto, concluiu-se que é necessário ampliar o entendimento e o exercício das dimensões relacionadas às necessidades humanas nas metodologias dos processos formativos, organizativos, de mobilização popular e construção do desenvolvimento. É necessário ampliar a humanização dos processos, resgatar e exercer a realização dos sujeitos e superar a manipulação humana. Entender e resgatar o ser humano integral, através da educação popular, é uma necessidade e uma potencialidade para a transformação social, pois a sociedade está em crise, mas as pessoas também estão em crise e até com dificuldades de sonhar e de levantar bandeiras. É necessário superar os reducionismos e extremismos entre a real “condição humana” e as propostas econômicas e políticas.

1.5 Sobre o princípio da igualdade

Alguns aspectos gerais

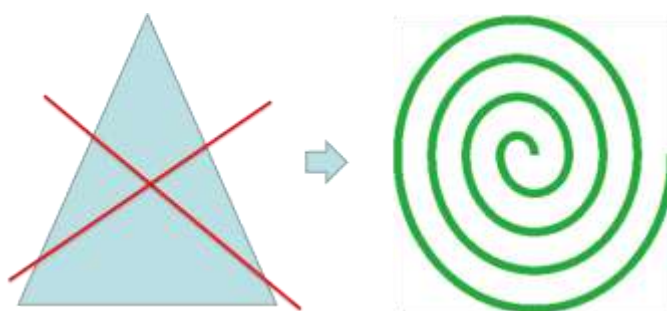
Quem é mais importante, o médico ou o agricultor? Se o médico é importante e pode ser decisivo em determinados momentos na vida de muitas pessoas, o agricultor é imprescindível todos os dias na vida de todas as pessoas. Qual é então a diferença? Trata-se de conhecimentos diferentes e de diferentes papéis na sociedade.

A visão piramidal de sociedade é opressora e dominadora porque transforma conhecimento e posses em poder sobre as demais pessoas, por isso é representada pela pirâmide, onde “em baixo” está o povo. Vem

daí a expressão muito utilizada pelas lideranças: “vou para a base”, que significa vou voltar para junto do povo. Esta liderança já não está mais com o povo, mesmo ocupando cargos em organizações populares, e para se sustentar na posição, normalmente manipula as pessoas. O desafio colocado para todas as pessoas é “subir na vida”, ou seja, subir de nível na pirâmide social.

O princípio da igualdade pressupõe outra compreensão e por isso necessita de uma nova representação gráfica, talvez exercitada em uma espiral ou mandala, onde todos estão no mesmo plano e não acima e muito menos “em cima”. A distinção se dá na diferenciação de papéis, funções, tipo e nível de informação.

Da visão piramidal de sociedade para uma concepção de igualdade



Da mesma forma é preciso revisar a concepção de “massa”, quando se refere ao povo, pois esta resulta da compreensão inerte e manipulável, assim como a massa de um pão. É necessária uma perspectiva animada e mais autônoma dessa “massa amorfa”, para a condição de sujeito capaz de se auto organizar e construir suas próprias formas.

Gênero – um desafio urgente

O princípio da igualdade precisa ser exercido nas relações de gênero e geração tanto na esfera macro social como na família, nas relações de existência e de produção. Quando se trata de metodologias participativas e da Agroecologia evidenciam-se alguns avanços em relação a essa temática, mas muitas vezes são limitados e insuficientes para de fato se estabelecer uma condição igualitária. Siliprandi (2009), em sua pesquisa identifica a fragilidade das análises e aprofundamentos relacionados à questão de gênero na Agroecologia.

É como se, no nível macro, onde os autores agroecológicos dão destaque para as formas de resistência dos camponeses às transformações globais, as mulheres permanecessem invisíveis. Porém, mesmo quando se desce ao nível do manejo dos agroecossistemas, onde necessariamente as mulheres teriam que aparecer (visto que estão ali, em todas as famílias camponesas, trabalhando na terra e transformando os ecossistemas), tanto a análise das atividades realizadas por elas, como a sua participação enquanto sujeito político dificilmente são enfocadas. (SILIPRANDI, 2009, p. 116).

Quanto à questão de gênero, é fato e visível a opressão masculina, a diferenciação social e a não valorização das mulheres como 'sujeitos' no processo de produção. A partir da organização das mulheres em movimento, importantes conquistas se realizaram, especialmente, no que se refere às políticas de direitos sociais. Mas, segundo Siliprandi (2009), persiste uma aceitação acrítica generalizada sobre a opressão das mulheres e, diante dessa conformação, é necessário buscar a superação de forma racional, voluntária e permanentemente.

O patriarcado é um sistema político de domínio universal do masculino sobre o feminino, baseado na força e no consenso, que segundo Siliprandi (2009, p. 59), tem como principais componentes: “o *status* (condições de acesso ao poder), o temperamento (obtido por meio da socialização de gênero), e o papel social (expresso na divisão sexual do trabalho).”

No campo e na cultura camponesa, mesmo diante de percepções positivas em relação à natureza, a biodiversidade, o desenvolvimento endógeno, etc., o patriarcado está muito presente, sendo esta uma condição a ser superada no resgate crítico da cultura camponesa para o futuro.

Há dimensões importantes relacionadas à condição agroecológica que podem potencializar o fortalecimento da questão de gênero. Trata-se de valorizar aquilo que o capitalismo e o patriarcado impuseram às mulheres, envolvendo tarefas não remuneradas, relacionadas com a reprodução, ou seja, cuidar do alimento, da saúde e da educação das crianças, tornando-as visíveis e reconhecendo as mulheres como sujeitos desses espaços de formação e produção.

Essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade. O reconhecimento do seu valor implicaria, no entanto, uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam nesse tipo de projeto, pois seria necessário ouvir as mulheres, dar atenção às suas preocupações, e reconhecê-las como elementos importantes nas lutas sociais, o que, na prática, até então, ocorria muito esporadicamente (PACHECO, 1997, *apud* SILIPRANDI, 2009, p.119).

Dado a esse papel, as mulheres adquiriram muitos conhecimentos agroecológicos, já que “na horta, pomar, ou lavoura para o consumo, não vai agrotóxico”⁶². Da mesma forma, para manter uma continuidade e qualidade na dieta alimentar, preservou-se grande diversidade de variedades, espécies e raças de animais (principalmente aves e suínos).

Esse conhecimento relacionado com a soberania e segurança alimentar da família, envolvendo a manutenção e o manejo da biodiversidade, a reprodução e conservação das sementes, a fertilidade dos subsistemas de produção alimentar (subsistência), o

⁶² Mesmo nas unidades familiares que utilizam agrotóxicos, é sempre presente a expressão acima citada. “O veneno só vai nas áreas onde é para vender”.

processamento/armazenamento e até mesmo a preparação do alimento é, basicamente, acumulado pelas mulheres. São todos temas básicos fundamentais para a Agroecologia. Mas, como demonstra a pesquisa da Emma Siliprandi, esses temas, por si só, não tem garantido o reconhecimento da condição de sujeito das mulheres junto aos sistemas agroecológicos de produção.

Quanto aos avanços com relação da condição e papel da mulher nas iniciativas agroecológicas, apresentados em teses de mestrado e doutorado, sistematizadas por Siliprandi (2009), apontam que, de maneira geral, ampliou-se a participação das mulheres e das suas redes de sociabilidade, sendo:

- a) A Agroecologia valoriza atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres;
- b) Condições e valores exercidos na Agroecologia (cuidado com a natureza, ética, participação e outros) contribuem na mudança das relações;
- c) A proposta da participação de todos os membros da família, e a visão sistêmica do conjunto das atividades quebrou o monopólio gerencial do homem;
- d) A exigência dos editais de projetos governamentais quanto à maior participação das mulheres e jovens envolvendo atividades exclusivas;
- e) “a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realizava a comercialização (como as feiras) permitia o contato com públicos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando-lhes maior auto-estima”;

- f) A obtenção de renda direta de suas atividades deu mais autonomia às mulheres.

Porém estas condições não são tão automáticas, e por si só não garantem o efetivo exercício da condição de igualdade. Nas mesmas pesquisas, aparecem situações em que, “quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se mais fortemente ao mercado, mais as mulheres iam sendo marginalizadas das decisões”. Siliprandi (2009), citando Pacheco (2002), levanta alguns desafios importantes para contribuir no reconhecimento do papel das mulheres e a construção da sua condição de sujeito social:

No entanto, para reverter a sua situação de invisibilidade e enfrentar a questão do poder seria necessário, entre outras questões, oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades. Essa postura iria requerer um triplo desafio das organizações que apoiavam essas experiências: revisão das categorias de análise aceitas até então; revisão das práticas político-educativas das próprias ONGs e entidades de assessoria; e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas, levando em consideração os anseios das mulheres (PACHECO, 2002 *apud* SILIPRANDI, 2009, p. 120).

Isso implica inclusive, segundo Siliprandi (2009), na reconstrução da ideia de família que se exerce hoje como “um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, *gerenciados* pelo homem”. As mulheres realizam trabalhos fundamentais na sobrevivência e reprodução do modo de produção camponês, envolvendo, em sua maioria, atividades não remuneradas, mas contribuem, também, nas atividades consideradas de sustentação econômica e, mesmo assim, não exercem igualdade de condições nas decisões e nem nas relações em torno da produção para além da unidade familiar. Mesmo nas atividades que antes eram de exclusiva responsabilidade da mulher, à medida que vão ocupando espaço mercadológico e assumindo expressão econômica

direta, vão sendo ocupadas/tomadas pelos homens. Isso se verifica em algumas iniciativas agroecológicas, mas mais recentemente, em relação à atividade de produção de leite no sul do Brasil. Esmeraldo (2013) destaca o lugar invisível da mulher no modo de produção camponês.

Mesmo junto aos movimentos sociais, a exemplo do MST, a organização das mulheres tem sido fundamental para que essa bandeira seja assumida pelo próprio movimento, pois a mudança social se realiza também por uma nova prática social, como afirma Neiva Furlin (2013), em seu trabalho de pesquisa sobre a questão de gênero no MST:

Os resultados da pesquisa apontam a existência da compreensão de que a construção de uma sociedade mais justa passa também pela construção de relações igualitárias de gênero. Tal questão pode ser vista como um salto qualitativo na organização do MST, já que este demonstra compreender que a nova sociedade não implica somente novas relações de classe, mas também novas relações de gênero no interior de uma mesma classe (FURLIN, 2013, p. 277–278).

Diante das constatações, entende-se que a organização das mulheres foi fundamental para os principais avanços conquistados até aqui, assim entendemos fundamental o reforço organizacional deste segmento a ser exercido nos processos e projetos participativos e de transição agroecológica, como podemos adaptar a partir da afirmação de Paulo Freire (1987), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: *as mulheres se libertam em comunhão*”.

Juventude – e o campo de amanhã

Esse é um tema crescentemente preocupante, pois, no passado, havia maior preocupação com a sucessão, por parte das famílias camponesas. A questão da juventude, também, se relaciona com a questão do patriarcado, mas, além disso, a realidade do campo brasileiro tem grande influência sobre o êxodo rural da juventude. Como já

ressaltado em itens anteriores, dado às dificuldades de renda suficiente e falta de propostas, conforme destacado por Horácio Martins de Carvalho (2002), cria-se uma dificuldade de natureza ideológica que pode ser resumida na perda da esperança na possibilidade da pequena agricultura familiar, mantido o atual modelo econômico e social, constituir-se numa alternativa para as gerações atuais e futuras.

Segundo pesquisa realizada pela Epagri (instituição pública de ATER em SC), em 1999, aponta que mais de 12% dos estabelecimentos de agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina tem pouco ou nenhuma perspectiva de sucessão. Nesta pesquisa aponta-se como aspectos de influência determinante: - a importância da educação (saída para buscar acesso); - a influência familiar e diferenciação social (falta de espaço e pouca renda); - pobreza e estreitamento das relações sociais (isolamento, busca de maior convivência social). Em outras situações onde ainda há a disposição de jovens para permanecer, dado ao fracionamento das terras já realizado em gerações anteriores, em muitos casos, não há terra suficiente para a permanência de mais de um membro da família. E, ainda, outra dificuldade é a falta de espaço para participação dos jovens nas decisões sobre a produção e na gestão dos recursos financeiros resultantes. A juventude serve como mão de obra não remunerada e recebe pouco dinheiro para seu uso próprio.

Em pesquisa realizada no município de Saudade, Santa Catarina, apresentada por Abramovay et alii. (1998), em 47% das unidades familiares pesquisadas, o pai controla todas as atividades e, em 43,4% destas, quando o jovem precisa de dinheiro tem que pedir ao pai. Nesse mesmo trabalho, na população ente 10 e 34 anos, 63% são homens e apenas 37% de mulheres.

Esses dados apenas ilustram parte da realidade da questão da juventude no campo e da sucessão junto às unidades familiares/camponesas no Brasil. Diante disso, de forma geral, evidencia-se o envelhecimento e a masculinização no campo. Envelhecimento com a

crescente saída dos jovens e masculinização porque o êxodo da juventude feminina é ainda maior, dado às questões de gênero acima discutidas, o que torna a vida no campo ainda mais penosa para as mulheres.

Segundo Abramovay et alii. (1998), as famílias agricultoras e suas organizações representativas, não estão preparadas para enfrentar os novos desafios dos processos sucessórios. A organização da própria juventude é um processo frágil e inexistente em muitos territórios.

A dificuldade da juventude se estende para muito além do campo, mas, no campo, a situação está ainda mais complexa e requer maior atenção. O processo participativo requer espaços específicos na perspectiva do fortalecimento organizacional da juventude.

No conjunto da sociedade, a recente efervescência de mobilizações no Brasil, tem forte expressão da juventude e pode significar o recomeço de sua própria expressão e organização.

1.6 Sobre a liderança

A liderança não é apenas o exercício de algum cargo, mas acima de tudo uma condição exercida com ou sem cargos. Esta é a verdadeira liderança e por isso chamada de liderança popular. Na prática, verifica-se vários tipos de liderança exercidas de formas muito distintas, podendo ser caracterizadas, basicamente, como: liderança autoritária, liderança populista, ou liderança popular.

Uma liderança autoritária se coloca acima do povo, exerce poder e ocupa espaços utilizando-se de vários recursos, como conhecimento, poder do cargo, ou até mesmo violência. Esse tipo de liderança se impõe, submete e/ou manipula as pessoas.

Uma liderança populista é igualmente opressora e manipuladora. Esta se apresenta mais amistosa, promete favores e se coloca

frequentemente na condição de “fazer pelo povo”. É altamente personalista e oportunista. Se utiliza do paternalismo, clientelismo e cooptação.

Uma liderança popular, segundo Ranulfo Peloso da Silva (2000), Educador Popular do Cepis, tem profunda ligação e compromisso com o povo, clareza e compromisso com o projeto e proposta política do povo, postura democrática, capacidade propositiva, compartilha o poder e multiplica o protagonismo. Exerce o papel de animação, formação, organização e coordenação.

1.7 Sobre o papel da assessoria

Imagina-te como uma parteira. Acompanhas o nascimento de alguém, sem exibição ou espalhafato. Tua tarefa é facilitar o que está acontecendo, e não o que achas que deve acontecer. Se deves assumir o comando, faze-o, de tal modo que auxilies a mãe e deixes que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança a mãe dirá com razão: nós dois realizamos este trabalho. (LAO TSE, séc V a.C.).

No processo de transformação social, um pressuposto inicial é a confiança no protagonismo popular animado e organizado a partir da base. É, sobretudo:

A reafirmação de que a mola do mundo está nas mãos de quem produz. Então os trabalhadores se tornam sujeitos nessa transformação e muitos, inclusive como mobilizadores, facilitando a participação de outros companheiros do debate de questões que são de todos. Tudo isso aponta para o horizonte de um projeto alternativo com a modernização do poder, mas que se realiza desde já (CEPIS/CEPAGRI, 1996).

É o chamado “empoderamento popular”. É frequente considerar-se que são os “experts”, os “animadores individuais” ou os “de fora” que devem diagnosticar a realidade, propor ações, apresentar solução, dar

direção. Essa condição foi imposta com a revolução verde, através da extensão rural, continua sendo exercida e tornou-se, também, expectativa dos agricultores.

Hoje, o campo é ocupado dessa forma pela presença física e virtual de múltiplos atores com diferentes interesses e enfoques, sendo, na sua maioria, articulados com as revendas e indústrias de insumos agropecuários. Enquanto a ATER estatal está presente com um ou dois técnicos, “despachantes” de políticas governamentais (com muitas atividades burocráticas), as empresas se fazem presentes com 08, 10 ou mais profissionais. O papel de implantar a “revolução verde”, para o qual a ATER estatal foi criada, já se realizou, o campo agora está preparado para atender às expectativas da indústria e do comércio. Segundo Caporal e Costa Beber (2004), a ATER estatal passa por um momento de grande crise quanto ao papel a ser exercido no contexto atual, quanto ao conteúdo e proposta para a agricultura familiar/camponesa, e já não tem mais uma base metodológica. Evidenciam-se diferentes compreensões quanto ao papel, quanto ao conteúdo e a metodologia.

A extensão rural debate-se em enormes dificuldades. Para se ter uma ideia, além da questão formal, sob o ponto de vista institucional/organizativo que se abate sobre o sistema de extensão, desde a extinção da EMBRATER, no início do Governo Collor, a extensão oficial vive, hoje, momentos de dificuldade quanto ao seu papel, retomando discussões já feitas nos anos 80, por ocasião do repensar. Grosso modo, esta ‘crise de identidade’ se dá em razão dos desafios impostos à extensão pela própria realidade, pois, junto com o esgotamento do modelo tradicional de modernização do campo, torna-se insuficiente o modelo difusionista/inovador praticado pela extensão nos últimos 45 anos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.2).

Mesmo na maioria das iniciativas de contestação do modelo da revolução verde, a construção de tecnologias alternativas, inicialmente, embasava-se no método difusionista.

Por mais comprometidas politicamente com a causa do campesinato e por maior sensibilidade que tivessem da importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as assessorias técnicas eram então compostas majoritariamente por profissionais formados academicamente com base nos princípios técnicos e metodológicos dos cursos superiores e médios das ciências agrárias, desenvolvidos para viabilizar a expansão das formas capitalistas no campo. Portanto, embora criticassem o modelo técnico convencional, no primeiro momento as assessorias encontraram dificuldades para se desvincular do viés produtivista e da perspectiva difusionista de atuação. (PETERSEN, 2007, p. 10).

Ainda, segundo Petersen (2007, p.12), mesmo na atuação de agricultores multiplicadores, numa proposta inovadora em relação aos métodos convencionais, “[...] não logrou romper com a verticalidade das relações de poder entre assessores e assessorados”. As novas elaborações metodológicas se realizaram de forma desigual entre as várias iniciativas, especialmente das ONG, e tiveram significativo avanço a partir do esforço das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de outras pastorais sociais. Portanto, embora tenham sido acumulados bons avanços, este é um desafio ainda atual.

Criar uma nova condição é antes de tudo estabelecer novos papéis e novas metodologias. A “construção coletiva” é um dos desafios que ocupa a educação popular hoje. O conhecimento “de fora”, o agente externo pode continuar desempenhando importante papel, mas a experiência acumulada, historicamente e coletivamente, tem função e papel a ser considerado e assumido. Nas comunidades, muitas vezes, existem pessoas capacitadas para o papel de assessoria ou de agente. Inclusive, quando o agente animador pertence à comunidade tem, evidentemente, certas vantagens, em função da própria realidade. No entanto, em certos casos, um animador vindo de fora é mais bem aceito pela comunidade por diferentes razões.

Todavia, o animador autóctone está mais apto a exercer sua função política e social, de dar 'alma' ao processo de educação organização ou outros. Ele compartilha melhor o 'sentir' da comunidade e pode mais facilmente abordar a difícil etapa do 'compreender', que é a assimilação do primeiro momento. Quando é um animador vindo do exterior que intervém, este deve apropriar-se desse 'sentir' da comunidade, assim como dos conhecimentos práticos e empíricos que o fato de viver em uma determinada sociedade implica [...]. Este salto qualitativo entre o 'sentir' e o 'compreender' não deve ser o desafio de um simples indivíduo, de um dirigente ou de um grupo de dirigentes. Deve ser um desafio coletivo, no qual o conjunto da comunidade aprenda a conhecer criticando e se auto criticando, aprendendo, assim, a aprender (SILVA, 2005, p.38).

Quando se trata de processos iniciais de organização o(a) agente realiza tarefas e cumpre funções que caberia ao sujeito social local, por isso deve estar atento às formas de superação desta condição. O papel de agente externo é de animador, facilitador, capacitador, organizador, multiplicador, e necessita ter sempre a intencionalidade imediata e futura de parceria, ou seja, de sair, ampliar o processo e redefinir o papel, conforme mostra o esquema ao lado.



A dimensão estratégica mais ampla passa pela criação de uma identidade de projeto coletivo de sociedade e pelo desenvolvimento da capacidade propositiva coletiva mais ampla.

1.8 Sobre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico

Historicamente, especialmente na fase da implantação da Revolução Verde, foi considerado como conhecimento válido o conhecimento acadêmico, da pesquisa e do método científico, dos especialistas. O conhecimento popular ou tradicional como utilizado por alguns autores foi desqualificado e tratado como atrasado.

O conhecimento sistematiza detalhes e particularidades fundamentais para compreender determinadas condições, fenômenos, materiais, ou outros. O método científico isola os fatores e os analisa separadamente.

O conhecimento tradicional resulta de processo histórico de observação, experimentação e realização na prática. Se constrói na realidade complexa, dentro dos sistemas, sob influência de inúmeros fatores.

[...] o conhecimento letrado é um produto do que se caracteriza como 'atividade científica', obtido geralmente através do experimento e que circula através de um 'texto'. Já o conhecimento cotidiano é produto tanto da acumulação pessoal como do acúmulo das sucessivas gerações, e sua circulação depende diretamente da memória e da sabedoria (COSTA GOMES, 2011, p. 31).

Segundo Costa Gomes (2011), a sustentação do conhecimento tradicional depende da possibilidade da sucessão e do contato e troca de experiências, mas, também, do respeito a esse conhecimento por agentes e propostas que vêm de fora. Esse conhecimento foi se perdendo com a ruptura com a cultura do campo proporcionada pelo êxodo rural e pela imposição de um novo conhecimento realizado pelos técnicos do modelo da revolução verde.

O conhecimento tradicional, na agricultura familiar, depende de reprodução em dois sentidos: do surgimento de novas pessoas e do aprendizado sobre o modo de reprodução que as caracteriza. Ou seja, sua circulação

depende do contato direto entre os atores sociais, num contexto histórico e cultural. Fenômenos como êxodo ou diáspora, quando ocorrem, provocam também uma ruptura, ao interromper o ciclo. Isso também é o que tem ocorrido pelo processo de invasão cultural e lavagem cerebral, impostas pela ideologia da civilização urbana industrial, baseada em duas premissas falsas: superioridade dos técnicos e pesquisadores sobre a cultura rural (atrasada) e a ideia de que a ciência representa a única forma de conhecimento válido, transformada em ideologia e mecanismo de dominação. (COSTA GOMES, 2011, p. 31).

A sistematização continuada do conhecimento tradicional é um desafio importante que pode contribuir na qualificação e sustentação do conhecimento tradicional.

No contexto atual, não se trata de fazer uma opção entre as formas de construção do conhecimento ou entre os diferentes conhecimentos, mas sim, da necessidade de respeitar esses conhecimentos e desenvolver metodologias capazes de interagi-los. Ambos os conhecimentos podem conter fragilidades: o conhecimento popular pode conter inconsistências, falta de informações e, até mesmo, crenças; o conhecimento acadêmico pode conter distorções, reducionismos e, também, não é infalível conforme evidenciado por Julia S. Guivant (2002), referindo-se à eficiência dos métodos participativos na interação entre conhecimento acadêmico e o tradicional.

Para uma implementação mais eficiente de métodos participativos (que permite o empoderamento das populações locais), é necessário considerar que nem o conhecimento dos peritos nem o das comunidades-alvo são produtos estanques, sendo um verdadeiro e o outro falso ou um racional e o outro irracional. O importante nas estratégias participativas seria entender os pressupostos de ambos os tipos de conhecimento com vistas a gerar condições de negociação satisfatórias. Tanto é preciso questionar os pressupostos sobre o papel do conhecimento científico/técnico dos peritos quanto os pressupostos assumidos pelas populações-alvo (considerando-se, no interior destas, as diferenças sociais e econômicas que possam existir). (GUIVANT, 2002, p.72-88).

Portanto, o novo conhecimento pode resultar do encontro do conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional de forma não subordinada. O resultado dessa interação talvez resulte no conhecimento capaz de construir condições sustentáveis, pois exercita um conhecimento especializado com a complexidade dos sistemas e a realidade sociocultural e perspectivas da população local.

1.9 Sobre a teoria e a prática

A prática é o grande balizador do alcance transformador da concepção teórica já alcançada. A relação entre teoria e prática, especialmente quanto ao seu caráter inseparável e da permanente dinâmica interativa e dialética, garante-lhe a condição de critério da verdade. “A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada, não por uma apreciação subjetiva, mas pelos resultados objetivos da prática social” (MAO TSE-TUNG *apud* GOHN, 2007, p. 184).

Não há diferença entre teoria e prática, ambas são uma só coisa. A prática resulta da teoria aplicada, e a teoria resulta da prática sistematizada. Ambas acontecem simultaneamente, numa relação dialética. A dialética e as contradições vão gerando uma nova prática proporcionando novas formulações, reelaborações e aprofundamentos teóricos, e vice versa.

O uso de palavras com significados diferentes pode resultar também de percepções/entendimentos e vivências em contextos diferentes. Segundo Maturana (1998), as “palavras têm a ver com a coordenação do fazer” já que “as palavras se aprende no viver em coordenações de ações”, portanto na experiência da vida real e seus significados e compreensões acerca do mundo real naquele contexto. Nesse caso não se trata de uma contradição.

As palavras são nós em redes de coordenações de ações que surgem na convivência. Por isso, mudar os significados das palavras implica mudar os domínios de ação, e mudar os domínios de ação implica mudar o modo de conviver. E por isso também é certo que, se não se mudam as palavras, não mudam as ações que elas configuram, e não muda o modo de viver. (MATURANA, 1998, p. 89).

Por isso na transição agroecológica é preciso ir reconstruindo parte do vocabulário, por exemplo: “campos de demonstração” por “unidades de estudo”; “dias de campo” por “mutirões/pixuruns”; e, até mesmo, o termo “assistência técnica” (ATER) por “construção social do conhecimento”.

1.10 Sobre a mística e a militância

A condição da militância e da luta popular pela transformação social envolvem, também, dimensões difíceis de dimensionar, como crenças, convicções, energia, animação, esperança e outros valores que estão muito além da razão e das questões sociais, ambientais, econômicas e políticas da luta popular. Mas são, igualmente, importantes e decisivas, pois colocam as pessoas em movimento e levam à superação do medo, mantendo a disposição e animação, mesmo em tempos difíceis. A mística é um valor na militância e incorpora, em si, uma série de outros valores.

Ademar Bogo é um lutador do MST e tem sistematizado algumas reflexões acerca da mística e da militância, e descreve uma série de valores importantes a serem cultivados pelos lutadores do povo, sendo:

- a) O valor da solidariedade: a ação consciente de pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas, tanto na qualidade de vida, como na qualidade de consciência e na construção de novos valores. “Solidariedade é mais do que doar o que nos sobra, mas também o que nos pode fazer falta, por entendermos que o ser humano tem essa

possibilidade de permitir que todos os povos tenham o direito de satisfazer suas necessidades, mesmo que isso dependa da ajuda e da participação solidária de todos”. (BOGO, 2000, p. 54-55);

- b) O valor da indignação: indignação contra qualquer injustiça, exercida em ações concretas de protesto e de defesa dos injustiçados;
- c) O valor do compromisso: compromisso de classe exercido em atitude de permanente vigilância sobre os propósitos feitos coletivamente;
- d) O valor da coerência: coerente na teoria e na prática, mas dialético, coerente com a história e com as origens;
- e) O valor da esperança: manter vivos os sonhos de um mundo melhor, de superação do capitalismo. “A esperança na história das lutas dos povos é uma chama que em determinados momentos diminui de tamanho, mas não morre.” (BOGO, 2000, p. 54-55);
- f) O valor da confiança: confiança nos objetivos e na proposta;
- g) O valor da alegria: a luta pelos sonhos coletivos é prazerosa, assim como “a sociedade que sonhamos construir deve ser alegre porque teremos prazer em viver nela”;
- h) O valor da ternura: aperfeiçoamento do comportamento político e humano com respeito, reconhecimento e amor ao próximo, mesmo em situações de luta, como a célebre frase de Che Guevara “hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás.”;
- i) O valor da mística em forma de utopia: superação da ideologia da incerteza sobre o futuro e a afirmação da

possibilidade de uma sociedade igualitária, de relações sustentáveis no meio em que vive;

- j) O valor dos símbolos: o símbolo é a expressão da identidade e é parte importante na animação da mística.

A mística é a motivação que nos faz viver a causa até o fim, não é apenas um momento num encontro ou numa atividade, embora esses momentos sejam importantes para aflorar⁶³ e reforçar a mística. A mística associa a luta à vida às crenças, por isso traz alegria, vibração e motivação. A mística leva e mantém as pessoas na luta e pode se expressar de diversas maneiras, na produção intelectual, na ação concreta, na disposição para fazer as coisas, para colaborar.

Segundo Bogo (2010), a mística está associada a mistério e se manifesta como energias, persistências, vigor e reações positivas sendo analiticamente explicável o fato, mas não a motivação, condição que se expressa na própria origem da palavra/conceito:

A palavra mística é a representação de mistério. Usa-se geralmente a palavra mistério para designar coisas inexplicáveis ou coisas indecifráveis, mas neste caso não é. Mistério para a mística é saber a razão porque na luta coisas extraordinárias acontecem. Embora a palavra *Mysteriön* seja oriunda da língua grega, que descende de outra palavra *múien* 'quer dizer a busca de entender o que está escondido nas coisas', a mística é a procura de explicações e ao mesmo tempo o incentivo para viver o inexplicável (BOGO, 2010).

Para Bogo (2010), mistério é a dimensão de profundidade que tem as coisas, sendo que na vida e na luta, há coisas fáceis de entender e que se explicam por si só. Bogo identifica três referências conceituais, sendo:

- a) O sentido religioso: mais centrado na “espiritualidade, devoção ao sagrado, compenetração e adoração às forças divinas” que levam à prática de valores como solidariedade, justiça, companheirismo, etc. Esta pode levar a duas

⁶³Expressão popular que significa, deixar fluir, manifestar.

visões/condições – o exercício da divindade na atuação social; - a militância política e fortalecimento da luta de classes. As Cebs, as pastorais sociais e a teologia da libertação, nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, levaram à forte militância política e impulsionaram o ressurgimento dos movimentos sociais. Entre os camponeses, em várias regiões a fé teve dimensão importante na mística e na luta;

- b) O sentido das ciências políticas: evidencia-se através do carisma, que envolve características, habilidades e convicções que aglutinam e animam as pessoas, mantendo-as firmes e éticas na luta;
- c) O sentido filosófico e da valorização cultural: relacionada à própria existência social e cultural, envolvendo história, manifestações culturais, crenças e valores.

A militância é crença, mas é, também, paixão e convicção, que indiferente à posição ou papel que a pessoa ocupa mantém-se animada e o faz com vigor.

Olhar para alguém desanimado é o mesmo que querer jogar futebol e ver que a bola está vazia. O ar que está dentro da bola é quem a faz dar os saltos quando posta em movimento. A energia que está em cada militante, é a razão do seu ânimo (BOGO, 2010).

A mística mantém a esperança e a capacidade de sonhar e faz as pessoas viverem não só para si, mas, também, para os outros e por isso agem junto com os outros. Condições estas, já muito fragilizadas pela força da imposição e condições criadas pelo capitalismo neoliberal. A mística está além da intelectualidade, é algo difícil de ser derrotado e por isso é muito importante para o movimento e a luta ambiental, socialpolítica.

A inteligência burguesa ocupa-se com uma crítica racionalista do método, da teoria, da estratégia dos revolucionários. Que mal-entendido! A força dos revolucionários não está na sua ciência, mas na sua fé,

na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito (MARIÁTEGUI, 1970, p. 22).

Na Guerra do contestado, Adeodato, um dos líderes nos últimos combates, cercado, com fome e com pouca força, fez um discurso aos lutadores (traduzido na peça teatral de Romário Borelli – A Fúria Cabocla) expressando a força da mística, que foi muito forte durante a guerra toda: “Tamo cercado, se espalhem por aí e lutem, fujam se puderem e podem, até se entregá se preciso for, mas não se rendam por dentro”.

O MST e a Via Campesina exercem e estimulam a mística. No movimento agroecológico junto à agricultura familiar/camponesa a mística do valor à vida, do respeito à natureza, do alimento sadio também estão presentes.

2. Métodos e técnicas básicas para uma metodologia popular

Existem muitos métodos e técnicas básicas às quais é possível recorrer. O melhor método ou técnica depende dos objetivos a serem alcançados, mas, sobretudo da possibilidade de incorporar aspectos da dimensão estratégica e facilitar a obtenção dos resultados concretos pretendidos.

Ser em círculo



Esta é uma condição básica para superação da visão tradicional opressora unidirecional, para a condição da construção coletiva, da interação, da troca.

Na condição convencional as pessoas são colocadas uma atrás da outra, em fileiras e o técnico ou liderança é colocado à frente ou no palco, pois o papel de uns é ensinar e dos outros é assistir para ver, para reproduzir.



Imagem Cepagri, 1995

O participativo é facilitado e estimulado pelo método e técnica, por isso, seja em um encontro de formação, seja numa reunião, assembleia ou qualquer evento coletivo, sempre organizar em círculo para que todos possam interagir.

Estar em círculo expressa claramente a intenção da troca entre diferentes formas de pensar, diferentes opiniões e posição. Em um processo participativo, o consenso é o caminho para as decisões e encaminhamentos.

A construção a partir das pessoas e pelas pessoas é condição básica para a construção coletiva do conhecimento, pois as pessoas envolvidas e sua experiência são o conteúdo principal, tanto nos processos formativos, organizativos e produtivos. Ninguém é “saco vazio”, todas as pessoas têm conhecimento, pois a vida é uma grande escola e a sabedoria e o conhecimento não vem só do estudo acadêmico, ou seja, vem também da reflexão sistematizada sobre a prática. O ponto de partida pode ser a história e o conhecimento acumulado.

A imagem e o desenho

No trabalho popular, a visualização e a comunicação oral são muito importantes, pois além do pouco hábito da leitura, há normalmente baixos níveis de escolarização e um significativo número de analfabetos. Uma

imagem associada ao conteúdo é muito comunicativa, mas, sobretudo desafia as pessoas, a partir da sua experiência e formação a construir o conteúdo a ser trabalhado. As informações se constroem a partir do diálogo e da opinião de todos os participantes.

Possíveis passos para utilização deste recurso:

- Primeiro, selecionar uma frase ou imagem que tenha alguma relação com o conteúdo em pauta;
- Inicialmente, ver a imagem e dialogar sobre: “o que estamos vendo nesta imagem?”;
- Depois interpretar o desenho: “O que esta imagem expressa?”;
- E, por último, associar ao conteúdo ou situação concreta em pauta: “O que esta imagem tem a ver e o que nos sugere para o que está em discussão?”.

A história e a parábola

A história ou a parábola é “como uma cesta onde se coloca dentro o conteúdo” e é uma forma muito efetiva de comunicação. Na história da humanidade, este recurso sempre esteve presente, desde os livros antigos da bíblia, com histórias recheadas de conteúdos e mensagens. Na educação infantil, também, sempre está presente. Na educação popular, especialmente, na animação da mística militante, também, as histórias e parábolas são recursos presentes.

A frase de efeito

Uma frase de efeito é aquela que consegue com poucas palavras traduzir o conteúdo a ser comunicado. As frases podem ser utilizadas de diversas formas, em cartazes ou *banners* nas paredes, nos materiais de trabalho, nas pastas, nas camisetas, nos convites, etc.

A música e a poesia

A música e a poesia estão entre as formas culturais de comunicação mais presentes no cotidiano. Traduzem contextos, sentimentos e transmitem informações das mais diversas.

Possíveis passos para utilização deste recurso:

- Inicialmente, escolher uma poesia ou música que tenha alguma relação com o conteúdo em pauta;
- Ler, coletivamente ou em partes por cada pessoa, a poesia ou letra da música;
- Depois cada participante ou voluntariamente escolhe uma das frases que acha mais expressiva;
- Em seguida fala a frase e diz por que a escolheu;
- E, por último, associar ao conteúdo ou situação concreta em pauta.

O ambiente e os símbolos

O ambiente comunica muito, por isso a preparação do mesmo é importante, contribui na mística e ajuda a construir as condições e conteúdos do encontro.

Relacionar a ornamentação com o tema em discussão, objetivos do encontro, ou ainda, o campo, a produção de alimentos, a história da agricultura e da comunidade torna o debate mais próximo da realidade e facilita a compreensão. Isso pode ser realizado de diversas formas, como: exposição de produtos, equipamentos, fotos, frases de efeito, bandeiras ou *banners* das organizações/ movimentos, etc.

Assim como festa junina tem fogueira e bandeirinhas e festa de criança tem bolo e balão, a luta tem seus símbolos e suas bandeiras.

3. Campesino a campesino: uma referência metodológica

As famílias camponesas, historicamente, vêm construindo conhecimento e repassando-o a outras comunidades e perpetuando-o através de gerações. A grande maioria de nosso alimento atual é fruto do trabalho de comunidades antigas: o trigo, milho, mandioca, feijão, amendoim, tomate e tantas outras, incluindo as espécies animais. Não só a descoberta/domesticação, mas o melhoramento genético, a conservação de sementes e raças e as tecnologias de produção foram conhecimentos construídos coletivamente e repassados de forma muito eficiente. A isso é possível chamar de “campesino a campesino”.

Aqui se faz referência a uma experiência metodológica construída na América Central (Guatemala, México, Honduras e, especialmente, em Cuba), onde teve expressão na recomposição da segurança alimentar embasada na Agroecologia, envolvendo mais de 100 (cem) mil famílias em apenas 10 anos.

Segundo Sosa et alii. (2011), esta metodologia consiste em três etapas fundamentais:

- a) Problematização: embasada, sobretudo no diagnóstico rural participativo;
- b) Experimentação: teste e adaptação das práticas aprendidas às condições específicas das unidades de produção;
- c) Promoção e multiplicação de práticas: objetivo do programa “campesino a campesino”. (SOSA et alii., 2011, p. 33).

Trata-se de um processo coordenado e realizado pelos campesinos e, metodologicamente, incrementado na experiência cubana, sendo definido como:

[...] sistema de métodos procedimentos e técnicas que facilitam desencadear processos de intercâmbio e aprendizagem entre os campesinos(as) e suas famílias, assim como entre dirigentes, técnicos, pesquisadores e outros atores relacionados. Seu objetivo foi envolver e comprometer os atores interessados na transformação da agricultura para uma modelo cada vez mais sustentável através de análises e projeções no próprio contexto produtivo, a partir de uma perspectiva muito mais participativa (SOSA et alii., 2011, p. 33).

É uma metodologia embasada na práxis campesina, centrada nas pessoas e na agricultura. Busca motivar os campesinos a pesquisar e obter resultados aplicados e reconhecidos na construção de tecnologias apropriadas a partir de algumas técnicas escolhidas, a serem apropriadas, sistematizadas e multiplicadas por agentes campesinos capacitados. O Quadro 1, a seguir, ilustra aspectos de diferenciação entre o modelo convencional e o “campesino a campesino”.

Quadro 1 – Aspectos de diferenciação dos modelos de produção agrícola

Extensão convencional	Campesino a campesino
Pesquisadores desenvolvem uma tecnologia; Realizam testes de campo; Realiza testes junto aos produtores; Extensionistas montam parcelas demonstrativas, dias de campo e realizam assistência técnica.	Um camponês já tem uma solução de um problema que é comum a outros camponeses, ou descobre uma solução; Transforma-se em promotor dessa nova ou recuperada prática; Realizam-se intercâmbios onde outros (as) visitam sua experiência para aprender, ou este visita as outras famílias para trocar experiência.

Fonte: Sosa et alii. (2011, p. 35).

As principais ações do campesino a campesino são as práticas de experimentação realizadas junto às unidades camponesas: testemunhos dos experimentadores, demonstrações didáticas, exposições e feiras, dinâmicas de animação, poesias, canções, sócio dramas e outros, em

atividades como assembleias, oficinas, diagnóstico rápido participativo, visitas, intercâmbios e encontros.

Outra referência alicerçada na interação campesino a campesino é a proposta da **metodologia de concursos de Raymi**, sistematizada por Immerzeel (2006), a partir de vários projetos realizados na Região Andina da América Latina. Raymi significa festa no idioma quéchua do Peru e pretende criar um ambiente festivo e incentivar o compromisso coletivo no desenvolvimento das capacidades locais. Realiza-se através da competição-cooperação, onde “os concursos são mais para cooperar do que para competir” (IMMERZEEL, 2006).

Nós achamos que Raymié um meio, uma ferramenta para:

- Proporcionar condições para gerar um processo de aprendizagem e ações sociais no grupo;
- Promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas e difundir através da aprendizagem mútua;
- Facilitar o fortalecimento da capacidade das comunidades para negociar acordos e gerir conflitos;
- Gerar impactos rápidos e sustentáveis em grande escala que são, geralmente, muito rentáveis (IMMERZEEL, 2006, p. 11).

A metodologia propicia o fortalecimento da identidade cultural e a autoestima das pessoas, condição importante na organização social, mas, também, estabelece pontes interculturais para aproximar comunidades de origens distintas. Considera que as pessoas têm uma base de conhecimentos válidos, adquiridos na sua trajetória de vida e que podem desenvolver por si próprias, novas compreensões e novas habilidades, basta que sejam estimuladas e motivadas.

Os resultados avaliados são muito superiores e mais rápidos e duradouros que em outras metodologias e propostas desenvolvidas em diversos projetos realizados junto às populações empobrecidas e em ambientes bastante degradados, como se referencia na avaliação de um dos projetos estudados:

Possibilitou a transição de pelo menos 20 mil famílias da comunidade, de uma situação de subsistência e insegurança alimentar, a uma condição de camponeses produtores, com maior capital físico e financeiro, com segurança alimentar e com produção de excedentes (IMMERZEEL, 2006, p.22).

O Quadro 2 apresentado a seguir ilustra algumas diferenças marcantes do aspecto acima referenciado:

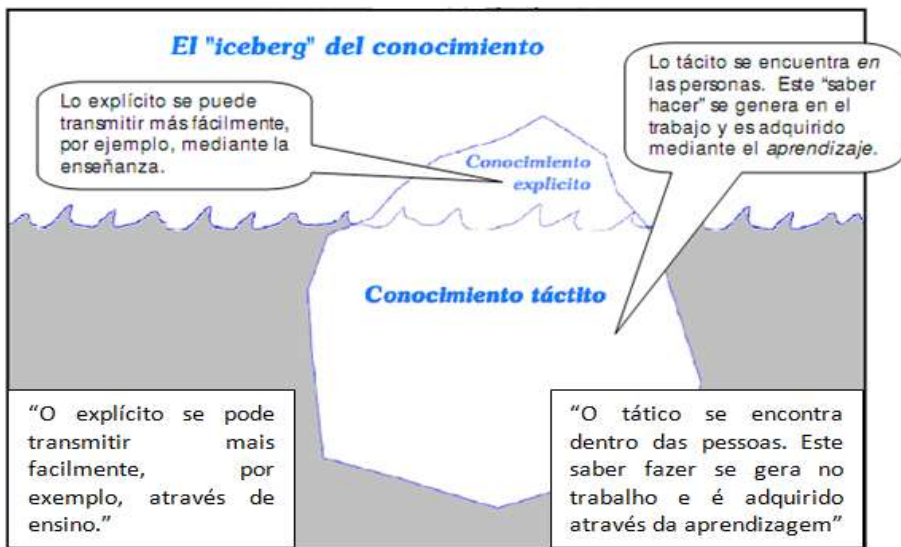
Quadro 2 – Diferenças encontradas em projetos para os agricultores

Alguns Projetos de Ong	Proposta “Aprendendo dos Melhores” (Ramy)
01 técnico para 200 famílias;	01 técnico para 1.500 famílias;
Menos de 5% adotam as tecnologias em mais de 15 anos;	Mais de 80% adotam as tecnologias em 2 a 4 anos;
Custo de U\$ 600/família/ano.	Custo de U\$ 35/família/ano.

Fonte: Immerzeel (2006, p. 37).

A proposta pauta-se, basicamente, no que denominam de conhecimento tácito e explícito. O conhecimento tácito é aquele que as pessoas possuem, acreditam e são capazes de colocá-lo em prática. Este conhecimento é mais fácil de ser exercido do que ser expresso. Já o conhecimento explícito é o conhecimento racional, apresentado em textos, tabelas, números e que pode ser facilmente transferido através da linguagem, documentos, fórmulas, vídeos, etc. (Figura 2).

Figura 2 – Tipos de conhecimento



Fonte: Immerzeel (2006, p. 68).

As capacidades são desenvolvidas a partir dos conhecimentos das pessoas e das comunidades, de dentro para fora, gerando novas capacidades.

A motivação para a participação das pessoas, apesar da existência de um prêmio, vai muito além dele, desde o reconhecimento à perspectiva de melhorar os resultados e as condições de vida da família. A efetiva motivação é o resultado combinado dos vários motivadores.

Se você planeja para um ano, planta arroz. Se você planejar para uma década, deve plantar árvores. Se você planeja para toda a vida, deve desenvolver as habilidades das pessoas (IMMERZEEL, 2006, p. 141).

As experiências do “campesino a campesino” destacam-se pela construção efetivamente horizontal do conhecimento e da independência da figura do profissional técnico. Pode-se questionar a pouca presença do conhecimento acadêmico acumulado, mas, destaca-se a capacidade de obtenção de resultados rápidos e duradouros e, ainda, pelo baixo custo financeiro.

PARTE 03

DA TEORIA À PRÁTICA: “a construção social do conhecimento”

INTRODUÇÃO

Olivo Dambrós

Valdemar Arl

A partir desse momento dá-se ênfase na apresentação de propostas construídas por um conjunto de organizações e movimentos sociais em diversas regiões do Estado do Paraná e de Santa Catarina.

Além da descrição de alguns projetos desenvolvidos procurou-se fazer uma auto análise propositiva dos processos desenvolvidos sem a preocupação de trazer para o texto os referenciais teóricos. Considera-se que estes referenciais estão, explícita ou implicitamente, mencionados nas partes I e II, descritas acima.

Dividiu-se a terceira parte deste livro em três capítulos. No primeiro, fez-se uma descrição breve de cada experiência considerando, entre outros elementos, o local onde se desenvolveu, as características do público, o período e tempo da realização e uma caracterização geral. No segundo, são relatadas algumas condições gerais comuns nas diferentes experiências desenvolvidas como: gestão, organização, métodos, técnicas e instrumentos construídos e utilizados para desenvolvê-las. E, no terceiro e último capítulo apresenta-se uma avaliação resumida do conjunto das experiências analisadas, com o objetivo de estudar a efetividade metodológica e outros aspectos que tiveram influência significativa durante a realização das mesmas e que influenciaram nos resultados alcançados.

I - EXPERIÊNCIAS DE ATER QUE DERAM BASE À PROPOSTA

Além da análise da trajetória histórica da Educação Popular e de outras experiências anteriores de ONG e movimentos sociais, a sistematização aqui apresentada resulta da ação prática de 10 (dez) experiências de ATER desenvolvidas nos Estados do Paraná (nove) e em Santa Catarina (uma), desde 2003, sendo que algumas, ainda em execução. Envolve mais de dez mil famílias, organizadas em centenas de grupos familiares e comunidades rurais, apoiadas por entidades e organizações locais de, aproximadamente, cem municípios de quase todas as regiões do Estado do Paraná que foram acompanhadas por cerca de 150 agentes de ATER com formação diversa, mas, majoritariamente, das ciências agrárias.

Em relação à metodologia, embora muitas ações já venham pré-definidas nos projetos, convênios e “chamadas públicas de ATER”, as entidades envolvidas procuraram ajustar as ações orientando-se pela ATER Agroecológica e aplicando metodologias que contemplem a construção participativa de “Planos de Vida e Produção Familiar”, “Planos de grupos e/ou de comunidades rurais” e “Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos” nas áreas de Reforma Agrária.

Além disso, a proposta articulou forças locais para a construção de Planos Municipais de ATER, no sentido de descentralizar e oportunizar maior participação de agricultores, lideranças e profissionais nas decisões desta política pública desenvolvida nos municípios beneficiados, bem como nos Territórios de abrangência.

A seguir, a descrição resumida de cada experiência estudada.

1. Projeto Cepagri-Cepis, em Santa Catarina

O projeto foi coordenado pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI). Uma ONG de Santa Catarina que desenvolveu seu trabalho na Educação Popular e Agroecologia. Esta entidade articulou-se junto ao Cepis e outras entidades de Educação Popular da América Latina, na busca da qualificação metodológica. Atuou na região, a partir de meados da década de 1990, desenvolvendo diversos encontros de estudos.

Dentre os momentos fortes de sua atuação, destaca-se o Encontro Nacional de Educadores Populares, realizado no Instituto Cajamar, em novembro de 1994, que tinha como objetivo reunir educadores populares na perspectiva de manter o “horizonte da transformação social” na sua atuação. Dentre as principais conclusões do debate, evidencia-se a necessidade de articular “os objetivos gerais de construção de uma nova sociedade e as necessidades imediatas das pessoas”. Houve alguns avanços propositivos, mas este encontro levantou muitos desafios e questões subjacentes às articulações a serem superados na educação popular:

Como gerar novas formas de participação? Como construir espaços democráticos? Diante do técnico, como fica a iniciativa popular? Qual a relação entre governo e partido? Partido e Movimento? Bases e direção? Como recriar as bases de relacionamentos entre diferentes companheiros? Como reviver valores como o companheirismo, a solidariedade, a aliança, a confiança? (CEPIS/CEPAGRI, 1996, p. 9).

Realizou-se, na sequência, diversas Jornadas de Educação Popular junto a experiências práticas, para avaliação, aprofundamento e sistematização a partir das metodologias exercidas nessas práticas, a exemplo do orçamento participativo em Porto Alegre. Uma destas jornadas

se deu na experiência do próprio Cepagri à luz da educação popular na Agroecologia.

Dado ao refluxo dos Movimentos Sociais e o crescente imobilismo social no início da década de 1990, era necessário “provar que o sonho não acabara”.

A conjuntura que enfrentávamos era muito difícil. Grandes mudanças no mundo do trabalho, a derrota do nosso projeto eleitoral, democrático e popular, Fukuyama com seu ‘capitalismo como fim da história’ e Collor (com a Rede Globo) toda sua parafernália governamental. O Projeto ‘socialista’ que fora derrotado no Leste Europeu não era o mesmo projeto socialista que pregávamos, nem tampouco o que nos cativara. Mas, como dizer isso aos trabalhadores? Como negar uma versão tão bem contada? Como reanimar a militância e soltar tanta fúria tão bem represada? (CEPIS/CEPAGRI, 1996, p. 9).

Constatava-se que dos trabalhos de formação (Cursos, seminários, plenárias e outros) poucos frutos resultavam. Muitas lideranças iam buscar mais condições para seu próprio projeto de vida com cargos e bons salários. Pouco trabalho de base se conseguia fazer e pouca organização de fato resultava. Era necessário retomar o trabalho de base, mas tinha que ser de outra forma.

Tinha que recuperar a paixão e o ‘tesão’, reanimar (devolver o ânimo, a alma), voltar a ter esperança, reacender a criação de novos valores, de novas práticas, de novos homens e das novas mulheres, pra nova sociedade que estamos a gestar. Tinha que sair dos gabinetes, dos sindicatos, das quatro paredes, voltar a ganhar as ruas, invadir campos e construções, acender novos archotes, reconstruir a ‘revolução’. E acima de tudo, conhecer a realidade, se por em sintonia com os novos tempos, incluir os excluídos em nosso projeto de libertação e multiplicar, multiplicar com qualidade, mas também com quantidade e com velocidade. Pois custam vidas, muitas vidas, quanto mais tarda o amanhã (CEPIS/CEPAGRI, 1996, p. 10).

Era necessário um saber de qualidade, científico, mas um “saber popular”. Retomar e multiplicar a capacidade social para contrapor a qualidade total e o capital social da lógica tecnicista de um mundo da individualização, da disputa e do consumismo. Tirar o povo da “domesticação” e alienação, e acender o protagonismo popular, pois a força reside no povo. Resgatar a condição de “humano”, diante da crescente “coisificação” e da condição de “uso” a que são submetidos. Reconhecer e respeitar a subjetividade humana, retomar a autoestima e resgatar a cidadania.

Nasce daí a proposta da Formação Básica Multiplicadora como uma experiência metodológica implementada em diversos espaços e realidades: junto ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) de Sorocaba/SP (1993), os metalúrgicos do ABC (1993); Escola Sul da CUT (1994); APP Sindicato dos Professores/PR (1994). Na parceria Cepagri e Cepis, ainda em 1994, a proposta foi lapidada e sistematizada no caderno “Formação Básica Multiplicadora”, a partir de iniciativas junto a assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e movimentos sociais.

A Formação Básica Multiplicadora (FBM) “é uma tentativa de aliar a capacitação – a arte de tornar(-se) capaz – e a mística que provoca a indignação dos oprimidos, reacende o ânimo do povo, qualifica o trabalho de base e incentiva a ligação das frentes de luta e de convivência”. Esta concepção propositiva está na base da formulação metodológica e já foi transcrita no capítulo anterior “Um desafio Metodológico” e é parte na proposta de construção coletiva do conhecimento para superação da ATER (assistência técnica e extensão rural), apresentada na parte final deste caderno.

As iniciativas relatadas a seguir tiveram outras fontes de referência na sua construção incluindo a trajetória da própria Cooperiguaçu, e resultam de esforços realizados na transformação do que, historicamente, se convencionou como ATER.

2. O Programa de Inclusão Social

O Programa de Inclusão Social foi desenvolvido durante cinco anos (abril de 2003 a abril de 2007), em quatro microregiões do Paraná e uma em Santa Catarina, contemplando 1.500 famílias em processo de exclusão social e econômica. No Sudoeste do Paraná, o programa envolveu 500 famílias de forma direta, articuladas em 60 grupos familiares de 25 comunidades rurais, distribuídas em 22 municípios. Atuaram nesse projeto 25 profissionais das áreas das ciências agrárias e afins, definidos a partir da indicação das entidades locais nos seus respectivos municípios.

A coordenação executiva coube a Cooperiguaçu que contava com um coordenador geral e quatro coordenadores microrregionais. Estes coordenadores também eram definidos pelos fóruns microrregionais e o coordenador geral pelo “Fórum Regional de Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste”⁶⁴.

Teve como parceiros as Cooperativas de Crédito e Interação Solidária (CRESOL), as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAFs), as Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas – com maior atuação na comercialização (COOPAFI), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná e algumas prefeituras.

O Conselho gestor do Programa de Inclusão era composto por duas lideranças de cada um dos sistemas que representavam as organizações que compunham a “rede”⁶⁵ de entidades parceiras. A cada

⁶⁴ O Fórum de Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste é uma organização informal existente há mais de duas décadas que reúne de forma livre o conjunto das organizações da sociedade civil ligadas ao campo com atuação no sudoeste. Embora suas decisões não tenham a força deliberativa, as entidades têm muito respeito pelos encaminhamentos do mesmo.

⁶⁵ A rede de entidades parceiras do Programa de Inclusão Social era formada assim: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação solidária - CRESOL BASER; Cooperativa de Crédito Rural com Interação solidária - CRESOL BASE SUDOESTE (16 Cooperativas); Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, CRESOL Base Fronteira (12 Cooperativas); Sistema de Cooperativas de

dois meses o conselho gestor se reunia e analisava os trabalhos em todos os aspectos, debatia e encaminhava as orientações gerais.

Teve como objetivo principal apoiar a inclusão social de famílias empobrecidas e a sua participação nos processos de desenvolvimento local. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso a políticas públicas e comercialização.

Entre as maiores contribuições do Programa de Inclusão Social e do Projeto de ATER Cooperativada do Sudoeste, que veio logo em seguida, estão as parcerias construídas entre as organizações, transformando em participação efetiva e construção coletiva os conhecimentos e práticas que contribuíram para animar o Desenvolvimento Local de várias comunidades rurais e municípios.

O fato das entidades locais definirem as famílias, grupos e comunidades rurais beneficiárias do Programa, indicarem os Agentes de ATER e participarem econômica e politicamente no desenvolvimento do Programa gerou debates interessantes sobre a metodologia, sobre conteúdos, sobre os resultados e, tudo isso, permitiu uma série de estudos e conclusões aqui sistematizadas.

Em relação aos recursos para desenvolver as ações, estes eram provenientes de uma ONG da Bélgica denominada de TRIAS, disponibilizados de maneira muito prática e ágil, e fiscalizados por auditorias permanentes. Havia um valor determinado por família que girava em torno de 300 reais e esse montante era liberado de três em três meses, regularmente. A ONG confiava no conselho gestor e suas organizações de base.

Leite da Agricultura Familiar com Inteiração Solidária, SISCLAF (22 Cooperativas); Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar COOPAFI (15 Cooperativas); Associação dos Sindicatos do Sudoeste do Paraná (ligados a FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) - ACESI (29 sindicatos); perfazendo um total superior a 60 organizações locais e regionais.

O repasse destes recursos era imensamente mais ágil, transparente, dinâmica e flexível do que os recursos de convênios e chamadas de Ater repassados pelo governo brasileiro. Não apenas o repasse, mas o planejamento das ações, o monitoramento e avaliações eram mais efetivos do que inclusive as formas ainda hoje (2013) utilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário Brasileiro.

Ainda, em relação aos recursos, é justo que cada leitor saiba de que o programa foi em frente e conseguiu criar referências graças a participação de cada entidade local, que mesmo enfrentando dificuldades para manter-se fazia um esforço e disponibilizava um carro, doava alguns litros de gasolina, cedia uma sala ou computador (ainda raro naquele período) ou disponibilizava alguns recursos financeiros para que os Agentes Locais de ATER pudessem chegar até as famílias, grupos e comunidades. Enfim, a média dos recursos por família chegava próximo aos R\$ 500,00 (quinhentos reais) por família/ano.

Bem abaixo dos valores hoje disponibilizados pelo MDA/INCRA por família/ano via Chamadas de ATER, mas que, devido a participação e o empoderamento das entidades locais nas decisões das ações do Programa geraram muitas construções coletivas que permanecem vivas na memória das comunidades rurais.

O programa se caracterizou efetivamente como um processo de Construção Social de conhecimentos, com produção sustentável de sementes crioulas e “variedades sintéticas”⁶⁶ de milho”, produção para autoconsumo, produção de biofertilizantes naturais, caldas e tantas outras práticas ecológicas.

⁶⁶ Variedades sintéticas de milho segundo o pesquisador e professor Sebastião Pinheiro, provém do cruzamento de duas linhagens de milho não transgênico onde se obtém, segundo o autor, filhos (f1, F2, F5) tão produtivos quanto seus genitores. A prática consistia em cruzar duas variedades de empresas de renome no mercado e obter filhos e cultivá-los até cinco anos. Como era fácil e os agricultores dominavam bem o processo, faziam o cruzamento todos os anos. As sementes crioulas e outras eram feitas para o consumo próprio e para trocar com vizinhos e comunidades próximas.

Entretanto, o aprendizado e a motivação das comunidades foram muito além das práticas. Surgiram atividades esportivas em muitas comunidades como futebol, vôlei, brincadeiras da corrida do saco e jogos de bochas entre casais, trazendo de volta para as comunidades pessoas que não participavam mais.

Esse resgate comunitário para o esporte trouxe as famílias de volta para o debate de temas específicos da comunidade. Muitas reuniões foram providas com a participação de prefeitos, vereadores, secretários municipais, médicos, dentistas entre outros.

Vários problemas de estradas rurais, de saúde pública, de falta de dentistas de transporte escolar foram desenvolvidos a partir dessa organização comunitária. Inclusive, cooperativas de leite como foi na comunidade de Santo Antônio do Jacutinga, em Coronel Vivida, que as famílias que estavam cansadas de serem exploradas pelos laticínios se organizaram e formaram a Cooperativa de Leite da Agricultura familiar de Coronel Vivida (CLAF), com, quase, duzentos sócios.

Muitas outras organizações foram fortalecidas e apreenderam a lição de que trabalho de liderança se faz na base e de mãos dadas com as famílias e não distante delas.

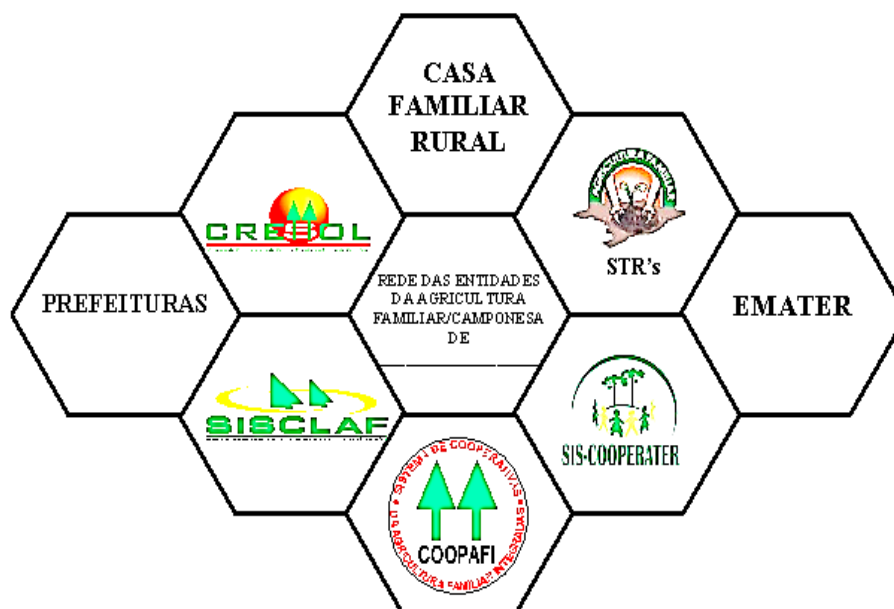
Fotos ilustrativas do Programa de Inclusão Social



3. Projeto de ATER Cooperativada do Sudoeste do Paraná

Esse projeto foi uma continuidade do programa de Inclusão Social, também realizado no Sudoeste do Paraná de 2007 a 2009, e teve como proponente a Cresol Base Sudoeste e executado ,na sua maior parte, pela Cooperiguaçu. Contou com a parceria da mesma rede de entidades criada no programa de Inclusão Social, articulado por um Conselho Gestor, agora, com a participação do Sistema de Cooperativas de ATER do Sudoeste do Paraná (SISCOOPERATER), formado por mais três cooperativas, além da Cooperiguaçu (Coopermarrecas, Cooperpinhais e Cooperfronteira), todas criadas a partir do programa de Inclusão Social, abaixo representadas pelo organograma da REDE (Figura 1).

Figura 1 - Organograma das entidades da Rede de ATER do Sudoeste do Paraná



O objetivo principal do projeto de ATER cooperativada era desenvolver ações junto às unidades familiares da agricultura familiar cooperativadas do Sudoeste do Paraná, na perspectiva da construção coletiva de processos. Os principais temas trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização. Envolveu 1.500 famílias, em 100 comunidades rurais, de 30 municípios do Sudoeste. Atuaram no projeto, 30 agentes locais de ATER, quatro agentes de ATER coordenadores microregionais e um como coordenador geral.

Foram elaborados 1.500 (um mil e quinhentos) Planos Familiares Básicos de Transição Agroecológica das Unidades de Produção Familiar, 100 (cem) Planos Comunitários de Desenvolvimento e 04 (quatro) Planos Municipais de ATER.

Fotos ilustrativas do projeto de ATER Cooperativada do Sudoeste



4. Projeto de ATER Cooperativada no Estado Paraná

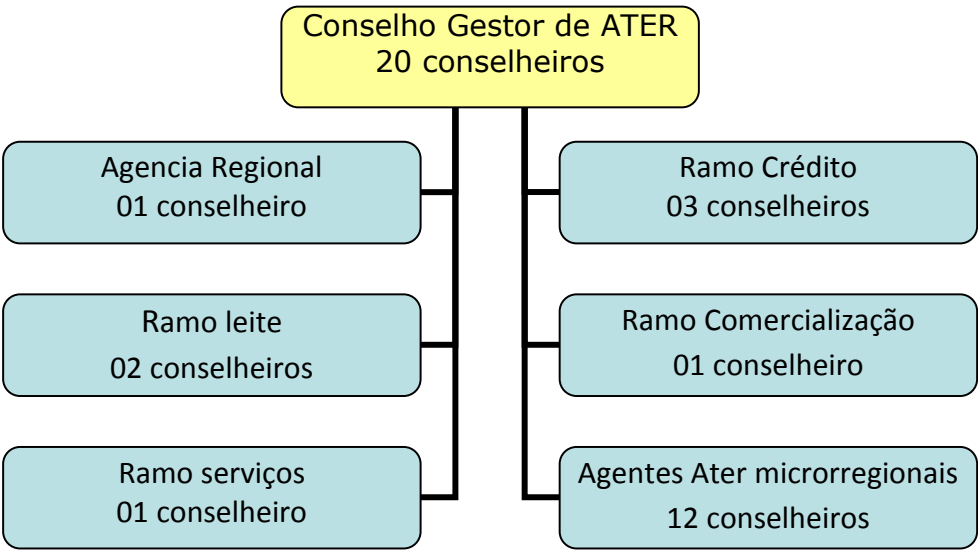
O projeto de ATER Cooperativada no Estado Paraná foi coordenado pela Unicafe e Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste e se realizou em 55 municípios do Paraná, situados nas regiões Sudoeste, Oeste, Centro, Norte, Sul e Vale do Ribeira, com ações de

desenvolvimento técnico e social junto a 4.400 famílias de agricultores familiares.

Atuaram no projeto, 55 Agentes Locais de ATER, 12 Agentes de ATER regionais com a função de Coordenar as Equipes, vinculados as Cooperativas de ATER daquela respectiva região. O projeto, também, contou com algumas assessorias especializadas externas, principalmente, para os processos de formação, monitoramento e avaliação.

À Agência de Desenvolvimento Regional coube o papel de fazer a gestão, apoiada politicamente por um Conselho Gestor, formado por uma REDE de entidades da agricultura familiar, vinculadas a Cresol Baser, ao Sistema de Cooperativas de Leite - Sisclaf, a Central das Cooperativas de ATER-CENATER e a Central das Cooperativas de Comercialização - Coopafi Central, conforme organograma a seguir (Figura 2).

Figura 2 - Organograma de gestão do projeto de ATER em Rede no Paraná



O objetivo do projeto foi desenvolver ações de desenvolvimento junto às unidades da agricultura familiar cooperativada do Paraná, como estratégia de apoio ao desenvolvimento local e sustentável. Os conteúdos orientadores das ações foram a transição ecológica dos sistemas produtivos, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar em especial as cooperativas solidárias, a construção de alternativas de renda que substituam o cultivo do fumo e a produção de alimentos saudáveis na perspectiva do abastecimento das demandas institucionais, em especial, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O projeto foi iniciado em 2008, com previsão de encerrar em um ano, no entanto, só foi concluído em 2012. E, assim como a grande maioria dos convênios realizados pelas entidades da Agricultura familiar do Paraná com o MDA, este também sofreu a paralisação dos trabalhos por várias vezes, acarretando atraso nos pagamentos aos profissionais e nas atividades realizadas como intercâmbios.

Os constrangimentos ao Conselho Gestor e a indignação dos agentes de ATER que atuavam junto às famílias, provocaram além do abandono do projeto por vários profissionais, uma rejeição e descrédito incalculável a denominação projeto de ATER e a todos as pessoas e instituições envolvidas.

Ao contrário do Programa de Inclusão Social e do projeto de ATER cooperativada do Sudoeste, que tiveram grande aceitação e envolvimento das entidades locais, este iniciou bem, desenvolvendo ações e envolvendo as organizações, mas não com o mesmo assumimento das entidades como tiveram os anteriores.

Uma das críticas levantadas é de que os recursos eram muito pouco para o que se propunha e, em função dos sucessivos atrasos, os recursos não foram suficientes porque a inflação corroeu parte dele. Da mesma forma que os anteriores, o valor estimado por família era de R\$ 300,00 reais. Enquanto, no mesmo período, outras entidades como Emater prestavam serviços com a mesma finalidade só que com valores três

vezes maiores (R\$ 900,00 por família), através da nova modalidade denominada “chamadas públicas”.

Fotos ilustrativas do Projeto de ATER Cooperativada do Paraná



Reunião do grupo gestor



Reunião agentes - micro região Laranjeiras do Sul



Encontro monitoramento e avaliação - Guarapuva



Encontro monitoramento e avaliação - Guarapuva



Intercâmbio Santo Antônio - Porto União



Intercâmbio Boa Esperança - Porto União

5. Projeto de ATER junto a assentados da Reforma Agrária do Sudoeste do Paraná

O Projeto de ATER, executado com recursos do Programa de Consolidação de Assentamentos, foi realizado pela Cooperiguaçu, de 2004 a 2007, no Assentamento Nova Fartura, localizada no município de Saudade do Iguaçu, região Sudoeste do Paraná.

Envolveu 168 famílias de 12 grupos de famílias, em 04 comunidades rurais, com a participação efetiva de 04 Agentes de ATER. Teve como parceiros a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saudades do Iguaçu.

Teve como objetivo principal, desenvolver ações de acompanhamento técnico junto às famílias assentadas. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização.

Fotos ilustrativas: Projeto de ATER assentados da reforma agrária do
Sudoeste do Paraná



Interc. prod. agroecol. - assent. Saudade do Iguaçu



Ofic. artesanato de Bambú - assent. Saudade Iguaçu



Panificios. derivados mandioca - Saudade do Iguaçu



Oficina de artesanato - assent. Saudade Iguaçu



Interc. troc experiência - assent. Saudade Iguaçu



Área milho variedade - assent. Saudade Iguaçu

6. Projeto de ATER junto aos assentamentos da Região Centro/Oeste do PR

Este projeto foi desenvolvido junto aos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, ambos localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, Região Centro do Estado do Paraná, no período de 2008 a 2011, pela Cooperiguaçu.

Envolveu 1.600 famílias assentadas da reforma agrária pertencentes a 29 comunidades rurais, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Atuaram nele 18 agentes de ATER.

O objetivo principal foi desenvolver ações de desenvolvimento técnico e social junto às famílias assentadas da Reforma Agrária. Os principais aspectos trabalhados foram: melhoria da infraestrutura dos assentamentos, aplicação do Pronaf A, elaboração de planos familiares de transição agroecológica, práticas ecológicas de sementes crioulas, adubação verde, sistema de produção de leite a pasto e outras. Teve como parceiros ACACIA, ACANF, CEAGRO e UFFS.

Fotos ilustrativas



7. Projeto de “ATER em Rede” do Território da Cidadania no Vale do Ribeira – PR

O projeto rede de ATER do Vale da Ribeira foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através de chamada pública. Teve início em final de 2010 com previsão de encerrar em 2011, mas foi finalizado em 2012. Envolveu 900 famílias, articuladas em 70 grupos de seis municípios do Vale do Ribeira/PR e contou com a atuação direta de uma Equipe formada por 12 agentes de ATER e assessoria externa.

Executado pela Cooperiguaçu, em parceira com as cooperativas de crédito (Cresol) e comercialização (Coopafi de Cerro Azul), AOPA, Aprotunas, APRAF, Associação Rio Sul, Secretaria de Agricultura de Cerro Azul, Prefeitura de Adrianópolis, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Departamento de Estudos Rurais.

O objetivo principal foi desenvolver ações de acompanhamento técnico junto às unidades familiares na perspectiva da construção coletiva de processos, visando criar alternativas para mitigar a migração da mão de obra para os centros urbanos, ampliar a diversificação produtiva das unidades familiares, melhorar a renda familiar, ampliar a articulação e organização das entidades da agricultura e reivindicar melhoria das condições de infraestrutura básica (estradas, saúde e educação) da população do campo que vive na região do Vale do Ribeira.

Importante destacar que, mesmo após o encerramento do projeto referente à Chamada de ATER, a equipe da Cooperiguaçu foi contratada pelas Cooperativas de Crédito daquela região para continuar prestando serviços de ATER, custeados pelos agricultores e sob a coordenação das Cresol. O projeto teve continuidade, mesmo sem os recursos do Governo federal e está em andamento demonstrando sua alta aceitação na base.

Fotos ilustrativas do encontro de avaliação final (2012)



8. Projeto de ATER nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Centro/Oeste do PR

Iniciado em 2011, o projeto se desenvolve junto aos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves no Município de Rio Bonito do Iguaçu. Envolvendo 1.300 famílias e 13 agentes de ATER pela Equipe técnica do Ceagro.

O objetivo central é construir de forma coletiva ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, criados e reconhecidos pelo Incra, tornando as unidades produtivas com garantia de segurança alimentar e inserindo-as no processo de produção e comercialização sob o viés do desenvolvimento sustentável, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Este projeto já foi aditivado para o segundo ano e foi ampliada a sua abrangência.

Este processo, juntamente com outras ações do Ceagro na região, se articula na organização de um Núcleo de Agroecologia da Rede Ecovida. Esse processo avança no debate, na troca de experiências, na produção de alimentos, na participação e conscientização da população em diversos setores, quanto à importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa e da viabilização da produção familiar e ecológica. Atualmente, o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com 40 grupos, de 12 municípios da região e, aproximadamente, 500 famílias envolvidas na transição agroecológica. Alimenta-se a perspectiva de envolvimento de, aproximadamente, 1.000 famílias nos próximos anos.

A metodologia de transição agroecológica em construção visa a massificação da proposta, contemplando a diversidade de condições e as perspectivas das famílias agricultoras da região, visando, desde a redução

dos custos de produção, a qualificação do auto consumo, a diversificação dos sistemas de produção, ampliando a resistência e resiliência dos mesmos.

O projeto envolve atividades centrais da economia das famílias: a produção de leite, hortaliças e frutas e a industrialização do leite que está quase pronta e deverá processar 20.000 litros/dia (orgânico). No momento destaca-se a produção de hortaliças para as feiras, PAA e PNAE. Inicia-se também a produção de frutas. A expectativa é, em breve, abastecer o restaurante universitário (800 refeições dia), buscar outros espaços no mercado local/regional e entrar no circuito de comercialização da Rede Ecovida.

O projeto conta, também, com o apoio de parceiros, como a UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul) e com Mundukide que é uma entidade ligada a experiência Cooperativa de Mondragon⁶⁷ (país Basco - Espanha).

Está tramitando uma nova chamada de ATER a ser assumida pelo Ceagro, para atuação nos assentamentos de Quedas do Iguaçu, que envolverá mais 900 famílias.

⁶⁷Trata-se de uma parceira de cooperação internacional firmada entre o MST e Mondragón Corporação Cooperativa (MCC). Mondragón é uma iniciativa sócio-econômica de caráter empresarial com profundas raízes culturais no País Basco, fundada por e para as pessoas, inspirada nos princípios básicos da experiência cooperativa, comprometida com o meio-ambiente, a melhora competitiva e a satisfação do cliente, para *gerar riqueza na sociedade mediante o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego, preferentemente cooperativo* que: - está baseada em compromissos de solidariedade - utiliza métodos democráticos (uma pessoa, um voto) - impulsiona a participação na gestão, resultados, propriedades - promove a formação e inovação - aplica um modelo de gestão próprio.

Fotos ilustrativas



Oficina capacitação agentes



Oficina construção de planos familiares



Dia de campo para implantação de barreiravegetada



Intercâmbio sistemas agroflorestais - Cooperafloresta



Oficina compostagem em horta agroecológica



Feira agroecológica e economia solidária

9. Projeto de ATER em Assentamentos do Noroeste/PR

Esta experiência se refere à chamada pública organizada pelo INCRA – MDA e desenvolvida pela Cooperiguaçu para o desenvolvimento técnico e social em Assentamentos de Reforma Agrária na região Noroeste do Estado do Paraná.

Este projeto iniciou em 2011 e poderá se desenvolver até 2016. Contempla 310 famílias, em três municípios: Querência do Norte, Xambre e Planaltina do Paraná, todos não inseridos em nenhum território da cidadania. Participam desse projeto três agentes com formação nas ciências agrárias e afins.

Respeitando as demandas construídas coletivamente, a Cooperiguaçu assume o compromisso de executar as ações de forma participativa com as organizações regionais que atuam nos assentamentos e que têm ou podem ter uma relação com as famílias assentadas. Dentre estas organizações, destacam-se as Secretarias de Estado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o Movimento dos Sem Terra, as Prefeituras, as Câmaras Municipais e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Fotos ilustrativas



Reunião grupo de mulheres do assentamento Sumatra



Intercâmbio na Copavi em Paracity



Oficina - caldas - Assentamento Milton Santos



Intercâmbio pastagens Paracity- Copavi



Intercâmbio horta agroecológica



Intercâmbio leite a pasto - Assentamento 17 de Abril

10. Projeto de ATER em Assentamentos da microrregião do Norte Pioneiro no Paraná/PR

Esta experiência se refere à chamada pública organizada Pelo INCRA/MDA e executada pela Cooperiguaçu através de licitação pública para o desenvolvimento técnico e social em Assentamentos de Reforma Agrária na região denominada de Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

O projeto iniciou em 2011 e deverá se desenvolver até 2016 caso seja aprovado no final de cada ano subsequente. Abrange 900 famílias, localizadas em 10 municípios. Participam das ações de forma direta 10 (dez) agentes das áreas de ciências Agrárias e afins.

Nas parcerias destacam-se as Secretarias de Estado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o Movimento dos Sem Terra, a Embrapa, as Prefeituras, as Câmaras Municipais e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Fotos ilustrativas



II - A PROPOSTA METODOLÓGICA NA PRÁTICA

Olivo Dambrós

Valdemar Arl

No desenvolvimento destas experiências práticas, descritas anteriormente, houve momentos de avaliação e reprogramação. Trata-se de encontros de trocas de conhecimentos e aprofundamento teórico que, à luz da prática refletida, realizam-se ajustes e programam-se os próximos momentos, resultando na proposta ora sistematizada.

Neste capítulo serão abordados os principais momentos, passos e instrumentos úteis na metodologia de desenvolvimento sustentável junto à agricultura familiar/camponesa, produzidos através da construção coletiva dos sujeitos envolvidos. Trata-se de um esforço de assimilação e incorporação das discussões, conteúdos e perspectivas elaboradas acima.

Os métodos, técnicas e instrumentos podem e devem ser permanentemente adequados à realidade e condições locais, pois o que, de fato vale, são os objetivos e as estratégias implícitas.

Descreve-se, a seguir, algumas das ações e atividades desenvolvidas e utilizadas na construção das experiências:

1. Sobre a gestão e organização das referências

Apesar das diferenças entre os locais e os públicos envolvidos nas experiências relatadas, a gestão, de forma geral, segue orientação dos colegiados de entidades regionais, microrregionais ou locais da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.

Na maioria das referências analisadas, os fóruns locais é que definem, por exemplo, as comunidades rurais prioritárias, os agentes de ATER e as linhas gerais e temáticas específicas, ou o seu ajustamento quando essas vêm pré-definidas pelas fontes financiadoras, em sua maioria, do governo federal.

O envolvimento das organizações locais nas experiências analisadas acrescentou novas sugestões, embates e críticas às propostas. Agricultores e profissionais de ATER afirmam que, se por um lado elas fortalecem as organizações, por outro, aumentam sua co-responsabilidade e possibilidades do sindicato, cooperativa ou associação participar mais, tanto nos debates, como no apoio logístico da proposta. Também é unânime a posição de que na gestão dos projetos se faz necessário uma coordenação executiva para garantir que as ações saiam do discurso e se concretizem na prática.

Outra percepção foi à relação do projeto ou programa com os colegiados já existentes naquele local ou região. Há uma espécie de pertencimento das organizações e por isso uma política pública que venha ser desenvolvida naquele local é considerada conquista do conjunto e não da proponente. Por isso mesmo, implicitamente, há uma cobrança para que seja socializada à coletividade aquela determinada ação.

A seguir, o organograma de um dos projetos com boa participação de entidades (Figura 1). Evidentemente, organogramas são representações que devem se ajustar a cada realidade. A finalidade da figura que segue, é de reafirmar o compromisso da proposta em compreender de que a Assistência Técnica e Extensão Rural devem ser gestadas pelas organizações sociais e que o papel das equipes e dos profissionais de ATER é de facilitadores, animadores e colaboradores do processo.

Figura 1 - Organograma do projeto da Rede de ATER cooperativada do Sudoeste do Paraná



2. Sobre o papel, perfil e vínculo da equipe de ATER

Compreende-se por equipe de ATER, o conjunto de profissionais formados pelos agentes locais de ATER, profissionais de apoio e coordenadores de equipe e, na maioria dos projetos estudados, contou-se com uma coordenação geral e um articulador ou coordenador operacional.

2.1 O agente local de ATER

Caracteriza-se a função do Agente Local de ATER como um educador, animador e organizador com capacidade técnica que exerce a função de maior proximidade junto às famílias, grupos e comunidades rurais.

O agente não precisa saber tudo, mas sempre que necessário deve buscar informações junto à equipe, entidades ou bibliografias. Suas tarefas prioritárias são definidas no planejamento operacional dos planos comunitários e planos familiares. Cabe a eles a interação direta com as famílias e respectivas comunidades rurais. De todos os profissionais, os Agentes Locais de ATER, atuarão mais próximos da base e por isso redobra a importância de sua qualificação.

A grande maioria dos agentes locais de ATER atua não apenas para o Projeto, mas também como prestador de serviços junto às demais entidades, como Cooperativas de Crédito - Cresol, Cooperativa de Leite - Clafs, Cooperativa de Comercialização, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações e, em muitos casos, também para o governo local. No entanto, tem sido recomendado que estes Agentes não deixem de atuar pelo menos uma semana por mês, na sua propriedade ou com pai, tios ou alguém que lhe proporcione essa possibilidade. Muda muito a forma de ação quando um Agente tem que resolver questões internas. Passa a compreender de forma orgânica as dificuldades de outras famílias e por isso age de forma mais realista.

Cada um destes Agentes Locais atende de uma a três comunidades rurais do seu município, ou seja, de 40 a 60 famílias. A participação das entidades na definição dos agentes locais, assim como das comunidades onde o Projeto atua, assegura em boa medida a corresponsabilidade dessas entidades para com essas comunidades e para com as demais ações, estimulando-as a contribuírem efetivamente com recursos, combustível, empréstimo de carro, local para reuniões e outras contribuições localizadas.

Estes agentes possuem formação em Agroecologia, geralmente no nível de pós-médio. Muitos destes são agricultores ou filhos de agricultores familiares e algumas vezes não atuam com exclusividade como Agentes Locais de ATER, muitos continuam a trabalhar nas propriedades de suas famílias. Assim, são valorizados os recursos humanos locais sem criar

maior dependência econômica destes para com projetos de ATER, cujas fontes de financiamento geralmente são instáveis e os montantes de recursos são variáveis. A prestação de serviços destes profissionais para mais de uma entidade local permite a percepção de realidades diferentes e a construção de laços locais entre organizações que atuam ali.

A experiência de profissionais cedidos para atuarem juntamente com as organizações foi sempre positiva. Mais ainda quando estes saíram de instituições públicas em acordos locais com os poderes públicos. A diferença percebida entre a atuação de um profissional enquanto está atuando por dentro de uma entidade pública e quando é cedido para uma entidade da agricultura familiar é completamente diferente. Nessa última situação ele sai da corporação e dos projetos de gabinetes e vai para a vida real. Como o ambiente de escritório não lhe é muito conveniente, vai muito mais a campo e acaba sendo muito mais reconhecido e lembrado pelas famílias.

O Agente Local de ATER tem a função de apoiar a realização dos Diagnósticos Rurais Participativos (DRPS), do Plano Comunitário de Desenvolvimento e dos planos de transição das Unidades Familiares. Deve estar bem inserido e engajado nos processos de desenvolvimento local, sendo, além de técnico, um animador comunitário. Para a execução adequada e consciente dessas ações junto às famílias e comunidades, a melhor relação encontrada foi quando cada agente foi responsável por 50 famílias.

2.2 Profissionais de apoio aos/as agentes locais

São aqueles que, por formação e/ou função, focam sua ação técnica de modo setorial: leite, comercialização, crédito, sementes, educação, saúde, etc.. Evidentemente que o nível de comprometimento com uma função setorial poderá variar, mas o importante é que ele possa

respaldar não apenas um setor específico como, por exemplo, a atividade leiteira, mas também as ações de desenvolvimento local, sobretudo ao nível da Comunidade Rural.

Esses profissionais, geralmente, são de nível superior e desenvolvem uma atividade afim, demandada pelas famílias, grupos ou comunidades rurais, ou a formação dos agentes. As experiências bem avaliadas foram quando havia pelo menos um dia de apoio destes profissionais por comunidade ou grupo comunitário a cada dois meses.

2.3 Coordenação das equipes locais, microrregionais e regionais de ATER

Quando as experiências desenvolvidas foram ou tiveram abrangência maior que cinco profissionais, a prática apontou para a definição de constituição de equipes microrregionais. Esse formato possibilita que o coordenador desempenhe a função de avaliar ações dos agentes, aproximar a equipe com as lideranças locais, fazer a mediação política com os dirigentes dos Fóruns de entidades, conselhos municipais de Desenvolvimento Rural, poder público e outras entidades/instituições necessárias.

As decisões mais acertadas foram quando as/os coordenadoras/es foram escolhidos pelas lideranças das entidades da Agricultura Familiar e/ou camponesa daqueles municípios onde se desenvolvia o projeto/programa. Na maioria das vezes são os coordenadores que auxiliam os agentes locais. Assim, os profissionais de apoio só vêm para atender demandas de temas específicos. No geral, quem encaminha as demandas são os coordenadores.

2.4 Articuladores (as) operacionais de ATER

Para operacionalizar na prática as decisões políticas e orientar, de maneira eficaz, as ações gerais, a maioria das experiências criou a função do articulador(a), com o papel de fazer a ponte entre as organizações que compõe o Conselho Gestor e as equipes de ATER locais ou microrregionais. Ressalta-se de que essa função foi criada quando havia mais que uma equipe de ATER.

A função principal do articulador ou coordenador operacional é assegurar que os objetivos, as metas e demais orientações definidas pelo projeto e encaminhadas pelo Conselho Gestor sejam executadas concretamente. Além disso, assumem um papel muito importante de construir entendimentos e parcerias locais.

Uma importante lição aprendida durante a análise dessas experiências é de que todas as vezes que a indicação do coordenador operacional foi com respaldo do conselho político e não da entidade gestora ou proponente, a aceitação foi muito maior e os problemas futuros foram mais fáceis de serem resolvidos.

2.5 Conselho gestor de projeto/programa de ATER

O Conselho Gestor tem a função de fazer a gestão política do Projeto como um todo, definir público beneficiado, metodologia de trabalho, parcerias, assegurando orientação geral do projeto/programa. Quanto maior for a participação e o debate, mesmo as críticas sobre o projeto, maior será a construção.

As experiências nos mostraram de que um Conselho Político formado por representantes das entidades envolvidas deve ser enxuto, mas sem excluir nenhuma das organizações governamentais ou não

governamentais que tenham qualquer vínculo com as famílias beneficiadas.

2.6 Sobre o vínculo/forma de contratação da equipe de ATER

O modo de legalizar a prestação dos serviços passa pelo formato institucional da entidade ao qual o profissional está vinculado. A seleção dos agentes locais, coordenadores e profissionais de apoio quando realizada pelas próprias entidades locais e ou microrregionais tem um efeito extraordinário no envolvimento daquelas entidades sobre o trabalho do profissional, além de empoderar a organização. No entanto, não são todos os arranjos institucionais que permitem contratar profissionais escolhidos pelas entidades.

No caso da Cooperiguaçu foi possível pelo fato desse arranjo institucional permitir que um profissional se associe, bastando apenas o consentimento do conselho administrativo da cooperativa. No entanto, em outras entidades haveria dificuldade. Em relação à Emater ou a uma prefeitura, teria que ser um profissional concursado e nesse caso não poderia ser escolhido pela entidade. Esta teria que aceitar aquele que a instituição pública disponibilizar.

Em empresas de lucro presumido ou micro empresa este arranjo facilita um pouco mais do que as instituições públicas, mas o processo exige que o profissional selecionado pela entidade local se integre a empresa e isso custa mais e é demorado em relação à Cooperativa.

3. Sobre a capacitação das equipes de ATER

A formação das pessoas resulta das interações no meio em que vivem, somada à escolarização formal e capacitação profissional. De forma geral a educação formal não assume conteúdos relacionados ao dia a dia do “ser humano” e com as quais a maioria das pessoas vai ter que agir ou interagir. A educação infantil é um exemplo: quantos pais sabem da importância da primeira infância na personalidade do indivíduo? Mesmo coisas mais concretas, como a mecânica de automóveis é outro exemplo: algumas pessoas pouco sabem sobre questões básicas sobre como funciona um carro, mas acabam aprendendo na prática. Várias são as situações às quais as pessoas são submetidas, mas que a educação formal não considera.

Em relação à formação política é ainda mais sério, pois faz pouco tempo que saímos de uma ditadura militar. A filosofia e a sociologia política possibilitam a compreensão de outras possibilidades que podem gerar consciência crítica, o que não interessa à ordem em vigor.

A formação de profissionais para atuação no campo inicia-se dentro das escolas de educação formal, e efetiva-se tecnicamente nas escolas Agrotécnicas e faculdades de agronomia, onde o conteúdo trabalhado foi totalmente enquadrado no modelo da revolução verde. A metodologia da “Assistência Técnica e Extensão Rural” é parte no currículo de formação profissional. Assim, além da qualificação de conteúdo com visão agroecológica, é um grande desafio a requalificação metodológica, técnica e política dos profissionais.

Durante a execução destas experiências foram sendo construídos processos coletivos de capacitação da equipe de ATER e nestes momentos de formação, estimulava-se para que sempre estivessem presentes dirigentes regionais e lideranças locais. A presença desses agentes “externos” durante o processo de capacitação não só garantia um

debate mais próximo da realidade vivida, como tencionava para que a linha de ação continuasse sendo orientada conforme o plano inicialmente acordado e para que as demandas construídas junto aos agricultores e suas organizações fossem efetivamente respeitadas.

Percebeu-se nas experiências acima relatadas que, sem processos de formação, os agentes vão se afirmando tecnicamente, o que é bom, mas vão crescentemente retomando posturas unidirecionais e adotando práticas “extensionistas”. Portanto, é necessário um programa de formação inicial e permanente aos agentes em processos populares transformadores, envolvendo os seguintes conteúdos básicos:

➤ **Sociologia política e desenvolvimento**

- Como funciona a sociedade (noções de sociologia política);
- História da agricultura;
- Agricultura familiar/camponesa e seu papel no desenvolvimento (multifuncionalidade do campo);
- Proposta para o desenvolvimento sustentável do campo - (recomposição/reorganização dos sistemas de produção (diversificação, auto consumo, transição agroecológica);
- Os Movimentos Sociais do Campo;
- Cooperação, associativismo e economia solidária;
- Geração e gênero.

➤ **Agroecologia e desenvolvimento sustentável**

a. Geral

- História – escolas – conceitos - tendências;
- Organizações e Redes (ANA, ABA, Ecovida e outras);
- Lei nº 10.831/2003 e normas técnicas de produção;

- Certificação participativa;
- Agroecologia e os Movimentos Sociais do Campo.

b. Funcionalidade e fertilidade dos sistemas

- Noções sistemas;
- Princípios da ecologia (equilíbrio dinâmico, resistência, resiliência, etc.);
- Sucessão ecológica;
- Biodiversidade funcional;
- Bioestrutura do solo;
- Fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas.

c. Economia ecológica

- História do pensamento;
- Os recursos naturais e a ciência econômica;
- Os princípios da economia ecológica;
- O metabolismo econômico;
- A pegada ecológica e a mochila ecológica.

d. Educação popular e metodologias participativas

- Educação popular;
- Metodologias participativas para o trabalho de base. (metodologias de diagnóstico, metodologias de planejamento estratégico, metodologias de construção coletiva do conhecimento, metodologias de sistematização,
- Metodologias de transição agroecológica (metodologias participativas aplicadas = superação da “extensão rural”).

e. Agricultura orgânica

- Manejo ecológico dos solos;
- Biodiversidade (sementes e raças);
- Produção de biomassa e manejo da matéria orgânica;
- Criações e cultivos agroecológicos;
- Manejo ecológico de insetos e ervas;
- Caldas e biofertilizantes;
- Outros, dependendo da realidade local, regional.

A demanda de conteúdos a partir dos agentes, sempre tenciona para a formação técnica, mas o técnico precisa estar imbricado com o político, a prática com o ideológico, o imediato com o futuro.

Uma sugestão que se apresentou foi de que o processo de formação deve ser continuado e que os intervalos não devem ser superiores a dois meses entre os momentos, e que estes devem ser no mínimo de dois dias. A mística e a análise de conjuntura devem fazer parte de todos os momentos de formação. Também, é sempre importante uma análise de contexto.

4. O contato com as famílias da comunidade rural

A palavra contato, nesse caso pode ser desmembrada em “*com tato*”, porque precisa traduzir a efetividade dessa aproximação. Com tato, significa tamanha proximidade que permite tocar a mão. Esse é o momento do “contrato”, novamente desmembrada em “*com trato*” que significa combinação, acerto, compromisso. Este não precisa ser escrito, mas aqui vale a palavra, como no dito popular, “*o fio de bigode*”.

O contato e o contrato são decisivos na qualidade da relação e no resultado do processo, pois definem o compromisso, o empenho e a relação de confiança entre as partes: a família e o agente.

Sempre que possível, tanto o contato como o contrato devem ser realizados em dois níveis:

- Nível institucional, que normalmente se realiza de forma coletiva envolvendo as organizações às quais as famílias estão articuladas e as comunidades onde se realizará a iniciativa, por exemplo: Sindicatos, Cooperativas, Associações, Movimentos ou outros que se reúnem através das lideranças com as famílias para discutir a proposta, metodologia e apresentar a entidade executora e o (a) agente;
- Nível pessoal, que se realiza entre o (a) agente e a família. A relação do (a) agente se dá na dimensão interpessoal e também na dimensão técnica. As duas dimensões de forma complementar determinam o nível de confiança que se estabelece. A dimensão interpessoal é determinada basicamente pela capacidade de empatia e respeito. A dimensão técnica é determinada pela competência, conhecimento e responsabilidade.

5. Sobre atividades coletivas de campo

Todos os momentos coletivos ou não, devem ser planejados e preparados para contemplar minimamente as três dimensões básicas que compõe os processos populares transformadores abordadas anteriormente, sendo:

- FormAÇÃO;
- OrganizAÇÃO;

➤ MultiplicAÇÃO

Esta condição garante a possibilidade de continuidade e autonomia do processo, ampliando o protagonismo e fortalecendo organizações e movimentos sociais.

A seguir são transcritos momentos, instrumentos e condições para uma maior efetividade na organização e realização de atividades coletivas.

5.1 Chegando à comunidade: mobilização inicial

O contato inicial junto às comunidades rurais deve acontecer com a visita, previamente combinada, às lideranças comunitárias, para evitar horários e compromissos inadiáveis para a família do campo. Não dá pra marcar visita às cinco da tarde, quando a família toda está em função da ordenha, por exemplo.

Em todas as comunidades há diversas lideranças, algumas estão ocupando cargos e outras não, mas, são lideranças históricas e formadoras de opinião. São a estas lideranças que se realizam as visitas qualificadas, ou seja, uma visita para uma boa discussão sobre a proposta, estratégias e metodologias, etc. Estas visitas têm o desafio de informar e envolver outras lideranças no processo de mobilização. Uma palavra de apoio de uma liderança comunitária tem um significado muito grande para o desenvolvimento de uma proposta naquele local.

A mobilização inicial é muito importante que seja feita em companhia dos dirigentes das entidades da agricultura familiar do município. A presença de representantes das organizações locais dá mais segurança ao Agente Local de ATER e permite um diálogo mais confiante.

Uma boa visita tem, em média, duas horas de duração e serve para informar, esclarecer e motivar as lideranças comunitárias sobre os

objetivos gerais das ações que se quer construir juntamente àquela comunidade, grupos e/ou famílias.

Em algumas vezes foi mais importante chegar à comunidade através de um morador antigo. Geralmente estas pessoas têm uma grande admiração das famílias locais. Por isso, a recomendação é de que antes de chegar à comunidade, é preciso conhecê-la bem, saber quem são as lideranças de fato e os dirigentes de direito, as famílias mais antigas e os problemas internos, como conflitos e outras questões locais. A demonstração de respeito pela comunidade é fundamental e quanto mais esta se sentir valorizada e respeitada, maior será a possibilidade de construção.

Dessa conversa inicial espera-se que seja definindo uma estratégia de mobilização para a realização de uma reunião ampliada com a participação do maior número de famílias da comunidade.

5.2 O convite às famílias

O convite é um instrumento importante porque é ali que se começa a debater o que irá acontecer na reunião, seminário ou outras atividades, no futuro. O convite deve dar a dimensão ou a importância daquele tema, projeto ou ação para as famílias na realidade e contexto que vivem. Por ser um marco que define entre participar ou não, deve ser realizado através de contato direto, com os objetivos e pautas bem claros.

O convite é um poderoso instrumento de comunicação e até mesmo de formação. Para isso precisa, além de animar a participação, transmitir a mensagem acerca do conteúdo que será trabalhado no evento. Para isso deve ser cuidadosamente preparado, e conter no mínimo: uma

ilustração comunicativa, uma “frase de efeito”⁶⁸, um pequeno texto e a informação do dia, local e hora. A ilustração, a frase de efeito e o “com tato”⁶⁹ mensagem na entrega são decisivos.

Essas informações aliadas à mensagem do contato de quem vai convidar já são parte do conteúdo a ser trabalhado no evento, e por isso deve estar de tal forma expressa, que mesmo a pessoa não podendo participar sinta-se informada e parte do processo. Assim o convite torna-se instrumento de informação, formação e mobilização. Também deve estar clara a programação, horários e local.

5.3 A preparação do ambiente da reunião

O ambiente comunica muito, por isso a preparação do mesmo é importante, contribui na mística e ajuda a construir as condições e conteúdos do encontro.

Relacionar a ornamentação com o tema em discussão, objetivos do encontro, ou ainda, o campo, a produção de alimentos, a história da agricultura e da comunidade, torna o debate mais próximo da realidade e facilita a compreensão. Isso pode ser realizado de diversas formas, como: exposição de produtos, equipamentos, fotos, frases de efeito, bandeiras ou *banners* das organizações/movimentos, etc...

Arrumar as cadeiras em círculo ou semicírculo é uma condição básica para o diálogo, a troca.

⁶⁸ “Frase de efeito” significa, na comunicação popular, uma frase que consegue traduzir da forma mais sucinta e completa a proposta a ser comunicada/trabalhada.

⁶⁹ “Com tato” é uma forma de expressar a importância da máxima aproximação possível no momento do convite, uma aproximação capaz de transmitir mensagens, e, com tato, significa respeito e, inclusive aproximação física.

5.4 Materiais didáticos e pedagógicos utilizados na reunião

Os materiais didáticos e pedagógicos devem estar preparados de acordo com as técnicas ou dinâmicas previstas. Os equipamentos devem ser testados anteriormente. É recomendável que se prepare alguma alternativa em caso de algum imprevisto, como falta de energia. São úteis: papel (papelógrafo), pincéis atômicos, tarjetas, fita crepe, e outros.

As experiências analisadas apontaram diferenças significativas na aprendizagem final, por conta da utilização adequada de instrumentos pedagógicos. Há muitos relatos de constrangimentos de Agentes de ATER, por não terem providenciado alternativas ao uso de vídeo, por exemplo, e chegarem na comunidade pouco antes da reunião e não ter energia elétrica.

5.5 A realização da reunião: acordos e encaminhamentos

No período que antecede a reunião, recomenda-se, sempre que possível, descentralizar as atividades e criar condições de envolvimento e comprometimento das pessoas com as atividades. No encontro da comunidade ou grupo, por exemplo, distribuir tarefas já na preparação da reunião, como: a ornamentação do ambiente, chimarrão, bolacha, pinhão, batata doce, etc..

A reunião deve ser realizada de tal forma que não vire um monólogo, principalmente, por parte de um Agente de ATER que vem de fora, ainda conhece pouco da realidade local e não tem ainda a confiança plena das pessoas que ali estão. Uma boa reunião não deve passar de duas horas desde sua abertura, apresentação dos presentes, até os encaminhamentos dos próximos passos.

A apresentação da proposta na comunidade é realizada em uma ou duas reuniões e deve contar com o apoio das lideranças já contatadas na primeira visita e dirigentes das entidades da agricultura familiar.

Nesse contato com a comunidade, é importante que se observe e se respeite os seus interesses e decisões, suas dinâmicas próprias e outros programas e ou projetos que já estejam sendo desenvolvidos localmente.

Nessa apresentação para a comunidade, a presença de todas as pessoas que ali residem: pais, mães, agregados, filhos e filhas e outros parentes, tem demonstrado ser o maior trunfo para o sucesso do trabalho. Tem sido importante esclarecer o máximo de questões sobre a proposta, assim como acordar o grau de comprometimento das famílias para com o mesmo.

5.6 Aspectos importantes para a reunião

A atividade deve começar e terminar na hora prevista, e o(a) agente deve sempre chegar com tempo. Normalmente são sugestivos os seguintes momentos:

- Início com o contexto e conversa sobre a proposta ou objetivos;
- Apresentação dos presentes;
- Apresentação da pauta e horários, e sempre colocá-la em discussão;
- Distribuição dos papéis e organização das tarefas do encontro/momento;
- Encaminhamentos/definição dos próximos passos;
- Organização coletiva dos próximos momentos.

Após a apresentação, debate e o aceite da proposta pela comunidade, recomendam-se um termo de adesão assinado por todos e todas. Este termo poderá ser registrado no livro ata da própria comunidade, fazendo constar as famílias decididas a participar diretamente e os demais atores locais, bem como o planejamento das ações a serem realizadas na comunidade.

As experiências permitem concluir que o fato das pessoas assinarem a ata da comunidade, aceitando a participação no referido projeto, cria um sentimento de compromisso e pertencimento com o mesmo. As famílias do campo não assinam muitas coisas, por isso, aquilo que assinam marca mais.

6. Espaços e locais de construção prática do conhecimento

Todos os momentos devem ser planejados e preparados, sempre de forma coletiva e contemplar, minimamente, as três dimensões básicas que compõe os processos populares transformadores abordadas anteriormente:

- FormAÇÃO;
- OrganizAÇÃO;
- MultiplicAÇÃO

Esta condição garante a possibilidade de continuidade e autonomia do processo, ampliando o protagonismo e fortalecendo organizações e movimentos sociais.

A seguir são transcritos momentos, instrumentos e condições para uma maior efetividade na organização e realização de atividades coletivas.

6.1 Unidades de estudo

Na extensão rural convencional denomina-se de “unidades demonstrativas” os espaços onde são implantadas, acompanhadas e qualificadas as práticas do modelo da revolução verde. O nome “demonstrativo” traduz a intenção de mostrar algo pronto para alguém que não sabe como se faz. Ou seja, as famílias são convocadas para “ver como é que se faz”, num exercício claro de difundir de forma unidirecional uma técnica, um conceito ou uma informação.

A condição de Unidade de Estudo propõe o exercício ao sujeito coletivo na escolha e definição da área e na decisão das tecnologias. Serve para trocar experiências, testar, avaliar, pesquisar coletivamente. São unidades que se qualificam ou implantam novas práticas que são acompanhadas, ativamente, pelas demais famílias em todo o processo.

Nestas unidades podem ser aplicadas/testadas informações resultantes de pesquisa, mas, também, práticas resultantes do conhecimento obtido em experiências anteriores das próprias famílias. Todas as ações são realizadas e avaliadas coletivamente. As conclusões finais, também, são coletivas e são sistematizadas.

Quando se trata de técnicas ainda pouco conhecidas, sugere-se iniciar em áreas menores. Facilita o manejo e pode evitar custos que, muitas vezes, “queimam” propostas antes de tornarem-se conhecidas. Quando uma iniciativa for instalada junto a uma unidade familiar de produção, a última decisão é sempre da família, pois esta, normalmente, é parte de sua produção. A avaliação e sistematização dos resultados devem ser coletivas e podem ser feitas num dia de campo.

A partir dos seus resultados, sistematizados coletivamente, as unidades de estudo podem se transformar em unidades de referência (lavouras ou criações).

Nestas iniciativas, a maior parte da base tecnológica ainda vem de “fora”, ou seja, se pauta em experiências anteriores. Um desafio a ser exercitado em novas iniciativas é buscar possibilidades para ampliar o estímulo à criatividade e o potencial investigativo e inovador dos agricultores, a exemplo de iniciativas exercidas junto à metodologia do campesino a campesino.

A partir das experiências vivenciadas, é possível levantar algumas dicas para organizar uma unidade de estudo:

- Inicialmente, identificar Temas Geradores que são demandas/necessidades concretas, problemas reais, e/ou desafios a serem superados. Um exemplo de Tema Gerador verificado foi a ‘produção de silagem orgânica’ e para combater as “plantas invasoras”, os agricultores estavam acostumados a usar herbicidas. Assim, o Tema Gerador ‘produção de silagem orgânica’ pôde ser estendido para outras culturas, como o milho, muito presente no assentamento.
- Na preparação, se possível, envolver as pessoas no planejamento e preparação do dia de campo, ou seja: na preparação do material, escolha do local, definição das datas e horários, etc.
- No dia de campo apresentar a proposta inicial: o que será plantado, porque das espécies, porque da cobertura, etc.
- Colocar em discussão para levantamento de sugestões de como fazer melhor;
- Organizar a ação de implantação da área, distribuir tarefas e serviços;
- Marcar o próximo momento coletivo para visitar e perceber a evolução da iniciativa.

Obs. como muitas pessoas acham que isso vai gerar mais trabalho, ou até duvidam que vá dar certo, dá para provocar o diálogo sobre essas dúvidas: “porque vocês acham que pode não dar certo?”.

Com isso, pode-se identificar sugestões a serem acrescentadas e, principalmente, identificar os aspectos a serem estudados e acompanhados. Estes aspectos devem ser listados e olhados em cada fase da experiência (nos dias de campo).

6.2 intercâmbios e trocas de experiências das famílias

A partir de experiências anteriores, conclui-se que troca de experiências é o grande propulsor das mudanças e do desenvolvimento. Esta prática pressupõe a troca, ou seja, à luz da experiência anterior de cada pessoa, fazem-se comparações e tiram-se conclusões. Tanto os que visitam a experiência, quanto os visitados acessam novos aprendizados. Ver e interagir com uma realidade concreta ou com uma experiência é um processo autônomo e muito efetivo de aprendizagem.

O intercâmbio realiza-se em experiências de relevância que já são referência, na região ou fora dela. Nas iniciativas realizadas, tanto os intercâmbios como as unidades de estudo e dias de campo têm sido as ações de maior efeito informativo e formativo. Ao ver uma experiência concreta ou participar de uma prática, facilmente, as pessoas fazem comparações e tiram conclusões, pois esta é uma forma decisiva de interagir conhecimentos de uns com os outros e construir um novo conhecimento.

Muitos foram os avanços ou até mudanças de propostas por conta da realização de intercâmbios que permitiram as famílias perceberem, na prática, aquilo que só conheciam na imaginação.

6.3 Dias de campo

Os dias de campo são formas, também, muito exercitadas. Podem assumir dimensões metodológicas muito distintas que vão, desde uma condição passiva das famílias envolvidas (“venham ver como é que se faz”), a uma condição de organização e realização coletiva (“vamos fazer juntos, estudar e discutir e concluir coletivamente”). O mutirão ou pixurum são práticas exercidas nos dias de campo.

Tanto o local como os membros da família onde se realizará o dia de campo precisam ser previamente preparados. Também os visitantes devem ser preparados e organizados para esse momento. A construção e a responsabilização de conteúdos ou de dinâmicas podem ser descentralizadas, aproveitando a experiência e habilidades das pessoas.

No dia de campo são realizadas práticas tecnológicas específicas, como instalações de unidades de estudos, realização de manejos, ou outras atividades.

Nas avaliações das iniciativas, as unidades de estudo, juntamente com os intercâmbios se mostraram, metodologicamente, as estratégias mais efetivas de construção coletiva do conhecimento.

6.4 Visitas do agente nas Unidades de Produção e Vida Familiar

- UPVFs⁷⁰

Assim como as unidades de estudo, os dias de campo e os intercâmbios são momentos de debate, análise e oportunidade de diálogo

⁷⁰UPVFs – Unidades de Produção e Vida Familiar, conforme definição cunhada no âmbito das Escolas Comunitárias de Agricultores - ECAs, coordenadas pela ASSESOAR, em meados dos anos de 1990. Um conceito que oferece categorias capazes da superação do enfoque produtivista carregado pela expressão UPF – Unidade de Produção Familiar.

com as famílias e os profissionais de apoio. Entre a família e o agente, a interação ocorre com mais regularidade e permite uma relação mais direta. As visitas são momentos importantes para a construção dos planos familiares, execução de atividades e para avaliação de atividades anteriormente executadas.

Nas experiências construídas, as visitas de acompanhamento têm sido momentos que podem ser intercalados conforme o andamento das atividades planejadas. Geralmente, na fase inicial, as demandas são maiores e por isso as visitas acontecem de mês em mês. Com o decorrer do tempo esse intervalo pode ser maior, mas dificilmente deve passar mais que dois meses entre uma visita e outra. Em várias experiências analisadas percebe-se que quando esse intervalo, por uma razão ou outra, for maior, as famílias, principalmente iniciantes, começaram a abandonar as práticas ecológicas e retornar as atividades convencionais.

As visitas dos Agentes de ATER devem cumprir tarefas que vão além da visita em si. Como haverá o contato com a família lá na comunidade, o Agente deve ser um mensageiro das organizações da agricultura familiar para levar materiais de informação, para planejar encontros, seminários, reuniões e outros comunicados do dia a dia do campo.

7. Instrumentos metodológicos de apoio à Transição Agroecológica dos Sistemas e ao Planejamento local

Para a realização prática da proposta foram sendo criados instrumentos de operacionalização e apoio ao planejamento, execução monitoramento e avaliação das ações junto às famílias, comunidades e demais organizações locais.

Os instrumentos são utilizados pelos agentes, lideranças e famílias no sentido de dar organicidade aos acordos que vão sendo construídos. Permitem uma visualização dos feitos e afazeres em cada local e atividade. Estão sempre sendo ajustados e renovados para expressar, de maneira compreensível, as definições tomadas e a tomar, de forma que todos e todas possam interagir e aperfeiçoar.

Estes instrumentos foram sendo construídos coletivamente para serem utilizados pelos agentes, famílias e organizações.

Prevê-se um planejamento inicial que vai sendo completado e qualificado continuamente. Muitas famílias e técnicos conhecem menos sobre Agroecologia, por isso necessita-se de mais tempo para um plano se tornar efetivo. Dessa forma possibilita-se a organização inicial das atividades, mas garante-se a qualificação do processo com os momentos de formação realizados através de cursos, intercâmbios, sistematizações junto às unidades de estudo.

A seguir o Plano Familiar de Transição Agroecológica, o Plano de Ação Grupal, o Plano de Desenvolvimento Comunitário e o Plano de ATER Municipal, construídos e utilizados como instrumentos metodológicos junto a experiências de ATER descritas anteriormente.

7.1 Planos familiares de transição agroecológica

Desde o período tribal da espécie humana, evidenciam-se condições de um ser social e territorial. A família é o primeiro coletivo social e no caso da agricultura familiar/camponesa a unidade familiar de produção é o primeiro território de sua existência.

A UPVF é assim denominada por caracterizar-se como uma mistura de um modo de produção com existência e cultura familiar. Os

planos familiares têm por finalidade entender, refletir e propor mudanças nos modos e forma de ser das UPVFs e seus agroecossistemas.

Os “modelos” de gestão e administração rural pautados na economia capitalista neoclássica não dão conta de entender e dialogar com agricultura familiar/camponesa. Muitas tentativas já falharam ou se exercem apenas enquanto contam com a participação direta do técnico fazendo anotações, controles e análises. Categorias como lucro, juro sobre capital, e outras não dialogam devidamente com a condição e perspectiva camponesa, e não determinam as suas decisões.

Ainda não se conseguiu construir, de fato, um novo modelo de gestão, mas o método da elaboração do plano familiar possibilita uma visão sistêmica para além da produção e evidencia as interações entre os subsistemas. Facilita a análise crítica do sistema a partir da família, com contribuições do agente. Quem inicialmente descreve, analisa e primeiro fala do sistema é a família que traduz seu sistema e identifica as mudanças que pretende fazer. Dessa forma, proporciona o protagonismo da família. Não é o técnico que faz a análise e propõe a solução.

Esta metodologia pode ser utilizada tanto em reuniões coletivas de análise e planejamento, como, também, em processos individuais a serem realizados em cada unidade de produção. No caso de atividades realizadas coletivamente, cada família faz o seu plano e troca ideias com o grupo sobre o seu sistema de produção. No caso da atividade ser realizada, individualmente, em cada unidade de produção é conveniente uma reunião posterior para socialização das propostas individuais;

Sempre que possível, optar por fazer coletivamente os desenhos e análises da dinâmica dos sistemas de produção. Se ganha tempo que poderá ser utilizado nas visitas individuais previstas para execução dos planos. A condição da interação coletiva é importante porque potencializa a troca de experiências e cria o sentimento de compromisso conjunto.

Quadro 1 – Construção dos planos familiares, individuais e coletivos

	Vantagens	Desvantagens
Construção dos planos com cada família individualmente	- Possibilita um melhor acompanhamento do Agente Local de ATER; - Pode ser realizada uma caminhada de diagnóstico; - Envolve mais facilmente todos os membros da família.	- Requer mais tempo para desenvolver todos os planos daquele grupo ou comunidade; - Não permite a troca de experiência e interação com outras famílias.
Construção dos planos coletivamente com um grupo de famílias	- Permite uma maior troca de experiências com outras famílias; - Permite a comparação - A comunidade fica sabendo das propostas e desafios; -Ganha tempo na fase inicial do trabalho; - O processo é muito mais animado e alegre.	- Nas reuniões não participam todos os membros da família.

Em geral, a construção participativa de um plano familiar de transição agroecológica provoca, em cada agricultor ou agricultora, uma revisão do seu projeto de vida e que, por sua vez, estimula demandas de processos de formação e capacitação.

A partir dessa reflexão, cabe ao agente local de ATER e às coordenações do programa ou projeto em execução, orientar e/ou encaminhar às organizações pertinentes, ao poder público e às entidades parceiras, as propostas de formação, qualificação profissional e outras, que venham ao encontro às demandas levantadas.

À medida que se ampliam os horizontes culturais das famílias e que elas passam a vislumbrar novas possibilidades, faz-se necessário mobilizar meios para corresponder às expectativas criadas. Por isso, um plano familiar não se faz sem antes conhecer bem a realidade local e as organizações. Ninguém tem o direito de criar falsas expectativas às pessoas que, na sua maioria, têm poucas oportunidades e são, muitas

vezes, discriminadas pelos poderes locais. À medida que as demandas vão sendo criadas e vão sendo atendidas, ocorre uma transformação muito mais rápida do que se imagina.

O caderno do plano familiar deve ficar com a família agricultora para orientar as atividades projetadas e executar o planejamento realizado. Os agentes podem fazer uma cópia deste caderno que deve ser analisado sempre antes das visitas às famílias.

A proposta do Plano incorpora os seguintes momentos:

- Diagnóstico;
- Análise coletiva do sistema;
- Planejamento da condição desejada;
- Planejamento operacional;
- Definição do papel e ações do agente técnico.

Inicialmente é importante conhecer cada sistema de produção. Uma boa caminhada na unidade familiar, o desenho e a análise da dinâmica e funcionalidade do sistema de produção são aspectos importantes para o diagnóstico.

Segue abaixo descrição dos principais momentos na construção dos planos familiares de transição agroecológica;

7.1.1 O desenho (croqui) da UPVF

O croqui é uma forma de realização de diagnóstico do sistema da UPVF. Este pode ser antecedido ou complementado por uma caminhada na área. O croqui ou maquete⁷¹ deve ser elaborado pelos membros da

⁷¹ Maquete de gesso é uma forma de representação de uma determinada região em que numa mesa de tamanho de 2 metros por 1, em média, se reproduzem as características de geografia, relevo e características ambientais. As maquetes

família, com a ajuda do agente de ATER local, pois a metodologia preconiza o protagonismo coletivo e a decisão deve ser da família.

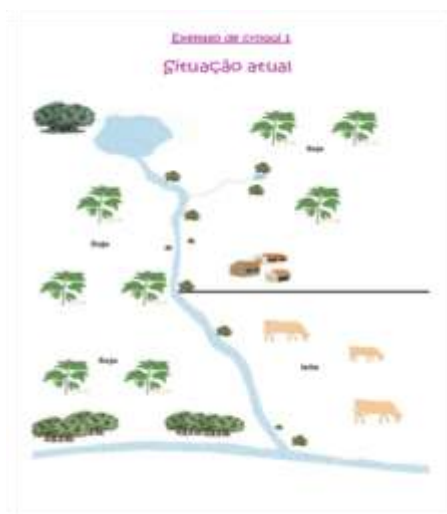
O senso operacional é muito forte junto aos agricultores. A visão do ecossistema é mental, assim como também as tarefas e o calendário agrícola. O agricultor sabe o que precisa ser feito, onde e quando.

O desenho é uma estratégia adequada ao forte senso prático dos (as) agricultores (as), fortalece a visão e o que estes já têm em mente. Ao desenhar, a pessoa exercita e desenvolve uma visão sistêmica do todo da unidade de produção, incluindo atividades produtivas, ações de preservação ambiental, estrutura, localização, etc.

Ao colocar no papel, refaz, também, seu desenho mental e, mesmo deixando o papel de lado, assume uma nova visão do sistema.

A maioria das informações de diagnóstico do agroecossistema aparece na construção do croqui. Essa tarefa pode ser realizada individualmente ou com um grupo de famílias próximas.

a) O croqui da situação atual



Desenhar o croqui da situação atual do agroecossistema contendo as áreas aproximadas de cada componente. Considerar: cultivos, criações, atividades de autoconsumo, rios, córregos, fontes, áreas de preservação permanente e reserva legal, estradas, construções, etc.

estão sendo utilizadas em experiência de ATER pela Cooperiguaçu, nos assentamentos do Norte pioneiro (MOSSELIM, 2013).

b) O croqui da situação desejada



Para esta tarefa, o(a) agente deve, inicialmente, perguntar sobre quais as mudanças que a família deseja realizar.

Analisar junto com a família quais são as mudanças necessárias para tornar o sistema mais sustentável.

Após, deve questionar e sugerir, mas nunca impor condições. Cada nova ideia ou possibilidade somente fará parte do novo desenho se a família assim decidir.

Aqui vale, também, sugerir trocas de experiência com outras iniciativas em torno de questões específicas, como por exemplo: agroflorestas para as áreas de preservação permanente ou reserva legal, sistemas de pastejo rotativo, ou outras.

7.1.2 A dinâmica funcional do agroecossistema

Este exercício é importante para entender e planejar a funcionalidade do agroecossistema. É importante observar se é um sistema linear, altamente dependente de insumos externos e produtor de matéria prima (elo da indústria), ou se é um sistema complexo, diversificado e pouco dependente de insumos externos.

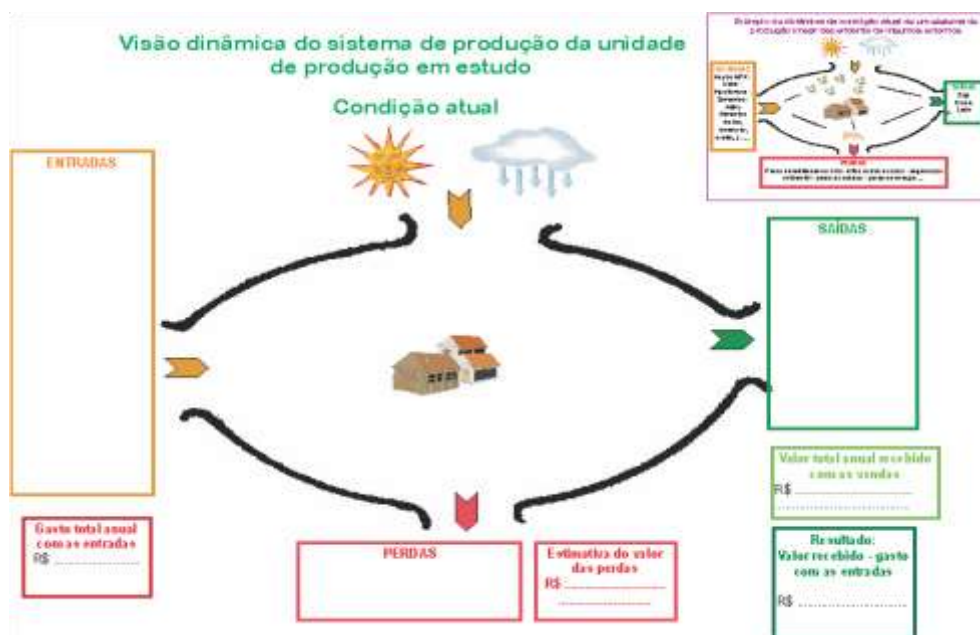
Devem-se anotar as quantidades anuais de todas as variáveis passíveis de quantificação.

Considerar:

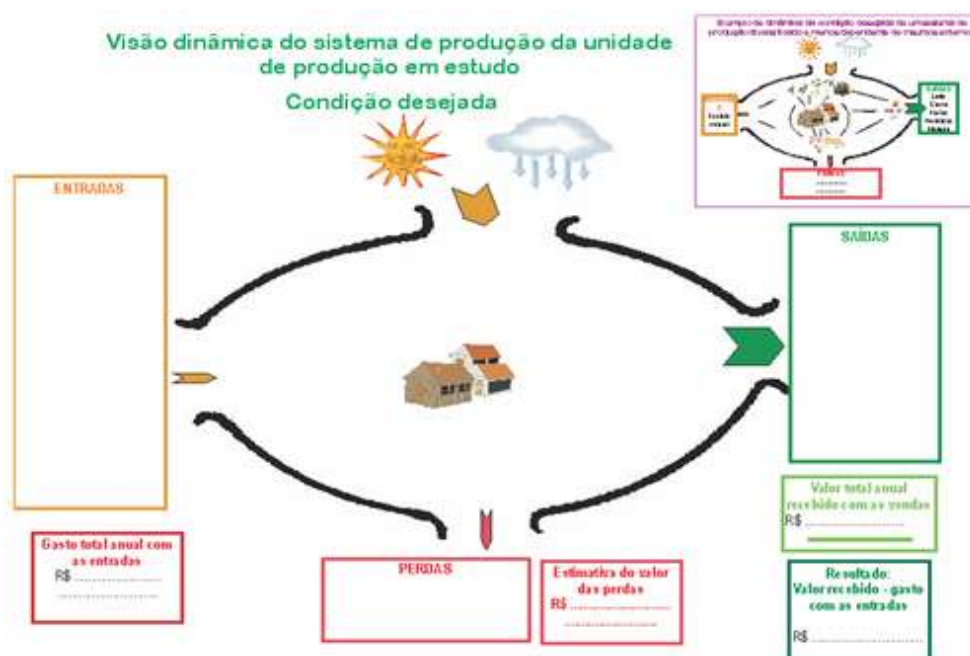
- As entradas de insumos para a produção e subsistência da família, energia, sementes, adubos, remédios, etc.;
- As entradas naturais como a água (principalmente chuva) e energia solar;
- As perdas – solos, nutrientes, biodiversidade, energia, etc.;
- As saídas de produção gerada no sistema.

Tanto as entradas, as perdas e saídas podem ser quantificadas monetariamente. Mesmo que sejam estimativas, servem para avaliar a viabilidade do sistema e ajudar na gestão.

a) A dinâmica funcional do sistema ATUAL



b) A dinâmica funcional do sistema DESEJADA



Assim, como no croqui, aqui o(a) Agente de ATER sempre deve iniciar perguntando quais são as mudanças que a família pretende fazer e juntamente com a família analisar quais são as mudanças necessárias para melhorar a sustentabilidade do sistema. Considerar a aumento da segurança, estabilidade, resiliência, diminuição dos custos e melhoria dos resultados.

De forma ampla, os principais desafios são:

- Diminuir as entradas de insumos externos;
- Potencializar as entradas de água e energias naturais;
- Acabar ou minimizar as perdas;
- Ampliar ou qualificar as saídas;

7.1.3 O planejamento operacional do sistema familiar

O desenho e a dinâmica do sistema de produção já traduzem as principais mudanças que precisam ser planejadas na busca da realidade desejada pela família.

Mas há dimensões importantes nos sistemas de produção e na vida da família que talvez não apareçam fisicamente no desenho, mas que também necessitam de planejamento.

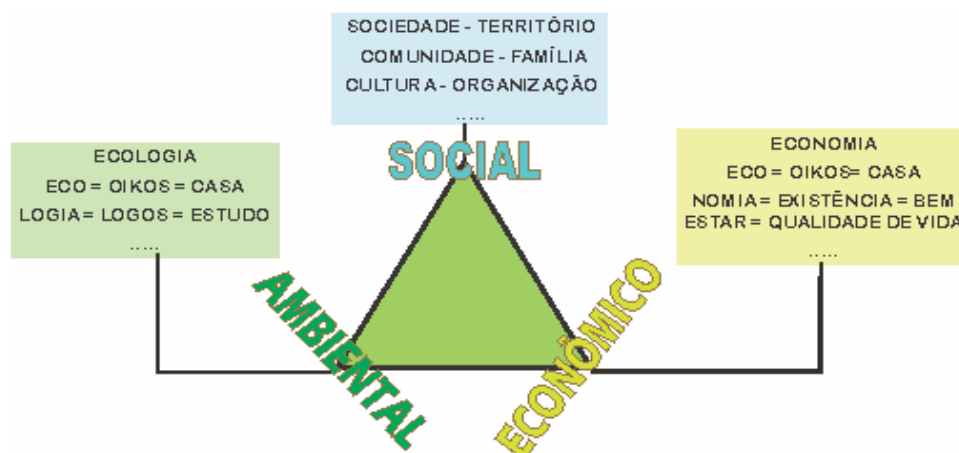
O esquema a seguir traduz os principais “pilares” ou dimensões a serem consideradas na construção do desenvolvimento sustentável. Essas dimensões valem para o desenvolvimento no planeta Terra, nos países, regiões, territórios, municípios, comunidades e também nas unidades familiares de produção.

A dimensão social relaciona-se, especialmente, com aspectos como sociedade, movimentos e organizações de representação social, comunidade, família, geração, gênero, educação e cultura, lazer e outros.

A dimensão econômica visa a garantia da qualidade de vida e a reprodução futura do sistema de produção.

A dimensão ambiental é a garantia da conservação e continuidade da fertilidade e funcionalidade do sistema e relaciona-se, também, com a conservação das águas, solos, clima, etc.

Os aspectos levantados nas tabelas do planejamento operacional, conforme exemplos abaixo devem contemplar os objetivos e prioridades do projeto e/ou das organizações envolvidas, mas devem ser ajustados com a realidade local.



O planejamento operacional pode ser feito aos poucos, de acordo com as prioridades e/ou necessidades. Não dá para fazer todo no início das atividades, porque as mudanças vão sempre acontecer.

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
ECONÔMICA <i>Dinâmica e organização do sistema</i> • Entradas - saídas - perdas • Resultado • Resistência - resiliência • Segurança - autonomia <u>Principais fontes de renda</u> Renda mensal • Leite • Outros ... Rendas sazonais • milho - feijão - soja - mandioca - frutas ... Renda longo prazo • madeira - agrofloresta • sistema silvo pastoril - Auto consumo • Horta - pomar • Pequenas criações galinhas, suínos, etc. • Pequenos cultivos mandioca, batata, etc. • Agrofloresta • Sementes • Outras <u>Comercialização</u> • PAA - PNAE - alm. escolar • Feiras • Outros ...				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
SOCIAL Gênero • Espaço e papel • Organização Geração • Espaço, oportunidades para os jovens Organização • Comunidade • Grupos • Núcleo Regional de Agroecologia • Cooperativas • Movimentos Sociais Qualidade de vida educação - saúde - lazer ; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
AMBIENTAL Base tecnológica • Fertilidade e funcionalidade do sistema Solos • Adubação verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade Água • Proteção de fontes, • controle de efluentes/ dejetos • Outros Adequação ambiental legal • Áreas de preservação permanente • Área de reserva legal Saneamento • Esgoto doméstico • Dejetos animais				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Podem-se criar planilhas específicas para atividades estrategicamente centrais, como no caso a seguir, exercido nos

assentamentos do município de Rio Bonito do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu.

A produção de leite é uma das principais atividades naquela região e está em construção uma agroindústria para processamento e comercialização de 20.000 litros/dia de leite agroecológico. Para tanto está sendo necessário acelerar e qualificar a transição agroecológica de leite.

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA PRODUÇÃO DE LEITE Animais/ plantel • Quantidade de vacas • Qualidade das vacas • Reposição animais • Outros Alimentação • Pasto - qualidade e manejo • Pasto para inverno • Alimentação complementar • Suplementos • Outros Manejo • Parasitas • Doenças • Água • Outros Outros				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Sempre definir prioridades para não se perder em meio a muitas ações. É importante ficarem bem definidas e encaminhadas as responsabilidades e tarefas dos agentes de ATER.

O exemplo da tabela anterior se refere apenas a uma das dimensões - o econômico - por ter efeito ilustrativo, mas para cada dimensão (sociopolítica, cultural e ambiental) é necessária uma tabela específica.

Segue abaixo uma descrição dos principais momentos na construção dos *planos grupais e comunitários*.

7.2 Planos grupais ou/e comunitários: a construção coletiva

A condição do ser humano como um ser social e territorial pode ser, mais claramente, evidenciada através do tribalismo, vivenciado por, aproximadamente, quatrocentos mil anos pela espécie humana. Hoje essa condição assume novas conformações tanto no que se refere à condição de ser social, como em relação à compreensão e percepção do território. Mas no campo, a existência e organização comunitária ainda é uma referência tanto social como territorial. A condição social das famílias agricultoras se exerceu, historicamente, na comunidade, sendo este o primeiro grupo social depois da família. A identidade das pessoas se formava nas relações comunitárias. Os centros comunitários, as igrejas e escolas eram os pontos de encontro, lazer e organização.

O esvaziamento das comunidades com o êxodo rural e a individualização das pessoas, proporcionado pelo modelo capitalista neoliberal consumista, minimizou e, em alguns lugares, acabou com a vida comunitária e levou as famílias ao isolamento.

O acesso dos agricultores familiares à moderna e crescente dinâmica do conhecimento requer que estes se organizem em grupos articulados entre si e também com agentes relevantes de outros segmentos sociais, de modo a se evitar o isolamento, promovendo assim um processo contínuo de aprendizado, inclusive, para os não agricultores. Estabelece-se, assim, um processo de mão dupla, de modo a superar os limites do conhecimento entre diferentes culturas e classes sociais.

Estudar a vida comunitária é importante para compreender a trajetória, o contexto e as possibilidades locais.

O contato inicial com as comunidades acontece geralmente com a visita às lideranças locais (dirigentes de Igreja, time de futebol, escola, associação de agricultores ou clube de mães), preferencialmente em companhia dos dirigentes das entidades da agricultura familiar do

município. A visita tem a duração, em média, de duas horas e serve para conhecer melhor a realidade daquela comunidade a partir de uma visão local. Além disso, esse momento serve para esclarecer e motivar as lideranças sobre os objetivos do planejamento da comunidade ou “grupo comunitário”.⁷² Neste primeiro encontro é definida uma estratégia de mobilização para a realização de uma reunião ampliada daquela comunidade.

Em algumas vezes pode ser mais proveitoso iniciar o processo conversando com um morador antigo da comunidade, principalmente pelo respeito que a comunidade tem com estes. É muito importante antes de chegar à comunidade, conhecê-la bem, saber quem são as lideranças de fato e os dirigentes de direito, as famílias mais antigas e os problemas internos, como intrigas e outras questões locais. A demonstração de respeito pela comunidade é fundamental. Quanto mais esta se sentir valorizada e respeitada, maior será a possibilidade de construção.

Restabelecer a vida comunitária significa recompor a existência social, retomar a construção e defesa do território e das necessidades coletivas e aumentar a felicidade das pessoas.

Inicialmente chama-se de ações para plano comunitário, pois um planejamento estratégico requer mais empenho e tempo. A proposta é iniciar com algumas urgências e prioridades e ao passar dos tempos ir ampliando e qualificando o planejamento da referida comunidade. A metodologia consiste na realização de um ou mais encontros nas comunidades ou grupos envolvidos para o resgate da história, análise

⁷² Caracterizamos como “grupo comunitário”, todo o grupo de pessoas rurais que se articula para resolver questões específicas. Não necessariamente precisa residir numa mesma comunidade, mas tem relação comunitária. Os grupos mais percebidos nas experiências analisadas foram: grupos dos (as) feirantes, grupos de mulheres, grupos de jovens, grupos das sementes, grupos do leite, grupos das plantas medicinais, entre outros. Enquanto o grupo é mais ágil no encaminhamento de questões específicas de interesse mais focado em poucas famílias (3 a 5 famílias), a comunidade, considerando as definições acima, de Costabeber, é o espaço para construção e encaminhamentos mais gerais, como acesso as políticas públicas de educação rural, estradas rurais, saúde, etc.

crítica da realidade, projeção de futuro desejado e planejamento operacional.

Esse trabalho visa promover atividades conjuntas e despertar o protagonismo e a melhoria da autoestima coletiva. Também contribui com a organização local e cria condições para articulações com as organizações existentes. É, também, nesse espaço coletivo onde, normalmente, são discutidas e pautadas as políticas públicas e as ações propostas nos projetos.

Esse planejamento comunitário, se realizado depois dos planos familiares, pode iniciar a partir da sistematização de aspectos e demandas comuns detectadas nestes. Se realizado antes dos planos familiares, contribui e facilita o trabalho posterior junto às Unidades de Vida e Produção Familiar, que devem considerar as propostas conjuntas construídas.

Geralmente são usadas técnicas participativas como o Diagrama de Venn, Diagrama de Fluxo, Linha do Tempo, Travessia e Montagem de Mapa da comunidade. Todo o trabalho, especialmente o resultado do diagnóstico é registrado em livro de ata da comunidade, com a assinatura de todos os participantes nas reuniões.

Essa proposta metodológica resulta da interação das metodologias do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) e Diagnóstico Rural Rápido Participativo (DRP) reforçadas com importantes dimensões da educação popular.

Nessa intervenção inicial pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

a) Contemplar minimamente a dimensão da formAÇÃO para qualificar, inicialmente, o processo de análise e planejamento, bem como, contribuir na construção do senso crítico e ampliação da visão de mundo de cada pessoa envolvida. Isso é importante porque, depois de muitos anos de dominação das mentes e enquadramento dentro do atual projeto e

sua lógica, simplesmente convocar o povo pode não significar muita mudança.

b) Potencializar a organizAÇÃO das pessoas no local onde elas vivem. A formação qualifica o protagonismo e a organização amplia a força da ação, tanto para dentro da comunidade ou grupo, como para fora. Essa organização das famílias nas comunidades fortalece qualquer organização representativa e movimento.

c) Incentivar a multiplicAÇÃO, porque as mudanças necessárias ultrapassam o limite das famílias e das comunidades. A multiplicação dá força à luta local e/ou regional, cria e fortalece o movimento maior que se articula na busca dos mesmos objetivos.

Qualquer AÇÃO, seja como essa da construção e execução de um plano, seja em torno de questões ainda mais específicas, pode tornar-se transformadora se incorporar as dimensões: formAÇÃO - organizAÇÃO - multiplicAÇÃO.

Assim, tem-se o resultado do projeto imediato, que no caso são propostas de desenvolvimento comunitário sustentável. Mas, tem-se, também, o resultado decorrente do processo que é o desenvolvimento da capacidade e organização social.

7.2.1 Dinâmicas aplicadas na construção dos planos comunitários

A mobilização inicial anterior é muito importante, destacando-se os momentos com as organizações nas comunidades. Visitar e envolver as lideranças da comunidade. Também o convite é um instrumento importante, este deve ser realizado através de contato direto, com os objetivos e pautas bem claras.

a) Preparação do ambiente

Conforme orientação descrita, no item 5.4.

b) Socialização e animação do encontro, envolvendo as pessoas

- Descentralizar as atividades e ampliar o envolvimento e comprometimento das pessoas com as atividades, no caso, com o encontro da comunidade ou grupo, por exemplo;
- Sugerir que as pessoas tragam fotos ou outros objetos que marcaram época - ou momentos importantes da sua história ou da história da comunidade;
- Distribuir tarefas já na preparação da reunião, como: a ornamentação do ambiente, chimarrão, bolacha, pinhão, batata doce assada, etc.
- Estimular a participação do poder público e dirigente das organizações da Agricultura familiar do município para que acompanhem estes momentos na comunidade.

c) Preparação do material e instrumentos

- Papel (papelógrafo), pincéis atômicos, tarjetas, fita crepe, e outros.
- A linha da história pode ser feita em quadro grande quando houver, ou em papelógrafo colado em uma parede ou colocado no chão. Ali serão descritas ou coladas as tarjetas com datas, os momentos e condições que vão sendo levantadas pelas famílias.
- Levar os roteiros operacionais para serem preenchidos.

d) Iniciando a reunião da comunidade ou grupo comunitário

- A reunião deve começar e terminar na hora prevista. Os horários devem ser acordados com as famílias participantes no início da atividade;
- Iniciar com o contexto e situar o projeto, proposta ou programa (conversar sobre a proposta, como surgiu quem está envolvido, como será executado, etc.);
- Apresentar sucintamente a proposta metodológica, ou seja, os caminhos, as técnicas e os processos para atingir o objetivo do projeto ou programa;
- Fazer uma rodada de apresentação ou usar alguma dinâmica de apresentação;
- Conversar sobre a vontade e disponibilidade das pessoas em assumirem um processo deste;
- Estabelecer uma agenda cronograma para a execução da proposta.

7.2.2 A linha do tempo da comunidade ou grupo - comunitário

A linha do tempo do grupo ou comunidade tem a finalidade de fazer o resgate da história sob a visão das famílias que ali residem. Para fazer este exercício do resgate da história, sugerir que as pessoas tragam fotos ou outros objetos que marcaram época, ou momentos importantes da sua história ou da história da comunidade, etc.

Estimular que as pessoas mais experientes e que vivenciaram momentos importantes repassem para os demais. Isso proporciona autoestima para quem viveu e conhecimento para os mais novos.

Além do resgate da história local, da comunidade, é importante fazer a conexão com a história do município, do estado, do país e do mundo. O Agente Local de ATER, com o apoio de dirigentes e outras pessoas podem levantar questões conjunturais e estruturais para entendimento da realidade mais ampla.

7.2.3 Análise da situação da comunidade ou grupo - comunitário

Apresentar elementos que suscite análise crítica e propositiva dos efeitos da história sobre os sistemas de produção da agricultura familiar e aprofundar o debate e o entendimento sobre as mudanças que ocorreram nos sistemas de produção a partir das várias dimensões levantadas pela própria comunidade.

Aqui é importante provocar o debate sobre a história da Revolução Verde e seus efeitos sobre o modelo de desenvolvimento atual e sua relação com a vida local. As famílias têm demonstrado muita lucidez sobre as mudanças que ocorreram nos seus sistemas familiares, na comunidade e no município. Os (as) Agentes de ATER que se prepararam para o debate conseguiram produzir resgates muito verdadeiros sobre a trajetória não apenas do local.

7.2.4 Planejamento do futuro desejado do grupo ou comunidade

O desenho do futuro desejado é o momento de olhar para um novo lugar, se enxergar nele e a partir dessa nova visão, apontar rumos para o desenvolvimento das famílias e da comunidade nas diversas dimensões diagnosticadas: ambiental, econômica, social e institucional.

A visão do lugar desejado da comunidade ou grupo comunitário sugere identificar eixos estratégicos e construir propostas e ações a serem desenvolvidas com o propósito de sair da realidade atual para um determinado futuro.

7.2.5 Planejamento operacional

Este é o momento de visualizar a mudança desejada e construir propostas, colocando-as em ordem de prioridade, definindo responsabilidades encaminhando-as para as competências devidas que poderão ser as entidades da agricultura familiar do município, o poder público ou mesmo a própria comunidade.

Na definição de responsabilidades sugere-se uma coluna onde será anotada a contribuição e compromisso dos trabalhos de “ATER” e mais especificamente do Agente Local. Esse compromisso deve ser discutido e acordado entre as partes.

O planejamento demonstrado a seguir é apenas para exemplificar algumas dimensões, mas cada comunidade terá suas próprias situações:

Planilhas de planejamento operacional junto aos planos grupais ou comunitários:

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA	
SOCIAL Gênero • Organização • Capacitação • Espaço e papel Geração • Capacitação • Espaço, oportunidades para os jovens Organização - condição - funcionamento • Comunidade • Grupos • outras Qualidade de vida e políticas públicas educação - saúde - lazer ; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA	
AMBIENTAL Solos • Adubação verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade Água • Proteção de fontes, • controle de efluentes/ dejetos • Outros Adequação ambiental legal • Áreas de preservação permanente Saneamento • Esgoto doméstico			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA
ECONÔMICA Ações conjuntas • Principais fontes de renda • Leite • Auto consumo • Outras Processamento Comercialização • PAA • PNAE - alim. escolar • Feiras • Outros ... Infraestrutura			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

OUTROS	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente
A.			

7.2.6 Gestão, avaliação e re-planejamento das ações

É necessário realizar momentos de monitoramento dos encaminhamentos, de avaliação e de replanejamento das ações. A experiência mostra que uma reunião a cada três meses é suficiente para manter o processo animado na comunidade. No entanto, o agente local deverá acompanhar os encaminhamentos conforme definição sobre seu papel, acordado coletivamente, e estar presente na comunidade no mínimo uma vez por mês.

A partir do debate e definição das prioridades do Plano de Desenvolvimento comunitário, tem sido muito importante a eleição de comissões locais com a missão de levar as demandas construídas até o poder público, às entidades municipais e outras instituições.

A definição de comissões da comunidade para acompanhar as ações encaminhadas é fundamental, além de descentralizar o processo, promove um “empoderamento” local e o compromisso das pessoas que ali vivem com sua própria realidade. É diferente quando a própria comunidade ou representante dela vai negociar um ponto de ônibus, a instalação de um posto de saúde ou uma ação qualquer junto ao poder público. O peso é muito maior. O respeito e o tratamento das autoridades constituídas é outro. Tem muito mais peso do que um Agente de ATER.

Em algumas experiências, as comunidades têm organizado sua representação por comissões setoriais (infraestrutura, educação, saúde, etc.) de modo a ampliar as oportunidades de participação e de exercitar a representação. Os encaminhamentos das demandas e reivindicações, assim como das respostas obtidas, devem ser relatados à comunidade e registrado no livro ata.

7.3 Planos municipais de ATER Agroecológica

7.3.1 Objetivos

A Política Nacional de ATER, consolidada a partir de 2003, definiu como uma das estratégias a descentralização de suas ações junto aos estados e municípios, através de Planos Municipais de ATER.

Na esfera dos estados e municípios, a implementação da Política Nacional de ATER e de futuros programas nacionais de ATER deverá buscar articulação com as orientações dos conselhos de desenvolvimento rural do

estado e/ou município e suas câmaras técnicas de ATER que devem ser, preferencialmente, deliberativos e paritários, contando estes com a participação de setores estatais, de representação de agricultores e da sociedade civil organizada (MDA, 2004, p. 17).

Nos municípios, a gestão será compartilhada por meio de Conselhos Municipais ou Câmaras Técnicas Municipais de ATER que terão, entre outras, as seguintes atribuições: coordenar a elaboração, analisar e aprovar o Plano Municipal de ATER (MDA, p. 17-18).

Por definição da PNATER, os municípios se constituem numa das instâncias federativas para desenvolver esta política pública, garantindo participação paritária, da sociedade civil e do Estado, na realização dos Planos Municipais de ATER.

No Estado do Paraná, atendendo orientação da política nacional, o governo e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) se articularam e a Lei Estadual de ATER foi aprovada pela Assembleia Legislativa. A Lei Estadual de ATER do Paraná determina que:

[...] para os Municípios se beneficiarem da lei Estadual de ATER deverão ter constituído o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e o Programa de ATER (Artigo 10, Lei Estadual de ATER do Paraná, nº 587 /2012).

O estímulo que a Legislação, tanto federal como estadual, dá à construção de planos participativos de ATER nos municípios são muito importantes, no entanto, as experiências construídas não resultam por conta apenas desse amparo legal, mas de um processo de amadurecimento das entidades locais ligadas a agricultura familiar e camponesa. Trata-se de perceber a importância de aglutinar as forças locais - instituições oficiais e organizações da sociedade civil que têm objetivos afins - e, com recursos públicos, realizar as ações.

O contexto vivido pela agricultura familiar, por sua complexidade e abrangência, evidencia alguns desafios que não são tarefa para uma só

instituição ou organização. Somar forças é, acima de tudo, uma estratégia popular que possibilita ampliar e multiplicar os resultados. A ação articulada por estas entidades locais ganham um caráter de independência e autocontrole para contribuir tanto na construção de novas alternativas, como para evitar que muitas técnicas convencionais continuem sendo utilizadas de forma desnecessária e inconsequente por muitos agricultores.

O maior objetivo dessa proposta é o *Desenvolvimento Local e Sustentável* do município como um todo e não apenas do Rural. Na medida em que as organizações locais, governamentais e não governamentais, se articulam, através de um plano comum de ATER, são criadas as condições necessárias para, num segundo momento, consolidar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável que, por sua vez, reúne muito mais elementos e condições para reivindicar maior reconhecimento do campo, principalmente, dos pequenos municípios. Com isso, encurtam-se as distâncias entre o rural e o urbano e avança-se no debate da sociedade rumo à construção coletiva do desenvolvimento local.

Dentre as principais vantagens obtidas com as experiências realizadas é possível destacar que a construção de Planos Municipais de ATER possibilitam otimizar os recursos públicos de ATER, possibilitando beneficiar um maior número de famílias e com ações de melhor qualidade; melhorar as relações entre as entidades governamentais e não governamentais locais que desenvolvem ATER e outras políticas públicas com a agricultura familiar e camponesa; qualificar as propostas de crédito nos financiamentos de custeio e investimentos das famílias rurais; contribuir para o fortalecimento de todas as formas de organização que atuam no campo; potencializar processos de transição agroecológica e ações que preservem os recursos naturais no âmbito territorial; entre outras.

7.3.2 Princípios gerais do plano

Considerando a importância e a necessidade de fortalecer a estratégia de descentralização dessa política pública, busca-se orientar as ações através dos mesmos princípios definidos pela Política Nacional de ATER (CADERNOS PNATER, 2004):

- a) Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, camponeses e outros públicos definidos como beneficiários;
- b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno;
- c) Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;
- d) Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades;
- e) Desenvolver processos educativos permanentes, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista.

7.3.3 Estratégias do Plano

a) Envolvimento e descentralização

Um Plano pode ser escrito com pouca ou muita participação. Podemos encontrar pessoas que têm muito conhecimento e experiência que podem produzir um belo Plano e em pouco tempo. No entanto, a prática tem mostrado que planos escritos dessa forma não saem do papel e/ou têm pouco respaldo da sociedade. Quanto maior a participação, maior

será o comprometimento. Mais que belas páginas e organogramas, têm-se a compreensão e o envolvimento das famílias e suas organizações.

b) Articulação regional/territorial

A elaboração e execução de um plano municipal de ATER necessitam, fundamentalmente, de uma articulação ampla com outras instâncias, seja em nível de território, em nível dos consórcios intermunicipais ou mesmo de esferas estaduais ou nacionais. Pensar que se consegue resolver questões isoladamente é perder tempo e energia. Os planos devem estar articulados em todos os espaços possíveis.

c) Parcerias

Os novos tempos vêm com novas e maiores demandas, por isso, a construção de parcerias são importantes na busca de soluções que vão além da capacidade de respostas dessa ou daquela entidade isoladamente. Nas parcerias entre o público e o privado é necessário estabelecer acordos e compromissos com seriedade e transparência.

7.3.4 Coordenação política e gestão operacional

A experiência tem mostrado que a gestão é uma das tarefas centrais do plano municipal de ATER. É nesse espaço que as entidades se encontram para debater suas concepções e definir o rumo das ações a serem efetivadas.

Embora o dia a dia demande a centralização das ações em algumas pessoas, principalmente, para a gestão operacional, o processo precisa ser envolvente e transparente. Ninguém pode considerar-se “dono” e agir de acordo somente com suas convicções. Há que ter o cuidado, muito grande, para envolver todas as entidades, direta ou indiretamente, principalmente na coordenação política.

É fundamental o respeito pela individualidade e pela forma de atuação das entidades, garantindo que todas se sintam protagonistas e não utilizadas no processo. Entidades consolidadas, fortes, críticas e atuantes tem maior discernimento e força para colaborarem na construção de processos coletivos e sua execução prática.

a) Coordenação política

A coordenação política do plano local de ATER poderá, dependendo do contexto local, ser exercida pelo próprio Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) quando este for representativo do conjunto das entidades que atuam com a agricultura familiar/camponesa. Quando isso não ocorre todas as entidades e organizações municipais devem ser convocadas.

A participação na política de ATER não é propriedade dos técnicos e/ou de suas entidades, mas das entidades representativas da Agricultura Familiar. O papel das entidades prestadoras de serviços de ATER deve ser de aconselhamento, elaboração de argumentos e assessoria, mas quem deve assumir a frente do processo são os beneficiários e suas organizações.

A Coordenação Política deve assumir, basicamente, as funções de elaborar e acompanhar a execução do Plano Municipal de ATER; negociar com órgãos públicos e privados os recursos para o Plano; representar as famílias; orientar os grandes eixos e ações estratégicas para atuação do comitê gestor entre outras, definidas por ocasião da elaboração plano.

b) Gestão operacional

A gestão operacional do Plano é exercida por um Comitê Local de ATER, constituído a partir das entidades que fazem parte da coordenação Política.

O Comitê Local de ATER será o principal responsável pelo funcionamento operacional. As entidades e pessoas que o compõe devem

estar preparadas a pensar o plano no seu todo e não apenas na sua entidade, sempre com paciência e muito diálogo.

Principais Funções do Comitê Gestor Local de ATER:

- Operacionalizar o Plano Municipal de ATER;
- Fazer a gestão dos recursos, através do Fundo Municipal de ATER;
- Definir os prestadores e as prestadoras de serviço, exercendo o controle e efetuando os pagamentos devidos;
- Definir um(a) secretário(a) executivo(a) ou articulador(a) liberado(a) quando necessário.

Funções da secretária executiva

- Apoiar o Comitê no dia a dia em todas as ações;
- Fazer a interlocução com a Equipe de ATER que atuará na execução operacional;
- Cuidar da infraestrutura disponível.



7.3.5 Recursos para viabilização do plano local de ATER

Para elaborar e construir o Plano Municipal de ATER é necessário dispor de recursos de apoio logístico, financeiro, humano, de infraestrutura, entre outros. Quanto maior a capacidade de articulação das entidades locais/municipais, maior serão os recursos disponíveis para apoiar o Plano.

Deve ser constituído um Fundo Municipal de ATER composto por recursos viabilizados a partir da mobilização das entidades locais e controlados pelo Comitê Municipal de ATER.

As fontes de recursos serão maiores em alguns locais e depende muito da capacidade de articulação e do nível de participação das entidades na construção do Plano. Quanto maior a compreensão e envolvimento, maior será o comprometimento da entidade participante.

Segue um organograma com possíveis fontes de recursos que poderão apoiar o Plano. Muitos municípios já possuem leis sobre os Fundos Municipais. Alguns se referindo aos fundos de Desenvolvimento rural e outros com leis mais específicas se referindo aos fundos Municipais especificamente. Na maioria dos municípios, as leis foram criadas e não foram regulamentadas.

Segundo a Lei Estadual de ATER, os municípios do Paraná:

[...] serão beneficiados pelo Programa Estadual de ATER – PROATER os municípios que tiverem habilitados o fundo municipal de ATER ou similar, vinculado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (Lei nº 587/2012, artigo 10, inciso III).

Portanto, um dos desafios para as organizações é a articulação junto ao poder executivo e legislativo local para a constituição, adequação e ou regulamentação destas leis permitindo o apoio financeiro através do repasse de recursos da prefeitura, das organizações e do Estado para um único fundo.

A constituição de um fundo Municipal de ATER torna mais transparente e compromete o executivo local com a agricultura familiar. Geralmente, por conta de não ter um orçamento pré-definido para este setor, fica facilitado ao prefeito usar os recursos orçados no Plano Pluri Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) para outros setores.



7.3.6 Execução do plano

É preciso ter claro de que o Plano é de ATER e não de Desenvolvimento Rural. Se isso não ficar claro, surgem muitas confusões e o processo não avança. O Plano de Desenvolvimento Rural é um passo seguinte. É mais complexo, exige mais recursos e mais gente envolvida. Só após a compreensão de cada entidade envolvida é que se deve começar a planejar e estruturar ou mesmo ajustar o referido Plano.

Um plano deve passar governos. A sua execução não pode ficar vinculada a mandatos. Todas as forças que interagem localmente devem se sentir incluídas com oportunidade plena de participar do processo e se sentirem partes dele.

Alguns pontos são determinantes para a viabilização e sucesso do plano. Entre estes podemos mencionar a identificação dos principais gargalos que dificultam à vida das famílias rurais; a definição dos eixos e

ações estratégicas para superar estes gargalos; a construção do cronograma das ações a serem executadas; a definição das metodologias e a estruturação e capacitação da equipe dos profissionais e agentes que irão executar o plano.

a) Identificação de gargalos da agricultura familiar e camponesa: a proposta é de que sejam debatidos e aprofundados quais são os principais entraves ou gargalos que a agricultura familiar e camponesa enfrenta na atual conjuntura. É importante se fazer um debate profundo para que se tenha claro o que está limitando a viabilização das famílias, sobretudo em seus aspectos socioculturais e econômicos.

b) Definição dos eixos e ações estratégicas para superar estes gargalos. Abaixo, uma grade com o propósito de facilitar a identificação dos gargalos, apontar os eixos estratégicos, bem como, as ações a serem viabilizadas para superá-los.

Quadro 2 – Organograma para sistematização dos principais gargalos/limites enfrentados pelas famílias rurais

EIXOS CENTRAIS	PRINCIPAIS GARGALOS/ LIMITES/DESAFIOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
ECONÔMICO/RENDIA		
SÓCIO CULTURAL		
POLÍTICO INSTITUCIONAL E ORG.		
AMBIENTAL		
EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO		

a) Construção do organograma de execução das ações. O organograma de execução será montado para facilitar a compreensão e execução de cada ação estratégica. Geralmente é melhor não detalhar mais do que duas ou três ações por eixo. Com o passar do tempo, outras

ações poderão ser incorporadas no processo, mas inicialmente há que se ter cuidado para não fazer um plano muito pesado e pouco aplicável.

Proposta de organograma operacional das ações estratégicas definidas em cada grande eixo.

EIXOS CENTRAIS	Ações estratégicas - o que fazer?	Como fazer?	Quem faz?	Quando fazer?
ECONÔMICO/ RENDA				
SÓCIO CULTURAL				
POLÍTICO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL				
AMBIENTAL				
EDUCAÇÃO/ FORMAÇÃO				

d) Definição das metodologias de atuação da equipe de ATER. A metodologia de acompanhamento privilegia o processo de troca de conhecimento, a auto ajuda e cooperação entre as famílias, as comunidades rurais e os grupos afins.

A metodologia de atuação é discutida e acordada coletivamente. Define-se quais serão os caminhos a seguir para se atingir o objetivo do projeto ou programa. Quais serão as técnicas, os instrumentos e processos para se caminhar rumo ao desejado. Entre as formas de atuação mais adotadas pelas Equipes de ATER, destacam-se a atuação aos grupos comunitários e por área de atuação, como micro bacias hidrográficas, linhas de recolhimento de leite ou outra.

Cada Agente local e sua equipe deverão encontrar a forma mais adequada de se executar as ações. Sempre dialogando com as famílias e suas organizações locais.

e) Capacitação da Equipe de ATER para o Plano Municipal de ATER. A equipe de ATER que vai atuar num plano local deve antes de iniciar suas atividades conhecer detalhadamente as características ambientais, econômicas, sociais e culturais que envolvem aquela gente. Nesse sentido recomenda-se, antes de tudo, um processo de capacitação que dê conta do conhecimento da realidade em que se vai atuar, bem como, de domínio seguro da metodologia definida pelas entidades locais da Agricultura Familiar.

Após esse processo inicial deve-se realizar, a cada dois meses no máximo, momentos de reflexão sobre avanços, limites e re-planejamentos.

7.3.7 Monitoramento e avaliação das ações do plano

O monitoramento de um plano deve ser contínuo e permanente desde o seu início até a sua execução. Já a avaliação é um processo adotado quando o monitoramento aponta situações que merecem uma avaliação mais geral.

Recomenda-se que o monitoramento se realize em todos os momentos de execução através das reuniões bimensais da coordenação política do Plano, das reuniões mensais da gestão operacional ou comitê de ATER, das reuniões da equipe de ATER (técnicos e dirigentes liberados para a execução do plano) e outros momentos importantes.

As principais finalidades do monitoramento serão de manter uma dinâmica de todo o plano, estimular a participação dos agricultores e suas organizações em todas as etapas e sistematizar as experiências construídas para poder aperfeiçoá-las e replicá-las em outros locais.

A avaliação e replanejamento do Plano Municipal de ATER são previstas para acontecer em dois momentos distintos e complementares. Um, após seis meses de trabalho e, o segundo, no final de cada ano, com todos os envolvidos ou representantes legais do plano (agentes locais, coordenadores, dirigentes das entidades, representantes do poder público, membros da comunidade e demais envolvidos).

7.4 Outros materiais de apoio

Em todas as iniciativas de formação dos(as) agentes técnicos(as), disponibilizou-se materiais técnicos específicos e, em outros, elaborou-se alguns materiais específicos adequados às principais estratégias em construção.

Destaca-se o caso da transição agroecológica na produção de leite na região Centro Oeste do Paraná, onde se iniciou um processo coletivo de sistematização.



Este caderno pretende auxiliar nesse desafio. Foi construído a várias mãos e submetido a várias discussões, sendo ajustado à realidade e condições locais. O trabalho foi coordenado pelo Ceagro e contou com a experiência de agricultores dos assentamentos, técnicos da equipe do Ceagro, pesquisadores e alunos bolsistas ligados ao

Programa PET da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) e foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contou, ainda, com a colaboração de profissionais de outras instituições com experiência na área.

A proposta é que esta elaboração se torne um processo contínuo, com novas edições revisadas a cada momento que essa construção coletiva do conhecimento acumular novas informações, tanto resultantes das pesquisas em andamento, como da sistematização das práticas efetivas junto aos sistemas familiares de produção.

Em outras iniciativas outros materiais de apoio específico foram elaborados:



III – SÍNTESE⁷³ DA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Embora essa análise pretendesse estudar a efetividade metodológica, percebeu-se que outros aspectos tiveram influência muito significativa durante a realização dos projetos e afetaram a efetividade dos resultados alcançados. Portanto, os resultados apresentados resultam, tanto da metodologia, como do contexto e condições mínimas necessárias para a realização de uma proposta.

1. Sobre a relação/interação entre projetos e processos

As experiências analisadas foram financiadas por projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e evidenciam-se algumas dificuldades resultantes, principalmente, das condições predeterminadas para o possível financiamento e até mesmo de condições construídas na elaboração dos projetos. Uma das questões, significativamente, relevantes é a desconexão do tempo de projeto e tempo de processo. O tempo dos projetos é, cronologicamente, determinado e com metas numericamente definidas. Em um processo organizacional e de trabalho popular, na prática, a temporalidade cronológica é relativa e as metas muitas vezes precisam ser reajustadas e revistas, pois os contextos são dinâmicos. Segue uma síntese das principais dificuldades identificadas nas iniciativas pesquisadas:

1.1 Os projetos têm tempo cronológico determinado, sem possibilidade de ajustes e, com exceção da experiência do Ceagro, que

⁷³ Refere-se à pesquisa de avaliação realizada envolvendo quatro das experiências acima citadas – completada com informações extraídas das avaliações gerais das demais experiências.

está tendo continuidade para além de um ano, os demais projetos tiveram a duração prevista de um ano e não foi possível a obtenção de recursos para sua continuidade. Como as cooperativas, ONG ou outras entidades da agricultura familiar realizam grande parte de seus trabalhos através de projetos, dependem da disponibilidade de recursos para continuar o trabalho. Quando era maior a disponibilidade de recursos advindos da cooperação internacional havia maior flexibilidade metodológica e maior continuidade porque os projetos, normalmente, eram de dois ou mais anos, com frequente renovação. Hoje, a grande maioria dos projetos em execução é de editais governamentais e sua duração é de um ano, com poucos casos de renovação. Assim, nos projetos estudados, nas discussões iniciais com as famílias, era comum o questionamento: “Isso é algo mais consequente que vai continuar ou é mais um projeto que termina logo e nos deixa novamente abandonados?”. Nos editais de ATER mais recentes já há possibilidade de renovação por pelo menos três anos.

1.2 Além da descontinuidade enquanto projeto de financiamento, os projetos tiveram sérios problemas de descontinuidade durante sua execução, levando inclusive a prorrogações nos prazos. Isso ocorreu principalmente pela lenta tramitação burocrática junto ao governo nas análises das prestações de contas, mas também houve situações de dificuldades de execução de metas nos prazos previstos. As duas principais consequências foram a geração de desconfiança e descrédito junto às famílias de agricultores e a perda e substituição de profissionais já capacitados e inseridos nas comunidades.

1.3 Os projetos estão sustentados em metodologias participativas, porém as metas e conteúdos são previamente estabelecidos e impedem a possibilidade dos ajustes necessários, em função dos contextos e das conjunturas locais. Isso prejudica a participação e influencia nos resultados. Os processos de organização popular e de construção social do desenvolvimento são dinâmicos. Assim, ocorrem duas ações paralelas: por um lado, cumprir as metas para prestar contas e liberar os recursos e,

por outro, realizar o processo de fato, que muitas vezes requer outras ações que não previstas no projeto. Como, normalmente, as metas do projeto são muitas, fica prejudicado o processo. Na construção do edital ATER Agroecologia propôs-se a possibilidade de desenvolver metodologias participativas e flexíveis, mas, o edital 2013 obriga que o projeto defina todas as atividades já no planejamento inicial.

1.4 As avaliações realizadas pelo governo nos projetos e processos se pautaram, basicamente, nos meios e não nos fins, ou seja, no nível de execução das metas, nas listas de presença e outros mecanismos numéricos de aplicação dos recursos e não nos resultados efetivos junto às famílias de agricultores. Se as avaliações focassem na efetividade dos resultados a que se propõe o projeto, as metas e ações poderiam ser flexibilizadas.

1.5 Além da burocracia de prestação de contas, os projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário impuseram diagnósticos das famílias e dos sistemas de produção para fins de cadastro e banco de dados. Isso, na prática, tornou-se uma dificuldade, pois, no início do trabalho, quando se inicia a interação do agente técnico com a família, onde as atenções deveriam se voltar para a unidade familiar e para os objetivos do trabalho, se gasta um tempo grande para esse diagnóstico que, inclusive, gera desconfiança da família. O conteúdo das questões desse diagnóstico elaborado por burocratas fora da realidade traz muitas questões pouco sintonizadas com o trabalho e com a realidade, ou até mesmo questões impossíveis de serem aplicadas como, por exemplo, no Vale do Ribeira, o questionário perguntava sobre a idade das galinhas, que virou inclusive motivo de gozação. A metodologia para esse trabalho propõe, também, um diagnóstico analítico e propositivo a ser construído, coletivamente, nas unidades familiares, como parte do plano familiar. Assim, realizaram-se dois diagnósticos com conteúdos e objetivos diferentes.

2. Sobre a organização e articulação de redes locais de ATER

Dentre os desafios dos projetos e processos, previa-se a integração entre as entidades que, mesmo sendo próximas em termos de história ou ação e articuladas no Fórum de Entidades da Agricultura Familiar/camponesa, ainda têm dificuldades de se perceberem como partes de um projeto comum e de promover o desenvolvimento local e sustentável.

O planejamento participativo, principalmente em nível de comunidade e município, aproxima as entidades e, a partir desta aproximação, é possível ampliar as articulações. No entanto, até agora os Planos Municipais de ATER agroecológica em rede foram elaborados, mas resta a dúvida de como se desenvolverão, pois alguns desafios se evidenciam como ampliar essa articulação em rede para além dos projetos específicos e como garantir a continuidade das redes?

Como não há espaços ou processos mais amplos, vivos, reconhecidos e permanentes de construção do desenvolvimento local, cada organização tende a ter seu projeto/proposta para o desenvolvimento, muitas vezes, pensado a partir da própria organização e que pode mudar de acordo com a orientação da gestão em vigor. Quando se trata de organizações de fora e gestadas fora do município ou que vão para além do município, a complexidade é ainda maior, no local se tem pouca autonomia, pois os recursos são destinados a programas e ações pouco flexíveis ou nada flexíveis, a serem executadas em metas obrigatórias.

As famílias agricultoras não têm espaço na gestão e orientação política e estratégica das instituições públicas, como no caso das instituições públicas de ATER, e mesmo na gestão municipal, os conselhos são pouco operantes e representativos e com papel limitado.

Na construção dos Planos Municipais percebeu-se grande disposição e contribuição dos representantes das organizações, mas, essa condição, provavelmente, não teve a mesma efetividade a partir “do todo” da organização.

Portanto, identificam-se nas organizações, limitações estruturais, sociais, políticas e econômicas para uma participação efetiva capaz de orientar e reorientar, estrategicamente, o desenvolvimento local.

Assim, as articulações em rede têm maior efetividade em torno de eixos temáticos e ações concretas mais específicas. Aglutinam organizações mais alinhadas politicamente e desempenham um papel de tencionar e disputar algumas dimensões no processo de construção do desenvolvimento local/regional. Percebe-se isto, mais claramente, no Sudoeste do Paraná e no Vale do Ribeira. Nas demais regiões de abrangência dos projetos/processos estudados essa condição é ainda mais frágil.

A articulação em rede também se mantém fortemente no espaço do movimento social institucionalizado e de representatividade, porém, com participação limitada da sociedade e do segmento específico no qual se insere, a exemplo das organizações da agricultura familiar/camponesa. Essas redes, também, não têm conseguido se aglutinar ou articular em torno de perspectivas de transformação sócio política mais ampla na sociedade.

Em vários projetos/processos identificou-se o desafio de articulação dos grupos e comunidades em outras redes, como a Rede Ecovida de Agroecologia (que se articula também nas regiões de abrangência dos trabalhos), isso se realizou apenas parcialmente, com exceção do trabalho do Ceagro, na região do Centro Oeste do Paraná, onde ainda não havia Núcleo da Rede, sendo esse criado com a contribuição expressiva do projeto/processo de ATER em andamento.

3. Sobre o papel e a condição da “Assistência Técnica”

Em todas as experiências, a maioria dos Agentes Locais e Regionais não tinha muita experiência prática anterior, mas, mesmo assim, a condição da “extensão rural” e da assistência técnica está presente, tanto na forma de atuação dos agentes técnicos, como na expectativa das famílias. O entendimento do técnico que traz a solução de fora já é parte da compreensão do papel do técnico, tanto pela sua formação, quanto pelo insistente exercício metodológico da extensão rural oficial realizado por muitos anos.

Nas experiências com processo de formação permanente, com encontros de avaliação e trocas de experiências mais constantes, isso pode ser atenuado. Nas demais experiências isso se tornou uma dificuldade maior. Facilmente os agentes técnicos abandonavam os instrumentos e metodologias participativas e assumiam a velha condição do técnico.

Outra situação que dificultou maiores avanços metodológicos foram as trocas de agentes técnicos, principalmente, em função das descontinuidades na liberação de recursos, sendo que os substitutos que assumiam não haviam participado de processo de formação inicial realizado e por isso tiveram dificuldade para conduzir a proposta.

Poucos técnicos que participaram de um projeto/processo seguiram em outros já que, diante da boa capacitação e desempenho, vários foram contratados pelas organizações locais como a Cresol e outras.

4. Sobre a estratégia metodológica desenvolvida nas experiências de ATER em rede

Parte da intencionalidade estratégica e metodológica proposta teoricamente e pretendida nos projetos/processos não foi alcançada. Segue uma síntese de fatores e condições que afetaram os resultados estratégicos:

- Formação e percepção criada a partir da prática anterior dos agentes técnicos e das famílias com a proposta da “assistência técnica e extensão rural”;
- Obteve-se maior avanço quando foi assumida a condição de projeto piloto para construção coletiva e sistematização de proposta metodológica para superação da “extensão rural”, a destacar o Projeto de ATER das Entidades do Sudoeste. Mesmo tendo sido esse o projeto mais afetado pela descontinuidade na liberação de recursos, levando às interrupções temporárias do trabalho e substituição de agentes técnicos;
- Embora os editais já estejam propondo a transição agroecológica pouco se referem às metodologias. Ao proporem metas predeterminadas numericamente e no tempo, dificultam e até impedem condições e aspectos básicos fundamentais para as metodologias participativas e processos populares;
- A capacitação e formação dos agentes técnicos, anterior e durante os processos, foram insuficientes;
- Foram realizados poucos momentos de formação com as entidades parceiras e menos ainda com as famílias envolvidas sobre os conteúdos e a estratégia metodológica proposta;

- Na maioria das iniciativas havia necessidade de temporalidade maior para a ampliação da organização e autonomia dos processos iniciados, sendo que o Agente técnico, ainda, desempenhava papel que cabia à organização local;
- A intencionalidade do governo e, muitas vezes também, das organizações, o papel do técnico é tratar das questões produtivas e pouco as políticas;
- Os instrumentos e materiais contribuíram, de forma significativa, para a visão sistêmica na transição agroecológica, na construção coletiva e na ampliação do protagonismo das famílias e comunidades.

Embora o êxito massivo tenha sido limitado, houve avanços muito significativos em situações mais localizadas que geraram processos organizacionais e de protagonismo coletivo, como por exemplo, na comunidade de Rio Vitória, em Enéas Marques. Também, houve grandes avanços e transformações em muitas unidades familiares de vida e produção. Houve, ainda, avanços muito significativos na transição agroecológica, como é o caso do processo estratégico regionalizado, da iniciativa do Ceagro.

5. Sobre os instrumentos metodológicos de apoio à proposta

Os instrumentos são partes do método porque incorporam importantes condições e dimensões estratégicas, como o protagonismo coletivo, a decisão da família, a visão sistêmica e a perspectiva transformadora da realidade e da sociedade, entre outras, como anteriormente descritas. Por isso podem e devem ser adaptados e

ajustados, desde que, não se perca as dimensões estratégicas neles incorporadas.

Os instrumentos foram sendo adaptados, ajustados e qualificados de acordo com os objetivos de cada projeto. Os planos comunitários e familiares foram executados em todas as experiências e dos planos municipais, apenas um não foi assumido, entre os projetos/processos estudados.

5.1 Sobre os planos familiares de transição agroecológica

Embora a prática do planejamento não seja tão presente nas UPVFs, este instrumento se tornou bastante efetivo para o diagnóstico, para a percepção das várias dimensões e para a avaliação e o planejamento. Evidenciou, também, as interações que existem entre os distintos subsistemas ou componentes dos sistemas das UPVF, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de conversão agroecológica, no que se refere ao sistema de produção agropecuário; às mudanças nas relações familiares; às ações de proteção ambiental e às relações com organizações da agricultura familiar e o mercado.

O uso do desenho é um recurso didático e pedagógico adequado ao forte senso prático dos(as) agricultores(as). O desenho organiza o que as pessoas já têm em mente e proporciona uma visão sistêmica do todo da unidade de produção, incluindo as atividades produtivas, aspectos ambientais, estrutura, localização, etc.

O plano familiar possibilita a análise do sistema, facilita a contribuição do técnico e cria condições para a tomada de decisão da família quanto às melhorias e mudanças a serem realizadas. O

planejamento operacional organiza as ações e visualiza a contribuição do agente técnico.

Com relação à gestão e controle financeiro dos sistemas, as famílias têm dificuldade de “colocar no papel”. Foram muitas as tentativas, mas só funciona enquanto o técnico está ajudando a fazer as anotações e cálculos. O plano possibilita uma avaliação geral do sistema.

Os planos familiares, enquanto instrumento de diagnóstico, evidenciaram a interação que existe entre os distintos subsistemas ou componentes dos sistemas das unidades de produção e vida familiar, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de conversão agroecológica. Possibilitaram uma análise crítica e serviram de instrumento de planejamento, identificando as mudanças desejadas e determinando as ações a serem realizadas na produção, nas relações sociais e no meio ambiente.

De forma geral, enquanto síntese das propostas construídas durante as experiências desenvolvidas pode-se identificar:

Na área ambiental, os trabalhos de proteção de fontes e de recuperação da mata ciliar representam as ações mais importantes; a organização da produção leiteira e a filiação à respectiva cooperativa (Claf) bem como ‘se por em dia com o sindicato’, aparecem como as principais preocupações das famílias; na área de infraestrutura e políticas públicas, destacando-se o financiamento da habitação rural; no acesso ao crédito constata-se falta de orientação sobre as diferentes linhas do Pronaf e grande expectativa com relação ao crédito fundiário; a produção própria de sementes e o piqueteamento de pastagens (manejo racional rotacionado); quanto à comercialização, as famílias mais carentes são as que mais valorizam a possibilidade de acessar o PAA, as feiras e o comércio local. O STR tem sido a organização mais próxima desse público carente (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 41).

No Anexo I veja um exemplo de plano familiar de transição agroecológica no assentamento da comunidade de Nossa Senhora da Aparecida, no município de Rio Bonito do Iguaçu.

5.2 Sobre os planos grupais e/ou comunitários

Resgatar e entender a história, a partir da vivência e experiência das pessoas, tem sido uma ação envolvente junto às comunidades rurais. As análises e contribuições reflexivas realizadas pelos agentes técnicos, juntamente com as famílias, foram importantes momentos de troca de informações e de formação.

Os planos grupais e/ou comunitários, entendidos como um processo de diagnóstico e planejamento, resultaram em novas percepções sobre a realidade e contribuíram na construção de novas propostas para o desenvolvimento da localidade.

Assim, como nos Planos Familiares, as propostas dos Planos Comunitários subdividem-se, de modo geral, em seis eixos temáticos. No entanto, neste caso foram também denominados grupos de ações para a área social, de saúde ou cultural que, em se querendo, podem ser todas consideradas como de política pública ou infra-instrutora. O grupo de ações da produção também tem sido denominado aqui de econômico.

Os planos comunitários e planos familiares interagem entre si, complementando-se. Quando isto ocorre, ampliam-se e potencializam-se as ações na perspectiva de sua socialização.

A comunidade foi vista como unidade sistêmica e o trabalho de ATER conseguiu resgatar a vida comunitária e retomar ações conjuntas. Há comunidades que resgataram sua história e perceberam a importância da atuação local nos contextos e realidades construídas. “Entendemos que para compreender a realidade na sua dimensão mais qualitativa, a *linha do tempo* constitui-se em um importante instrumento.” (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 30).

[...] alguns métodos aparentemente simples (como a linha do tempo), permitem que façamos hipóteses preliminares sobre a realidade percebida por determinada comunidade. Os aspectos ressaltados

indicam a ênfase percebida pelos agricultores e podem ser chave para alavancar processos de desenvolvimento rural. (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 35-36).

A metodologia utilizada proporcionou “[...] a qualificação mínima do processo de análise e planejamento, de modo a ampliar a visão de mundo e o senso crítico das famílias participantes” (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 28).

Identifica-se uma grande interação entre os planos comunitários e planos familiares, tornando-se assim os dois instrumentos complementares.

Em geral, as propostas dos Planos Comunitários incorporam aquelas dos Planos Familiares dando-lhes uma amplitude maior. Assim, por exemplo, [...] se ao nível do Plano Familiar a demanda trata de organização da produção leiteira como uma questão de filiação do produtor à cooperativa (Claf), ao nível do Plano Comunitário, a mesma refere-se à necessidade de organizar um serviço de coleta para o transporte da produção leiteira. Por conseguinte existe de modo geral, uma correspondência entre as demandas ou ações propostas ao nível dos Planos Familiares e as demandas ou ações propostas nos Planos Comunitários (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 28).

O Plano de Desenvolvimento da Comunidade Rural bem como o Plano Familiar de Transição, orientaram as atividades de um grupo e definiram a responsabilidade e o papel das famílias e também do agente local de ATER.

Os planos comunitários tiveram papel importante no trabalho de ATER, mesmo que “[...] este processo encontra-se em construção e aprendizagem, porém tem sido significativo para compreender o sistema de produção e entender as propostas prioritárias de cada comunidade.” (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 28).

Veja o Plano Comunitário de Desenvolvimento Sustentável e Transição Agroecológica, da Comunidade de Rio Vitória, do Município de Enéas Marques (ANEXO II).

5.3 Sobre os planos municipais de ATER agroecológica

Historicamente, as organizações e instituições de ATER têm seus planos de trabalho, muitas vezes, elaborados fora do local e da realidade concreta ou envolvendo interesses mais específicos e, às vezes, até antagônicos aos propósitos dos planos. As aproximações e parcerias se dão, mais facilmente, a partir de ações específicas. Portanto, construir planos municipais de ATER é um dos desafios maiores.

A construção de Planos Municipais de ATER estava prevista em vários projetos e programas desenvolvidos. Fazia parte do método, como ‘experiências piloto’ factíveis naqueles municípios onde o contexto político era favorável. Trata-se de somar esforços, evitando duplicidades e promovendo sinergias entre estruturas afins com base na definição de ações prioritárias. Isto decorre da constatação de que os municípios dispõem de estruturas dispersas e qualificadas ou qualificáveis que, por interesse público, podem realizar esforços conjuntos.

Os planos municipais foram elaborados em quatro municípios, a saber: Itapejara do Oeste, Coronel Vivida, Renascença e Ampére. Metodologicamente, eles seguiram quatro passos realizados em, no mínimo, quatro reuniões. Os dois primeiros foram de diagnóstico da realidade local e da realidade e demandas de cada entidade participante. O terceiro passo tratou da definição das prioridades e o quarto do planejamento operacional.

A proposta dos Planos Municipais de ATER evidencia grande diferença entre a proposta e a trajetória histórica do serviço de extensão rural estatal, conforme mencionam os pesquisadores:

Sendo a mesma institucionalizada de forma centralizada, hierarquizada ou piramidal, construída mais para a oferta de produtos (pacotes) do que para a organização da demanda local. Priorizou metodologias de massa (rádio e dias de campo) em detrimento das metodologias grupais e participativas. Portanto, à ATER Pública Convencional contrapõe-se a Extensão Pública Agroecológica, embasada na articulação de diferentes estruturas de extensão rural (estatal e não-governamental) na execução de um Plano Municipal de ATER construído com a participação dos principais atores de desenvolvimento rural do município. (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 43).

Para a execução dos planos tratou-se, também, da criação de um ‘fundo virtual’. Não se trata de um financiador ou de diversos financiadores aportando recursos financeiros para uma mesma conta bancária. Foram estimados os diferentes aportes, inclusive dos agricultores beneficiários, para planejar a melhor forma de maximizar os recursos disponíveis localmente.

Nas quatro experiências descritas, a estratégia metodológica de ação foi similar ao desenvolvido no Plano Comunitário de ATER agroecológica de Coronel Vivida que tinha como objetivo acompanhar grupos de famílias nas comunidades para construir planos familiares e planos comunitários de desenvolvimento (ANEXO III).

6. Sobre as ações coletivas de construção do conhecimento

De forma geral, pode-se concluir que a metodologia consegue romper, significativamente, com a “extensão” e o “difusionismo”, exercendo

uma condição dialógica participativa. As análises e as tomadas de decisões, de fato, contaram com o protagonismo maior da família e envolveram, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. Pode-se concluir, também, que o agente técnico externo ainda exerce um papel muito importante no andamento do processo, principalmente no que se refere à animação, organização e problematização. Um desafio a ser enfrentado, em novas iniciativas, será o da busca de possibilidades para ampliar a participação horizontal, através do estímulo à criatividade e ao potencial investigativo e inovador das famílias agricultoras.

7. Sobre a visibilidade política das comunidades e assentamentos

Um dos problemas percebidos em relação aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, principalmente os mais excluídos, é a sua falta de expressão política, mesmo em nível municipal. Existem fontes de recursos para promover a inclusão das famílias/grupos e comunidades rurais, no entanto, são poucas as iniciativas locais e ações concretas a partir do poder constituído. Na maioria das vezes essas famílias conseguem apenas políticas assistenciais de limitado alcance e por curtos períodos de tempo.

Geralmente, o que ocorre nestas comunidades é que esse ou aquele indivíduo, no intuito de colaborar ou de se achar "amigo do poder", intermedia algumas reivindicações de forma isolada e, por isso também, é atendido individualmente ou as demandas nunca se concretizam.

As experiências de ATER possibilitaram perceber que a articulação das organizações em rede tenciona o poder público local em atender a demandas. As demandas, planejadas e encaminhadas coletivamente,

pressionaram os administradores a incluir as famílias menos favorecidas em processos de desenvolvimento local, democratizando as políticas públicas e orientando recursos que, mesmo escassos, resultaram em conquistas importantes nestas localidades.

As conquistas de políticas públicas foram maiores quando as comunidades se organizaram e encaminharam coletivamente as demandas levantadas nos planejamentos.

8. Aspectos gerais percebidos na execução das experiências

Por se tratar de jovens, a maioria dos(as) agentes de ATER, filhos de agricultores com formação de nível médio em Agroecologia, mesmo com boa capacidade de iniciativa e liderança, percebiam-se limitações metodológicas e técnicas. Visando a qualificação da equipe, mas, também, diante da proposta da reconstrução coletiva da metodologia prevista em cada processo, realizaram-se encontros, oficinas, seminários de formação, estudo e replanejamento.

Na maioria dos projetos e programas, os processos de formação e capacitação de agentes foram prejudicados pela descontinuidade. As exceções foram o projeto de Inclusão Social financiado com recursos internacionais e os desenvolvidos com recursos do INCRA. Mesmo assim, os resultados foram satisfatórios:

Importante salientar que apesar de todos os problemas de descontinuidade, o projeto representa parte importante no processo de construção de um sistema de ATER em rede no território do Sudoeste do Paraná. (BRACAGIOLI NETO; LANNOY, 2010, p. 50).

Em todos os processos perseguiram-se alguns valores, condições e práticas de superação da lógica da “extensão rural”, buscando a construção coletiva do conhecimento. O Quadro 1, a seguir, traduz uma síntese de aspectos e dimensões centrais evidenciando a diferença de enfoque entre as metodologias.

Quadro 1 – Síntese das mudanças e condições/dimensões pretendidas nas metodologias de construção social do conhecimento

Extensão Rural e Assistência Técnica	Processos participativos e construção social do conhecimento
O desenvolvimento pensado de fora para dentro – de cima para baixo.	As pessoas como sujeitos da educação e de sua história; Protagonismo popular coletivo.
Atividades específicas – fatores específicos - isolamento de fatores (reducionismo e positivismo)	Visão sistêmica e holística – validação sistêmica do conhecimento acadêmico/especialista; Método científico interage com a complexidade da realidade.
Conhecimento acadêmico como válido	Conhecimento válido é resultado da interação do conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional, histórico, local; Reconhece o conhecimento histórico/tradicional e outras formas de construção do conhecimento.
Conhecimento predeterminado	Capacidade de aprender e reformular, continuamente, o conhecimento necessário a partir das situações em mudança.
Visão de projeto – tempo cronologicamente determinado	Visão de processo – tempo de processo não cronologicamente predeterminado.
Soluções prontas – receitas e insumos	Soluções construídas e/ou adaptadas.
Oferta de propostas, produtos e tecnologias.	Necessidades das comunidades.
Transferência, difusão.	Construção, troca, intercâmbio.
Campos demonstrativos.	Unidades de estudo.
Pesquisador decide sobre a pesquisa a ser realizada	Pesquisa participante – pesquisa-ação.

Ajuste da prática à teoria	Sistematização e teorização junto à prática – dialética; Condição dialógica.
Relações verticais	Relações horizontais.
Extensionista	Agente.
Competição	Cooperação – entre ajuda.
Perspectiva do desenvolvimento alicerçado no desenvolvimento técnico.	Consideração de outras dimensões e valores nas decisões.

Fonte: Arl (2013).

CONCLUSÃO

A trajetória do desenvolvimento rural brasileiro é resultado de diferentes momentos políticos. Alguns com mais e outros com menos interface com a realidade local, suas condições e perspectivas populares. Esses momentos foram marcados pela forte presença do Estado e dos governos e, oportunamente, influenciados pela sociedade civil através de movimentos sociais e/ou mobilizações massivas.

Na trajetória recente, o campo foi um dos espaços mais fortemente influenciados pelo Estado e por grandes corporações, tanto no papel a ele estabelecido pelo desenvolvimento urbano e industrial, como na influência do modelo proposto para o próprio campo, embasado nos objetivos e base tecnológica da revolução verde.

Entre os diversos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea, um dos mais agravantes é o distanciamento entre a espécie humana e a natureza, estabelecendo uma relação de esgotamento e destruição. O fetichismo pelo capital torna a vida do ser humano uma constante disputa na busca de vibrações fortes e pelo reconhecimento individual. O não perceber a coletividade tem levado as pessoas ao individualismo, ao imediatismo e a busca do “ter para ser” a qualquer custo. Esse comportamento tem afetado, especialmente e com brutalidade, as famílias vindas do campo que na luta pela sobrevivência e participação nessas “modernidades” induz, principalmente a juventude, a uma omissão de valores e dimensões culturais identificatórias.

O urbano-industrial está impondo conceitos ao homem recém-chegado e fazendo com que a história de gerações sejam, gradativamente, trocadas por valores mercadológicos onde tudo gira em torno do ter e tudo se transforma em mercadoria, inclusive os alimentos. A ruptura é aviltante. Enquanto, no campo, a jornada se orientava pelo caminho do sol, pelas fases da lua, pelas estações do ano, pela solidariedade das comunidades

rurais e pelas relações comungadas de vizinhança, no urbano a vida gira em função da hora máquina, da dominação e da ausência quase completa dos sinais da natureza.

É essa imposição de valores e de regras, potencializadas no campo através do modelo difusionista da Extensão Rural, que estamos questionando neste livro. Nossa crítica ao poder de superioridade dado ao urbano em relação ao rural vale também para a relação técnico – agricultor, pesquisa – técnico, estatal – não governamental e todas as tentativas de subordinação. Nossa proposta de construção do conhecimento no campo não quer repetir essa história. As experiências acima relatadas são esforços de arranjos e institucionalidades que buscam respeitar os conhecimentos locais e geracionais construídos coletivamente pelas famílias participantes, pelos profissionais comprometidos com as causas populares e pelas lideranças populares, organizações e movimentos sociais.

Esse modelo da revolução verde foi implantado durante a ditadura militar com apoio de forma hegemônica da Extensão Rural Oficial sob uma metodologia unidirecional e impositiva e praticamente sem influência e/ou questionamentos por parte dos agricultores ou movimentos sociais, instalando a dominação capitalista no campo.

Como resultado das resistências populares, com ressurgimento dos movimentos sociais a partir do final da década de 1970 e nas décadas seguintes e, também, sob influência das consequências do modelo da revolução verde, acumula-se elaborações tanto nas propostas para maior efetividade na sustentabilidade junto ao campo, como nas proposições e práticas metodológicas participativas e de protagonismo social.

Após a eleição de Lula, muitas políticas públicas idealizadas pelos movimentos da sociedade civil começam a sair do papel para a prática. Uma das conquistas se destaca para o campo, a política nacional de ATER. Entre as virtudes dessa construção está a sua capacidade de ter conseguido agregar num só campo, governo e organizações da sociedade

civil. Outros marcos históricos dessa construção inicial foi a exclusividade da agricultura familiar, compreendendo todos os segmentos contemplados em lei, e o enfoque da Agroecologia que passa a orientar as ações e programas governamentais.

No entanto, enquanto estas “pequenas”, mas fundamentais, mudanças começavam a emitir sinais, as velhas estruturas permaneciam vagando, lentamente, no modelo convencional e, como toda a mudança gera desconforto, a reação conservadora veio forte e, na maioria das vezes, não formulada e tão pouco de conhecimento público. Muitos intelectuais do campo desqualificaram a proposta, principalmente quando se referia ao tema da Agroecologia. Não se tem conhecimento de que algum centro de pesquisa oficial tenha desfeito convênio com multinacionais dos agroquímicos por conta de optar pela pesquisa alternativa em função de uma nova política de orientação da ATER. Da mesma forma, a extensão oficial de muitos Estados com estruturas pesadas, verticalizadas e caracterizadas pela ação difusionista, apresentam poucas mudanças ou praticamente nada, nem mesmo internamente aos colegas que lutam por uma nova Extensão. Dessa forma, apesar de nascer uma proposta com nova concepção de conteúdo e de metodologia, não consegue avançar, como se esperava, por conta de ser executada, hegemonicamente, pelas mesmas instituições (oficiais) antigas e com as mesmas práticas do modelo convencional de então.

Junto às organizações sociais, no entanto, ampliam-se, embora de forma ainda lenta, elaborações e práticas agroecológicas, que conflitam com o modelo, mas ao mesmo tempo estão em disputa com o próprio modelo quanto aos seus objetivos centrais, profundidade e amplitude das dimensões sociais, ambientais e econômicas almejadas.

Outra questão a destacar, objetivo central desse trabalho, são os acúmulos e desafios metodológicos, sendo aqui assumida a metodologia popular como a operacionalização de uma perspectiva envolvendo os métodos, técnicas, dinâmicas e processos associados a uma dimensão

estratégica transformadora, alicerçada a uma visão de mundo que incorpora perspectivas e valores exercidos em uma nova consciência social e ambiental para uma sociedade sustentável, onde a prática é o grande balizador do alcance transformador da concepção teórica já alcançada.

Com essa perspectiva, a partir de acúmulos em iniciativas de construção social do conhecimento junto à transição agroecológica, evidenciam-se as elaborações realizadas pelo Cepagri ainda na década de 1990 e experiências práticas da Cooperiguaçu durante mais de dez anos na execução de diversos projetos de inclusão social e ATER Cooperativada realizadas pelas organizações sociais do campo, em projetos de parceria com governos. A partir da base metodológica e dos instrumentos criados, a proposta está sendo adaptada em diversos outros projetos de ação junto à agricultura familiar/camponesa e assentamentos da reforma agrária.

Mas, diante das condições e dimensões relacionadas acima, evidencia-se o desafio de repensar os conteúdos e as metodologias tanto advindas do governo federal que está em campo com a proposta das chamadas públicas, como do Estado que se prepara para implantar a Lei Estadual de ATER pelos municípios que, historicamente, têm contribuído pouco na construção do conhecimento do campo e, também, as organizações e movimentos da sociedade civil que tem priorizado, demasiadamente, as pautas específicas, segmentadas e de caráter compensatório, como a luta pelo crédito em detrimento das demandas econômicas, ambientais e socioculturais mais amplas.

Ainda no que se refere às metodologias, apesar dos avanços tecnológicos diante de uma perspectiva sistêmica, pode-se concluir pela insuficiência do método científico e suas correntes. Na construção social do conhecimento evidencia-se a necessidade de qualificação das propostas participativas para que efetivamente se tornem horizontais e capazes de construir novos conhecimentos, pois o “novo” não se constrói

com velhas ferramentas preparadas para outras perspectivas, mas também não com métodos limitados ou pessoas despreparadas.

Enfim, nas experiências realizadas houve muitos avanços, mas muitos desafios se apresentaram. Dentre eles vale destacar a influência e o enquadramento ideológico e metodológico da lógica capitalista neoliberal sobre as pessoas e sobre os projetos. Evidencia-se a importância da formação (dialética e crítica), da organização (institucionalizada ou não) e da multiplicação (múltiplos sujeitos). É urgente a retomada do “trabalho de base”, formação de novas lideranças e a reanimação da capacidade de mobilização social ampla (movimento de massas). As mudanças políticas, sociais, econômicas e ambientais resultam do desenvolvimento tecnológico e da capacidade propositiva, da efetividade estratégica e metodológica, mas, sobretudo, da capacidade social de organização e de mobilização, ou seja, da luta política concreta.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para Discussão nº 702*. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000.

ABRAMOWAI, Ricardo et alii. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. *Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (para)...*. Brasília: Anvisa, 22 jun. 2010.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis/Brasília : DF: CNPq, 1986. 155 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Doutorado Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2003.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: GASQUEZ, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Orgs.). *Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. *Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia*. Recife: ANA, 2006.

ARENDT, Ana. *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água, 1958.

ARENDT, Ana. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARL, Valdemar; RHINKLIN, Hansjörg. *Livro Verde 2 - Agroecologia*. 3. ed. Passo Fundo: Berthier, 1995. 72p.

ARL, Valdemar; RHINKLIN, Hansjörg. *Livro Verde 2 - Agroecologia*. 3. ed. Caçador, SC: Cepagri e Terra Nova, 2001.

ARL, Valdemar. *Caderno de Formação 01. Rede Ecovida de Agroecologia*, 2007.

ARL, Valdemar. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.p.155-168.

ARL, Valdemar. *Transição agroecológica em sistemas familiares de produção*. In: ARL, Valdemar. *Transição agroecológica em sistemas familiares de produção*. Coleção PróJovem Saberes do Campo. Matinhos, PR: Ed. UFPR Litoral, 2013.

BOFF, Leonardo; BETTO, Frei; BOGO, Ademar. *Valores de uma prática militante*. São Paulo: Consulta Popular, Cartilha nº 09, 2000.

BOFF, Leonardo. *La economia verde versus la economia solidária*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/economia-verdeversuseconomia-solidaria>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BOGO, Ademar. Valores cultivados pelos jardineiros planetários: valores que deve cultivar um lutador do povo. In: BOGO, Ademar; BOFF, Leonardo (par.) *Valores de uma prática militante*. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

BOGO, Ademar. *A mística: parte da vida e da luta*. Mar. 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>> Acesso em: out. 2013.

BRACAGIOLI NETO, Alberto. Extensão rural: trajetória de desafios e dilemas. *Seminário Fetraf Sul*, 2004.

BRACAGIOLI NETO, Alberto; LANNOY, C. *Relatório de monitoramento do projeto de inclusão social do Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL DE FATO. *Um encontro histórico de camponeses*. Edição 494, 8 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/10325>> Acesso em: out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Brasília, 2010.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

CALLE COLLADO, Angel. *Nuevos movimientos globales: hacia la radicalidad democrática*. Madrid: Editorial Popular, 2005.

CALLE COLLADO, Angel; MONTIEL, Marta Soler; SÁNCHEZ, Isabel Vara. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. *Congreso Español de Sociología de la Alimentación*, Gijón 28 y 29 de mayo de 2009.

CALLE COLLADO, Angel; GALLAR, David. Estamos en medio: necesidades básicas, democracia, poder y cooperación. In: *Democracia radical: entre vínculos y utopías*. Barcelona: Icaria, 2011.p.149-174.

CALLE COLLADO, Angel. *Brasil, de los jóvenes iracundos a los nuevos rebeldes*. 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://desinformemonos.org>> Acesso em: out. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. *La extension agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul-Brasil*. 1998. 532f. Tese [Doutorado em Agroecología, Campesinado e Historia] – Espanha: Universidade de Córdoba, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma nova ATER pública. *Extensão Rural*, Edição 11, Ano X, p.85-117, jan/dez 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane (Org.) *Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: MDA, 2006. p.9-34.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto (org.) *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade* Brasília, DF: MDA/Emater, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org.) *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.p.123-166.

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, p.23-33, set./dez. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org.) *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.p.45-82.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. *Conexões ocultas*: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: *Laboratório de Horticultura Tropical e Apicultura*, n. 27, p.43-58, mar. 2014.

CARTILHA. *Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional*. 3. ed. setembro. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba: Gráfica Editora Perez Ltda, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVICCHINI, Alexis. *Radiografia do poder*. São Paulo: Editora Tama, 1989.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARANÁ – CENATER. *Comunicado Técnico da Central de Cooperativas de ATER do Paraná*. Francisco Beltrão, 2013.

COUNCIL FOR AGRICULTURAL SCIENCE AND TECHNOLOGY - CAST. 1999.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE – CEPIS. *Concepção de Educação Popular do Cepis*. São Paulo: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2007.

CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE – CEPIS. CENTRO DE PESQUISAS METEOROLÓGICAS E CLIMÁTICAS APLICADAS À AGRICULTURA - CEPAGRI. *Formação básica multiplicadora*. Cepagri/Cepis, 1996.

CHAMBERS, R. *Whose reality counts?: putting the first last*. London: Intermediate Technology Publications, 1997.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF. *Ato deliberativo*. Curitiba, 2012.

COOPERIGUAÇU. *Relatórios da chamada de ATER do MDA - Vale do Ribeira*, 2011 e 2012.

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

COSTA GOMES, João Carlos. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio de Oliveira (Orgs.) *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.

DECLARAÇÃO DA CANCÚN. *Via Campesina - Fórum Global pela Vida, Justiça Social e Ambiental*. Cancún, 4 a 10 dez. 2010.

DEFUMIER, Marc; COUTO, V. A. *Projeto de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2007.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. *Diagnóstico da rede de serviços de apoio à agricultura familiar no Estado do Paraná*. Curitiba: Deser, jul. 2004.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – DATER. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Comunicado Técnico do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: Dater/MDA, 2010.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – DATER. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Comunicado Técnico do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: Dater/MDA, 2011.

DENAEYER, Simone. *Porqué tanto interes por los biocombustíbles*. Université Libre de Bruxellas. Curso de Master en Agroecologia, UNIA, 2008.

DIAS, Marcelo Miná. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v.1, n.1, jun./dez. 2008.

DINIZ, Paulo Cesar O.; LIMA, Jorge R. Tavares de; ALMEIDA, Aniérica. *Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões*. Recife: UFRPE, 2010.

DOVER, Michael J.; TALBOT, Lee M. *Paradigmas e princípios ecológicos para a agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 42p.

EMATER. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *Revista da Emater/RS*, v. 3, n.1, Jan./Mar. 2002.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.p.237-256.

FASER. *PRONATER 2007/2008 em discussão*. Disponível em: <<http://www.faser.org.br/noticias.php?id=65>> Acesso em: out. 2013.

FAYAD, Jamil et alii. *Sistema de plantio direto de hortaliças: espaço de discussão e prática para uma agricultura sustentável*. Caçador: Epagri/Cepagri/STR, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. São Paulo: Unesp, 2004.

FONSECA, Fernanda de A. C.; MEDAETS, Jean Pierre. *Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD, 2005.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

FÓRUM Das Entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná, 2011.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. *Proposta*, n. 78, p.6-19, set./nov. 1998.

FRANCO, Maria A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, setembro-dezembro, p. 483-502, 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FURLIM, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.p.257-282.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASS, Elvino Bohn. Agência Nacional de ATER vai articular recursos de quatro ministérios. *Informativo* nº 300 da Ater, maio 2013.

GEILFUS, Frans. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. Octava reimpressão. San José, Costa Rica: IICA, 2009.

GETESPA. *Manifesto*. Francisco Beltrão: Conselho Gestor Território Sudoeste do Paraná, 2012.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, Stephen. *Desde una agricultura sostenible a sistemas agroalimenticios sostenibles*. Universidade Internacional de Andalucía: Programa Interuniversitario Oficial de Posgrado, 2008.

GLOBO ECOLOGIA. *Agroecologia alia preocupação ambiental com questões sociais*. 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/08/agroecologia-alia-preocupacao-ambiental-com-questoes-sociais.html>> Acesso em: nov. 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. 45. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOSS, Karine P.; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 75-91, janeiro-julho 2004.

GRUPO FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL DA REGIÃO CENTRO OESTE DO PARANÁ - RURECO. *Plano Territorial de Cadeias Produtivas (PTCP) da Banana Território Vale do Ribeira – PR*. Disponível em: <www.rureco.org.br>. Acesso em: 25 set. 2013.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.19, p. 72-88, out. 2002.

HODGSON, Geoffrey. Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, v.28, n.1, p.95-116, 2007.

IMMERZEEL, Willem H. M. Van. *Pobreza - cómo lograr cambios acelerados: experiencias, resultados y enfoque de una metodología innovadora en América Latina*. Cusco: Dexcel – Development & Excellence, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Agropecuário 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Produção Agrícola Municipal (PAM) 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2013.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. *Prestação de serviços de consultoria e cooperação técnica: produto 06*. Salvador, BA: IICA, jul. 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Relatório Estatístico do Estado do Paraná*. Curitiba: IparDES, 2004.

JUNG, Carl G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu, SP: Livraria e Editora Agropecuária, 2001.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

LINERA, Alvaro García. Versión extractada y modificada del artículo Sindicato, multitud y comunidad. In: LINERA, Alvaro Garcia et alii. *Tiempos de rebelión*. La Paz: Comuna y Muela del Diablo, 2001.

LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MANIFESTO CONSELHO GESTOR TERRITÓRIO SUDOESTE DO PARANÁ. Francisco Beltrão, PR, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *El hombre y el mito. El alma matinal*. Lima: Biblioteca Amauta, 1970.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. *Revista Terra Livre*, n.19, 2º sem. p.95-112, 2002.

MATURANA R., Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.

MAX-NEEF, Manfred A. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Montevideo, Uruguay: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – MA. *O Ministério da agricultura a serviço do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1959.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Anais... Seminário de ATER*, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural: versão final*: 25/05/2004. Brasília: Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. *Relatório final do seminário nacional de ATER*. Brasília, DF, jun. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF. *Resolução nº 86, de 4 de outubro de 2011*. Brasília, DF: MDA/Condraf, 2011. Aprova o Regimento Interno I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - I CNATER.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – DATER. *Comunicado técnico do departamento de assistência técnica e extensão rural*. Brasília: MDA/Dater, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em Brasília (DF)*. 23 a 26 abr. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Plano Safra marca criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. 05 jun 2013. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/plano-safra-marca-cria%C3%A7%C3%A3o-da-ag%C3%A2ncia-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural>> Acesso em: out. 2014.

MOLLISON, Bill; SLAY, Reny Mia. *Introdução à permacultura*. Brasília: MDA/SDR/PNFC, 1998.

MONTEIRO, Dênis. Agroecologia alia preocupação ambiental com questões sociais: apesar de pequena, ajuda do governo beneficia este tipo de produção. In: *Globo Ecologia*, 31 ago. 2013. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/08/agroecologia-alia-preocupacao-ambiental-com-questoes-sociais.html>> Acesso em: out. 2014.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. *Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA - *Origem e Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores*. Porto Alegre, RS: Keops, jun. 2002.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação e resistência dos movimentos sociais do campo. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v.10, n.2, p. 193-207, maio/ago. 2007.

NAREDO, José M. *La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 2003.

NAREDO, José Manuel. *Agroecología: economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva*. Universidade Internacional de Andalucía: Programa interuniversitário oficial de pós-graduação, 2008.

NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Rio de Janeiro: Alternativa, 2013.

NOVAES, Washington. *A década do impasse*. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda, 2002.

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. *Fundamentos de ecologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Relatório anual da ONU*. Genebra, Suíça, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. *Relatório Anual da FAO*. 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. *Relatório Anual da FAO*. 2013.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Camp., 2001.

PEGADA ECOLÓGICA WWF. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/> Acesso em: 20 out. 2013.

PEIXOTO, M. Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - Conbater*, 2008.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR*, n.40, p. 72-89, dez. 2010.

PEREZ-CASSARINO, Julian. *A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. 2102. 478f. Tese [Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento] – Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo; DIAS, Ailton (Ed.). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. In: *Encontro Nacional de Agroecologia*, 2., 2007, Rio de Janeiro. Caderno do... Rio de Janeiro: ANA, 2007.

PETERSEN, P. *A Agroecologia e a superação do paradigma da modernização*. Curitiba: Kairós, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFGRS, 2008.

RIASCOS, L. C. C. *Extensão para extensionistas*. Itabuna, BA: CEPLAC, 1973.

ROGERS, E. M. *Difusion of innovations*. New Work: Free Press, 1995.

RÖLING, N. *Extension science: information systems in agricultural development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROSSET, Peter M.; TORRES Maria Elena Martinez. Movimientos sociales rurales y agroecología. *Contexto, Teoría e Processo*, v.17, n.3, 2013.

RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. 183p. [Título da edição original em inglês: *In Praise of Idleness*, Grã-Bretanha, 1935.]

SACHS, Wolfgang. Anatomia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, *Democracia Viva*, n.1, p.11-23, 1997.

SAKAKIBARA, Chuzo. *O fundamento da agricultura natural*. São Paulo: Fundação Mokiti Okada, 1998.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; SILVA, Ranulfo Peloso da. *Trabalho de base*. São Paulo: Gráfica e Editora Perez Ltda, 1999. Cartilha nº 4 - Consulta Popular.

SANCHEZ de PUERTA, F. *La extension como instrumento para el desarrollo*: aproximación al caso español. Tesis doctoral. Departamento de Economía e Sociología Agrarias. Universidad de Córdoba. (mimeo). 1990.

SANCHEZ de PUERTA, F. *Agroecologia, desarrollo, comunicacion y Extensión Rural*: la construcción de um paradigma ecosocial em latinoamerica INTA. Buenos Aires, 2004.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. Um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica - ferramenta para a percepção de contradições da economia de mercado. *Boletim do Deser* – conjuntura agrícola nº 146. Curitiba, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Produção de alimentos e conservação ambiental: A crônica de uma morte anunciada. *Ecos*, Ano VII, edição 2, p.1-3, jun. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Transnacionais de alimentos lucram com aumento da fome. In: *Carta Maior*, 07 maio 2008. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Transnacionais-de-alimentos-lucram-com-aumento-da-fome/7/14218>> Acesso em: nov. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Política & Sociedade*, n. 5, p.13-15, out. 2004.

SCHMITZ, Heribert. *Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa*. São Paulo: Annablume, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização – pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Uma nova Extensão para a Agricultura familiar. *Anais...* Brasília, 1997.

SEVILLA GUZMÁN, E. Para una sociología del desarrollo rural integrado. In: *Materiales de Trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa*. Universidad Internacional de Andalucía, 1995.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia y Desarrollo Rural Sustentable. Uma Propuesta desde Latino América. XI Curso Intensivo de Agroecologia: Principios y Tecnicas Aplicadas a la Agricultura. Rosário, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E. *De la sociologia rural a la agroecologia*. Barcelona, Espanha: Icaria Editorial S. A., 2006.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 2. ed. São Paulo: Via campesina : Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.3, Jul./Set 2002.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese [Doutorado] – Brasília: UNB, 2009.

SILVA, Ranulfo P. *A liderança na organização popular*. São Paulo: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, fev 2000.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. *A metodologia freireana na formação do militante social em projetos ambientais*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2005.

SILVESTRO, Milton Luiz et alii. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Brasília: Epagri - NEAD/MDA, 2001.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. (1986). Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

SOSA, Bráulio M. et alii. *Revolución agroecológica: movimiento de campesino a campesino de la ANAP en Cuba*. Cuba: ANAP/Via Capesina : La Habana, 2011.

SOUZA, José Martins de. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p.31-36, Sept./Dec. 2001.

SUAMENTE. *A pirâmide de Maslow*. 21 ago. 2008. Disponível em: <<http://site.suamente.com.br/a-piramide-de-maslow/>> Acesso em: set. 2013.

TEDESCO, Juan Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós anos 90*. 2006. 206p. Passo Fundo: Edit. da Universidade de Passo Fundo : Porto Alegre: EST, 2006.

TEIXEIRA, G. *A proposta de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Agricultores Familiares e Assentados – Projeto de Lei nº 5.665, de 2009, do Poder Executivo: uma análise dos aspectos gerais*. Brasília, 2009. (mimeo)

TOLEDO, M. V. *Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural - Cuadernos de Trabajo 3: 1-45*. Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, México, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Von der WEID, Jean Marc. *Texto de referência do campo agroecológico para a conferência nacional de ATER*. 2011. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/12/TEXT-DE-REFERENCIA-DO-CAMPO-AGROECOL%C3%93GICO-PARA-A-CONF-NAC-DE-ATER.pdf>> Acesso em: out. 2014

WORTHINGTON, Virginia. Nutritional Quality of Organic Versus Conventional Fruits, Vegetables, and Grains. *The Journal of Alternative and Complementary Medicine*, v. 7, n. 2, p.161-173, abril 2001.

VIVAS, Esther. *Ocupando o sistema agrícola e alimentar*. 24 fev. 2013. Disponível em: <<http://esthervivas.com/portugues/ocupando-o-sistema-agricola-e-alimentar/>> Acesso em: out. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, out. 1996.

WATTS, L. H. Estructura Organizativa de la Extensión Agrícola. In: SWANSON, Burton E. (Comp.) *La extensión agrícola: manual de consulta*. Roma: FAO, 1987. p. 23-45.

ZIBECHI, Raúl. Movimentos sociais: novos cenários y desafios inéditos. *OSAL*, Ano VII, n. 21, sep–dic, 2006.

OS AUTORES



Valdemar Ari - Engenheiro Agrônomo, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável e, Administração Rural, Mestre em Agroecologia (UNIA ES) - Doutorando em Agroecologia (UCO ES); consultor autônomo; professor; membro fundador da Rede Ecovida de Agroecologia.

Endereço: Rua José Tesseroli, 732 – casa 8, Bairro Santa Cruz - Palmas/PR, CEP 85.555-000 - valdemararl@gmail.com – fone 46 9911 7039

Experiência profissional – Militância e atuação profissional exercida desde o início da década de 1980 no movimento estudantil, movimento ambientalista, no movimento da agricultura alternativa, na criação de ONG e no (re) surgir dos movimentos sociais do campo.

Participação e atuação continuada no processo de construção da Agroecologia desde meados dos anos 80, sendo: - na fase dos grandes debates iniciais (ex. EBAAS - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa); - na grande fase de sensibilização no final dos anos 80 e início dos anos 90; - na fase do fortalecimento e multiplicação das experiências práticas junto à agricultura familiar (meados dos anos 90); - na fase organizacional - envolvendo a criação da Rede Ecovida, iniciada no Cepagri (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais, ONG que ajudou a construir e onde atuou por 17 anos; - na retomada do processo de articulação nacional via organização do ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) e na organização e coordenação inicial da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia); - atuação na construção do marco legal da "agricultura orgânica no Brasil, sendo, na criação e coordenação do GAO (Grupo de Agricultura Orgânica que assumiu a tarefa do marco legal) e, na coordenação do Grupo de Trabalho da Certificação Participativa dentro do GAO; atuação também na organização do Colegiado Estadual da Produção Orgânica de SC e representação pelas Organizações da Região Sul no primeiro mandato do Colegiado Nacional da Produção Orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante o período em que se construiu a instrução normativa 007/99 e 006/20012, a Lei 10.831/2003 e o Decreto Nº 6.323/2007.

Em relação ao envolvimento com aspectos mais práticos em torno da agroecologia, iniciou uma experiência de comercialização de cestas (entrega a domicílio) em Caçador/SC no final de 1988 e início de 1989. Em 1990, inicia-se a primeira feira agroecológica, sendo esta talvez a primeira feira do gênero no estado, e, uma das primeiras no Brasil. Atuou na organização e acompanhamento de muitos grupos de produção agroecológica, contribuições junto a outras entidades e movimentos sociais nesta área temática, assessoria a muitos seminários, encontros, debates e

cursos. Também elaborou dezenas de materiais populares como cadernos de formação, revistas, cadernos temáticos, folders e boletins técnicos, a destacar, o Livro Verde 2, em 1995, que se tornou uma referência para a superação da idéia da agroecologia como uma substituição de insumos. Este livro tornou-se um instrumento por si só e foi multiplicado junto a várias organizações principalmente no Sul do Brasil.

Atuou também na formação acadêmica de forma mais continuada no Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia na UnC (Universidade do Contestado) em Concórdia/SC, por 10 anos; no Curso de Especialização na Educação do campo da Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral; e ainda no Curso de Especialização na Produção de Leite Agroecológico da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campos de Laranjeiras do Sul/PR.

Ainda, enquanto experiência profissional atuou como membro da Rede Nacional de Colaboradores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (IICA/SDT) de 2004 a 2007, na contribuição para organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, na promoção da implantação e integração de políticas públicas, e na moderação de oficinas e eventos na construção dos planos territoriais de desenvolvimento. E, de 2010 a 2011 na colaboração/ moderação no processo de construção dos territórios da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina e no Paraná.

Em toda a trajetória buscou uma inserção metodológica sustentada na educação popular, desde a criação do Cepagri em 1988, que já na sua origem assumia a agroecologia e a educação popular como missão. Nesta trajetória participou de uma articulação Sul Americana de Educação Popular, que realizava encontros de estudos e aprofundamentos temáticos. Na sequência esses encontros foram transformados em jornadas de educação popular, onde a partir de alguma experiência prática realizava-se aprofundamentos teóricos. Participou junto com a Escola Sul da CUT e com o CEPIS/SP de algumas experiências práticas no esforço de reconstrução metodológica na década de 1990, num contexto de fragilização dos movimentos sociais, onde sistematizou-se a metodologia da Formação Básica Multiplicadora - publicada em 1996. Assessorou diversos processos de formação, seminários e debates na área.

A partir de 2010 atuado junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) através do Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia) na região Centro Oeste do Paraná (Cantuquiritaguá e entorno) na organização de um Núcleo Regional de Agroecologia (Luta Camponesa) articulado na Rede Ecológica de Agroecologia, mas imbricado com os Movimentos Sociais.

E, no que se refere à pesquisa-ação mais específica parte desta sistematização, contribuiu na qualificação de metodologias populares participativas para o trabalho de ATER na transição agroecológica, onde criou-se uma proposta e alguns instrumentos que vem sendo utilizados em diversas experiências, com agricultores familiares no Sudoeste e em outra

iniciativa em todo o Estado do Paraná, e ainda nos assentamentos da Reforma Agrária em Rio Bonito do Iguaçu.



Olivo Dambros - Engenheiro Agrônomo; Licenciado em Ciências Agrícolas; especialista em Desenvolvimento Sustentável; Mestre em Agroecologia (UNIA ES); Doutorando em Agroecologia (UCO ES); ex-professor no Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia da UNC/Concórdia - SC; membro fundador e ex-presidente da Unicafes Paraná; dirigente da

Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços – Cooperiguaçu/ CENATER – UNICAFES - PR.

Endereço: Rua Marechal Deodoro- 361, Coronel Vivida/ PR, CEP 85.550-000 – olivodambros@yahoo.com.br – fone 46 91 07 0167

Olivo Dambros é filho de pequenos agricultores da comunidade de Encruzilhada do Facão - Linha Kern do interior do município de Santo Expedito no Rio Grande do Sul. Trabalhou na roça até os 15 anos quando foi para o Ginásio Agrícola e durante as férias até o final da faculdade. cursou o segundo grau no Colégio Agrícola em Santa Catarina, na cidade de Concórdia e fez graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro onde graduou se em Engenharia Agrônômica e Licenciatura Ciências Agrícolas. Mais tarde fez Pós Graduação em Desenvolvimento Rural pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e em 2010 cursou Mestrado em Agroecologia em Baeza no Sul da Espanha e atualmente cursa Doutorado também em Agroecologia na Universidade de Córdoba na Espanha.

Militância

Participou do Grupo de Agricultura Alternativa da Universidade - UFRRJ, presidiu a Associação Municipal dos Amigos da Natureza (SANAVI) de Coronel Vivida, contribui a mais de 20 anos com a campanha SOS Mata Atlântica, foi membro do Conselho de ética da rede ECOVIDA no município de Coronel Vivida e participou de várias Romarias da Terra, dos fóruns Sociais realizados em Porto Alegre e de vários seminários e congressos de Agroecologia entre eles em Curitiba, Botucatu e Porto Alegre. Apoiou a ocupação de terras pelo Movimento Sem terra no estado do Paraná e participou de várias manifestações contra os transgênicos e uso de agrotóxicos realizados no Sudoeste e no Estado do PR. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1986 onde participou como candidato por três vezes e como militante em todas as campanhas eleitorais desde então.

Experiência profissional:

Atuou pela Cooperiguaçu – Cooperativa Iguaçu de prestação de Serviços como coordenador junto aos assentamentos de Atingidos por Barragens em Mangueirinha e Honório Serpa no Sudoeste do PR no período de 1994 a 1996.

Atuou como Professor estadual para alunos de Segundo Grau durante o período de 1989 a 2002 nas disciplinas relacionadas ao desenvolvimento rural.

Ocupou o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente junto a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida no período de 1997 a 2000.

Participou como assessor na área de desenvolvimento Rural Sustentável junto ao Sistema de Cooperativas de crédito (Cresol Baser) apoiando esta organização nos municípios de Coronel Vivida, Mangueirinha, Chopinzinho e Honório Serpa.

Participou junto a Coordenação geral do Programa de Inclusão Social com atuação em Paraná e Santa Catarina e coordenou o Programa no Sudoeste do Paraná no período de 2003 a 2007.

Exerceu o cargo de Diretor Presidente da COOPERIGUAÇU no período de 2002 a 2006 cuja atividade principal era de Coordenar e representar entidade com 52 profissionais cooperados de Ciências Agrárias e afins na execução de projetos e ações de desenvolvimento rural sustentável.

Participou da fundação da Unicafes - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária Paraná e Brasil e exerceu cargo de presidente da Unicafes –Paraná e de Conselheiro Fiscal da Unicafes Brasil.

Ocupou o cargo de professor da Universidade do Contestado em Santa Catarina no período de 2011 a 2012 trabalhando com a disciplina de Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade.

Recentemente foi palestrante Internacional sobre Economia Solidária e Soberania Alimentar na Universidade de Cauca da Colômbia.

Atualmente faz parte da Executiva do Conselho Gestor do território rural do Sudoeste e do Conselho Administrativo da Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços – Cooperiguaçu onde atua na elaboração e assessoria de estudos e projetos de ATER e Agroecologia junto às organizações da Agricultura familiar.

Possui um “Sítio Ecológico - Recanto das Cachoeiras” cujo espaço tem desenvolvido parcerias com organizações da agricultura familiar para formação de profissionais das ciências agrárias e agricultura familiar na área de Agroecologia.

GLOSSÁRIO

ABCAR	Associação Brasileira de Assistência e Crédito Rural
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AGF	Aquisição do Governo Federal
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI's	Complexos Agroindustriais
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEFSPRG	Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
CEFÚRIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CLAF	Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
CENATER-PR	Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná
CEPAGRI	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CITLA	Companhia Industrial e Territorial Ltda
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

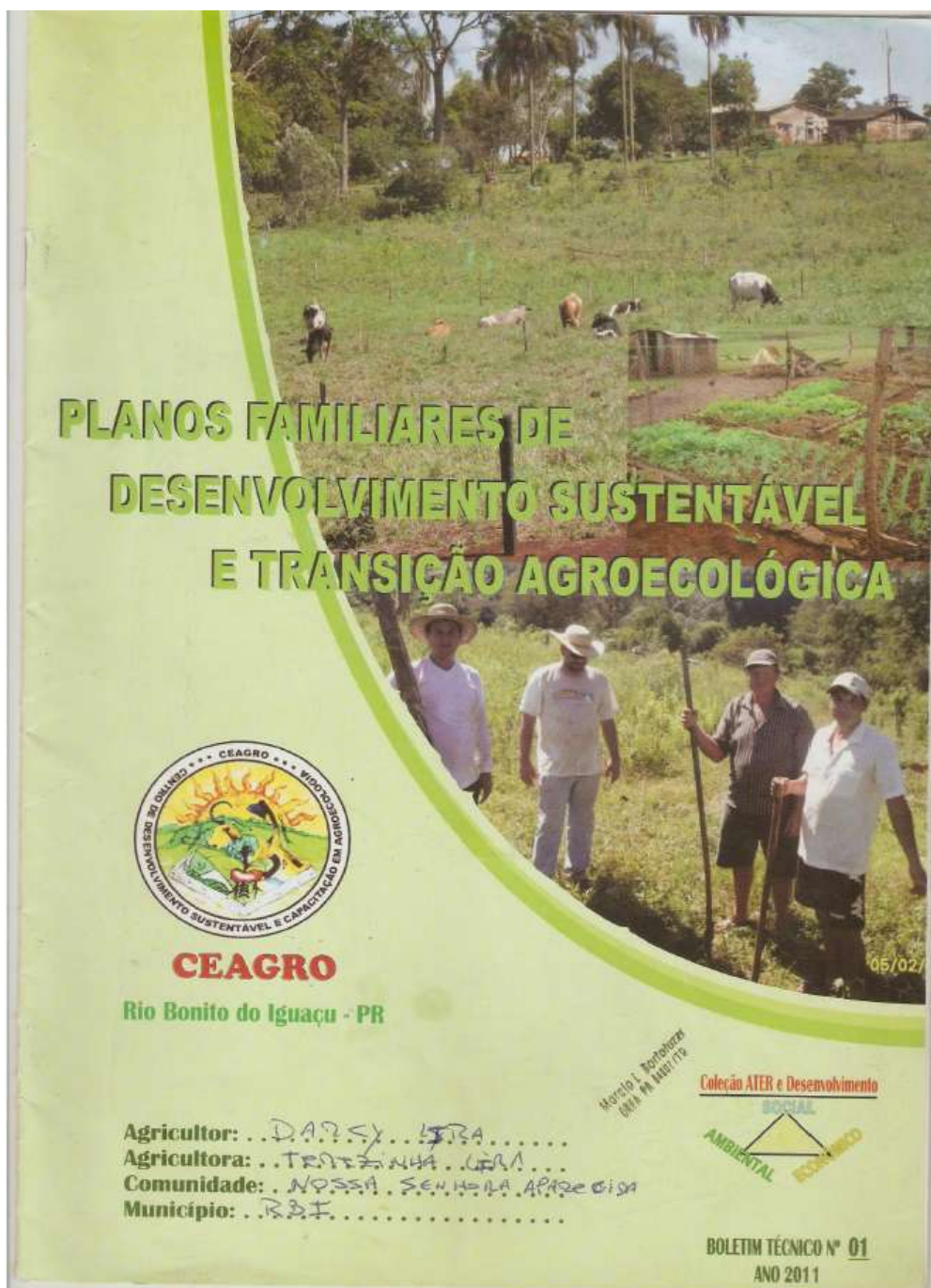
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFI	Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPERIGUAÇU	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária
CRESOL BASER	Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação solidária
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de aptidão para agricultura familiar
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETRAFESC	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCP	Movimentos de Cultura Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MEB	Movimento de educação de base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Estado do Paraná
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA/FASE	Projeto de Tecnologias Alternativas/Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SISCLAF	Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária
SISCOOPAFI	Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integradas
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

ANEXOS

ANEXO 01

Plano Familiar de Transição Agroecológica



	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA CNPJ 02.193.823/0001-05 Fone: (042) 36354329 Rua sete de Setembro n.º 2885, CEP: 85301-070, Laranjeiras do Sul - PR Lote 1, vigência: 2012 a 2013	

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
Unidade de Produção Familiar (UPF)

Cód.:1042201

Projeto de Assentamento: Ireno Alves dos Santos

Município: Rio Bonito do Iguaçu

Nome do Agricultor:

Cód. SIPRA: PRO 13400002388

N.º Lote: 57

Comunidade: Nossa Senhora Aparecida

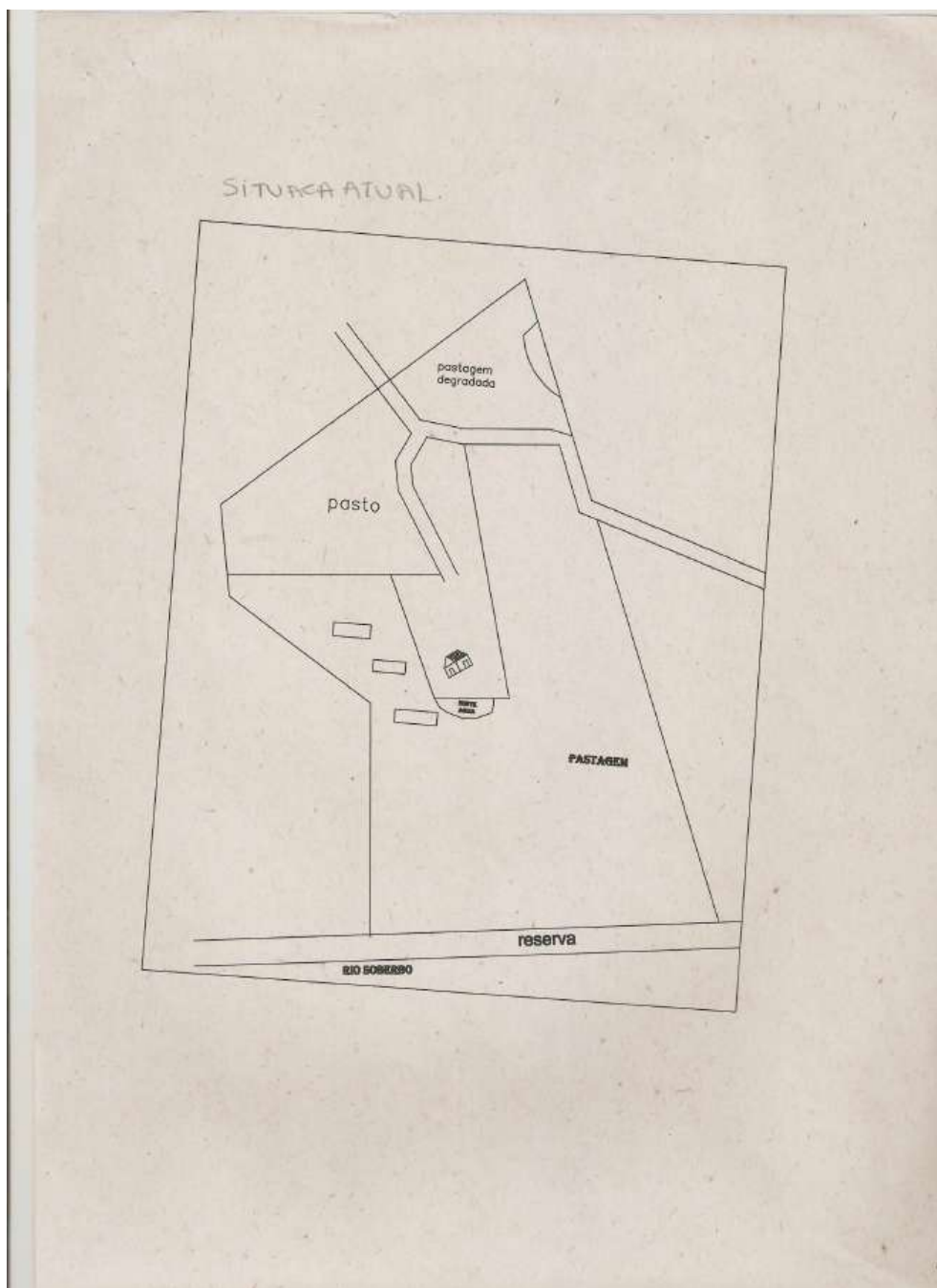
Técnico responsável: Silvia Dias e Regiane

Nome dos integrantes da Família presentes no momento da visita: Darci e Terezinha

1. Desenho/ croqui da condição atual da unidade de produção

Nesta página, cada família desenha a unidade de produção na sua condição atual.





2. Desenho/croqui da condição futura desejada

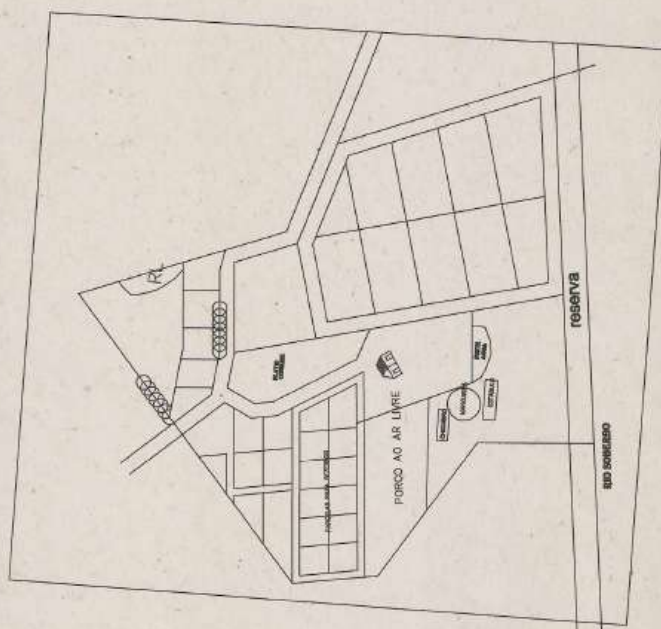
2



Nesta página desenhar a condição de futuro desejada dentro do processo de transição agroecológica, destacando as mudanças desejadas.



SITUAÇÃO DESEJADA:



3. Visão dinâmica do sistema de produção da unidade de produção em estudo

Condição atual

→ **ENTRADAS**

ENTRADAS

H. M. R. A. B. → 500 kg 12 = 720,00
 M. O. U. T. → 500 kg 12 = 600,00
 S. E. N. T. E. N. S. I. A. T. A. → 300,00
 D. O. N. T. A. M. E. N. C. I. A. → 2400,00
 F. A. M. I. L. I. A. → 600,00
 C. O. M. B. U. S. T. I. V. E. L. → 600,00
 L. U. Z. → 720,00

6000,00
 + 720,00 (L. U. Z. M. A. G.)
 6720,00
 6000,00 C. O. S. T. O

Gasto total anual com as entradas
 R\$ 12.720,00

PERDAS
 Frutas - 500
 P. L. O. C. O. M. M. U. N. I. D. A. D. E.
 H. E. N. T. E. L. I. C. I. A. - P. L. O. C. O. M. M. U. N. I. D. A. D. E.

Estimativa do valor das perdas
 R\$

Há áreas arrendadas para terceiros? Tamanho da área: Alhe tipo de cultivo:



SAÍDAS

Leite → 200 kg 12
 12960,00
 300 → 9000,00

Valor total anual recebido com as vendas
 R\$ 21.960,00

Resultado:
 Valor recebido - gasto com as entradas
 R\$ 9.180,00

4. Visão dinâmica do sistema de produção da unidade de produção em estudo

Condição desejada

Exemplo de dinâmica da condição desejada de um sistema de produção (representação simplificada da situação anterior)



ENTRADAS

Campanha - 287,00
 Mão de obra - 667,00
 Mão de obra - 300,00
 Mão de obra - 240,00
 Mão de obra - 160,00
 Mão de obra - 600,00
 Mão de obra - 700,00
 Mão de obra - 220,00
 Mão de obra - 600,00
 Mão de obra - 600,00

Gasto total anual com as entradas
 R\$ 12.320,00

PERDAS

Estimativa do valor das perdas
 R\$

SAÍDAS

Leite - 19.200,00
 Bois - 9.000,00

Valor total anual recebido com as vendas
 R\$ 28.200,00

Resultado: Valor recebido - gasto com as entradas
 R\$ 15.200,00

Sobre a área arrendada:

5. Planejamento operacional

O desenho e a dinâmica do sistema de produção já traduzem as principais mudanças que precisam ser agora planejadas para execução.

Mas há dimensões importantes nos sistemas de produção e na vida da família que talvez não apareçam fisicamente no desenho, mas que também necessitam de planejamento.

O esquema abaixo traduz os principais pilares a serem considerados na construção do desenvolvimento sustentável.

Essas dimensões valem para o desenvolvimento no planeta terra, nos países, regiões, territórios, municípios, comunidades e também nas unidades

familiares de produção.

- A dimensão social relaciona-se especialmente com aspectos como sociedade, comunidade, família, geração, gênero, educação e cultura, lazer, e outros.
- A dimensão econômica visa a garantia da qualidade de vida e reprodução futura do sistema de produção.
- A dimensão ambiental é a garantia da conservação e continuidade da fertilidade e funcionalidade do sistema e relaciona-se também conservação das águas, solos e clima, etc.



Sobre as tabelas para o planejamento operacional: (próximas páginas)

Os aspectos levantados nas tabelas operacionais a seguir contemplam os objetivos e prioridades do projeto, mas devem ser ajustados com a realidade local.

O planejamento operacional pode ser feito aos poucos, de acordo com as

prioridades e/ou necessidades.

Sempre definir prioridades para não se perder em meio a muitas ações.

É importante ficarem bem definidas e encaminhadas as responsabilidades e tarefas dos agentes de ATER.

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA		
ECONÔMICA				
<u>Principais fontes de renda</u>				
Renda mensal - Leite	Produção leiteira para refrigerado (17 litros) Hoje 4 litros - Rebanho oferecido ↳ Zebuina	↑ produção leite para (1740 litros) ↑ rebanho leiteiro / aglomeração ↳ gêmeas 1600 litros (mês) 12 anos (mês) de um plantação de refrigerado para		
Rendas sazonais - milho - feijão - soja - mandioca - frutas				
Renda longo prazo - madeira - agrofloresta - sistema silvo pastoril -				
Auto consumo • Horta - pomar • Pequenas criações galinhas, suínos, etc • Pequenos cultivos mandioca, batata, etc. • Agrofloresta • Sementes • Outras				
Outras • PAA • PNAE - alim. escolar • Feiras • Outros ...				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS		
	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente		
	Produção leiteira para refrigerado número de litros para produção	Visão técnica ↑ produção de leite e aumento da 14 produções	atual Há 10	Orientar para o PNV Orientar sobre os métodos e meios Fazer o manejo do rebanho junto ao agricultor e implantar e orientar no controle sanitário do rebanho para a produção de leite
	↑ produção de leite para refrigerado número de litros para produção	acompanhar o ↑ produção de leite e aumento da 14 produções	2013	
	SAVIA - ODE ANIMAL	SAVIA - ODE / HORTICULTURA e produção técnica	2013	
	SAVIA - ODE SAVIA	Revisão e atualização do rebanho bovino	janeiro	
	14 plantações de pastagem	visão técnica acompanhar as produções de leite e 14 produções (avulsas)	produção de leite	Orientar sobre manejo

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA
SOCIAL <u>Gênero</u> • Espaço e papel • Organização <u>Geração</u> • Espaço, oportunidades para os jovens <u>Organização</u> • Comunidade • Grupos <u>Qualidade de vida</u> educação - saúde - lazer; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...	Grupo Rede - Hóspedes (tudo) Remuneros / Atividades Intercambio rede epidemiológico em curso	Generalização do grupo. Quando FAZER inúmeras janeiro Papel do(a) Agente promover essas atividades, a partir de todo o experiência 11

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA
AMBIENTAL Solos • Adução verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade Água • Proteção de fontes, • controle de efluentes/ dejetos • Outros Adequação ambiental legal • Áreas de preservação permanente Saneamento • Esgoto doméstico	- Fonte protegida - Aproveitamento do lixo orgânico - Aproveitamento de águas e resíduos do lixo orgânico O QUE FAZER Atividade sobre educação ambiental. Solicitar que a família passe a ser sustentável na área ambiental, já que quem lava roupa recorre a centenas de litros de água. COMO, QUANTO, METAS Plata coletiva QUANDO FAZER 7 a 13 Papel do(a) Agente Organizar as atividades e discutir temas como APP, Reserva Legal, Legislação ambiental e orgânicos (leis dos municípios expõem	Atuar e gerar mudança Continuar com o uso adequado do lixo orgânico e dando o devido destino a este. - Continuar usando as práticas e atitudes e a rotina do dia a dia.

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA PRODUÇÃO DE LEITE Animais/ plantel - Quantidade de vacas - Qualidade das vacas - Reposição animais - Outros	Ter vacas em fase de lactação / Fito terapia 40 litros leite / Fito terapia CADASTRO BANQUEIRA	P&V Fluoreto CRISTAL FARMACIA BIOFARM
Alimentação - Pasto - qualidade e manejo - Pasto para inverno - Alimentação complementar - Suplementos - Outros	Alimento para (plantel) Divisão de Sobrinheiro Planejamento	
Manejo - Parasitas - Doenças - Água - Outros	Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia	Novembro/12 Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia
Outros	Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia	Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia Controle de fito terapia

6. Considerações gerais

Este plano deve ser revisado e ajustado anualmente ou sempre que necessário.

Nesta revisão é importante considerar os seguintes aspectos:

1 Redimensionar as metas não alcançadas, e entender e justificar porque as

mesmas não foram realizadas.

2 Avaliar os objetivos ultrapassados e estabelecer novas metas para os mesmos;

3 Trocar experiências com as demais famílias em processo de transição agroecológica.

Para refletir:

O que é qualidade de vida?

Adaptado de Olavo Bilac por Valdemar Arel

Um dia um agricultor cansado de tanto trabalhar, enfrentando secas e chuvas, pagando cada vez mais caro os insumos, necessitando de quantidades cada vez maiores de insumos para produzir a mesma coisa, vendo a terra se acabar, tomou uma decisão: vender o sítio e ir para cidade.

Este agricultor não participava das organizações da agricultura familiar, e não tinha idéia que era possível construir novas possibilidades para o campo, como a conversão para agroecologia.

Portanto, foi para cidade e contratou um jornalista para anunciar o negócio. Assim o jornalista veio ver o sítio e anunciou em um jornal: "Eis a possibilidade que você precisava para viver bem e ser feliz - um lugar fantástico, onde tem água pura para beber, açude para pescar, muita natureza onde na aurora da manhã os pássaros lhe fazem serenata. Neste lugar você não terá mais patrão e não fica dependente do supermercado para comer, terá um alimento fresco, puro e sem contaminação. Podemos ainda falar em sossego e tranquilidade, onde você e a natureza se tornam uma coisa só e você redescobre a vida... Uma propriedade organizada, e com boa estrutura de produção. É um excelente negócio - o proprietário aceita troca por casa na cidade e carro usado..."

Passados alguns anos o jornalista encontrou novamente o agricultor na rua e perguntou:

- "E aí, conseguiu vender o sítio?"

O agricultor muito tranquilo respondeu:

- "Não vendi! Depois que eu li o anúncio, descobri que eu possuía um paraíso e decidi que jamais pensaria em cometer tal erro. Além disso, descobri que da forma que estava produzindo realmente não dava mais - hoje estou participando das organizações, sou agroecológico - minhas terras melhoraram, as multinacionais não me exploram mais e estou mais feliz..."

EXPEDIENTE

CHAMADA PÚBLICA DE ATER SR09/PR Nº 01/2011 - Contrato: CRT nº 49.000/11

Execução e Coordenação: Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO

Apoio: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ INCRA

Coordenação operacional: Ciliana Federici - Agentes de ATER: Ciliana Federici, Ademir Junkerleuberborn, Dirlene de Camargo Siveira, Cleomar de Witt, Marcelo Antunes de Souza, Márcio Luciano Bortoluzzi, Cleide Harumi Nishimura, Carolina Peroni de Jesus, Cleusa Maria de Souza, Leonardo Pereira Xavier, Vander Batista Alves.

.... Parceiros: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos (CACIA) - Mundukide - Núcleo Regional de Agroecologia Rede Ecovida -

Endereço: Ceagro - Rua Sete de Setembro, nº 2885 - Centro - Laranjeiras do Sul - Cep 85.301-070 fone: (42 - 3635 5853)

ceagromst@hotmail.com

Este caderno e a proposta metodológica que o envolve resultam de acúmulos históricos construídos na educação popular pelos Movimentos Sociais e Ong's. Antecede-se uma importante sistematização realizada pelo Cepis e Cepagri em 1996 com o título «Formação Básica Multiplicadora». Processo esse retomado pela Cooperação no esforço de construção de uma metodologia popular de ATER. A metodologia, os conteúdos e instrumentos foram coletivamente qualificados e re-sistematizados em várias iniciativas anteriores como também neste processo e projeto em andamento.

Elaboração/ sistematização: Valdemar Arel -

Rio Bonito do Iguaçu, setembro de 2011.

ANEXO 02

Plano de Ações para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Rural

**PLANO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS
PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



**COMUNIDADE DE
RIO VITORIA**

**MUNICÍPIO
ENEAS MARQUES-
MAIO 2008**



CONVÊNIO CRESOL BASE SUDOESTE
MDA/CAIXA Nº 0200043-32/2006

PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE JUNTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Plano Comunitário Eneas Marques/ PR 2008

Coordenação Do Projeto:

Grupo Gestor De Ater Das Entidades Da Agricultura Familiar
Sudoeste - Paraná

coordenador geral do projeto de ATER: Olivo Dambros

Coordenador Ater Do Fórum Marrecas: Lindomar Schimitz

Agente Local De Ater: Simone Frizon

Eneas Marques - Maio de 2008.

I - Apresentação do Projeto

O "Projeto de acompanhamento técnico e extensão rural cooperativado" desenvolve ações diretas para 1.500 famílias de agricultores (as) do Sudoeste do Estado do Paraná, com ênfase em comunidades rurais empobrecidas em 30, dos 42 municípios do Território Sudoeste, priorizando aqueles que possuem pelo menos uma cooperativa da Agricultura Familiar em atividade.

A estratégia de focar a ação em comunidades rurais encontra suporte na forma de organização original da população rural do Sudoeste do Paraná que guarda estas características desde a ocupação pelos imigrantes vindos do sul (seja pela orientação da Igreja, ou pela aproximação das famílias e seus parentes), e se organiza em comunidades. É verdade que não existe um limite rigorosamente definido entre uma comunidade e outra, mas há um sentido de pertencimento das famílias e por isso há uma caracterização específica de organização dos agricultores em comunidades rurais.

O suporte técnico operacional para desenvolver as ações deste projeto de ATER em REDE é composto por equipes de ATER microrregionais. Cada microrregião tem pelo menos uma equipe de ATER formada por agentes locais (técnicos de nível médio com formação agroecológica, egressos de Casas familiares Rurais e/ou agricultores com notório saber), técnicos de apoio (profissionais de nível superior das ciências agrárias e/ou afins) e coordenadores de equipe.

Através da construção dos Planos de Desenvolvimento Comunitários percebemos melhoria da auto-estima coletiva, maior interesse de participação nas organizações e acesso às políticas públicas locais. Associados aos encontros comunitários estão sendo desenvolvidas ações nas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF) e grupos afins, orientadas a partir dos Planos de Reconversão Ecológica das Unidades Produtivas Familiares.

Outra ação estratégica do Projeto se desenvolve através dos Planos Municipais de ATER em fase de elaboração e implementação em quatro municípios da Região Sudoeste (Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Renascença e Ampére). Estes Planos visam integrar as ações públicas de ATER (governamentais e não governamentais) para minimizar custos e aperfeiçoar as ações. Pretende-se que a realização destes Planos Municipais sirva de motivação e referência aos demais municípios.

Todas as atividades desenvolvidas são monitoradas, avaliadas e publicadas no final da execução do projeto.

Este Plano comunitário foi construído para auxiliar na construção, organização e encaminhamento das propostas comunitárias de desenvolvimento sustentável. Deve adequar-se a realidade de cada local e servir como ferramenta para mobilização de cada comunidade no acesso as políticas públicas e no fortalecimento das organizações da agricultura familiar.

O grande desafio assumido é de construção de propostas de desenvolvimento economicamente mais viáveis, socialmente mais justas culturalmente adaptadas e ambientalmente sustentáveis:

- Diferenciadas no conteúdo, tendo como base a agroecologia, superando a lógica do pacote pronto que vem de fora.
- Diferenciadas na metodologia, porque se desafia a superar a lógica do técnico repassador, criando a lógica da construção coletiva, colocando os (as) agricultores e agricultoras como sujeitos principais do processo.

Esta é uma publicação conjunta de varias organizações cooperativadas do Sudoeste do Paraná (COOPAFI, CRESOL – BASER, BASE SUDOESTE, CRESOL BASE FRONTEIRA, SISCLAF e COOPERIGUAÇU.engajadas na busca de novas perspectivas para a agricultura familiar.

A Coordenação.

II - Apresentação da Comunidade

O projeto de ATER em Enéas Marques iniciou em julho de 2007 através de um debate puxado pelas entidades da agricultura familiar do município que são a Cresol e o STR e conta com apoio da prefeitura municipal em ações para implementação do projeto, as comunidades escolhidas foram: Rio vitória, Km 32, Km 29, isso devido as comunidades serem próximas e as mesmas fazem parte de um micro sistema denominado micro bacia Rio Vitória.

A comunidade de Rio Vitória possui atualmente 95 sócios, participam do grupo 30 famílias, sendo 21 do Rio Vitória famílias, o local possui topografia medianamente acidentada, a base da economia é a produção de leite, a comunidade conta com associações de: micro sistema de abastecimento de água, duas associações de produtores de leite, associação de moradores, associação de bocha.

A comunidade do km 32 faz parte da comunidade do Rio vitória e são nove as famílias que participam do grupo que participam do projeto.

Para esta comunidade projeto tem como base a metodologia participativa, onde a comunidade participa assumindo papel de ator principal no processo de transformação da realidade, sendo o agente local apenas motivador de processo para isso é utilizado alguns instrumentos para o levantamento da problemática e apontamento de soluções para este grupo e que seguem uma seqüência:

- i. Resgate histórico da comunidade
- ii. Diagnostico rural participativo (identificação da problemática, avanços e aspirações da comunidade)
- iii. Debate e definição de estratégias de ação para a comunidade
- iv. Planejamento operacional
- v. Encaminhamento das demandas/ execução do projeto comunitário.

Alem do instrumento metodológico teórico enunciado a cima foram conciliadas outras ações de caráter mais pratico, sob forma de intercâmbios, construção de unidades



constituição da igreja
foto cedida pela família Rholing

de estudo e conversas com outras entidades e com o próprio poder publico com o objetivo de estar conseguindo implementar as ações que a comunidade apontou como estratégicas para o desenvolvimento local e sustentável.

Abaixo destacamos a história da comunidade do Rio Vitória narrada por algumas pessoas da comunidade.

Famílias Que Fazem Parte do Grupo De ATER Da comunidade de Rio Vito´ria

Florentina Einsing Lembeck Zanoni. Juvelino Zanoni. Joelcir Zanoni	Osni Seferino Bento Gervi S. Bento Andolina B Bento
Otilia Seferino Bento. Joselino Einsing Lembeck. Tiago Bento Lembeck	José Seferino Bento Alizette Dal-Bello Bento Mônica S. Bento Evandro S. Bento
Marino Antonio Frizon. Helena Teresinha Frizon Simone frizon Adriane Frizon Delmar M. Lima Andrei F. Migliorini	Rafael Lembeck Edrielle Becker Tarcisio Lembeck Lurdes Z Lembeck Luan V Lembeck
Claudino Santo Frizon Lurdes Jung Frizon Fabiane Frizon Gilvano Soares	Ivo Numberg Madalena Meurer Nurmberg Dulce Nuernberg
Inês Nurnberg Meurer Gregório Meurer Edilson Meurer	João Hernenegildo Padilha Valdir Seferino Bento Elibia M Bento
José Meurer Maria Nuernberg Meurer Crisriano Meur Juliano Meurer Adriano Meurer	Eloir Dall-Bello Neida Schilickmann Dall-Bello Atilio Dall-Belo Elida R Dall-Belo Ediandro Dall-Belo Edivan Dall-Belo Edina Dall-Belo
Adair Soares da Silva Olga Seferino da Silva	
Sibel Ferreira Marques Darci Ferreira de Andrades	
Francisco Felisberto Lidia Lobave Felisberto Alcemir A. Felisberto	
José Suchenski Sirlei Soares Suchenski Eder Suchenski Diego Suchenski Ana.C Suchenski Edvan Suchenski	
Claudinei Bonin Soeli Farias Rodrigo Bonin Lucas Bonin	
Valdir Schilickmann Rose Marli Padilha Schilickmann	
José Soares Roseli Padilha Soares Marco A. Soares Débora Soares	

III - Resgate Histórico

Os primeiros moradores desta comunidade foram: Campolin, Américo da Silva, Damásio, Marsal, João da Silva, Chico Cunha, Lifoncio Bicudo, Pedro Damásio, Josina, Alfredo Coni, Antonio Alziria, Antoninho Machado, Antonio Silva, Quintiliano Soares da Silva, Bergoncio, Procópio, Schilink.

Quando os imigrantes chegaram neste local havia alguns moradores denominados caboclos, ao perceber a chegada das demais famílias escondiam-se no mato. Os primeiros imigrantes vieram de: Santa Catarina municípios de Serra Baixa, Olhens, Serra Furada, Rio Grande do Sul.

A mudança era trazida de caminhão onde havia estradas e após de carroça e então quando não era mais possível seguir levavam- a de cargueiro, ou então braçalmente.

As casas eram construídas de tábua lascada e falquejadas, não havia água encanada, retirava-se de poços ou então



SAFRA DE PORCOS
FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA BVEJAMIM HENZ

utilizava -se água do rio, para limpeza da casa as escovas eram de aguano (esponja do mato), e para limpeza das panelas usava- se cinza.

As famílias eram numerosas, precisavam plantar para subsistência da família então começaram derrubar as árvores com machado, serrotes, utilizando algumas para construção e as demais eram enleiradas deixando apodrecer plantavam manualmente ou com matraca, limpando com enxada, foice. As sementes para o plantio eram do próprio sítio ou trocavam com os vizinhos pois o mercado era a base de troca.

Plantavam; milho para fazer farinha, e para tratar os animais, arroz o qual era socado no pilão e posteriormente aventado com peneira, batata e mandioca para alimentação própria e para alimentação dos suínos (era cozida), eram alimentados também com pasto, soltos ou em mangueiras, quando gordos trocava- se por terra ou por outras mercadorias.



PRIMEIRA COMUNHÃO
FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA DA SRA. ALVES ROLING

A cana de açúcar era para alimentação animal e para o consumo humano, faziam açúcar, melado era feito nos engenhos movidos com bois ou cavalo.

A iluminação inicialmente era com lampião a gás, somente mais tarde chegou a luz elétrica.

A primeira igreja tinha como padroeiro Sagrado Coração de Jesus, media aproximadamente 30m² feita de tábuas lascadas e chão batido, e situava-se ao lado do cemitério onde atualmente é o terreno do Sr. José Soares no lado oposto onde atualmente está o Capitel a São Roque, e passado algum tempo mudaram - a para o outro lado da estrada a igreja e o cemitério devido a grande umidade existente naquele local sendo então de aproximadamente 96m² de madeira, pintada de azul. Para limpeza da igreja utilizavam água do rio colocando em tonéis amarrados em vara levada por duas pessoas, com muita dificuldade, pois o rio situava-se longe da igreja.

O padre era chamado de José Bosma vinha até a comunidade uma vez por mês do distrito Jaracatiá (nome dado devido grande quantidade desta espécie de mamoeiro), atual Enéas Marques vinha a cavalo, pernoitava nas casas e então rezava missa no outro dia e partia.



times de futebol
foto cedida pela
família Rholing



Escola da comunidade inauguração da escola em 1955
foto cedida pela família do Sr. Cláudio Pires

Passando-se aproximadamente 8 anos a comunidade cresceu devido o número de famílias que migraram surgiu a necessidade de se fazer outra igreja situada mais ao centro da comunidade pois neste local havia fácil acesso das pessoas e disponibilidade de água, é neste local que se encontra ainda hoje.

Mudando então a padroeira que passou a ser Santa Rita de Cássia, doada pelo Sr. Lacerda, foi construída de madeira, mais ou menos nessa época iniciou a construção da primeira escola: João Batista de Lasale Construída no atual terreno do Sr. Claudino S. Frizon, construída com madeira vinda de Francisco Beltrão doada por Lorenzetti, o primeiro professor foi: Felix Padilia. Passado algum tempo mudaram para perto da igreja no centro da comunidade

Após algum tempo fundaram o capitel São Roque, pois situava-se mais próximo de algumas casas, facilitando os momentos de oração ficava na atual propriedade do Sr Claudino S. Frizon, passado algum tempo mudaram - o para o atual propriedade do Sr, Luiz Dal-Bello ali ficou mais algum tempo e mudaram-o para a atual propriedade do Sr. José Soares. As pessoas que por este lugar passavam paravam para fazer suas orações e deixar suas ofertas.

A comunidade foi crescendo em meados de 1970 a 1980 os jovens reuniam-se para se divertir com matinés e na comunidade tinha 5 times de futebol devido a grande quantidade de jovens.

Plantava-se milho, feijão, mandioca, batata, trigo e faziam também grandes safras de suínos cuja comercialização era feito a base de troca, mesmo quando acontecia os períodos de estiagem os rios não secavam, pois havia grande quantidade de matéria orgânica no solo e preservação da mata ao redor dos rios pois as árvores que eram derrubadas em enleiradas e apodreciam tornando-se matéria orgânica.

Passado algum tempo as crianças começaram a estudar na cidade de Enéas Marques começaram a incentivar as crianças para morar na cidade pois o campo era tido como atraso, com isso as pessoas começaram mudar - se para as cidade, muitos foram para Joinville, Brusque, Blumenau, famílias mudaram-se para Nova Vitória a qual originou-se o nome devido as famílias serem da comunidade do Rio Vitória.

Começou um grande desequilíbrio biológico, infestação de plantas invasoras, insetos, doenças, a produção começou a cair, plantava-se, mas nem sempre colhia-se. E aproximadamente na década de 87 começaram a utilização de agrotóxicos onde no início houve grande resistência por parte dos agricultores, mas após aderiram a essa prática.

Atualmente o número de famílias e de pessoas na comunidade diminuiu, a principal atividade agrícola é pecuária leiteira, as famílias em geral tem boas condições de moradia: luz elétrica em todas as propriedades, água encanada e telefone, (Não abrange toda a comunidade) e fácil acesso ao transporte para cidade, etc.



FOTO: GRUPO DE JOVENS DA COMUNIDADE
FOTO SEBIDA PELA FAMILIA DA SRA. OTILIA S. BENTO



FATOS MARCANTEs DA VIDA DA COMUNIDADE DESDE A DÉCADA DE 60 ATÉ OS DIAS ATUAIS:

... Até dec 60	Déc de 70 a 80	Dec de 90 a 2007
• Imigrantes de: Santa Catarina e Rio Grande. • Vieram de caminhão até onde havia estradas. • Bastante mata. • Desmatamento. • Rios com bastante água limpa. • Plantio somente para o auto consumo. • Enxurrada. • Queimada.	• Destoca. • Leiras de madeira que eram queimadas. • Arrancavam tocos com enxadas. • Estiagem. • Bastante pessoas na comunidade (cinco times de futebol). • Início da migração. • Bastante mão de obra. • Em 87 uso de herbicidas e fungicidas.	• Diminuição de pessoas na comunidade. • Colégio para as cidades. • Incentivo das escolas para os jovens irem para a cidade. • O agricultor tido como atrasado. • Jovens não querem mais ficar no interior (na cidade a vida é mais fácil). • Vendedores de batatinha, cebola, frutas. (Nas casas.)



IV- DRP

Levantamento das Demandas

1) ASPECTOS AMBIENTAIS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
• Proteção de fonte • Plantio de arvores como: eucalipto. • Aumento das matas na comunidade que a 20 anos à trás. • Conscientização em preservar o meio ambiente. • Plantiu de arvores nativas.	• Grande uso de agrotóxicos. • Pouca preservação ambiental. • Falta de proteção nas nascentes. • Se deixar crescer e mata não pode – se derrubar.	• Proteção de fontes. • Recuperação da água potável. • Recuperação da mata nativa.

2) ASPECTOS SOCIAIS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
• Patrulha agrícola. • Cancha de bocha. • Campo de futebol. • Salão da comunidade, (melhoria). • Igreja construída pela comunidade. • Churrasqueira na comunidade. • Água canalizada.	• Falta de participação na comunidade, desunião. • Pouca disponibilidade para ajudar nos trabalhos da comunidade. • Sistema de abastecimento de água não abrange toda a comunidade.	• Água encanada para todos. • Mais interesse e participação dos jovens nos espaços que a eles pertence.



3) ASPECTOS ECONOMICOS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
• Boas condições de moradia. • Dinheiro: essencial para viver. • Associação de leite. • Associação de moradores. • Associação do micro sistema de abastecimento de água. •	• Alto custo de produção: sementes, adubo, agrotóxicos. • Baixo preço para venda dos produtos: leite, milho, carne, feijão, etc. • Falta de recursos, financeiros. • Dificil comercialização dos produtos devido a inspeção sanitária. • Pequena margem de lucro nas lavouras. • Muita burocracia para fazer financiamento. • Não há estabilidade no preço do leite.	• Recursos para recuperação das terras. • Ter sobra de dinheiro. • Não depender de financiamento. • Garantia de fonte de renda. • Produção de sementes. • Melhoria em geral.

4) ASPECTOS LIGADOS A POLITICAS PUBLICAS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
• Candidatura única. • Bolsa família. • Bolsa escola. • Atendimento, posto de saúde 24 horas. • Estradas em boas condições até nas propriedades. • Melhoria no transporte escolar. • Comunidade em ação (dia de lazer entre as comunidades). • Inseminação artificial em bovinos.	• Pouco investimento nos portos de exportação e em transporte de grãos. • Lenta construção do hospital municipal. • Alto valor dos insumos. • Atendimento de maquinários lento e priorizando sempre os grandes produtores.	• Melhoria das estradas com asfalto. • Política econômica igualitária. • Mais eficiência na produção leiteira.



V- EIXOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO

Depois de vários debates que aconteceram na comunidade ficaram foram priorizados três eixos principais de ação o primeiro diz respeito a questões ambientais, o segundo sobre políticas públicas e o terceiro se refere a questão econômica, como mostra a sequência com as ações estratégicas dentro de cada eixo:

Eixo 1: Ambiental.

- Preservação do meio ambiente
- Recuperação das áreas de preservação legal e permanente
- Proteção das fontes

Eixo 3: Econômico e organizativo.

- Produção de semente.
- Composto.
- Debate: sistema de produção leite.
- Dejetos de suínos e de bovinos.
- Urina de vaca.
- Caldas.
- Adubação de aviário, foleto.
- Adubação verde.

Pelas dificuldades de se debater o eixo políticas públicas optou-se por priorizar o eixo econômico e ambiental.



VI- PLANO OPERACIONAL DE EXECUÇÃO

EIXO I -ECONÔMICO / ORGANIZATIVO:

Estratégia	Ações.	Como/ Quando.	Quem	Quando.	Condições/ considerações
ORGANIZAÇÃO DE UNIDADES DE ESTUDO NA QUESTÃO DE FERTILIDADE DE PRODUÇÃO DE SEMENTES	Adubação verde	Verão:Feijão de porco, mucuna.	Marino Ivo	Nov/dez 07	
	Produção de semente.	Inverno:Aveia, azevém, nabo, etc.	Marino, Ivo, Osni José S Bento	Maio 08	Acompanhar.
	Composto	Plantio de milho de variedade	Marino Ivo	Nov/dez 07	
		Agente ver material teórico, didático e orientar a produção e o agricultor providenciar material para a produção	Valdir Schlikmann	Dez 07	Acompanhar.
	Adubação de aviário, foleto, Caldas.	Uso de urina de vaca na produção de milho	Ivo	Nov 07	Acompanhar
		Calda sulfocálcica, bordaleiza	Marino, Ivo, João, Gregório, Florentina	Fev/março 08	Acompanhar, Apolo do sindicato para fazer com grupo.
	Debate: sistema de produção leite.	Intercambio.	Rafael, Osni, José Bento, Valdir S Bento Maria	10/11/07.	Dar nome até dia 04/11/07.
	Dejetos de suínos e de bovinos.	Ver irrigação fazer avaliação da viabilidade com as famílias	Todos que tiverem interesse.	2008	
	Urina de vaca.	Uso de urina na produção de milho	Famílias:José Soares, Valdir Schlikmann	Out 07	acompanhar



VII- ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PLANO

A coordenação do plano comunitário de desenvolvimento se dará da seguinte forma:

O sindicato se responsabiliza pelas proteções de fontes e pela demanda de habitação;

A prefeitura municipal entrará com apoio na área de saneamento básico e na distribuição de mudas de árvores nativas para repovoamento das áreas de preservação permanente e reserva legal;

A cresol se disponibiliza em avaliar as propostas de crédito investimento;

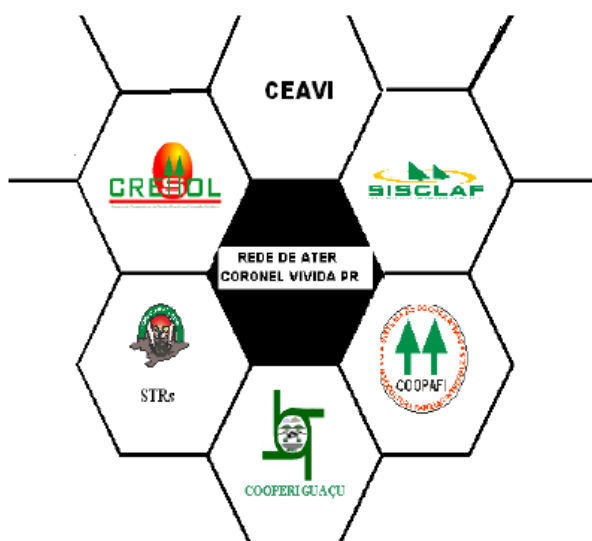
Na comunidade cada ação tem um responsável para execução como no mostrado no quadro do plano operacional de execução.



ANEXO 03

Plano Municipal de ATER – Coronel Vivida - PR

PLANO MUNICIPAL DE ATER AGROECOLÓGICA



Coronel Vivida – PR

Introdução

Este plano Plano Municipal de ATER Agroecológica resulta da sistematização de trabalho realizado pelas organizações da Agricultura Familiar do município de Coronel Vivida localizado no Sudoeste do Paraná, entre os anos de 2009 e 2010.

Participaram de sua elaboração efetiva as entidades que fazem parte do fórum local das entidades do município (Cresol, Coopafi, Cooperiguaçu, Coooperpinhais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Claf, Associação da casa familiar Rural e central das Associações de Agricultores(CEAVI), com despesas custeadas pelo projeto de Ater Cooperativada do Sudoeste e das próprias entidades. Vale ressaltar que em vários momentos houve a participação das entidades públicas de ATER local (Prefeitura e EMATER), com colaborações muito importantes.

A expectativa é de que este Plano de ATER, objeto de discussão do conjunto das entidades locais, expresse acúmulos dos diversos sujeitos que executam políticas públicas locais, na perspectiva da superação de diferenças e construção de iniciativas comuns e/ou conjuntas para o fortalecimento da agricultura familiar com foco no desenvolvimento local e sustentável.

O formato apresentado está composto por três distintas, mas complementares partes. Na "Primeira Parte" apresentam-se alguns elementos relativos aos **acordos sobre gestão, recursos e metodologia para EXECUTAR O PLANO municipal de ATER na prática: GESTÃO; RECURSOS; METODOLOGIAS**. Na "Segunda Parte" são descritos alguns dos componentes sobre o **"Diagnóstico, definição e execução das ações": DIAGNÓSTICO DA REALIDADE do município; ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES e OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES**. E, na "Terceira Parte" é apresentada uma proposta de MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS e RESULTADOS ESPERADOS

Com essas três partes descritas acima, conclui-se de que está encaminhado a tarefa inicial para que a partir desta, o poder público local chame as organizações que tem atuação direta como Agricultura familiar e comece a execução em nível de campo das ações estratégicas diagnosticadas neste município.

Espera-se que através deste Plano estimular a reflexão sobre processos já existentes na perspectiva de superar o imenso desafio de criar um saber metodológico e organizacional, capaz de promover o protagonismo dos agricultores familiares, de emprestar um caráter cada vez mais endógeno ao processo de desenvolvimento, bem como integrar as diversas organizações que executam ações de ATER pública em nível local.

RESUMO DO PLANO MUNICIPAL DE ATER

Nome do Plano	PLANO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E EXTENSÃO RURAL (ATER) DE CORONEL VÍVIDA
Coordenação geral, (política)	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR
Gestão operacional	COMITÊ MUNICIPAL DE ATER
Parceiros	Banco do Brasil, MDA, Governo do Estado
<u>Recursos;</u> Gestão e Fontes	Humanos, logísticos, financeiros..
	Reativação do Fundo de Desenvolvimento Rural da Agricultura familiar OU SIMILAR.
	PRONAF, projetos DE ENTIDADES, PREFEITURA, outros...
Objetivo Geral	Desenvolver ações de ATER Grupal junto a 50 grupos de 5 A 7 FAMILIAS localizados em 50 comunidades rurais do município de Coronel Vívda.
Público beneficiário	Serão beneficiadas diretamente 250 famílias de agricultores familiares e indiretamente 500 famílias.
Espaço de Atuação	• Unidades familiares (250) • Grupos de famílias (50 grupos comunitários) • Nas famílias, grupos e comunidades rurais
Período	Duração de 03 anos, com possibilidade de renovação nos anos seguintes.
Destaque do Projeto	Realizar ações de ATER orientada pelos princípios da Agroecologia, planejadas junto as famílias, grupos, comunidades, entidades municipais da agricultura familiar, com foco no desenvolvimento local e sustentável
Equipe técnica	DE CAMPO; Agentes de ATER <i>de nível médio</i> ;
	COORDENAÇÃO da Equipe: <i>01 profissional de nível superior</i>
	<i>EQUIPE DE APOIO: Profissionais que já existem nos quadros técnicos e/ou contratação de serviços especializados.</i>

APRESENTAÇÃO

I - PRIMEIRA PARTE

**" Acordos sobre gestão, recursos e metodologia para EXECUTAR
O PLANO municipal de ATER "**

1. GESTÃO

2. RECURSOS

3. METODOLOGIAS

II - SEGUNDA PARTE

"Diagnóstico, definição e execução das ações"

1. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE do município

2. ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES para

3. OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

III - TERCEIRA PARTE

1. MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO

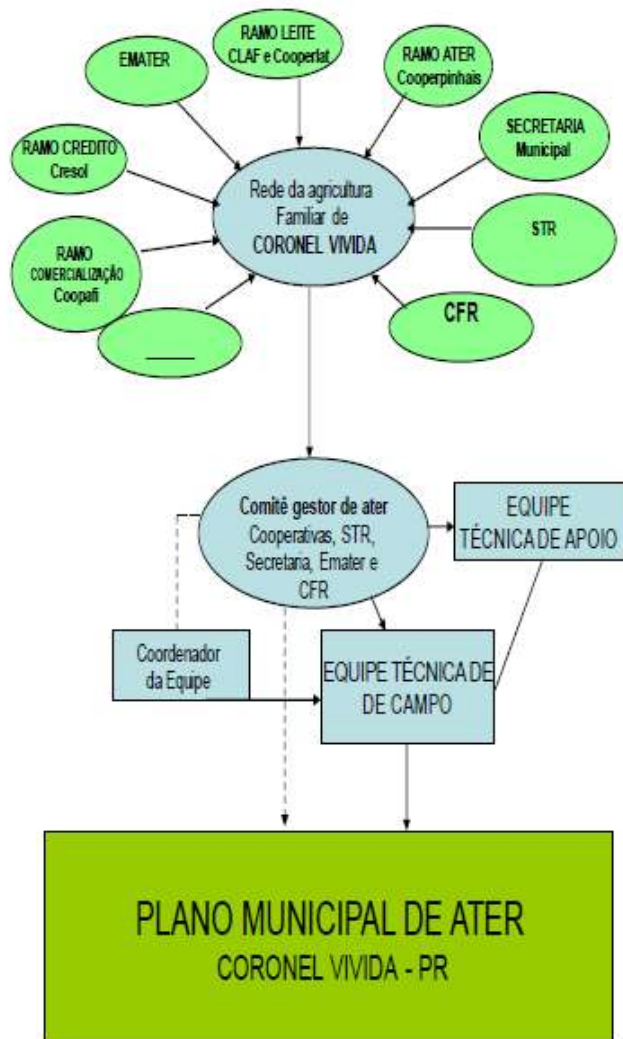
2. CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS

3. RESULTADOS ESPERADOS

OPERACIONALIZAÇÃO

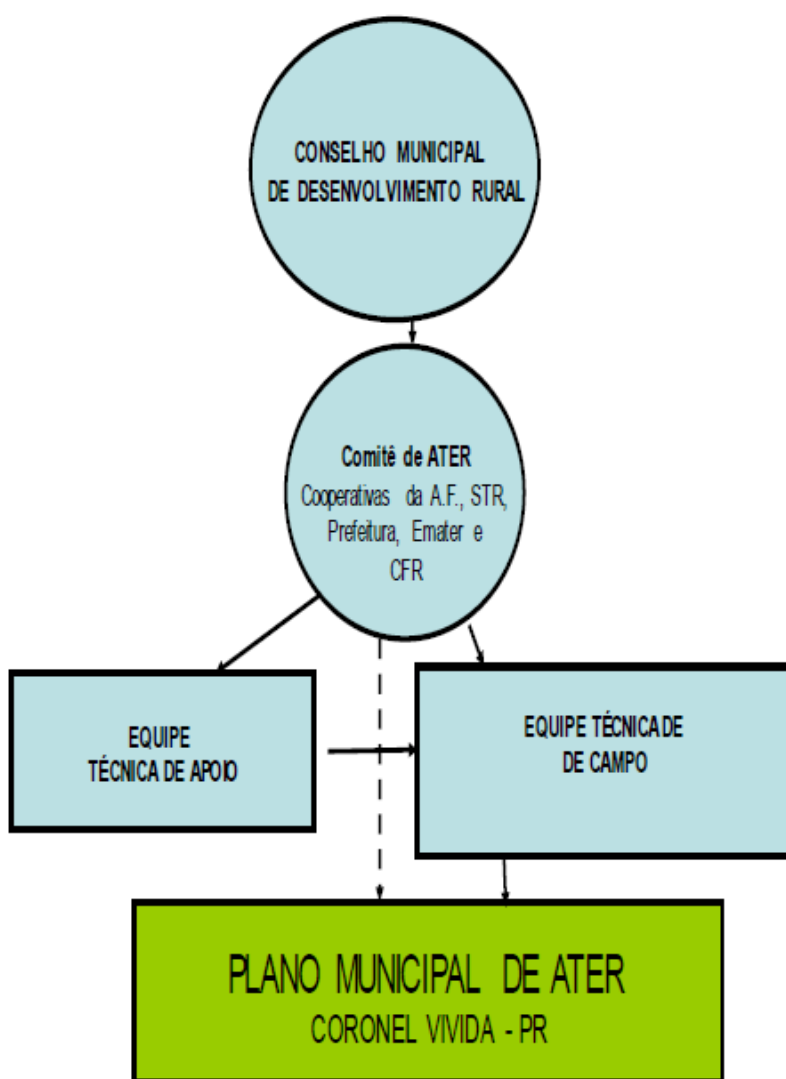
I - PRIMEIRA PARTE

1. Coordenação geral



ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E EXTENSÃO RURAL, ATRAVÉS DA REDE DE ENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CORONEL VÍVDA - PR

2. Gestão Operacional



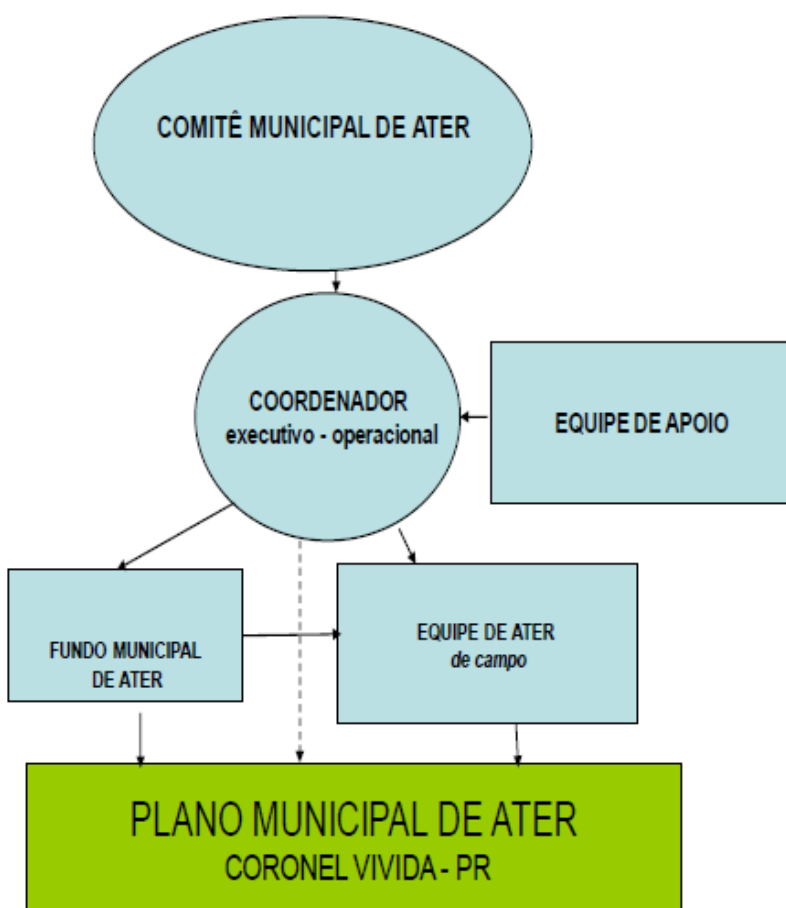
3. Recursos

a. Fonte dos recursos;

A previsão é de que os recursos sejam viabilizados pela prefeitura Municipal através de fontes próprias, emendas parlamentares, outras.

Outra fonte prevista é das próprias entidades da Agricultura familiar que atuam no município. Espera que estas participem com recursos provenientes de fontes, como; % do leite comercializado, % dos créditos de custeio e investimentos, projetos governamentais e outros.

b. Gestão dos recursos



b. Volume de recursos por ano e formas de aplicação

METAS	ATIVIDADES por ano	TOTAL
META 1 – Construir e executar 250 planos familiares e duzentos cursos ou intercâmbios comunitários	Visitas familiares (04 visitas /família e grupo = 1000 visitas) 2 visitas por dia = 500 dias Deslocamento técnico = 40 km por dia x r\$ 0,5= r\$ 20,00/dia x500 dias=10.000,00	85.000,00
	Cursos/intercâmbios 04 cursos por grupo ou comunidade. (200 cursos ou intercâmbios de campo) 02 dias técnicos por curso ou intercambio = 400 dias x 40 km x r\$0,50= 8.000,00	68.000,00
	Assessoria Assessoria técnica especializada (200 dias técnicos de nível superior)x r\$ 300,00/dia	60.000,00
	Sub total	185.000,00
META 2 - Capacitação da equipe de ATER	Capacitação Cursos de capacitação aos Agentes de ATER (06 cursos) Assessoria =R\$ 3.000,00 Materiais de apoio = R\$ 1200,00 6 cursos x 10 técnicos x dois dias = 120 diárias x 70,00a diária = R\$ 8.400,00 Divulgação e mobilização= R\$ 1.200,00	13.800,00
	Sub total	13.800,00
META 3 – Coordenação do Plano Municipal (acordos, encaminhamentos, monitoramento, avaliação e sistematização).	Seminários municipais (Um no início e outro no final) 04 dias de Assessoria=1.600,00 Materiais de apoio= R\$ 500,00 120 diárias = R\$ 4.800,00	6.900,00
	Reuniões do Comitê municipal de ATER 12 reuniões x 5 pessoas x 100 reais	6.000,00
	Reuniões do CMDR. 6 reuniões x 12 pessoas x 20,00 reais	1.440,00
	Encontros setoriais para estabelecer de acordos e procedimentos.	Contrapartida entidades
	Monitoramento, avaliação e sistematização.	12.000,00
	Sub total	26.340,00
Demanda técnica	Técnicos de nível médio; 900 dias por ano. (valor bruto do dia técnico = R\$ 150,00 Assessoria – 200 dias técnicos por ano. (valor bruto do dia técnico= R\$ 250,00	
Investimento por ano	Total	253.140,00

3. METODOLOGIA;

"Forma de definir e operacionalizar as ações"

Meta1. TRABALHO DE CAMPO (famílias, grupos e comunidades).

a) Construir e executar 250 planos de transição ecológica junto as unidades familiares através de:

- *Visitas familiares,*
- *Visitas grupais*
- *Tardes de campo*

b) Realizar 200 cursos junto aos 50 Grupos comunitários

- *Com os grupos*
- *Com as comunidades*
- *Com as Mulheres*
- *Com os Jovens*
- *Através de Intercâmbios*

Meta 2 . CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ATER.

a. Curso inicial intensivo de três dias.

b. Cursos bimestrais de um dia

Meta 3. COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE ATER

a. Reuniões do CMDR.

b. Reuniões do Comitê municipal de ATER

c. Seminários municipais para debate/encaminhamentos

d. Monitoramento/avaliação das ações do Plano de TER

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

META 1 - TRABALHO DE CAMPO JUNTO A 250 FAMÍLIAS RURAIS

a) Construir e executar os Planos Familiares

É importante que as visitas sejam feitas preferencialmente de forma grupal podendo participar famílias vizinhas ou com atividades afins. Recomenda-se pequenos grupos de 4 a 7 famílias. Fazer visita individual somente para casos extremos.

As visitas serão realizadas conforme os profissionais, as famílias e suas entidades acharem mais adequadas. O importante é de que se possa construir o plano da Unidade familiar, inclusive referenciando as demandas de crédito.

Recomenda-se que o Agente de Ater responsável pelo plano daquela família tenha claro alguns passos e compromissos para se chegar a construção efetiva do plano. Entre estes passos, está o diagnóstico; o planejamento, comparando a realidade atual com a realidade desejada, a construção de demandas de custeio e investimento e outros fora do crédito, e a elaboração do plano de ações familiares que será executado em sequência.

A previsão é de que 1 agente de ATER local atue no município e atenda aproximadamente 10 grupos. Considerando de que cada grupo deverá ser formado por 3 a 7 famílias, cada agente atenderá uma média de 50 famílias. Portanto, para acompanhar as 250 famílias definidas para o primeiro ano de experiência serão necessários 05 agentes de ATER local (profissionais de nível médio, de preferência com formação em Agroecologia).

A definição das famílias por comunidade será feita no início do projeto pelas próprias comunidades com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

A infraestrutura de apoio, assim como o custeio para a realização das visitas, deslocamento e a alimentação nas unidades familiares ou grupos serão custeados pelos agricultores familiares e suas organizações e pela prefeitura municipal.

b) Cursos junto aos grupos de famílias rurais

Serão realizados 200 cursos durante o ano para os cinquenta grupos comunitários, na proporção de 4 cursos por ano em cada grupo comunidade. Os conteúdos dos cursos atenderão as demandas dos planos de ações familiares e do próprio grupo ou comunidade e podem variar de local para local.

Para assessorar os cursos que preferencialmente devem incluir a parte prática de campo, serão necessários profissionais especializados. Estima-se de que serão necessários um mínimo de 200 dias técnicos de nível superior, na proporção de 4 dias de trabalho por ano para cada grupo, conforme os conteúdos demandados pelas famílias daquele grupo e dentro das metas estabelecidas inicialmente. Se estas demandas forem possíveis solucionar com os profissionais do quadro de uma das entidades da rede, é menos custo do projeto, caso não tenha esse profissional, poderá ser contratado de fora.

A mobilização dos agricultores familiares para participarem destes cursos será feita pelo agente de ATER local, juntamente com as entidades da agricultura familiar.

As contrapartidas de alimentação, material didático, infraestrutura e transporte ficarão por conta dos agricultores e suas organizações e prefeitura municipal.

META 2 – CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Será realizado 1 curso de capacitação dos agentes de ATER na fase inicial do projeto de duração aproximada de 2 dias e com o objetivo de orientar e capacitar Agentes de ATER. Deverão participar da capacitação as lideranças locais, para que compreendam minimamente sobre os processos de formação técnica, mas também tenham oportunidade de uma participação ampla tanto dos homens, como das mulheres e jovens que fazem parte das famílias, grupos e comunidades participantes.

A cada dois meses aproximadamente haverá um curso de aprimoramento, contínuos ao curso inicial. Nestes momentos se fazem os debates e se espoe como o trabalho de campo esta sendo executado.

Os custos para alimentação e pernoite serão por conta do projeto, no entanto, os custos de material didático e outros serão por conta das entidades parceiras do projeto e da prefeitura municipal.

Os temas a serem abordados nos cursos serão aqueles debatidos e acordados inicialmente que visavam a busca da sustentabilidade através das dimensões econômicas, ambientais, sociais e políticas – institucionais.

SOBRE A EQUIPE DE ATER

1. Sobre o papel, perfil e contratação da Equipe de ATER

Compreende-se por equipe de ATER, o conjunto de profissionais formados pelos Agentes Locais de ATER, Profissionais de Apoio e Coordenador de equipe, ambas as funções caracterizadas abaixo;

2.1. Agente local de ATER

O Agente Local de ATER caracteriza-se como um educador, animador e organizador com capacidade técnica que de toda a Equipe que exercerá a função de maior proximidade junto às famílias, grupos e comunidades rurais. O agente não precisa saber tudo, mas sempre que necessário deve buscar informações junto à equipe, entidades ou bibliografias. Suas tarefas prioritárias são definidas no planejamento operacional dos planos grupais / comunitários e planos familiares. De todos os profissionais, os agentes locais de ATER, atuarão mais próximos da base e por isso redobra a importância de sua qualificação.

É recomendável de que os Agentes de ATER atuem pelo menos uma semana por mês, na sua propriedade ou com pai, tios ou alguém que lhe proporcione essa possibilidade. Muda muito a forma de ação quando um Agente tem que resolver questões internas da unidade familiar. Passa a compreender de forma orgânica as dificuldades de outras famílias e por isso age de forma mais realista.

Como afirmamos anteriormente recomenda-se de que estes agentes possuam formação em agroecologia em médio ou pós-médio. Podem ser agricultores ou filhos de agricultores familiares e podem continuar a trabalhar parte do tempo como afirmamos acima. Essa valorização dos recursos humanos locais evita criar maior dependência econômica destes para com projetos de ATER, cujas fontes de financiamento geralmente são instáveis e os montantes de recursos são variáveis.

O Agente de ATER tem a função de apoiar a realização dos diagnósticos Rurais Participativos - DRPS, do Plano do grupo Comunitário de

Desenvolvimento e dos planos de transição das Unidades Familiares. Deve estar bem inserido e engajado nos processos de desenvolvimento local, sendo além de técnico, um animador Comunitário. Para a execução adequada e cociente dessas ações junto às famílias e comunidades a melhor relação encontrada foi quando cada agente foi responsável por 50 famílias.

2.2. Profissionais de apoio

São aqueles que por formação e/ou função, focam sua ação técnica de modo setorial: leite, comercialização, crédito, sementes, educação, saúde, etc.. Evidentemente que o nível de comprometimento com uma função setorial poderá variar, mas o importante é que ele possa respaldar não apenas um setor específico como, por exemplo, a atividade leiteira, mas também as ações de desenvolvimento local, sobretudo ao nível da Comunidade Rural.

Esses profissionais deverão ser de nível superior e desenvolverem atividades afins ,demandadas pelas famílias, grupos ou comunidades rurais. Recomenda se de que a atuação destes profissionais seja de pelo menos um dia de por comunidade ou grupo comunitário a cada dois meses.

2.3. Coordenador ou articulador da Equipe de ATER

O coordenador desempenhará a função de acompanhar e apoiar as ações dos agentes, articular a equipe com as lideranças locais, fazer a mediação política com os dirigentes das entidades locais, conselhos municipais de Desenvolvimento Rural, poder público e outras entidades ou instituições necessárias.

Recomenda se de que estes ou estas coordenadoras sejam escolhidos pelas lideranças das entidades da Agricultura Familiar que atuam no âmbito do município. Na maioria das vezes são os coordenadores que auxiliam os agentes locais. Assim, os profissionais de apoio só vêm para atender demandas de temas específicos. No geral quem encaminha as demandas para as entidades, foruns e poder público é o coordenador.

2.4. Sobre a forma de contratação da Equipe de ATER

O modo de legalizar a prestação dos serviços passa pelo formato institucional da entidade ao qual o profissional está vinculado. Recomenda se a contratação por meio de uma Coopertiva de ATER pelo fato de seu arranjo institucional permitir que um profissional se associe, bastando apenas o consentimento do conselho administrativo da cooperativa.

SEGUNDA PARTE;

1. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

EIXOS	LIMITES	AÇÕES ESTRATÉGICAS
A. Ambiental	Falta de adequação ambiental das propriedades	Aplicar o código florestal e outras leis ambientais
	Contaminação das águas	Proteger fontes de água e encostas
	Esgotamento dos recursos naturais	Preservação e recuperação dos recursos naturais
	Perda da biodiversidade	Preservar a biodiversidade local
	Uso excessivo de venenos e insumos químicos	Maior controle dos agrotóxicos e insumos químicos.
	Demasiado uso de práticas convencionais	Ampliar o uso de práticas sustentáveis
B. Político/ Institucional	Falta de articulação entre as entidades locais.	Melhorar a articulação entre as entidades gov. e não governamentais
	Dificuldade estrutural e de gestão das ONGs	Fortalecer as organizações
	Demasiado valor do urbano	Valorização da agricultura familiar
	Pouca participação das organizações nas decisões locais	Aumentar a participação da agricultura familiar nas decisões locais
C. Social/ cultural	Pouca transparência e urbanização das Políticas Públicas	Políticas públicas transparentes e garantia da proporcionalidade no acesso
	Perda de valores culturais do campo	Preservar/ Recuperar os valores culturais do campo
	Falta de apoio a saúde preventiva e tradicional	Promover a saúde preventiva e resgatar conhecimentos populares
	Esvaziamento/desmobilização das comunidades rurais	Interiorizar o desenvolvimento e valorizar as comunidades rurais
D. Econômico	Falta de renda contínua no campo	Apoiar a cadeia do LEITE com ênfase no Sistema Silvo-Pastoril
	Pouca produção para o autoconsumo das famílias	Incentivar a produção para autoconsumo familiar
	Pouca diversificação e baixa produção alternativa	Apoiar a diversificação e ampliar a oferta de alimentos
	Demasiado custo com sementes e insumos químicos	Reduzir custos com insumos químicos, produzir sementes próprias e insumos alternativos
	Pouca opção de mercado aos alimentos da agricultura familiar	Criação de canais de comercialização para os alimentos da agricultura familiar
E. Formação da equipe de ATER	Profissionais formados pelo modelo convencional e pouco envolvimento com entidades da agricultura familiar	Apoiar processos de formação e capacitação para atuação no desenvolvimento rural local e sustentável

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

A. EIXO AMBIENTAL

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de adequação ambiental das propriedades	Aplicar o código florestal e outras leis ambientais	Fazer o SISLEG das propriedades	Equipe técnica de ATER com apoio do Departamento de Meio Ambiente	Em um ano	Começar pelas 250 famílias acompanhadas
Contaminação das águas	Proteger fontes de água e encostas	Analisar águas e Proteger as fontes/riachos	Equipe técnica de ATER	Em um ano	Começar pelas 250 famílias acompanhadas
Esgotamento dos recursos naturais	Preservação e recuperação dos recursos naturais	Preservar rios, controlar erosão do solo e preservar as matas	Equipe técnica de ATER com apoio da secretaria de educação e CFR	Durante os três anos do projeto	Nas comunidades rurais onde estão os grupos trabalhados
Perda da biodiversidade	Preservar a biodiversidade local	Fiscalização rigorosa sobre os agrotóxicos (averiguar os clandestinos)	Equipe técnica de ATER com apoio da promotoria pública e ADAPAR	Durante os três anos do projeto	No município
Uso excessivo de venenos e insumos químicos	Maior controle dos agrotóxicos e insumos químicos.	Produzir caldas, sementes crioulas, biofertilizantes	Equipe técnica de ATER	Durante os três anos do projeto	Começar pelas 250 famílias

B. EIXO POLÍTICO - INSTITUCIONAL

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de articulação entre as entidades locais.	Melhorar a articulação entre as entidades gov. e não governamentais	Fortalecer as decisões do CMDR e Aplicação conjunta do Plano Municipal de Ater e outros projetos afins.	As próprias entidades da agricultura familiar e as instituições do estado que atuam em nível local	Sempre	No Município e na região
Dificuldade estrutural e de gestão das ONGs	Fortalecer as organizações da Agricultura Familiar	Apoio estrutural e Cursos de gestão e outros para as entidades.	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades e o poder público.	Sempre	No município
Demasiado valor do urbano	Valorização da agricultura familiar	Socialização de estudos sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades e o poder público.	Sempre	No Município e na região
Pouca participação das organizações nas decisões locais	Aumentar a participação da agricultura familiar nas decisões locais	Participar nos espaços conselhos municipais das diversas áreas da administração pública.	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades.	Sempre	No município

C. DIMENSÃO SOCIO - CULTURAL

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Pouca transparência/urbanização das Políticas Públicas	Políticas públicas transparentes e proporcionalidade no acesso	Socializar as informações sobre o acesso as políticas públicas locais	Conselho Municipal de Desenvolvimento rural	Em todo o tempo	Junto ao Conselho Municipal
Perda de valores culturais do campo	Preservar/Recuperar os valores culturais do campo	Fazer cadastro de valores e talentos rurais e incentivar a apresentação destes talentos	Equipe de Ater e coordenação	Em todo o tempo	No município através do departamento de Cultura
Falta de apoio a saúde preventiva e tradicional	Promover a saúde preventiva e resgatar conhecimentos populares	Realizar cursos de saúde preventiva nos grupos comunitários	Equipe de Ater e coordenação	Em todo o tempo	Nos grupos comunitários através da secretaria de saúde.
Esvaziamento/de smobilização das comunidades rurais	Interiorizar o desenvolvimento e valorizar as comunidades rurais	Fazer levantamento sobre o êxodo que está acontecendo e sobre a situação das comunidades rurais	Equipe de ATER e Conselho Municipal de desenvolvimento Rural	Em todo o tempo	Nas comunidades rurais

D. DIMENSÃO ECONÔMICA

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de renda continua no campo	Apoiar a cadeia do LEITE com ênfase no Sistema Silvo-Pastoril	Apoiar tecnicamente a produção, transformação, comercialização e legislação em relação a cadeia Leite	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto as 250 famílias acompanhadas e as cooperativas de leite: CLAF e Cooperlate
Pouca produção para o autoconsumo das famílias	Incentivar a produção para autoconsumo familiar	Incentivar a produção de frutas, hortaliças, tubérculos e pequenos animais	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Pouca diversificação e baixa produção alternativa	Apoiar a diversificação e ampliar a oferta de alimentos	Incentivar produção para PNAE e PAA, apoiar na definição do cardápio escolar, na definição das famílias, na produção, transporte e comercialização.	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Demasiado custo com sementes e insumos químicos	Reduzir custos com insumos químicos, produzir sementes próprias e insumos alternativos	Instalar 50 campos de produção de sementes crioulas, públicas e de domínio locais, adubos verdes, mudas de pastagens	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Pouca opção de mercado aos alimentos da agricultura familiar	Criação de canais de comercialização para os alimentos da agricultura familiar	Apoiar a Coopafi como fornecedora e compradora de produtos alternativos, beneficiadora e acondicionamento das sementes e ração animal.	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas

E. FORMACÃO da EQUIPE TÉCNICA

Desafios	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Profissionais formados pelo modelo convencional e pouco envolvimento com entidades da agricultura familiar	Apoiar processos de formação e capacitação para atuação no desenvolvimento rural local e sustentável	Curso de capacitação inicial	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Início de execução do Plano	Coronel Vivida Casa familiar Rural
		Curso de capacitação 02	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o primeiro	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 03	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o segundo	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 04	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o terceiro	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 04	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o quarto	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 06	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o quinto	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo

III - TERCEIRA PARTE

1. MONITORAMENTO /AVALIAÇÃO

Esta meta objetiva executar ações de monitoramento contínuo do projeto, desde sua implantação, no município, assim como, manter uma dinâmica uniforme de todo o projeto, evitando que uma COMUNIDADE tenha mais privilégio do que outra na execução das ações.

2. CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS

Deverão ser buscadas parcerias que possam contribuir para que as ações tenham mais eficácia, assim como que cda vez mais famílias vão entrando no projeto.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Construção de 250 planos familiares de transição agroecológica, a partir da realidade local dos agricultores familiares, elaborando em conjunto com as famílias e os Agentes de ATER;

- Avanço do processo de transição dos sistemas de produção convencional para sistemas agroecológicos e/ou alternativos.
- Participação efetiva dos agricultores familiares e suas organizações nas atividades do projeto de ATER;
- Fortalecimento das famílias e suas organizações, a partir da sistemática de acompanhamento contínuo das unidade familiares/grupos e da complementação dos conhecimentos através das oficinas, intercâmbios e cursos;
- Capacitação de agentes de ATER, distribuídos nas comunidades ou microbacias de atuação do projeto;
- Abertura de novos mercados e canais de comercialização
- Produção de alimentos saudáveis que possam ser incluídos nos programas institucionais de governo e outros mercados;
- Avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nos arranjos produtivos e nas unidades produtivas.

Elaboração: Entidades da Agricultura Familiar de Coronel Vivida
Sistematização: COOPERIGUAÇU/2010
Coordenador: Olivo Dambrós.

Este organograma da REDES é parte representativa de um conjunto de organizações da Agricultura familiar/camponesa que participaram de forma direta ou indireta na construção dos projetos/experiências de ATER estudados e descritos neste livro

